



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO  
TRÓPICO ÚMIDO

VALÉRIA MARIA PEREIRA ALVES PIKANÇO

**PROCESSO DE GENTRIFICAÇÃO EM BELÉM – PA: EM BUSCA DOS  
SIGNIFICADOS LOCAIS PARA O BAIRRO DO REDUTO, EM PERÍODO  
RECENTE**

BELÉM – PA  
2020

VALÉRIA MARIA PEREIRA ALVES PIKANÇO

**PROCESSO DE GENTRIFICAÇÃO EM BELÉM – PA: EM BUSCA DOS  
SIGNIFICADOS LOCAIS PARA O BAIRRO DO REDUTO, EM PERÍODO  
RECENTE**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará, como requisito para obtenção do grau de Doutora em Desenvolvimento Socioambiental.

Orientadora: Profa. Dra. Simaia do Socorro Sales das Mercês

BELÉM – PA  
2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD  
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará  
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

P585p Picanço, Valéria Maria Pereira Alves  
Processo de Gentrificação em Belém-PA :  
em busca dos significados locais para o bairro do Reduto, em período recente /  
Valéria Maria Pereira Alves Picanço. — 2020.  
439 f. : il. color.

Inclui bibliografias

Orientadora: Profa. Dra. Simaia do Socorro Sales das Mercês  
Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em  
Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos  
Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2020.

1. Processo de gentrificação. 2. Processos urbanos. 3.  
Gentrificação do consumo e de frequência. 4. Bairro do  
Reduto. 5. Centro Histórico de Belém. I. Título.

CDD 711.4

---

VALÉRIA MARIA PEREIRA ALVES PICANÇO

**PROCESSO DE GENTRIFICAÇÃO EM BELÉM – PA: EM BUSCA DOS  
SIGNIFICADOS LOCAIS PARA O BAIRRO DO REDUTO, EM PERÍODO  
RECENTE**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará, como requisito para obtenção do grau de Doutora em Desenvolvimento Socioambiental.

Data da defesa da Tese: Belém, 25 de março de 2020.

Banca Examinadora:

---

Profa. Dra. Simaia do Socorro Sales das Mercês  
Orientadora – PPGDSTU/NAEA/UFPA

---

Profa. Dra. Mirleide Chaar Bahia  
Examinador Interno – PPGDSTU/NAEA/UFPA

---

Prof. Dr. Silvio José de Lima Figueiredo  
Examinador Interno – PPGDSTU/NAEA/UFPA

---

Profa. Dra. Maria Goretti da Costa Tavares  
Examinador Externo – PPGEU/UFPA

---

Profa. Dra. Helena Lúcia Zagury Tourinho  
Examinador Externo – PMDMAU/Unama

Aos meus pais Cícero Alves da Silva e Maria de Nazaré Pereira Alves da Silva. Aos meus filhos Giulia Pereira Alves Picanço e Augusto Pereira Picanço. Ao meu esposo Aurélio Pessôa Picanço.

## AGRADECIMENTOS

O caminho para até aqui chegar foi longo. No rumo traçado, houve momentos de dilúvios e de rajadas, mas, seguramente, não chegaria ao porto seguro se eu não pudesse contar com pessoas a quem devo muito e gostaria de agradecê-las, mesmo correndo o risco de ser injusta ao omitir o nome de algumas delas.

Agradeço, primeiramente, a Deus pela força e pela inspiração no desenvolvimento desta pesquisa e na condução de minha vida de forma a tornar este sonho realidade. A Nossa Senhora de Nazaré e a Nossa Senhora das Graças por suas intercessões nos momentos de provações que passei durante esse período.

Aos meus pais Cícero e Nazaré, que sempre me auxiliaram, incentivaram e me deram todo o apoio, carinho e amor necessários para que eu pudesse chegar até esse momento, por todo amor derramado sobre meus filhos em meus momentos de ausência.

Ao meu esposo, Aurélio, companheiro de todas as horas, pelo apoio, incentivo e pela compreensão, e aos meus filhos, Giulia e Augusto, por tentarem compreender as minhas ausências e os momentos de desânimo.

Aos meus irmãos Alexandre e Leonardo, que tiveram parcela importante na minha formação como indivíduo.

Ao Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA) por todas as lições ensinadas e pela oportunidade de realizar esta pesquisa. A todos os técnicos e funcionários do NAEA pela amizade e atenção.

À professora orientadora Simaia das Mercês pela sabedoria com que conduziu a orientação deste estudo.

Aos professores Dr. Sain-Clair Trindade Júnior e Dr. Márcio Douglas Brito Amaral pelas orientações dadas no exame de qualificação, que muito contribuíram para a conclusão desta pesquisa.

Aos professores da banca de defesa de tese, professora Dra. Helena Lúcia Zagury Tourinho, professora Dra. Maria Goretti da Costa Tavares, professora Dra. Mirleide Char Bahia e professor Dr. Silvio José de Lima Figueiredo, agradeço por todas as contribuições e pelo aprendizado.

Agradeço a todos os colegas da turma de doutorado 2015, Gabriel Outeiro, Wladimir Colman, Júlio Patrício e Nircele Veloso, pelos momentos de trabalho e de lazer, pela amizade e pelo convívio. Especialmente aos meus amigos, também colegas do doutorado e anjos colocados por Deus em minha vida, Márcia Lasmar Bieri, pelas nossas longas conversas e

palavras de carinho e de força. Ao Tiese Teixeira Júnior por suas leituras do meu trabalho e apontamentos, assim como por suas palavras de carinho e atenção. David Góes e sua esposa Carmentilla (Carmem) por toda a sua atenção e força, sentirei saudade de receber quase que diariamente no meu celular o seu “Como estamos?” Aos três amigos, que viraram irmãos, agradeço pelas orações e pelas longas conversas de força, por me escutarem e por me “abraçarem” nos momentos mais difíceis que passei em minha vida pessoal nesse período.

Ao amigo Marlon por todas as nossas longas conversas, pelos incentivos e por sempre falar que “tudo dará certo”.

À professora Maria Goretti da Costa Tavares por nossas conversas e pelas lições aprendidas, sobretudo pelo apoio e incentivo constante.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio financeiro imprescindível para a realização desta pesquisa.

Aos professores do NAEA pelas aulas, estudos e pelos trabalhos, com os quais obtive valiosos ensinamentos, pela amizade e pelo convívio, especialmente aos professores Sain-Clair Trindade Júnior, Mirleide Char Bahia e Lígia Lopes Simonian.

À Universidade Federal do Tocantins (UFT), principalmente ao colegiado do curso de Engenharia Civil, pela liberação e pela ajuda constante nos momentos em que precisei me ausentar para me dedicar à realização deste trabalho.

## RESUMO

PICANÇO, Valéria Maria Pereira Alves. **Em busca do processo de gentrificação em Belém – PA: os significados locais do processo para o bairro do Reduto, em período recente.** 2020. 439 f. Tese (Doutorado em Ciências do Desenvolvimento Socioambiental) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU), Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, 2020.

Este trabalho nasceu da inquietude de estudar um processo de transformação urbana e social que vem ocorrendo em várias cidades do mundo: a gentrificação. A presente tese de doutorado tem como objetivo compreender, em uma ótica interdisciplinar, de que maneira o processo urbano conhecido como gentrificação acontece na contemporaneidade em Belém. Aplica-se o estudo em um bairro de Belém, o Reduto. Bairro antigo, que está em sua totalidade dentro da poligonal de entorno do centro histórico tombado de Belém e que vivenciou algumas mudanças urbanas e sociais; que fora reconhecido localmente como experimentando o processo de gentrificação, não o processo clássico, mas sim um processo com feições gentrificadas. Em última análise, esta pesquisa explora tanto a relevância da teoria de gentrificação e os significados locais que ela assumiu, para que se possa apresentar as feições gentrificadas que esse bairro possui, sendo assim necessário adjetivar o conceito clássico do processo. A investigação se justificativa em razão das particularidades apresentadas do processo de gentrificação no bairro do Reduto em Belém, a partir não de sua apresentação clássica habitacional, mas sim de seus aspectos culturais, de frequência e consumo da classe média belenense. A pesquisa tem princípios metodológicos fundamentada no método de hipótese-dedução com os seguintes procedimentos metodológicos: a) revisão bibliográfica de natureza teórico-conceitual de teorias, conceitos, categorias e noções pertinentes à temática em questão; b) revisão bibliográfica de cunho histórico-geográfico relacionada à formação territorial da área estudada; c) levantamento documental de dados secundários sobre o centro histórico de Belém e do bairro do Reduto; d) entrevistas estruturadas e semiestruturadas junto a pesquisadores, moradores, ex-moradores, agentes da rede privada e agentes do poder público das esferas; e e) análise e sistematização dos dados coletados à luz do referencial teórico previamente definido e revisado. Desse modo, observa-se que o processo de gentrificação em Belém não se apresenta da forma clássica estudada por vários autores, contudo não se pode descartar a presença desse processo urbano, pois há várias feições que se apresenta no bairro do Reduto; fato que permite concluir que é imperativo reconhecer que sim existe a gentrificação no bairro do Reduto, não no modelo de Smith (2006), mas feições próprias locais.

**Palavras-chave:** Processos urbanos. Processo de gentrificação. Gentrificação do consumo. Gentrificação de frequência. Classe Média. Bairro do Reduto. Centro Histórico de Belém.

## ABSTRACT

PICANÇO, Valéria Maria Pereira Alves. **In search of gentrification process in Belém – PA**: the local meanings of the process for Reduto neighborhood, in a recent period. 2020. 439 f. Thesis (Doctorate in Social and Environmental Development Sciences) – Postgraduate Program in Sustainable Development for the Humid Tropic (PPGDSTU), Center for advanced studies of Amazon (NAEA), Federal University of Pará (UFPA), Belém, 2020.

This work is born from the concern to understand the process of urban and social transformation that is taking place in several cities around the world: gentrification. The present thesis aims to understand, from an interdisciplinary perspective, how the urban process known as gentrification happens during contemporary times in Belém. It is applied this process structure to a neighborhood of Belém named Reduto, an old neighborhood, that is located in the surroundings of the historic center of Belém, which has experienced urban and social changes; and has been recognized as experiencing the gentrification process, not the classic process, but a process with gentrified features. Ultimately, this research explores both the relevance of the gentrification theory and the local meanings it has assumed, so that to highlight the gentrified features that this neighborhood presents, being necessary to describe the classic concept of the gentrification process. The investigation is justified due to the particularities presented in the gentrification process of Reduto, based not on its classic housing point of view, but on its cultural, people influx, and consumption aspects of the local middle class. This research has methodological principles based on the hypothesis-deduction method, with the following methodological procedures: a) Technical literature review on relevant theories, concepts, categories, and notions to the subject in question; b) Technical literature review on the historical-geographical aspects related to the territorial occupation of the area under study; c) Documentary survey of secondary data on the historic center of Belém and the Reduto neighborhood; d) structured and Semi-structured interviews with researchers, residents, former residents, private network agents and government officials; and e) analysis and systematization of the collected data under the light of the previously defined and revised theoretical framework. Based on the collected data, it is observed that the gentrification process in Belém does not fit in the classic view, however, the presence of this urban process cannot be discarded since there are several features presented in the Reduto neighborhood; a fact that allows us to conclude that it is imperative to recognize that, yes, Reduto neighborhood has suffered a gentrification process, not as described in Smith (2006), but with personalized features related to consumer, social living, and cultural gentrification.

**Keywords:** Urban processes. Gentrification process. consumption gentrification. Gentrification of frequency. Middle class. Reduto neighborhood. Historic Center of Belém.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Esquema clássico de segregação residencial.....	79
Figura 2 – Esquemas da dinâmica espacial da segregação.....	80
Figura 3 – Esquemas da organização da cidade Latino Americana .....	82
Figura 4 – Evolução das classes sociais brasileiras, ano a ano no período de 2008 a 2018...	101
Figura 5 – Efeito da qualidade de um professor na vida de um aluno .....	115
Figura 6 – Despesas públicas em educação, 2004 e 2014 (% do Produto Interno Bruto-PIB) .....	117
Figura 7 – Gasto com educação e desempenho por nível educacional, 2009-2015 (e porcentagem) .....	118
Figura 8 – Média do custo anual de um aluno no Brasil em dólar em relação à média mundial .....	118
Figura 9 – Regiões em que a UE tem a maior taxa de emprego para recém-formados .....	120
Figura 10 – Comparação da evolução do número de alunos na educação básica em relação a escolas públicas e privadas .....	122
Figura 11 – Matrículas efetivadas na Educação Básica – 2016 .....	124
Figura 12 – Creche crianças de 0 a 3 anos e Pré-Escola crianças de 4 e 5 anos, no Brasil por dependência administrativa – 2016 .....	125
Figura 13 – Dados das crianças que frequentam creche e pré-escola no Brasil – 2017.....	126
Figura 14 – Dados em relação ao Ensino Fundamental no Brasil – 2017.....	130
Figura 15 – Dados em relação ao Ensino Médio, Normal/Magistério e Intergrado no Brasil – 2016 .....	133
Figura 16 – Taxa de Evasão do Ensino Médio (em %).....	135
Figura 17 – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) – Brasil, por dependência administrativa – 2005-2015 .....	136
Figura 18 – Média do IDEB das escolas públicas por grupo de Nível Socioeconômico (NSE) .....	137
Figura 19 – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) – por região, por dependência administrativa – 2005-2015 .....	138
Figura 20 – Dados em relação ao Ensino Superior no Brasil – 2016.....	140
Figura 21 – Dados em relação à matrícula e às instituições do Ensino Superior no Brasil – 2016 .....	141
Figura 22 – Escolaridade média da população de 18 a 29 anos – por renda Brasil – 2016 e 2017 – em anos de estudo.....	143
Figura 23 – Dados sobre a taxa de alfabetização.....	144
Figura 24 – Montagem de fotos do baixo Reduto – local Piso G4 do Shopping Boulevard..	177
Figura 25 – Modelo conceitual de Van Criekingen (2006) com terminologias e teorias.....	181
Figura 26 – Mapa de localização das aldeias Mairi, Parauassu e Capim .....	202
Figura 27 – Croqui do início do processo de ocupação da cidade de Belém (1616-1631), com espacialização das primeiras edificações civis e edificações religiosas, tendo o alagado do Piry como um de seus primeiros “obstáculos” naturais à expansão urbana.....	206
Figura 28 – Croqui do início do processo de ocupação da cidade de Belém (1631-1661) ....	208
Figura 29 – Croqui do início do processo de ocupação da cidade de Belém, com espacialização das primeiras ruas (números romanos) e igrejas (números arábicos), tendo o alagado do Piry como um de seus primeiros “obstáculos” naturais à expansão urbana .....	210
Figura 30 – Belém em 1631, 1661, 1700 e 1791, respectivamente.....	211
Figura 31 – Plantas geométricas da cidade de Belém do Gram Pará – Ano 1753 .....	215
Figura 32 – Mapa de Belém, de 1773.....	217

Figura 33 – Plantas geométricas da cidade de Belém do Grão-Pará – Ano 1791 .....	221
Figura 34 – Doca do Reduto vista da baía de Guajará e tendo ao fundo a Rua 28 de Setembro .....	226
Figura 35 – Belém por volta de 1860 .....	227
Figura 36 – Mapa demonstrando o formato das quadras.....	228
Figura 37 – Mapa de Belém de 1899.....	231
Figura 38 – Doca do Reduto, em primeiro plano a Baía que chegava à face da Rua 28 de Setembro. 15 de fevereiro de 1906.....	233
Figura 39 – Imagens da Doca do Reduto, vistas tomadas da Rua 28 de setembro em direção à Baía do Guajará. Em períodos distintos, porém aparece uma edificação de dois andares inalterada nas duas imagens .....	233
Figura 40 – Cartão postal monumento praça General Magalhães.....	237
Figura 41 – Fábrica Perseverança em 1895 .....	238
Figura 42 – Drenagem da bacia do Reduto, vista da Rua 28 de Setembro .....	239
Figura 43 – Mapa de Fábricas do Reduto, década de 1950, baseado nos relatos do Sr. Antônio Abelém para Rodrigues e Cardoso (1990) .....	242
Figura 44 – Fachada da Fábrica Phebo na Quintino Bocaiuva, em 1950.....	243
Figura 45 – Oficinas de Carpintaria e Serraria a Vapor – Manoel Caniceiro da Costa.....	244
Figura 46 – Fábrica de artefato de cimento Pinheiro Filho .....	245
Figura 47 – Usina de eletricidade da Parah Electric Railways and Lighting Company Ltd. .	246
Figura 48 – Praça General Magalhães com o coreto .....	247
Figura 49 – Localização do bairro do Reduto .....	251
Figura 50 – Mapa topográfico do bairro do Reduto .....	253
Figura 51 – Perfis 1 e 2 topográficos do bairro do Reduto e compartimentação do relevo ...	255
Figura 52 – Perfis 3, 4 e 5 topográficos do bairro do Reduto e compartimentação do relevo	256
Figura 53 – Belém: produção do espaço urbano (1616-1997) .....	278
Figura 54 – <i>Skyline</i> da Travessa Rui Barbosa em 1990 .....	284
Figura 55 – Verticalização da Região Metropolitana de Belém.....	289
Figura 56 – Poligonal da área do Centro Histórico e Entorno na esfera municipal – Anexo IV da Lei do Patrimônio – Lei n. 7.709 .....	296
Figura 57 – Mapa da área do Reduto com os bens e entorno tombados pela esfera Estadual – DPHAC.....	304
Figura 58 – Mapa demarcando as poligonais de tombamento e entorno da esfera federal – IPHAN.....	309
Figura 59 – Pirâmide etária do bairro do Reduto de Belém .....	314
Figura 60 – Imagem dos gráficos da escolaridade da população de Belém .....	322
Figura 61 – Figuras do mapa do bairro do Reduto com o uso do solo nos anos de 2005, 2016 e 2019 .....	328
Figura 62 – Figuras do mapa da Área II do baixo Reduto com o uso do solo nos anos de 2005, 2016 e 2019 .....	334
Figura 63 – Projeto Belém Porto Futuro .....	339
Figura 64 – A área do Reduto que está passando por intervenções .....	340
Figura 65 – Imagem do Belém Porto Futuro em janeiro de 2020 .....	340
Figura 66 – Localização do Reduto em relação à Estação das Docas e o Ver-o-Rio.....	342

## LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 – Imagens da edificação na atualidade com o nome de Faculdade ESAMAZ .....	238
Fotografia 2 – Mosaico de fotos da vista atual do canal do Reduto .....	240
Fotografia 3 – Fachada da Fábrica Phebo na Quintino Bocaiuva, em 2019 .....	244
Fotografia 4 – A edificação da usina de eletricidade da Parah Electric Railways and Lighting Company Ltd. em 2012 e 2019 .....	246
Fotografia 5 – Praça General Magalhaes atualidade .....	248
Fotografia 6 – Natiga vila operária Villa Raphael Ferreira Gomes atual passagem Rafael Ferreira Gomes, vista da Travessa Rui Barbosa .....	269
Fotografia 7 – Matriz da Firma Ferreira Gomes no Reduto .....	270
Fotografia 8 – Mercado Municipal do Reduto em 1935, Rua Gaspar Viana com Avenida Visconde de Souza Franco e a mesma área com imagens recentes .....	272
Fotografia 9 – Prédio na Rua Gaspar Viana com Avenida Visconde de Souza Franco e a mesma área com imagens recentes .....	273
Fotografia 10 – Parte da área do Reduto em 1970 e em 2018 .....	279
Fotografia 11 – Perspectiva do bairro do Reduto mostrando a sua verticalização .....	282
Fotografia 12 – Fotos da área do Reduto e Umarizal, demonstrando a verticalização próxima à Baía do Guajará .....	292
Fotografia 13 – Foto do mapa da parede da FUMBEL com a quadra pintada de canetinha azul .....	298
Fotografia 14 – Foto do mapa do material de aula da Profa. Mena .....	300
Fotografia 15 – Terreno na esquina da Avenida Boaventura da Silva esquina com a Trav. Benjamin Constant. ....	302
Fotografia 16 – Montagem de fotos mostrando as três casas que resistiram e o Ed. Dom Carlos .....	305
Fotografia 17 – Conjunto de casas semelhantes na Travessa Rui Barbosa .....	330
Fotografia 18 – Casas semelhantes “convivendo” com uma arquitetura contemporânea .....	330
Fotografia 19 – Edificação com somente a fachada “preservada” .....	331
Fotografia 20 – Mosaico de fotos das Vilas que privatizaram o espaço público .....	333
Fotografia 21 – Fotos da vila de casas semelhantes com mudança de uso .....	334

## LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Mapa de relevo do bairro do Reduto e de localização dos perfis topográficos.....	254
Mapa 2 – Mapa de localização de prédios e a divisão de alto e baixo Reduto.....	257
Mapa 3 – Localização das três área apresentadas.....	290
Mapa 4 – Mapa da população do bairro do Reduto por setor censitário – 2010.....	313
Mapa 5 – Mapa da densidade do bairro do Reduto por setor censitário – 2010 .....	313
Mapa 6 – Divisão das áreas de análise .....	326
Mapa 7 – Mapa de uso do solo do bairro do Reduto nos anos de 1977, 1997, 2006 e 2013 .....	327

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Processos e formas da cidade .....	74
Quadro 2 – Organização do Sistema de Educação na Europa.....	120
Quadro 3 – Organização do Sistema de Educação no Brasil .....	121

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Tipificação das Classes Sociais a partir da Renda.....	100
Tabela 2 – Classificação de referência para a organização de programas de educação formal e qualificações relacionadas por níveis e campos de ensino em categorias acordadas internacionalmente.....	119
Tabela 3 – Resumo do dados apresentados para Belém do Cruz e Monteiro 2018 em relação à educação em seus vários níveis .....	127
Tabela 4 – Resumo dos dados apresentados para Brasil do Cruz e Monteiro 2018 em relação à educação em seus vários níveis .....	128
Tabela 5 – Resumo da taxa líquida de matrícula e dos concluintes do Ensino Fundamental	131
Tabela 6 – Dados de jovens não concluintes do Ensino Fundamental.....	132
Tabela 7 – Resumo da taxa líquida de matrícula e dos concluintes do Ensino Médio.....	134
Tabela 8 – Dados sobre a escolaridade média da população de 18 a 29 anos.....	142
Tabela 9 – Dados sobre a taxa de alfabetização para acima de 15 anos.....	144
Tabela 10 – População em Belém e no bairro do Reduto de 1950 até 2013 .....	252
Tabela 11 – População em Belém e no bairro do Reduto de 1950 até 2010 .....	266
Tabela 12 – Classe social por renda do Reduto por domicílios.....	315
Tabela 13 – Classe social do Reduto por respondentes do QPD.....	316
Tabela 14 – Tabela da população alfabetizada no bairro do Reduto.....	320
Tabela 15 – Nível de escolaridade de Belém da população com 25 anos ou mais .....	322
Tabela 16 – Tabela da População de Belém por seu nível de instrução.....	324
Tabela 17 – Classe social que o mercado imobiliário deveria priorizar.....	340
Tabela 18 – Tipo de moradia por renda no Reduto .....	343
Tabela 19 – Interesse em morar em uma edificação histórica em Belém, Brasil ou Europa dos moradores do reduto .....	352
Tabela 20 – Interesse em morar em uma edificação histórica em Belém, Brasil ou Europa da população de Belém e ex-moradores.....	352
Tabela 21 – Bairro de opção de moradia frente a todos os bairros de Belém .....	354
Tabela 22 – Moradores do Reduto que frequentam o bairro.....	359
Tabela 23 – Não moradores do Reduto que frequentam o bairro.....	359

## LISTA DE SIGLAS

ANEB – Avaliação Nacional da Educação Básica  
BDTD – Banco Digital Brasileiro de Teses e Dissertações  
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior  
CITE – Classificação Internacional Tipo da Educação  
CHB – Centro Histórico de Belém  
CHTB – Centro Histórico Tombado de Belém  
CODEM – Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém  
COHAB – Companhia de Habitação do Estado do Pará  
DEPH – Departamento de Patrimônio Histórico  
DDU – Diretoria de Desenvolvimento Urbano  
DPHAC – Departamento de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural  
EaD – Educação a Distância  
ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio  
FIES – Programa de Financiamento Estudantil  
FGV – Fundação Getúlio Vargas  
FUMBEL – Fundação Cultural do Município de Belém  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IBICT – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia  
ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (em Língua Inglesa "International Council of Monuments and Sites")  
IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica  
IES – Institutos de Ensino Superior  
ISCED – International Standard Classification of Education  
IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional  
MICH – Mercado Imobiliário em Centros Históricos de Cidades Brasileiras  
NAEA – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos  
NEET – Neither in Employment Nor in Education or Training  
NSE – Nível Socioeconômico  
PCPGRC – Programas e Cursos de Pós-Graduação Recomendados pela CAPES  
PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação  
PIB – Produto Interno Bruto  
PNE – Plano Nacional de Educação  
PPGDSTU – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido  
PPP – Parcerias Público-Privadas  
PROUNI – Programa Universidade para Todos  
QPD – Questionário via Plataforma Digital  
REUNI – Reestruturação e Expansão das Universidades Federais  
SAEB – Sistema de Avaliação da Educação Básica  
SECULT – Secretaria de Cultura do Pará  
SEHAB – Secretaria Municipal de Habitação de Belém  
SINDCON – Sindicato dos Condomínios do Pará  
UAB – Universidade Aberta do Brasil  
UCL – University College London  
EU – União Europeia  
UFPA – Universidade Federal do Pará  
UFT – Universidade Federal do Tocantins  
UFSCar – Universidade Federal de São Carlos  
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura  
UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas  
USP – Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>20</b>
1.1 PROBLEMÁTICA E JUSTIFICATIVA.....	21
1.2 OBJETIVOS .....	29
1.2.1 Objetivo Geral .....	29
1.2.2 Objetivos Específicos .....	30
1.2.3 Questões-Problema.....	30
1.2.4 Hipóteses .....	30
1.3 Metodologia.....	32
1.3.1 Abordagem da Pesquisa.....	33
1.3.2 Coleta de Dados.....	34
1.3.3 A Evolução dos Procedimentos de Pesquisa para o Estudo do Processo de Gentrificação .....	47
<b>2 PROCESSOS URBANOS: UMA ANÁLISE A PARTIR DA ESCOLA DE CHICAGO ATÉ A CONTEMPORANEIDADE .....</b>	<b>51</b>
2.1 A ANÁLISE DO URBANO NA ESCOLA DE CHICAGO.....	52
2.1.1 Herança Teórico-metodológica da Escola de Chicago.....	55
2.2 A PRODUÇÃO E REESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO URBANO.....	60
2.2.1 Agentes Sociais Produtores do Espaço Urbano.....	68
2.3 PROCESSOS E FORMAS URBANAS CONTEMPORÂNEAS.....	74
2.4 DEGRADAÇÃO/DECADÊNCIA DAS ÁREAS CENTRAIS .....	86
2.5 A TEORIA DO DESENVOLVIMENTO GEOGRÁFICO DESIGUAL.....	89
<b>3 APERTANDO PARA EXPANDIR: A DEFINIÇÃO SUBSTANTIVA DE GENTRIFICAÇÃO.....</b>	<b>95</b>
3.1 A CLASSE MÉDIA E O CAPITAL CULTURAL.....	98
3.1.1 A Classe Média.....	98
3.1.2 O Capital Cultural.....	106
3.1.3 O Capital Cultural da Classe Média .....	111
3.1.4 O Capital Cultural da Classe Média no Brasil e em Belém.....	124
3.2 O USO SERIA GENTRIFICATION OU GENTRIFICAÇÃO?.....	147
3.3 SURGIMENTO DO CONCEITO .....	149
3.4 O DEBATE METODOLÓGICO DENTRO DOS ESTUDOS DE GENTRIFICAÇÃO .....	159
3.5 O PROCESSO DE GENTRIFICAÇÃO.....	164
3.6 GENTRIFICAÇÃO E CENTROS URBANOS .....	172

3.7 OLHARES PARA POSSÍVEIS TIPOS DE GENTRIFICAÇÃO: CARÁTER MÚLTIPLO E DIVERSIDADE DA GENTRIFICAÇÃO .....	175
3.8 AUTORES QUE ESTUDARAM O PROCESSO DE GENTRIFICAÇÃO NA CIDADE DE BELÉM .....	189
3.9 O ADJETIVAR CONCEITUALMENTE .....	197
<b>4 O REDUTO DE BELÉM DO PARÁ: DO NASCIMENTO AO FABRIL .....</b>	<b>199</b>
4.1 CONFIGURAÇÃO ESPACIAL DE BELÉM: DO MAIRI ATÉ 1750 .....	200
4.1.1 Espacialização da Cidade do Mairi: uma breve introdução .....	201
4.1.2 Belém, no Início de Tudo: os primeiros anos de formação socioespacial – Período Colonial (1616-1750) .....	203
4.2 CONFIGURAÇÃO ESPACIAL NO PERÍODO POMBALINO (1750-1777) .....	213
4.2.1 Origem e Ocupação do Reduto (1750-1890).....	219
4.2.2 O Ciclo Econômico da Borracha e a Reestruturação Urbana do Bairro do Reduto (1890-1920).....	229
4.2.3 Reduto: de bairro operário a bairro fabril (1920-1950).....	237
<b>5 OS SIGNIFICADOS LOCAIS DO PROCESSO DE GENTRIFICAÇÃO PARA O BAIRRO DO REDUTO .....</b>	<b>250</b>
5.1 LOCALIZAÇÃO E DEMARCAÇÕES DO BAIRRO DO REDUTO .....	250
5.1.1 Localização.....	250
5.1.2 Demarcação do Alto e do Baixo Reduto .....	252
5.2 OS AGENTES PRODUTORES DO BAIRRO DO REDUTO.....	258
5.2.1 Classificação dos Agentes Entrevistados .....	258
5.2.2 Perfil dos respondentes dos questionários via plataforma Google Forms.....	259
5.3 Reduto de um Bairro Periférico para um Bairro Central (1950-1990).....	262
5.4 O BAIRRO DO REDUTO COMO UM PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL DE BELÉM DO PARÁ (1990-2000) .....	291
5.4.1 As Práticas Preservacionistas na Esfera Municipal: o bairro do Reduto como entorno de bem tombado .....	293
5.4.2 As Práticas Preservacionistas na Esfera Estadual: A SECULT-DPHAC no Reduto....	302
5.4.3 As Práticas Preservacionistas na Esfera Federal: O IPHAN no Reduto.....	307
5.5 REDUTO EM PERÍODO RECENTE (2000-2020): PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO .....	310
5.5.1 Perfil Social e Econômico da População do Reduto: população, capital econômico e cultural.....	311

5.5.2 Perfil Social e Econômico da População do Reduto: forma, uso e ocupação .....	326
5.6 O ENTENDIMENTO DA POPULAÇÃO SOBRE O MORAR NO ENTORNO DE UM BEM TOMBADO .....	345
5.7 O ENTENDIMENTO DA POPULAÇÃO SOBRE FREQUENTAR O BAIRRO DO REDUTO.....	356
<b>6 REFLEXÕES FINAIS: HÁ O PROCESSO DE GENTRIFICAÇÃO NO REDUTO?</b> .....	<b>362</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>371</b>
<b>APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO DA ENTREVISTA .....</b>	<b>403</b>
<b>APÊNDICE B – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS – ÓRGÃOS PÚBLICOS.....</b>	<b>404</b>
<b>APÊNDICE C – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS – PESQUISADORES.....</b>	<b>407</b>
<b>APÊNDICE D – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS –EMPRESÁRIOS DO REDUTO.</b>	<b>410</b>
<b>APÊNDICE E – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS – EX-MORADOR DO REDUTO.</b>	<b>413</b>
<b>APÊNDICE F – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS – MORADOR DO REDUTO .....</b>	<b>415</b>
<b>APÊNDICE G – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS – PROMOTORES IMOBILIÁRIOS</b> .....	<b>417</b>
<b>APÊNDICE H – QUESTIONÁRIOS DA PLATAFORMA DIGITAL GOOGLE FORMS – MORADORES DO BAIRRO DO REDUTO .....</b>	<b>419</b>
<b>APÊNDICE I – QUESTIONÁRIOS da PLATAFORMA DIGITAL GOOGLE FORMS – MORADORES DE BELÉM EXCETO BAIRRO DO REDUTO .....</b>	<b>425</b>
<b>APÊNDICE J – QUADRO-SÍNTESE DOS ENTREVISTADOS.....</b>	<b>433</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Esta tese contempla o estudo do processo urbano conhecido como gentrificação no bairro do Reduto em Belém, Pará, como seu objeto de estudo.

O trabalho nasceu da inquietude de compreender um dos processos de transformação urbana e social que vem ocorrendo em várias cidades do mundo, o Processo de *gentrification*, tendo como aportuguesamento do termo: **Processo de gentrificação**. Assim, dentro da nossa percepção e com base em leituras preliminares, antes da aprovação para o doutoramento, ficaram alguns questionamentos considerados interessantes para uma pesquisa de doutorado.

Analisando outros processos urbanos e sociais, como a suburbanização, verticalização, periferização, segregação, entre outros processos, verifica-se que todos esses processos no Brasil se apresentam de forma distinta da Europa, dos Estados Unidos e da América Latina etc. Dessa forma, a questão é: Como o Processo de gentrificação se apresenta no Brasil? Tal processo também aparece com distintas feições? Quem são os atores sociais responsáveis envolvidos por esse processo? Em Belém, há o processo de gentrificação?

Acredita-se que a maior contribuição deste trabalho será a proposta de adjetivar o processo de gentrificação para que ele possa ser estudado dentro da realidade brasileira.

Entende-se que há a necessidade de demonstrar como esse fenômeno ocorre, assume-se que no Brasil esse fenômeno se apresenta de forma diferenciada, porém trazendo uma feição comum ao processo conhecido como gentrificação. A proposta aqui é pesquisar o processo, averiguar e mostrar as particularidades dele na realidade de Belém para, assim, estabelecer um conceito.

Parte-se do pressuposto de que não há o processo de gentrificação do tipo residencial em Belém, contudo, isso não descarta a existência de outras feições de gentrificação na realidade da capital do Pará. Trindade Júnior (2018) relata a existência de um processo de gentrificação embrionário na área central de Belém e é com esse pressuposto que se pretende entender de que forma o Processo de gentrificação se apresenta a partir da cultura da classe média.

A partir dessa afirmação, intenciona-se entender a existência de outras feições do processo de gentrificação, e para tanto, questiona-se: Por que em Belém não se encontra a gentrificação residencial, mas sim outros tipos de gentrificação, como a cultura, a de consumo e a de frequência?

Há estudiosos que são contrários a nosso pensamento, pois defendem que não há nenhum tipo de gentrificação no Brasil e em Belém. Porém, acredita-se que não é interessante

realizar o descarte completo do conceito, mas sim realizar o estudo dos elementos que são comuns e descobrir os subsídios que são adquiridos a partir da nossa realidade local.

Assim, tem-se como hipótese a existência do processo de gentrificação no Brasil não seguindo uma linha habitacional, como o conceito clássico apresenta, mas sim uma vertente cultural, de consumo e de frequência, que é a linha de entendimento de alguns estudiosos, como Smith (2006), Bidou-Zachariassen (2006), Van Criekingen (2006), Frúgoli Jr. (2005), Melé (2006), Hiernaux-Nicolas (2006), Vaz e Jacques (2003), Trindade Júnior e Amaral (2006) e Trindade Júnior (1997; 2018).

### **1.1 Problemática e Justificativa**

Gentrificação não é um conceito desconhecido no Brasil, foram encontrados, durante a esta pesquisa, um número considerável de trabalhos, como artigos, dissertações, teses, livros etc., que estudam ou apresentam um conceito sobre o assunto. De fato, a própria presença deste volume demonstra a sua crescente inserção nos estudos urbanos brasileiros.

À medida que cresce o interesse pelo processo, conseqüentemente cresce a quantidade de trabalhos publicados. Smith (2015, p. 77-78 [1979]) relata que:

A medida que crecía em processo e gentrificación también lo hacía la bibliografía al respecto. La mayor parte de estas investigaciones se han concentrado en los procesos contemporáneos o en sus efectos: las características socio-económicas y culturales de los inmigrantes, los desplazamientos, el papel del gobierno federal en la renovación urbana, los beneficios para la ciudad, así como la creación y destrucción de las comunidades. Há habido pocos intentos de construir explicaciones históricas sobre el proceso, de estudiar las causas en lugar de los efectos. Por el contrario, las causas se han considerado evidentes y divididas em dos categorías: culturales y económicas.

Percebe-se que, na maioria dos trabalhos analisados e estudados, o conceito tem sido empregado na sua acepção original em inglês: gentrification; no seu neologismo: gentrificação; ou tem sido traduzido em construções linguísticas que enfatizam a transformação socioeconômica característica do processo: enobrecimento urbano. Entretanto, grande parte desses estudos não têm lidado diretamente com os problemas teóricos decorrentes da importação do conceito para explicar um contexto urbano diferente daquele no qual ele foi originado, como é o caso do Brasil. Processos urbanos passam a existir desde que sejam formadas as primeiras urbes. Há vários processos urbanos que ocorreram em outras partes do mundo, mas, quando se apresentam na realidade brasileira, se exibem de forma distinta devido à realidade e à escala.

Mesmo nos contextos originais ou nos casos clássicos de gentrificação na Inglaterra e nos Estados Unidos, a teoria tem gerado debate sobre sua aplicabilidade. Assim, argumenta-se que a sua expansão ou generalização poderia ter conduzido à falta de precisão em seu conceito. Para esta tese, entretanto, destaca-se a necessidade de contextualizar o nosso entendimento sobre o processo de gentrificação, considerando que a interação entre padrões em escalas locais e globais pode alterar o processo temporal e espacial.

Assim sendo, realiza-se uma defesa do conceito do processo de gentrificação sem perder o aspecto da necessidade de elaborar um modelo de análise que seja ao mesmo tempo científico e flexível e, para isso, percebe-se a necessidade de adjetivar esse conceito para a realidade brasileira contemporânea.

Gentrificação, de forma geral, é definida como o processo de redesenvolvimento<sup>1</sup> urbano que acarreta a “elitização” socioespacial, indo, assim, de encontro à definição direta de teorias, argumenta-se que existem dimensões necessárias e definidoras do processo que não são, todavia, suficientes para compreender o seu funcionamento em cada contexto urbano. Assim sendo, embora elementos fundamentais estejam presentes em todos os casos de gentrificação, ainda podem existir dimensões contingentes (ou estruturas mediadoras) que explicam as diferenças que ocorrem localmente (SIQUEIRA, 2014a). Isto é, trata-se de um esforço para que o conceito de gentrificação não perca sua capacidade analítica, mas que também auxilie a explicar dados empíricos que podem ser contextuais e específicos.

Trindade Júnior (2018, p. 59), apoiado nas contribuições de Smith (2006), entende a gentrificação como um processo iniciado na década de 1960:

[...] que ganhou generalização no urbanismo contemporâneo mundial, pressupondo ações do mercado e do Estado no espaço acompanhadas de discursos de “reabilitação” ou de “regeneração” urbana. Associadas a uma geografia econômica em plena mudança, tais ações implicam no deslocamento dos moradores das classes populares das áreas centrais para outros espaços das cidades, em razão das alterações que aquelas áreas passam a vivenciar em sua paisagem cultural e em seu conteúdo social.

O bairro do Reduto é um bairro secular de Belém, que está incluso na poligonal de tombamento da esfera municipal do Centro Histórico de Belém e que passou por vários

---

<sup>1</sup> Smith (2010a) distingue os dois processos quando diz a gentrificação envolve a reabilitação de imóveis de edifícios históricos e o redesenvolvimento refere-se às construções totalmente novas em áreas centrais decadentes. Este último seria, assim, um sinônimo de renovação urbana. Em análises mais recentes, principalmente em Smith (2002), o autor reconhece que essa diferença não é verídica, uma vez que os dois tipos de transformação do ambiente construído podem causar “elitização” social.

processos urbanos, nos quais se acredita ter as feições do processo de gentrificação. O bairro nasceu como um bairro periférico e, a partir do crescimento de Belém, se tornou um bairro central. A tipologia habitação vem diminuindo, em contrapartida, as tipologias comércio, serviços e lazer estão começando a dominar parte do bairro. Assim, o bairro torna-se interessante, pois o processo está acontecendo e seu entendimento pode cessar ou estimular a sua consolidação.

Dessa forma, o estudo de caso é importante para a compreensão do processo que está acontecendo para que seja possível corroborar com a teoria da gentrificação na realidade de Belém e, quiçá, da região Amazônica.

O processo de gentrificação está intimamente ligado com as classes sociais, principalmente a classe média. As classe sociais, suas posturas e gostos, são diferentes em toda parte do mundo devido aos seus *habitus* e de seu capital cultural.

Esta pesquisa se torna oportuna por vários motivos: inicialmente, como já mencionado, pelo fato de ocorrer um uso crescente do termo gentrificação no mundo e, principalmente, no Brasil. Também é importante pelo surgimento de processos de produção espacial que contrastam com os padrões locais de urbanização anteriores nas cidades brasileiras e especificamente em São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Belém, entre outras, onde há semelhanças com as narrativas sobre gentrificação da América do Norte e da Inglaterra. Este é o caso do reinvestimento<sup>2</sup> em distritos históricos em declínio, instrumentos flexíveis e competitivos para promover a reestruturação urbana e a transformação crescente desses locais com o deslocamento de residentes anteriores.

De acordo com Bidou-Zachariasen (2006, p. 21), “[...] as cidades são hoje objeto de dinâmicas múltiplas e de reinvestimentos importantes, tanto de parte dos atores políticos e econômicos, como dos atores sociais”.

---

<sup>2</sup> Reinvestir é, como o próprio nome sugere, “[...] a prática de fazer um novo investimento através dos recursos disponíveis. Sejam eles provenientes da rentabilidade de uma aplicação já existe ou não” (LEMOS, 2019). “From their inception, cities have arisen through geographical and social concentrations of a surplus product. Urbanization has always been, therefore, a class phenomenon, since surpluses are extracted from somewhere and from somebody, while the control over their disbursement typically lies in a few hands. This general situation persists under capitalism, of course; but since urbanization depends on the mobilization of a surplus product, an intimate connection emerges between the development of capitalism and urbanization. Capitalists have to produce a surplus product in order to produce surplus value; this in turn must be reinvested in order to generate more surplus value. The result of continued reinvestment is the expansion of surplus production at a compound rate-hence the logistic curves (money, output and population) attached to the history of capital accumulation, paralleled by the growth path of urbanization under capitalismo.” (HARVEY, 2008, p. 24).

Os capitalistas têm de produzir além de seus custos para ter lucro; este, por seu lado, deve ser reinvestido para gerar mais lucro. A perpétua necessidade de encontrar territórios férteis para a geração do lucro e para seu reinvestimento é o que molda a política do capitalismo.

Para Duarte (2005), o capital imobilizado na paisagem urbana sob a forma de imóveis devolve lenta e gradualmente a seu proprietário o capital que nele foi investido. A edificação só deve ser demolida até que o capital investido seja recuperado, sob pena de resultar em prejuízo para o investidor. Assim, resulta que o processo que precede a gentrificação e o redensolvimento é a indispensável depreciação e desvalorização do capital investido para fins residenciais na área central da cidade. A desvalorização produz as condições econômicas objetivas que tornam a revalorização do capital uma resposta racional do mercado (DUARTE, 2005).

É nesse ponto que deve ser respeitado um elemento importante para a teoria do processo, segundo a proposta feita por Smith (1996). Trata-se do *rent gap*, que seria a disparidade entre o nível potencial de renda do solo de um local e a renda do solo atualmente obtida, capitalizada por meio do uso da terra naquele momento (SMITH, 1996).

Para Duarte (2005), sem o *rent gap* não há margem para o reinvestimento e, por conseguinte, não há gentrificação nem redensolvimento, pois o hiato entre os dois níveis de renda já referidos deve ser grande o suficiente para que os empresários possam comprar a baixo custo os imóveis decadentes, reformá-los (ou demoli-los, no caso do redensolvimento/renovação) e lucrar com a reabilitação da área. Quando o *rente gap* é adequado, o processo de gentrificação e/ou redensolvimento pode ser deflagrado por um ou mais dos diversos atores do mercado imobiliário (DUARTE, 2005).

Disso resulta que, se a teoria do *rente gap* é correta, a gentrificação e/ou o redensolvimento não são obras do acaso, mas, ao contrário, são um resultado esperado do processo de acumulação de capital nas grandes metrópoles. A desvalorização do capital nas vizinhanças da área central, combinada ao contínuo crescimento da urbanização em direção ao subúrbios, teria produzido as condições para que o reinvestimento lucrativo fosse possível. É na envergadura dessas considerações que Smith (1996, p. 70) afirma que “[...] a gentrificação é mais um retorno do capital do que das pessoas ao centro da cidade”. Smith (1996, p. 88) ainda relata que há “[...] uma revitalização da taxa de lucro ao invés de uma revitalização do centro da cidade”.

Smith (2015, p. 77) afirma também que:

Las hipótesis sobre la soberanía del consumidor han dominado las explicaciones de la gentrificación, pero los datos sobre el número de suburbanitas que retornan a la ciudad plantean dudas sobre esta hipótesis. De hecho, la gentrificación es un resultado esperado por la actuación relativamente libre de obstáculos de los mercados del suelo y de la vivienda. La depreciación económica del capital invertido en los deteriorados barrios centrales del siglo XIX y el aumento simultáneo de los niveles potenciales de renta del suelo crean la posibilidad de una renovación urbana rentable. Que la gentrificación constituya una reestructuración básica del espacio urbano no depende de donde provienen los nuevos habitantes, sino de cuánto capital productivo retorna a la zona desde los suburbios.

Contudo, o processo não é fruto da ação isolada e/ou espontânea dos agentes privados atuantes no mercado urbano. Para Siqueira (2014b), o papel do Estado como indutor é extremamente relevante, pois são diversos os exemplos de processos de gentrificação derivados de programas governamentais de renovação urbana. Essas ações permitiram que, em um momento posterior, as instituições financeiras e os agentes imobiliários estivessem qualificadas para deflagrar o processo sem a intervenção direta do Estado, e isso ficou conhecido como gentrificação de mercado (*private-market gentrification*) (DUARTE, 2005).

Duarte (2005, p. 3) relata que em diversos casos foi o:

Estado quem absorveu vários imóveis a preço de mercado e os repassou aos incorporadores imobiliários a preços mais baixos, absorvendo os custos dos últimos estágios de desvalorização, de forma a assegurar altas taxas de retorno aos investidores. O Estado completou o que faltava, pelas leis do mercado, para o apropriado *rent gap* da gentrificação.

Conforme alega Duarte (2005), uma característica bastante atraente e frequente da intervenção estatal é sua conexão com as atividades culturais. O papel da chamada indústria cultural no processo aqui analisado é extremamente significativo. Por meio dos negociantes de arte, dos *designers*, dos proprietários de galerias de arte, etc., o setor artístico esteve na vanguarda de numerosos processos de gentrificação em países ricos, tornando-se capaz, nas palavras de Smith (1996, p. 18), de transformar dilapidação urbana em algo ultra *chic*.

O próprio Smith (1996) destaca as limitações do marco teórico, o autor reconhece tais limitações quando afirma que o marco especificamente não permite prever quais serão as áreas afetadas e quais serão as áreas imunes ao processo. Ele acrescenta também que as variáveis que permitem identificar o *rent gap* mudam de um país para o outro e devem ser localmente definidas (SMITH, 1996).

Assim sendo, o termo gentrificação se tornou ainda mais utilizado no Brasil nos últimos anos, já que várias cidades brasileiras abrigaram megaeventos, como a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016, no Rio de Janeiro, e tanto a mídia internacional quanto a local identificaram as transformações espaciais provocadas pelos

grandes projetos urbanos como gentrificação<sup>3</sup>. Mesmo as comunidades informais (favelas), que vêm experimentando aumentos nos aluguéis e nos preços dos imóveis, têm sido vistas, local e internacionalmente, como lugares valorizadores<sup>4</sup>.

Em 2013, pela primeira vez um dicionário brasileiro incluía o verbete “gentrificação”, indicando-o como neologismo. Portanto, fica claro que a palavra está indo além dos âmbitos acadêmico e profissional para ser popularmente reconhecida como um processo vivenciado por várias cidades brasileiras, como Recife (LEITE, 2004); Salvador (NOBRE, 2003; VASCONCELOS, 2003); Rio de Janeiro (MOSCIARO, 2012); São Paulo (FRÚGOLI JR.; SKLAIR, 2009); e a cidade em estudo nesta pesquisa, Belém (TRINDADE JÚNIOR; AMARAL, 2006; TRINDADE JÚNIOR, 1997; 2018).

Essa popularização do termo, no entanto, só aumentou a preocupação desta pesquisadora com a generalização de uma teoria sem levar em consideração realidades urbanas distintas de onde essa teoria surgiu pela primeira vez, como as cidades brasileiras. Para abordar essa preocupação, esta tese é orientada pela questão: Quais são as contribuições e/ou limitações da teoria de gentrificação para entender casos de redesenvolvimento urbano crescente em Belém, PA, Brasil?

A pesquisa é admissível por vários motivos, primeiramente como já mencionado, pelo fato do uso crescente do termo no país. Inspirados pelo surgimento de processos de produção espacial que contrastam com os padrões locais de urbanização anteriores nas cidades brasileiras e, especificamente, em Belém, há semelhanças com as narrativas sobre gentrificação da América do Norte e da Inglaterra. Esse é o caso do reinvestimento em distritos históricos em declínio, instrumentos flexíveis e competitivos para promover a reestruturação urbana e a transformação crescente desses locais com o deslocamento de residentes anteriores.

Posteriormente, em segundo lugar, não há um uso consensual do conceito nos estudos urbanos brasileiros. Em contraste com o modelo indutivo de construção de teoria nas geografias tradicionais de gentrificação, estudos brasileiros têm importado o conceito em

---

<sup>3</sup> Por exemplo, um artigo da revista norte-americana *New Yorker* chama o estádio da Copa do Mundo de 2014 em São Paulo de um “monumento à gentrificação”. Vários jornalistas brasileiros também citaram o artigo e usaram a palavra. Artigo original disponível em: [http://www.newyorker.com/reporting/2014/01/13/140113fa\\_fact\\_mcgrath](http://www.newyorker.com/reporting/2014/01/13/140113fa_fact_mcgrath). Acesso em 3 de junho de 2018.

<sup>4</sup> Um exemplo disso pode ser consultado em: <http://www.theguardian.com/world/2013/jan/23/rio-favela-real-estate>. Acesso em: 4 jun. 2018.

projetos de pesquisa dedutiva que se encaixam – ou pelo menos tentam encaixar – nos casos locais em narrativas semelhantes.

Nesse sentido, encontrou-se dois usos principais do conceito de gentrificação no país. A primeira explica iniciativas de “revitalização”<sup>5</sup> ou de renovação de bairros históricos tombados ou não, como o caso de Salvador e Rio de Janeiro, mas também diversas cidades do país, de Recife (LEITE, 2004) a São Paulo (FRÚGOLI JR.; SKLAIR, 2009). O segundo uso refere-se ao surgimento de políticas competitivas no país. Estudos que estabelecem uma conexão direta entre as transformações locais e globais no planejamento urbano e urbanismo demonstram que as agendas pós-modernas e neoliberais têm efeitos excludentes, promovendo políticas pró-crescimento e pró-capital que deslocam usos e usuários indesejáveis, nos quais haja a possibilidade de acumular capital pelo redesenvolvimento de valores de terra comprometidos com usos menos lucrativos (ARANTES *et al.*, 2000; FERNANDES, 2001; SÁNCHEZ, 2003). Portanto, a gentrificação não está mais somente conexa aos distritos antigos históricos. Em vez disso, diversas geografias são identificadas com o processo de gentrificação.

Com a revisão da literatura, no entanto, ficou claro que nos estudos brasileiros não há uso unificado do conceito, porém, o mesmo problema também é encontrado no estudo de outras cidades e essa é a terceira razão pela qual esta pesquisa é aceitável.

Para Bidou-Zachariassen (2006), as cidades, especialmente aquelas situadas em países desenvolvidos, muitos deles que até estavam no coração da economia mundial, após décadas de desconcentração e de suburbanização, tornaram-se elementos de reinvestimentos e de múltiplas dinâmicas, tanto por parte dos atores políticos e econômicos como pelos atores sociais, levando, muitas vezes, a processos de gentrificação. Assim, Bidou-Zachariassen (2006) revela ser necessário a discursão sobre o processo de gentrificação de forma pluridisciplinar, expandindo as análises para contextos pouco abordados como é o caso dos países latinos.

---

<sup>5</sup> Será utilizada a palavra “revitalização” entre aspas ao longo deste trabalho para enfatizar a construção de uma imagem para esses lugares como carente de vida ou morte, descartando apropriações atuais que podem não seguir as imagens prescritivas de “revitalização”. Nesse sentido, esses projetos constroem uma narrativa ideológica de lugares desinvestidos que os condenam como sem vida para justificar o redesenvolvimento, ao mesmo tempo em que retratam esse processo como natural. No entanto, eles negam que a maioria dos centros coloniais das cidades brasileiras, em que a maioria desses projetos está ocorrendo, se transformou em centros populares dinâmicos, com intenso comércio, apropriações informais dos espaços, mantendo sua função como os principais nós do transporte urbano.

É importante mencionar que, para dar conta do contexto de reestruturação socioeconômica e de reinvestimento desde que o conceito foi empregado pela primeira vez por Ruth Glass (2010 [1964]), os autores e pesquisadores precisaram ampliar sua definição para incorporar sua conversão em uma estratégia urbana planejada e apoiada pelo estado neoliberal. Por exemplo, Smith (2002) argumenta que a gentrificação foi generalizada em uma “*global urban strategy*”. Hackworth (2007) chama isso de “*leading edge*” do urbanismo neoliberal, e Lees e Ley (2008) argumentam que se tornou uma “*active part of public policy*”. A gentrificação, por esses termos, tornou-se um fim em si mesmo, um objetivo a ser alcançado.

A gentrificação global, portanto, refere-se à sua expansão vertical para cidades menores e horizontal para outras realidades geográficas no mundo (ATKINSON; BRIDGE, 2005; SMITH, 2002). Em sua expansão horizontal, pode-se entender que os novos processos internacionais de produção de capital e sua nova divisão do trabalho, o mercado financeiro em excesso, as políticas neoliberais e a promoção de novos padrões de consumo estão expandindo os processos de gentrificação para além das cidades globais nos países centrais e nas cidades globalizantes. Em sua dimensão vertical, as mudanças nas políticas urbanas com a promoção da competição interurbana estão expandindo os processos de gentrificação para as cidades, às vezes, não incluídas nos grandes circuitos do capital e, portanto, atingindo não apenas Nova York e São Paulo, mas também as cidades menores nos Estados Unidos e no Brasil.

No entanto, se a gentrificação se tornou global, não há consenso sobre uma estrutura que possa manter o conceito analiticamente relevante para apoiar a pesquisa comparativa e, ao mesmo tempo, explicar esses diferentes contextos. Para Siqueira (2014b), as cidades da França, Holanda, Índia, China, Chile e México, entre outras, compartilham com os casos brasileiros dificuldades semelhantes em usar um conceito em um contexto socioespacial distinto de onde emergiu. Nesse sentido, o trabalho de tese exige a necessidade de contextualizar os entendimentos de gentrificação, nos quais as interações entre padrões locais e globais podem alterar o processo no espaço e no tempo.

A quarta razão pela qual se acredita ser importante esta pesquisa é que, mesmo na Inglaterra e na América do Norte, onde a teoria teve suas primeiras formulações, tem ocorrido um debate sobre a definição adequada de gentrificação. Por um lado, os autores mencionados apontaram para a necessidade de entender a evolução do processo dentro do processo de globalização neoliberal para incluir novas geografias e usos além do estoque habitacional de

distritos históricos (ATKINSON; BRIDGE, 2005; LEES; LEY, 2008; HACKWORTH, 2002; 2007; HACKWORTH; SMITH, 2001; SMITH, 2002). Por outro lado, alguns autores pedem um retorno à definição clássica de gentrificação na qual o processo está localizado em geografias de desinvestimento que são ressignificadas por/para uma nova classe média preocupada com valores de historicidade, identidade e comunidade (BONDI, 1999; GLASS, 1989). Finalmente, um terceiro grupo de autores tem clamado pela completa dispensa do conceito, dada a sua falta de solidez teórica e empírica (LAMBERT; BODDY, 2002).

Este trabalho, no entanto, faz um esforço para usar o conceito de gentrificação avançando em um quadro analítico que procura por sua definição fundamental – sua intensão conceitual ou significado – ao mesmo tempo em que explica sua diversidade empírica – sua extensão conceitual.

A tarefa árdua em questão é, portanto, propor uma estrutura para analisar a gentrificação que seja consistente para não perder sua relevância teórica ao mesmo tempo em que fornece elasticidade suficiente para iluminar contextos divergentes. Isso significa que a pesquisa pode ser aplicável não apenas aos casos tradicionais na Inglaterra e na América do Norte, mas também aos cenários mais recentes de gentrificação global dentro desses países, bem como nas cidades brasileiras. Em última análise, esta tese deve ser capaz de responder à principal pergunta de pesquisa sobre as contribuições e as limitações do uso de tais lentes para compreender os processos de mudança socioespacial crescente no Brasil, em especial em Belém, PA.

## 1.2 Objetivos

Na sequência serão apresentados os objetivos, geral e específicos, que guiarão este trabalho.

### 1.2.1 Objetivo Geral

O objetivo geral desta tese é compreender de que maneira o processo urbano conhecido como **gentrificação** ocorre na contemporaneidade no bairro do Reduto em Belém.

### 1.2.2 Objetivos Específicos

Os objetivos específicos desta pesquisa são:

- a) Investigar a evolução da teoria do processo de gentrificação, assim como suas características e tipologias.
- b) Demonstrar as aproximações e os distanciamentos das características do processo de gentrificação dentro da realidade de Belém a partir do estudo do bairro do Reduto.
- c) Entender como o bairro do Reduto se tornou entorno do Centro Histórico de Belém.
- d) Apresentar uma estrutura analítica para compreender as feições do processo de gentrificação encontrados no bairro do Reduto em Belém, PA.

### 1.2.3 Questões-Problema

Para nortear o trabalho, as perguntas que devem ser respondidas ao final desta pesquisa serão:

- a) Quais são as contribuições e/ou limitações da teoria de gentrificação para entender o caso do Reduto em Belém?
- b) Como a classe média belenense se apresenta nesse processo de gentrificação?
- c) De que forma o processo de gentrificação se apresenta na realidade belenense?
- d) Quais as feições do processo de gentrificação que são encontradas no bairro do Reduto em Belém, PA?

### 1.2.4 Hipóteses

Como hipótese tem-se que existe o processo de gentrificação no bairro do Reduto em Belém, porém, não seguindo uma linha habitacional, como o conceito clássico apresenta, mas sim indo para uma vertente cultural, de convívio e de frequência.

O pressuposto é o da existência do processo de gentrificação no bairro do Reduto em Belém, apesar disso, esse processo identificado difere do processo de gentrificação de outros lugares a partir da cultura da classe média (capital cultural), já que, por exemplo, na Europa, há uma preocupação e uma valorização com a edificação histórica existente na atualidade,

preservada ou não por legislação específica (aqui chamada de tombamento). No Brasil, prefere-se a “tabula rasa”<sup>6</sup>, para se construir edificações com uma arquitetura contemporânea, e, em Belém, não há um interesse da classe média em morar em centros históricos, assim sendo, não há a ocorrência dessa gentrificação habitacional no entorno do Centro Histórico de Belém (CHB), onde o bairro do Reduto se encontra, mas uma gentrificação de consumo, na qual as edificações antigas mudam seu uso habitacional para atender ao gosto e à cultura da classe média.

Dessa forma, tem-se como hipótese que a classe média belenense não tem interesse em morar em edificações históricas, nem em áreas tombadas e em seu entorno. Primeiramente, essa hipótese é pensada devido ao não conhecimento da população sobre tombamento, pois há um imaginário que esse instrumento de salvaguarda engessa a possibilidade de mudanças, dentro e fora de uma edificação. Posteriormente, devido ao custo de uma edificação dentro de uma área tombada, pois há alguns incentivos econômicos, como isenção parcial ou total de IPTU, dependendo do grau de preservação, contudo, esses incentivos não são suficientes para atrair pessoas que se interessem a morar no CHB e em seu entorno. O belenense é muito ligado em seu *status* de moradia, acredita-se que há outro imaginário, o de que o morar em centros históricos é uma opção da classe baixa, ou seja, parece ser uma diminuição de *status* social. Por último, o belenense tem uma ligação muito grande com o andar em veículo particular (carro), um dos grandes problemas do Centro Histórico de Belém e de seu entorno é a falta de estacionamento, isso é potencializado em edificações históricas, devido ao fato de o prédio não ter sido pensado para ter esse ambiente particular.

Contudo, em contrapartida, a população belenense tem uma ligação de *status* social em utilizar essas edificações históricas para outros fins, como para seu consumo comercial. É considerado “chique” ter um escritório, um consultório ou uma loja nessas edificações

---

<sup>6</sup> Para Costa Moreira (2005, p. 18), a tabula rasa manifesta a “[...] intenção de transformar a cidade e de criar algo novo, de decidir sobre seu presente e seu futuro (e também sobre seu passado) e, para tal, por vezes, destruir partes ou, em seu auge, destruí-la completamente ou abandoná-la, e fazer uma nova cidade ou novas partes delas”. Segundo o Dicionário Aulete Digital [2019], *tábula rasa* é a tradução para a expressão em latim *tabula rasa*, que significa literalmente “tábua raspada”, e tem o sentido de “folha de papel em branco”. O mesmo dicionário ainda traz que *tabula rasa* é “No empirismo mais radical, o estado de absoluto vazio mental anterior a toda experiência”. É um termo muito utilizado por pesquisadores da área de preservação patrimonial, para relatar que algo existia em determinado lugar e que foi totalmente destruído não sendo respeitando a edificação e/ou história e/ou cultural daquele espaço.

históricas, assim como é socialmente bem visto frequentar bibliotecas, academias, casas de festas, boates, restaurantes, bares, *pubs* etc. que estejam locadas nesses prédios e nessa área preservada por legislação específica. Acredita-se que a prova disso seja a reforma feita nos galpões do antigo cais das Docas para receber o Complexo Estação das Docas, inaugurado em 2000.

A classe média de Belém não se preocupa em morar em centros preservados, contudo quer usufruir dessa área para o seu lazer e/ou frequência e/ou consumo.

### 1.3 Metodologia

Neste tópico serão apresentados os procedimentos metodológicos para acolher os objetivos da pesquisa. Para Marconi e Lakatos (2011), existem vários métodos utilizados para a obtenção de informação e de dados. A opção por um método em detrimento de outro estará relacionada com o que se busca estudar ou qual problema se busca resolver para que haja vínculo entre os dados empíricos e as questões do estudo de forma lógica (YIN, 2005).

Esta pesquisa é do tipo mista que usa técnicas qualitativas e quantitativas buscando sempre uma interdisciplinaridade. Essa prática intelectual fundamenta-se na ação, na crítica e na autocrítica, permitindo a análise das contradições internas às sociedades modernas capitalistas em constante movimento (DEMO, 1995).

Ainda Sposito (2001) avalia ser essencial para o desenvolvimento da ciência a compreensão da maneira de interpretar as diferentes leituras da realidade a partir da relação entre a teoria e o paradigma adotado, nesse caso, o materialismo histórico é trazido como doutrina e a dialética como método, que se utiliza de técnicas não quantitativas sem desconsiderar a utilização de dados matemáticos e estatísticos, como base de informações complementares e relevantes no estudo da realidade social apresentada. Sposito (2001, p. 102-103) define também o materialismo histórico com os seguintes elementos:

Em termos teóricos, essa tendência caracteriza-se pela tentativa de desvendar conflitos de interesses, pela fundamentação teórica por meio da eleição das categorias de análise e na sua articulação com a realidade estudada, pelo questionamento da visão estática da realidade, por se utilizar apontamentos para o caráter transformador dos fenômenos, relacionado à preocupação com a transformação da realidade estudada e da proposta teórica, procurando sempre o resgate da dimensão histórica dessa realidade, propondo-se as possibilidades de mudanças com base em uma postura marcadamente crítica.

“Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo

passado [...]” (MARX, 2003 [1852], p. 6), pode-se dizer que, nessa citação, Marx analisa a sociedade perante as classes sociais.

Esta tese de doutorado se utilizou de dados obtidos em fontes documentais e bibliográficas diversas e de informações coletadas nas observações *in loco* e nas entrevistas realizadas em Belém, nos meses de julho, novembro e dezembro de 2019. Dessa maneira, pretende-se construir e sistematizar uma argumentação que revele as particularidades deste processo em Belém.

Para Yin (2011), a técnica qualitativa permite a condução de estudos detalhados sobre uma ampla gama de tópicos, nos quais se pode: examinar o significado da vida das pessoas, sob condições do mundo real; investigar as opiniões e as perspectivas das pessoas (participantes) em um estudo; considerar o contexto situacional; contribuir com *insights* sobre conceitos existentes ou emergentes que podem ajudar a explicar o comportamento social humano; e usar múltiplas fontes de evidência. O estudo de caso, de forma compatível com a pesquisa qualitativa, é adequado ao objeto de análise quando se examina o “como” ou o “porquê” de certos acontecimentos contemporâneos, mas não é necessário que haja controle sobre certos eventos comportamentais (YIN, 2005).

### 1.3.1 Abordagem da Pesquisa

A abordagem deste estudo tem como preocupação captar e compreender as percepções dos sujeitos sociais, em suas ações e relações, como produtores de sua existência material e social, por meio da utilização de abordagem materialista histórico-dialética, permeada pela análise qualitativa e interdisciplinar em estudo de caso.

Esta tese adota os princípios metodológicos da pesquisa interdisciplinar, assim sendo, integra informações, dados, técnicas, instrumentos, perspectivas, conceitos e/ou teorias de várias áreas de conhecimento. Para que isso se realize, segue-se a linha de raciocínio de Bicudo (2008), pois ele ressalta que é preciso ter um tema como norte da investigação, neste caso, o processo chamado de gentrificação em Belém, não no seu sentido clássico habitacional, mas na sua vertente cultural. Esse é um tema abrangente, cujas abordagens não cabem nos limites de apenas uma área do conhecimento.

Ainda segundo Bicudo (2008), a pesquisa interdisciplinar determina que se aborde o conhecimento como atividade e não como mercadoria, que se tenha humildade para ouvir o outro e para expor perguntas e dúvidas. Dessa maneira, o conflito se faz sentir no confronto

da lógica de um conhecimento único, que privilegia as partes que somadas revelam o todo, com a racionalidade holística, do conhecimento do todo em detrimento das partes, do enfrentamento da complexidade da sociedade de risco e globalizada e do conhecimento construído/produzido pela ciência contemporânea, cujos valores divergem daqueles expressos pela concepção cartesiana (BICUDO, 2008).

Nesse sentido, a pesquisa realizada nesta tese abrange a observação de processos urbanos, em uma perspectiva voltada ao desenvolvimento regional na Amazônia, contribuindo para identificar, descrever, analisar, interpretar e auxiliar na solução dos problemas regionais amazônicos.

A contribuição da pesquisa qualitativa à pesquisa social, segundo Groulx (2008, p. 96), está na “[...] renovação do olhar lançado sobre os problemas sociais e sobre os mecanismos profissionais e institucionais de sua gestão [...]”, e na produção de um discurso social condizente com a vida democrática.

Por se tratar de pesquisa prioritariamente qualitativa, seguiu-se o enunciado de Creswell (2016, p. 162), ele afirma que esse tipo de pesquisa tem a intenção de explorar o conjunto complexo de fatores que envolvem o fenômeno central e apresentar as perspectivas ou os significados variados dos participantes, que são: os moradores, os usuários, os gestores públicos e os gestores empresariais. Sendo assim, percebe-se que a pesquisa qualitativa contribui para entender que no ambiente do bairro do Reduto se forma um território caracterizado pela desigualdade habitacional e de consumo.

O uso do método qualitativo, segundo Creswell (2016), é considerado apropriado para extrair, descrever e examinar detalhes multifacetados do processo de gentrificação.

### 1.3.2 Coleta de Dados

O instrumental técnico-empírico utilizado se assenta em pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e entrevistas semiestruturadas e em técnicas de investigação mobilizadas neste empreendimento para melhor alcançar os objetivos que aqui foram propostos.

Foi empregada a metodologia de triangulação sugerida por Günther (2009), que recomenda o uso da triangulação (formulação + desenvolvimento + resultado), pois auxilia nas abordagens múltiplas a fim de evitar distorções. Além disso, as observações, as análises, as entrevistas e os dados utilizados como elementos nesta pesquisa ajudaram a comprimir as ideias que permitissem caracterizar o tema estudado.

A pesquisa bibliográfica, considerada

[...] mãe de toda pesquisa, fundamenta-se em fontes bibliográficas; ou seja, os dados são obtidos a partir de fontes escritas, portanto, de uma modalidade específica de documentos, que são obras escritas, impressas em editoras, comercializadas em livrarias e classificadas em bibliotecas. (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 69)

Segundo Lakatos e Marconi (2010, p. 166), será considerada pesquisa bibliográfica “[...] toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema em estudo, que tenha sido transcrito e que possa propiciar as análises das informações levantadas”.

Monografias, dissertações, teses, livros e outras produções sobre temas convergentes e tangenciais ao objeto desta tese foram utilizados.

Houve um esforço em buscar trabalhos desenvolvidos no âmbito dos Institutos de Ensino Superior no Brasil (IES), assim, a pesquisa foi feita no mês de setembro e outubro de 2017, como alvo focou-se nas universidades federais do Brasil com Programas e Cursos de Pós-graduação Recomendados pela CAPES<sup>7</sup> (PCPGRC), nas quais foi possível encontrar o uso da categoria gentrificação, constituindo-se como áreas de interesse: Antropologia, Arquitetura e Urbanismo, Geografia, Planejamento Urbano e Sociologia. Também foram alvos de pesquisa, com o mesmo recorte, os PCPGRCs da Universidade de São Paulo (USP), da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e da Universidade de Campinas (UNICAMP). Foi inserido na análise o Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU), pertencente ao Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA), no qual esta pesquisadora cursa o seu doutoramento.

A identificação das teses foi feita por meio de quatro bases de dados:

- a) Bancos de dados *on-line* dos IES, cujas ferramentas de pesquisa foram as bibliotecas, os catálogos de teses, os bancos de teses e os repositórios.
- b) Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES, 2017).
- c) Banco Digital Brasileiro de Teses e Dissertações (BDTD, 2017) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT).

---

<sup>7</sup> Para a busca, utilizou-se a ferramenta *on-line* Plataforma Sucupira da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES, 2017), em que se teve acesso às universidades com Programas e Cursos de Pós-graduação nas cinco áreas de interesse: Antropologia, Arquitetura e Urbanismo, Geografia, Planejamento Urbano e Sociologia.

d) Banco de Teses do Domínio Público (BTDP, 2017).

A pesquisa realizada por meio das ferramentas *on line* dessas quatro bases de dados teve por finalidade a busca do termo *gentrification*, gentrificação ou “gentrificação”<sup>8</sup> em teses que abordam e discutem esse conceito. O objetivo foi compreender como esse processo é analisado nesses trabalhos a fim de verificar o uso do conceito em pesquisas no Brasil. Em todos os trabalhos encontrados, empreendeu-se a análise do objetivo, do percurso metodológico e do conceito de gentrificação adotado na pesquisa.

Na investigação foram encontradas 124 teses, das quais 72 dentro do recorte de análise. As 52 pesquisas restantes, não contempladas, encontravam-se nos programas e nos cursos das seguintes áreas: Engenharia Civil, Engenharia de Produção, Engenharia de Recursos Hídricos e Ambientais, História, Letras, Literatura, Administração, Artes Visuais, Comunicação, Design, Direito, Psicologia, Artes Cênicas, Educação Física, Ciência Contábil, Ciência Florestal, Extensão Rural, Agronomia, Educação e Ciência da Terra.

No base de dados dos IES, foram encontradas 72 teses<sup>9</sup>, das quais apenas oito utilizam o termo gentrificação como objeto conceitual e/ou metodológico para análise do seu objeto empírico, ou seja, abordam a categoria gentrificação de forma mais complexa e contemporânea. Nas 64 restantes, verificou-se que uma traz o termo gentrificação somente como título de um referencial bibliográfico; 27 não conceituam gentrificação<sup>10</sup>; e 36 abordam o conceito de forma muito restrita<sup>11</sup>.

---

<sup>8</sup> Em uma buscas *on-line*, o usuário se depara com resultados que contêm vários outros resultados, fugindo muitas vezes do seu interesse. O uso das aspas é uma ferramenta que corrobora a restrição dos proventos e especifica a procura, fornecendo resultados mais específicos sobre o termo pesquisado.

<sup>9</sup> Número de teses por Universidades: UFPA (nove, das quais quatro do PPGDSTU-NAEA); UFC (1); UFRN (7); UFPE (13); UFSE (1); UFBA (2); UNB (1); UFU (1); UFRJ (1); USP (6); UNICAMP (1); UFPR (3); UFSC (3); UFRGS (26); por área de estudo: Antropologia (13); Arquitetura e Urbanismo (16); Geografia (11); Planejamento Urbano e Regional (18) e Sociologia (10).

<sup>10</sup> Onze trabalhos afirmam um "enobrecimento" de determina área urbana; seis pressupõem um "enobrecimento" de determina área urbana; cinco citam que os centros históricos se gentrificaram devido a alguma intervenção pela qual passaram; três apontam que determinado grupo racial foi expulso de sua área de origem (dois quilombos e um de negros pobres), um trabalho discute que toda área que vira centralidade gentrificadora; e um alega que toda área com características de centralidade pode vir a gentrificar.

<sup>11</sup> Sete trabalhos abordam a gentrificação somente na vertente de grupo de excluídos de determina áreas; três discutem o enfoque na sociabilidade; nove estudam os centros históricos e relatam que essas áreas sofreram mudanças, afirmando que elas gentrificaram ou têm tendências a gentrificar; quatro citam que áreas de centros históricos requalificados tendem a gentrificar; dois citam o termo como um dos conceitos dentro das dinâmicas urbanas; seis citam Londres e/ou Barcelona e/ou Nova York e falam que foram gentrificadas; cinco estudam cidades no Brasil e partem do pressuposto de que elas foram gentrificadas.

Na base de dados da CAPES, foram encontradas 26 teses: 17 contemplam o recorte desta pesquisa<sup>12</sup>; cinco foram realizadas em outras áreas<sup>13</sup>; e quatro foram desenvolvidas em universidades privadas. As 17 teses mencionadas foram observadas na base de dados dos IES. Dos oito trabalhos selecionados por meio do banco de dados dos IES (conforme referido no parágrafo anterior), cinco aparecem no banco de dados da CAPES.

Na base de dados do BDTD, foram encontrados 22 teses: 16 contemplam o recorte desta pesquisa<sup>14</sup>; quatro foram realizadas em outras áreas<sup>15</sup>; e duas foram desenvolvidas em universidades privadas. As 16 pesquisas mencionadas foram consideradas na base de dados dos IES. Dos oito trabalhos selecionados por meio do banco de dados dos IES (conforme já referido), quatro aparecem no BDTD.

Na base de dados do Portal Domínio Público, foi encontrada uma tese na área da arquitetura e urbanismo, mas ela não se encaixa no recorte desta pesquisa, uma vez que aponta a gentrificação como consequência, caso seja executado o projeto arquitetônico proposto na tese. Esse trabalho também foi encontrado na base de dados dos IES.

Diante do exposto, apenas oito teses apresentam-se como alvo de um estudo mais aprofundado acerca de seu tratamento analítico relativo à categoria gentrificação: Furtado (2003), Galiza (2015), Gutterres (2016), Leite (2001), Maloa (2016), Medeiros (2015), Mourad (2011) e Oliveira (2011).

Para responder às questões de natureza teórica, procurou-se, mediante pesquisa bibliográfica, explicitar os conceitos-chave: processos urbanos, agentes produtores e produção do espaço urbano, processo de redesenvolvimento e processo de gentrificação.

No que diz respeito à revisão bibliográfica, buscou-se identificar e analisar o material já produzido sobre o tema em estudo com base na seguinte sistematização.

Compreensão da lógica dos processos urbanos, com base nas seguintes teorias: produção do espaço urbano e agentes sociais produtores do espaço: Harvey (1982), Corrêa A. (1989), Santos (1996; 1979), Santos (2008), Trindade Júnior (1997). Processos e formas urbanas: Corrêa R. (1989; 2006; 2009), Lefebvre (2000 [1974]; 2001), Tourinho (2011) e Villaça (2001). Classe média e Capital Cultural: Bourdieu (2012; 2009; 1989; 1983).

---

<sup>12</sup> Arquitetura e Urbanismo (7); Geografia (4); Planejamento Urbano (1); Sociologia (4); PPGDSTU-NAEA (1).

<sup>13</sup> Direito (1); Língua e Literatura (1); Comunicação (2); Agronomia (1).

<sup>14</sup> Arquitetura e Urbanismo (7); Geografia (3); Sociologia (5); PPGDSTU-NAEA (1).

<sup>15</sup> Direito (1); Engenharia Civil (1); Língua e Literatura (1); Educação Física (1).

Construção de uma base teórica aprofundada sobre o tema estruturante deste estudo, ou seja, o processo de gentrificação: Glass (1964), Ley (1981), Bidou-Zachariassen (2006), Leite (2001), Smith (1982; 1979; 2010a; 2006), Hamnet (1991), Harvey (2013), Furtado (2003; 2014), Van Criekingen (2006), Frúgoli Jr. (2005), Melé (2006), Hiernaux-Nícolás (2006), Vaz e Jacques (2006) e seus conceitos e categorias correspondentes: características do processo clássico, processo de consumo e frequência e processo cultural.

Caracterizar a cidade de Belém, possibilitando a apreensão de suas singularidades e particularidades, e, com base em suas dinâmicas, o possível reconhecimento ou não na noção do processo de gentrificação: Trindade Júnior e Amaral (2006) e Trindade Júnior (1997; 2018). Belém – Reduto: Penteado (1968), Belém (1971; 1975; 2008), Corrêa A. (1989), Trindade Júnior (1997; 2001), Ponte (2004), Amaral (2005), Sousa (2009), Lima (2015), entre outros.

Segundo Gerhardt e Silveira (2009, p. 69), pesquisa documental é aquela

[...] realizada a partir de documentos, contemporâneos ou retrospectivos, considerados cientificamente autênticos (não-fraudados); tem sido largamente utilizada nas ciências sociais, na investigação histórica, a fim de descrever/comparar fatos sociais, estabelecendo suas características ou tendências.

Para Creswell (2010, p. 190), o “[...] pesquisador qualitativo pode coletar documentos, que podem ser documentos públicos (por exemplo, jornais, atas de reunião, relatórios oficiais) ou documentos privados (por exemplo, registros pessoais e diários, cartas, *e-mails*)”.

Lakatos e Marconi (2010) pontuam que as fontes documentais são os arquivos públicos, que podem ser nacionais, estaduais e municipais; e os arquivos privados, que podem ser domicílios particulares, instituições públicas e instituições particulares.

As fontes escritas, como afirma Gil (2002), na maioria das vezes, são muito ricas e ajudam o pesquisador a não perder tanto tempo na hora de buscar material em campo. Em algumas circunstâncias, só é possível a investigação social por meio de documentos. Gil (2002) diz ainda que as sociedades estão sempre mudando suas estruturas, formas de relacionamento social e culturas, e essas modificações impossibilitam o entendimento da sociedade somente pelas observações, entrevistas e pelas leituras bibliográficas. Dessa forma, a pesquisa documental é de grande importância para o conhecimento das mudanças na estrutura social, nas atitudes e nos valores sociais da população pesquisada.

Neste trabalho, buscou-se, mediante a pesquisa documental, identificar as intervenções e os processos pelos quais o objeto empírico passou, assim como o zoneamento e a dinâmica do uso e da ocupação do solo. A princípio, tem-se como fonte dados e informações: planos

diretores desde 1971, relatórios, registros jornalísticos, mapas, revista e imagens antigas, legislação urbanística (Decreto-Lei n. 25/1937, Cartas Patrimoniais, Lei Orgânica do Município de Belém, Lei Complementar de Controle Urbanístico), entre outros.

Os dados documentais foram coletados por meio físico e/ou digital e a pesquisa foi desenvolvida em instituições públicas e privadas e, também, em domicílios particulares.

Instituições públicas: Câmara Municipal; Companhia de desenvolvimento e administração da área metropolitana de Belém (CODEM); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Secretaria Municipal de Habitação de Belém (SEHAB); Companhia de Habitação do Estado do Pará (COHAB); Fundação Cultural do Município de Belém (FUMBEL); Departamento de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural (DPHAC) da Secretaria Executiva de Cultura do Pará (SECULT); e Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Instituições privadas: Construtoras; no Jornal O Liberal e Diário do Pará, coletou-se documentos como fotos e mapas.

Domicílios particulares: no decorrer da pesquisa, foram encontrados documentos como imagens e fotos com pessoas que residem ou residiram na área.

Também foi utilizada a ferramenta entrevista para coleta de dados, pois, na abordagem qualitativa, o pesquisador

[...] conduz entrevistas face a face com os participantes, entrevista os participantes por telefone ou se engaja em entrevistas de grupo focal, com seis a oito entrevistados em cada grupo. Essas entrevistas envolvem questões não estruturadas e em geral abertas, que são em pequeno número e se destinam a suscitar concepções e opiniões dos participantes. (CRESWELL, 2010, p. 214)

Gerhardt e Silveira (2009, p. 72) assinalam que a entrevista constitui uma “[...] técnica alternativa para se coletarem dados não documentados sobre determinado tema. É uma técnica de interação social, uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca obter dados, e a outra se apresenta como fonte de informação”. As autoras apresentam estes tipos de entrevista: estruturada, semiestruturada, não estruturada, orientada, em grupo e informal.

No presente trabalho, foi utilizada a entrevista semiestruturada, uma vez que esta não só permite ao pesquisador organizar

[...] um conjunto de questões (roteiro) sobre o tema que está sendo estudado, mas permite, e às vezes até incentiva, que o entrevistado fale livremente sobre assuntos que vão surgindo como desdobramentos do tema principal. (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 72) r

Triviños (2008) destaca que o tipo de entrevista mais adequado para a pesquisa qualitativa aproxima-se dos esquemas mais livres, menos estruturados, nos quais não há imposição de uma ordem rígida de questões.

Para tanto, recorreu-se à estratégia de realização de pesquisas de campo, realizadas no mês de julho de 2018, que precisou ser suspensa por motivo de saúde da pesquisadora, retornando em julho de 2019, posteriormente em outubro, novembro e dezembro de 2019 e janeiro de 2020. A técnica foi a de roteiro de entrevistas, que foram feitas pela autora presencialmente e questionário utilizando a plataforma de questionários *online Google Forms*. Houve um levantamento de campo dos usos do solo existentes nos lotes que fora feita em julho de 2019

Antes da aplicação da entrevista por meio virtual, a autora recebeu um treinamento de como preencher os questionários na ferramenta *online* com um técnico especialista. O *Google Forms* permite a criação de formulários personalizáveis com opções de respostas nos formatos múltipla escolha, *checkbox*, respostas em menu *dropdown*, resposta curta, resposta em parágrafo, *grid* de múltipla escolha, escala linear de opções, e também data e hora (GOOGLE, 2017).

O levantamento de dados e opiniões podem ser facilmente realizados no *Google Forms*, um dos aplicativos que faz parte do *Google Drive*. Ele pode ser usado para todos os tipos de questões, há a possibilidade de tornar a(s) pergunta(s) obrigatória(s), de modo que o questionário só poderá ser enviado se todas as questões obrigatórias estiverem respondidas. O formulário construído pode ser disponibilizado através de um endereço eletrônico e, em quando preenchido pelos respondentes, as respostas aparecem imediatamente na página do *Google Forms* do usuário que os criou. Essa é uma das principais vantagens no seu uso à visualização dos dados coletados. As respostas aparecem organizadas em um gráfico ou tabela, onde cada coluna corresponde às resoluções de uma questão e cada linha corresponde a um respondente. Essa planilha pode ser exportada em diversos formatos, inclusive como uma planilha Excel.

O uso do *Google Forms* evidenciou algumas vantagens, das quais destacam-se estas:

Facilidade de acesso: formulários eletrônicos podem ser acessados a qualquer momento e de qualquer lugar, desde que usuário disponha de conexão com a internet e tenha acesso a uma conta com *Google Drive*. O formulário foi enviado pelo aplicativo WhatsApp e dura em média 3 minutos para responder.

Baixo custo: considerando uma ferramenta freeware (gratuito), seu uso pode representar uma significativa economia.

Usabilidade: a interface dos formulários é bastante intuitiva e bem semelhante aos aplicativos computacionais usados para operações básicas.

Relatórios em tempo real. O *Google Forms* salva os resultados dos formulários respondidos e, graças à integração com *Google Sheets*, é possível obter gráficos e relatórios atualizados na hora.

Sem limites de perguntas. A plataforma te permite montar um formulário com a quantidade de perguntas que você quiser.

O uso do *Google Forms* evidenciou algumas desvantagens, entre as quais destacam-se estas:

Só funciona *on-line*. Somente quem tem acesso a internet consegue responder, hoje a grande parte da população, que tem celular, tem acesso à internet.

Insegurança. Embora a segurança da informação seja uma das prioridades do Google, quando se responde um dos formulários da plataforma, não é possível obter a informação exata de quem respondeu e onde, já que os formulários não registram GPS e não há garantias de que o *link* ou *email* dos formulários não seja utilizado por outra pessoa.

A facilidade de manuseio da estrutura do Google Forms, conforme afirmação de Oliveira e Penteado (2016, p. 7) que “[...] se obtém com esse método maior alcance, confiabilidade das informações e maior disponibilidade [...]. O formulário permanece na rede, acessível em diferentes plataformas e pelo tempo necessário”. Dessa forma, optou-se por esse tipo de formulário no desenvolvimento do projeto.

Quanto à escolha dos entrevistados, Gil (2002, p. 104) pontua: “[...] o pesquisador seleciona os elementos a que tem acesso, admitindo que estes possam, de alguma forma representar o universo”. Dessa forma, a escolha dos entrevistados foi realizada pela amostragem por acessibilidade, a escolha inicial foi feita a partir de representantes de órgão de habitação do município e estado, representantes dos órgãos patrimoniais das três esferas, moradores e ex-moradores que conhecem bem o bairro e que moravam ou moraram durante muito tempo no bairro e pesquisadores que tivessem trabalhos sobre o bairro.

Foi enviado um *e-mail* para cada órgão solicitando a entrevista na qual foram marcadas hora e data, os entrevistados foram selecionados pelos órgãos para fornecerem as entrevistas. Os órgãos foram escolhidos a partir de suas atuações, SEHAB (municipal) e COHAB (estadual); por serem órgãos que trabalham com habitação FUMBEL (municipal),

SECULT/DPHAC (estadual) e IPHAN (federal); e por serem os órgãos responsáveis pela salvaguarda dos bens históricos e culturais.

A seleção dos moradores foi a partir do acesso, bateu-se nas portas de alguns moradores que indicaram outros para serem a entrevista. A escolha dos ex-moradores foi realizada, também, a partir do acesso, minha sogra e meu esposo são ex-moradores, a partir deles, foi possível entrevistar outros ex-moradores, além de amigos que já sabíamos que eram ex-moradores. Com os comerciantes e os prestadores de serviço, visitou-se os estabelecimentos para solicitar a entrevista pessoalmente, e todos os convites foram aceitos no momento da solicitação. As pesquisadoras, duas foram indicadas pela banca de qualificação, a partir de seus conhecimentos e contribuições que poderiam dar ao trabalho, Profa. Msc. Auriléa Gomes Abelém e Profa. Dra. Maria Goretti da Costa Tavares. Foi encontrado um trabalho sobre Oferta e Demanda Habitacional no Centro Histórico de Belém que teve como integrante a Profa Msc. Filomena Mata Vianna Longo (Profa. Mena), essa professora foi minha orientadora de TCC, entrei em contato, pois ela poderia nos dar informações sobre as habitações no bairro estudado. Com conhecimento do trabalho “Uma Janela para o Reduto”, um dos primeiros trabalhos sobre o bairro, contactou-se a Profa. Dra. Ana Cláudia Duarte Cardoso, que foi uma das autoras deste TCC, que pode contribuir muito pelo seu conhecimento com este trabalho.

Ressalta-se que todos os entrevistados foram informados sobre o objeto da pesquisa e a que ela se destina. Os nomes dos entrevistados não serão revelados caso assim solicitarem.

As entrevistas foram gravadas por meio eletrônico (foi previamente solicitada ao entrevistado a permissão da gravação) e registradas em caderno de campo. Somente um entrevistado, o representante do IPHAN, pediu que não fosse gravada a entrevista e solicitou responder por escrito as perguntas, contudo, mesmo assim, foi possível em um determinado momento conseguir coletar alguns dados que foram escritos em caderno de campo.

Como meta das entrevistas, foram eleitos os seguintes entrevistados (no Apêndice J apresenta-se um quadro-síntese das entrevistas).

#### **Representantes de Órgãos Públicos:**

Representante da SEHAB – Engenheiro civil Edilson Evangelista Costa, diretor do Departamento de Programas e Projetos Habitacionais (DPPH/SEHAB).

Representante da COHAB – Arquiteta e Urbanista Thays Millena Henriques Maneschy; a outra funcionária que pediu anonimato que será tratada como Arquiteta 2 da COHAB.

Representante da FUMBEL – Arquiteto e Urbanista Jorge Martins Pina, diretor do Departamento de Patrimônio Histórico DEPH/FUMBEL (que se encontrava licenciado); Arquiteta e Urbanista Tainá Chermont Arruda, diretora do Departamento de Patrimônio Histórico DEPH/FUMBEL.

Representante do DPHAC – Historiador Renato Aloizio de Oliveira Gimenes, historiador Técnico em Gestão Cultural do DPHAC/SECULT; Arquiteta e Urbanista Karina Vidal Moriya: Diretor de Patrimônio do DPHAC/SECULT.

Representante do IPHAN. Arquiteto e Urbanista Dr. Giovanni Blanco Sarquis, técnico em Arquitetura do Iphan no Pará.

#### **Pesquisadores:**

Pesquisadora e ex-moradora professora Msc. Auriléa Gomes Abelem, será tratada como pesquisadora 1; Pesquisadora professora Dra. Maria Goretti da Costa Tavares, será tratada como pesquisadora 2; Pesquisadora professora Msc Filomena Mata Vianna Longo, será tratada como pesquisadora 3; Pesquisadora Profa. Dra. Ana Cláudia Duarte Cardoso, será tratada como pesquisadora 4.

#### **Ex-Moradores:**

Sra. Simone Sautta Rossy Abrahão; Sra. Ondina Pessôa Picanço (minha sogra); Prof. Aurélio Pessôa Picanço ( meu esposo); Sra. Luciana Maria Dellavale Vilão; Sra. Carmelina Crispino Dellavalle, Sra. Maria do Carmo Figueiredo Haick; Dr. Jamil Chaar El Husny; Prof. Cícero Alves da Silva (meu pai), Sra. Samia dos Santos Alves

#### **Comerciário e Prestadores de Serviço:**

Sra. Luciana Maria Dellavale Vilao; Sra. Carmelina Crispino Dellavalle; Sra. Maria do Carmo Figueiredo Haick; Sr. Giovanni Mulatinho; Sra. Samia dos Santos Alves. Tentou-se entrevistas em mais 10 estabelecimentos, mas não aceitaram.

#### **Mercado Imobiliário**

Construtora 1; Construtora 2; Corretor 1; Corretor 2; e Corretor 3 solicitaram anonimato.

#### **Moradores:**

Entrevista presencial: Sra. Carmelina Crispino Dellavalle; Morador 1 antigo; Morador 2 antigo; Morador 1 novo; Morador 2 novo; Morador 3 novo. Apareceram dessa forma, pois pediram anonimato. Tentou-se entrevistas com mais dois moradores antigos e com quatro novos, que declinaram do convite.

Entrevista virtual: responderam ao questionário via *aplicativo WhatsApp* 84 pessoas no período de 1º a 20 de janeiro de 2020. A informação foi passado para alguns moradores nos bairros que replicaram para seus vizinhos. Entramos em contato com o Sindicato dos Condomínios do Pará (SINDCON) para ter acesso aos contatos dos condomínios do Reduto. Nos foi passado uma planilha com 29 condomínios registrados nesse sindicato, contudo somente em 13 tinham o contato telefônico, sendo que um deles era o Shopping Center Boulevard Belém. Nos deixando um universo de 12 condomínios. Entramos em contato com todos os 12 condomínios, somente cinco síndicos permitiram o meu acesso a eles. Solicitamos que fosse enviado o formulário para o grupo de WhatsApp dos moradores ou via e-mail. Dos cinco condomínios somente dois tinham grupo de WhatsApp, no restante não era permitido grupo. Dois síndicos ficaram de enviar via *e-mail* a solicitação para alguns contatos dos moradores dos seus prédios.

Também foi enviado para os contatos da autora via WhatsApp. Foi criado um formulário no Google Forms para que pessoas que não residam no Reduto pudessem responder, com o intuito de coletar dados de interesse ao morar no Reduto e se os mesmos utilizam o bairro para comércio, serviço e/ou lazer. Foi enviado para os contatos da autora via WhatsApp, alguns reenviaram para seus contatos. Responderam ao questionário 217 pessoas no período de 1º a 20 de janeiro de 2020.

Oliveira (1996) reforçou a importância de olhar, ouvir e escrever, a fim de se ter uma visão aprofundada do objeto de estudo. Como Guran (1999) defendeu, fotografias foram tiradas para refletir sobre contextos socioeconômicos e físicos importantes. Aproveitou-se a participação do Roteiro Geo-Turístico<sup>16</sup> feito no bairro no dia 1º de dezembro de 2019 para tirar as fotografias, caminhar, fazer observações e anotações no caderno de campo sobre a atualidade do bairro do Reduto.

Com esse foco, as notas de campo foram importantes, pois consistiram de descrições concretas. As notas de campo revelam ideias, estratégias e palpites. Como defendem Creswell

---

<sup>16</sup> Roteiro Geo-Turístico é um Projeto de Extensão Roteiro Geoturístico da UFPA, Grupo de Pesquisa de Geografia de Turismo (GGEOTUR), que pertence à Faculdade de Geografia e Cartografia da UFPA, coordenado pela professora Dra. Maria Goretti Tavares. Os Roteiros são caminhadas ao ar livre, orientadas por educadores e educandos no intuito de valorizar a memória, os costumes, as artes e os espaços urbanos como Patrimônio histórico-cultural do povo paraense, refazendo os caminhos a partir de pesquisas e de diálogos com a memória das comunidades na qual estamos inseridos, revivendo e compartilhando olhares no intuito de preservar, conhecer e ressignificar crítica e humanisticamente o meio ambiente em que vivemos (REDE CASAS DO PATRIMÔNIO – PARÁ, 2019).

(2016) e Yin (2011), as observações de campo permitem conferir a validade dos dados verbalizados pelos entrevistados. Para verificações de validade adicionais, quando necessário, os resultados foram discutidos com os respectivos participantes para confirmar e/ou fazer outros comentários.

A interpretação dos dados “[...] tem como objetivo a procura do sentido mais amplo das respostas, o que é feito mediante sua ligação a outros conhecimentos anteriormente obtidos” (GIL, 1999, p. 168). Essa concepção de sentido, para além dos dados em si, aconteceu consolidando, limitando e interpretando o que o entrevistado disse e o que o pesquisador viu e leu, em um “[...] processo complexo que envolve retrocessos entre dados pouco concretos e conceitos abstratos, entre raciocínio indutivo e dedutivo, entre descrição e interpretação” (TEIXEIRA, 2003, p. 192). Ou seja, para que os significados ou entendimentos produzidos sejam autênticos e expressivos é imperativo que haja uma afinidade equilibrada entre os dados empíricos e o arcabouço teórico.

Para tanto, com base na contribuição teórica da pesquisa foi realizada uma leitura interpretativa, visando ao adensamento dos depoimentos e à apreensão das particularidades da pesquisa. Essa leitura contribuiu na construção de elementos que tinham sentidos voltados para os objetivos da pesquisa.

Adotando as orientações de Gomes (2007), após essa leitura foi realizada uma verificação das diferenças, das contradições e dos pontos comuns entre as entrevistas, para se encontrar eixos para interpretação dos dados que permitiram a realização do diálogo entre o aporte teórico da pesquisa, outros estudos voltados para os assuntos da pesquisa, as informações e as observações levantadas e os objetivos da pesquisa.

Esta pesquisa foi concebida como um estudo de caso para compreender as contribuições e as limitações da teoria de gentrificação e explicar o processo de gentrificação em Belém. Usando um projeto de pesquisa qualitativa iterativa, a teoria e os dados empíricos estavam constantemente em diálogo. Iniciando com uma revisão de teoria e casos reconhecidos pela literatura como casos de gentrificação, a estrutura analítica foi pensada com base na abstração das dimensões necessárias de gentrificação. Após cada ida ao campo, os dados foram estudados e utilizados para informar a construção da estrutura. Essa pesquisa, portanto, tem sido apoiada firmemente pela teoria, liderando e informando o trabalho empírico e vice-versa. Contudo, sem impor o arcabouço ao caso e nem os achados empíricos à teoria, esta pesquisa foi aberta à possível descoberta de que a teoria de gentrificação pode não

ser adequada para a compreensão no caso em questão, mesmo que seja de fato um caso de transformação socioespacial.

Para o componente empírica, o estudo de caso foi escolhido como o método mais adequado por causa da descrição detalhada que fornece do objeto de estudo incorporado (YIN, 2014; BYRNE; OLSEN; DUGGAN, 2013; CRESWELL, 2010). Por outro lado, esta pesquisa também aborda a necessidade de compreender como um fenômeno específico opera em diferentes situações urbanas. Nesse sentido, um estudo de caso é mais adequado para entender a diversidade da “gentrificação realmente existente”. No entanto, havia questões/temas comuns entre os casos que contribuíram para a compreensão do elemento comum.

Além disso, o caso foi selecionado com o objetivo de desafiar e de avançar o referencial teórico proposto. Embora não se pretenda ser exaustivo no exame do caso, esse elemento substancia as contribuições e as limitações da teoria de gentrificação. Finalmente, dado que o estado está sempre presente nos casos de gentrificação e é uma estrutura mediadora-chave que torna o contexto de gentrificação específico, testou-se este quadro no estudo de caso selecionado para falar sobre os diferentes papéis assumidos pelos agentes públicos. No caso do Reduto, o setor privado é o principal agente que impulsiona a gentrificação, resultando na suposição comum de que o Estado esteve ausente do processo. O trabalho de campo, portanto, concentrou-se em identificar a importância das instituições públicas no processo enquanto traçava o impacto de políticas, projetos e de outras formas de intervenção do Estado. Portanto, a parte empírica desta pesquisa explora a importância das políticas urbanas desde a década de 1980 para avançar e/ou restringir as dimensões fundamentais de gentrificação nesses casos.

Um desafio para esse tipo de projeto, no entanto, é como manter a validade científica ao longo de todo o processo. A principal estratégia adotada aqui foi a triangulação (CRESWELL, 2010; STAKE, 2005; YIN, 2014). Primeiro, o desenho da pesquisa utilizou a redundância de dados, com múltiplas fontes, entrevistados e métodos. Revisão por pares e conversas com informantes conhecedores do caso foram outras fontes de triangulação utilizadas. Após cada rodada de trabalho de campo, os dados foram processados, analisados e triangulados entre diferentes fontes e o referencial teórico. Os achados foram afirmados somente quando um paralelismo significativo foi identificado durante esses processos de triangulação (RIEGE, 2003; RUDDIN, 2006). Por outro lado, a triangulação também contribuiu para o desenho e análise da pesquisa cíclica prevista, como já mencionado. Ao usar

essa estratégia, foi possível manter uma cadeia de evidências que melhorou a teoria original e o projeto de pesquisa com os dados coletados, observando oportunidades de seguir novos passos.

Para cumprir esta tarefa, além desta Introdução, o trabalho foi estruturado em capítulos, a saber:

No Capítulo “Processos Urbanos: uma análise a partir da Escola de Chicago até a Contemporaneidade” busca-se entender o início dos estudos dos processos urbanos para entender quais processos o bairro do Reduto passou, ou está passando..

No Capítulo “Apertando para Expandir: a definição substantiva de gentrificação” realiza-se uma aproximação teórica que dá suporte à caracterização e à singularização do processo de gentrificação desde sua criação até as suas tipificações atuais. A intenção é que, com essa base teórica, seja possível realizar uma adjetivação para a realidade belenense. Será feita também a caracterização da Classe Média a partir do seu capital cultural (capital escolar)

No Capítulo “O Reduto de Belém: do Nascimento ao Fabril” são pontuados os aspectos relevantes da configuração espacial e social do bairro do Reduto. Realiza-se, ainda, a leitura da evolução urbana do bairro, assim como aponta-se a caracterização das mudanças que a população passou.

Capítulo “Há o processo de Gentrificação no bairro do Reduto?”, apresenta o bairro do Reduto nos períodos recentes, onde serão apresentados o perfil social e econômico da população do Reduto (produção social) e a reestruturação urbana do Reduto (produção urbana). Esses tópicos apresentam, à luz das categorias eleitas, as narrativas dos entrevistados e seus argumentos. Assim será possível traçar o perfil social e físico do bairro para avaliar o acontecimento do processo de gentrificação ou negá-lo.

Finalmente, nas Considerações Finais, os aspectos centrais da tese são revisitados e se corrobora que o processo de gentrificação no bairro do Reduto decorre, sobretudo, na gentrificação cultural, de frequência e de consumo, face às dinâmicas contextuais da classe média belenense.

### 1.3.3 A Evolução dos Procedimentos de Pesquisa para o Estudo do Processo de Gentrificação

As técnicas e os procedimentos empregados pelos estudiosos mostram-se, ao longo do tempo, cada vez mais sistematizados. Com maior atenção, verifica-se que conclusões mais acertadas dependem de maior rigor. Como mencionado, os trabalhos dos anos de 1970

pretendiam elucidar a origem do processo e descrever suas tendências gerais. Na atualidade, a atenção centra-se em como a gentrificação se desenvolve em cada caso particular. Desse modo, ficam delimitadas, cada vez mais, as áreas de estudo. Agora, não somente demarca-se a gentrificação dentro de determinados bairros em uma cidade, mas investigam-se quarteirões de casas perfeitamente delimitadas, ganhando-se profundidade nos estudos. Isso não significa, entretanto, que não se realizam análises mais gerais sobre a escala do bairro. Tudo depende do objetivo que se persegue: obter informações em detalhes ou descobrir tendências mais gerais.

Em geral, pode-se afirmar que, para enquadrar os estudos, é preciso levar em conta as análises da história da cidade e do bairro, o planejamento e o desenvolvimento urbano (JAUHAINEN, 1992). É preciso considerar a origem do bairro, suas particularidades em relação à cidade, as características dos habitantes nas distintas fases históricas, os espaços públicos, os edifícios etc. Assim, a gentrificação adquire seu próprio desenvolvimento e suas características particulares em cada área onde ocorre. Apesar de, sob a ótica conceitual, parecer existir um consenso em torno de seus traços principais, o debate atual centra-se mais nos processos por meio dos quais a gentrificação se manifesta e nas leis variáveis que se deve levar em consideração para sua investigação.

Alguns autores tentam modelizar o estudo do fenômeno. Cabe destacar que, partindo ou não de um modelo, as variáveis que se analisam e se relacionam são de significados distintos (social, cultural, econômico, político, material – como a tipologia e as características dos edifícios), de maneira que, algumas vezes, primam umas sobre outras segundo a visão do autor em relação à gentrificação, ou segundo se constate uma maior primazia de alguma delas em cada caso particular.

Dois modelos de estudo, expostos a seguir, podem ser considerados como padrões mais ou menos sistemáticos de análise.

Redfern (1997a; 1997b), citado por Bataller (2000), afirma que, para que a gentrificação aconteça, é preciso combinar certos fatores. Em primeiro lugar, é necessário que exista segregação social e residencial. Nesse sentido, é possível estudar as propriedades individuais, mas levando-se em conta que a gentrificação repercute em toda uma área ou em todo um bairro. Ou seja, metodologicamente, é preciso trabalhar tanto na escala das propriedades individuais como na escala mais geral para analisar seus efeitos. Em segundo lugar, é necessário partir do requisito de que as moradias e as áreas suscetíveis de experimentar a gentrificação devem ter sido inicialmente concebidas para serem ocupadas pelas classes médias, que as abandonaram em algum momento e passaram para a mão das

classes populares. Também se deve considerar que a fonte básica de financiamento para reabilitar as moradias são empréstimos e hipotecas, mais do que as poupanças. Redfern coloca, por fim, um papel importante, ainda que não determinante, nas chamadas tecnologias domésticas (água corrente e eliminação de águas residuais, gás e eletricidade, eletrodomésticos). Conforme o autor, nisso está implicado o progresso técnico. A explicação baseia-se em que, a partir dos anos de 1950, o custo dessas tecnologias caiu até o ponto em que sua incorporação aos edifícios já existentes tornou-se rentável, de modo que a renovação de uma velha propriedade começou a ser viável e já não era melhor derrubá-la e construir outra nova.

Essa observação derivou do estudo realizado por Redfern no bairro londrinense de Islington, com residências vitorianas no processo de gentrificação. Estabelecidos os fatores, o autor relaciona distintas variáveis para avaliar se é viável iniciar um processo renovador, tendo em conta o valor dos serviços domésticos a incorporar, os custos das melhorias, as taxas de juros do momento e os possíveis lucros a serem obtidos, assim como o deslocamento dos ocupantes de classes populares por novos ocupantes de maiores rendimentos. Para ele, constitui característica própria de gentrificação o fato de que existe certa disparidade entre os rendimentos dos grupos mencionados (não basta que uns sejam superiores aos outros) e de que as melhorias tenham lugar após o deslocamento (REDFERN, 1997b). O autor não esclarece, entretanto, se tal deslocamento é voluntário ou, como ocorre muitas vezes, forçado.

O outro modelo a ser apresentado baseia-se na distinção de estágios ou fases evolutivas e foi elaborado por Carpenter e Lees (1995). As autoras justificam esse modelo pela natureza histórica do processo e por sua adequação à análise comparativa, método que consideram adequado para estudar a gentrificação, uma vez permite estabelecer as características comuns do processo (inclusive em escala internacional) e diferenciar as características próprias do contexto local. Nesse sentido, constatam que, apesar da similitude visual ou superficial das paisagens que têm experimentado a gentrificação (como os padrões de consumo podem mostrar), sua estrutura interna e seus códigos culturais aparecem distintos na escala internacional.

Carpenter e Lees (1995) propõem a realização de estudos mediante a comparação do processo em cidades de diferentes países, tal como fazem em sua comparação de três bairros de Londres, Paris e Nova York, sobretudo para aprofundar a influência do contexto local. Seu modelo de análise baseia-se, pois, na consideração de determinados pontos-chave. É preciso estudar o processo de suburbanização na cidade em questão que, em geral, traz consigo

desinvestimento nos centros urbanos. Em numerosas ocasiões, esse desinvestimento tem sido potencializado politicamente, em nível institucional, por meio da negativa da concessão de empréstimos destinados ao investimento na propriedade, que frequentemente tem sido objeto de abandono nas zonas em questão. Finalmente, as autoras consideram importante analisar o ponto de inflexão entre a etapa de desinvestimento e de investimento, para a qual há de se considerar:

- a) O papel dos governos e das instituições financeiras para facilitar o processo. Os governos podem intervir diretamente, através de programas de ajuda financeira, ou indiretamente, qualificando determinadas zonas como objeto de proteção ou conservação por seu valor patrimonial ou histórico.
- b) Os investidores, que podem ser particulares, promotores, setor público ou companhias comerciais que desejam se estabelecer na área, cujo papel crêem crucial na gentrificação.
- c) As paisagens associadas à gentrificação, que refletem no espaço a forma como têm mudado os padrões de consumo derivados da globalização da cultura no chamado mundo pós-moderno. Surgem, por exemplo, estabelecimentos comerciais que mostram o maior poder aquisitivo e as preferências dos novos habitantes.

Carpenter e Lees (1995) defendem que paisagens exclusivas são configuradas, caracterizadas, com frequência, pela instalação de diversos sistemas de segurança nos edifícios, significando que os novos ocupantes não se sentem completamente seguros.

## 2 PROCESSOS URBANOS: UMA ANÁLISE A PARTIR DA ESCOLA DE CHICAGO ATÉ A CONTEMPORANEIDADE

Esta seção apresentará o início dos estudos dos processos urbanos que ajudarão na compreensão do aporte teórico que será usado para a análise da problemática levantada. A discussão terá início com os processos urbanos para poder adentrar nos teóricos que trabalharam ou trabalham com a gentrificação.

Este trabalho tem como ponto de partida o entendimento dos processos urbanos para a compreensão do processo de gentrificação no Brasil. Será discutido, *a posteriori*, que o conceito precisa ser adjetivado para abarcar a realidade brasileira. Para ajudar na construção da teórica da tese, serão trazidas para a discussão as dinâmicas espaciais contemporâneas.

O espaço urbano, segundo Corrêa A. (1989) e Villaça (1999), se individualiza por concentrar, no espaço geográfico, população e um conjunto complexo de usos do solo, que se encontram, ao mesmo tempo, fragmentados e articulados entre si por meio de fluxos materiais (de pessoas, veículos, mercadorias, etc.) e sociais (de decisões e investimentos, de poder, de ideologia etc.). Assim sendo, cidade é um todo complexo, composto de um conjunto de partes relacionadas e interdependentes.

A ideia de processo urbano se inicia pela comprovação de que o espaço urbano é um fato objetivo, em permanente transformação e mudanças. Para alguns autores, como Singer (1973; 1979), Santos (1982; 2008), Moreira (1989; 2005), Villaça (2001), Lefebvre (1969 [1968]; 1999 [1970]; 2000 [1974]; 2008 [1972]), entre muitos outros, tais transformações têm como força de movimentação a própria sociedade de classes e seus processos. Assim, os movimentos da totalidade social, ao decompor as relações sociais, têm a capacidade de alterar os processos espaciais, refletindo nas funções, nas estruturas e nas formas urbanas (SANTOS, 1982).

Para Corrêa R. (1989), é preciso distinguir os processos sociais dos processos espaciais. Os primeiros, os processos sociais, referem-se, sobretudo, às relações estabelecidas entre os homens para produzir e distribuir bens e se reproduzir; os processos espaciais, por sua vez, resultam da mediação entre processos sociais e formas espaciais. Eles consistem em “[...] forças através das quais o movimento de transformação da estrutura social, o processo se efetiva espacialmente refazendo a espacialidade da sociedade” (CORRÊA R., 1989, p. 36).

## 2.1 A Análise do Urbano na Escola de Chicago

A importância da Escola de Chicago é apresentada como ponto fundamental de reflexão que possibilita um olhar em pesquisas relativas às Ciências Humanas e Sociais. É um berço teórico e metodológico amplamente debatido, principalmente quando se refere a estudos sociológicos, sobretudo no que diz respeito aos estudos da área urbana. Contudo, vale lembrar que não há como desassociar os estudos da cidade dos estudos do indivíduo, ou das transformações dos pensamentos predominantes e variantes, das causas e consequências das mudanças ou não mudanças internas ou externas aos indivíduos e aos ambientes (NOGUEIRA, 2014).

Para Becker (1996) não só a história das grandes ideias sobre a sociedade deve ser estudada pela sociologia, mas também:

[...] a história da prática da sociologia, dos métodos de pesquisa e das pesquisas realizadas, porque não se deve tomar como óbvio que as ideias foram as forças motrizes ou a principal realização de qualquer escola sociológica. (BECKER, 1996, p. 177)

Se essa argumentação já seria capaz de justificar a reflexão em torno da contribuição da Escola de Chicago para o estudo do urbano, essa análise adquire força na medida em que se percebe a prevalência de vários equívocos teóricos e metodológicos sobre o que foi realmente o grupo de pesquisadores-professores que se reuniram em torno da problemática urbana, das influências teórico-filosóficas herdadas no nascedouro da escola e dos reais desdobramentos para a pesquisa e para o exercício teórico no campo sociológico vindouro (JOAS, 1999).

A Escola de Chicago é fundamental para quem pretende realizar um estudo voltado para o urbano. Sendo assim, procura-se, aqui, analisar o papel desempenhado pela Escola de Chicago na formação metodológica e conceitual, partindo, para tanto, de um exame inicial das origens constitutivas desse centro de pesquisas para, posteriormente, discutir suas heranças para o estudo do espaço urbano com uma visão sociológica a partir das estruturas espaciais intraurbanas como contribuição para o estudo da teoria do desenvolvimento desigual geográfico do capitalismo na visão de Neil Smith e David Harvey.

A Universidade de Chicago foi fundada em 1895 em decorrência de uma grande doação feita por John D. Rockefeller. A Escola de Chicago nasceu nos Estados Unidos, no Departamento de Sociologia da Universidade de Chicago, fundada por Albion W. Small em 1910 (BECKER, 1996; COULON, 1995). Para Coulon (1995), a **Escola de Chicago** é

entendida como um conjunto de trabalhos de pesquisa sociológica realizados no período compreendido entre 1925 e 1940 por professores e estudantes da universidade em Chicago. Para Cuin e Gresle (1994, p. 191-193), a Escola de Chicago foi a primeira a usar a cidade como “laboratório privilegiado de análise da mudança social” e a formular uma “concepção ‘especializada’ do social e, reciprocamente, socializada do espaço”.

Para Becker (1996), o termo escola provoca muita confusão, visto que é possível apontar pelos menos dois tipos de escola: as escolas de pensamento e as escolas de atividade. A partir de terminologia desenvolvida por Guilemard<sup>17</sup> (*apud* BECKER, 1996), assume-se como Escola de Pensamento um grupo de pessoas que têm em comum princípios de pensamento e abordagem científica semelhantes. Mesmo que nunca tenham se encontrado, essas pessoas comporiam uma Escola de Pensamento à medida que alguém detectasse pontos de convergência e similaridade, mesmo que muito posteriormente à existência dessas pessoas, em torno de suas concepções e ideias.

Para Andrade (2004), a Escola de Chicago não é como Escola de Pensamento, pois destaca que a multiplicidade de temas e formas de abordagens dos fenômenos urbanos levou ao agrupamento de pesquisadores diferenciados e com preocupações variadas nessa Escola. Por outro lado, o fato de não se construir como Escola de Pensamento não reduz a magnitude da contribuição de Chicago ao pensamento sociológico.

Becker (1996) assegura que em Chicago observou-se a chamada Escola de Atividade, ainda segundo terminologia de Guillemard. Isso longe de gerar fragmentação e ruptura do grupo, devido às divergências teórico-metodológicas, parece ter permitido uma liberdade de experimentações e de exploração de campos de pesquisa sociológica. Para Becker (1996, p. 179):

Uma escola de atividade, por outro lado, consiste em um grupo de pessoas que trabalham em conjunto, não sendo necessário que os membros da escola de atividade compartilhem a mesma teoria; eles apenas têm de estar dispostos a trabalhar juntos. Certas idéias vigentes na Universidade de Chicago eram compartilhadas pela maioria das pessoas, mas não por todas; certamente não era preciso que todos concordassem com essas idéias para se engajarem nas atividades que realizavam.

---

<sup>17</sup> O estudante da Northwestern University, Samuel Guillemard, que estudou os compositores contemporâneos e fez essa distinção. Não é datada a citação de Guilemard, pois a referência de Becker (1996) é uma conferência feita em 24 de abril de 1990 para o Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (Museu Nacional, UFRJ), conferência sobre a história da Escola de Chicago de sociologia. A saber: todos os *apuds* de Becker (1996) terão somente a referência de data deste autor.

Coulon (1995, p. 7) destaca que o que se entende por Escola de Chicago nem sempre envolve uma corrente homogênea de pensamento, no entanto, diversas características são capazes de conferir grande unidade e um “[...] lugar particular e distinto na sociologia americana”.

Santos (2013, p. 1) relata que a o surgimento da Escola de Chicago “[...] tem ligação direta com a expansão urbana e demográfica que a cidade de Chicago sofria como resposta ao desenvolvimento industrial que era alvo”. Santos (2013) ainda afirma que surgiram fenômenos sociais urbanos novos que acabaram se tornando objeto de pesquisa dos sociólogos da Escola de Chicago. Para Santos (2013), esses estudos, acerca dos novos problemas sociais emergentes, instigaram a construção de um lineamento teórico-conceitual inédito, além da criação de novos métodos de investigação sociológica. A Escola de Chicago e seu grande número de pesquisas sociais sobre os fenômenos sociais urbanos têm como representantes da primeira geração de autores um programa de estudos da sociologia urbana: “Albion W. Small; Robert Ezra Park; Ernest Watson Burgess; Roderick Duncan McKenzie e William Thomas. Logo depois se destacam os seguintes autores: Frederic Thrasher, Louis Wirth e Everett Hughes” (SANTOS, 2013, p. 2).

O caráter distintivo também pode ser atribuído ao expressivo papel desempenhado não só por professores e pesquisadores, mas também por alunos da Universidade de Chicago, estruturando um campo fértil e variado de estudos acerca dos fenômenos urbanos. Conforme alega Becker (1996), isso se deve, sobretudo, ao fato de a Escola de Chicago se remeter ao campo das pesquisas empíricas, em detrimento das grandes construções teóricas. O reflexo disso foi produzir e estimular uma grande variedade de estudos sobre a realidade urbana de Chicago, inclusive por parte do corpo discente.

Segundo Fyfe e Kenny (2005 *apud* TOURINHO, 2011, p. 149-150), “[...] os trabalhos da Escola de Chicago vincularam-se ao paradigma moderno da condição urbana, caracterizado pelas ideias de progresso linear (do tradicional para o moderno) da sociedade [...]” e pela confiança em que a empiria concreta da cidade desvendaria na ação organizada dos princípios do comportamento humano.

Tourinho (2011, p. 150) relata que, após a Segunda Guerra Mundial, houve a ascensão do “[...] funcionalismo nas universidades, a temática da estrutura intraurbana foi, progressivamente, se deslocando da sociologia urbana para outros ramos da ciência, sobretudo para a economia e a geografia”. Para a autora,

[...] na economia, a emergência da economia espacial como campo disciplinar, e os estudos de Hurd, Bartholomeu, Lösch, Isard, Alonso, Wingo

e Muth, fizeram com que as questões referentes aos padrões de uso e ocupação do solo passassem a ser tratadas como resultantes da competição de forças econômicas pelo controle do solo e da localização relativa. (TOURINHO, 2011, p. 150)

### 2.1.1 Herança Teórico-metodológica da Escola de Chicago

No que se refere às tradições teóricas encontradas no seio da Sociologia Urbana, Mela (1999) propõe duas, que, no seu entender, se apresentam parcialmente diferentes:

- a) a tradição teórica norte-americana, partilhada com acentuações específicas pelos sociólogos anglo-saxônicos; e
- b) a tradição teórica europeia-continental, detentora de perfis específicos, na qual cabem os sociólogos urbanos franceses, italianos e alemães.

O debate realizado neste trabalho se debruça no item “a”, pois a tradição teórica da Sociologia Urbana norte-americana encontra-se intimamente relacionada com a chamada Escola de Chicago. Os anos de 1930 marcaram o declínio da hegemonia da Escola de Chicago nos estudos sociológicos americanos. Apesar disso, percebe-se contribuições fundamentais da escola para a teoria sociológica e, principalmente, a investigação social contemporânea.

A Escola de Chicago desempenhou um papel de extrema importância na consolidação e na confirmação da Sociologia Urbana como ramo específico da Sociologia.

Em linhas gerais, o legado da noção de cultura urbana<sup>18</sup>, ordenada pela Escola de Chicago, é um produto de um conjunto amplo de pesquisas, pode ser creditada principalmente a três autores: Park (1925; 1987), que pensou a cidade como um campo de investigações da vida social, influenciando várias pesquisas da época, os estudos de Wirth (1987), que culminaram no conceito de urbanismo como modo de vida, com base em variáveis como tamanho, densidade e heterogeneidade; e de Redfield (1974), assentados em pequenas localidades, que originou os “estudos de comunidade”, cujo desenvolvimento levaria

---

<sup>18</sup> A concepção de cultura urbana – que tratava a cidade como uma “variável independente” – assentada em distintas versões da polaridade tradicional/moderno, como solidariedade mecânica/orgânica (Durkheim), tradicional/racional (Weber) e comunidade/sociedade (Tönnies) (VIVEIROS DE CASTRO, 2002, p. 307), que seria sintetizada *a priori* nas seguintes características: “[...] predominância dos papéis secundários [formalizados, contratuais ou institucionais] sobre os primários, isolamento, superficialidade, anonimato, relações sociais transitórias e com fins instrumentais, inexistência de um controle social direto, diversidade e fugacidade dos envolvimento sociais, afrouxamento dos laços familiares e competição individualista.” (OLIVEN, 1985, p. 14).

presumidamente a processos de urbanização, sintetizados no conceito de *continuum folk-urbano*<sup>19</sup>.

De seu enfoque acerca de temas extremamente variados (PARK, 1987), que discutia desde a prostituição até a marginalidade e o comportamento desviante (BECKER, 1996), a Escola de Chicago deixou suas heranças em diferentes pesquisadores e centros de pesquisa voltados para a análise do universo urbano.

As contribuições se inscrevem não apenas na esfera dos temas, até então inexplorados pelas grandes construções teóricas da sociologia, mas também quanto aos métodos de investigação, focados no empirismo do mundo urbano. Além disso, contribuições teóricas também se apresentaram, como a “Ecologia Urbana” de Wirth (1987).

Segundo Najjar e Marques (2003), a chamada ecologia urbana é a aplicação ao meio urbano do ferramental analítico da ecologia humana. Sua base teórica/analítica foi desenvolvida, entre 1920 e 1930, pela Escola de Chicago. Essa perspectiva estudou a cidade sob aspectos culturais, comportamentais e espaciais, tendo como objetivo último analisar a vida do homem moderno. Segundo Park (1925, p. 1), um de seus fundadores, “The city is not, in other words, merely a physical mechanism and an artificial construction. It is involved in the vital processes of the people who compose it; it is a product of nature, and particularly of human nature”. Essa natureza seria composta de características biológicas e culturais. As características biológicas estariam associadas a uma decisão para a competição, que alocaria os indivíduos no espaço segundo suas aptidões. As características culturais estariam relacionadas à necessidade de comunicação, à de interação social e à de construção de uma ordem moral.

Para Najjar e Marques (2003, p. 708), a contribuição dos autores da Escola de Chicago ocorreu em duas direções principais. Em uma primeira linha, os autores da Escola realizaram um extenso trabalho empírico sobre cultura urbana, tentando determinar a especificidade do “urbanismo como modo de vida”. Esses estudos enfocaram os diversos comportamentos na comunidade urbana, a vizinhança, a delinquência, a mobilidade intraurbana, a vida nos bairros

---

<sup>19</sup> A teoria do *continuum folk-urbano*, criada pelo antropólogo norte-americano Robert Redfield, seria um modelo geral de análise, no qual poderia se confrontar características de uma sociedade urbana com uma não urbana e estabelecer um padrão de análise possivelmente aplicado a qualquer comunidade. Assim sendo, ela estabelece que a passagem “*folk-urbano*” se daria a partir do aumento da heterogeneidade social e do crescimento da sociedade. O que, de acordo com o antropólogo norte-americano Redfield, levaria à desorganização cultural e a preponderância do individualismo, marca das cidades, do urbano, e contrárias ao *folk*.

fortemente segregados etnicamente etc. Para Velho (1967), os estudos realizados pelos principais autores do movimento – Robert Park, Ernest Burgess, Rodrick McKenzie e principalmente Louis Wirth – representaram as primeiras análises de sociologia urbana.

Najar e Marques (2003) falam que, em uma segunda linha de análise, desenvolvida principalmente por McKenzie e Burgess, foi realizado um esforço de generalização, tentando construir uma teoria científica do crescimento urbano e da estruturação espacial baseada nas cidades norte-americanas. Para McKenzie, a localização no espaço não só era produto dos recursos e funções de cada grupo e atividade na competição, como também estava associada a um ciclo ecológico de invasão-competição-sucessão-acomodação, válido não apenas para atividades e residências, mas também para grupos étnicos (*ethnic succession e residential invasion*). A diferença entre esses processos e as formas naturais de competição (válidas para plantas e animais) estaria na capacidade humana de transformar as condições ambientais.

As palavras de Becker (1996, p. 187-188) servem para finalizar a argumentação, na medida em que traduzem os reais desdobramentos da Escola de Chicago para a teoria sociológica contemporânea:

[...] terminada a Segunda Guerra Mundial, a Escola de Chicago, de certo modo, deixou Chicago; [...] De modo que em determinado momento as pessoas começaram a dizer: não, a Escola de Chicago não está em Chicago, mas na Califórnia; ou então, ela está em Chicago, mas não na Universidade de Chicago e sim na Northwestern University, do outro lado da cidade. Nesse sentido, a Escola tornou-se uma espécie de perspectiva ou opinião global, e eu não sei muito bem se seria honroso chamar essa perspectiva de teoria, ou seria embaraçoso considerá-la assim, porque na verdade ela é um modo de pensar, uma maneira de abordar problemas de pesquisa que estão muito vivos e presentes em boa parte do trabalho feito hoje em dia. (BECKER, 1996, 187-188)

Assim, o repertório metodológico de ensino-aprendizagem tinha como sua base a pesquisa empírica, envolvendo alunos e professores. Joas (1999, p. 146) relata que:

[...] as condições institucionais da recém-fundada Universidade de Chicago favoreciam a opção pela pesquisa e pela interdisciplinaridade. Nessa universidade os alunos enfatizavam o aprendizado por meio da pesquisa, enquanto a infra-estrutura enfatizada a pesquisa cooperativa.

Essa especialidade, associada ao pioneirismo dos estudos de Chicago na sociologia americana, levaram a uma profusão de seguidores por diferentes escolas dos Estados Unidos e mesmo do Canadá, originários de Chicago. Segundo Becker (1996, p. 184):

[...] é por isso que sustento que a Universidade de Chicago era, de longe, a instituição mais importante da época, na área de sociologia, nos Estados Unidos. Quer dizer, era a instituição número um, e a número dois ficava muito atrás.

Coulon (1995) atesta que se a empiria era uma orientação para a pesquisa em Chicago, então cabe ressaltar que ela não se refugiava na esfera quantitativa. Becker (1996), relata que uma das peculiaridades centrais da Escola de Chicago era não ser meramente qualitativa ou quantitativa. Ao contrário, uma das mais importantes contribuições dos pesquisadores da Escola de Chicago foi o desenvolvimento de métodos inovadores de investigação, que partiam desde a utilização de documentos pessoais, passando por trabalhos sistemáticos de campo e chegando à exploração de diferentes fontes documentais.

Becker (1996) apresenta com domínio a visão dos pesquisadores da Escola de Chicago quanto às diversas estratégias metodológicas de pesquisa e sua importância para o avanço dos métodos de investigação social:

[...] nós éramos muito mais ecléticos em relação a métodos do que as pessoas que conhecíamos e que estavam em outras instituições. Assim, achávamos que era preciso fazer entrevistas, coletar dados estatísticos, ir atrás de dados históricos. Não havia nada demais nisso, tudo isso me parece puro bom senso, mas muitas pessoas tinham uma espécie de apego religioso a métodos de pesquisa. (BECKER, 1996, p. 186)

Esse desprendimento quanto à experimentação e associação de diferentes métodos de pesquisa pode estar associado ao fato de a Escola de Chicago ter se desprendido da pretensão de construção de grandes narrativas teóricas. Se, por um lado, essa herança metodológica fez avançar a compreensão do alcance e das possibilidades concretas de pesquisa em teoria social, por outro, seu legado parece ter se perdido no tempo. Os dilemas e, se poderia dizer, os “preconceitos metodológicos” ligados à associação incondicional a determinadas perspectivas teóricas parecem ainda versejar na sociologia contemporânea (BECKER, 1996).

A multiplicidade de tendências manifesta-se não apenas nas temáticas acerca dos fenômenos urbanos estudados e nos recursos e instrumentos metodológicos empregados nas pesquisas de Chicago, mas também na busca pelo diálogo com diferentes campos de saber. Como destaca Coulon (1996, p. 24),

[...] devemos insistir na orientação deliberadamente multidisciplinar da sociologia de Chicago. Os laços entre a sociologia e outras disciplinas são múltiplos e sistemáticos: em primeiro lugar, com a antropologia, com a qual formará um único departamento até 1929; com as ciências políticas; com a psicologia [...]; e em especial com a filosofia.

Por outro lado, Coulon (1996) enfatiza dois pontos de convergência nos estudos de Chicago: voltar-se para a temática urbana e para o trabalho de campo. Nesse sentido, a Escola de Chicago constrói não uma sociologia especulativa, mas uma sociologia da ação. Essa orientação ao estudo empírico é fruto, segundo vários autores que analisaram a experiência de

Chicago, do fato de a primeira fase do centro estar associada a uma sociologia humanista, fortemente impregnada de valores religiosos e comprometida com a transformação social.

Joas (1999, p. 143) relata que um dos grandes equívocos a respeito da Escola de Chicago é estudá-la como exclusivamente interessada em pensar em reformas sociais e acreditar que sua “[...] natureza específica consistia num reformismo social protestante mais ou menos secularizado”. Para Joas (1999), mesmo nos textos recentes de autores de “primeira linha”, como Tenbruck, Vidich e Lyman, essa interpretação equivocada pode ser encontrada.

Para Joas (1999), estava claro quanto à necessidade de profissionalização das Ciências Sociais, libertando-a das tentativas de convencimento da população quanto à gravidade dos problemas sociais e do mero reformismo, sobretudo de cunho cristão. Por outro lado, todas as principais personalidades da Escola de Chicago entendiam também que as ciências sociais não deveriam renunciar às responsabilidades extracientíficas. Joas (1999, p. 143) defende a ideia de que, com relação a Chicago, “[...] se poderia falar em uma posição intermediária na história da ciência social, ou seja, uma entre a ausência de profissionalização das ciências sociais e sua profissionalização total”.

Há outros dois equívocos de análise associados, de acordo com Joas (1999), ao papel desempenhado por Chicago na construção da sociologia americana moderna. O primeiro diz respeito a se imaginar que a Escola de Chicago adotava uma orientação exclusivamente empírica, tendo falhado tanto em sistematizar teoricamente os resultados de suas pesquisas quanto em considerá-las “[...] meras emanções dos objetos pesquisados” (JOAS, 1999, p.142). Para Joas (1999, p. 142), apesar de ser correto afirmar que a Escola de Chicago, leal a seu espírito fundante do pragmatismo, enfatizava a pesquisa empírica, tenha produzido um “[...] mosaico de estudos semi-etnográficos” em detrimento de tratados teóricos, não se pode perder de vista o fato de os trabalhos de seus membros compartilharem, implicitamente, um mesmo quadro teórico. Embora não exatamente igual em cada estudo, um esquema teórico geral fundado no pragmatismo estava implícito em cada obra. Sendo assim, para o autor, a Escola de Chicago “[...] na história da ciência social, ela se postava a meio caminho entre a filosofia social evolucionista, de caráter especulativo e inerente aos primeiros anos de sociologia, e a moderna ciência social empírica.” (JOAS, 1999, p. 142).

Além disso, a ênfase e o interesse em estudos empíricos não implicava uma completa ausência de produção voltada à teorização. Como destaca Becker (1996, p. 183), seria mais

correto afirmar que Blumer<sup>20</sup> era um autor teórico, visto que apesar de seu “evidente interesse em assuntos empíricos, na verdade, só escreveu sobre temas teóricos”.

Outro equívoco, segundo Joas (1999) está em associar Chicago a um desdobramento das obras de pensadores europeus ou tomá-la como consequência da apropriação de ideias das obras de sociólogos alemães. Não se pode negar que existiam afinidades entre membros da escola e, por exemplo, Simmel, na medida em “[...] buscava um conceito de sociedade que nem reduzisse a sociedade a mero agregado de indivíduos nem a reificasse numa entidade completamente transcendente em relação aos indivíduos” (JOAS, 1999, p. 144).

No entanto, apesar da relevância do pensamento social alemão na época, operando sua transição do historicismo para a sociologia, a etnologia e a psicologia popular, e de sua influência na formação de várias personalidades da Escola de Chicago, é mais apropriado afirmar, de acordo com Joas (1999), que o quadro teórico da escola se origina de uma linha de pensamento autenticamente americana e não de uma filosofia europeia. Essas raízes americanas do pensamento social da Escola de Chicago se erigiram a partir da filosofia social do pragmatismo e do interacionismo simbólico.

Segundo Gottdiener (1993), a abordagem ecológica da Escola de Chicago incorporou contribuições da sociologia, da economia e da geografia urbanas tradicionais, as quais tinham como paradigma uma visão de cidade como um organismo biológico, na qual “The expansion of the city from the standpoint of the city plan, zoning and regional surveys is thought of almost wholly in terms of its physical growth” (BURGESS, 1925, p. 339).

## **2.2 A Produção e Reestruturação do Espaço Urbano**

De acordo com Santos (1996, p. 86), “[...] o espaço é a síntese, sempre provisória, entre o conteúdo social e as formas espaciais [...]” e, como simples materialidade, não tem condições de provocar mudanças, mas apenas participar da história viva. Segundo o autor, “[...] é a sociedade, isto é, o homem, que anima as formas espaciais atribuindo-lhes um conteúdo” (SANTOS, 1996, p. 86). Visto dessa maneira, o espaço pode ser estudado somente a partir de uma quantidade determinada de tempo e de trabalho humano que o

---

<sup>20</sup> Foi o aluno mais importante de George Herbert Mead. Herbert Blumer, foi da mesma geração de Redfield, Wirth e outros. Blumer era um homem forte, jogador profissional de futebol. Seu livro foi publicado postumamente em 1988.

instrumentalizam e que, conforme apontaram Marx e Engels (1989, p. 36), constroem a “linguagem da vida real”, algo tão arcaico como a consciência e que somente surge com a necessidade de produção dos meios de existência e as exigências de contato com os outros homens.

Trindade Júnior (1997) explana que há funções, decorrentes de processos sociais, mais suscetíveis de gerarem formas novas e modernas. Outras, ao contrário, não são capazes de inovar e utilizam, por isso, as formas espaciais existentes por meio de uma readaptação.

Conforme alega Santos (1979), a forma aparece como condição da história. O autor afirma que as formas permanecem como herança das divisões do trabalho efetivadas no passado, e que as formas novas surgem como exigência funcional da divisão do trabalho atual. As formas, que não têm as mesmas significações ao longo da história do país, da região e do lugar, representam a acumulação de tempo, e sua compreensão depende daquilo que foram as divisões do trabalho. Sendo assim,

Seria impossível pensar em evolução do espaço se o tempo não tivesse existência no tempo histórico, [...] a sociedade evolui no tempo e no espaço. O espaço é o resultado dessa associação que se desfaz e se renova continuamente, entre uma sociedade em movimento permanente e uma paisagem em evolução permanente. [...] Somente a partir da unidade do espaço e do tempo, das formas e do seu conteúdo, é que se podem interpretar as diversas modalidades de organização espacial. (SANTOS, 1979, p. 42-43)

Para Santos (1979), o espaço é, portanto, o resultado do desenvolvimento das forças produtivas, das relações de produção e das necessidades de circulação e distribuição. As regiões e os lugares não dispõem de autonomia, porém, sendo funcionais na totalidade espacial, influenciam no desenvolvimento do país. Já a urbanização é resultado de tais processos historicamente determinados como localização geográfica seletiva das forças produtivas e das instâncias sociais.

Uma maneira coerente de se compreender o espaço da cidade seria, então, enxergá-lo como uma forma-conteúdo, isto é, “[...] como uma forma que não tem existência empírica e filosófica se a considerarmos separadamente do conteúdo, e um conteúdo que não poderia existir sem a forma que o abrigou [...]”, conforme propõe Santos (1996, p. 21). Assim, compreender o espaço da cidade implica não só o estudo conjunto das duas dimensões (material e imaterial) que o completam, mas também a observação dos processos que transformam a matéria em energia, ou seja, os processos que transformam uma simples forma em forma-conteúdo. Compreende-se, desse modo, que pode haver um descompasso entre a capacidade de transformação da forma e do conteúdo que garante o entrelaçamento de

experiências passadas e presentes, assim como a possibilidade de nosso entendimento do processo de totalização do espaço urbano.

Relembrando Lefebvre (2000 [1974], p. 185), não é apenas das estruturas formais que se trata aqui. Os materiais, as estéticas, as tecnologias se associam a contextos políticos, econômicos e culturais e “[...] o fato [é] que a ‘composição’ se inspira em ideologias – que a ‘construção’ depende de relações sociais – que as técnicas influenciam as proporções, os ritmos, os arranjos espaciais e que elas mudam”. A forma urbana, “[...] que figura entre as grandes formas [...]”, na interpretação da produção social do espaço, só pode ser compreendida em seu movimento de forma-conteúdo (LEFEBVRE, 2000 [1974], p. 175). Logo, quando se reflete sobre as tendências do urbanismo, fala-se, ao mesmo tempo, de técnicas, de economia, de cultura, de ideologias, enfim, de escolhas socioespaciais que revelam a sociedade.

A promoção imobiliária constitui-se um elemento de ligação entre as transformações macroeconômicas, de um lado, e a reestruturação urbana, de outro (VILLAÇA, 2001). Somente a produção do imobiliário, por si só, entretanto, não é explicativa da estruturação e reestruturação do espaço urbano. Nesse aspecto, chama atenção seu peso e sua particularidade no tocante à localização no espaço urbano como fator de valorização diferencial, ultrapassando a ideia do consumo no espaço para o consumo do espaço, como um valor de uso complexo que se autovaloriza (RIBEIRO, 1997).

A economia, quando refletida em ciclos, viveu, ao longo do tempo, períodos prósperos e de crise, os quais, em suas especificidades, influenciaram as relações comerciais e de produção e tiveram, como importante ponto de representação espacial, o espaço urbano, que se estruturou e se reestruturou de acordo com os efeitos de cada ciclo, alterando as relações intraurbanas e interurbanas. Essa materialização das relações econômicas no espaço urbano passou por transformações temporais, e, pode-se dizer que a cada recomeço estrutural, criou novas condições e possibilidades desafiadoras.

Carlos (2011) esclarece que, a partir da consolidação do capitalismo, o espaço urbano/urbanizado se torna resultado das ações do homem, de suas relações, conflitos, interesses, não podendo mais ser analisado se forem desconsideradas as ações humanas.

Para Soja (1993, p. 104), a “[...] reestruturação não é um processo mecânico ou automático, nem tampouco seus resultados e possibilidades potenciais são predeterminados”. Em sua hierarquia de manifestações, a reestruturação deve ser considerada originária e reativa a graves choques nas situações e práticas sociais preexistentes; e também desencadeadora de

uma intensificação de lutas competitivas pelo controle das forças que configuram a vida material.

Reestruturação implica, portanto, fluxo e transição, posturas ofensivas e defensivas, e uma complexa e irresoluta continuidade de mudança (SOJA, 1993) Em seu sentido mais amplo, transmite ideia de “freada”, de ruptura, de mudança em relação a uma determinada ordem e configuração da vida social, econômica e política.

Evoca, pois, uma combinação seqüencial de desmoronamento e reconstruções, de desconstrução e tentativas de reconstituição, provenientes de algumas tendências ou perturbações nos sistemas de ação e de pensamento aceitos. (SOJA, 1993 p. 193-194)

Pereira (2005, p. 47), relativamente à palavra reestruturação, explica que ela “[...] aponta para a profundidade das mudanças recentes e da intensidade da crise social em vários campos da vida contemporânea”.

Da mesma forma que o conceito de desenvolvimento não está associado apenas ao crescimento econômico e carrega consigo outras características, sociais e políticas, a reestruturação também carrega o caráter de mudança e ruptura em vários âmbitos da vida contemporânea. Seguindo essa afirmação, relacionada à amplitude dos conceitos de desenvolvimento e de reestruturação, são utilizados adjetivos para melhor especificá-los, por exemplo, desenvolvimento urbano e reestruturação econômica (CAMPOS; SILVEIRA, 2014).

Conforme alega Pereira (2005, p. 24), a reestruturação urbana “[...] está intimamente relacionada às mudanças econômicas de uma sociedade, tendo como resultado modificações dos setores sociais e políticos e principalmente na configuração do espaço urbano”.

A reestruturação das metrópoles afeta diretamente diferentes dimensões da vida social, sendo de grande importância para o estudo do espaço urbano. Com ela, observa-se uma tendência para a descentralização e a dispersão: descentralização relacionada à criação de novas centralidades, novos polos de crescimento e desenvolvimento impulsionados por empresas transnacionais e pela facilidade de comunicação e mundialização do capital; dispersão relacionada com o aumento da malha urbana e com a modificação das relações sociais no espaço das cidades. Cada vez mais se observam empreendimentos distantes do núcleo central das cidades, valorizando áreas até então sem valor financeiro, modificando as relações centro x periferia (SANFELICI, 2010).

Campos e Silveira (2014) comentam que, com a reestruturação das metrópoles, as áreas centrais passam a atrair funções diferenciadas após o surgimento das novas

centralidades, assim como também setores de comércio e serviços. Concomitantemente, a industrialização e o crescimento populacional sofrem redução, fortalecendo o setor de prestação de serviços, principalmente aqueles voltados às novas tecnologias e ao capital financeiro (SANTOS, 2008).

Soja (1993) explana que é comum existir associação entre o processo de estruturação urbana e as mudanças na estrutura produtiva pelas quais passou a sociedade a partir da década de 1970 em âmbito mundial. Essas mudanças redefiniram, especialmente, a lógica da produção industrial, o papel do Estado na política e na economia nacionais, a atuação do capital financeiro e as relações de trabalho no processo de produção (HARVEY, 1992).

É interessante articular a proposta de Sposito (2004) comparando com a de Santos (1996), já que ambos, citados por Santos (2008), utilizam a expressão estruturação urbana para identificar o conteúdo e as contradições, continuidades e discontinuidades, ações e reações associadas ao processo de urbanização. Essa estruturação é entendida com base no sistema de ações que garante a reprodução do espaço urbano, ao mesmo tempo em que por este passa a ser determinada (SANTOS, 1996).

A discussão sobre a reestruturação adquiriu maior vigor nas últimas décadas em função de todas as transformações pelas quais vêm passando as cidades. Todavia, como destacou Villaça (2001), nem sempre com a devida preocupação sobre as especificidades do processo nos níveis intraurbano e interurbano. Segundo esse autor, o que comumente se chama estruturação urbana não é estruturação (ou reestruturação) urbana, mas estruturação (ou reestruturação) regional, pois não aborda o elemento urbano da estrutura regional, o processo de urbanização como processo do espaço regional (VILLAÇA, 2001, p. 19).

Campos, Silveira e Cruz (2014, p. 13) explicam que

[...] o espaço urbano deve ser compreendido não como simples palco da atividade humana, mas como produto social e histórico, e como resultado da atividade de uma série de gerações que, através de seu trabalho social acumulado, acabaram modificando-o, transformando-o, humanizando-o, tornando-o cada vez mais distanciado do meio natural. Nessa perspectiva, a produção do espaço urbano, da cidade, resulta da dinâmica de determinada sociedade que, ao reproduzir-se, imprime na organização espacial e na paisagem urbana suas marcas correspondentes.

Os autores pontuam que a distribuição da renda urbana ocorre de modo desigual na configuração das cidades brasileiras. As diferenças sociais e econômicas do espaço urbano manifestam-se a partir das distintas condições de acesso à propriedade urbana, resultante da participação dos diferentes atores sociais no processo e suas inter-relações, com destaque para o capital imobiliário (construtores, incorporadores e promotores imobiliários), proprietários

fundiários, capital financeiro e Estado (órgãos públicos de financiamento, planejamento e execução de infraestrutura urbana).

Os autores comentam, ainda, que “[...] é preciso pensarmos a cidade enquanto condição e reflexo das práticas dos agentes produtores do espaço urbano” (CAMPOS; SILVEIRA; CRUZ, 2014, p. 15). Muito além do que apenas o conjunto de diferentes usos da terra justapostos entre si, trata-se da aglomeração de distintos interesses que ora se articulam, ora se conflitam, estabelecendo nexos próprios dos agentes que produzem esses espaços.

Furtado (2003) expõe que a organização espacial envolve a produção do espaço urbano e a regulamentação de seu uso. Ambas são efetuadas em uma combinação de regulamentações do mercado e do Estado, já que, em um espaço urbano parcialmente produzido pelo Estado, as localizações são posicionadas como mercadorias para serem comercializadas em um mercado restrito por regras impostas por esse mesmo Estado.

Acredita-se haver vários autores que podem contribuir com essa discussão, como Scott, Topalov, Lojkine, Deák e Harvey, que abordam a regulamentação do preço do solo. Percebe-se que o regulador do mercado do solo urbano é o preço de localização desse solo, e que o espaço urbano é um espaço produzido socialmente, com valor próprio, independentemente dos edifícios, casas, ruas e infraestruturas que o constituem. Sabe-se, também, que o valor de uso de um espaço urbano é representado pelo conjunto de localizações nele contidas. Assim, a produção de localizações urbanas não pode ser individualizada, e muito menos transformada em mercadoria comum, uma vez que, necessariamente, essas localizações compõem-se coletivamente na produção do espaço como um todo.

Como reportado por Harvey (1978), o ambiente construído contém inúmeros elementos distintos – ruas, canais, docas, portos, fábricas, depósitos, canais, edifícios públicos, escolas, hospitais, residências, escritórios, lojas etc. – cada qual produzido sob diferentes condições e de acordo com regras bem específicas. Todos esses elementos precisam, no entanto, funcionar conjuntamente em relação aos processos de produção, circulação e consumo de mercadorias.

Assim, a análise da organização do espaço precisa ser centrada na intervenção do Estado, já que, de forma a preservar o mercado, o Estado precisa intervir cada vez mais e nos mais diversos setores da vida social. Essa intervenção estatal, no entanto, é determinada pelo estágio de desenvolvimento do mercado e pelo conflito entre as forças aí existentes e seus limites. Em outras palavras, no capitalismo, em qualquer época histórica determinada, o

balanço entre as forças de mercado e a intervenção do Estado determina o preço de uma localização (FURTADO, 2003).

Segundo Deák (1985), um terreno urbano não é pago como uma porção de terra propriamente dita, mas como uma localização no espaço produzida pelo trabalho social. Como essa localização é uma condição necessária para produção e consumo de mercadorias e surge na forma de uma propriedade privada do solo, ela comanda um preço.

De acordo com o exposto, a produção de mercadorias consiste em um conjunto de relações físicas e sociais e é delimitada em um espaço geográfico, ou seja, ela ocorre no solo. Qualquer pedaço de terra que esteja localizado em um espaço geográfico tem algum valor de uso, ou seja, de localização. Na medida em que esse uso provê acesso a outras localizações, ele comandará um preço. No entanto, os valores de uso necessários para a reprodução da vida social no capitalismo são produzidos basicamente como mercadorias, incluindo-se aí as localizações urbanas, juntamente com um sistema de circulação de capital, que tem o crescimento constante da troca de mercadorias como o seu objetivo principal (HARVEY, 1985b).

Inserida no modo de produção capitalista, a cidade contemporânea adquire uma função predominante e prototípica: ela torna-se uma vasta máquina para produção, circulação e consumo de mercadorias, e é estruturada como um agregado geográfico unitário. A lógica capitalista de produção e troca de mercadorias encoraja a emergência de um eficiente sistema de uso do solo que tende a minimizar os custos de transporte determinados pela massiva circulação de bens e força de trabalho (FURTADO, 2003).

Para Harvey (1985b), isso traz de volta a ideia de que um dos princípios da lógica de organização capitalista para a produção é a permanente tentativa de reduzir as barreiras espaciais de forma a eliminar o espaço pelo tempo. A frase “eliminar o espaço pelo tempo” não significa que a dimensão espacial se torna cada vez mais irrelevante. Antes, o autor coloca a questão de como e de que maneira o espaço pode ser utilizado, organizado, criado e dominado para atender demandas de tempo muito estritas, necessárias à circulação e acumulação do capital (FURTADO, 2003).

As mudanças que têm sido produzidas nas configurações espaciais são, no entanto, problemáticas, uma vez que o capitalismo necessita de infraestruturas fixas, produzidas como valores de usos específicos, em lugares particulares, para facilitar a produção, a troca, o transporte e o consumo de mercadorias. O capital necessita estar, portanto, representado na forma de um ambiente físico criado à sua própria imagem, por meio de valores de uso criados

pelo trabalho humano e adicionados ao solo para facilitar a acumulação de capital futuro (HARVEY, 1985b).

Em combinação com a tendência da monopolização econômica, essa é indubitavelmente uma das principais razões pelas quais o Estado capitalista, persistentemente, encontra-se na obrigação de suprir equipamentos urbanos não na forma de mercadoria, mas na forma de investimentos de capital intensivo, fixo e indivisível, como trens suburbanos, metrô, sistemas portuários, aeroportos, sistemas rodoviários, pontes e assim por diante. O Estado torna, inevitavelmente, esses itens disponíveis para o usufruto geral (SCOTT, 1980).

Assim, a produção e a reprodução do espaço e o espaço de circulação representam os estoques básicos construídos da cidade contemporânea. Eles são os elementos funcionais essenciais de um sistema geográfico complexo, cuja evolução futura é amplamente dependente da sua interação interna. Essa evolução, entretanto, está longe de fluir facilmente de forma autorreguladora. Ao contrário, ela enfrenta, de forma contínua, acidentes de percurso gerados internamente e que demandam intervenções coletivas imediatas na forma de planejamento (FURTADO, 2003).

De fato, produção do espaço significa transformação do espaço, no sentido de que o produto final das intervenções espaciais não resulta em nenhuma estrutura particular (nova), mas simplesmente na transformação de uma estrutura particular existente. Estruturas físicas existentes podem permanecer intocadas por algum tempo, somente esperando para serem transformadas tão logo essa necessidade seja sentida. Mesmo enquanto permanecem inalteradas na sua forma física, essas partes da estrutura urbana podem ter o seu valor de uso alterado, na medida em que o processo produtivo se desenvolve em conexão com o valor de uso de localização (FURTADO, 2003).

A produção do espaço urbano é governada por leis distintas daquelas da produção de mercadorias simples, pelo fato de que ele não pode ser produzido como valor de uso individualizado. O capital investido no espaço urbano (abertura, pavimentação, iluminação de ruas, implantação ou extensão de redes de água, esgoto, assim como outras obras de infraestrutura urbana) atua como capital fixo independente na medida em que não é um mero instrumento de produção dentro do processo de produção, mas atua como uma pré-condição geral para a produção, que pode ser utilizada individual ou coletivamente pelos capitalistas, de forma intermitente ou temporária (HARVEY, 2013).

Assim, como refere Deák (1985), o preço de uma localização é consequência das necessidades de organização do espaço para produção e consumo de mercadorias e de acordo com as condições de competição dominantes entre os capitais.

Usuários, entretanto, não competem somente entre si. Conforme pontua Lojkin (1997), mesmo que o crescimento anárquico das cidades e o seu desenvolvimento desigual sejam em grande parte resultado das estratégias de localização das empresas, há um outro tipo de agente urbano que joga um papel particularmente negativo: o proprietário de terras.

Sem a intervenção do Estado, o desenlace do conflito entre proprietários de terra, em nível individual, resultaria em um uso mais valorizado, sempre desbancando um imediatamente menos valorizado (o qual, por seu turno, irá fazer o mesmo com outro uso imediatamente abaixo na hierarquia de usuários do solo). Resulta é um padrão de crescimento espontâneo, em que as fronteiras entre usuários vizinhos estariam permanentemente se movendo em um movimento centrífugo (FURTADO, 2003).

A cada transformação do espaço urbano existe a necessidade da melhoria ou da provisão de novas infraestruturas para atender às novas necessidades. O Estado, dessa forma, desempenha um papel dominante na produção do espaço – mesmo se, como no caso do crescimento anárquico, ele seguisse (ao invés de antecipar e induzir) as necessidades criadas pelo crescimento “espontâneo”, e mesmo se deixasse a regulação do uso do espaço quase livre para o mercado (FURTADO, 2003).

### 2.2.1 Agentes Sociais Produtores do Espaço Urbano

Essa subseção tem como objetivo compreender quem são os agentes sociais produtores do espaço urbano e quais os seus papéis na estratégia de produção desse espaço. O estudo acerca desses agentes irá agregar valor à pesquisa, uma vez que eles “mostrarão” as suas visões e os seus interesses, ou desinteresses, na área de estudo. Dessa forma, neste momento, serão fornecidos os dados reais para a compreensão do processo de permanência e a justificativa para a não gentrificação no local.

Os agentes são muitos e os lugares são os mais variados possíveis. Há, contudo, as rugosidades<sup>21</sup> no espaço, como afirma Santos (1986), pois este não é homogêneo, mas singular e específico a cada realidade vivida. Sabe-se que o capitalismo não conseguiu implantar por completo formas, modos e maneiras de se obter os espaços em vista de que ficassem semelhantes e mais globais.

Segundo Bortolo (2010, p. 270), “As desigualdades ainda são muitas e quando falamos em caos, não discutimos um fim, mas sim, no conflito e na desordem que trará enfim, uma nova ordem ou não”. O autor refere que as várias modificações ocorridas no meio urbano em razão de determinações de ordem socioeconômica, ambiental, estética, lazer, entre outras, é tema de interesse de diversos pesquisadores e de disciplinas que integram recortes analíticos e possibilitam o estudo da estruturação da cidade.

A urbanização articula-se para as dinâmicas do modo capitalista de produção, o qual direciona esse processo sob a perspectiva de uma economia política da urbanização compreendida conjuntamente com uma economia política da cidade. Por isso, a produção e a reestruturação dos espaços urbanos e os componentes que os constituem não podem ser aceitos, nem analisados, como simples objetos estruturantes da base material, tendo em vista que a produção do espaço urbano sob tais perspectivas os envolve com os meios que caracterizam o ambiente construído, também se tornando meios de consumo urbano.

Esse referencial analítico do espaço urbano, no qual se fundamenta teoricamente, encontra sua base na ideia de Carlos (2007), segundo a qual a análise espacial da cidade, no que se refere ao processo de produção, revela a indissociabilidade entre espaço e sociedade na medida em que as relações sociais se materializam num território material e concreto, o que significa dizer que, ao produzir sua vida, a sociedade produz/reproduz um espaço como prática. Fundamentada no pensamento lefebvriano, a autora expõe que a noção de produção deve referir-se à produção do homem e às condições de vida da sociedade em seus múltiplos aspectos, ou seja, deve estar articulada inexoravelmente àquela de reprodução das relações sociais num determinado tempo e espaço: “É fundamental do ser humano o ato de criar, formar e produzir pelo próprio trabalho e sua atividade, sendo esta capacidade criadora de obras” (CARLOS, 2007, p. 75). Desse modo, a noção de produção do espaço traz implícita a

---

<sup>21</sup>Termo inspirado nos estudos de Santos (1986), serve para referenciar formas espaciais herdadas do passado, apresentando-se, no presente, como testemunhos de dinâmicas e processos históricos mediatos que deixaram suas marcas no espaço por meio de objetos e formas que permaneceram na paisagem geográfica atual (TRINDADE JÚNIOR, 2018).

ideia de atividade como ação transformadora da sociedade modificando a natureza e impondo uma dinâmica que é em essência, social e histórica.

Essa organização espacial da cidade capitalista ocorre pelo conjunto de diferentes usos da terra. E, tratando-se de um produto social, entram em cena vários agentes que, de maneira complexa e distinta, vão provocando constantemente um processo de reorganização espacial. O espaço urbano capitalista – fragmentado, articulado, reflexo, condicionante social, cheio de símbolos e campo de lutas – é um produto social, resultado de ações acumuladas no tempo e engendradas por agentes que produzem e consomem espaço. São agentes sociais concretos, não um mercado invisível ou processos aleatórios que atuam sobre um espaço abstrato (CORRÊA A., 1989).

Para Silveira (2003), o espaço urbano deve ser entendido como produto social e histórico da sociedade que o constrói, ou seja, como resultado da atividade de uma série de gerações que, por meio de seu trabalho acumulado, tem agido sobre ele, modificando-o, transformando-o, humanizando-o, tornando-o um produto cada vez mais distanciado do meio natural.

Conforme afirma Carlos (1992), para o entendimento da reprodução da sociedade, é necessário que a leitura do processo de urbanização, em sua expressão geográfica, busque a dimensão espacial das relações de produção (e as estratégias dos agentes produtores do espaço urbano), bem como as estruturas daí resultantes. Tais processos, quando lidos em sua dimensão espacial, assumem, por sua dinâmica, um caráter triádico, em que o espaço é condição, meio e produto da reprodução da sociedade.

Corrêa A. (1989) e Lencioni (2008) esclarecem que a cidade é assim concebida em meio a esses processos, como condição e reflexo das práticas dos diversos agentes produtores do espaço urbano. Mais do que o conjunto de diferentes usos da terra justapostos entre si, a cidade se apresenta como expressão de distintos interesses que ora se articulam, ora se conflitam, estabelecendo nexos próprios dos agentes sociais que produzem esses espaços. Trata-se, portanto, de um produto social que se insere no âmbito da “relação do homem com o meio”, das múltiplas formas de articulação de seus agentes e as ações destes no espaço urbano.

Lefebvre (2000; 1980) lembra que essas manifestações dos agentes no espaço, quando apoiadas nas bases da reprodução do capital, estimulam e acentuam três características das cidades contemporâneas: a homogeneização, a fragmentação e a hierarquização do espaço urbano. A primeira característica – homogeneização – corresponde à repetição de elementos

no espaço que o conformam: vias expressas, rodovias, cidades verticais e horizontais, entre outros, de modo a criar um consumo repetitivo de coisas em tal espaço. A segunda característica – a fragmentação – corresponde à separação dos espaços segundo as funções que exercem: trabalho, moradia, lazer, circulação, produção, consumo; geram-se espaços isolados por barreiras visíveis e invisíveis que se transpõem às relações sociais. A terceira e última característica – a hierarquização – é associada à segregação na medida em que o espaço passa a ser dissociado entre os centros (de poder, riqueza, trocas materiais, lazer, informação, entre outros) e as periferias que, por sua vez, também são hierarquizadas conforme a distância em relação a um centro principal ou secundário.

Conforme aponta Cruz (2013), esse processo triádico (homogeneização, fragmentação e hierarquização) do espaço trata-se do fenômeno denominado por Lefebvre (1999 [1970].) como constituição da não cidade ou da anticidade. Na medida em que intensifica a segregação socioespacial no urbano e estabelece a subordinação do valor de uso ao valor de troca, a cidade, entendida como mercadoria para alguns, tende a ser usada de forma fragmentada e, muitas vezes, negada ao uso de grande parte da população.

Identificar e caracterizar os agentes integrantes da produção do espaço e discutir o papel político e econômico de cada um deles se tornam atitudes fundamentais para que se possa compreender as ações por eles desempenhadas. Esses agentes, por meio de seu papel político e econômico na sociedade, são importantes componentes da produção do espaço urbano. Considera-se que suas ações e estratégias não se dão de maneira isolada, mas por meio de redes de articulação ou coligações de agentes que objetivam realizar interesses específicos.

Corrêa R. (1989) explica que o espaço urbano é “criado” por ações concretas dos agentes sociais, os quais utilizam estratégias diversas para alcançarem seus objetivos. Ao mesmo tempo em que fragmentam os espaços, eles os articulam, imprimindo-lhes diferentes usos: centro da cidade, áreas industriais, áreas residenciais, áreas de lazer e áreas de reserva para futura expansão, com usos justapostos entre si.

Harvey (1982) considera como agentes produtores de espaço urbano um grupo diversificado, cujos componentes diversos possuem também modo distinto de determinar o valor de uso e o valor de troca da terra:

- a) moradores (proprietários individuais e inquilinos), para os quais predomina o valor de uso;

- b) agentes imobiliários, que se preocupam mais com o valor de troca, visando a obter lucros com os negócios envolvendo terras e imóveis;
- c) indústria da construção civil, que cria valores de uso para, em seguida, transformá-los em valores de troca;
- d) instituições governamentais, que atuam atendendo às pretensões dos demais atores, regulando e normatizando.

Para Harvey (1982), essa distinção entre os agentes produtores do espaço decorreria das formas como eles se relacionam com o ambiente construído para a realização da mais-valia fundiária, mediante a apropriação, conjunta ou não, de distintas formas de rendimento, juros e lucro, a saber: (i) a fração do capital que busca a apropriação da renda, quer diretamente (proprietários fundiários), quer indiretamente (empresas imobiliárias); (ii) a fração do capital que intenta a obtenção de lucro por meio da construção (construtores, empreiteiros e incorporadores), ou de juros pelo financiamento da obra alheia (instituições financeiras); (iii) a fração do capital que atua no interesse da classe capitalista como um todo, ou, nas palavras de Harvey (1982, p. 7), “[...] o capital ‘em geral’ que encara o ambiente construído como um dreno para o capital excedente e como um pacote de valores de uso e com vistas ao estímulo da produção e acumulação de capital [...]”, lançando mão, inclusive, da ação do Estado; e, por fim (iv) a força de trabalho, que usufrui do ambiente construído como bem de consumo e meio de sua própria reprodução.

Para Santos (2008), os agentes produtores do espaço urbano pertencem aos circuitos superior e inferior da economia. O circuito superior da economia, resultado direto das modernizações que atingem o território, tem como agentes os produtores de espaços urbanos: bancos, comércio, indústria de exportação, indústria moderna, serviços modernos, atacadistas e transportadores. O circuito inferior da economia, resultado indireto da modernização, constitui-se de atividades que envolvem agentes ligados aos serviços não modernos fornecidos no varejo e ao comércio de pequena dimensão, voltados, sobretudo para o consumo dos mais pobres.

Na realidade brasileira, não se pode deixar de mencionar o trabalho de Corrêa A. (1989), que sistematiza a contribuição de vários autores, cujos estudos incidem sobre os agentes produtores do espaço urbano e os processos e formas espaciais das cidades. Para o autor, a cidade “[...] é um produto social, resultado de ações acumuladas por meio do tempo e engendradas por agentes sociais concretos que produzem e consomem espaço. São agentes

sociais concretos e não aleatórios e etéreos atuando de modo abstrato.” (CORRÊA A., 1989, p. 11).

Corrêa R. (1989) refere, conforme exposto a seguir, a existência de um grupo de agentes sociais quase sempre presente na produção dos diferentes espaços urbanos, ainda que se considere a especificidade da dinâmica espacial de cada cidade.

O Estado, principalmente por meio do Governo do Estado e da Prefeitura Municipal. O autor diz que sua atuação tem sido complexa e variável, tanto no tempo como no espaço, refletindo a dinâmica da sociedade da qual é parte integrante.

Os grandes empresários industriais, comerciais e de serviços, que são, em razão da dimensão de suas atividades, grandes consumidores de espaço e necessitam de terrenos amplos e baratos que satisfaçam requisitos locacionais pertinentes às atividades de suas empresas (junto a portos, vias férreas ou em locais de ampla acessibilidade à população).

Os proprietários fundiários, que atuam no sentido de obter a maior renda fundiária de suas propriedades, interessando-se em que estas tenham o uso mais remunerador possível, especialmente o comercial ou residencial de *status*. Interessam-se pelo valor de troca da terra e não pelo seu valor de uso. Alguns desses proprietários, os mais poderosos, poderão até mesmo ter suas terras valorizadas por meio do investimento público em infraestrutura, especialmente viária.

Os promotores imobiliários, que realizam, parcial ou totalmente, as seguintes operações: incorporação, financiamento, estudo técnico, construção ou produção física do imóvel e comercialização ou transformação do capital-mercadoria em capital-dinheiro, agora acrescido de lucro.

Os grupos sociais excluídos, constituídos pelos que não possuem renda para pagar o aluguel de uma habitação digna e, muito menos, para comprar um imóvel. Esse fator, ao lado do desemprego, de doenças e de subnutrição, delineia a situação social desse grupo, assim, a esse grupo restam moradias, cortiços, sistemas de autoconstrução e conjuntos habitacionais fornecidos pelo agente estatal e as degradantes favelas.

Considerando esses diversos agentes produtores do espaço urbano, pode-se destacar, a título de exemplo, como articulações mais simples, as coligações entre: (a) o Estado e os agentes sociais excluídos; (b) os agentes sociais excluídos e os candidatos a cargos políticos; (c) o Estado e as empresas incorporadoras/construtoras; (d) os agentes sociais excluídos e os proprietários fundiários; (e) o Estado e os proprietários fundiários; e (f) os agentes

financiadores e as incorporadoras. As redes podem, assim, se tornar mais complexas quando articulam mais que dois agentes (TRINDADE JÚNIOR, 1998).

### 2.3 Processos e Formas Urbanas Contemporâneas

Para Corrêa R. (1989, p. 36), “[...] a grande cidade capitalista é o lugar privilegiado de ocorrência de uma série de processos sociais, entre os quais há acumulação de capital e a reprodução social tem importância básica”. Esses processos indicam funções e formas espaciais, cunham atividades e suas materializações, cuja distribuição espacial constitui a própria organização espacial urbana (CORRÊA R., 1989).

Corrêa R. (1989) relata que os processos espaciais da cidade são determinados com base em uma estrutura socioeconômica e são responsáveis pela concepção das formas espaciais, que têm determinadas funções sociais e econômicas. Tais processos e formas são gerados pela ação de diversos agentes sociais (empresários, industriários, comerciários e imobiliários, construtoras, proprietários de terra, Estado e grupos sociais excluídos). O autor identifica os processos espaciais da cidade, segregação, invasão-sucessão, inércia, centralização, coesão e descentralização. Os processos não são excludentes entre si e podem ocorrer simultaneamente na mesma cidade ou no mesmo bairro. Por exemplo, o processo de inércia pode ocorrer ao mesmo tempo em que o processo de descentralização e, por isso, fala-se em processos demandados por uma estrutura socioeconômica (CORRÊA R., 1989).

Quadro 1 – Processos e formas da cidade

<b>Estrutura</b>	<b>Processo</b>	<b>Forma</b>	<b>Função</b>
<b>Econômica</b>	Centralização	Área central	Comercial ou industrial
	Descentralização	Núcleos secundários	
	Coesão	Áreas especializadas	
<b>Social</b>	Segregação	Áreas sociais	Residencial
	Dinâmica social da segregação	Segregação territorial	
	Inércia	Áreas cristalizadas	

Fonte: Elaborado pela autora com base em Corrêa R. (1989)

Corrêa R. (1989, p. 38) fala que, a partir do início do século XX, o processo de centralização e a forma das áreas centrais passam a ser “[...] sistematicamente consideradas pelos estudiosos do fenômeno urbano”. Conforme alega o mesmo autor, a área central torna-se o foco principal não apenas da cidade, mas também de sua hinterlândia. Nela, se reúnem as

principais atividades, como o comércio, os serviços da gestão pública e privada e os terminais de transportes inter-regionais e intraurbanos (CORRÊA R., 1989).

Uma característica comum da metrópole moderna é a centralização das atividades comerciais e de serviços, bem como a facilidade de locomoção, essa área é conhecida como Área Central e o surgimento dessa área começou a partir da Revolução Industrial. Durante a segunda metade do século XIX, as ferrovias passaram a desempenhar papel crucial nas relações interurbanas e inter-regionais. Garantindo uma diminuição na deseconomia de transbordo, devido à proximidade dessas ferrovias. Perto desses terminais estão localizados o comércio atacadista e os depósitos, as indústrias nascentes e em expansão e os serviços auxiliares. Com tudo isso, as áreas centrais possuem as maiores facilidades das cidades: transporte, ótima localização e uma ampliação nas facilidades de capital (CORRÊA R., 1989).

Por se tratar de terrenos mais próximos, ou mesmo localizados na área central e por suas vantagens locacionais, o preço passou a ser mais elevado. Sem dúvida, a localização central é importante para a competição capitalista. O processo de centralização, ao criar a área central, a segmentou em dois setores: o núcleo central e a zona periférica. As principais diferenças desses dois setores são: uso do solo, crescimento horizontal, concentração de pessoas e tráfego de carros. O núcleo central apresenta ampla escala vertical, pois se trata de uma área de uso intenso do solo, com um limitado crescimento horizontal. A zona periférica possui ampla escala horizontal, apesar do limitado crescimento horizontal, em virtude das novas indústrias e empresas (CORRÊA R., 1989).

Cronologicamente, o processo de descentralização é mais recente do que o processo de centralização. Surge como uma medida de diminuir a excessiva centralização, dando forma a núcleos secundários. Esse processo é concretizado para reduzir o aumento constante do valor da terra, dificuldade de obtenção de espaço para expansão, entre outros fatores. Outra utilização da descentralização está associada ao crescimento da cidade, aumentando a distância entre a Área Central e as novas áreas ocupadas, surgimento novas firmas descentralizadas.

Os estudos pioneiros sobre a descentralização foram desenvolvidos na década de 1930 pelo geógrafo Charles Colby, que estudou 22 cidades nos EUA, Canadá e Grã-Bretanha e destacou a atuação de forças centrífugas, ou seja, a tendência à saída das atividades da área central, descritas por ele como: resultantes de dois componentes, a saber, uma urgência em deixar e um convite para vir, portanto, sendo relevantes para o processo de descentralização; e de forças centrípetas, isto é, a presença de fatores que viabilizavam a permanência ao mesmo

tempo em que atraía certas atividades para a área central, contribuindo para a manutenção da centralidade dessa área (CORRÊA R., 1989).

Para Colby (1933 *apud* CORRÊA R., 1989), a descentralização se verifica com a atração por parte das áreas não centrais geralmente opostas à Área Central: terras não ocupadas, qualidades atrativas do sítio, facilidades de transportes e outros.

Esse processo de descentralização é, contudo, extremamente complexo, caracterizando-se por uma seletividade em termos de: Atividades, no sentido de que algumas atividades apresentam uma maior tendência à descentralização que outros; Tempo, em relação a uma mesma atividade, há uma sequência de descentralização; Divisão territorial de funções.

Mas, a associação e a escolha das atividades podem impedir a descentralização, se uma das partes associadas exigirem uma localização central. No ponto de vista do capital, a descentralização insere-se no processo de acumulação. No caso de firmas industriais, além das vantagens da nova localização, as operações de descentralização são acompanhadas da venda do terreno do antigo estabelecimento, permitindo grandes lucros, e uma diminuição de custos na medida em que parte de toda infraestrutura da nova localização é paga pela comunidade (CORRÊA R., 1989).

A descentralização é um processo com repercussões na organização do espaço intraurbano, que se manifesta sob forma de uma medida, de caráter espontâneo ou planejado, que visa a diminuir a centralização urbana. Está associada ao crescimento, tanto em termos demográficos como espaciais, ampliando as distâncias entre a área central e as novas áreas residenciais: a competição pelo mercado consumidor, por exemplo, leva empresas comerciais a descentralizar seus pontos de venda com a criação de filiais nos bairros (CORRÊA R., 1989).

Colby (1933 *apud* CORRÊA R., 1989) destaca, entre os fatores de repulsão da área central: o aumento do preço da terra, os impostos e aluguéis; os congestionamentos e os altos custos dos sistemas de transporte e de comunicação; a redução de espaços para a expansão; o aumento das restrições legais e as perdas de amenidades; e, entre os elementos atrativos nas áreas não centrais,: a existência de terras não ocupadas e com menor preço; presenças de infraestrutura e de transportes; fatores atrativos naturais – relevo, controle no uso do solo; possibilidade de controle do uso da terra, amenidades físicas e sociais e “threshold” ou mercado mínimo capaz de suportar a localização de uma atividade descentralizada.

Para Corrêa R. (1989), descentralização e os núcleos secundários aparecem como uma medida das empresas com o intuito de eliminar as deseconomias geradas pela excessiva

centralização da área central. De outro lado, resulta de uma menor rigidez locacional no âmbito da cidade, em razão do aparecimento de fatores de atração em áreas não centrais.

Fatores de repulsão da área central: aumento constante do preço da terra, impostos e aluguéis, afetando certas atividades que perdem a capacidade de se manterem localizadas na área central; congestionamento e alto custo do sistema de transporte e comunicações, que dificulta e onera as interações entre firmas; dificuldade de obtenção de espaço para expansão; restrições legais implicando ausência de controle do espaço, limitando, portanto, as ações das firmas, e ausência ou perda de amenidades.

A descentralização verifica-se quando há ou são criadas atrações em áreas não centrais, como as seguintes: terras não ocupadas, baixos preços e impostos; infraestrutura implantada; facilidade de transporte; qualidades atrativas do sítio, como topografia e drenagem; possibilidades de controle do uso da terra e amenidades.

Para Corrêa R. (1989), o processo de coesão pode ser definido como aquele movimento que leva as atividades a se localizarem juntas, é sinônimo de economias externas de aglomeração. Para o autor, a consequência desse processo é a criação de áreas especializadas que podem ser na área central ou em outros lugares da cidade; sendo assim, é um processo que está presente tanto na centralização quanto na descentralização, assim como na organização espacial intraurbana. As consequências desse processo são a criação de áreas especializadas dentro de espaços urbanos tomando sua organização espacial de fato mais complexa (CORRÊA R., 1989).

A coesão ou o magnetismo funcional são verificados em relação às atividades que, apesar de não manterem relações entre si, como as lojas varejistas de mesma linha de produtos, formam um conjunto funcional que criam monopólio espacial, atraindo consumidores. As ruas especializadas em móveis, ou autopeças, são exemplos desse fenômeno, mesmo sendo de natureza distinta, estão localizadas junto umas das outras, formando um conjunto coeso que pode induzir o consumidor a comprar outros bens que não faziam parte de seus propósitos. Exemplo: Shopping Centers e subcentros regionais espontâneos. São complementares entre si, como se exemplifica com as associações funcionais entre fabricação, atacado de confecções, companhias de seguros, bancos, sede de empresas industriais com ligações entre si tanto à montante como à jusante. Juntas criam economias de escala. Exemplo: pequenas indústrias que sozinhas não teriam escala suficiente para atraírem outros industriais, empresas de transportes e serviços de reparação de máquina e

exigem contatos pessoais face a face. Nesse caso, a acessibilidade é fundamental (CORRÊA R., 1989).

A segregação e as áreas sociais são um dos principais processos apontados pela bibliografia especializada, para tanto, é possível citar autores como Corrêa R. (1989), Lojkin (1997) e Villaça (1999); para a causa da segregação urbana é o que parte da oposição entre centro e periferia e constitui-se a partir da formação de novas centralidades. Basicamente, as cidades constituem-se a partir de seus *sítios* ou espaços centrais, expandindo-se a partir de então. Nesse ínterim, as classes economicamente mais abastadas tendem a se localizar nas proximidades desse centro, uma vez que são esses os espaços mais caros e valorizados.

Esse processo de dinâmica urbana em relação aos outros trata primeiramente da questão residencial, ou seja, a reprodução da força de trabalho. É um processo que segue a tendência de uma organização espacial em áreas de forte homogeneidade social interna e de forte disparidade social entre elas, marcado pela uniformidade da população em termo de renda e *status* ocupacional, etnia e diversas faixas etárias. É possível falar em áreas sociais caracterizadas, por exemplo, por bairros operários com residência unifamiliares modestas. A segregação residencial nada mais é que a divisão social do espaço (CORRÊA R., 1989).

As áreas sociais são áreas que têm em comum a uniformidade da população. Essa uniformização ocorre por meio de três características: *status* socioeconômico, grau de urbanização e etnias – mais comum em países como os Estados Unidos, que possuem um grande histórico de segregação racial (CORRÊA R., 1989).

A segregação residencial é resultado da existência de classes sociais. Cada grupo social tem que pagar pela residência que ocupa. As áreas residenciais de classe média e alta estão, geralmente, localizadas nas zonas periféricas, possuindo toda a infraestrutura para sua mobilidade, priorizando os carros em detrimento dos transportes coletivos.

Sem dúvida, o Estado tem seu papel na segregação residencial. Isso pode ocorrer de forma direta, quando o próprio estado constrói habitações, que são chamadas de “populares”, ou seja, com infraestrutura básica ou inexistente: ruas sem calçamento, transporte coletivo precário, segurança pública fraca, ausência de escolas nas proximidades e etc.

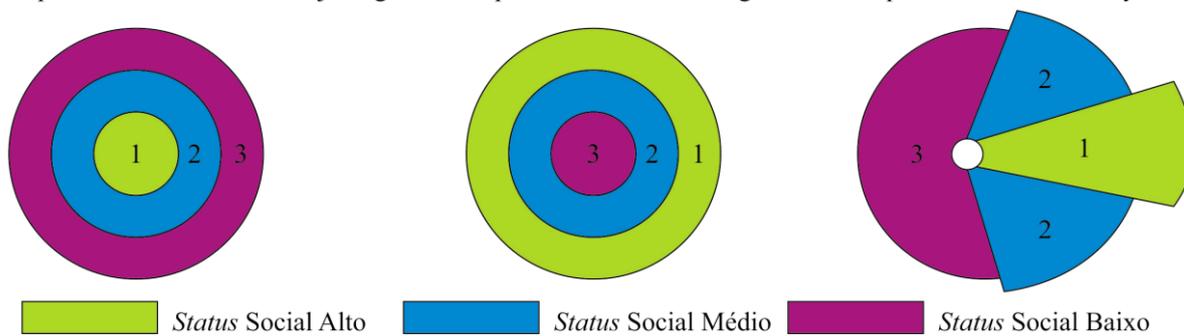
A segregação da classe dominante está cada vez mais presente com a existência de condomínios fechados, que são uma espécie de bairros luxuosos, com muros e sistema próprio de vigilância, dispendo de áreas de lazer e certos serviços comerciais exclusivos (CORRÊA R., 1989).

Os processos de segregação residencial foram pesquisados por alguns estudiosos, criando-se, então, padrões de segregação residencial. Resultam deles as lógicas de localização e de realocação no espaço urbano das classes sociais e suas frações. Os padrões são complexos e podem ser delineados por combinações de três possibilidades teóricas de segregação residencial propostas por Kohl (1941), Sjoberg (1975), Burgess (1948) e Hoyt (1958), como aponta Corrêa R. (1989). Na primeira lógica, apresentada por Kohl (1941) e Sjoberg (1975), as elites encontram-se no centro e os pobres na periferia, sendo esse padrão associado à cidade pré-industrial. Na segunda, proposta por Burgess e já exposta por Engels 80 anos antes, as elites localizam-se na periferia e os pobres na área central, especificamente na zona periférica do centro. Na terceira, as classes sociais e suas frações estão localizadas não em círculos concêntricos a partir do núcleo central de negócios da cidade, como nas duas propostas anteriores, mas ao longo de setores a partir do núcleo central de negócios (CORRÊA R., 1989).

A Figura 1 apresenta de forma esquemática as três teorias.

Figura 1 – Esquema clássico de segregação residencial

1- Esquema da teoria de Kohl-Sjoberg    2- Esquema da teoria de Burgess    3- Esquema da teoria de Hoyt



Fonte: Adaptada de Corrêa R. (1989, p. 67)

As cidades são intensamente modeláveis, transformáveis e adaptáveis pela sociedade que nela vive. As áreas, residenciais ou não, podem passar um longo tempo sem alterações e, de repente, mudarem, tendo como *start* vários motivos e/ou agentes. O que se percebe hoje em dia, no Brasil e no exterior, é que os bairros localizados nas áreas mais centrais, que por algum tempo foram desprezados pela elite, estão sendo procurados por essa mesma classe social para fixar suas residências. O fator “qualidade de vida” está contando muito mais nos dias de hoje, e, sem dúvida, a facilidade de deslocamento faz parte dessa mudança.

A dinâmica espacial da segregação refere-se à mutabilidade envolvendo o espaço e o tempo. Logo, percebe-se que essa dinâmica é uma característica do capitalismo, que altera tudo rapidamente, não sendo típica da cidade pré-capitalista, caracterizada por forte

imobilismo socioespacial. Basicamente, essa dinâmica mostra as características de um grupo social habitando em um determinado lugar em certo período de tempo. A partir disso, a dinâmica especial da segregação nos mostra que em determinadas áreas é possível obter um melhor desenvolvimento e, em outras, isso não acontecerá devido ao desinteresse da elite.

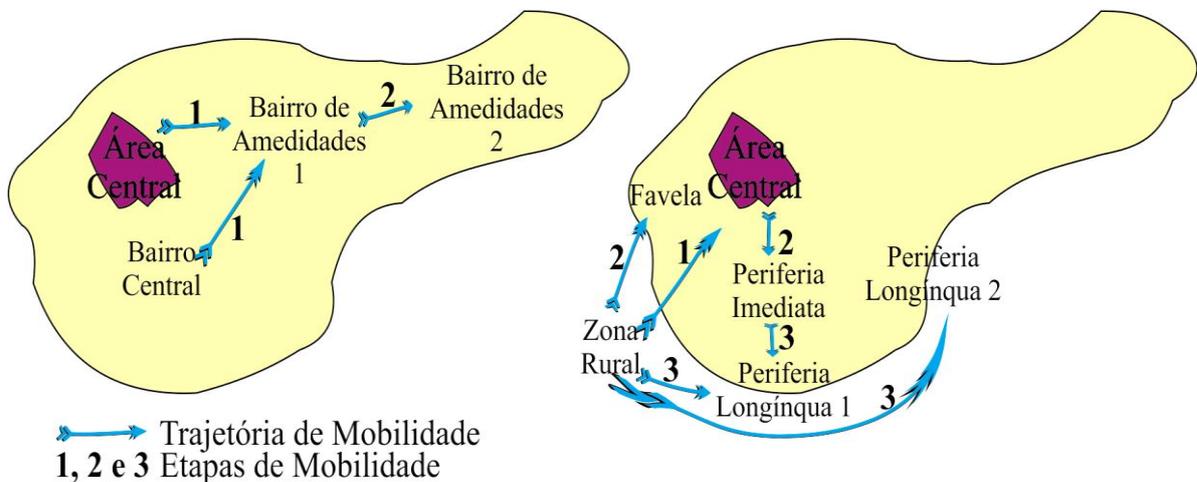
Nos países latino-americanos, a dinâmica espacial da segregação, coexiste dentro dos três padrões de Kohl (1941), Sjoberg (1975), Burgess (1948) e Hoyt (1958), como aponta Corrêa R (1989). Essas teorias “[...] aparecem claramente nas grandes cidades latino-americanas.” (CORRÊA R., 1989, p. 73).

A dinâmica espacial da segregação gerou, de um lado, aquilo que a literatura registra como a “zona em transição”, área de obsolescência em torno de um núcleo central, também denominada de “zona periférica do centro”.

A Figura 2 demonstra de forma esquemática essa dupla dimensão da dinâmica da segregação, o esquema 1 indica a mobilidade da população de alto *status* e o esquema 2, a mobilidade das pessoas de baixo *status*.

Figura 2 – Esquemas da dinâmica espacial da segregação

1- Esquema relativo ao grupo de alto *status*      2- Esquema relativo ao grupo de baixo *status*



Fonte: Adaptada de Corrêa R. (1989, p. 72)

Na obra *La estructura interna de la ciudad*, Yujnovsky (1971) recomenda que as transformações da sociedade e os seus resultados na urbanização chamam a atenção dos pesquisadores em todo o mundo. No caso específico dos países da América Latina, o interesse havia se voltado para a “[...] busca por compreender los problemas del subdesarrollo y sus causas” (YUJNOVSKY, 1971, p. 10). A forma da cidade, segundo o autor, não podia ser entendida somente pelos aspectos físicos, mas ao contrário, ela era resultado de um “[...]”

sistema urbano” dinâmico composto por diversas atividades realizadas no espaço urbano<sup>22</sup>. (YUJNOVSKY, 1971, p. 17-19).

Yujnovsky (1971, p. 47) tentou entender e explicar o processo de formação da estrutura e da forma das cidades latino-americanas usando um enfoque histórico. Ele identificou seis etapas de urbanização: civilização pré-colombiana, exploração e conquista (1492-1530); cidade colonial (1530 até meados do século XVIII); crescimento colonial (meados do século XVIII até 1810); período republicano (1810 até o início da segunda metade do século XIX); crescimento sobre a base do modelo tradicional (segunda metade do século XIX até, aproximadamente, 1930); e período de 1930 até a atualidade (YUJNOVSKY, 1971, p. 48).

Contudo, Corrêa R. (1989) cita Yujnovsky (1971) quando relata somente três períodos. O primeiro do século XVI até por volta de 1850, que ele chama de período colonial e segue a teoria de Kohl (elite residencial no centro). O segundo remonta o período de 1850 até perto de 1930, quando “[...] emerge uma classe média e firma-se uma classe dominante vinculada à propriedade da terra, ao grande comércio e, em muitos casos, à nascente industrial.” (CORRÊA R., 1989, p. 74). Em contrapartida, há uma redução no tempo da mobilidade devido ao surgimento dos bondes e dos trens e, com isso, permitiu-se “[...] o desenvolvimento de novas áreas residenciais e a reformulação de outras.” (CORRÊA R., 1989, p. 74).

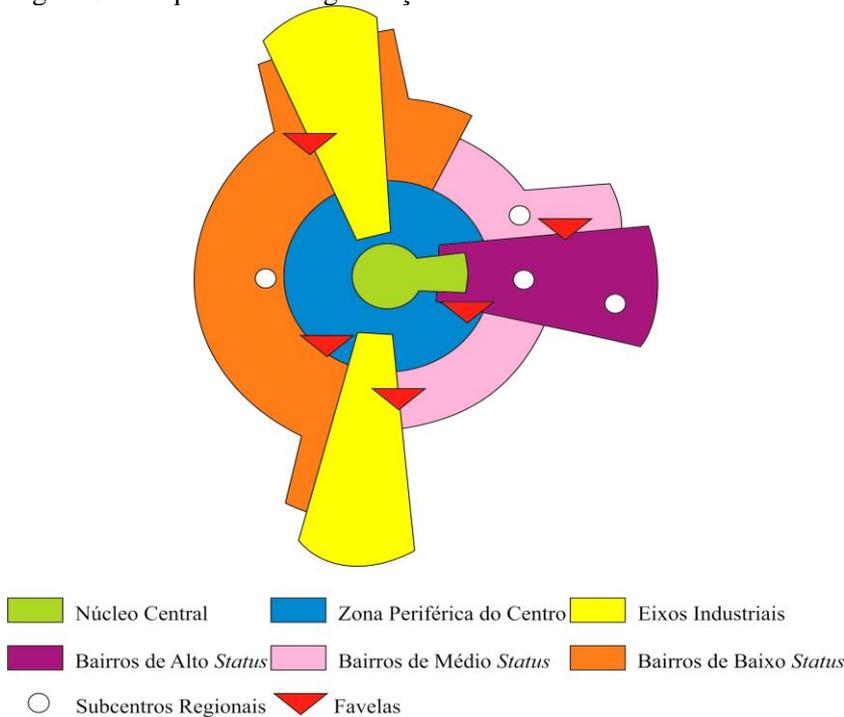
O terceiro período, para Corrêa R. (1989, p. 74), se inicia em 1930 com a acentuação “[...] dos setores preferenciais das populações de *status*”. Surge um aumento do processo migratório acentuando o processo de perifização ilegal (autoconstrução) e legal, momento em que o Estado começa a contruir conjuntos habitacionais. A partir disso, percebe-se também a “expansão das favelas” (CORRÊA R., 1989, p. 74).

A Figura 3 demonstra de forma esquemática essa dupla dimensão da dinâmica da segregação, o esquema 1 indica a mobilidade da população de alto *status* e o esquema 2, a mobilidade das pessoas de baixo *status*.

---

<sup>22</sup> Entre elas estão as atividades: industriais, de serviços e de moradia. Mantendo diálogo com Amato (1970), ele dava importância às necessidades de mobilidade e à interação das pessoas e das mercadorias (YUJNOVSKY, 1971, p. 10). Yujnovsky (1971, p.19-20) também detalhava que o “sistema espacial urbano” estava formado por quatro subsistemas: o social, o econômico, o cultural e o político.

Figura 3 – Esquemas da organização da cidade Latino Americana



Fonte: Adaptada de Corrêa R. (1989, p. 75) que adaptou de Mertins e Bahr (1983)

O processo de inércia, definido por Corrêa R. (1989, p. 76) como “[...] processo que atua na organização espacial intraurbana através da permanência de certos usos em certos locais, apesar de terem cessado as causas que no passado justificaram a localização deles [...]”, expressa-se na “[...] preservação simultânea da forma e do conteúdo, e não apenas da forma com mudança do conteúdo, pois isto seria, na realidade, o processo de substituição ou invasão-sucessão.” (CORRÊA R., 1989, p. 76).

O processo espacial de inércia é caracterizado pela permanência de determinadas funções e usos do solo urbano, mesmo quando as causas que justificam sua localização já deixaram de existir. Há, de acordo com Corrêa R. (1989), uma espécie de cristalização no uso daquele espaço. Um primeiro motivo para essa permanência seria o surgimento de novos fatores atrativos, por meio do aparecimento de economias de aglomeração, como a criação de estabelecimentos de serviços, que passam a garantir vantagens não existentes anteriormente. Um segundo motivo seria a inexistência de conflitos entre os agentes produtores do espaço por determinada área da cidade ou ainda pelo fato de que os outros usuários não detêm poder suficiente para forçar a mudança no uso do solo. Por fim, esse fenômeno também pode estar relacionado com o valor simbólico que a área representa para a população, não seguindo mais o princípio da racionalidade econômica (CORRÊA R., 1989).

O autor afirma que o espaço urbano é produzido por diferentes usos da terra e pela sociedade em suas formas espaciais; é fragmentado, articulado, refletido e condicionado socialmente, trata-se de um conjunto de símbolos e, também, de um campo de lutas. A produção desse espaço urbano é realizada pelos proprietários dos meios de produção (grandes proprietários de indústrias e empresas comerciais); pelos proprietários fundiários (que querem o valor de troca da terra e não o seu valor de uso); pelos promotores imobiliários (que comercializam ou transformam o capital-mercadoria em capital-dinheiro acrescido de lucros); pelo Estado (que regulamenta o uso do solo e que fornece condições de realização e reprodução da sociedade capitalista, bem como acumulação e reprodução das classes sociais e suas frações); e pelos grupos sociais excluídos (que são afetados pela especulação imobiliária e pela ação seletiva do Estado).

O processo de inércia acontece quando valores de conservação de determinada localização são maiores que uma atitude econômica. O processo de inércia relaciona-se à formação das áreas cristalizadas que preservam a forma e o conteúdo, pelas seguintes razões apontadas por Corrêa R. (1989, p. 76-77):

- (a) Uma realocação poderia implicar custos elevados, os ganhos adicionais de nova localização não justificando os riscos do novo investimento;
- (b) a criação de novos fatores de permanência através do aparecimento de economias de , pela criação de unidades de produção e serviços situados à montante ou à jusante da unidade em questão, garantindo vantagens outras que não aquelas existentes quando da implantação original;
- (c) pela existência de conflitos de outros possíveis usuários do solo urbanos em torno, ou pretendentes àquela porção do espaço, ou pelo fato de que os outros usuários não detêm poder para forçar a remoção daquela unidade;
- (d) pela força de sentimentos e símbolos que se atribui às formas espaciais e ao seu conteúdo.

Corrêa R. (1989, p. 77) faz ainda a seguinte observação:

A inércia, mais do que os outros processos, é marcada por um forte relativismo. A permanência de um dado uso do solo pode nos parecer a cristalização daquele uso quando, em realidade, trata-se de um muito lento processo de mudança difícil de ser percebido pelo pesquisador em um dado momento do tempo. Vinte anos depois um novo pesquisador constata que houve uma profunda mudança nos últimos cinco anos: para ele, não se trata de um processo de inércia. É preciso, pois, ter muito cuidado quando o processo em pauta for abordado.

Conforme afirma Tourinho (2011, p. 104), as “[...] análises mais recentes sobre as dinâmicas espaciais intraurbanas contemporâneas têm destacado e descrito, também, processo de “dispersão”, gentrificação, brandificação, brownfieldização, etc.”.

No que tange ao processo de “dispersão”, Tourinho (2011, p. 104-105) relata que:

A ideia de dispersão permeia as principais abordagens sobre as novas territorialidades urbanas. A partir principalmente da década de 1970, vários autores têm notado uma generalização do modelo norte-americano de expansão da urbanização, que torna o crescimento populacional dos setores periféricos, maior do que o das áreas interiores. Atualmente, o processo de dispersão se caracteriza por assentamentos de baixa densidade, apoiados em sistemas de infraestruturas viárias e de telecomunicações. Está, também, associado à “descentralização, ao caráter extensivo das novas áreas industriais, dos equipamentos coletivos (aeroportos, universidades, centros empresariais, centros comerciais), bem como de outros equipamentos auxiliares aos assentamentos urbanos (aterros sanitários, estações de tratamento de resíduos, represas), entre os quais predominam espaços intersticiais, vazios urbanos, áreas de produção de hortifrutigranjeiros e de reflorestamento.” (SOARES, 2005, P.5). Nesse sentido a ideia de dispersão pode ajudar a caracterizar os processos de expansão e esgarçamento da malha urbana que algumas cidades médias amazônicas sofreram com a chegada dos grandes eixos rodoviários, ou com a implantação de alguns equipamentos de grande porte como bases militares e aeroportos. Mas, na medida em que a ideia de dispersão se associa à de redução absoluta das densidades urbanas nas áreas tradicionalmente ocupadas, sua aplicabilidade às cidades médias amazônicas se torna muito discutível, visto que, embora nas áreas mais próximas na nucleação principal de comércio e serviços e ao longo das rodovias e vias principais se observe uma diminuição das densidades – consequência provável da substituição do uso habitacional pelo uso de comércio e serviços –, no conjunto da cidade, as densidades aumentam, mesmo ainda situando-se em patamares muito baixos.

Para Reis (2006; 2007), o processo de dispersão urbana tem como caráter o esgarçamento do tecido urbano, com a urbanização estendendo-se por um vasto território, com núcleos urbanos separados no espaço por vazios intersticiais, mantendo vínculos estreitos entre si e configurando um único sistema urbano. Formam-se assim

[...] constelações ou nebulosas de núcleos urbanos de diferentes dimensões, integrados às aglomerações urbanas metropolitanas e submetropolitanas, com o sistema de vias de transporte inter-regionais utilizado como apoio ao transporte diário. (REIS; BENTES, 2016, p. 2)

Concomitantemente, isso induz à superação dos conceitos de cidade e campo. Modos de vida e consumo metropolitanos são adotados pela população, com maior mobilidade, possibilitando a “regionalização do cotidiano”. A dispersão urbana é um processo de caráter geral, não sendo específico de um país (REIS, 2007). No Brasil, a urbanização dispersa pode ser vista como um processo contínuo e crescente, que se mostra reestruturante nas últimas décadas, com mudanças mais visíveis após 1990 (REIS, 2006). Para Reis e Bentes (2016), os grandes projetos regionais, complexos comerciais, culturais e conjuntos urbanísticos residenciais espalham-se pelo Brasil todo, com efeitos sobre os meios físico e social e o patrimônio construído, demudando ainda os núcleos, as centralidades e as atratividades. Ao mesmo tempo, esses projetos aumentam as ações por mobilidade e acessibilidade,

equipamentos urbanos e infraestrutura. Esse processo atinge tanto a população de maior renda quanto os estratos sociais de baixo poder aquisitivo (REIS; BENTES, 2016).

Em relação ao processo de *brandificação*, Tourinho (2011, p. 105-106) apresenta que:

Em termos gerais, *branding* é o processo de “estabelecer e gerenciar imagens, percepções e associações pelas quais o consumidor se relaciona com um produto ou empresa” (KLEIN, 2008, p. 2). Assim, a expressão “espaço urbano brandificado” diz respeito ao processo de especialização para o consumo, o ócio e o entretenimento, no qual a cidade, não só se torna um produto de consumo, como, também, se converte em um suporte para marcas de produtos. O paradoxo que acompanha o marketing e o branding urbano, segundo Muñoz (2008, p. 74), é que, após décadas buscando aparecer como diferentes umas das outras, “utilizando la imagen e el deseño como reclamo para resaltar lo propio específico y resultar así atractivas a la economía global, las ciudades se muestran hoy como el más común, el más banal de los lugares”.

A *brandificação* para Alves (2013), busca transformar qualquer elemento da existência, lugares, objetos, dados e indivíduos, dando foco para veiculação das marcas, que essas passam a ter relação mais profunda com a cidade.

Para o processo de *brownfieldização*, Tourinho (2011, p. 104) descreve que:

Inicialmente usada nos EUA a expressão *brownfield* passou a integrar o vocabulário do planejamento urbano para significar as áreas urbanas desocupadas em função da obsolescência dos usos que lhes eram previamente atribuídos (CASTELLO, 2007, p. 51). Conforme Vasques (2006) o termo *brownfields*, traduzido no sentido literal como “campos escuros/marrons”, não são necessariamente antigas industriais, podem, também ser empresas comerciais desativadas, minas abandonadas, lixões ou depósitos de resíduos, todo tipo de infraestruturas de transporte como ferrovias, portos e aeroportos; além de barragens, usinas termelétricas, nucleares, e outras. São, portanto, empreendimentos que, um dia, foram desativados, sofreram a ação do tempo, e com a consequente degradação natural, se transformaram em zonas mortas da cidade.

O termo *brownfields* é bem difundido nos Estados Unidos da América, mas pouco utilizado no Brasil. A definição de *brownfields* é encontrada na lei pública norte-americana H.R.2869 (UNITED STATES OF AMERICA, 2001, intitulada *Small Business Liability Relief and Brownfields Revitalization Act*: “[...] brownfields são instalações industriais ou comerciais abandonadas, ociosas e subutilizadas cujo refuncionalização é dificultada devido à contaminação real ou percebida, mas que tem um potencial ativo para reuso”. Para Vasques e Mendes (2006), as antigas propriedades industriais se alteram em *brownfields*, porque perdem, por inúmeros motivos, sua antiga função, ou seja, seu conteúdo. Fica, então, a forma abandonada até que sejam feitas várias adequações e reformas para torná-la apta a receber uma nova função. Quando isso acontece, forma com conteúdo, a propriedade deixa de ser um *brownfield* (VASQUES; MENDES, 2006).

O processo de gentrificação é objeto que será discutido nesta tese de doutoramento e será apresentado no próximo capítulo.

## 2.4 Degradação/decadência das áreas centrais

Levando em consideração que a área central é uma das partes mais importantes da cidade, dentro do mosaico urbano, e partindo da premissa de que não existe cidade sem que haja um centro (LEFEBVRE, 2008), Alves e Ribeiro Filho (2011, p. 8), ressaltam que

Enquanto forma e função espacial decorrente dos processos sociais empreendidos na acumulação de capitais e reprodução da sociedade, destaca-se na cidade capitalista a importância da área central, não apenas para a cidade, mas para toda a sua hinterlândia, especialmente após o século XX.

Para Castells (2000, p. 314), “[...] o centro urbano não é uma entidade espacial definida de uma vez por todas, mas a ligação de certas funções ou atividades que preenchem um papel de comunicação entre os elementos de uma estrutura urbana”. O centro também reúne uma série de atividades, usos e ocupações que fazem desse local uma área de atração.

A área central, originalmente, segundo Sposito (1991), é o nó do sistema de circulação, o ponto de concentração, convergência/divergência de fluxos diversos da cidade. Ela concentra atividades de comércio e serviços e terminais de transportes, sendo a área de maior acessibilidade no espaço urbano (CORRÊA R. 1989).

As áreas centrais são caracterizadas como locais de primeira concentração urbana (VILLAÇA, 2001) e de reunião de diversos serviços e atividades (CASTELLS, 2000). Para Villaça (2001), as áreas se constituem em, ou deixam de ser, áreas centrais, dependendo da presença de fixos que viabilizem a aglomeração e da possibilidade da sociedade arcar com os custos da aglomeração. Como nem todos conseguem se manter aglomerados, alguns são obrigados a se afastar, constituindo, assim, o centro e o não centro.

Segundo Corrêa, R. (1995), a área central é dividida em dois setores distintos: o *Central Business District (CBD)* e a *Zona Periférica do Centro (ZPC)*, sendo o primeiro caracterizado pelo uso intensivo do solo, sobretudo pelas atividades mais valorizadas, e o segundo, pelo uso semi-intensivo do solo por atividades de baixo *status*, com destaque para o uso residencial. Corrêa, R. (1995, p. 43) preconiza que no ZPC:

Este setor da Área central constitui-se, por outro lado, no principal foco da política de renovação urbana. Esta consiste, sobretudo, na substituição de prédios residenciais deteriorados por novos edifícios de apartamento.

concomitantemente verifica-se a substituição do conteúdo social, isto é, saem os pobres e entre a classe média .

Nos processos espaciais ocorre uma divisão social do espaço a partir da concentração de atividades e níveis sociais distintos ligados a essas atividades, conforme afirma Castells (*apud* SPOSITO, 1991, p. 7). Quando era

[...] cidade monocêntrica, a área central concentrava as atividades mais valorizadas às classes sociais de maior poder aquisitivo da cidade, cuja situação foi modificada com a emergência da cidade multi(poli)cêntrica, isto é, com várias centralidades e padrões de deslocamento. (ALVES; RIBEIRO FILHO, 2011, p. 8)

Alves e Ribeiro Filho (2011) alegam que, em função das transformações econômicas e sociais inerentes ao capitalismo monopolista e à expansão demográfica e espacial da cidade, a área central tem passado por redefinições funcionais. Ela passou a concentrar as atividades de gestão, escritórios de serviços especializados e determinadas tipologias de comércio, destinados às classes de baixo poder aquisitivo e que utilizam o transporte público coletivo, e, em outro extremo, o comércio de luxo e/ou especializado voltado para um nicho restrito. Em contrapartida, por causa do processo de descentralização, do avanço dos sistemas de informações que afetaram o gerenciamento das funções de controle e decisão e do aumento da mobilidade, foram perdidas atividades tipicamente centrais que passaram a se concentrar em novas áreas.

Para Alves e Ribeiro Filho (2011), com o surgimento de “novos centros” no cenário brasileiro, as áreas centrais passaram a ser substituídas por outras regiões da cidade nas suas funções de centro de atração de investimentos e de consumo de setores mais abastados. Em função desse fato, seus espaços se desvalorizam e suas construções se esvaziam.

A combinação do processo de reestruturação urbana, a partir da descentralização das atividades de comércio e serviços com o deslocamento da população de alta renda para novas áreas valorizadas e providas de infraestruturas da cidade, fez com que a área central sofresse uma relativa desvalorização. Nesse contexto, conforme colocado por Villaça (2001), ocorre a retomada da área central pela população de baixa renda, assinalando o que muitos chamam de “crise” ou “decadência” da área central.

Diante desse quadro, tornou-se comum, sobretudo nas grandes cidades brasileiras, a ideologia de área central, como sinônimo de deterioração ou de decadência, ou seja, as condições infraestruturais tornam-se inviáveis para a manutenção de certas funções, fazendo com que ocorra a concretização de investimentos em outras áreas da cidade.

Villaça (2001, p. 277) defende que “Deve-se, então investigar os motivos que levaram a tais transformações nos padrões de organização espacial no comércio e serviço de nossas metrópoles, sejam a chamada ‘decadência’ do centro”. Segundo o autor ainda

O processo popularmente chamado de “decadência” ou “deterioração” do centro consiste no seu abandono por parte das camadas de alta renda e em sua tomada pelas camadas populares. Esse abandono apresenta várias manifestações com diferentes graus de intensidade nas várias metrópoles: abandono do centro principal como local de emprego das camadas de mais alta renda; abandono de diversão, lazer e atividades culturais; como local de compras e moradia. Dentre todas as metrópoles brasileiras, é menos agudo no Rio de Janeiro e mais agudo em São Paulo e Salvador. (VILLAÇA, 2001, p. 277)

De acordo com Vargas e Castilho (200), os conceitos de deterioração e de degradação estão, geralmente, associados à perda de função, comprometimento da estrutura física ou decréscimo no valor de comercialização do mercado. De acordo com as autoras, deteriorar equivale a estragar, piorar ou inferiorizar, já o termo degradar tem como significado o rebaixamento ou o desmoronamento. “Degradar vem de *gradus*, ou seja, grau, que compõe a palavra degrau, na qual a preposição ‘de’ refere-se a algo que se movimenta para baixo.” (VARGAS; CASTILHO, 2006, p. 4).

Nesse sentido, em um processo de degradação de áreas centrais, é recorrente a observação da perda do valor atribuído aos imóveis localizados nessa região, uma vez que eles já não atendem mais às novas necessidades da sociedade capitalista. Dessa forma, o modo de utilização é determinado pelo valor do espaço urbano e pela dinâmica de uso do solo. Essa dinâmica provoca a redistribuição da ocupação do território, levando ao deslocamento de atividades e fazendo com que os habitantes saiam em busca de novas áreas que possuam maior valorização, contribuindo para o fenômeno de degradação das áreas centrais (GADENS, 2010).

Associado ao processo de degradação física, ocorre também outro fenômeno, o da desterritorialização, que, segundo Duarte (2002 *apud* GADENS, 2010, p. 34), corresponde ao:

[...] processo que ocorre na organização de uma porção do espaço, pela inserção ou transformação de técnicas, idéias ou objetos, alterando o regime de influência de fixos e fluxos. Pode afetar diretamente objetos e ações, assim como a hierarquia de valores que determinam a identidade de um lugar ou o regime de influências de um território.

Desse modo, em virtude do processo de degradação urbana, as atividades ali existentes vão sendo substituídas, assim como o grupo social predominante na utilização desse espaço.

## 2.5 A Teoria do Desenvolvimento Geográfico Desigual

Para Theis e Butzke (2010), o ponto inicial é o reconhecimento da reprodução e a ampliação das desigualdades no território. A teoria descansa em dois pressupostos, o primeiro é que o modo capitalista de produção é, inerentemente, produtor de desigualdades, e o segundo é que tais desigualdades têm uma expressão geográfica. Assim, a indústria capitalista moderna beneficia o desenho de uma divisão territorial do trabalho radicalmente diferente daquela vigente em épocas anteriores. A paisagem econômica vai se alterando numa grande velocidade cada vez mais acelerada. As regiões econômicas antes viventes são completamente alteradas por inovações nas comunicações e nos transportes. As atividades previamente dominantes dão lugar a outras. Algumas morrem, outras nascem. Espaços economicamente relevantes no passado são tornados irrelevantes no presente. Desertos econômicos são convertidos em espaços industriais fortes. Todavia, uns e outros “[...] são integrados nas economias nacionais e internacionais, como parte de uma nova configuração espacial” (SMITH, 1988, p. 208).

Sobre o desenvolvimento desigual Herrera e Bel (2015, p. 70)<sup>23</sup> afirmam:

Unevem Deselopmente, Neil afirma que todo su trabajo pasa por “una dialéctica interconectada” entre la geografía histórica y la historia de la geografía; entre la producción histórica del mundo geográfico y la producción histórica de las ideas sobre ese mundo.

Para Smith (2015 [1984]), o desenvolvimento desigual é a expressão geográfica das contradições do capital, “[...] lá fijación geográfica del valor de uso y la fluidez del valor de cambio se traducen en las tendencxias hacia la diferenciación y la igualación.” (SMITH, 2015 [1984], p. 183).

---

<sup>23</sup> Publicação póstuma a Neil Smith em 2015, em comemoração à sua vida e obra; a Universidade de Barcelona e os geógrafos Luz Marina García Herrera e Fernando Sabaté Bel apresentaram, na coleção *Icaria – Espacios Críticos*, o livro *Neil Smith: Gentrificación Urbana e Desenvolvimento Desigual*. Este livro nasceu com um duplo objetivo: primeiro, selecionar algumas de suas obras mais representativas relacionadas aos vários temas trabalhados pelo autor, na tentativa de sintetizar a prolífica produção acadêmica que ele desenvolveu na vida; segundo, traduzi-lo, pois não é acessível para quem não usa o idioma inglês. Na verdade, estamos falando de um acadêmico e político de estatura internacional, que soube ser congruente com seus princípios trostkistas e ser um verdadeiro internacionalista, impactando o mundo da produção anglo-saxônica, mas também latino-americana e asiática. Luz Marina García é professora de geografia na Universidade de La Laguna. Sua pesquisa está interessada na produção do espaço urbano e suas implicações sociais e políticas, além de espaços públicos urbanos. Fernando Sabaté Bel é professor de geografia na Universidade de La Laguna e ativista sócio-político. Interessado em geografia histórico-cultural e nos processos de transformação de espaços vernaculares rurais.

A noção de desenvolvimento geográfico desigual, que importa aqui, é mais recente e deve ser associada aos esforços feitos no âmbito da Geografia no sentido de construir uma teoria do desenvolvimento desigual<sup>24</sup>. O que distingue a lei do desenvolvimento desigual e combinado da teoria do desenvolvimento geográfico desigual é: enquanto a primeira busca esclarecer por que uma concepção social periférica, atrasada, cujas forças produtivas não estão desenvolvidas nem sob o controle de uma burguesia nacional consolidada, pode experimentar uma revolução política; a segunda constitui uma tentativa teórico-metodológica que busca apreender a espacialidade do desenvolvimento desigual, portanto, a natureza especificamente geográfica da desigualdade socioeconômica entre regiões e países (HARVEY, 2006).

Talvez seja importante salientar que não se trata da desigualdade socioeconômica entre espaços geográficos em geral, mas da produzida pelo capitalismo. É, pois, a geografia do desenvolvimento desigual especificamente capitalista que importa<sup>25</sup>. E esta começa pela diferenciação do espaço geográfico resultante dos processos sociais consolidados e dos contemporâneos.

Para Theis e Butzke (2010), tudo o que acontece no local de trabalho e no processo de produção e consumo está, de alguma forma, contido no interior do processo mais amplo de acumulação e circulação de capital. Quase tudo que nós alimentamos, que vestimos e usamos, ouvimos ou vemos, é nós apresentado de forma de mercadorias e está perpassa por divisões do trabalho, assim como por discursos e ideologias que difundem os preceitos do capitalismo, isso não se diferencia no nosso modo de morar e viver. Entretanto, tudo o que é exposto (mercadorias e processos) não está fora do espaço: a competição territorial por trás das relações do cotidiano tem uma importância incomum no processo de acumulação de capital e no desenvolvimento geográfico desigual (HARVEY, 2006, p. 82-85).

Theis e Butzke (2010) relatam que tanto o processo de acumulação de capital quanto o desenvolvimento geográfico desigual, são condicionados por mudanças tecnológicas contínuas, o caso mais emblemático é das novidades nos meios de comunicação e transportes. Os mesmos autores falam que, de um lado, o seu fabricante gera excedentes na média da

---

<sup>24</sup> Antes da publicação da obra de Neil Smith, em 1984, já havia sido publicado a luz do mundo duas importantes contribuições oriundas da geografia marxista: as de David Harvey (1982) e M. Dunford e D. Perrons (1983). Mas, talvez Peet (1975) deva ser considerado o pioneiro desses esforços (THEIS; BUTZKE, 2010).

<sup>25</sup> Não se pode negar que o desenvolvimento pré-capitalista tenha sido desigual. Todavia, as razões para a desigualdade pré-capitalista foram bastante distintas das que caracterizam a desigualdade sob o capitalismo (SMITH, 1988, p. 151).

economia nacional, no interior da qual produz suas mercadorias, do outro lado, contudo, as mercadorias desse fabricante, ao se generalizarem pela economia, não apenas difundem o uso das novas tecnologias destes gêneros (meios de comunicação e transportes): por sua natureza, elas alteram a mobilidade do capital. Assim, alteram os espaços, os distinguindo, redesenhando a divisão territorial do trabalho<sup>26</sup>.

Para Theis e Butzke (2010), a essas modificações, que ocorrem no espaço em decorrência da introdução de novas tecnologias nos meios de comunicação e transportes, Karl Marx chamou de *aniquilação do espaço pelo tempo*<sup>27</sup>. O entendimento é simples: distâncias que precisam ser percorridas, por mercadorias e informações, geram um custos de movimentação; custos são reduzidos nestes casos se distâncias puderem ser reduzidas ou vencidas em tempo menor (THEIS; BUTZKE, 2010). Meios de comunicação e transportes são as mercadorias capazes de atender a essas exigências do capital, em todas as escalas. Por sua natureza, portanto, inovações contínuas nessas mercadorias contribuem para que o mundo se torne cada vez menor – e cada vez mais desigual<sup>28</sup>.

Inovações como as indicadas impulsionam a competição intercapitalista, a partir da qual, então, ocorrem (re)localizações da atividade econômica em direção aos espaços mais vantajosos para formas específicas de produção de mercadorias. Isso ocorre porque o capital ignora os espaços em que as perspectivas de lucro são baixas e, por entre as diversas escalas, se move em direção aos espaços em que as perspectivas de lucro são mais altas.

Daí que regiões perdedoras de ontem podem ser as que propiciem melhores condições de valorização para o capital amanhã. Por isso, num momento seguinte, uns espaços experimentam taxas elevadas, outros, taxas menores de acumulação (HARVEY, 2006; SMITH, 1988). A coexistência, simultânea e dinâmica, de espaços mais desenvolvidos e menos desenvolvidos é o resultado do desenvolvimento geográfico desigual. Mas, também, é condição para o processo de continuada valorização do capital<sup>29</sup>.

---

<sup>26</sup> Por exemplo, novas tecnologias em meios de comunicação e transportes podem levar a que certas produções em certos espaços floresçam, enquanto outras produções, localizadas em outros espaços, não poderão se beneficiar delas – o que gerará novas desigualdades geográficas (HARVEY, 2006).

<sup>27</sup> Em alemão: “[...] die Vernichtung des Raums durch die Zeit”. Trata-se de uma das passagens mais geográficas que se encontram nos escritos de Karl Marx (1983 [1857/1858], p. 430-431) (THEIS; BUTZKE, 2010).

<sup>28</sup> Ver Albo (2004), Harvey (2006), Massey (1991) e Smith (2000).

<sup>29</sup> “O desenvolvimento desigual é tanto o produto quanto a premissa geográfica do desenvolvimento capitalista. Como produto, o padrão é altamente visível na paisagem do capitalismo, tal como a diferença entre espaços desenvolvidos e subdesenvolvidos em diferentes escalas: o mundo desenvolvido e o subdesenvolvido, as regiões desenvolvidas e as regiões em declínio, os subúrbios e o centro da cidade. Como premissa da expansão

Assim, o desenvolvimento geográfico desigual se manifesta como resultado e como condição. Para captá-lo é preciso reter dois elementos principais: “[...] a mudança das escalas e a produção de diferenças geográficas. Temos, por conseguinte, de pensar em diferenciações, interações e relações tanto inter-escalares como intra-escalares” (HARVEY, 2004a, p. 112).

Para Smith (2015 [1984]), o capital herda um mundo geográfico que é diferenciado em padrões espaciais complexos. Quando a paisagem cai sob a influência do capital (e se torna cada vez mais funcional às suas necessidades, no sentido na seção anterior), esses padrões se agrupam em uma hierarquia cada vez mais sistemática de escalas espaciais. Com a produção do espaço sob o capitalismo, aparecem três escalas principais: espaço urbano, escala estado-nação e espaço global<sup>30</sup>. Em diferentes medidas, cada uma dessas escalas diferenciadas tem sido dada historicamente antes da transição para o capitalismo.

Na fundamentação para uma teoria do desenvolvimento desigual do espaço no modo de produção capitalista, Neil Smith traz importantes reflexões sobre a produção do espaço e de múltiplas escalas espaciais, mas no cerne dos seus apontamentos Smith nos ofereceu um projeto teórico dentro do qual “[...] as questões e desenvolvimentos podem ser compreendidos como partes de um mundo, que está longe de ser inócuo quando considerado em sua unidade e não como se poderia pensar pelo exame dos fragmentos” (SMITH, 1988, p. 13). Isso quer dizer que para Smith, a teoria do desenvolvimento desigual, entre outras teorias espaciais, não explica a lógica de desenvolvimento ou a compreensão espacial no isolamento de fragmentos, por exemplo, o desenvolvimento especificamente no Brasil, ou em qualquer outro fragmento espacial e escalar. De acordo com Smith (1988), três escalas básicas surgem com a produção capitalista do espaço: o espaço urbano (escala urbana), a escala nação-Estado e o espaço global.

Este é um processo dinâmico; por mais fixas que as escalas se apresentem, elas estão sujeitas à mudança e é através da contínua determinação e diferenciação interna da escala espacial que o desenvolvimento capitalista do espaço é organizado. O ponto chave não é simplesmente considerar as escalas espaciais como dadas, não importando quão evidentes por si mesmas elas pareçam, mas sim entender as origens, a determinação e a coerência

---

capitalista, o desenvolvimento desigual [...] é a desigualdade social estampada na paisagem geográfica e é simultaneamente a exploração daquela desigualdade geográfica para certos fins sociais determinados.” (SMITH, 1988, p. 221).

<sup>30</sup> Taylor (1981; 1982) afirma de maneira inteligente que existe um acordo tácito entre muitos pesquisadores em relação à validade dessa divisão tripla, mas não há, de fato, nenhuma tentativa de entender as origens e funções dessas escalas.

interna e a diferenciação dessas escalas como já contidas na estrutura do capital. (SMITH, 1988, p. 197)

No pensamento de Smith (1988), o capital produz escalas espaciais distintas em que representam e manifestam a expressão geográfica das tendências oscilatórias e contraditórias para a diferenciação e igualização e da mobilidade e circulação do capital. Não é possível, para Smith (1988), o estudo de problemas postos em determinadas escalas destituídas da análise intra e entre as demais escalas primárias.

As escalas espaciais estão em constante mobilidade, permeabilidade e penetrabilidade. Escalas urbanas e nacionais são produtos de um capital cada vez mais concentrado e centralizado internacionalmente.

A escala urbana é “[...] a expressão necessária da centralização do capital produtivo” (SMITH, 1988, p. 197). Ela está vinculada ao deslocamento diário para o trabalho e ao mercado de trabalho local.

Assim, os limites geográficos aos mercados de trabalho diários expressam os limites à integração espacial na escala urbana: **onde os limites urbanos se tornaram super-estendidos, surge a ameaça de fragmentação e desequilíbrios na universalização do trabalho abstrato**; onde são por demais restritos geograficamente, a força de trabalho urbana é comparativamente limitada e a oportunidade surge da estagnação prematura no desenvolvimento das forças produtivas. (SMITH, 1988, p. 198, grifo nosso)

Ribeiro Junior (2014) acredita haver dificuldades com essa avaliação de Neil Smith (especialmente na parte grifada por nós). O primeiro fator é porque um desequilíbrio na universalização do trabalho abstrato indica um desequilíbrio na universalização do valor - posto que o trabalho é em Marx a substância do valor. É por último é que o trabalho (a relação orgânica entre o homem e a natureza), sob o modo capitalista de produção, é convertido em trabalho abstrato (aquele que produz mais-valia) (RIBEIRO JUNIOR, 2014).

A segunda escala do capital analisada por Neil Smith é a escala global. Ele começa dizendo que “[...] o capitalismo herda a escala global na forma do mercado mundial” (SMITH, 1988, p. 201). Ora, mas o capitalismo não herda a escala global, mas sim produz as escalas onde vai atuar, sejam elas quais forem (global, regional, nacional, urbana) (RIBEIRO JUNIOR, 2014).

Smith (1988, p. 201) relata que

[...] o capitalismo define a escala geográfica global precisamente à sua própria imagem. Apesar das forças e dos processos econômicos que ajudam a constituí-lo, a definição da escala global é quinta-essencialmente política; é o produto das relações de classe do capitalismo.

Por essa leitura, Smith (1988, p. 202) chama atenção para o ajuste espacial presente no colonialismo, que “[...] funcionou como um tipo de ajuste espacial “externo”, embora transitório, mas da mesma forma que a integração espacial na escala global se tornava real e não simplesmente formal, o espaço geográfico negava sua exterioridade”.

A terceira escala espacial do capital apresentada por Smith (1988, p. 204) é a Escala da Nação-Estado.

Se a escala urbana e a global representam, respectivamente, a perfeita expressão geográfica das tendências contraditórias para a diferenciação e para igualização, a escala da nação-Estado é um produto menos direto dessa contradição. O impulso para produção dessa escala vem da circulação de capital, mais especificamente das injunções da competição entre diferentes capitais no mercado mundial. (SMITH, 1988, p. 204)

Para Ribeiro Júnior (2014), a escala da nação-estado realiza uma espécie de mediação entre a escala urbana (que tende para diferenciação) e a escala global (que tende para a igualização). Nessa mediação, as Nações-Estado erigem-se sobre o território nacional controlando o espaço político subjacente. Por outro lado, sendo o Estado o comitê político da burguesia, um Estado de classe, ele se desenvolve “[...] para defender o capital militarmente, onde seja necessário. Além disso, o capital deve defender-se a si próprio contra a classe trabalhadora, de quem há sempre uma permanente ameaça de revolta” (SMITH, 1988, p. 205).

Assim, as três escalas mencionadas por Smith (1988; 2015) estão em permanente tensão dialética a cada movimento do capital – o ir e vir incessante de excedentes.

### 3 APERTANDO PARA EXPANDIR: A DEFINIÇÃO SUBSTANTIVA DE GENTRIFICAÇÃO

Classe gramatical: substantivo feminino

Separação silábica: gen-tri-fi-ca-ção

Etimologia (origem da palavra gentrificação): Do inglês *gentrification*.

Ação ou efeito de gentrificar (voltar a possuir certa condição nobre). Ação que consiste no restabelecimento do setor imobiliário degradado que, constituído pela restauração ou revigoração de imóveis, faz com que esses lugares, supostamente populares, sejam enobrecidos. (SIGNIFICADO DE GENTRIFICAÇÃO, 2019)

(gen.tri.fi.ca.ção). sf. [F.: Do ing. *gentrification*]

1. Ação ou resultado de gentrificar; retorno à condição de nobre
2. Processo de recuperação do valor imobiliário e de revitalização de região central da cidade após período de degradação; enobrecimento de locais anteriormente populares [Processo criticado por especialistas em planejamento urbano e urbanismo]. (DICIONÁRIO AULETE DIGIAL, 2019)

O conceito de gentrificação é fundamental para este trabalho, pois aborda a significado, ou seja, a evolução do conceito até a definição do que representará a gentrificação para esta pesquisa. Serão apresentadas as características que moldam, em nossa concepção, o entendimento do que vem a ser o processo de gentrificação.

Esta seção apresentará o aporte teórico sobre o processo de gentrificação que será usado para analisar o objeto empírico. Apresentar-se-á a abordagem teórica norteadora da interpretação e análise do problema, os princípios e elementos de análise, as teorias e seus autores, as categorias de análise, os conceitos e as definições que fornecerão a fundamentação teórica necessária para o desenvolvimento da tese. Serão tema específico do capítulo o processo de gentrificação.

As citações de abertura deste capítulo vem dos primeiros dicionários brasileiro que incluíram o termo “gentrificação” (SIQUEIRA, 2014b) afirma que a segunda citação vem do primeiro dicionário brasileiro que incluiu a entrada “gentrificação”. Isso demonstra que não apenas a palavra está se tornando conhecida no Brasil e que os brasileiros estão se familiarizando com ela, mas também que existe um esforço local para estabelecer sua definição.

Em última análise, esta pesquisa é guiada pela pergunta quais são as contribuições e/ou limitações da teoria de gentrificação para compreender os casos na área urbana em Belém? O objetivo é estudar e compreender tanto o uso local do conceito quanto se o caso associado à gentrificação, o bairro do Reduto, poderia ser interpretado com esse processo. Se

há uma coisa, porém, que pode ser averiguada a partir da revisão da literatura e do trabalho de campo realizado, é que existem entendimentos muito diversos sobre a gentrificação no Brasil. Para a realidade de Belém, será que esse processo existe? Dá forma clássica, dá forma mais recente ou com há alguns tipos de feições gentrificadas? O estudo do processo no Brasil vem se consolidado com o passar do tempo e isso pode ser averiguado também na realidade belenense.

Não se está, neste trabalho, fazendo apologia ao processo de gentrificação como uma dinâmica positiva para as cidades no Brasil, principalmente para Belém. Vemos esse processo como uma dinâmica urbana que aconteceu, e acontece, em vários núcleos urbanos no mundo, inclusive no Brasil. Entende-se, assim, que esse é um processo que necessita ser melhor pesquisado, uma vez que suas consequências afetam diretamente o cotidiano e a dinâmica urbana a partir da sociabilidade, ou seja, afetam a relação e a inter-relação dos atores que formam e dão vida à cidade. É importante salientar que os agentes sociais que dão vida à cidade podem “matar” determinadas partes da cidade.

O processo de gentrificação pode ocorrer de forma espontânea ou de forma induzida, normalmente pelo mercado capitalista, provocando mudanças nas estruturas sociais de forma invisível, a princípio. Tais mudanças implicam consequências concretas que desestabilizam a dinâmica social e relativizam o direito a ter direito no âmbito da moradia. Constitui-se, em seu cerne, como um processo preocupante, pois impulsiona a desocupação de espaços urbanos que atinge, sobretudo, as populações mais carentes. Com base na prerrogativa do desenvolvimento do capital, comunidades inteiras podem ser deslocadas sem a previsibilidade de uma base social, política e econômica.

Para Furtado (2014, p. 343), “[...] o processo de gentrificação necessita ser teorizado como parte da totalidade orgânica da formação social, o que significa procurar as causas do processo de gentrificação na conjuntura da produção, circulação e consumo”. O neoliberalismo colaborou para expansão do mercado em oposição ao fortalecimento dos espaços urbanos, afastando potenciais consumidores e trabalhadores e, também, estabelecendo critérios de entrada de capital.

Compreende-se que mudanças são importantes e, muitas vezes, necessárias na dinâmica social, afinal a sociedade está em constante transformação. Nessa perspectiva, percebe-se que o processo de gentrificação não se constitui algo novo, mas um processo antigo que, segundo Furtado (2003), já havia sido identificado por Karl Marx (1967).

A melhoria das cidades, acompanhando o crescimento da riqueza, através da demolição de quarteirões mal construídos, a construção de palácios para

bancos, grandes depósitos, etc., o alargamento de ruas para o tráfego comercial, para luxuosas carruagens e para a introdução dos bondes, etc., erradicam os pobres para ligares escondidos ainda piores e mais densamente ocupados. (MARX, 1967 *apud* FURTADO, 2003, p. 35)

O conceito de gentrificação se consolidou como um fenômeno voltado às questões de moradia pelo motivo de que as residências da classe trabalhadora estavam sendo recuperadas para moradia da classe média, o que agregou valor aos bairros. Percebe-se, assim, a presença do valor econômico nesse processo (FURTADO, 2003, p. 17), cujo impacto na esfera social transforma a dinâmica desta com o objetivo de promover a reestruturação, a reorganização e a revitalização dos espaços urbanos, afetando, dessa forma, o contexto social. Ressalta-se que as ações que envolvem o desenvolvimento das cidades são legitimadas pelo Estado, principal agente do processo de gentrificação e do acesso ao direito à moradia, uma vez que as remoções podem ocorrer em terras públicas ou privadas, mas a intervenção do Estado se faz presente por meio da estrutura jurídica e legal (FURTADO, 2014).

Neste trabalho não questiona, portanto, se seria bom ou ruim a ocorrência do processo de gentrificação na área de estudo. Trata-se, sim, de compreender o porquê desse processo não ter ocorrido, visto que áreas próximas ao local se apresentam com “feições gentrificadas”. A busca dessas feições é o cerne desta pesquisa, contudo para isso percebe-se a necessidade de adjetivar o processo de gentrificação para a realidade local.

Este capítulo, portanto, fala de uma das principais motivações desta pesquisa: avançar um quadro analítico para o estudo de gentrificação que pode estabelecer um adjetivo consistente, ao mesmo tempo em que explica a diversidade do processo de gentrificação. Para tanto, com base na revisão bibliográfica da teoria e do caso, identificamos as dimensões comuns entre os processos de gentrificação – ou seja, seu caráter nominal. A fim de incorporar a diversidade de gentrificação, propõe-se uma estrutura analítica.

Na primeira parte serão apresentados a classe média e o seu capital cultural (capital escolar) para caracterizar a classe social que está intimamente ligada ao processo de gentrificação.

Na segunda parte serão apresentados os conceitos sobre o processo de gentrificação partindo do relato da diferenciação do uso do termo do processo estudado em inglês ou em português (*gentrification* ou gentrificação), já que se percebe que essa discussão vem aumentando nos estudos feitos no Brasil, então, acredita-se ser pertinente trazer para o trabalho e explicar a escolha feita aqui. Para finalizar, serão apresentados os estudiosos do tema em Belém.

### 3.1 A Classe Média e o Capital Cultural

Analisando os trabalhos da pesquisadora Ruth Glass e para deixar mais delimitado ainda, a professora que se debruçou a estudar o planejamento urbano sempre se interessou em estudar a classe média e não a classe alta.

O conceito de Classes Sociais é um dos conceitos centrais na Sociologia e, por isso mesmo, é um dos mais discutidos e, também, um dos que acabam ganhando mais definições diferentes, no entanto, o estudo de classes sociais perpassa por várias outras áreas de pesquisa, como: economia, contabilidade, arquitetura, urbanismo, entre outras. Ressalta-se que não há um conceito único sobre a classe média, dependendo do autor, o recorte é feito de forma diferente, contudo, os autores, em sua grande maioria, relatam a diferenciação das classes sociais com uma visão sempre pautada na categoria econômica de análise e o foco aqui é trabalhar com a categoria cultural para a análise do processo de gentrificação.

#### 3.1.1 A Classe Média

Codato e Leite (2009) relatam que “classe social” é provavelmente a ideia mais reconhecida da Sociologia; ou, ao menos, a ideia com a qual o público leigo mais identifica a Sociologia como disciplina acadêmica ou área de conhecimento. Talvez nenhuma outra palavra do repertório sociológico apareça tanto, ou seja usada com tanta desenvoltura, em tantos sentidos, ou tenha sido objeto de críticas e de revisão nos últimos 50 anos.

Conforme alega Betoni (2016), classe social é uma terminologia usada para dar a ideia de que existem diferenças sociais significativas na sociedade, ou seja, indivíduos e grupos são distintos entre si e ocupam lugares díspares na sociedade.

Entretanto, sociologicamente, não se pode falar em classes sociais sem pontuar a existência de relações desiguais entre elas. Na prática, isso quer dizer que há sempre uma relação de dominação entre uma classe e outra. A diferença na possibilidade de acesso ao poder político, ao poder econômico, aos bens culturais, a educação e, outros prestígios valorizados em nossa sociedade, marcam a diferença entre as classes sociais. (BETONI, 2016, p. 1)

O processo de gentrificação, seja moldado na teoria clássica ou nas mais atuais, está ancorado segundo o que vários autores acreditam, como Glass (1964), Smith (2006), Bidou-Zachariassen (2006), entre outros, e serve para atender às necessidades de uma determinada classe social: a classe média.

Silva (2017) argumenta que o Instituto Brasileiro de Geografia (IBGE) possui uma classificação para a população brasileira pautada em cinco classes sociais que nomeia alfabeticamente de Classe A a Classe E. Essa classificação é aceita pelo mercado, segundo o autor, pois:

[...] este desenvolve produtos e pesquisas baseadas nos hábitos e consumo de cada classe específica. Mas não podemos conceituar estas classes apenas pelo aspecto do poder aquisitivo, mas também pelos interesses específicos da cada grupo, sejam eles políticos, empresariais, trabalhistas, entre outros. (SILVA, 2017, p. 75)

De acordo com Betoni (2016), a noção de classe social serve, especialmente, para assinalar as distâncias e as desigualdades legítimas que existem entre diferentes partes da sociedade, ela compreende também uma ideia de conflito de interesses.

É no pensamento marxista que esses choques foram melhor explorados como questão central para entender a modernidade. Para Marx e Engels, a história de todas as sociedades é a história destes conflitos fundamentais, o qual eles chamam de luta de classes. Segundo essa lógica, para compreender a história seria necessário investigar como, em diferentes épocas, as classes mais e menos privilegiadas entraram em confronto para garantir seus interesses. Para o pensamento marxista, na época moderna – que se iniciou após a industrialização e o estabelecimento do capitalismo – esta luta se dá principalmente entre a burguesia e o proletariado. A classe dominante de um tempo, segundo o pensamento marxista, por controlar a economia, controla também todos os outros aspectos da vida social, dominando os aparatos políticos e jurídicos e exercendo seu domínio no campo das ideias, isso é, definindo a ideologia hegemônica. (BETONI, 2016, p. 1)

Para Betoni (2016), a rigor, pode-se afirmar que as classes sociais só existem e só podem ser abarcadas dentro de seu caráter relacional. Há necessidade de se ter ponto ou pontos de referências, isso significa que uma classe só existe em relação a outra, da mesma forma que você não pode dizer que algo está longe sem ter um ponto de referência para dizer que o objeto que é perto. Assim, não se pode falar, por exemplo, em “classe dominante” sem a existência de uma “classe dominada”. A própria sociedade só pode ser entendida enquanto um complexo emaranhado de relações, onde “algo” só existe em relação a outro “algo”. Assim sendo, as classes sociais são compostas por grupos, famílias e indivíduos, mas existem independentemente de suas vontades, ainda que influencie as formas como esses grupos e sujeitos pensam e como atuam na sociedade.

No meio dos dois polos extremos – compostos de dominantes e dominados – encontram-se os níveis sociais intermediários, com os quais se depara o que alguns chamam de “classe média”. A definição do que é e como se comporta a classe média é também um

grande tema de debate da Sociologia, sendo que, em alguns contextos, sua própria definição pode ser alvo de disputa política.

Em relação à renda, ela será dividida com a visão governamental das classes sociais, utilizada pelo IBGE no censo populacional a cada dez anos, é baseada no número de salários mínimos. Divide-se em apenas cinco faixas de renda ou classes sociais, válida para este ano (salário mínimo em R\$ 1.039,00 em 2020). Essa tabela foi obtida a partir de vários artigos sobre classes sociais nas pesquisas do IBGE divulgados na imprensa e é parecida com a visão da FGV.

Trata-se de um critério de cálculo fácil e objetivo, mas que leva somente em consideração o salário atual da pessoa e ignora eventuais conquistas e patrimônio. Mudanças repentinas de salário para cima ou para baixo podem tornar dar um viés ao resultado e torná-lo impróprio para algumas finalidades.

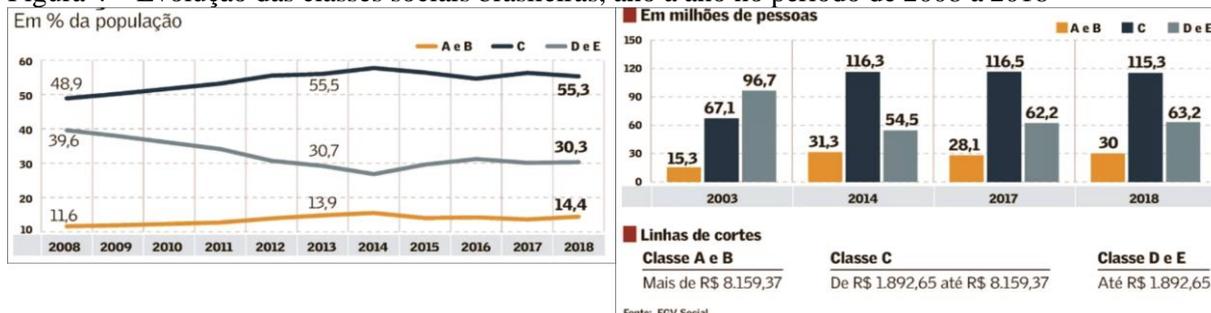
Tabela 1 – Tipificação das Classes Sociais a partir da Renda

<b>Classe Social</b>	<b>Número de Salários Mínimos (SM)</b>	<b>Renda Familiar (R\$) em 2020</b>
Classe A	Acima de 20 SM	R\$ 20.780,00 ou mais
Classe B	DE 10 a 20 SM	R\$ 10.390,00 a R\$ 20.780,00
Classe C	DE 4 a 10 SM	R\$ 4.156,00 a R\$ 10.390,00
Classe D	DE 2 a 4SM	R\$ 2.078,00 a R\$ 4.156,00
Classe E	Até 2 SM	Até 2.078,00

Fonte: Baseada nos dados do IBGE e FGV

A pirâmide de renda do Brasil vem mudando muito ao passar dos anos, assim serão apresentadas em forma de gráfico as mudanças ano a ano desde 2008 até 2018, que foram obtidas pela FGV. Há autores que falam que a Pirâmide já chegou a virar Losango no período do Partido dos Trabalhadores da Presidência.

Figura 4 – Evolução das classes sociais brasileiras, ano a ano no período de 2008 a 2018



Fonte: Dados do FGV Social, execução Villas Bôas (2019)<sup>31</sup>

O número de famílias ricas e da classe média mais alta (A e B) voltou a crescer no anos 2016 e 2017, ao mesmo tempo em que as classes menos favorecidas (D e E) mostraram indesejável estabilidade, após um rápido incremento durante a crise, A Classe C teve um decréscimo e se manteve até 2018.

Segundo o especialista, 14,4% da população brasileira integravam as classes A e B no ano de 2018, o correspondente a 30 milhões de pessoas. No ano anterior, essa proporção era menor, de 13,6% da população. São famílias com renda domiciliar *per capita* superior a R\$ 8.159. É o que Villas Bôas (2019) classifica como “classe média tradicional”.

O economista Marcelo Neri, diretor da FGV Social, relatou a Villas Bôas (2019) que “[...] a figura em nosso imaginário de classe média dos EUA e da Europa, de casa, dois carros, dois filhos e dois cachorros, é representada por aqui pelas classes A e B. Essa, que seria a classe média tradicional, voltou a crescer, o que é uma boa notícia”, diz Neri (*apud VILLAS BÔAS, 2019*) que estuda há décadas a mobilidade social brasileira.

Como já foi dito o termo gentrificação foi cunhado pela socióloga britânica Ruth Glass em 1964, e suas primeiras definições de gentrificação têm maior foco na questão do mercado imobiliário e na substituição da população mais pobre pela classe média. Contudo, será que a classe média, por exemplo, a europeia é igual à brasileira?

A classificação de classe média vai além da questão econômica. Quando se fala em classe média, o subconsciente liga imediatamente somente as questões monetárias como a média salarial ou média de rendimentos mensais, o que é chamado por Pierre Bourdieu de capital econômico. De um todo não está errado, contudo pretende-se dar ênfase não somente à

<sup>31</sup> Para chegar aos números, ele usou os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) do rendimento de todas as fontes (salários, aposentadorias, aluguéis, programas sociais) de 2018, recentemente divulgada pelo IBGE. O critério de corte é da FGV Social e não existe uma linha oficial.

questão monetária, mas principalmente aos costumes, às culturas e ao cotidiano, ou seja ao modo de vida, que seria a mistura do capital social e capital cultural segundo Bourdieu. Isso porque acredita-se que esses elementos darão um espectro da realidade brasileira para a compreensão do processo de gentrificação. Com base a partir da cultura, cotidiano, modos de vida, economia, costumes etc. pode-se afirmar que essa classe média brasileira se apresenta distinta das várias realidades das classes médias de outros países do mundo.

Acredita-se que não existe essa nova classe social: a “nova classe média”. Entende-se que a classe média não é só renda, mas sim uma lógica de cultura e de pensamento, é a constituição de um modo de viver. Um cidadão não se transforma em classe média automaticamente, por exemplo, ganhar na loteria. Isso passa por um processo, por meio do tempo e, quiçá, de gerações e de diversos fatores, como escolaridade, cultura, sociabilidade, educação informal – como viagens, por exemplo. Após essas mudanças todas as pessoas começam a ter um pensamento lógico de classe média. Assim fica claro que a questão monetária é um dos fatores para a classe média, contudo, a cultura e o modo de vida pesam mais do que o fator econômico para esta análise. Não será colocada de lado a questão econômica, contudo, a cultural terá um peso maior na análise, já que indica principalmente a questão educacional.

Conforme afirma Estanque (2012), o termo classe média tem uma história extensa e teve distintos, às vezes, até mesmo contraditórios significados. Já foi definido como uma exceção como uma classe intermediária entre a nobreza e os camponeses no continente Europa. Era uma classe entre a nobreza detentoras das terras e os camponeses que eram os trabalhadores das terras dos nobres; era conhecida como uma “nova burguesia” (literalmente os “andarilhos-da-cidade”) desempenhando funções mercantis no meio urbano. Isso teve como resultado que a classe média era geralmente a mais rica no estrato da sociedade (ESTANQUE, 2012).

As primeiras referências à expressão classe média surgem no final do século XVIII, quando Thomas Gisborne (1794) refere-se à existência de uma *middle class*, estamento social localizado entre a classe dos senhores da terra (mais ricos) e a dos trabalhadores agrícolas e urbanos (mais pobres). Nessa classe, eram incluídos os profissionais liberais ligados a trabalhos não manuais bem como os alfabetizados, detentores de algum diploma (GISBORNE, 1794).

As classe médias vivem em áreas urbanas. Os centros urbanos históricos de uma cidade, nesse momento entendido como a área que deu início ao surgimento da cidade, estão,

em sua maioria, ligados a centros históricos, e podem ou não ser protegidos pelo instrumento de proteção do patrimônio cultural: Tombamento<sup>32</sup>. Essas áreas antigas, são formadas por edificações normalmente centenárias que na maioria dos casos compõem parte de glebas protegidas e/ou são tombadas individualmente e/ou em último caso são entorno de bens tombados.

A Europa tem uma visão distinta em relação ao olhar brasileiro no morar nesses centros históricos antigos. Os Europeus apreciam o morar nesses centros históricos como um alto *status* social, a educação é muito diferente e o valor patrimonial é ensinado nas escolas desde a educação infantil. A cultura europeia não está mais pautada como tábula rasa<sup>33</sup> para as edificações históricas, esse pensamento mudou ao longo do tempo e as pessoas hoje desde o berço aprendem a preservar, respeitar e a valorizar esses prédios históricos. Sendo assim, as pessoas que habitam o centro histórico, na Europa, estão ali por que escolheram e não como opção possível.

Conforme menciona Barrientos (2004), surgiu ao final da década de 1990 nos Estados Unidos e na Europa o conceito de *retrofit*<sup>34</sup>. Para Barrientos (2004), a princípio, o termo foi utilizado na indústria aeronáutica e referia-se à atualização de aeronaves, aos novos e modernos equipamentos disponíveis no mercado e, com o passar do tempo, começou a ser empregado, também, na Construção Civil. A ideia em foco diz respeito ao processo de modernização e atualização de edificações, visando a torná-las contemporâneas, valorizando os edifícios antigos, prolongando sua vida útil, seu conforto e funcionalidade por meio da incorporação de avanços tecnológicos e da utilização de materiais de última geração (ROCHA; QUALHARINI, 2001).

As políticas patrimoniais na Europa são bem mais antigas do que no Brasil. Segundo Medeiros (2002), foi na Europa no século XIX que houve o período de consagração do patrimônio histórico cultural. A França e a Grã-Bretanha deram início à institucionalização do patrimônio histórico,

[...] inventando a prática de preservação patrimonial, à luz de uma mesma sociedade industrial e de um Estado-Nação nascentes, mas cada qual ao seu

---

<sup>32</sup> O tombamento é o instrumento de reconhecimento e proteção do patrimônio cultural mais conhecido, e pode ser feito pela administração federal, estadual e municipal (IPHAN, 2019).

<sup>33</sup> Termo latino utilizado para definir o desejo de destruição ou abandono e de abertura de espaço para “novas criações” (MOREIRA, 2005).

<sup>34</sup> Segundo Barrientos (2004), *retrofit* é a junção dos termos “retro”, oriundo do latim, que significa movimentar-se para trás, e de “fit,” do inglês, que significa adaptação, ajuste.

tempo e à sua maneira, segundo interpretações variadas de um mesmo contexto. (MEDEIROS, 2002, p. 37)

Picanço (2009) relata que, no Brasil, a institucionalização da prática preservacionista aconteceu na segunda metade da década 1930, em um momento em que o mundo, entre a Primeira Guerra e a Segunda Guerra, já vivia o movimento modernista que também despontava nacionalmente. Embora ocorresse em momento distinto do da Europa, aqui no Brasil a modernidade foi buscada de modo a fazer que a institucionalização da prática preservacionista coincidissem com a busca pela identidade nacional.

Conforme diz Barrientos (2004), na década de 1990, houve um “boom” na Europa de *retrofit*. Para Dias e Afonso (2007), o patrimônio construído é um “capital concentrado” que possui um potencial de reabilitação, reciclagem e reutilização que não pode ser deixado de lado. Dias e Afonso (2007) afirmam ainda que manter o existente é mais importante que construir o novo, pois os custos sociais da conservação e da reutilização são menores que os da transformação e substituição de estruturas urbanas. Essa solução arquitetônica de reabilitação de edifícios pode ser considerada em duas situações distintas, quando a recuperação reduz custo em comparação com uma construção nova, ou no caso de uma edificação histórica, cria condições para novas funções e facilita seu uso.

Para Picanço (2009), como fator basal para a extensão da durabilidade e salvaguarda de uma edificação histórica, é essencial que lhe seja atribuído um uso adequado para a sua tipologia. Para tanto, é imprescindível ponderar a aplicação de novas tecnologias, as exigências de conforto dos usuários envolvidos direta ou indiretamente, e ainda garantir que haja compatibilidade com a matéria. Assim sendo, há que fazer uma relação direta e integrada entre a preservação do patrimônio histórico, tendo garantida a perpetuação das características que lhes valeram a condição de patrimônio cultural e a sustentabilidade.

Para Picanço (2009), as intervenções das construções desusadas e deterioradas são formas de salvaguardar o espaço construído e readequá-lo ao uso e ocupação, admitindo a reinserção destes edifícios à estrutura urbana e também de contribuir para consolidar a memória e os valores locais, sendo uma referência da trajetória evolutiva da cidade. Porém, deve-se ressaltar que, como afirmam Dias e Afonso (2007), nenhum projeto de revitalização de um sítio histórico urbano seria válido se, como consequência, fossem perdidas as peculiaridades da localidade.

Assim, o prédio antigo que advém por um *retrofit* passa a ser extremamente valorizado, portanto, o valor gasto em sua reforma pode ser facilmente recuperado. O processo também é bem visto em termos de sustentabilidade, tendo em vista não só a

reciclagem e o reaproveitamento de materiais, mas também porque o *retrofit* permite a instalação de tecnologias sustentáveis no imóvel, o que pode levar a uma valorização ainda maior da construção (SONIA, 2015).

Assim, a partir da cultura do morar em áreas históricas, os europeus estão anos luz à frente dos brasileiros, pois existem edificações de qualidade e há vontade de morar nessas áreas centrais e históricas preservadas.

O olhar brasileiro para o morar em centros históricos é diferente em relação ao europeu. De forma generalizada, o brasileiro não busca o morar em Centros Históricos pelo entendimento de morar em um gleba urbana histórica que tenha uma cultura envolvida, isso fica para os europeus. Os brasileiros buscam edificações modernas, sem ter as feições antigas, sem ter as rugosidades<sup>35</sup> e sem ter história.

Com isso é comum, no Brasil, o uso da tábula rasa. Ribeiro (1997, p. 125) adverte que “[...] a produção imobiliária se caracteriza pelo permanente paradoxo: é sempre necessário destruir para construir, na medida em que são bastante limitadas as possibilidades de expansão das fronteiras da cidade”. Essa destruição pode estar relacionada com a demolição de imóveis para a construção de novos empreendimentos na mesma localidade, ou com a desconstrução de uma determinada área como lugar habitacional, para que a demanda que, até então, valorizava aquela circunstância urbana, possa optar por outras localidades.

Em todo caso, segundo Ribeiro, a localização, adquire um papel preponderante na opção habitacional. A utilidade da moradia não é apenas definida pelas suas características internas, enquanto objeto construído. Seu valor de uso é também determinado pela sua articulação com o sistema espacial de objetos imobiliários que compõem o valor de uso complexo representado pelo espaço urbano. O que é vendido não são apenas “quatro muros”, mas também um “*ticket*” para o uso desse sistema de objetos (RIBEIRO, 1997, p. 81).

Percebe-se que escolha do morar em centros históricos no Brasil, fica a cargo de: (1) Casa que é da família a muitos anos, que vem passando de geração para geração, o amor não é ao local, mas sim a história familiar ou (2) Aluguel mais barato devido a deteriorização da edificação.

---

<sup>35</sup> Santos (1986) utiliza-se do termo para falar das marcas deixadas no espaço urbano, ousa-se aqui apropriar-se do termo utilizando-o para demarcar as marcas deixadas pelo uso que ainda podem ser encontradas nas edificações na atualidade.

### 3.1.2 O Capital Cultural

Compreender as lógicas de reprodução social de Belém e as estruturas das relações imersas nesse “mundo” implica, também, uma leitura do entendimento de capital, e, nesse sentido, considera-se a abordagem proposta por Bourdieu (2012), como pertinente para ajudar no esclarecimento do processo em curso. Na lógica da gênese do estado indicada por Bourdieu, chamada de *parcialmente original*, visto que outros autores trataram da questão, o estado se constrói reunindo diferentes capitais, que se noticiam, inicialmente, em poder simbólico, poder físico e poder econômico num processo por ele descrito como de *autonomização* de um espaço específico, um jogo próprio num campo em que se joga um jogo particular, que sustenta uma racionalidade de estado, e esta obedece a uma ordem de sucessão histórica (BOURDIEU, 2012).

Pierre Bourdieu<sup>36</sup> irá nortear esse nosso discurso sobre tipos de capitais que acreditamos moldar a classe média. Para Janowsk (2014), Bourdieu, consolidou-se dentro da sociologia por suas pesquisas etnográficas, começadas a partir de suas inquietações pessoais, ao observar os modos de vida e as relações sociais em distintos contextos, com uma astúcia única, ele delineou caminhos que desvelaram e descreveram as relações entre os agentes sociais de forma sutil e detalhada. Antes de entender o *Capital* para Bourdieu é necessário entender alguns conceitos para esse autor, a saber: campo, *habitus* e capital.

Para Bourdieu e Peters (2013, p. 48), na sociologia de Bourdieu, a noção de campo

[...] refere-se aos espaços objetivos de relações entre agentes diferencialmente posicionados segundo uma distribuição desigual de recursos materiais e simbólicos, isto é, de capitais múltiplos que operam como meios socialmente eficientes de exercício do poder.

---

<sup>36</sup> Pierre Félix Bourdieu (1930-2002) foi um sociólogo da sociologia contemporânea nasceu em Denguin, e faleceu em Paris ambas cidades francesas. É um dos grandes sociólogos do século XX. Ele se destaca por ter renovado as ideias de autores clássicos como Durkheim, Marx, Weber, Lévi-Strauss e Mauss, criando um verdadeiro sistema teórico para interpretar a sociedade. Pierre Bourdieu foi considerado um dos mais importantes intelectuais de sua época. Tornou-se referência na Antropologia e na Sociologia, publicando trabalhos sobre educação, cultura, literatura, arte, mídia, linguística, comunicação e política. Com sua vasta produção intelectual, recebeu o título “Doutor Honoris Causa” da Universidade Livre de Berlim (1989), da Universidade Johann Wolfgang-Goethe de Frankfurt (1996) e da Universidade de Atenas (1996). Consultar Frazão, Dilva. **Pierre Bourdieu**: Sociólogo francês. Ebiografia. 2015. Disponível em: [https://www.ebiografia.com/pierre\\_bourdieu/](https://www.ebiografia.com/pierre_bourdieu/). Acesso em: 11 dez. 2019.

O campo, seja ele qual for, é sempre um objeto de luta, seja na representação, ou na realidade. O campo é um jogo específico, em que suas regras estão colocadas para os agentes no próprio jogo, suas posições nestas estruturas dependem de seu capital, suas estratégias no jogo, se orientam para a manutenção das estruturas ou sua transformação, “grosso modo”, tem se observado que quanto mais o agente está favorecido na estrutura, mais ele busca preservar essa estrutura e sua posição no campo (BOURDIEU, 1997).

É no campo que se desenvolvem as relações de força, em que tendências e expectativas estão colocadas em jogo. As orientações de um campo não acontecem ao acaso. É o momento que demarca o que é possível ou impossível em um. Os agentes sociais estão no campo, não agem de forma passiva diante das forças impostas pelo campo, estes buscam estratégias para garantir suas autonomias, uma vez que possuem disposições adquiridas, formas de ser permanentes e duráveis que podem fazer com se oponham e resistam às forças do campo, a isso, Bourdieu (1997) deu o nome de *habitus*.

Na teoria estabelecida por Bourdieu (2001), tem-se que:

Uma das funções principais da noção de *habitus* consiste em descartar dois erros complementares cujo princípio é a visão escolástica: de um lado, o mecanismo segundo o qual a ação constitui o efeito mecânico da coerção de causas externas; de outro, o finalismo segundo o qual, sobretudo por causa da teoria da ação racional, o agente atua de maneira livre, consciente e, como dizem alguns utilitaristas, com total compreensão, sendo a ação o produto de um cálculo das chances e dos ganhos. Contra ambas as teorias, convém ressaltar que os agentes sociais são dotados de *habitus*, inscritos nos corpos pelas experiências passadas: tais sistemas de esquemas de percepção, apreciação e ação permitem tanto operar atos de conhecimento prático, fundados no mapeamento e no reconhecimento de estímulos condicionais e convencionais a que os agentes estão dispostos a reagir, como também engendrar, sem posição explícita de finalidades nem cálculo racional de meios, situadas porém nos limites das restrições estruturais de que são o produto e que as definem. (BOURDIEU, 2001, p. 169)

Para Bourdieu e Peters (2013, p. 48), na sociologia de Bourdieu, a noção de *habitus*

[...] aponta, por sua vez, para esquemas simbólicos subjetivamente internalizados de geração e organização da atividade prática dos agentes individuais, esquemas que tomam a forma de disposições mentais e corporais, isto é, modos potenciais socialmente adquiridos e tacitamente ativados de agir, pensar, sentir, perceber, interpretar, classificar e avaliar.

A noção de *habitus* aparece na obra de Bourdieu (2009) como um esforço no sentido de pensar uma totalidade de esquemas, de que um agente social dispõe em determinado momento de sua vida, esses esquemas permitem operações mentais, planejamento e regulação contínua de suas ações. Esta, também, pode ser interpretada como uma espécie de “gramática” geradora de práticas sociais (TEIXEIRA JR., 2019).

Para Teixeira Júnior (2019, p. 31), essa noção norteia que “[...] os agentes sociais carregam e são produto de uma história individual e de uma história coletiva, de um corpo social educativo associado a um determinado contexto”. Pensamentos, juízos e esquemas de percepção do mundo resultam das incorporações de estruturas sociais que constituem ao longo da vida. Isso tem a ver com a construção de estruturas subjetivas, a partir das experiências das pessoas (TEIXEIRA JR., 2019).

Diz Bourdieu (2010, p. 62) que:

Habitus não é um destino, trata-se de um sistema aberto de disposições que estará submetido constantemente a experiências, e desse modo, transformado por estas experiências. Dito por outras palavras, as pessoas terão experiências em conformidade com as experiências que formaram os hábitos dessas pessoas. O *habitus*, por ser um sistema de virtualidade só se revela em referência a uma situação.

Para Bourdieu (1983, p. 106), *habitus* deve ser entendido como matriz que um agente possui para enfrentar as situações da vida, assim: “[...] *habitus* é também adaptação, ele realiza sem cessar um ajustamento ao mundo que só excepcionalmente assume a forma de uma conversão radical”.

É importante ressaltar que os recursos cognitivos de uma pessoa ou um agente social não se limitam aquilo que comumente chamamos de saberes ou conhecimentos, é lacônico que haja espaço para outras ferramentas cognitivas que não cabem a ordem das representações, mas sim das operações, uma vez que

[...] *habitus* não é destino, como se vê às vezes. Sendo produto da história, é um sistema de disposição aberto, que é incessantemente confrontado por experiências novas e, assim, incessantemente afetado por elas. (BOURDIEU, 1992, p. 108)

Para Janowsk (2014), a teoria do *habitus* é produto de uma construção talhada após vários anos de pesquisa e observação e articula-se com outros conceitos desenvolvidos por Bourdieu para a análise de realidades sociais específicas. O *habitus* está na vida cotidiana de todos e é alimentado pelo meio social e pelas interações entre os indivíduos.

Os condicionamentos associados a uma classe particular de condições de existência que produzem *habitus*, sistemas de disposições duráveis e transponíveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, ou seja, como princípios geradores e organizadores de práticas e de representações que podem ser objetivamente adaptadas ao seu objetivo sem supor a intenção consciente de fins e o domínio expresso das operações necessárias para alcançá-los, objetivamente “reguladas” e “regulares” sem em nada ser o produto da obediência a algumas regras e, sendo tudo isso, coletivamente orquestradas sem ser o produto da ação organizadora de um maestro. (BOURDIEU, 2011a, p. 87)

Conforme afirma Janowsk (2014), *habitus* é então um conjunto de ações e reações ajuntadas pelas pessoas a partir da vivência em sociedade. Ele não é aprendido, pois surge das interações sociais do meio e molda as atitudes e os pensamentos, não é consciente, mas segue as regras de convivência em determinado campo social, é a matriz cultural internalizada. Para Wacquant (2002, p.102), “[...] o *habitus* é um conjunto de desejos, vontades e habilidades, socialmente constituídas, que são ao mesmo tempo cognitivas, emotivas, estéticas e éticas, como ele é elaborado e como opera concretamente”. O *habitus* é firme e estável, mas sujeito a mudanças a partir de influências que o modifica, ou se sobrepõem a ele agindo na sua estrutura estruturante e redirecionando-a.

Janowsk (2014) relata que como produto de um meio específico o *habitus* é alterado sempre que o indivíduo transite em outros campos, para entrar no jogo em um campo diferenciado existirão mudanças no comportamento. As regras que regem cada campo específico diferem e, portanto exigem alterações significativas no modo de ação. É necessária uma postura adequada em relação ao local e as pessoas pertencentes ao campo social enquanto o indivíduo permanece naquele campo.

A incorporação do *habitus* está condicionada ao campo, então existe uma dependência entre as duas noções. Os conceitos são entrelaçados e interdependentes, pois um campo é também determinado pelas pessoas, suas atitudes e posturas.

Ou seja, a teoria praxiológica, ao fugir dos determinismos das práticas, pressupõe uma relação dialética entre sujeito e sociedade, uma relação de mão dupla entre *habitus* individual e a estrutura de um campo, socialmente determinado. Segundo esse ponto de vista, as ações, comportamentos, escolhas ou aspirações individuais não derivam de cálculos ou planejamentos, são antes produtos da relação entre um *habitus* e as pressões e estímulos de uma conjuntura. (SETTON, 2002, p. 64)

O campo social é um espaço determinado pelas pessoas que pertencem a ele e que possuem características e concordâncias às regras determinantes que regem esse meio. O *habitus* é condição e condicionante do campo. Um indivíduo que não tem as características ou não consegue adaptar o *habitus* para o convívio em grupo será excluído do campo por não possuir pertencimento a esse (JANOWSK, 2014).

Janowsk (2014) diz que o *habitus* possui características duráveis, mas não imutáveis, existe uma margem de adaptação possível, mas também limitada pela constituição singular na qual foram absorvidos em meios diferenciados e gerando uma construção híbrida que permite o trânsito do agente por campos diversos, sempre respeitando as regras de cada um deles para conseguir com isso entrar no jogo. “O *habitus* é essa espécie de senso prático do que se deve fazer em dada situação- o que chamamos, no esporte, o senso do jogo [...]” (BOURDIEU,

2011b, p. 42). A disputa por posições mais importantes num campo atrai e conecta os agentes dentro do campo específico e de suas regras e lógicas. Para querer entrar no jogo, existe a necessidade de partilhar condutas e ações próprias do campo. Como explica Bourdieu (1983, p. 90):

Para que um campo funcione, é preciso que haja objetos de disputas e pessoas prontas para disputar o jogo, dotadas de *habitus* que impliquem no conhecimento e no reconhecimento das leis imanes do jogo, dos objetos de disputas, etc.

Janowsk (2014) afirma que para continuar no campo as ações devem seguir as regras do campo, é necessário que se adquira o *habitus* de classe. O não enquadramento acarreta no desligamento do indivíduo. Como essa ligação não é consciente por mais que se tente fazer parte de um campo isso não acontece apenas através da vontade, pois, se não existirem disposições favoráveis, o desligamento será automático pela dificuldade de incorporação dos princípios que regem esse campo determinado. Conforme um agente transita entre diferentes campos e adquire através da prática social novas conformações ele cria um conjunto de hábitos que acabam por consolidar um *habitus* individual, uma soma de atributos que formam uma variação da personalidade social (JANOWSK, 2014).

Outro fator ligado à questão do campo é o capital. Conforme o capital social que o agente detém, ele pode ou não se inserir num campo. No jogo de cada campo, são admitidos apenas os que possuem as condições necessárias para o embate e uma condição de permanência no campo é compactuar com as exigências e possuir capital compatível (JANOWSK, 2014).

Para Teixeira Júnior (2019), a posição socialmente ocupada pelos agentes detentores de um poder específico em um campo particular de existência depende, antes de qualquer coisa, dos capitais objetivados nas práticas distinguidos em três dimensões “clássicas”: *o econômico, o cultural e o social*. É a forma assumida pelos capitais objetivados em uma relação e incorporados (*habitus*) que determinam as classes sociais e, conseqüentemente, constituem as práticas que classificam as distinções.

Em linhas gerais, segundo Bordieu (2012), o capital cultural refere-se ao acúmulo ou à disposição acumulada de conhecimento e da vivência em um determinado meio social específico. O capital econômico está diretamente ligado aos bens materiais. O capital social refere-se ao conjunto de relações sociais e, o capital simbólico que só tem sentido quando os agentes partilham sua significação e reconhecem sua importância (um cargo, diploma ou título) dentro do campo onde está ocorrendo o jogo.

Janowsk (2014) relata que a quantidade e a forma de acumulação de capital são diferentes entre os indivíduos, mas, quando entram em um determinado campo passam a conjugar ideias e atitudes. É a partir das igualdades entre os membros, dos valores comungados, da héxis corporal específica desse campo que são construídas as fronteiras e os limites do campo. Possuir características comuns passa a ser necessário para a permanência nesse grupo e no jogo. Surge então o senso prático, a necessidade social que se torna natureza, são esquemas motores e automatismos corporais sensatos ou habitados pelo senso comum (BOURDIEU, 2010, p. 113).

Assim, tem-se que a cultura são os valores e definições que orientam e dão identidade a um grupo social. O capital cultural é uma metáfora criada por Bourdieu para explicar como a cultura, em uma sociedade dividida em classes, se transforma em uma espécie de moeda que as classes dominantes utilizam para acentuar as diferenças. A cultura se transforma em um instrumento de dominação.

### 3.1.3 O Capital Cultural da Classe Média

Será feita a caracterização da Classe Média a partir do seu capital cultural (capital escolar).

Conforme os dados da Fundação Getúlio Vargas (FGV SOCIAL, 2018), em 2018, 14,4% da população, o equivalente a 30 milhões de pessoas, faziam parte da fatia mais rica e da classe média alta no país (classes A e B). No ano anterior, 13,6% da população faziam parte dessas classes. As classes D e E, no entanto, não diminuíram no mesmo período. Em 2018, essa parcela representava 30,3% da população (62,3 milhões de pessoas), ante 30,1% em 2017. Já a classe C caiu de 56,3% em 2017 para 55,3% em 2018, correspondendo a 115,3 milhões de pessoas.

As diferenças de classe podem ser comparadas no nível educacional, por exemplo. Segundo dados da FGV Social, as classes A e B têm escolaridade média de 13,2 anos, enquanto a média geral da população é de 8,7 anos. Será essa a categoria analisada na classe média belenense a partir de sua escolaridade, ou seja, capital cultural, que pode ser chamado de capital escolar.

Conforme os dados da FGV Social (2018), a fatia mais rica também concentra uma parcela maior de empregadores. A taxa de empreendedorismo chega a 12,9% nas classes A e B, contra 4,8% da população geral.

A teoria das classes sociais de Pierre Bourdieu tem se mostrado um importante aporte teórico para pensar as mudanças recentes da sociedade brasileira, na qual Souza (2010) se ancora para combater essa leitura economicista. Bourdieu concebe o pertencimento de classe não apenas pela propriedade ou ausência de propriedade, mas pela apropriação diferenciada dos diferentes tipos de capital (capital econômico, capital cultural, capital social etc.).

Nesse quadro, a teoria das práticas econômicas, em um sentido restrito, está inserida num universo mais amplo, de uma teoria da chamada economia das práticas.. Ainda que trate de objetos difíceis de quantificar ou de materializar, como no caso do “[...] campo cultural, as práticas não cessam de obedecer a uma lógica econômica” (BOURDIEU, 2003, p. 203).

É preciso abandonar a polarização econômica e não econômica presente nas leituras que tratam das diferentes categorias de capital, pois isso dificulta a compreensão do universo das práticas econômicas, entendido aqui, como um caso particular da ciência que trata de todas as práticas, incluindo aí, àquelas que se consideram desinteressadas da “economia”, mas que podem orientar a maximização e o benefício material (TEIXEIRA JR., 2019).

O sentimento de pertencimento de um grupo, clube, família ou classe social, é construído, negociado, jogado. O campo social define afinidades, proximidades, distanciamentos, afastamentos, incompatibilidades. Probabilidades de pertencer que acontecem em lutas de classificação. Lutas para impor esta ou aquela maneira de recortar esse espaço, para unificar ou dividir e, assim, definir as aproximações reais. As estratégias precisam ser lidas nesse mosaico. Afinal,

A classe nunca está nas coisas; ela também é representação e vontade, mas que só tem possibilidade de encarnar-se nas coisas se ela aproximar o que está objetivamente próximo e afastar o que está objetivamente afastado. (BOURDIEU, 2004, p. 95)

Para Bourdieu (2004), é por meio das estratégias que uma família procura se reproduzir socialmente e biologicamente, essa reprodução que é, também, de suas propriedades é que pode permitir que estas conservem sua situação no universo social em que se encontram. As estratégias são práticas dos agentes sociais presentes nos diferentes campos quem, está no jogo social faz ou pode fazer uso delas. Assim, grupos, classes, clubes, famílias estão nessa messe.

Desse modo, sua definição implica não apenas as propriedades econômicas das classes sociais, mas também seus recursos culturais, em termos de títulos escolares e de meios não escolares de se apropriar da cultura legítima, como através da socialização familiar, que pode inculcar disposições para a leitura, a escrita ou uma disposição estética, que colocam alguns

grupos sociais em vantagem na competição social com outros grupos, desprovidos dos mesmos recursos. Souza (2013, p. 61) ressalta que o capital cultural é constituído tanto pelas pré-condições afetivas e psíquicas para o aprendizado quanto pelo aprendizado em si do conhecimento julgado útil.

Bourdieu (2010) assevera que a arte é um importante organismo de diferenciação social. Nesse sentido, fatores extraeconômicos (como visitar bibliotecas, teatros, cinema e museus) são tão importantes quanto o ganho monetário para que o sujeito pertença a uma determinada classe. Para a ideologia burguesa, enquanto as classes altas teriam o “conhecimento necessário”, ou seja, o capital cultural para “entender” a “grande arte”, para as classes baixas, “intelectualmente desfavorecidas”, restariam os produtos culturais populares. Portanto, conclui Bourdieu (2010), o “bom gosto artístico” é um conceito criado pela elite para distinguir-se do povo. Enquanto os ricos teriam “gostos refinados” e seriam capazes de apreciar a bela arte, os pobres adotariam uma arte inferior, ou seja, teriam “mau gosto”. Para consumir determinado produto cultural, não basta apenas capital econômico, é preciso um conhecimento *a priori* (geralmente adquirido no seio familiar ou em instituições escolares).

Para Bourdieu (1983, p. 1), “[...] as práticas e as propriedades constituem uma expressão sistemática das condições de existência [...]”, aquilo que se pode chamar de estilo de vida, pois são o “[...] produto do mesmo operador prático, o *habitus*, sistema de disposições duráveis e transponíveis que exprime, sob a forma de preferências sistemáticas, as necessidades objetivas das quais ele é o produto”. A relação que se vê entre o espaço das posições sociais e o espaço dos estilos de vida resulta do fato de que condições semelhantes produzem *habitus* substituíveis que engendram, por sua vez, segundo sua lógica específica, “[...] práticas infinitamente diversas e imprevisíveis em seu detalhe singular, mas sempre encerradas nos limites inerentes às condições objetivas das quais elas são o produto e às quais elas estão objetivamente adaptadas.” (BOURDIEU, 1983, p. 1).

Para Bourdieu (1983, p. 2),

O conhecimento das características pertinentes à condição econômica e social (o volume e a estrutura do capital apreendidos sincronicamente e diacronicamente) só permite compreender ou prever a posição de tal indivíduo ou grupo no espaço dos estilos de vida, ou, o que dá no mesmo, as práticas através das quais ele se marca e se demarca, se for concomitante ao conhecimento (prático ou erudito) da fórmula generativa do sistema de disposições generativas (*habitus*) no qual essa condição econômico-social se traduz e que a retraduz: falar do ascetismo aristocrático dos professores ou da pretensão da pequena burguesia não é somente descrever esses grupos por uma de suas propriedades, ainda que se trate da mais importante, é tentar nomear o princípio gerador de todas as propriedades.

Bourdieu (1983, p. 2) entende o gosto, como a “propensão e aptidão à apropriação (material e/ou simbólica) de uma determinada categoria de objetos ou práticas classificadas e classificadoras, é a fórmula generativa que está no princípio do estilo de vida.” Para o mesmo autor o estilo de vida

é um conjunto unitário de preferências distintivas que exprimem, na lógica específica de cada um dos subespaços simbólicos, mobília, vestimentas, linguagem ou héxis corporal, a mesma intenção expressiva, princípio da unidade de estilo que se entrega diretamente à instituição e que a análise destrói ao recortá-lo em universos separados. (BOURDIEU, 1983, p. 2)

O processo de acumulação do capital cultural se inicia praticamente desde o nascimento, pois quando os pais são “diplomados” (pessoas que tiveram contato com livros e a cultura em geral), eles dão aos seus filhos uma melhor formação cultural e educacional. Isso não exclui um indivíduo que possa ter adquirido o capital cultural tardio a partir de seu esforço e dedicação, contudo, generalizando, esse segundo indivíduo passa a ser uma exceção na sociedade.

Para Souza (2020), se a tensão entre os capitais impessoais econômico e cultural é o início para a compreensão da dinâmica social moderna – e muito especialmente da hierarquia social que decide sobre quem é superior e quem é inferior nesse tipo de sociedade – como um todo, então é justo afirmar que sociedades como México, Brasil ou África do Sul são sociedades do mesmo tipo que Estados Unidos, França ou Alemanha.

Não há qualquer diferença essencial acerca do modo como se estruturam as classes sociais em luta, por exemplo, no Brasil ou na Alemanha. É o acesso a capital cultural sob a forma de capital escolar e herança familiar que garante a formação da moderna classe média brasileira enquanto uma classe do “trabalho intelectual” por oposição, por exemplo, ao “trabalho manual” das classes sem acesso significativo ao mesmo tipo de capital. É a mesma diferença que garante a separação – e o acesso a todos os privilégios materiais e ideais envolvidos nessa disputa – entre a classe média alemã e a classe trabalhadora alemã ou composta por imigrantes. (SOUZA, 2020)

Para Souza (2020), o que o “[...] capitalismo efetivamente democratiza, pelo menos em alguma medida significativa, se compararmos com as sociedades tradicionais, é acesso ao ‘conhecimento’ e às várias formas de capital cultural”. A propriedade econômica continua passando por vínculos de sangue de uma geração a outra como em qualquer sociedade tradicional.

Souza (2020) relata que é aqui que está “[...] nó górdio da questão, a incorporação de capital cultural não está ao alcance de todos nem é acessível a todas as classes sociais do mesmo modo”.

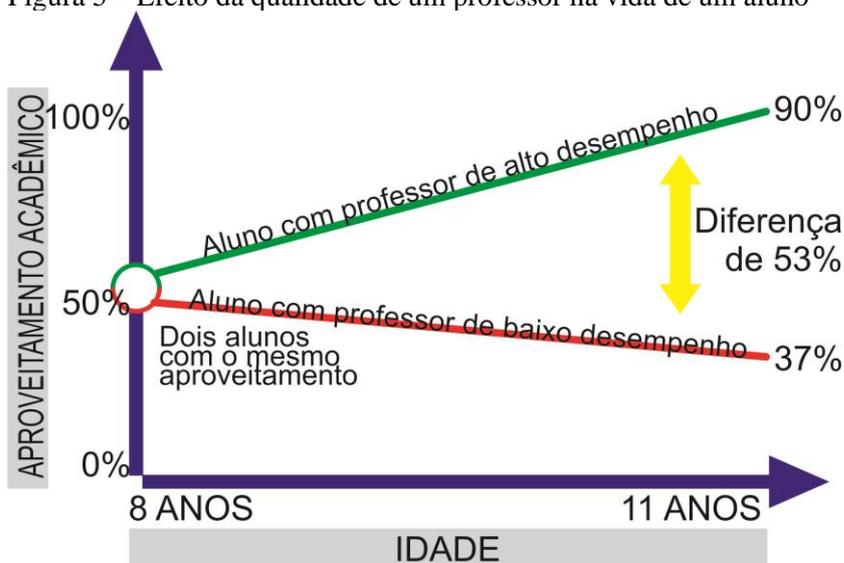
Para Bourdieu (2012), supostamente a escola é, ou deveria ser, um lugar democrático que passa o conhecimento de forma igual para todos os alunos, contudo Bourdieu percebeu que o ensino não é impresso da mesma forma para todos os alunos. Os alunos que vem de casa com um capital cultural seriam favorecidos em seus processos de aprendizagem, já que trariam uma certo conhecimento. Frequentar museus, ter acesso ao cinema de arte, ir às exposições, fazer viagens são fatos corriqueiros para eles. Saberes, informações e conhecimentos que são facilmente acessíveis para os estudantes mais “ricos”.

Para Bourdieu (2012), os alunos mais “pobres”, que não tiveram acesso a esses bens culturais, chegam à escola em desvantagem, pois tiveram contato por meio da família com o capital cultural. O aprendizado para esses alunos é mais difícil, não se está falando que esses alunos não possuem cultura, mas sim que não têm a cultura que a escola demanda.

Por isso, o discurso de igualdade da escola não funciona na prática, a escola não cobra dos alunos apenas aquilo que foi ensinado, assim, os alunos dotados de mais capital cultural se saem melhor nas escolas.

É necessário levar em consideração a qualificação e capacitação dos professores. É verídico que a qualidade do ensino está pautada da qualificação dos professores. Sanders e Rivers (1996), em sua pesquisa nos EUA, indicam que a qualidade do professor tem influência direta no desempenho dos estudantes (Figura 5).

Figura 5 – Efeito da qualidade de um professor na vida de um aluno



Fonte: Adaptada de Sanders e Rivers (1996)

Segundo o estudo, um professor qualificado pode melhorar o aluno deixando-o 90% preparado para o mercado, ao contrário, um professor com baixo desempenho pode deixar o

aluno com 37% de preparado para atuar no mercado, havendo um disparate de 53% na qualificação.

Um bom exemplo da importância do capital cultural é o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), que, em sua prova de 2015, trouxe questões com autores como Sérgio Buarque de Holanda, Paulo Freire, Simone de Beauvoir e Milton Santos. Esses teóricos, muitas vezes, não são nem citados, quanto mais discutidos na maioria das escolas. Por conseguinte, aqueles estudantes que possuem um capital cultural, que decorrem de famílias leitoras e que, provavelmente, tiveram acesso a esses escritores, tiveram um melhor desempenho no exame.

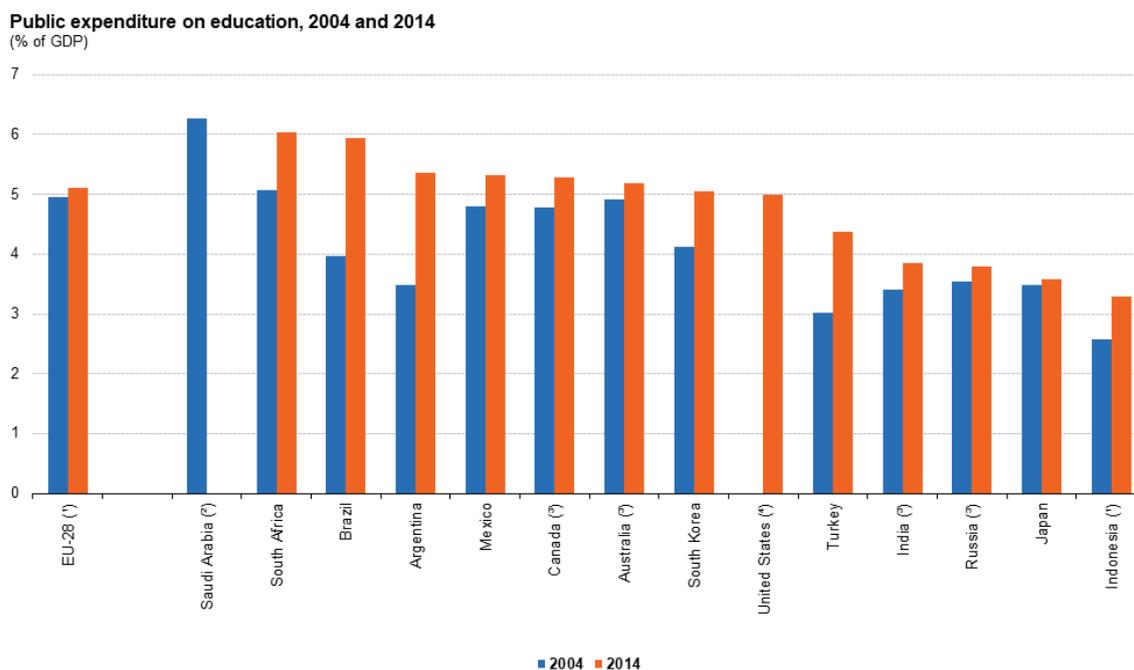
Nessa “luta de classes simbólica”, uma das estratégias das classes inferiores e intermediários da pirâmide social, ao elevar socialmente, é buscar acrescentar capital cultural à sua formação cidadã. Entretanto, essa realidade não se aplica à sociedade brasileira. No Brasil, os indivíduos da chamada classe média, limitam-se apenas a mimetizar o padrão de consumo dos setores mais abastados, ao invés de buscar melhorar sua formação intelectual para, assim, poder “concorrer” com a elite no mercado. Desse modo, tem-se um espantosa contingente populacional com relativo poder de compra, mas, paradoxalmente, extremamente vulnerável aos mecanismos persuasivos dos meios de comunicação de massa.

Geralmente, os empregos com a melhor remuneração (capital econômico) são entregues a agentes que possuem um melhor estudo e capacitação de formação e cultural (capital cultural), conseqüentemente geram um círculo social diferenciado (capital social).

Na Europa, o capital cultural tem uma valorização diferente da do Brasil, há um estímulo da melhoria da qualidade da educação pública, não ligada a investimento público, pois o Brasil foi um dos países que mais investiu em educação nos últimos 15 anos, contudo não conseguiu eliminar a diferença do capital cultural em relação às classes sociais.

A Figura 6 mostra que o Brasil de 2004 a 2014 foi um dos países que mais investiu em educação, contudo sabe-se que a qualidade educacional não melhorou na mesma proporção.

Figura 6 – Despesas públicas em educação, 2004 e 2014 (% do Produto Interno Bruto-PIB)



Note: China, not available.

(\*) 2004: estimate.

(\*) 2014: not available.

(\*) Australia and Canada: 2005 instead of 2004. Canada: 2011 instead of 2014. Russia: 2012 instead of 2014. India: 2013 instead of 2014.

(\*) 2004: not available.

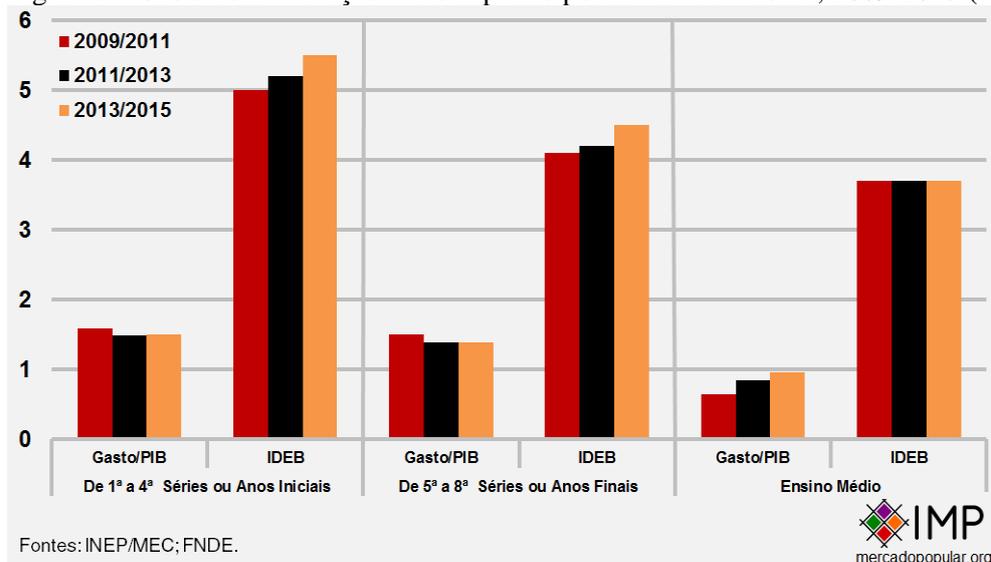
Source: Eurostat (online data codes: educ\_figdp and educ\_uae\_fine06) and the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organisation (UIS: Education)

eurostat 

Fonte: Eurostat (educ\_figdp) e (educ\_uae\_fine06) e Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UIS: Educação)

Como é possível ver na Figura 7, mesmo com a diminuição de gastos com o Ensino Fundamental, a qualidade tem apresentado melhoras. Enquanto isso, a qualidade do Ensino Médio se mantém estagnada apesar dos aumentos dos gastos nesse nível educacional. Portanto, o tamanho do financiamento não parece ser determinante para a qualidade.

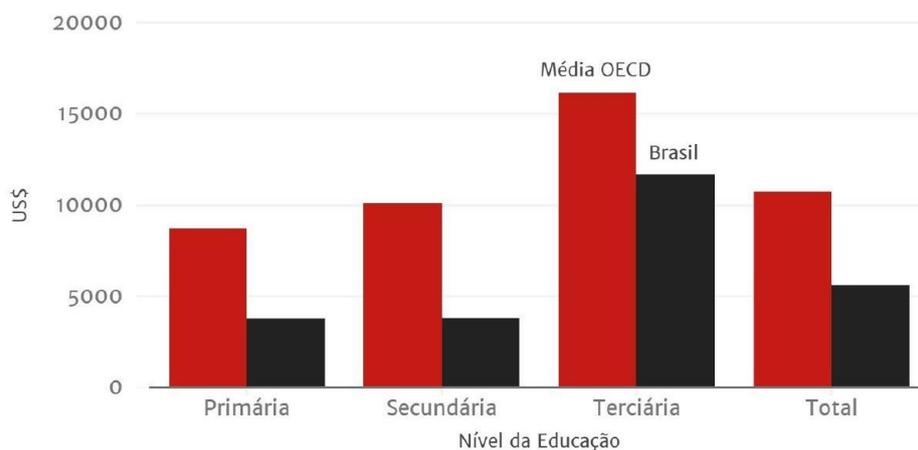
Figura 7 – Gasto com educação e desempenho por nível educacional, 2009-2015 (e porcentagem)



Fonte: Instituto Mercado Popular.org (2017)

Em comparação ao valor gasto por aluno, percebe-se que se separarmos os custos por nível da educação, é possível perceber que o Brasil só fica próximo à média da OCDE quando o assunto é a Educação Superior (terciária): nosso país investia, na época, cerca de US\$ 11.666 anuais (R\$ 43.496,00), enquanto a média dos países-membros era de US\$ 16.143 (R\$ 60.223,00) (CALÇADE; MENEZES, 2018).

Figura 8 – Média do custo anual de um aluno no Brasil em dólar em relação à média mundial



Fonte: OECD (2019)

Conforme aponta a Eurostat (2019):

One of the 20 underlying principles of the European pillar of social rights seeks to ensure that 'everyone has the right to quality and inclusive education, training and lifelong learning in order to maintain and acquire skills that enable them to participate fully in society and manage

successfully transitions in the labour market'. Indeed, at least a basic level of education is desirable, so that everyone has the opportunity to participate in economic and social life, while reducing the risk of falling into poverty or social exclusion. From a broader perspective, the promotion of education and training is also considered crucial to driving forwards both economic and social progress; this is particularly the case in a globalised and knowledge-driven economy, where a highly-skilled workforce is necessary to compete in terms of productivity and innovation.<sup>37</sup>

A Eurostat (2019) aponta ainda que, para União Europeia (UE), a educação, a formação profissional e a aprendizagem ao longo da vida desempenham um papel vital nas estratégias econômicas e sociais dos países. Há uma progressão natural de alunos por meio de diferentes níveis do sistema educacional (de acordo com International Standard Classification of Education – ISCED<sup>38</sup>) antes de analisar as transições da educação para o mercado de trabalho.

Para Eurostat (2019), o ISCED é a classificação de referência para a organização de programas de educação formal e qualificações relacionadas por níveis e campos de ensino em categorias acordadas internacionalmente. A versão mais recente da classificação – ISCED 2011 – foi adotada pela Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) em novembro de 2011 e identifica os seguintes níveis de educação:

Tabela 2 – Classificação de referência para a organização de programas de educação formal e qualificações relacionadas por níveis e campos de ensino em categorias acordadas internacionalmente

Classificação de referência	
Educação infantil	nível ISCED 0
Ensino primário	nível ISCED 1
Ensino secundário inferior	nível ISCED 2
Ensino secundário	nível ISCED 3
Ensino pós-secundário não superior	nível ISCED 4
Ensino superior de ciclo curto	nível ISCED 5

<sup>37</sup> Tradução automática *on-line* do próprio *site*: “Um dos 20 princípios subjacentes ao pilar europeu dos direitos sociais visa garantir que ‘todos tenham direito a uma educação de qualidade e inclusiva, à formação e à aprendizagem ao longo da vida’, a fim de manter e adquirir habilidades que lhes permitam participar plenamente da sociedade e gerenciar com êxito as transições no mercado de trabalho”. De fato, é desejável pelo menos um nível básico de educação, para que todos tenham a oportunidade de participar da vida econômica e social, enquanto reduzem o risco de cair na pobreza ou exclusão social. De uma perspectiva mais ampla, a promoção da educação e da formação também é considerada crucial para impulsionar o progresso econômico e social; esse é particularmente o caso de uma economia globalizada e baseada no conhecimento, onde é necessária uma força de trabalho altamente qualificada para competir em termos de produtividade e inovação”.

<sup>38</sup> No Brasil, usa-se o termo Classificação Internacional Tipo da Educação (CITE).

Classificação de referência	
Nível de bacharel ou equivalente	nível ISCED 6
Nível de mestrado ou equivalente	nível ISCED 7
Nível de doutorado ou equivalente	nível ISCED 8

Observação: O termo ensino superior é usado para se referir aos níveis 5-8.

Fonte: Eurostat (2019)

Quadro 2 – Organização do Sistema de Educação na Europa

Sistema de Ensino Básico						
Ensino Básico	Educação Pré-Escolar		3 aos 6 anos			
	Ano Pré-Escolar		6 aos 7 anos			
	Escola Primária		7 aos 10 anos			
Ensino Especial	Escola Especial		6 aos 10 anos			
Sistema Educacional Secundário						
Ensino Básico	Escola secundária geral		10 aos 14 anos			
	Escola secundária acadêmica		10 aos 17 anos			
Ensino Especial	Escola Especial		6 aos 10 anos			
Ensino Profissional ( 19 aos 22 anos)						
Escolas profissionais de nível médio	Anos de formação de professores	Escola de pedagogia social	Escola profissionais	Escola de preparação especial	Escola de educadores de infância	Escola profissional em horário pós laboral
Ensino Superior ( 19 aos 22 anos)						
Cursos Politécnicos		Colégios		Academias		Universidades

Fonte: Dimensão da Educação da Europa (2019)

Conforme traz a Eurostat (2019), em 2016, havia 110 milhões de crianças, alunos e estudantes matriculados em toda a UE em todos os níveis de ensino, desde a educação infantil até o doutorado.

Figura 9 – Regiões em que a UE tem a maior taxa de emprego para recém-formados



Fonte: Eurostat (2019)

Segundo a Eurostat (2019), os sistemas educacionais nacionais variam em termos de estrutura e conteúdo curricular, pode ser difícil fazer comparações espaciais ou temporais ao avaliar o desempenho de diferentes sistemas. Para interpretar os insumos, processos e resultados dos sistemas educacionais, estatísticas oficiais sobre educação são compiladas de acordo com a classificação padrão internacional de educação. É usado para reunir uma grande variedade de estatísticas, cobrindo tópicos como matrículas e frequência, escolaridade ou investimento humano ou financeiro.

O sistema de educação no Brasil é diferente, o sistema nacional brasileiro está legalmente regulamentado pela constituição brasileira de 1988 incluindo a Emenda Constitucional n. 14, de 19.965 e pela Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, entre outras.

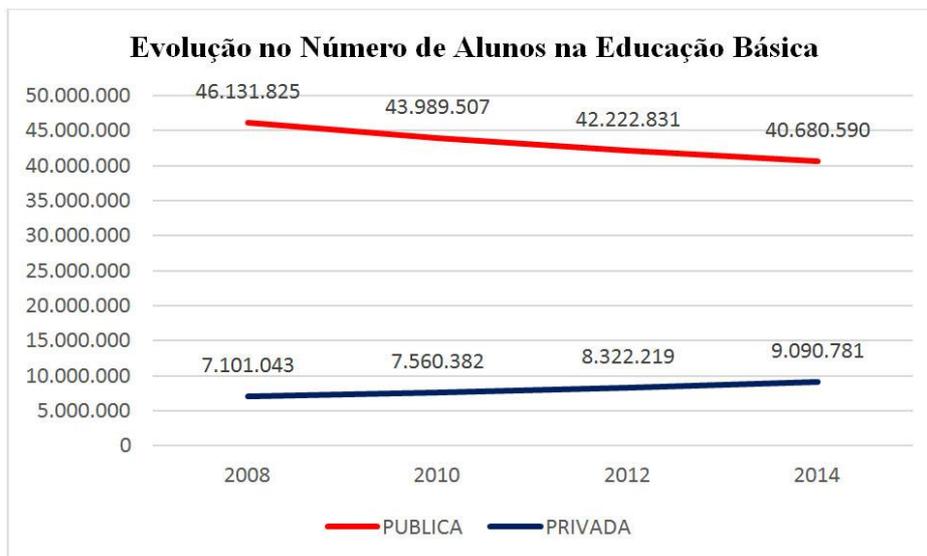
Quadro 3 – Organização do Sistema de Educação no Brasil

<b>Educação Básica</b>		
Ensino Básico	Creche	0 aos 3 anos
	Pré-Escola	4 aos 7 anos
	Ensino Fundamental (Obrigatório)	6 aos 14 anos
	Ensino médio	15 aos 17 anos ou mais
<b>Ensino Superior ( acima dos 17 anos)</b>		
Cursos Profissionalizantes	Cursos e Programas de Graduação	Cursos e Programas de Graduação

Fonte: Brasil (1996) – Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996

Em relação ao Ensino Básico, a classe média europeia tem uma educação pública de qualidade; no Brasil, a educação pública vem melhorando, contudo, percebe-se que as pessoas que podem pagar sempre buscam a educação privada (Figura 10).

Figura 10 – Comparação da evolução do número de alunos na educação básica em relação a escolas públicas e privadas



Fonte: MEC/INEP (2015)

Para Bourdieu (1983), o gosto seria o resultado de imbricadas relações de forças poderosamente alicerçadas nas instituições transmissoras de cultura da sociedade capitalista (BURGEILE; BUENO; PACÍFICO, 2016).

Para basear essa declaração, Bourdieu (2001) argumenta que essas instituições seriam: a família e a escola. Elas seriam responsáveis pelas competências culturais ou gostos culturais pessoais. O autor chama a atenção para o aprendizado precoce e insensível, efetuado desde a primeira infância, no seio da família, e estendido por um aprendizado escolar que o pressupõe e o completa (aprendizado mais comum entre as elites). De outro, Bourdieu (2001) destaca os aprendizados tardio, metódico e acelerado, adquiridos nas instituições de ensino, fora do ambiente familiar, em tese um conhecimento aberto para todos.

Para Bourdieu (1979; 1998), a diferenciação entre esses dois tipos de aprendizado, o familiar e o escolar, refere-se a dois estilos de adquirir o capital cultural e com eles se habituar. Assim tem-se que, os aprendizados realizados na atmosferas familiares seriam qualificados pelo seu desprendimento e invisibilidade, garantindo a seu portador um certo desembaraço na apreensão e apreciação cultural; por sua vez, o aprendizado escolar sistemático seria caracterizado por ser voluntário e consciente, garantindo a seu portador uma familiaridade tardia com a produção cultural (PASSOS, 2013).

Essas duas formas de aprendizado, segundo Bourdieu (1980), seriam responsáveis pela formação do gosto cultural dos indivíduos. Esse gosto cultural consiste, especificamente, o que se pode chamar de *capital cultural incorporado*, uma extensão do *habitus* de cada

indivíduo; uma tendência a gostar de determinados produtos da cultura, por exemplo, filmes, livros ou música, aprovados ou não pela cultura culta; uma tendência desenvolvida em cada um de nós, incorporada e que supõe uma interiorização e identificação com certas informações e/ou saberes; um capital, enfim, em uma versão simbólica, transvertido em disposições de cultura, portanto, fruto de um trabalho de assimilação, conquistado a custo de muito investimento, tempo, dinheiro e desbarato no caso dos grupos privilegiados (PASSOS, 2013).

Contudo há um descompasso educacional, pois nem todos os pais têm o mesmo capital cultural para passar aos seus filhos e nem todas as escolas ensinam do mesmo modo, principalmente se decomposmos em escolas públicas e privadas. Ora, diria Bourdieu (2001), em uma sociedade hierarquizada e injusta como a nossa, não são todas as famílias que possuem a bagagem culta e letrada para se apropriar e se identificar com os ensinamentos escolares. Alguns, os de origem social superior, terão certamente mais facilidade do que outros, pois já adquiriram parte desses ensinamentos em casa. Existiria uma aproximação e uma similaridade entre a cultura escolar e a cultura dos grupos sociais dominantes, pois estes há muitas gerações acumulam conhecimentos disponibilizados pela escola. Nesse sentido, o sistema de ensino que trata a todos igualmente, cobrando de todos o que só alguns detêm (a familiaridade com a cultura culta), não leva em consideração as diferenças de base determinadas pelas desigualdades de origem social. Bourdieu (2001) detecta então um descompasso entre a competência cultural exigida e promovida pela escola e a competência cultural apreendida nas famílias dos segmentos mais populares.

Passos (2013) relata que é sabido, entre os sociólogos da educação, que todas as relações educativas e socializadoras são relações de comunicação. Isto é, a mensagem comunicativa, mais propriamente o conjunto de regras culturais disponibilizadas pela escola, sobretudo aquelas relativas às artes eruditas ou à cultura letrada dependem da posse prévia de códigos de apreciação. Em outras palavras, a sensibilidade estética, a capacidade de assimilar e se identificar com um objeto artístico dependem fundamentalmente do acesso e, sobretudo, de um aprendizado prévio de códigos e instrumentos de apropriação, isto é, uma sensibilização anterior, normalmente conquistada no seio familiar (PASSOS, 2013).

Em síntese, para Bourdieu (2001), o sistema escolar, em vez de oferecer acesso democrático de uma competência cultural específica para todos, tende a reforçar as distinções de capital cultural de seu público. Agindo dessa forma, o sistema escolar limitaria o acesso e o pleno aproveitamento dos indivíduos pertencentes às famílias menos escolarizadas, pois

cobraria deles os que eles não têm, ou seja, um conhecimento cultural anterior, aquele necessário para se realizar a contento o processo de transmissão de uma cultura culta. Essa cobrança escolar foi denominada por Bourdieu (2001) como uma violência simbólica, pois imporia o reconhecimento e a legitimidade de uma única forma de cultura, desconsiderando e inferiorizando a cultura dos segmentos populares (SETTON, 2008).

Assim, para Setton (2008), convertendo as desigualdades sociais, ou seja, as diferenças de aprendizado anterior, em desigualdades de acesso à cultura culta, o sistema de ensino tende a perpetuar a estrutura da distribuição do capital cultural, contribuindo para reproduzir e legitimar as diferenças de gosto entre os grupos sociais. Posto isso, as disposições exigidas pela escola, como por exemplo, as sensibilidades pelas letras ou pela estética visual ou musical, enfim, uma estética artística, privilégio de alguns poucos, tendem a intensificar as vantagens daqueles mais bem aquinhoados, material e culturalmente (SETTON, 2008).

### 3.1.4 O Capital Cultural da Classe Média no Brasil e em Belém

A educação em Belém precisa ser apresentada para poder delimitar o capital cultural de sua população. Para entender é necessário comparar a realidade de Belém com a realidade do Brasil.

Segundo o Cruz e Monteiro (2018), as matrículas efetivadas na Educação Básica no Brasil são estas:

Figura 11 – Matrículas efetivadas na Educação Básica – 2016

<b>Educação Básica</b>			
<b>Matrículas – 2016</b>			
	<b>Todas as redes</b>	<b>Rede Pública</b>	<b>Rede Privada</b>
<b>Educação Básica</b>	<b>48.817.479</b>	<b>39.834.378</b>	<b>8.983.101</b>
Educação Infantil	8.279.104	5.895.604	2.383.500
Ensino Fundamental	27.691.478	23.049.773	4.641.705
Ensino Médio	8.133.040	7.118.426	1.014.614
Educação Profissional	1.859.940	1.097.716	762.224
Educação de Jovens e Adultos	3.482.174	3.273.439	208.735
Classes especiais e Escolas especializadas	174.886	46.029	128.857

Fonte: MEC/Inep/DEED – Microdados do Censo Escolar 2016.  
Nota: ③

Nota 3: O mesmo aluno pode ter mais de uma matrícula. Apenas são consideradas as turmas de escolarização, excluindo turmas de atendimento complementar e atendimento educacional especializado. As seguintes etapas são consideradas: Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação Profissional, Educação Especial e Educação de Jovens e Adultos. Ensino Fundamental inclui matrículas das turmas do Ensino Fundamental de 8 e 9 anos. Educação de Jovens e Adultos inclui matrículas de EJA presencial, semipresencial e integrada à Educação Profissional. As matrículas de Educação Profissional integrada ao Ensino Médio

Fonte: Cruz e Monteiro (2018)

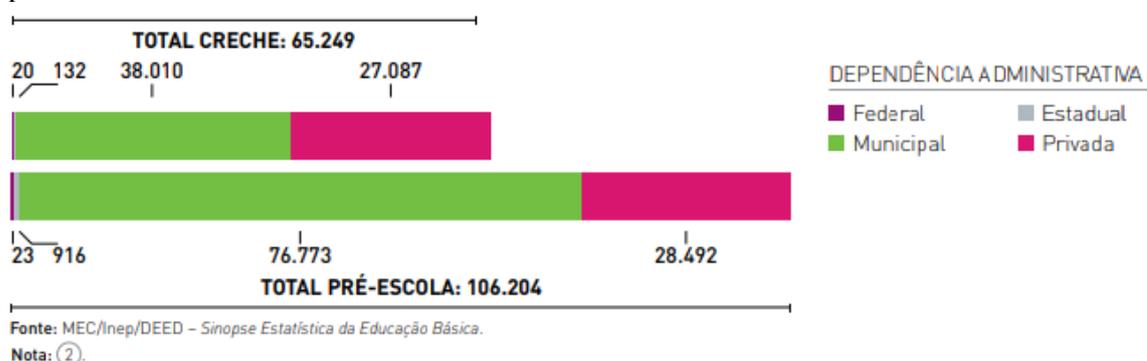
Percebe-se que, no total das redes, há 48.817.479 (100%) matrículas, das redes públicas 39.834.378 (82%) matrículas e 8.983.101 (18%) matrículas são das redes privadas. Fica claro que a rede pública ainda domina as matrículas das escolas da educação básica brasileira e que a maioria de matrículas está no Ensino Fundamental, com mais de 23 mil matrículas

Conforme mostra o Cruz e Monteiro (2018), em relação aos estabelecimentos educacionais brasileiro, tem-se um montante de 186.081 (100%) estabelecimento, sendo públicos 146.065 (78,5%) estabelecimentos e privados 40.016 (21,5%) estabelecimentos.

Conforme os dados da Figura 12, dos alunos que cursaram o Ensino Fundamental na rede pública, somente 31,18% vão para o Ensino Médio e 4,76% vão para o ensino profissionalizante<sup>39</sup>. Para a rede privada fica mais grave ainda a situação, pois tem-se que 21,86% dos alunos do Ensino Fundamental vão para o Ensino Médio e somente 4,76% para o ensino profissionalizante.

Segundo Cruz e Monteiro (2018), tem-se que no Brasil em relação aos estabelecimentos de Creches e Pré-Escola o seguinte:

Figura 12 – Creche crianças de 0 a 3 anos e Pré-Escola crianças de 4 e 5 anos, no Brasil por dependência administrativa – 2016



Nota 2. O mesmo estabelecimento pode ter mais de uma etapa/modalidade de ensino. As seguintes etapas são consideradas: Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação Profissional, Educação Especial e Educação de Jovens e Adultos.

Fonte: Cruz e Monteiro (2018)

A Figura 12 mostra que há um aumento considerável de estabelecimentos para atenderem crianças na pré-escola em relação às creches, percebe-se que são 40.955 estabelecimentos a mais de pré-escolas no Brasil em relação às creches. Há um preferência

<sup>39</sup> Considerar a nota 3 da Figura 11.

em colocar crianças direto na pré-escola ou a não contemplação de crianças em creches, principalmente nas creches públicas.

Conforme apontam os dados do IBGE (2017), em 2015, aproximadamente 75% das crianças com menos de quatro anos não estavam matriculadas em creche ou escola de educação infantil, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e IBGE. Conforme mostram os dados encontrados em IBGE (2017), no Brasil, existia 10,3 milhões de crianças nessa faixa etária, e 7,7 milhões (74,4%) não estavam matriculadas na pré-escola, ou seja, apenas 2,6 milhões, o equivalente a 25,6% estava com matrículas efetivadas (IBGE, 2017).

Figura 13 – Dados das crianças que frequentam creche e pré-escola no Brasil – 2017



Nota 4: As estimativas levam em consideração a idade em anos completos em 31 de março, ou idade escolar.

Nota 5: A partir de 2004, a área rural da região Norte foi incorporada no plano amostral da PNAD. Assim, até 2003 os dados da região Norte são referentes apenas a área urbana. A partir de 2004, os valores apresentados são representativos da urbana e rural do Norte. Nota 7: As categorias raça/cor levantadas pelo IBGE. As estatísticas Amarelos, Indígenas e Não Declarado não foram apuradas por não ter observações em quantidade suficiente para garantir a validade estatística. Nota 8: Renda domiciliar *per capita* calculada a partir de todos os rendimentos de todos os moradores do domicílio exclusive o rendimento das pessoas cuja condição no domicílio era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico e pessoas menores de 10 anos. Obs.: Dados de 2017- 25% mais pobres (renda *per capita* de R\$ 3,00 a R\$ 489,00) e 25% mais ricos pobres (renda *per capita* de R\$ 1.619,00 a R\$ 500.000,00)

Fonte: Cruz e Monteiro (2018)

A Figura 13 mostra que o quartil populacional entre os mais ricos e os mais pobres para a creche, há uma grande desigualdade na realidade brasileira, 26% das crianças do quartil mais baixo de renda estão em creches, enquanto o mesmo ocorre para mais do que o dobro (55%) nos domicílios mais ricos.

Os dados calculados segundo a metodologia da PNAD Contínua para os anos de 2016 e 2017 indicam que o atendimento cresceu, mas ainda está em 34,1% da população de 0 a 3 anos, não chegando a atender nem 50% das crianças. Não se pode negar que vem havendo uma evolução, em 2001 eram 13,8% e em 2018 era 34,1% contudo percebe-se que ainda há poucas crianças em creches no Brasil.

Os gestores públicos no Brasil têm um grande desafio para os próximos anos: o de aumentar a quantidade de estabelecimentos para atender à quantidade de crianças brasileiras. Há necessidade de se ter um olhar para a demanda por vagas em pré-escolas, mas principalmente em creches, o que, muitas vezes, requer investimentos urgentes em estrutura física de qualidade, contratação e formação continuada de profissionais.

Para a pré-escola (4 e 5 anos), os dados disponíveis, dentro da mesma metodologia de cálculo do PNAD Continuado, mostram que as crianças vêm sendo paulatinamente incluídas no sistema educacional, em 2001 eram 66,4% das crianças e em 2017 chegou a uma taxa de atendimento de 93%. A desigualdade no atendimento entre o quartil de pobres (91,3%) e ricos (96,1%) teve uma queda considerável no que se refere ao acesso à pré-escola, ficando uma diferença somente de 4,8%. É possível ver que a diferença dos 40.955 estabelecimento a mais de pré-escola em relação a creches fazem diferença na quantidade de matrículas, ou seja na quantidade de acesso de crianças a creches.

Sendo assim, no Brasil, o capital cultural de uma criança, em geral, começa a ser “construído” dentro dos estabelecimentos educacionais atendendo em média 34% de crianças nas creches e 93% na pré-escola. Não é tão diferente o acesso de crianças dentro dos quartis mais pobres (91,3%) e mais ricos (96,1%) em relação à pré-escola, contudo há necessidade de colocar na balança a qualidade de ensino. Aqui retoma-se o pensamento de Bourdieu (2012), já apresentado, no qual a escola deveria ser um lugar democrático que na realidade não é, devido ao capital cultural trazido de casa e a qualidade dos professores e colaboradores.

Trazendo para a realidade de Belém, foi elaborada a Tabela 3 que resume os dados para essa cidade, já que esses dados serão analisados paulatinamente durante o trabalho, serão também apresentados os dados do Brasil e comparados à realidade de Belém, em cada nível escolar.

Tabela 3 – Resumo do dados apresentados para Belém do Cruz e Monteiro 2018 em relação à educação em seus vários níveis

Item	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
I	18,0	17,9	20,9	21,7	18,3	23,4	19,4	20,9	19,0	19,6	20,4	26,7
II	78,7	76,5	83,2	82,0	84,0	88,1	84,0	85,4	84,9	91,9	95,4	95,1

Item	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
III							96,0	96,8	95,8	96,0	97,5	97,4
IV							57,3	50,5	56,4	55,8	56,2	63,1
V							48,8	43,4	45,9	39,6	62,1	53,8
VI							9,6	9,7	9,9	9,8	10,3/11,3	10,3/11,3
VII							96,7	96,6	96,7	96,0	96,4	97,4
VIII							14,7	14,2	17,3	18,0	20,0	22,5

Fonte: IBGE/PNAD Contínua – Cruz e Monteiro (2018)

Tabela 4 – Resumo dos dados apresentados para Brasil do Cruz e Monteiro 2018 em relação à educação em seus vários níveis<sup>40</sup>

Item	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
I	16,7	19,6	21,4	23,0	23,2	25,4	25,7	27,9	29,6	30,4	31,9	34,1
II	72,5	76,7	78,9	81,1	83,0	85,6	85,9	87,9	89,1	90,5	91,5	93,0
III							96,7	96,9	97,1	97,3	97,3	97,7
IV							61,0	62,3	64,2	65,4	67,3	67,5
V							51,7	53,6	55,7	55,9	58,9	59,2
VI							9,7	9,9	10,0	10,1	10,2/11,2	10,3/11,3
VII							91,4	91,7	92,1	92,3	92,8	93,1
VIII							16,6	17,1	18,2	19,3	20,7	19,9

Fonte: IBGE/PNAD Contínua – Cruz e Monteiro (2018)

No Anuário Brasileiro da Educação Básica 2018 (CRUZ; MONTEIRO, 2018), tem-se que os itens com numeração romana são:

- a) Creche – Crianças de 0 a 3 anos que frequentam escola (em %).
- b) Pré-Escola – Crianças de 4 e 5 anos que frequentam escola (em %).
- c) Ensino Fundamental – Taxa líquida de matrícula<sup>41</sup> de 6 a 14 anos (em %).
- d) Ensino Médio – Taxa líquida de matrícula (em %).
- e) Ensino Médio – Jovens de 19 anos que concluíram o Ensino Médio (em %).
- f) Escolaridade média da população de 18 a 29 anos (em %).
- g) Taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade (em %).
- h) Porcentagem de matrículas da população de 18 a 24 anos na Educação Superior (em %).

<sup>40</sup> Foram apresentados somente os itens que o Anuário apresenta de Belém, no documento, há vários outros itens que serão apresentados posteriormente relatando a realidade do Brasil e comparando com o a região Norte ou com o Pará.

<sup>41</sup> Taxa Líquida de Matrícula: percentual da população em determinada faixa etária que se encontra matriculada no nível de ensino recomendado a essa faixa etária. É calculada para as faixas etárias de 6 a 14 anos e 15 a 17 anos, que correspondem, respectivamente, ao Ensino Fundamental e ao Ensino Médio (CRUZ; MONTEIRO, 2018).

Em Belém, a quantidade de criança que frequentam as creche vem crescendo, contudo somente no ano de 2005 esteve acima da porcentagem brasileira, todos os outros anos está abaixo, nos dois últimos anos, 2016 e 2017, o índice esteve bem a baixo. Em relação a frequentar a pré-escola, a realidade é outra; as crianças de Belém, na maioria dos anos (exceto os anos 2006, 2012, 2013 e 2014), estiveram acima da porcentagem brasileira de crianças na escola. E a qualidade? Como avaliar, já que são crianças muito pequenas para serem avaliadas por provas.

Campos (2000, p. 69) destaca que:

[...] no caso da educação infantil, já existem em funcionamento muitos programas de melhoria de qualidade baseados em princípios como direitos e necessidades das crianças, das famílias e dos profissionais, que adotam instrumentos que podem ao mesmo tempo ser utilizados para o trabalho diagnóstico e planejamento das equipes das unidades, assim como para promover comparações entre diferentes equipamentos e ao longo dos anos. Diversamente dos sistemas de avaliação de monitoramento do tipo Saeb, esses instrumentos não avaliam crianças individualmente, mas sim o ambiente humano, físico e pedagógico no qual estão sendo atendidas, observando-as em grupo.

Assim, é possível perceber que é difícil identificar a qualidade de ensino na fase da educação infantil.

O Ministério da Educação, com a sua Secretaria de Educação Fundamental (MEC/SEF, 2002), admite a intenção de fornecer informações teóricas aos professores e às instituições no atendimento de crianças na educação infantil e garantir certa unidade qualitativa. Percebe-se, portanto, que, no Brasil, não diferente do que tem acontecido no cenário mundial, há um incessante debate em torno do tema qualidade na educação. E na

[...] educação infantil no Brasil, ao mesmo tempo em que se discute sobre a qualidade, ainda se luta pela garantia ao atendimento, pelo financiamento desta etapa da educação básica, ou seja, ainda se luta por um direito que está assegurado apenas no “papel”. (SOUZA, 2006, p. 26)

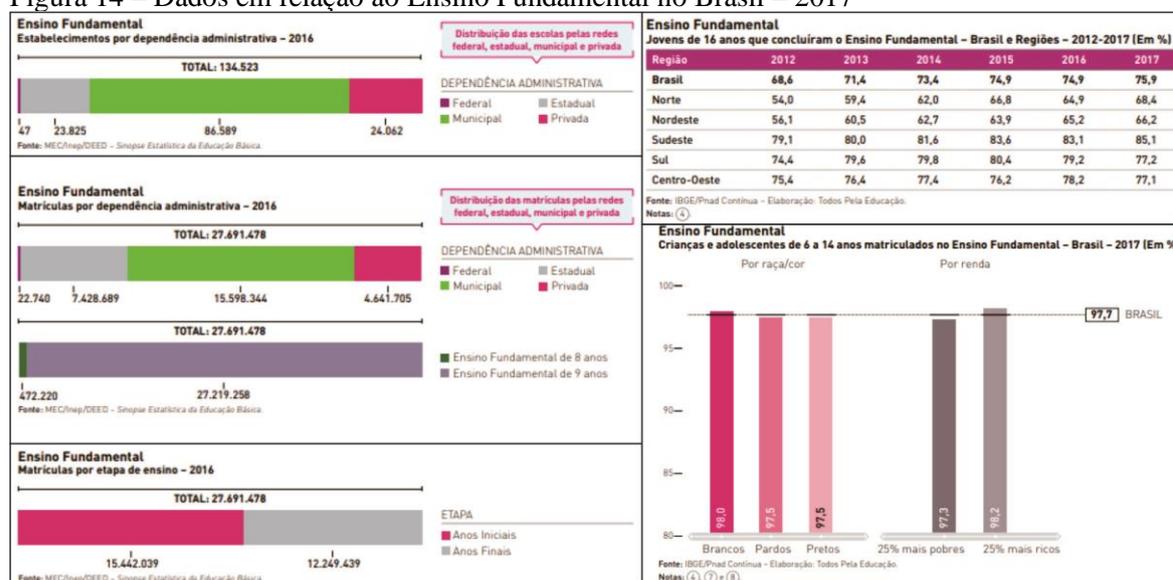
Os anos iniciais de estudo são fundamentais para a criança ter um aguçamento em aprender e apreender. Mesas redondas no 2º Encontro Anual da Rede CpE, em outubro de 2019, debateram a efetividade de aumentar a oferta de vagas em creches e propor mais atenção na formação de professores. A mesa contou com as psicólogas Jane Correa (UFRJ) e Maria Beatriz (USP). As pesquisadoras apresentaram dados de diversos estudos que mostram um melhor desenvolvimento cognitivo e socioemocional nas pessoas que frequentaram a pré-escola. O desenvolvimento dessas crianças não se deu apenas nos anos seguintes à educação infantil, mas seguiu por toda a vida escolar. “*Quanto maior o tempo na pré-escola, maior a capacidade de aprendizagem e desenvolvimento social*”, explicou Jane Correa. Ela também

falou que “*Parte importante dessa fase é a interação compreensiva e afetuosa, além da qualidade dessas interações, tanto entre pares como entre o adulto [professor] e a criança*” (REDE NACIONAL DE CIÊNCIA PARA EDUCAÇÃO, 2019). Para Linhares, “[...] *precisamos investir em todas as etapas, mas é inegociável investir na base, na primeira infância, porque é onde estamos perdendo desenvolvimento. Estamos perdendo a oportunidade de a criança desenvolver todo o seu potencial.*” (REDE NACIONAL DE CIÊNCIA PARA EDUCAÇÃO, 2019).

Sendo assim, acredita-se que a educação infantil de qualidade ajuda a tornar adultos com um capital cultural mais robusto. Belém está indo nessa mesma mão, tentando inserir um grande número de crianças nas escolas infantis.

Em relação ao Ensino Fundamental (crianças de 6 a 14 anos), os dados da PNAD Contínua indicam um quadro de relativa estagnação nas matrículas efetivadas para o Ensino Fundamental. No período entre 2012 a 2017 (Tabela 3 e Tabela 4), o indicador evoluiu positivamente apenas um ponto percentual.

Figura 14 – Dados em relação ao Ensino Fundamental no Brasil – 2017



Nota 4: As estimativas levam em consideração a idade em anos completos em 31 de março, ou idade escolar. Nota 7: As categorias raça/cor, conforme autodeclaração do respondente – Brancos, Pretos e Pardos -, não esgotam as categorias de raça/cor levantadas pelo IBGE. As estatísticas Amarelos, Indígenas e Não Declarado não foram apuradas por não ter observações em quantidade suficiente para garantir a validade estatística. Nota 8: Renda domiciliar *per capita* calculada a partir de todos os rendimentos de todos os moradores do domicílio exclusive o rendimento das pessoas cuja condição no domicílio era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico e pessoas menores de 10 anos. Obs.: Dados de 2017- 25% mais pobres (renda *per capita* de R\$ 3,00 a R\$ 489,00) e 25% mais ricos pobres (renda *per capita* de R\$ 1.619,00 a R\$ 500.000,00)

Fonte: Cruz e Monteiro (2018)

Em relação ao estabelecimento educacionais, em 2016, tem-se que uma disparidade na rede pública municipal com 86.589 estabelecimentos e 15.598.344 matrículas, seguido da

rede privada com 24.062 estabelecimentos e 4.641.705 matrículas e da rede pública estadual com 23.825 estabelecimentos e 7.428.689 matrículas. O número de estabelecimentos da rede estadual e privada é bem próximo, contudo a quantidade de matrículas é bem diferente, quase 40% de diferença.

Entre o quartil dos mais pobres (97,3%) e mais ricos (98,1%) matriculados no Ensino Fundamental percebe-se uma diferença pequena em relação à pré-escola que era de mais pobres (91,3%) e mais ricos (96,1%). Houve um aumento, contudo nada tão alarmante como a diferença da creche para a pré-escola. Identifica-se que 1,8% das crianças e adolescentes de 6 a 14 anos dos domicílios mais ricos estão fora do Ensino Fundamental, 2,7% das crianças e adolescentes mais pobres ainda estão fora da escola, um percentual maior do que o observado no estrato de maior renda.

Tabela 5 – Resumo da taxa líquida de matrícula e dos concluintes do Ensino Fundamental

Item	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Taxa líquida de matrícula de 6 a 14 anos (%)-Brasil	96,7	96,9	97,1	97,3	97,3	97,7
Taxa líquida de matrícula de 6 a 14 anos (%)-Norte	95,8	95,8	96,4	96,6	96,7	97,3
Taxa líquida de matrícula de 6 a 14 anos (%)-Belém	96,0	96,8	95,8	96,0	97,5	97,4
Jovens que concluíram o ens. fundamental (%)-Brasil	68,6	71,4	73,4	74,9	74,9	75,9
Jovens que concluíram o ens. fundamental (%)-Norte	54,0	59,4	62,0	66,8	64,9	68,4

Fonte: IBGE/PNAD Contínua – Cruz e Monteiro (2018)

Em relação ao Brasil, na taxa líquida de matrícula (2012 era 96,7% e em 2017 era 97,7%) no período entre 2012 a 2017 existiu um crescimento de 1,0 ponto percentual. Em relação à região Norte (2012 era 95,8% e em 2017 era 97,3%), no mesmo período, houve um crescimento de 1,5 pontos percentual. Enquanto em Belém, a taxa líquida de matrícula no período igual, o indicador evoluiu pouco, contudo, positivamente (2012 era 96% e em 2017 era 97,4%), apenas 1,4 ponto percentual. Percebe-se que praticamente houve uma estagnação no número de matrículas nos três níveis de análise no período igual.

Em 2017, 75,9% dos jovens de 16 anos concluíram o Ensino Fundamental no Brasil, isso sinaliza uma distância significativa em relação à meta do Plano Nacional de Educação

(PNE) que seria de 95%<sup>42</sup>. Percebe-se que 68,4% é o percentual de conclusão do Ensino Fundamental entre jovens de 16 anos no Norte, ante os 75,9% da média nacional, mostrando que as desigualdades regionais também têm peso importante. Percebe-se que entre os anos de 2013 e 2017 houve um crescimento muito pequeno (4,5%) na porcentagem dos jovens concluintes em relação ao Brasil, contudo, em relação à região Norte, houve um aumento do dobro dessa porcentagem de 9%, em relação às regiões, o Norte foi o que teve um maior aumento percentual.

Se compararmos a quantidade de crianças e de adolescente que estão matriculados com os que concluem, começa a aparecer um grau de abandono ou de reprovação. Assim executou-se a Tabela 6.

Tabela 6 – Dados de jovens não concluintes do Ensino Fundamental

Item	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Jovens que concluíram o ens. fundamental (%)-Brasil	31,4	28,6	26,6	25,1	25,1	24,1
Jovens que concluíram o ens. fundamental (%)-Norte	46,0	40,6	38,0	33,2	35,1	31,6

Fonte: Adaptada partir dos dados de Cruz e Monteiro (2018)

Os dados da Figura 5 mostram um decréscimo da quantidade de jovens que não concluíram, para o Brasil, caiu 7,3% de 2012 para 2017, e para o Norte, 14,4%. O Norte teve um saldo positivo de quase 50% a mais do que o Brasil. Nesse ponto, não há a análise de Belém.

Dentro do *Anuário Brasileiro da Educação Básica 2018* (CRUZ; MONTEIRO, 2018, p. 29) tem um artigo do Dr, Jairo Bouer<sup>43</sup> que fala sobre os momentos políticos críticos atuais no Brasil, ressalta que as garantias e os direitos básicos à autonomia, à diversidade e à igualdade estão sendo ameaçados, isso mostra como é ainda mais central o papel da escola como ponto de resistência e de reflexão. É dentro dessa escola que o jovem vai perceber suas múltiplas vulnerabilidades, pensar sobre seu bem-estar físico, emocional e social e construir

<sup>42</sup> Universalizar o Ensino Fundamental de nove anos para toda a população de 6 a 14 anos e garantir que pelo menos 95% dos alunos concluem essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência do PNE- 2014-2024. (CRUZ; MONTEIRO, 2018).

<sup>43</sup> Médico psiquiatra pela Universidade de São Paulo (USP), biólogo pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e mestrando em antropologia evolutiva pela *University College London* (UCL). Trabalha em comunicação e saúde há 25 anos, tendo colaborado com os principais veículos de mídia do País. (CRUZ E MONTEIRO 2018, 2018)

seu projeto de autonomia, usando a Educação como “passaporte” para sua saúde e qualidade de vida!

Em relação ao Ensino Médio (adolescente de 15 a 17 anos), os dados da PNAD Contínua indicam um quadro de relativa estagnação nas matrículas efetivadas para o Ensino Fundamental. No período entre 2012 a 2017 (Tabela 5 e Tabela 6), o indicador evoluiu positivamente apenas um ponto percentual.

Figura 15 – Dados em relação ao Ensino Médio, Normal/Magistério e Intergrado no Brasil – 2016



Nota 3: O mesmo aluno pode ter mais de uma matrícula. Apenas são consideradas as turmas de escolarização, excluindo turmas de atendimento complementar e atendimento educacional especializado. As seguintes etapas são consideradas: Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação Profissional, Educação Especial e Educação de Jovens e Adultos. Ensino Fundamental inclui matrículas das turmas do Ensino Fundamental de 8 e 9 anos. Educação de Jovens e Adultos inclui matrículas de EJA presencial, semipresencial e integrada à Educação Profissional. As matrículas de Educação Profissional integrada ao Ensino Médio também são incluídas no Ensino Médio. Nota 4: As estimativas levam em consideração a idade em anos completos em 31 de março, ou idade escolar. Nota 7: As categorias raça/cor, conforme autodeclaração do respondente - Brancos, Pretos e Pardos -, não esgotam as categorias de raça/cor levantadas pelo IBGE. As estatísticas Amarelos, Indígenas e Não Declarado não foram apuradas por não ter observações em quantidade suficiente para garantir a validade estatística. Nota 8: Renda domiciliar *per capita* calculada a partir de todos os rendimentos de todos os moradores do domicílio exclusive o rendimento das pessoas cuja condição no domicílio era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico e pessoas menores de 10 anos. Obs.: Dados de 2017- 25% mais pobres (renda *per capita* de R\$ 3,00 a R\$ 489,00) e 25% mais ricos pobres (renda *per capita* de R\$ 1.619,00 a R\$ 500.000,00).

Fonte: Cruz e Monteiro (2018)

Em relação aos estabelecimentos educacionais de Ensino Médio, normal/magistério e integrado, em 2016, tem-se uma disparidade na rede pública estadual com 19.309 estabelecimentos e 6.897.145 matrículas, seguido da rede privada com 8.271 estabelecimentos e 1.014.614 matrículas e da rede pública federal com 23.825 estabelecimentos e 7.428.689 matrículas. Existe uma ampla diferença no quantitativo de estabelecimentos e matrículas da rede pública estadual e privada. Chama a atenção que pela primeira vez a rede pública federal possui mais estabelecimentos (federal 518 e municipal 256), consequentemente, mais matrículas (federal 171.566 e municipal 49.715) do que a rede pública municipal.

O Ensino Médio é excludente e desigual. Quando levados em conta critérios como renda e raça/ cor, os números mostram as grandes disparidades internas do sistema educacional. Entre o quartil dos mais pobres (57,3%) e mais ricos (91,1%) matriculados no Ensino Fundamental nota-se uma diferença considerável dos mais pobres e pequena dos mais ricos, em relação ao Ensino Fundamental que era de mais pobres (97,3%) e mais ricos (98,2%).

Nota-se uma evasão de 30 pontos percentuais em relação ao Ensino Fundamental, ou seja 42,7% dos jovens não estavam matriculados no Ensino Médio; em relação aos 25% mais ricos há uma diminuição contudo não tão larga, fica em 6,2 pontos percentuais em relação ao Ensino Médio, ou seja somente 8,9% dos jovens não estão matriculados no Ensino Médio, dentre o quartil dos mais ricos. No Ensino Médio, normal/magistério e integrado, começa a ter uma diferença considerável em relação ao quantitativo, em porcentagem, de matrículas em relação ao ensino público e privado diferença de 33,8 pontos percentuais.

Tabela 7 – Resumo da taxa líquida de matrícula e dos concluintes do Ensino Médio

Item	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Taxa líquida de matrícula Ens. Médio (%) - Brasil	61,0	62,3	64,2	65,4	67,3	67,5
Taxa líquida de matrícula Ens. Médio ( %) - Norte	49,7	52,7	55,3	56,5	58,1	59,0
Taxa líquida de matrícula Ens. Médio (%) - Belém	57,3	50,5	56,4	55,8	56,2	63,1
Jovens (19 anos) concluintes do Ens. Médio (%) - Brasil	51,7	53,6	55,7	55,9	58,9	59,2
Jovens (19 anos) concluintes do Ens. Médio (%) - Norte	42,0	41,3	42,3	44,8	49,2	46,7
Jovens (19 anos) concluintes do Ens. Médio (%) - Belém	48,8	43,4	45,9	39,6	62,1	53,8

Fonte: IBGE/PNAD Contínua – Cruz e Monteiro (2018)

O *Anuário Brasileiro da Educação Básica 2018* (CRUZ; MONTEIRO, 2018) evidencia um quadro pouco menos agudo no que se refere à taxa líquida, ou seja, aquela que compreende os jovens de 15 a 17 anos matriculados em séries do Ensino Médio correspondentes à idade. Em 2017, no Brasil, 67,5% dessa faixa populacional encontra-se nessa condição, longe, porém, dos 85% definidos pelo PNE. Para o mesmo anuário trata-se de um quadro grave, de acordo com os dados, cerca de 2 milhões de jovens de 15 a 17 anos ainda estão no Ensino Fundamental e outros 903,1 mil não estudam e não concluíram o Ensino Médio.

“Distante da realidade dos jovens, pouco atraente e sem flexibilidade para os diferentes interesses dos alunos, o Ensino Médio brasileiro hoje vive a expectativa do impacto de diferentes políticas em vias de implementação” (CRUZ; MONTEIRO, 2018, p. 36).

Em relação à taxa líquida de matrícula na região Norte, comparando 2012 com 2017, percebe-se que houve um aumento de 10 pontos percentuais, o maior da análise desta tabela, contudo ainda está a baixo dos 85% definidos pelo PNE. Belém esteve na frente, em porcentagem, na maioria dos anos (exceto em 2013 e 2016) comparado ao Norte, contudo Belém está 21,9 pontos percentuais, ou seja bem a baixo dos 85% definidos pelo PNE. Houve sempre um aumento pequeno ano a ano, comparando 2012 com 2017, embora nada que seja possível realmente mudar a realidade.

Em relação ao Brasil, em 2017, 59,2% dos jovens de 19 anos concluíram o Ensino Médio no Brasil, no Norte foi de 46,7% e em Belém 53,8%. Belém ficou com 7,1 pontos mais alto que o Norte em e somente 5,4 pontos mais baixo que Brasil.

Figura 16 – Taxa de Evasão do Ensino Médio (em %)

	2007/2008	2008/2009	2009/2010	2010/2011	2011/2012	2012/2013	2013/2014	2014/2015
<b>Brasil</b>	14,5	12,8	12,6	12,2	11,8	11,4	10,9	11,2
<b>Norte</b>	19,8	15,4	14,7	14,4	13,6	13,7	13,6	13,0
<b>Nordeste</b>	18,8	15,4	15,6	13,7	13,4	13,0	12,4	12,2
<b>Sudeste</b>	10,8	10,5	10,2	10,5	10,4	9,6	9,1	10,3
<b>Sul</b>	12,6	12,3	12,0	11,8	11,6	11,3	11,2	10,2
<b>Centro-Oeste</b>	14,7	12,7	12,6	13,5	12,1	12,4	11,9	11,5

Fonte: MEC/Inep/DEED/Indicadores Educacionais.

Fonte: Cruz e Monteiro (2018)

O percentual de jovens que deixa de se matricular na escola de um ano para o outro voltou a crescer no Brasil ,dos anos de 2007/2008 até 2013/2014 houve uma queda de 3.6 pontos e um aumento desses últimos ano para 2014/2015 de 0,3 pontos, um aumento pequeno, mas o suficiente para acender a luz da preocupação.

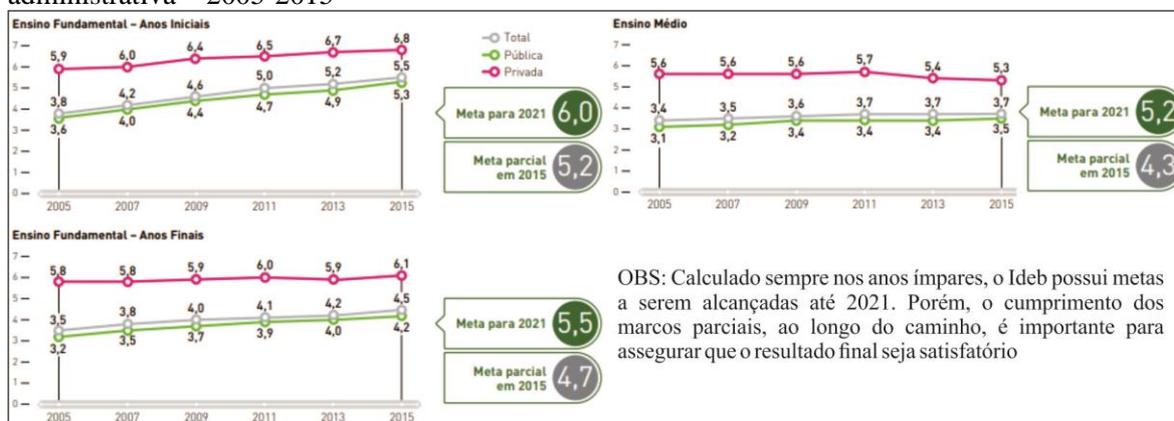
Ao mesmo tempo, porém, a análise mostra que há avanços perceptíveis e significativos naquelas localidades em que o fenômeno da evasão era mais intenso. É o que ocorre, por exemplo, na região Norte do País. Entre 2007 e 2015, ela apresentou, de modo constante, as mais elevadas taxas de evasão do Ensino Médio, mas com uma importante e contínua queda: 6,8 pontos percentuais no período. Por conta disso, a distância da região Norte para a região Sul, que era de 7,2 pontos percentuais, em 2007/2008, caiu para 2,8 pontos percentuais no levantamento de 2014/2015. Uma boa notícia. Porém, os estados do Norte ainda apresentam uma taxa de evasão de 13%, maior indicador do País e número superior ao registrado pela região Sul sete anos antes (12,6%). Vale observar também que, neste mesmo período,

[...] a taxa de evasão permaneceu estagnada no Sudeste, em torno de 10%, indicando que esta pode ser uma barreira difícil de ultrapassar, mesmo para os estados que vêm conseguindo obter ganhos relevantes nessa questão. (CRUZ; MONTEIRO, 2018, p. 43)

Em relação ao Fluxo e Qualidade, o *Anuário Brasileiro da Educação Básica 2018* (CRUZ; MONTEIRO, 2018) apresenta que a meta do PNE é fomentar a qualidade da Educação Básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem. Essa é uma meta de resultado combinado de fluxo e qualidade, que dialoga com diversas outras metas do PNE, e que prevê o expressivo número de 36 estratégias para seu alcance.

Tal esforço deve se traduzir na melhora do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)<sup>44</sup>. Os dados disponíveis, de 2015, indicam realidades distintas de acordo com a etapa da Educação Básica que se analisa. Se nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental a evolução é evidente e as metas têm sido alcançadas, no Ensino Médio, por outro lado, o quadro é de estagnação e distância em relação aos parâmetros estabelecidos pelo PNE (CRUZ; MONTEIRO, 2018).

Figura 17 – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) – Brasil, por dependência administrativa – 2005-2015



Fonte: Cruz e Monteiro (2018)

Fica claro analisando a Figura 17 que o ensino nas escolas privadas tem uma qualidade melhor segundo o IDEB. Para as metas propostas para 2015 as escolas ficaram acima de

<sup>44</sup> O IDEB foi criado pelo governo federal brasileiro para medir a qualidade do ensino nas escolas e é composto por dois indicadores: o desempenho dos estudantes no Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), que inclui a Prova Brasil e a Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb), e as taxas de aprovação em todas as etapas de ensino, obtidas por meio do Censo Escolar. O índice é calculado sempre nos anos ímpares, quando é realizada a avaliação nacional.

todas, ao contrário das escolas públicas que superou somente em 0,1 nos anos iniciais do Ensino Fundamental o restante ficou a baixo. A partir do IDEB, conclui-se que quem pode pagar terá um ensino de bem melhor qualidade do que os que não podem pagar ou optam por colocar seus filhos em escolas públicas.

Figura 18 – Média do IDEB das escolas públicas por grupo de Nível Socioeconômico (NSE)

	Ensino Fundamental - Anos Iniciais			Ensino Fundamental - Anos Finais			Número de estabelecimentos em 2015	
	2011	2013	2015	2011	2013	2015	Anos Iniciais	Anos Finais
NSE Muito baixo	3,29	2,92	3,59	2,79	2,93	3,20	343	267
NSE Baixo	3,66	3,64	4,24	3,19	3,30	3,61	2.597	2.439
NSE Médio-baixo	3,95	4,02	4,51	3,37	3,47	3,72	7.323	6.139
NSE Médio	4,57	4,73	5,10	3,73	3,88	4,07	9.190	7.476
NSE Médio-alto	5,24	5,47	5,78	4,17	4,22	4,43	12.610	9.978
NSE Alto	6,00	6,23	6,46	4,79	4,70	4,99	3.960	2.803
NSE Muito alto	6,93	7,14	7,19	5,99	5,93	6,33	55	56

Fonte: Inep/MEC. Elaboração: Todos Pela Educação.

Fonte: Cruz e Monteiro (2018)

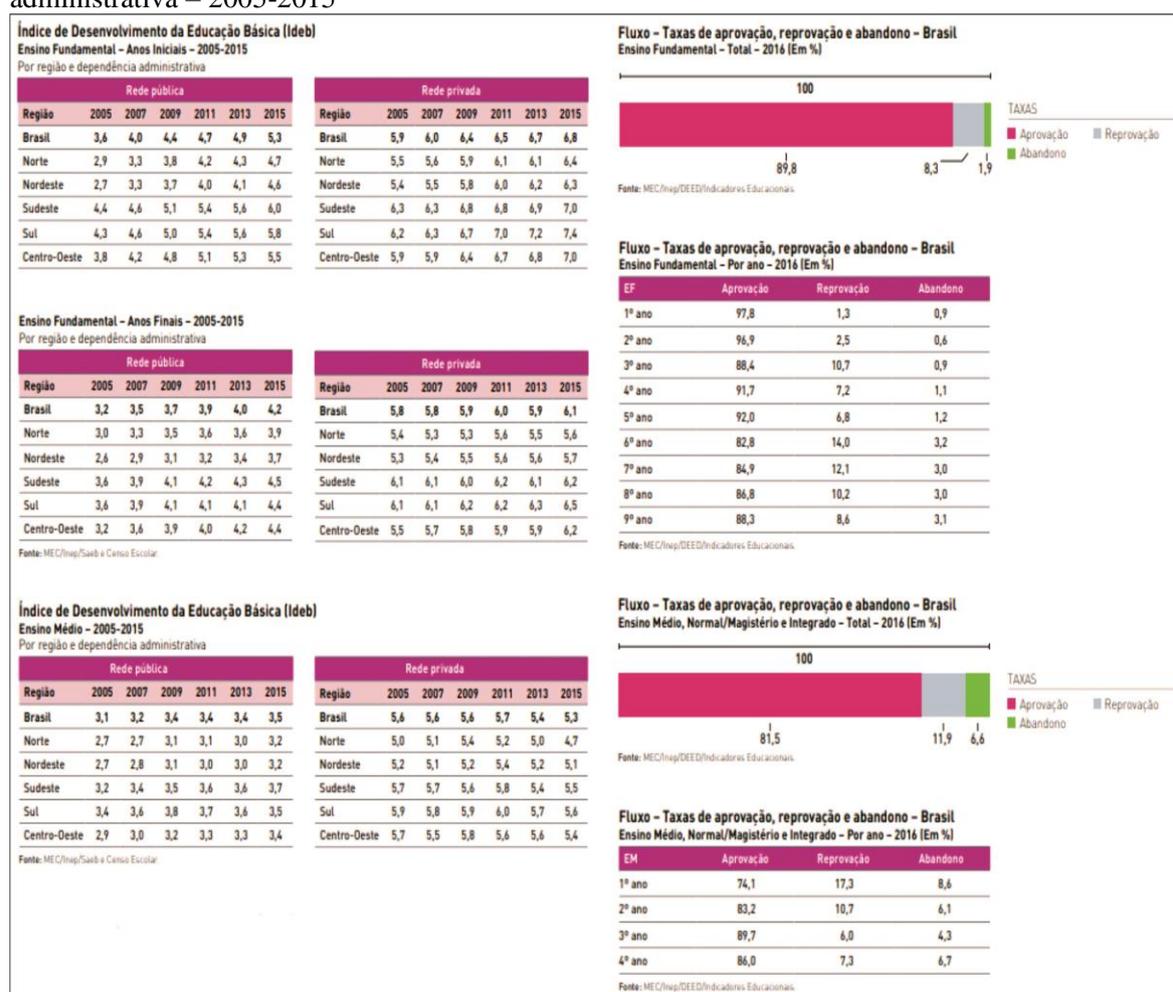
O cruzamento entre o indicador de Nível Socioeconômico (NSE)<sup>45</sup> e o desempenho das escolas públicas no IDEB mostra uma relação direta que é reveladora das desigualdades da Educação brasileira. O IDEB é 3,59 para as escolas públicas de NSE, muito baixo nos anos iniciais do Ensino Fundamental em 2015.; e 7,19 é o IDEB das escolas públicas de NSE muito alto nos anos iniciais do Ensino Fundamental, demonstrando que há o dobro de

<sup>45</sup> Criado em 2014, o indicador de Nível Socioeconômico (NSE) vem apresentando um papel cada vez mais relevante na análise das desigualdades relacionadas à Educação. Ao situar em estratos socioeconômicos os alunos que compõem o universo das avaliações realizadas pelo Inep, permite comparar resultados educacionais de acordo com esse critério. Os dados são obtidos a partir da resposta dos alunos a questionários específicos elaborados pelo Inep. As perguntas se referem a: • Posse de bens no domicílio; • Contratação de serviços, como mensalista ou diarista; • Renda familiar mensal; • Escolaridade do pai e da mãe. Os alunos são, então, divididos em sete níveis, com características bem definidas: Muito Baixo. Este é o menor nível da escala. Caracteriza-se pela posse de bens elementares e renda familiar mensal de até um salário mínimo. Os pais ou responsáveis possuem Ensino Fundamental completo ou estão cursando essa etapa de ensino. Baixo. Neste estrato, as casas contam com bens complementares, como videocassete ou DVD. A renda familiar mensal é de até um salário mínimo e os pais possuem Ensino Fundamental completo ou estão cursando essa etapa de ensino. Médio-Baixo. Com mais bens complementares e acesso à internet, nesse nível os alunos têm renda familiar mensal entre um e um e meio salário mínimo. Os pais possuem Ensino Fundamental completo (ou estão cursando). Médio. A renda familiar deste estrato varia entre um e meio e cinco salários mínimos. Assim como nos níveis anteriores, os pais possuem Ensino Fundamental completo ou estão cursando essa etapa de ensino. Médio-Alto. Nesse nível, as casas dos alunos contam com uma quantidade maior de bens e a renda familiar mensal também é maior (entre cinco e sete salários mínimos). Os pais completaram o Ensino Médio. Alto. Estrato com renda familiar superior a sete salários mínimos e pais que completaram a faculdade e/ou podem ter concluído ou não um curso de pós-graduação. Muito Alto. No topo da escala, as famílias dos alunos contratam mensalistas ou diaristas (até duas vezes por semana) e possuem renda acima de sete salários mínimos. Os pais completaram a faculdade e/ou podem ter concluído ou não um curso de pós-graduação.

qualidade, isso se repete para o mesmo ano nos anos finais do Ensino Fundamental, para NSE muito baixo o IDEB é de 3,2 e para NSE muito alto 6,33.

Para o NSE médio-baixo, NSE médio e NSE médio-alto que deve ser a classe média, analisando o NSE médio, a diferença é menor do que a dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental em 2015 é de 5,10 e Anos Finais de 4,07.

Figura 19 – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) – por região, por dependência administrativa – 2005-2015



Fonte: Cruz e Monteiro (2018)

A comparação entre os resultados das redes pública e privada, assim como entre as diversas regiões do País, é reveladora das desigualdades que ainda persistem na qualidade da Educação oferecida às crianças e aos jovens.

O IDEB para a região Norte, em relação ao Ensino Fundamental, está sempre em penúltimo lugar, perdendo somente para o Nordeste. O IDEB do Norte está abaixo da média Brasil em todos os anos analisados tanto nos anos iniciais como os finais, isso independente da rede pública ou privada. Analisando somente a região norte em relação aos tipos de rede a

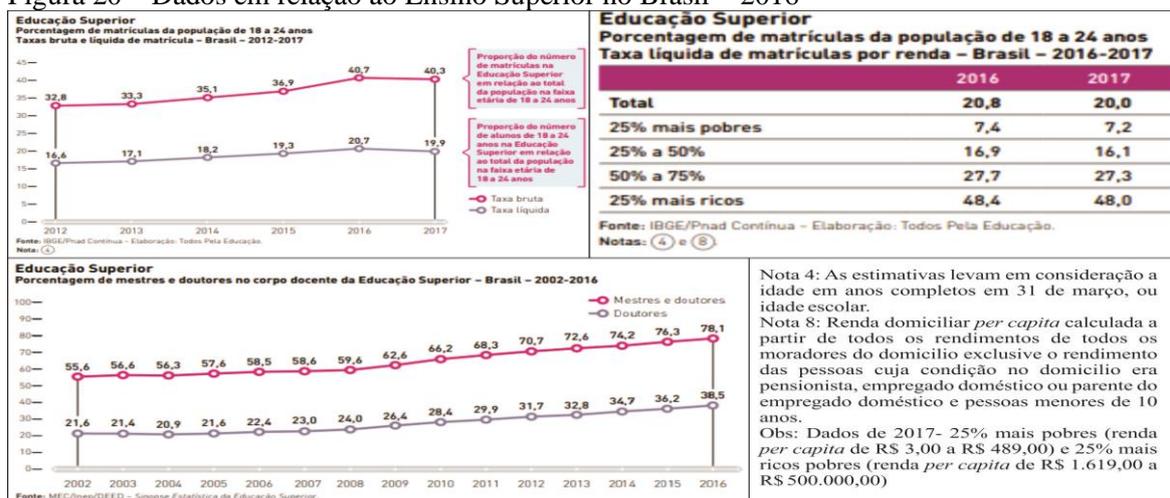
rede privada está sempre a frente, com uma pontuação maior, em 2005 a pública estava com 2,9 e a privada 5,5 uma diferença de 2,6, quase o dobro. Para os anos de 2015, a pública estava com 4,7 e a privada 6,4, uma diferença de 1,7, a diferença diminuiu. Houve um aumento no IDEB na rede pública de 2,9 em 2005 para 4,7 em 2015, diferença de 1,8; na rede privada o aumento foi menor de 0,9 para os mesmos anos. Isso demonstra que a qualidade da rede pública está melhorando.

Para o Ensino Médio, o IDEB para a região Norte teve uma pontuação menor, como no Ensino Fundamental está sempre abaixo do nível do Brasil junto com a região Nordeste, nas duas redes. Comparando as redes o ensino, a rede privada teve sempre uma pontuação maior. Em 2005 a pública estava com 2,7 e a privada 5,0 uma diferença de 2,3, quase o dobro. Para os anos de 2015 a pública estava com 3,2 e a privada 4,7 uma diferença de 1,5, a diferença diminuiu. Houve um aumento no IDEB na rede pública de 2,9 em 2005 para 4,7 em 2015, diferença de 1,8; na rede privada o aumento foi menor de 1,5 para os mesmos anos. A diferença nesse caso é bem pequena.

Em relação ao estabelecimento educacionais de ensino superior, o *Anuário Brasileiro da Educação Básica 2018* (CRUZ; MONTEIRO, 2018) traz que as metas do PNE até 2024 são de:

[...] elevar a taxa bruta de matrículas na Educação Superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, asseguradas a qualidade da oferta e a expansão para, pelo menos, 40% das novas matrículas no segmento público. Elevar a qualidade da Educação Superior pela ampliação da proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de Educação Superior para 75%, sendo, do total, no mínimo, 35% de doutores. Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação *stricto sensu*, de modo a atingir a titulação anual de 60 mil mestres e 25 mil doutores. (CRUZ; MONTEIRO, 2018, p. 100)

Figura 20 – Dados em relação ao Ensino Superior no Brasil – 2016



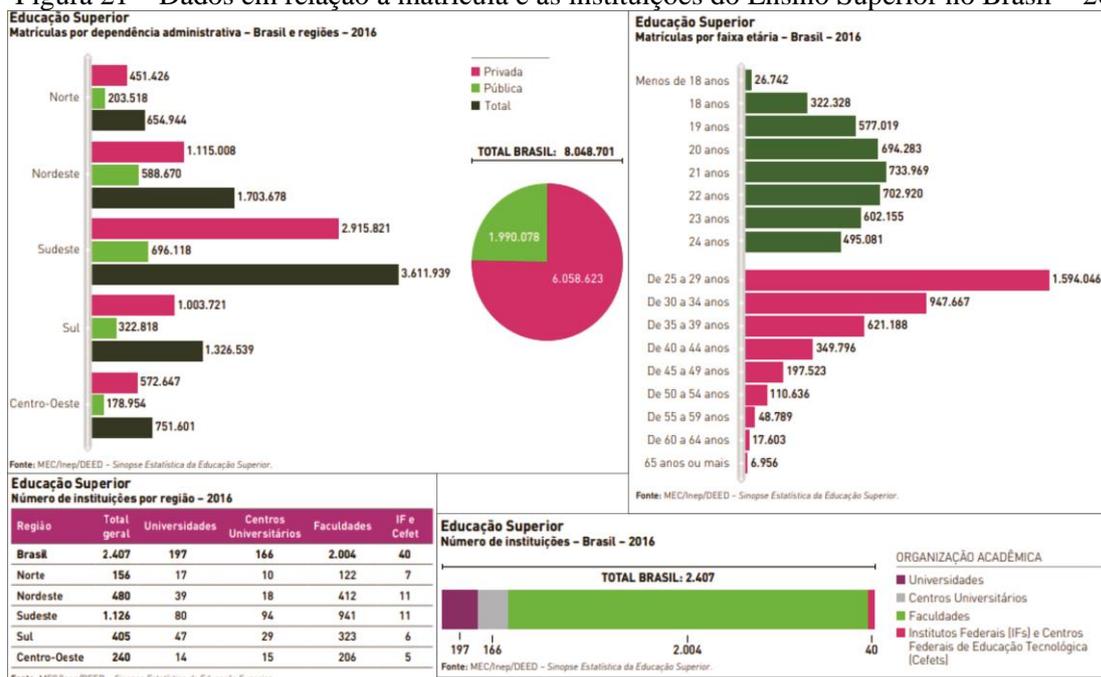
Fonte: Cruz e Monteiro (2018)

A meta do PNE é chegar nos 50% da taxa bruta de matrículas e 33% na taxa líquida entre a faixa etária de 18 a 24 anos, entre 2012 e 2017 houve um crescimento nas taxas, contudo em 2017 há uma ligeira queda, mas ambos os dados em 2017 estavam abaixo da meta do PNE.

Uma das estratégias de elevar a qualidade do ensino superior é capacitando os docentes, em relação a essa categoria conseguiu-se bater a meta do PNE em 2017 tinha-se 78,15% de mestres e doutores sendo 38,5% de doutores, superou em mais de 3 pontos em cada item, isso representa um avanço de 22,5 e 16,9 pontos percentuais desde 2002.

A taxa líquida de matrícula por renda entre os anos de 2016 e 2017, praticamente se manteve inalterada, tendo um decréscimo muito pequeno. A classe média estaria entre os 25% e 75% totalizando em 2016 44,6% e 2017 43,4%, estando a baixo dos 25% mais ricos (2016 48,4% e 2017 48,0%). A população mais rica ainda domina a taxa líquida de matrículas no Brasil. Isso acaba acontecendo devido ao seu grau de preparo durante a sua vida estudantil, ou seja seu acúmulo de capital cultural e é seguida com uma diferença percentual pequena pela classe média. A classe dos mais pobres (2016, 7,4% e 2017, 7,2%) ainda são poucos que têm acesso à educação superior, acredita-se que seja pelo seu acúmulo do capital cultural com *déficit* e/ou por sua necessidade muitas vezes de largar a “carreira” de estudante para precisar entrar no mercado de trabalho para o seus sustento.

Figura 21 – Dados em relação à matrícula e às instituições do Ensino Superior no Brasil – 2016



Fonte: Cruz e Monteiro (2018)

Analisando a Figura 21, percebe-se que a região Norte é a menos provida de matrículas de Educação Superior com 8,14% (655.944 matrículas) das matrículas. No Brasil, fica claro que, ao contrário dos outros níveis de ensino, são os estabelecimentos privados que tem maior quantidade de matrículas. No Norte chega a ter mais que o dobro de matrículas em estabelecimentos privados com 68% (451.426 matrículas) em relação aos estabelecimentos públicos com 32% (203.518 matrículas).

Quando são analisadas as matrículas por faixa etária há um maior número de matrículas entre 25 a 34 anos. As pessoas estão entrando mais tarde nas instituições de ensino superior<sup>46</sup>, há vários motivos para isso acontecer, porém acredita-se que muitos optam, ou tem a necessidade, de deixar o sonho do nível superior após um emprego mais estável, pois há a necessidade de “largar os estudos” para ajudar a manter suas famílias. Muitos cidadãos buscam um segundo curso do ensino superior para se adequar ao trabalho conseguido. Há também o surgimento de novas modalidades em conta a quantidade de vagas propiciadas pelos estabelecimentos de ensino superior “normal”, entre outros fatores.

<sup>46</sup> Comparando com a idade que concluem o ensino médio que deveria ser até os 19 anos.

Há elementos que estimulam a busca das pessoas para um ensino superior após os 25 anos, tem-se: surgimento dos cursos a distância (não presenciais) e de tecnologia (mais curtos).

Conforme afirma a coordenadora do PUC Talentos, Daniella Forster (2013), quando a pessoa quer trabalhar com algo que não tenha relação com sua formação inicial, muitas vezes outra graduação é mesmo o caminho correto. “É preciso avaliar se o que deseja é compatível com a primeira escolha de graduação e se somente uma pós é suficiente para poder atuar na área desejada. Há cursos com flexibilidade maior e outros muito específicos”, afirma. (FOESTER, 2013).

É importante lembrar que a Educação Superior privada hoje acaba sendo estimulada pelo governo a partir dos programas de financiamentos tipo o Programa de Financiamento Estudantil (FIES)

Para De Paula *et al.* (2018, p. 64), as diversas políticas que tiveram em torno da Ensino Superior nesses governos permearam temas como:

[...] dilaceração dos limites entre o público e o privado via imunidade fiscal cedida às Instituições de Ensino Superior (IES) privadas-mercantis (com fins de lucro) por meio da adesão ao Programa Universidade para Todos (ProUni)<sup>47</sup>, Lei n. 11.096/05; aprofundamento do programa de Financiamento Estudantil (Fies) e ampliação de seu alcance, bem como do número de bolsas integrais ou parciais cedidas através do repasse dos recursos da União; Lei n. 11.079/04, que estabelece as Parcerias Público-Privadas (PPP), tornando lícitos os processos burocráticos de financiamento e manutenção entre estabelecimentos públicos e empresas privadas, além de financiamentos públicos nas IPES; estabelecimento da Universidade Aberta do Brasil (UAB) por meio do Decreto n. 5.800/06, que dispõe sobre a UAB e constituição dos cursos na modalidade Educação à Distância (EaD); e Decreto n. 6.096/07, que estabelece o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), que está articulado com o próprio Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). E, além dessas políticas, outras constituíram o rol de medidas que intervieram diretamente no modus operandi da ES brasileira, culminando na reafirmação dessas medidas no Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), estabelecido pela Lei n. 13.005/14. (DE PAULA *et al.*, 2018, p. 64)

Tabela 8 – Dados sobre a escolaridade média da população de 18 a 29 anos

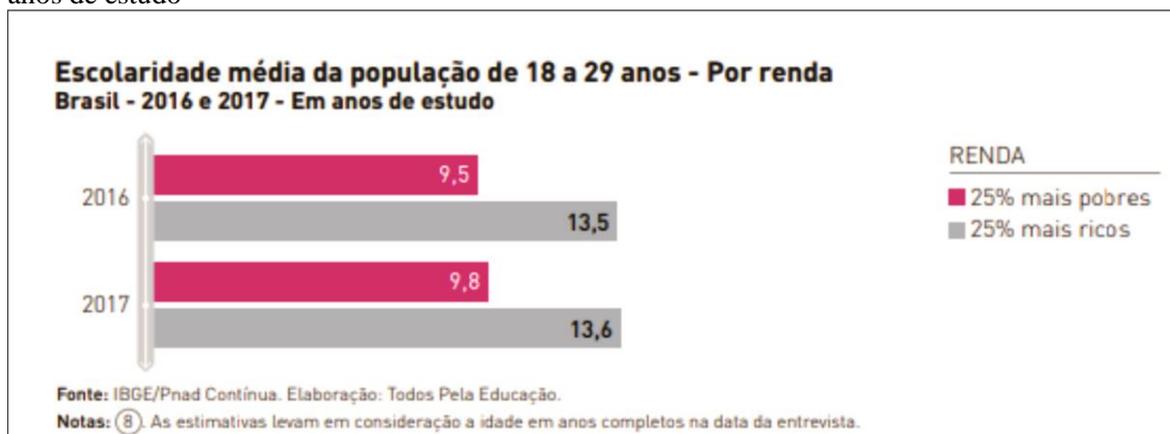
Item	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Escolaridade média da população de 18 a 29	9,7	9,9	10,0	10,1	10,2/11,2	10,3/11,3

<sup>47</sup> Por meio da adesão voluntária, foi possibilitada a isenção do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e de três contribuições: Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social (CONFINS) e Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS).

Item	2012	2013	2014	2015	2016	2017
anos (Em anos de estudo)-Brasil						
Escolaridade média da população de 18 a 29 anos (Em anos de estudo)-Norte	8,9	9,1	9,1	9,3	9,4/10,4	9,7- 10,7
Escolaridade média da população de 18 a 29 anos (Em anos de estudo)-Belém	9,6	9,7	9,9	9,8	10,3/11,3	10,3/11,3

Fonte: IBGE/PNAD Contínua – Cruz e Monteiro (2018)

Figura 22 – Escolaridade média da população de 18 a 29 anos – por renda Brasil – 2016 e 2017 – em anos de estudo



Nota 8: Renda domiciliar *per capita* calculada a partir de todos os rendimentos de todos os moradores do domicílio exclusive o rendimento das pessoas cuja condição no domicílio era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico e pessoas menores de 10 anos. Obs.: Dados de 2017- 25% mais pobres (renda *per capita* de R\$ 3,00 a R\$ 489,00) e 25% mais ricos (renda *per capita* de R\$ 1.619,00 a R\$ 500.000,00).

Fonte: Cruz e Monteiro (2018)

A meta do PNE é de elevar a escolaridade média da população de 18 a 29 anos, de modo a alcançar no mínimo 12 anos de estudo no último ano de vigência do PNE, para a região de menor escolaridade no País (Norte e Nordeste) e dos 25% mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros (10,8), pardos (10,8) e brancos (12,1) em 2017 declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (CRUZ; MONTEIRO, 2018).

A escolaridade média da população é um dos principais indicadores a serem observados quando se busca avaliar o desenvolvimento social e econômico de um país. Há uma correlação positiva entre anos de escolaridade e renda. No Brasil, considerando a população entre 18 e 29 anos, a renda média de quem tem Educação Superior completa é três vezes superior à renda dos que não completaram os Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Nesse sentido, as estratégias previstas pelo PNE para o alcance dessa meta têm como público prioritário jovens e adultos excluídos da escola.

Os dados disponíveis têm como base as informações da PNAD Contínua e indicam que a escolaridade média da população brasileira tem um avanço mais significativo quando se leva em consideração o Ensino Fundamental de nove anos.

Tabela 9 – Dados sobre a taxa de alfabetização para acima de 15 anos

Item	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade (%) - Brasil	91,4	91,7	92,1	92,3	92,8	93,1
Taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade (%) - Norte	90,4	90,6	91,1	90,9	91,5	92,0
Taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade (%) - Belém	96,7	96,6	96,7	96,0	96,4	97,4

Fonte: IBGE/PNAD Contínua Cruz e Monteiro (2018)

Figura 23 – Dados sobre a taxa de alfabetização

Taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade Brasil e regiões – 2012-2017 (Em %)						
Região	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Brasil	91,4	91,7	92,1	92,3	92,8	93,1
Norte	90,4	90,6	91,1	90,9	91,5	92,0
Nordeste	82,9	83,4	83,9	84,3	85,2	85,5
Sudeste	95,2	95,5	95,7	95,9	96,2	96,5
Sul	95,2	95,6	96,0	96,1	96,4	96,5
Centro-Oeste	93,1	93,6	93,9	94,1	94,3	94,8

Fonte: IBGE/Pnad Contínua. Elaboração: Todos Pela Educação.  
Notas: (A) Os dados de alfabetização da população são autodeclarados.  
As estimativas levam em consideração a idade em anos completos na data da entrevista.

Taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade Renda domiciliar per capita – 2016-2017 (Em %)		
Renda	2016	2017
25% mais pobres	88,5	89,0
25% mais ricos	98,7	98,8

Faixas de renda domiciliar per capita em 2017	
25% mais pobres	R\$ 3,00 – R\$ 489,00
25% mais ricos	R\$ 1.619,00 – R\$ 500.000,00

Fonte: IBGE/Pnad Contínua. Elaboração: Todos Pela Educação.  
Notas: (A) e (B) Os dados de alfabetização da população são autodeclarados.  
As estimativas levam em consideração a idade em anos completos na data da entrevista.

Nota 4: As estimativas levam em consideração a idade em anos completos em 31 de março, ou idade escolar. Nota 8: Renda domiciliar *per capita* calculada a partir de todos os rendimentos de todos os moradores do domicílio exclusive o rendimento das pessoas cuja condição no domicílio era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico e pessoas menores de 10 anos. Obs.: Dados de 2017- 25% mais pobres (renda *per capita* de R\$ 3,00 a R\$ 489,00) e 25% mais ricos pobres (renda *per capita* de R\$ 1.619,00 a R\$ 500.000,00)

Fonte: IBGE/PNAD Contínua – Cruz e Monteiro (2018)

A meta do PNE é elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 93,5% até 2015, e, até o final da vigência do PNE, em 2014, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional.

A erradicação, até 2024, do analfabetismo absoluto no Brasil, ainda é um objetivo distante, contudo não impossível. Segundo as informações mais recentes da PNAD Contínua, 6,9% da população com 15 anos ou mais ainda não está alfabetizada no Brasil. Nos últimos cinco anos, a média nacional não chegou a evoluir dois pontos percentuais. No Norte a taxa de alfabetização é de 92% em 2017, de 2012 até 2017 houve um aumento de menos de dois pontos, faltando ainda 8% para chegar na erradicação. Em 2015, o Norte estava abaixo do proposto pelo PNE em 2,6 pontos percentuais. No Nordeste, o índice de alfabetização é ainda inferior e 14,5% desse recorte populacional é incapaz de ler ou escrever o próprio nome.

Apesar de ser esse um desafio vencido por muitas nações no mundo há mais de um século, o atraso brasileiro torna-se ainda mais significativo quando se leva em conta que as exigências de letramento aumentam com as novas tecnologias. Diante disso, o

[...] próprio PNE tem como uma de suas estratégias apoiar técnica e financeiramente projetos inovadores na Educação de Jovens e Adultos que

visem ao desenvolvimento de modelos adequados às necessidades específicas desses alunos. (CRUZ; MONTEIRO, 2018, p. 84)

Assim, apresenta-se um “espectro” não completo, contudo o suficiente para traçar os níveis e os graus de estudo da população brasileira, assim, é possível entender o seu capital cultural (capital escolar). Percebe-se que há uma busca pela educação formal até o Ensino Fundamental. Para o Ensino Médio, começa a ter uma evasão acredita-se que haja muitos motivos, mas um que se considera mais comum é a necessidade do trabalho para prover o sustento. Isso parece claro, quando há uma busca acima dos 25 anos para o ensino superior.

Quando se analisa os 25% mais ricos, isso se apresenta de forma diferente, há um estímulo ao estudo para garantir um melhor lugar no campo de trabalho posteriormente. Como na análise do *Anuário Brasileiro da Educação Básica 2018* (CRUZ; MONTEIRO, 2018), os dados usam a média salarial para dividir os mais ricos dos mais pobres são: 25% mais pobres (renda *per capita* de R\$ 3,00 a R\$ 489,00) e 25% mais ricos pobres (renda *per capita* de R\$ 1.619,00 a R\$ 500.000,00). A Classe Média está nessa fatia dos mais ricos.

Jessé Souza em uma entrevista cedida à Paulo Henrique Amorim (SOUZA, 2016) relata que a democratização do que chama de “capital cultural” o grande desafio do Brasil para os próximos anos. Souza (2016) alega que:

No fundo, é a coisa mais importante para uma sociedade democrática moderna, pois o capital econômico é concentrado em todo lugar, como diz o [economista Thomaz] Piketty [mas o cultural, não]. O que Piketty esqueceu é que, na Alemanha e na França, por exemplo, o capital cultural é 70% ou 80% democratizado. Aqui, no Brasil, temos 20%. Esse é o grande desafio, pois ele é transformador na vida da pessoa. (SOUZA, 2016)

A entrevista foi dividida em duas partes e explicou o seu conceito a partir da formação das classes sociais e os seus privilégios. Souza (2016) também relatou:

As classes sociais são criadas na socialização familiar, especialmente de 0 a 5 cinco. A classe média efetiva tem privilégio, pois tem algum dinheiro para comprar o tempo livre do filho dela e ele terá acesso ao capital cultural não só da escola, mas da família também. Essa criança terá capacidade de concentração, que não é algo natural. É um privilégio de classe. (SOUZA, 2016)

Souza (2016) ainda diz que:

A transferência de renda, por si, é importante, mas o mais relevante foi o acesso ao consumo. E, a partir disso, as pessoas focaram em educação [...] e essas pessoas estão ampliando seus horizontes. Essa é a grande revolução, que foi ajudada não só pela vontade política, mas, também, pela

religiosidade evangélica. Não podemos perder de vista que o pobre é, antes de tudo, um humilhado e a religiosidade pentecostal diz: 'você é filho de Deus' e para quem não tem nada isso é autoestima, autoconfiança.

Para Souza (2020), o não aprendizado de habilidades e capacidades fundamentais para a apropriação de capital cultural de qualquer tipo.

No relato de vários de nossos informantes, não faltou a presença da instituição escolar. No entanto, era muito comum a observação de que, quando crianças, eles ficavam fitando o quadro negro durante horas sem nada aprender. Com a repetição desse tipo de relato, que nos desconcertou no começo, aprendemos a perceber que o problema em jogo era a ausência da incorporação afetiva da “capacidade de se concentrar”, algo que os indivíduos de classe média tendem a perceber como uma habilidade natural”, como se simplesmente nascêssemos com ela como acontece com a capacidade de enxergar ou ouvir. Como faltavam exemplos afetivos em casa, tornados possíveis pelo processo de identificação paterna e materna, essa capacidade ou disposição a se concentrar não era desenvolvida. Mesmo nas famílias mais bem estruturadas dessa classe, onde os pais permaneciam juntos e se esforçavam para ter uma relação afetiva e de cuidado com os filhos, as marcas do abandono social se mostraram presentes. Como nunca se via o pai lendo um jornal, mas apenas fazendo serviços braçais e brincando com os filhos com os instrumentos desse tipo de trabalho, que tipo de sucesso escolar pode-se esperar dessas crianças? Ou quando a mãe os instava para estudar dizendo que apenas a escola poderia mudar a vida para melhor; que efeito possui esse tipo de exortação se a própria mãe, que havia tido algum tempo na escola, não havia conseguido mudar a própria vida? Percebemos claramente com nossos informantes que não são os “discursos”, proferidos da boca para fora, mas apenas as “práticas” sociais efetivas moldadas por exemplos efetivos, os verdadeiros instrumentos de mudança individual e social. (SOUZA, 2020)

Para Souza (2020), a instituição escolar nesse argumento não tem eficiência pois essas crianças chegam como “perdedoras” nas escolas, enquanto as crianças de classe média chegam “vencedoras” pelo modelo e estímulo familiar (paterno e materno) afetivamente construído. Mas não apenas isso pois as escolares públicas passa a ser

[...] marcada pela “má fé institucional”, no sentido que Bourdieu e Foucault utilizam esse termo, de tal modo que prometem a redenção dessa classe pela educação enquanto, na verdade, possibilitam transformar, com o carimbo do Estado e anuência de toda a sociedade, o abandono social em “culpa individual” de alunos supostamente burros e preguiçosos. (SOUZA, 2020)

Souza (2020) ainda fala que:

Em nossa pesquisa abundam declarações tocantes de jovens que se imaginam incapazes de estudo, sem inteligência e incapazes de concentração por culpa própria. Constrói-se a partir disso um contexto onde tanto na dimensão intersubjetiva da interação social face a face dos sujeitos, quanto também na dimensão das práticas institucionais de todo tipo, sejam elas policiais, médicas ou escolares, o desvalor objetivo dos indivíduos dessa classe despossuída existencial, moral e economicamente é reafirmada cotidianamente.

É o acesso a capital cultural sob a forma de capital escolar e herança familiar que garante a formação da moderna classe média brasileira enquanto uma classe do “trabalho intelectual” por oposição, por exemplo, ao “trabalho manual” das classes sem acesso significativo ao mesmo tipo de capital. É a mesma diferença que garante a separação – e o acesso a todos os privilégios materiais e ideais envolvidos nessa disputa - entre a classe média alemã e a classe trabalhadora alemã ou composta por imigrantes. (Souza, sem data, online)

### 3.2 O Uso Seria *Gentrification* ou Gentrificação?

Durante a pesquisa percebi que há uma discussão dentro do meio acadêmico em relação ao uso do termo em inglês como foi cunhado por Glass, *gentrification*, ou o aportuguesamento, *gentrificação*. Com relação a possíveis críticas ao fato de se trabalhar a palavra **gentrificação**, sem a tradução, é válido traçar algumas explicações do motivo pelo qual se optou por isso.

Primeiramente, é preciso responder aos argumentos baseados no nacionalismo e na importância de se reforçar a língua portuguesa. Percebe-se que a alegação de que o aportuguesamento não é científico e que vai contra o cotidiano brasileiro, que está cheio de palavras sem tradução como *shopping center* e o *mouse* que acabam não tendo uma tradução. Tem-se a certeza que o termo em português ganhou o seu espaço, pois quase 80% dos trabalhos publicados no Brasil, que eu li, usam o termo traduzido, tive a preocupação de ler a maioria das teses encontradas nas bibliotecas digitais de todas as universidades públicas e as mais reconhecidas universidades privadas, no Brasil e sem medo de errar, posso afirmar que mais de 90% usam o termo *gentrificação*. Com isso, certamente, o meio acadêmico, já abraçou e compreende o termo aportuguesado.

É defendido que quando se trabalha *gentrification* na sua definição original chama-se uma primeira atenção para o fato de que a expressão não surgiu no Brasil e logo deve ser analisada com cuidado. Contudo, se for pensado assim, quase todos os processos urbanos começaram a ser estudados fora do Brasil, assim todos os processos deveriam ser “chamados”

na sua língua de origem, sem tradução, aí teria que se puxar um estudo de todos os processos e suas traduções.

Foi lido também que se deve usar o termo *gentrification*, pois gentrificação por si só seria um barbarismo, já que a palavra vem do inglês *gentry*, ou seja “pequena nobreza”, que seria a nossa classe média e não a classe alta como é pensando por muitos. Para isso precisamos ir analisar um pouco mais a fundo.

Segundo Ribeiro (2011), no Reino Unido existem dois tipos de qualificação para os nobres, o *peerage* que seria a alta nobreza, os cidadãos que possuem títulos como: duques, marqueses, condes, viscondes e barões. É a *gentry* que se refere aos pequenos nobres ingleses. O termo *gentrification* foi usado pela primeira vez pela socióloga Ruth Glass em 1964, para explicar o fenômeno de ida desses “pequenos nobres ingleses” para o centro histórico de Londres. *Gentry*, por sua vez, é anterior ao século XX, ela decorre do francês antigo *genterise* que significa de “[...] nascimento nobre ou nascimento suave”. Esse termo corresponderia na Inglaterra à aristocracia rural que compunha a posição de senhores na estratificação social da sociedade anglo-saxônica (RIBEIRO, 2011).

Então, seria a aglutinação de *gentry+action = gentrification*, já que *action* significa ação, logo o processo implica uma ação de enobrecer uma área. O receio de alguns pesquisadores é ficar entre linhas que esse termo seria para qualquer tipo de enobrecimento, onde estaria errado, conforme o conceito inglês, mas sim, de um tipo específico de nobreza, uma pequena nobreza – *gentry* (RIBEIRO, 2011).

Ficando claro que não é a classe social dos ricos quem compõem o recorte social do processo em questão e, sim, uma população similar à nossa classe média. Pelo menos o surgimento do termo foi assim; o conceito foi pensado a partir desta análise de termos, mas como veremos, as interpretações e análises sobre o próprio processo mudam de autor para autor.

Contudo, quem pesquisa sobre o processo precisa compreender que não é o termo em inglês que relata o conceito, mas sim o conceito em si, ou seja, não é o termo em inglês que fará a distinção de pequena nobreza ou a alta nobreza, mas sim o entendimento conceitual correto do processo de gentrificação. É importante destacar que, com o tempo, a palavra gentrificação será incorporada ao dicionário português com a tradução correta, mas de qualquer modo é válido deixar aqui o registro das reflexões já comentadas.

No entanto, apesar das ressalvas, será encontrada no texto a utilização de *gentrification*, isso por causa de algumas fontes consultadas e, também, pelo fato de a grande

maioria das traduções e dos autores brasileiros trabalharem com a palavra aportuguesada. Isso, por sua vez, não desqualifica o esforço deste trabalho em chamar a atenção para o conceito.

### **3.3 Surgimento do Conceito**

Antes do processo de gentrificação atingir um patamar de produção de paisagens a serem consumidas pelas classes média, houve a detecção inicial desse processo por alguns pesquisadores.

Projetos de intervenção urbana integram seguramente a agenda de debates entre pesquisadores e gestores das cidades na atualidade, tanto por envolverem transformações físicas que modificam o desenvolvimento desse artefato como por implicarem substancialmente modificações socioespaciais e econômicas locais.

Com recorrência no Brasil, os processos de recuperação/revitalização urbana estão diretamente ligados às áreas centrais abandonadas ou degradadas que reúnem uma série de relações históricas, sociais, infraestruturais, econômicas e de imagem da cidade e que, por isso, causam interesse de investimentos públicos e privados. Rapidamente, esses projetos de intervenções urbanas são associados a narrativas midiáticas e políticas de uma emergente e necessária renovação, recuperação, reabilitação, restauração etc., terminologias comumente definidoras de títulos criados para tais intervenções.

Relacionado a esses projetos de intervenções, tanto do poder público como do privado, encontra-se o fenômeno de gentrificação que, desde o momento pós-guerra, vem sendo estudado a partir de múltiplas abordagens, como as da geografia, sociologia, arquitetura e urbanismo, entre outros campos de pesquisa. É um processo que envolve a transformação de centros urbanos em suas dimensões materiais, econômicas, sociais e simbólicas (BIDOU-ZACHARIASEN, 2006), bem como uma reconfiguração socioeconômica no contexto em que se manifesta, resultando no deslocamento de moradores das classes populares do centro (SMITH, 2006) e o enobrecimento dessas áreas antes degradadas (VARGAS; CASTILHO, 2006). Essencialmente urbano, atualmente também é mencionado em trabalhos que abordam sua ocorrência na área rural (RIBEIRO, 2013).

O termo gentrificação é a versão aporuguesada de *gentrification* (de *gentry*, “pequena nobreza”), conceito criado pela socióloga britânica Ruth Glass<sup>48</sup> (1912-1990) na obra *London: Aspects of Change* (1964), para descrever e analisar transformações observadas em diversos bairros operários em Londres.

O aporuguesamento de gentrificação, que vem do neologismo em inglês *gentrification*, é um processo que incide em uma série de melhorias físicas ou materiais e em mudanças imateriais (econômicas, sociais e culturais). Ocorre essencialmente em centros urbanos antigos, os quais experimentam uma vultosa ascensão de status. Desenvolveu-se principalmente nos países industrializados ao longo do período pós-industrial ou pós-moderno, iniciado com a decadência do modelo socioeconômico industrial tradicional a partir dos anos de 1970. Caracteriza-se, de uma forma ampla, pela ocupação dos centros das cidades por uma parte da classe média, de elevada remuneração, e deslocamento dos habitantes da classe baixa, de menor remuneração, que aí viviam (BATALLER, 2000).

Esse deslocamento vem acompanhado de investimentos e de melhorias tanto nas moradias quanto em toda a área afetada. Comércio, equipamentos e serviços surgem para atender ao novo público que, em geral, é mais exigente. Isso implica, portanto, transformações no mercado de solo e habitacional, de modo que desempenham um papel categórico os agentes do solo: os proprietários, os promotores, os governos (local e estadual) e as instituições financeiras, assim como os moradores, que podem estar no regime de propriedade ou de aluguel. Em conjunto, o fenômeno proporciona maior estima das áreas renovadas e, inclusive, a recuperação do valor simbólico dos centros urbanos. De fato, “[...] tal como tem apontado J. Van Weesep, atualmente considera-se a gentrificação como expressão espacial de uma profunda mudança social.” (BATALLER, 2000, p. 10).

---

<sup>48</sup> Ruth Glass foi socióloga, planejadora urbana e fundadora do Centro de Estudos Urbanos da *University College London -UCL*. Ruth Glass nasceu em Berlim, mas deixou a Alemanha nazista, chegando a Londres em meados da década de 1930. Ela retomou seus estudos na *London School of Economics* e se estabeleceu como uma notável cientista social da vida urbana até o final da década. Durante a década de 1940, Glass voltou-se para o planejamento e desenvolvimento urbano e ingressou na UCL em 1950, onde permaneceu pelo resto de sua carreira acadêmica. Foi no ano seguinte que ela fundou o Centro de Estudos Urbanos da UCL e foi diretora de pesquisa de longa data. Durante as décadas de 1950 e 1960, o trabalho de Glass se concentrou em moradias metropolitanas. Em um de seus livros mais influentes, *London: Aspects of Change*, ela cunhou o termo 'gentrificação' para descrever o movimento e os resultados das mudanças demográficas nos ambientes urbanos. Mais tarde, ela se voltou para o estudo da imigração e suas consequências. (tradução nossa). (Ruth Glass (1912-1990). *Site da University of London*).

Pereira (2015) comenta que, nos anos de 1960, como já mencionado, a socióloga britânica Ruth Glass (2010 [1964]) publicou o livro *London: aspects of change*, em que empregou pela primeira vez o termo *gentrification* (gentrificação). Nesse livro, a autora narra os primórdios de um processo de enobrecimento da área central de Londres, marcado pela entrada de estratos sociais de alto poder aquisitivo em bairros até então identificados como lugares de moradia da classe trabalhadora. Para isso usou o termo irônico “gentry”, que pode ser traduzido como “bem-nascido”. Em sua teorização, usa a noção de “gentry urbana” para se referir às famílias de classe média que transformaram os bairros operários em bairros nobres nos anos de 1960, mais exatamente em 1964. A primeira referência ao termo *gentrification* é atribuída, portanto, a Ruth Glass.

Figurando, inicialmente, como um fenômeno esporádico, uma prática protagonizada por representantes de uma elite excêntrica seduzida pelo estilo de vida dos centros urbanos que se restringia a um universo geográfico e social bastante reduzido, o processo que Ruth Glass chamou de gentrificação vem assumindo proporções cada vez mais significativas.

[...] numerosos bairros operários londrinos foram invadidos pelas classes médias alta e baixa. Locais degradados ou com casinhas modestas, com dois aposentos no térreo e dois em cima, foram retomadas quando os contratos de aluguel expiraram, e se tornaram elegantes residências de alto preço. [...] Esse processo de **gentrificação**, uma vez começado em um bairro, se estendeu rapidamente até que quase todas as camadas populares que aí moravam originalmente tivessem deixado o lugar e que todas as características sociais tivessem mudado (GLASS, 1964, XVIII<sup>49</sup> *apud* SMITH, 2006, p. 60, grifo nosso)

Conforme afirma Pereira (2015), o debate sobre a “volta ao centro”<sup>50</sup> passou a ganhar espaço proeminente no meio acadêmico a partir dos anos 1980, quando se iniciou uma ampla discussão sobre os chamados processos de gentrificação na literatura de estudos urbanos em países anglo-saxônicos. Não é por acaso que essa discussão tenha se desenvolvido inicialmente no debate acadêmico de língua inglesa. As grandes cidades dos países anglo-saxônicos foram os lugares em que esse fenômeno deu seus primeiros sinais, e também onde primeiro tomou vulto (SMITH, 1996).

---

<sup>49</sup> “One by one, many of the working class quarters of London have been invaded by the middle classes – upper and lower. Once this process of ‘gentrification’ starts in a district it goes on rapidly until all or most of the original working class occupiers are displaced and the whole social character of the district is changed”. (GLASS, 1964, XVIII, grifo nosso)

<sup>50</sup> Para a compreensão do debate sobre a chamada “volta ao centro”, ver Bidou-Zachariasen (2006).

Nos anos de 1980, quando a volta de classes afluentes às áreas centrais de algumas cidades do capitalismo avançado deixou de ser um fenômeno restrito a episódios isolados, a gentrificação despontou como um tema de grande e crescente repercussão no debate acadêmico. Nas décadas seguintes, esse fenômeno passou a se difundir em grande velocidade em escala mundial. As discussões sobre o tema transcenderam a literatura de língua inglesa e os círculos estritamente acadêmicos, tornando-se cada vez mais um assunto discutido por um público leigo em situações cotidianas.

O geógrafo escocês Neil Smith, que se tornou uma das principais referências no debate teórico sobre a gentrificação, foi um dos primeiros a argumentar que esse fenômeno estaria evoluindo de uma mera anomalia local a uma estratégia urbana global, difundindo-se em ritmo e intensidade desiguais conforme o contexto, mas se manifestando num universo geográfico cada vez mais amplo (SMITH, 1982; 1996; 2002).

As causas da disseminação dos processos de gentrificação tornaram-se objeto de amplo debate teórico a partir dos anos de 1980 (SLATER, 2011). Esse debate polarizou-se em torno de duas correntes explicativas, não necessariamente inconciliáveis, mas que atribuíram ênfase a fatores distintos na tentativa de identificar as forças motrizes desse processo (PEREIRA, 2014). De um lado, as teorias centradas na demanda formularam modelos explicativos que gravitavam em torno de fatores como mudanças culturais e escolhas de consumidores, caracterizando a gentrificação como efeito de uma guinada nos estilos de vida e nas preferências de indivíduos de maior poder aquisitivo, que teriam passado a manifestar um interesse crescente pelos centros urbanos<sup>51</sup>. De outro lado, as teorias centradas na oferta interpretaram a generalização dos processos de gentrificação como parte integrante de um movimento mais amplo de reestruturação do capitalismo, enfatizando os nexos existentes entre esse fenômeno, a ascensão de políticas urbanas de inspiração neoliberal e o processo de globalização financeira<sup>52</sup>. Nessa perspectiva, a volta do capital aos centros urbanos teria exercido um papel-chave na reestruturação econômica que se sucedeu à crise dos anos de 1970, despontando como uma estratégia global.

Diante da crise do regime de acumulação fordista, que tinha a industrialização como principal elemento propulsor, a produção do espaço teria passado a exercer um papel de

---

<sup>51</sup> Para um exemplo de teorias sobre a gentrificação centradas na demanda, ver David Ley (1980; 1986; 2003), Gregory Lipton (1977), Lasca e Spain (1980), entre outros.

<sup>52</sup> Para um exemplo de teorias sobre a gentrificação centradas na oferta, ver Smith (1982; 1996; 2002), Eric Clark (1988), entre outros.

importância crescente como fundamento de estabilização sistêmica da economia mundial. Um dos fatores constitutivos do processo de reestruturação do capitalismo nesse período seria a emergência de um paradigma de planejamento urbano assentado em uma lógica empresarial, na qual a promoção de grandes projetos em áreas ditas estratégicas teria tomado o lugar de um padrão de planejamento urbano de caráter universalista (HARVEY, 1989).

Nesse contexto, as áreas centrais teriam emergido como um foco privilegiado de intervenções urbanísticas de grandes proporções, conectadas às novas estratégias de valorização de um capital que circula em velocidade crescente no espaço mundial em busca de formas rentáveis de investimento. Para Smith (2008, p. 446), a globalização do capital e os processos de gentrificação “se abraçam” mutuamente no capitalismo contemporâneo.

Os rumos tomados pelo urbanismo no contexto atual mostram que as proposições formuladas por Smith e por outros autores para explicar a emergência dos processos de gentrificação haviam de fato lançado luz sobre traços importantes da reestruturação do capitalismo no final do século XX.

Dos anos 1990 em diante, a chamada “volta ao centro” despontou como elemento norteador de políticas e estratégias de desenvolvimento urbano em diversas partes do mundo, passando a figurar mais diretamente como um produto da ação do Estado. Proliferaram-se discursos de teor normativo preconizando o caráter estratégico dos centros urbanos para a performance econômica das cidades<sup>53</sup> e postulando a adoção de uma postura proativa do Estado para o resgate da vitalidade e exploração plena dos potenciais contidos nessas áreas<sup>54</sup>.

---

<sup>53</sup> Como exemplo de construções discursivas que reconhecem os centros urbanos como localidades economicamente estratégicas na conjuntura atual, vale mencionar uma passagem da apresentação feita por François Ascher no evento intitulado “O centro da metrópole – reflexões e propostas para a cidade democrática do século XXI”, promovida pela Associação Viva o Centro, em São Paulo, no ano de 1995. Nas palavras do autor: “As grandes metrópoles defrontam-se cada vez mais diretamente com a concorrência urbana internacional. Elas precisam atrair investimentos internacionais, empresas estrangeiras e mão de obra qualificada. Para tanto, devem dispor de um ou mais centros bem conectados aos sistemas internacionais, capazes de acolher as funções econômicas estratégicas e as atividades comerciais de alto nível. Entretanto, seu centro é geralmente pouco adaptado a essas funções, seja por estar fortemente desqualificado, material e socialmente, seja, ao contrário, por estar asfíxiado por altas densidades e trânsito automobilístico ou, ainda, pelas duas razões ao mesmo tempo. [...] Assim, de uns vinte anos pra cá, as operações de requalificação dos centros das grandes cidades se esforçam para combinar o reforço das funções econômicas estratégicas e dos serviços muito qualificados com as empresas, a presença de zonas comerciais e de lazer e a volta das camadas sociais mais abastadas para as zonas pericentrais (*gentrification*)”. (ASCHER, 2001, p. 62-64)

<sup>54</sup> Nesse sentido, vale mencionar passagens de apresentação do urbanista catalão Jordi Borja no evento “O centro da metrópole – reflexões e propostas para a cidade democrática do século XXI”, promovido pela Associação Viva o Centro, em São Paulo, no ano de 1995. Além de extensa produção acadêmica voltada para a apresentação de diretrizes e estratégias de planejamento e gestão de cidades, Borja notabilizou-se por ter sido uma das lideranças à frente da preparação de Barcelona para os Jogos Olímpicos de 1992, época em que presidiu a

Os primeiros trabalhos que utilizaram o termo gentrificação destacavam fundamentalmente a revalorização experimentada por certos bairros (VAN WEESEP, 1994). Ruth Glass aponta uma passagem simbólica sofrida pelos bairros londrinos, reportando-se às invasões realizadas pela nova “*gentry* urbana” (ou seja, as famílias de classe média) nos espaços do bairro operário, que normalmente ficavam nas áreas limítrofes das áreas urbanas com o espaço rural. Outros termos, como *brownstoning*, empregado em Nova York; *whitepainting*, utilizado em Toronto (PACIONE, 1990), ou *aristocratização*, utilizado por Hardoy e Gutman (1992), também foram utilizados para referir esse processo.

Desde as primeiras ideias de Ruth Glass sobre a gentrificação, em uma conjuntura de pós-Revolução Industrial, quando a cidade aspirava a uma realidade desenvolvimentista, o fenômeno vem sendo estudado junto à dinâmica de produção da cidade e, portanto, tem cercanias conceituais ajustáveis aos diferentes processos de configuração do ambiente urbano.

A ideia de “renascimento urbano” era a expressão de ordem para a salvaguarda dos bairros centrais que se encontravam degradados e ocupados pelas classes populares e imigrantes que não tinham um sentimento de pertinência com o local. Smith (2006, p. 61) destaca a diferença do significado da renovação urbana do pós-guerra, que “encorajou a gentrificação no mercado privado” da qual emerge, neste momento, junto à crescente privatização de terrenos nos bairros centrais e ao aumento do mercado de habitação.

O processo de gentrificação evolui rapidamente em importância e em diversidade, a ponto de fazer parecer pitoresco os simples projetos de reabilitação residencial, verdadeiros paradigmas do processo ocorrido nos anos sessenta e setenta, não somente na paisagem urbana como na literatura sobre teoria urbana (SMITH, 2006, p. 62)

Atualmente, o tema constitui importante foco de debate para investigação e estudos das áreas urbanas, uma vez que se trata de um processo fundamental na reestruturação

---

TUBSA, empresa municipal de urbanização. Identificado como um dos protagonistas da concepção do assim chamado “modelo Barcelona” (VAINER, 2002), Borja tornou-se um dos mais influentes consultores internacionais no campo do planejamento urbano. Em sua fala, destaca o papel do Estado e dos espaços públicos em ações voltadas para a afirmação das centralidades: “A criação e/ou reconversão de centros urbanos pressupõe uma poderosa iniciativa pública (recuperação de áreas obsoletas, atuações infraestruturais de acessibilidade, desapropriações, equipamentos públicos atrativos ou de prestígio etc.) que dinamizam a inversão privada. A geração de centralidades cumpre não somente o objetivo de multiplicar os centros existentes congestionados ou de recuperar para certas funções centrais os antigos centros degradados, mas também colocar como operações destinadas a mudar a escala da cidade, articular e qualificar as periferias urbanas e proporcionar uma imagem de modernidade forte do território. [...] A criação de um conglomerado de atividades do terciário qualificado não produz automaticamente centralidade. Somente a existência de espaços e equipamentos públicos acessíveis, seguros, polivalentes, dotados de qualidade estética e de carga simbólica, quer dizer, culturalmente significativos, produz centralidade.” (BORJA, 2001a, p. 71)

metropolitana contemporânea. Enquanto a suburbanização e o declínio socioeconômico dos centros urbanos foram temas básicos dos estudos nos anos 1950 e 1960, dos anos de 1970 em diante reduziu-se, e inclusive mudou-se, a tendência de perda da população de classe média nos centros das cidades.

Nesse sentido, a gentrificação é um desafio para as teorias tradicionais de localização residencial e estrutura social urbana. Hamnett (1991) cita Burgess e Hoyt, os quais sustentam que as classes mais ricas migram do centro para a periferia e que, raramente, voltam às áreas centrais previamente abandonadas. Cita, ainda, Alonso, autor que, em sua teoria sobre o mercado do solo urbano, afirma que a preferência pela disponibilidade de espaço e pelas baixas densidades são elementos muito mais valorizados que o acesso ao centro urbano. Em última análise, a aparição e o desenvolvimento de gentrificação põem em xeque os modelos sobre as transformações urbanas residenciais baseados em etapas sucessivas, que consideravam a suburbanização, levada a cabo pelas classes médias, como a fase final de uma progressão da cidade pré-industrial até a industrial (HAMNETT, 1991).

Além da manifestação urbana do fenômeno, foi identificado, mais recentemente, um processo similar em áreas rurais: na medida em que as atividades tradicionais do campo perdem intensidade, algumas zonas vão se convertendo em sedes de novas atividades econômicas, basicamente destinadas ao lazer e a sedes de segunda residência. Hamnett (1991) pontua que Spain (1993) afirma que os problemas de gentrificação rural são similares aos de gentrificação urbana, no sentido de que novos habitantes têm maiores facilidades de acesso aos serviços do que os antigos. Philips (1993), em seu trabalho sobre Gower (Reino Unido), também propõe um estudo comparativo entre o processo no mundo rural e no mundo urbano. Friedberger (1996) analisou o fenômeno no Texas. Até o momento, entretanto, o número de estudos sobre o processo em área rurais é muito inferior aos dedicados à versão urbana do fenômeno. Neste trabalho de pesquisa, será discutida somente a gentrificação urbana.

O estudo de gentrificação, desde sua origem, tem sido foco de debate e discussão tanto em relação à delimitação do conceito quanto ao enfoque metodológico de análise. À medida que se aprofunda seu estudo, o conceito é aperfeiçoado, sendo identificadas múltiplas manifestações do processo derivadas das características que ele adquire em cada contexto urbano, segundo as vicissitudes históricas dos bairros afetados.

Profundamente enraizada na dinâmica social e econômica das cidades, a gentrificação é, em grande parte, determinada pelo contexto local, que envolve bairros, agentes e atores urbanos, funções dominantes da cidade e política governamental local (HAMNETT, 1991). A

maioria das descrições e análises publicadas ao longo dos anos mostra que esse é um processo altamente diversificado: pode seguir várias trajetórias; pode transformar total ou parcialmente uma área; é protagonizado por uma ampla lista de agentes, e suas causas e consequências são complexas e difíceis de determinar com clareza. Por tudo isso, a gentrificação tem sido qualificada por muitos autores como um “conceito caótico” (VAN WEESEP, 1994).

A natureza do fenômeno tem sido, e continua sendo, objeto de controvérsia. Entretanto, há que se mencionar as contribuições de diversos autores que demarcaram o conceito e aprofundaram suas características. Nesse sentido, é interessante a visão sistematizada, ampla e crítica de Pacione (1990), quando ele estabelece critérios de delimitação conceitual. Para que a gentrificação ocorra, o autor sustenta que é preciso existir mobilidade espacial de habitantes e que as áreas afetadas não sejam de alto *status* no momento de se reinvestir nelas.

O autor expõe um exemplo clássico do processo esquematizado em três passos sucessivos no tempo:

- a) Um bairro central, ocupado por classes médias, sofre a perda de residentes à medida que estes vão formando famílias e seus rendimentos vão aumentando.
- b) O bairro vai sendo ocupado por população com rendimentos cada vez menores, que vive de aluguel; experimenta-se uma deterioração física do parque imobiliário, já que os ocupantes não podem cobrir os custos de manutenção dos edifícios; os proprietários não investem na melhoria das moradias de seus inquilinos; há uma ocupação excessiva; e as moradias são subdivididas para serem alugadas.
- c) As classes médias voltam a se interessar em viver no centro; reinveste-se nos bairros, deslocam-se os antigos ocupantes e experimenta-se a revitalização socioeconômica.

Van Weesep (1994), que estuda o fenômeno na Holanda, destaca como elemento típico do processo, tal como Pacione, o deslocamento dos grupos populares, afirmando tratar-se do efeito mais notório de gentrificação. Nesse sentido, cabe mencionar o caso da renovação urbana de Paris nos anos de 1970, uma vez que a execução do programa de renovação afetou diferentes áreas degradadas da cidade. Castells (1974) analisou o processo e apontou que as dimensões da renovação eram tanto maiores quanto maior fosse a proporção de classes sociais inferiores alojadas na área em questão. Em compensação, não existia uma relação tão direta entre o grau de deterioração física das moradias e a importância da operação reabilitadora. As

áreas mais afetadas foram, portanto, as que acolhiam trabalhadores imigrados e distintas comunidades étnicas.

Em certas áreas, que apresentavam possibilidades para a construção de moradias de alto nível, próximas aos bairros de negócios em expansão, criaram-se as condições básicas para uma operação que Castells (1974) qualifica como “reconquista urbana”, a fim de obter uma transformação física, social, funcional e simbólica da ocupação do solo. Diante da ameaça de expulsão, do medo da privação de direito à moradia ou do alojamento em moradias sociais, organizou-se um processo de luta contra o programa de renovação. As mobilizações se revestiram de distintas formas, desde reações mais ou menos espontâneas por parte dos afetados até manifestações organizadas, de caráter reivindicativo e político. O resultado das mobilizações, entretanto, não foi exitoso – principalmente por causa da pouca solidez em termos organizacionais.

O deslocamento pode ocorrer sob diversas formas: reabilitação das moradias ocupadas por grupos populares, reclassificadas como residências de alto nível; abandono involuntário do bairro por parte de habitantes com rendimentos limitados (famílias numerosas, anciãos etc.) e que não podem pagar os crescentes impostos sobre a propriedade (fruto da política governamental local); impossibilidade, por parte de jovens emancipados, originários do bairro, de custear suas moradias no local; emigração de residentes pela desaparecimento de instituições sociais, econômicas e religiosas e pela perda de amigos no bairro.

Valorizado de modo distinto pelos autores, esse aspecto do deslocamento constitui, atualmente, um dos grandes temas de debate em relação à gentrificação. Van Weesep (1994), por exemplo, afirma que alguns bairros funcionam durante muito tempo como áreas mistas, nelas convivem pessoas de diversos níveis socioeconômicos, enquanto outros bairros se transformam rápido e completamente, modificando toda a estrutura socioeconômica da área. Diante da questão, se são preferíveis os bairros homogêneos ou heterogêneos em termos socioculturais, Van Weesep (1994) opina que, apesar dos benefícios que os grupos populares possam obter ao conviver com grupos de maior *status* – como compartilhar os mesmos serviços e equipamentos ou ter a possibilidade de trabalhar em serviços destinados ao consumo da população de maiores recursos –, o deslocamento aos subúrbios traz mais benefícios para parte das classes populares do que a permanência no centro. Assim, evitam-se possíveis conflitos sociais derivados do contraste socioeconômico em uma mesma área. Além disso, nos subúrbios existem maiores oportunidades de encontrar moradia, uma vez que o

espaço é maior. Tais argumentos possuem um matiz segregacionista e não propiciam a integração e nem a diversidade em um mesmo espaço urbano.

Essa visão não é compartilhada por outros autores. Pacione (1990) assinala que, paradoxalmente, a economia de mercado castiga os desfavorecidos por meio do desinvestimento, confinando-os aos centros mais ou menos degradados das cidades industriais por seu escasso poder aquisitivo, castigando esse mesmo grupo, nas cidades pós-industriais, por meio do superinvestimento nos centros urbanos. Efetivamente, o processo de gentrificação reduz as possibilidades de se encontrar moradia para as classes inferiores em tais áreas e favorece o seu deslocamento, seja voluntário ou forçado.

Além do deslocamento, outras consequências da gentrificação são percebidas no mercado de moradia: aumento significativo do preço da propriedade renovada e não renovada; redução das taxas de ocupação das moradias (número de habitantes por residência) e da densidade da população; transformação progressiva da modalidade de ocupação por aluguéis pela ocupação por propriedade, possuída por grupos de rendas mais altas que vão transformando a estrutura econômica e física de tais áreas.

Quanto ao papel dos agentes do solo, além de destacar o enorme peso do setor privado – entidades financeiras, promotores de propriedade –, a maioria dos estudos aponta o papel importante e, por vezes decisivo, do setor público, ou seja, dos governos estaduais, regionais ou locais, que facilitam ou promovem diretamente a gentrificação, a fim de renovar os centros das cidades.

Fala-se dos diferentes graus de intervenção do Estado entre um lado e outro do Atlântico: a Europa intervém mais que a América do Norte, já que nesta o mercado livre é o padrão. Tem-se como referência essas duas grandes áreas geográficas pelo fato de que nelas ocorre a maioria dos casos de gentrificação. Entretanto, o maior intervencionismo do Estado na tradição política europeia não determina diferentes tipos de gentrificação, uma vez que pode haver mais diferenças entre cidades europeias do que entre estas e as norte-americanas (VAN WEESEP, 1994; CARPENTER; LEES, 1995).

Os mecanismos de intervenção estatal são diversos: promoção dos bairros ou zonas suscetíveis de experimentar a gentrificação (por exemplo, qualificando-os como “históricos”); oferta de benefícios fiscais para a reabilitação; investimento de fundos públicos na melhoria dos serviços públicos nas áreas selecionadas; intervenções dirigidas aos proprietários para reabilitar ou vender suas propriedades; novo zoneamento e requalificação do solo etc.

Estudos recentes mostram que, em muitos países, a gentrificação reflete como o papel do governo está sendo redefinido em relação às tendências gerais de desregulamentação e privatização de muitas áreas que, tradicionalmente, têm permanecido sob tutela governamental. Esse fenômeno, portanto, mostra as consequências espaciais de complexas transformações sociais, econômicas e culturais.

### **3.4 O Debate Metodológico dentro dos Estudos de Gentrificação**

O termo gentrificação é utilizado por vários autores como Harvey (1992), Featherstone (1995) e Smith (1996) para designar formas de empreendimentos que elegem certos espaços da cidade como centralidades e os transformam em áreas de investimentos públicos e privados. Zukin (1995; 2000) utiliza a mesma expressão para designar a transformação dos significados de uma localidade histórica em um segmento do mercado, considerando a apropriação cultural do espaço a partir do intenso fluxo de capitais que estabelece formas de consumo visual.

Os debates acadêmicos sobre a natureza do fenômeno gentrificação ocorrem desde as primeiras manifestações do processo em 1964 até os dias atuais. No princípio, foram duas as posturas defendidas pelos pioneiros no estudo do tema, uma oposta a outra. Atualmente, tenta-se uma abordagem com visão mais ampla, de modo que foram superados os enfoques reducionistas iniciais, bastante baseados em relações de causa-efeito. As novas visões consideram os fenômenos que intervêm na gentrificação como recíprocos e interatuantes. Não se diferenciam bruscamente as causas e os efeitos: passa-se de uma metodologia de estudo centrada no porquê para outra centrada em como se desenvolve a gentrificação. No mesmo sentido, cabe assinalar que os primeiros estudos abordaram o tema de modo genérico; à medida que se vai aprofundando o conhecimento do fenômeno por meio dos trabalhos sobre cidades concretas, estabelecem-se as características comuns e as peculiaridades locais adquiridas pela gentrificação em cada área analisada.

Sob uma ótica praticamente excludente, as teorias formuladas por dois autores, David Ley e Neil Smith, abriram o debate e contribuíram lançando luz sobre a questão. Suas reflexões ampliaram o panorama e a reflexão, estimulando estudos posteriores aplicados a casos concretos, mediante os quais a discussão se manteve. Ao longo dos anos de 1980, as teorias iniciais desses dois autores foram se flexibilizando, incorporando elementos de posturas defendidas por seus oponentes, mas sem mudar o eixo central de seus pensamentos.

Cabe mencionar que tanto Ley como Smith continuaram publicando trabalhos durante os anos de 1980 e 1990.

Professor de geografia na Universidade da Columbia Britânica (Canadá), o geógrafo David Ley apresentou, na Conferência Anual da Associação de Geógrafos Americanos, celebrada em Nova Orleans, em 1978, o documento “*Inner city resurgence unites societal context*”, no qual assentou as bases de sua teoria, complementada posteriormente. Ele formulou seus postulados fundamentalmente a partir do estudo do processo em Vancouver, Canadá.

A teoria de Ley (1981) confere papel-chave a três fatores: a economia, a política e a cultura. Tradicionalmente, ela é conhecida como uma teoria baseada na demanda, dentro do marco do pós-industrialismo. Segundo sua reflexão, a gentrificação deriva de processos recíprocos de reestruturação econômica, sociocultural e demográfica. Elemento central a se considerar é a transformação da mão de obra na sociedade atual, chamada pós-industrial: relacionados à introdução de tecnologias modernas, postos de trabalho especializado ocupam papel cada vez mais relevante, do mesmo modo que a sociedade tem deixado de ser basicamente produtora de bens para se tornar importante produtora de serviços. Assim, surge uma nova classe social com uma base econômica forte, identificada com frequência com os chamados trabalhadores do colarinho branco ou ativos do setor quaternário (empregados em bancos, companhias de seguros etc.). A procura de moradias por parte destes está limitada espacialmente, já que se sentem atraídos pelas possibilidades da vida urbana e pelas vantagens de se viver no centro das cidades. Relacionada a fatores socioculturais, como a importância do papel do individualismo e a irrupção de novos estilos de vida, que fazem com que uma fração das classes médias se desloque aos centros urbanos, à procura de moradias de tamanho reduzido aumentou nas últimas décadas (BATALLER, 2012).

Em diversas cidades é possível assistir ao surgimento de uma “nova classe social”, constituída por profissionais pertencentes a novos ramos profissionais ligados diretamente às atividades altamente especializadas desenvolvidas nas cidades centrais. Esses indivíduos tendem a preferir os centros para fixar sua moradia, pois essas regiões passam a concentrar capitais simbólicos e intelectuais próprios, além das atividades profissionais desse grupo (LEY, 1981, p. 129).

Ley (1981) também destaca que a sociedade pós-industrial diferencia-se da industrial graças ao papel ativo do governo, que contribui para acelerar o processo aumentando o preço do solo e alimentando as expectativas dos proprietários. Além disso, a política impregna

qualquer discussão ou decisão, já que, atualmente, os interesses dos diferentes grupos envolvidos se enfrentam no campo político. O autor não enfatiza o papel do mercado de terra e da habitação, nem a oferta e a produção de propriedades em áreas suscetíveis à gentrificação. A oferta seguirá à procura de potenciais gentrificadores, cujo poder econômico determinará o deslocamento de moradores com menores rendimentos. Na configuração da paisagem urbana, Hamnett (1991) assinala que tal poder pode, certamente, constituir-se de fator tão importante quanto os padrões culturais de consumo das novas elites.

As críticas a esse enfoque têm consistido basicamente em destacar a não consideração do papel dos agentes do solo (governos, promotores, entidades financeiras) na gentrificação, já que Hamnett considera que a atuação destes deriva da procura de moradias por parte dos potenciais gentrificadores. Segundo o autor, primeiro ocorreria a procura e, em seguida, a intervenção dos agentes do solo, os quais, de imediato, não parecem se adequar às tendências dominantes no processo devido ao papel ativo e direto que desempenham na produção do espaço urbano. Sua atuação não pode ser considerada secundária nem derivada, mas direta e decisiva na maioria dos casos.

Outro grande enfoque conceitual e metodológico é proposto pelo também geógrafo Neil Smith, professor e catedrático de geografia na Rutgers University de New Brunswick (Nova Jersey). A publicação de “*Toward a theory of gentrification: a back to the city movement by capital, not people*”, no *Journal of the American Planning Association* (SMITH, 2005 [1979]) foi, em parte, a resposta ao primeiro trabalho de David Ley em 1978. No marco de uma perspectiva marxista, Smith formulou sua teoria do ponto de vista da oferta de moradias e espaço que podem experimentar a gentrificação, e não à luz da demanda por parte dos ocupantes potenciais. O autor defende que uma teoria sobre a gentrificação precisa contemplar tanto a oferta (a produção) quanto a demanda (o consumo), embora dê prioridade à oferta em sua explicação, de modo que os fatores econômicos são preponderantes em relação aos culturais. Nas referências, encontram-se várias publicações do autor sobre a temática.

O ponto central da tese de Smith é o conceito de *rent-gap*, que é a diferença do potencial de lucros obtidos mediante um uso mais rentável do solo, maior no centro e menor na periferia. No marco do capitalismo, a suburbanização da indústria e da população típicas do século XX colocaram de ponta-cabeça essa graduação, uma vez que o preço do solo nos

velhos centros urbanos desvalorizou-se em relação ao CBD<sup>55</sup> e aos subúrbios. Essa diferença de valor intensificou-se durante as décadas de 1960, 1970 e 1980, em que a suburbanização foi importante. Segundo Smith, nos centros urbanos ocorreu uma barreira econômica e física que impediu novos investimentos nesses espaços. Haveria de se manter os edifícios e os mesmos usos do solo para amortizar o capital neles investidos, fazendo com que a nova urbanização ocorresse preferencialmente nos subúrbios, desvalorizando, assim, o centro das cidades. Foi precisamente o desinvestimento que afetou os centros urbanos e que levou à sua degradação, fato que, por sua vez, possibilitou o posterior reinvestimento. Quando a deterioração de um edifício ou de toda uma área é suficientemente relevante, chega-se ao ponto em que a diferença entre o lucro obtido na exploração do solo e o que se poderia obter potencialmente com um uso ótimo (por meio do investimento) é tão ampla que torna possível a gentrificação.

A gentrificação, portanto, ocorre quando essa diferença, ou *rent-gap*, é suficiente para assegurar lucro econômico. Nesse momento, os agentes do solo aproveitam a ocasião para oferecer moradias reabilitadas para as classes médias nos centros urbanos. Nessa perspectiva, o processo se inicia a partir de decisões e atuações coletivas (escala do bairro ou de um setor dentro de um bairro) das mãos dos agentes urbanos, e não a partir das preferências e decisões em escala individual.

Smith diferencia três tipos básicos de gentrificação: (a) promotores de moradia, que compram uma determinada propriedade, reabilitam-na e a revendem com intenção de lucrar; (b) particulares, que compram uma propriedade e a reabilitam para nela viver; e (c) proprietários, que reabilitam as moradias que possuem com a finalidade de alugá-las.

O enfoque de Smith inscreve-se na chamada teoria do ciclo de vida dos bairros, segundo a qual estes experimentam fases de crescimento, declínio e revitalização ou renovação potenciais. O ciclo de vida é inerente à história dos bairros e desenvolve-se, em termos econômicos, por meio de uma concorrência entre grupos sociais, algo que conduz à diferenciação de comunidades, cuja manifestação material é o preço distinto das moradias.

Essa teoria constitui ponto de referência-chave, inclusive nos estudos mais recentes, seja para defendê-la, ainda que não ao pé da letra, seja para rechaçá-la. Cabe dizer que, ao

---

<sup>55</sup> Central Business District (CBD) ou distrito central de negócios. É o centro financeiro e econômico de uma determinada cidade. Também chamado, em países de língua inglesa, de *downtown* ou *city center*. Não se deve confundir com *inner city*, que é o termo também utilizado para denominação de áreas centrais das cidades, mas o centro decadente e associado à pobreza e à criminalidade.

longo dos anos de 1980, o próprio autor elaborou uma explicação do fenômeno de modo mais global, sem mudar seu próprio enfoque, mas com uma visão que destaca a gentrificação no contexto atual. Smith afirma que, uma vez superado o regime de produção-consumo de massas, que declinou nos anos de 1970 e 1980, passou-se a um regime de produção-consumo diferenciado. Nesse marco, a chave está na diversificação de produtos e mercados cativos. A gentrificação, dessa forma, explica-se pelo desejo de os gentrificadores se distinguirem de outros grupos sociais, isto é, trata-se de uma distinção cultural. Os padrões de consumo desse grupo e a própria gentrificação constituem um traço próprio à classe social que o protagoniza, contribuindo para diferenciá-la da classe trabalhadora e das classes superiores. Assim, segundo “Smith, a gentrificação supõe uma rediferenciação da paisagem cultural, social e econômica” (BATALLER, 2000, p. 10).

As críticas que Smith recebe se concentram essencialmente no fato de que não se formula uma explicação para a gentrificação, mas sim para uma de suas características, uma vez que nem sempre, quando ocorre o *rent-gap*, gentrificar torna-se a melhor opção. Além disso, Smith não explica o processo pelo qual o *rent-gap* é formado (ele pode nascer precisamente da demanda dessas áreas por parte de potenciais gentrificadores). Outras críticas baseiam-se em estudos que mostram como as atuações individuais, as dos gentrificadores, nem sempre são precedidas pela atuação dos agentes do solo, como Smith defende. Esse é o caso de certas áreas de cidades como Londres (HAMNETT, 1991).

Por outro lado, em diversas ocasiões, as colocações do autor são aceitas como parte explicativa do processo, embora tenham sido revisadas. Bourassa (1993), citado por Bataller (2000), argumenta que as teses de Smith não explicam as mudanças de usos do solo experimentadas no marco de gentrificação e nem como os bairros afetados pelo desinvestimento são percebidos em um determinado momento como zonas adequadas para se viver. Recentemente, no entanto, foi publicado um artigo em que se defende o conceito de Smith frente à visão de Bourassa (HAMMEL, 1999). A polêmica, portanto, está na ordem do dia.

A controvérsia que tem caracterizado a conceituação e a abordagem metodológica de gentrificação (chegou-se a afirmar que somente partes do processo foram analisadas, e não o todo), está se relativizando na atualidade, com enfoques mais consensuais que conciliam visões de origem praticamente excludentes, como é o caso do já citado Hamnett. Em geral, as posturas atuais consideram a gentrificação como resultado de uma série de fatores inter-relacionados, sem conceder protagonismo absoluto a nenhum deles, embora alguns autores

inclinem-se por determinados pontos de vista e focalizem mais o estudo dos fatores e dos elementos que crêem ser fundamentais para entender a gentrificação. Tal como mencionado anteriormente, leva-se em conta tanto o atual contexto socioeconômico mundial como o próprio contexto urbano de cada cidade estudada, a fim de estabelecer generalidades e desenvolvimentos particulares. As principais linhas e procedimentos metodológicos de investigação serão tratadas a seguir.

### **3.5 O Processo de Gentrificação**

O termo Processo é “[...] considerado como o conjunto de mecanismos e ações a partir dos quais a estrutura se movimenta, alterando se as suas características.” (CORRÊA R., 2009).

Sobre o emprego do termo gentrificação, Bidou-Zachariasen (2006) assegura que alguns pesquisadores o empregam para descrever um fenômeno limitado a um determinado período e lugar, com a aplicação de poucas variáveis de análise. Outros autores, como Smith (2006) e Hamnett (1991), ponderam a gentrificação como um processo mais abrangente, interligado com processos mais amplos, aludindo em mudanças físicas, econômicas, sociais e culturais.

Para Smith (2006), o nascimento de gentrificação propriamente dito pode ser conferido às cidades pós-guerra do mundo capitalista avançado. Isso tanto pela extensão como pela natureza sistêmica da reconstrução e pela reabilitação dos centros urbanos a partir da década de 1950, após a Segunda Guerra Mundial. Jacobs (2014), ao construir sua tese sobre a autodestruição da diversidade urbana, mesmo não tratando diretamente do tema, faz críticas a situações relacionadas ao processo de gentrificação, afirmando que usos mais rentáveis tendem a se avivar nas localidades, expulsando os tipos de uso menos lucrativos. Quando o interesse por moradia ou trabalho em uma determinada região for maior, causando disputa, aqueles que conseguem se instalar, se estratificam segundo a sua capacidade de fazer frente às despesas, saindo vencedores poucos usos dominantes.

O geógrafo escocês Neil Smith (1999) define o processo de gentrificação como um fenômeno que transforma as dinâmicas espaciais intraurbanas contemporâneas e que se destaca na transformação dos centros urbanos. Tal processo, em primeira e mais simples análise, consiste em uma série de melhorias físicas ou materiais e de mudanças imateriais, econômicas, sociais e culturais que ocorrem em centros urbanos, os quais experimentam uma

apreciável elevação de seu *status*. Ainda no debate sobre gentrificação, Smith (1999) pontua, no entanto, que esse seria um fenômeno ligado essencialmente às chamadas cidades globais, como Nova York, Londres e Tóquio, pois os gentrificadores fariam parte da camada da população de classe média alta, constituída por executivos de empresas multinacionais e por *yuppies*<sup>56</sup>, que necessitariam morar em locais próximos às sedes das grandes empresas, em geral localizadas nas áreas centrais das cidades, e próximos aos locais de atividades de sua vida cotidiana.

Para o autor, no caso das demais cidades, não tão revestidas de importância global, a gentrificação não se apresenta de maneira tão definida, e suas características e sua população invasora seriam distintas do fenômeno descrito originalmente. Nesses lugares haveria, portanto, uma gentrificação com perfil diferenciado, em que os gentrificadores não seriam os *yuppies*, mas uma gama de pessoas em situação transitória (jovens casais, estudantes universitários, profissionais liberais), normalmente de nível educacional elevado. Para essas pessoas, morar no centro é vantajoso por facilidades, como baixos preços de locação, transporte abundante, proximidade com as necessidades práticas da vida cotidiana e instalações de lazer e cultura.

Segundo a proposição de Smith (1999), o processo de gentrificação poderá ser entendido como consequência de processos mais amplos de reestruturação urbana, e novos estudos de caso precisarão ser construídos para uma reconstrução do conceito. Em seus estudos, ele parte do entendimento do geógrafo britânico David Harvey – de que o ambiente físico urbano está em permanente transformação como consequência da dinâmica do processo de acumulação – para propor o novo contexto em que a análise do processo de gentrificação deve ser realizada.

Harvey (2005) relata ainda que a campanha em Paris contra as “torres gigantes”, que trariam aniquilamento à tradicional vizinhança, excitou as grandes manifestações da revolta de 1968.

Smith (1999), em suas obras, empreende extensivas análises sobre o processo de gentrificação nas cidades americanas, concentrando-se geralmente nas proposições de Harvey sobre reestruturação do espaço. A importância desses dois autores para o estudo não é

---

<sup>56</sup> *Yuppies (Young Urban Professional)* é uma expressão inglesa que significa Jovem Profissional Urbano. É um termo usado para se referir a jovens profissionais entre 20 e 40 anos de idade, geralmente de situação financeira intermediária entre a classe média e a classe alta.

fortuita, pois Smith, antigo colaborador de Harvey, teve uma participação importante na elaboração dos capítulos 12 e 13 da obra *The limits to capita*<sup>57</sup>, em que Harvey expõe, pela primeira vez, suas ideias sobre o processo de reestruturação do espaço urbano.

Além dos dois autores supracitados, usar-se-á, também, os escritos de David Ley, cuja contribuição tem sido inestimável para a compreensão do processo de gentrificação na sociedade moderna. O autor analisa o processo a partir das transformações do mercado de trabalho e dos meios de produção. Para ele, o crescimento, em quantidade e importância, dos profissionais administrativos e técnicos especializados, a transição de uma sociedade predominantemente produtora de bens para uma sociedade produtora de serviços e os novos desenvolvimentos tecnológicos têm trazido modificações importantes para a alocação do solo urbano nas cidades.

Para Hamnett (1991), gentrificação é um fenômeno físico, econômico, social ou cultural, que incide não apenas na transformação social, mas também na alteração física do estoque de moradias e na escala de bairros. Representa, enfim, uma transformação econômica sobre os mercados fundiários e imobiliários. Essa combinação de mudanças sociais, físicas e econômicas distingue a gentrificação como processo ou conjunto de processos específicos.

La gentrification est en processus de la transformation de la composition sociale des résidents d'un quartier, plus précisément la substitution de couches moyennes salariées à des couches ouvrières, et un processus de nature distincte, celui de la réhabilitation, de l'appropriation et de l'investissement, par ces couches sociales, d'un stock de logements et de quartiers ouvriers. (HAMNETT, 1991, p. 55)

De acordo com Smith (1979, p. 546),

Gentrification occurs when property depreciation is significant, when the gap (income differentiation) is large enough so that entrepreneurs can acquire structures at low cost, can pay the cost to build and profit from renovation, can also pay the interests on personal and construction loans and can finally sell them as final products in order to get satisfactory returns. Based on this perspective, gentrification is the structural product of land property and real estate markets, which main interest is not people but the production of capital for central areas.

Dessa forma, a gentrificação é uma consequência do movimento de retorno do capital, ou seja, um reinvestimento aos centros urbanos, onde a criação do diferencial de renda havia

---

<sup>57</sup> Obra publicada por Harvey em 1984, traduzida para o português em 2013. Disponível na lista de referências em Harvey (2013).

possibilitado as condições necessárias para que a reabilitação ou a renovação fosse viável economicamente.

Para Swyngedouw (1986), Smith (1991), Harvey (1991; 1992), os fenômenos de gentrificação estão conectados a um quadro muito mais amplo de mudança político-econômica, chamado, nos anos 80, de globalização. Por isso, faz-se necessário abordar a gentrificação pela perspectiva da economia global. Harvey (1992) ressalta a necessidade de se considerar esse processo no quadro de desenvolvimento de um novo regime de acumulação nas economias em mutação.

Bidou-Zachariassen (2006, p. 24) traduz esse processo como “novos pólos de crescimento” que correspondem, frequentemente, “[...] a espaços urbanizados suscetíveis de atrair [camadas altamente qualificadas] em razão da oferta de equipamentos culturais, lazer, consumo e concentração de oportunidades de emprego que eles representam”.

Segundo Florida (2011), as políticas de renovação social e de transformação dos edifícios, colocadas em prática por certas cidades com vistas a atrair para seu centro as elites da ‘classe criativa’ organizam-se por meio da reestruturação da economia capitalista, da concorrência entre cidades e da difusão de novas teorias de desenvolvimento econômico local. Em referência a essas operações recorrentes de novas construções, vem sendo utilizada recentemente a expressão *new-build gentrification*.

Para Smith (2006, p. 75),

[...] esta estratégia urbana global, a generalização de gentrificação neste fim do século XX, conduziu a uma aliança concertada e sistemática do urbanismo público e do capital, privado e público, preenchendo o vazio deixado pelo abandono das políticas urbanas progressistas.

A reestruturação da economia gerou uma nova organização da sociedade, alcançada por meio de novas formas de trabalho e de novos produtos de consumo. Porém, a característica mais marcante dessa revitalização econômica consiste na diferenciação, na personalização. E a gentrificação emerge como um dos conteúdos diferenciadores desse processo no espaço urbano.

Até recentemente, a gentrificação foi tratada pela literatura existente como um fenômeno mundial que envolve, ao menos empiricamente, a revitalização das áreas centrais das cidades por meio da erradicação da classe trabalhadora desses locais e da sua reocupação por camadas de maior renda, fenômeno operante estritamente no mercado habitacional (FURTADO, 2003). É preciso, no entanto, abandonar a ideia de gentrificação como um processo de simples permuta de edificações de população de baixa renda (e outras

edificações) por moradias para população de renda média e alta no centro das cidades. Nossa investigação alinha-se ao entendimento de que a gentrificação necessita ser relacionada a processos mais amplos de reestruturação urbana.

O conceito de gentrificação evidencia, simultaneamente, as dinâmicas de segregação urbana e os desafios de articulação entre transformações urbanas, sociais e estruturação do território. Tal processo, um objeto de discussão familiar às disciplinas de ciências humanas e ciências sociais, foi difundido primeiramente nas cidades norte-americanas e europeias, estendendo-se, atualmente, às grandes cidades do mundo – tome-se, como exemplo, Soho (Nova York) Marais (Paris) e Docklands (Londres).

Nesse sentido, Silva (2006) argumenta existir autores que consideram a gentrificação inevitável em grandes cidades onde os centros antigos permanecem esquecidos pelas classes mais abastadas permitindo com isso o surgimento de atividades mais populares.

No Brasil, a gentrificação vem se expandindo devido à disseminação de empreendedorismo urbano e desenvolvimento local, impulsionando o reinvestimento e consequentemente mudanças físicas e socioeconômicas de regiões da cidade e tem, como atores, agentes públicos e privados. Esse processo foi estudado em diferentes capitais brasileiras: na revitalização do centro de São Paulo (SP) (UCHÔA, 2014); nas obras da zona portuária e no aumento do preço da moradia em bairros no Rio de Janeiro (RJ) (GALIZA, 2015; GUTTERRES, 2016); em Salvador (BA) (NOBRE, 2003); em Porto Alegre (FURTADO, 2003, 2014; GUTTERRES, 2016); e em Recife (PE) (LEITE, 2001), no histórico cais José Estelita, recente alvo de manifestações no intuito de impedir a construção de mais de dez prédios no local.

O contexto atual assinala, ainda, a emergência de uma nova definição de gentrificação, que evolui de um processo pontual e característico das áreas centrais a uma estratégia global articulada para reprodução das dinâmicas capitalistas (MENDES, 2011).

A argumentação básica de nossa pesquisa segue o pensamento de Smith (1996), para quem o conceito de gentrificação possui um coeficiente de poder explicativo mais extenso do que o de reabilitação residencial, comumente utilizado. O autor acredita que é possível estender sua abrangência de modo que possa ser utilizado em outras formações sociais, que não as dos países centrais, para explicar fenômenos urbanos como a periferização e a favelização da classe baixa no Brasil, por exemplo. Para esse uso, no entanto, o significado do conceito deve ser ampliado de maneira que gentrificação seja definida não apenas como um processo de substituição de habitação de baixo custo por habitação de classe média e alta nas

áreas centrais das cidades, mas como um processo de segregação social mais amplo. O problema deste estudo é justamente o de redefinir e ampliar o conceito de gentrificação nesse sentido.

A gentrificação é consequência de um processo permanente de reestruturação urbana, necessário para o crescimento da acumulação de capital, que advém do caráter desigual do desenvolvimento capitalista. É no âmbito desse processo que áreas urbanas deterioradas, geralmente ocupadas por populações pobres, são ocupadas por outros setores da sociedade (camadas média e alta), não apenas para a habitação, mas também para a instalação de outros usos, como comércio, serviço e indústrias, de acordo com as necessidades do processo de expansão e reestruturação urbana capitalista.

Em vários estudos de casos pesquisados, percebe-se que o conceito de gentrificação tem sido utilizado de forma muito restrita, apenas como conotação para o termo "enobrecimento", e, também, para explicar casos de substituição de habitação de baixo custo, assim como de outros tipos de prédios localizados nas áreas urbanas centrais deterioradas, por habitação para as camadas sociais média e alta. Mesmo no final dos anos 1970, essa definição muito particular do conceito de gentrificação *vis-à-vis* redesenvolvimento poderia ter sentido. No entanto, à medida que o processo avançou, ficou cada vez mais aparente que reabilitação residencial é apenas uma das facetas de processos mais profundos de reestruturação econômica, social e espacial que ocorrem nas cidades (FURTADO, 2003).

Smith (2002) e Mendes (2011), em uma leitura claramente marxista, sustentam a gentrificação como um movimento de capital, e não de pessoas. Os autores argumentam que a força motriz do fenômeno foi a crescente diferença entre o valor potencial dos imóveis urbanos e seus valores subjacentes à terra.

Para Authier (2006), o enfoque está na mobilidade da gentrificação, ou melhor, das classes que participam do processo de gentrificação, uma vez que o fenômeno se manifesta primeiramente em certas zonas de extensão limitada e depois atinge todo o conjunto do bairro. É o que o autor pretende demonstrar com o estudo da "revitalização" do bairro de Saint-Georges, que se deu por ondas sucessivas de apropriação pela convivência de diferentes mobilidades, contrariando novamente os esquemas "clássicos" de análise do fenômeno.

A gentrificação da cidade contemporânea, no *Caderno Metrópole* n. 32, de 2014, foi abordada sob múltiplas visões teóricas à luz de realidades diferentes. Nessa publicação, autores como Furtado (2014) e Siqueira (2014b) apresentam uma abordagem conceitual próxima à que se considera neste trabalho, mais adequada para o caso brasileiro.

Siqueira (2014b, p. 395) busca romper com a “[...] definição clássica do conceito, calcada na reversão da suburbanização e valorização de bairros históricos”. Furtado (2003) considera possível identificar duas linhas de pensamento que contribuíram para o desenvolvimento do conceito de gentrificação: a primeira, daqueles que tomam gentrificação como um processo isolado e focalizam suas investigações e discussões no processo, nos mecanismos, nas formas, na importância, na participação de alguns atores e nas suas causas e seus efeitos, mas mantém o conceito de acordo com o seu significado original muito restrito; a segunda, daqueles que, embora desenvolvendo as suas análises em cima do mesmo padrão, tentam, a despeito da abordagem teórica utilizada, compreender o fenômeno como o resultado de um amplo processo de reestruturação urbana, dando assim ao conceito um significado mais amplo e um novo potencial como instrumento de análise.

Com base em Furtado (2003, p. 183), a gentrificação é entendida como

[...] uma das possíveis conseqüências do processo de segregação social derivado de um desenvolvimento capitalista desigual, derivado, que é conseqüência, por sua vez, de um permanente processo de reestruturação urbana necessário à continuidade do processo de acumulação de capital, através do qual áreas urbanas deterioradas, ocupadas pelas camadas sociais de menor renda, são ocupadas por outras camadas sociais de maior renda da sociedade, de acordo com as necessidades da dinâmica capitalista e as conseqüências que ela produz na estrutura de classes da sociedade.

Segundo Savage e Warde (1993), para que ocorra a gentrificação no espaço urbano, é necessário ocorrer uma coincidência de quatro processos:

- a) reorganização da geografia social da cidade, com substituição, nas áreas centrais, de um grupo social por outro, de estatuto mais elevado;
- b) reagrupamento espacial de indivíduos com estilos de vida e características culturais similares;
- c) transformação do ambiente construído e da paisagem urbana, com a criação de novos serviços e de requalificação residencial, que prevê importantes melhorias arquitetônicas;
- d) mudança da ordem fundiária, que, na maioria dos casos, determina a elevação dos valores fundiários e aumento da quota das habitações em propriedade.

Para entender a tese da teoria integrada de gentrificação, Hamnett (1991) lista quatro requisitos necessários para que ela ocorra em uma escala significativa.

- a) oferta de áreas adequadas a essa renovação;
- b) existência de gentrificadores potenciais;

- c) existência de um ambiente central economicamente desvalorizado, porém atraente;
- d) preferência cultural de certos segmentos populacionais e econômicos pela localização do centro da cidade.

As características de gentrificação, segundo Smith (2006), são:

- a) A primeira característica seria a modificação do papel do Estado, que passaria a colocar novas formas de parceria com o capital privado. Assim as políticas urbanas deixariam de ser o guia para o crescimento econômico e passariam a se enquadrar nas regras do mercado.
- b) A segunda característica seria a globalização do capital, que tomaria visibilidade na participação do capital internacional em projetos residenciais, e principalmente em grandes projetos de centros urbanos.
- c) A terceira característica seria o contexto das lutas contra a gentrificação, que teriam desencadeado, segundo o autor, uma cidade revanchista e a técnica de “tolerância zero” que teria sido importada de Nova Iorque para Berlim e São Paulo.
- d) A quarta característica coloca a ampliação do perímetro de ocorrência de gentrificação para além das áreas centrais.

Entendendo que o modelo de difusão é bastante diversificado, podendo ser influenciado pela arquitetura, pela presença de parques e água, como valores ambientais e paisagísticos. Mas principalmente, a gentrificação é adaptada a modelos históricos de investimento e desinvestimento, fazendo com que o processo de gentrificação em cidades com extensão espacial mais recente seja limitada. Com isso, Lees, Slater e Wyly (2008) destacam que a gentrificação de hoje não está mais vinculada apenas às regiões centrais das cidades, sendo considerada a vanguarda do urbanismo neoliberal e associada ao processo de globalização.

Neste estudo, as categorias de análise compreenderão a gentrificação com base nas seguintes características:

- a) existência de um espaço construído que integre uma área central ou pericentral ou com centralidade;
- b) área deteriorada ou com desinvestimento;

- c) intervenções pontuais realizadas de forma espontâneas ou pelo mercado ou pelo Estado, sob um discurso de marketing urbano, com interesse, pelo menos documental, de inclusão de uma “mescla social”;
- d) intervenções ou construções de grandes projetos que tomariam visibilidade na participação do capital internacional;
- e) produção de uma nova imagem para a cidade a partir da valorização e mudança do uso do solo urbano, com geração de melhoramento das habitações já existentes no local para agradar uma classe média;
- f) política de retorno ao centro;
- g) mudança socioeconômica das edificações, principalmente das habitações, com mudança do perfil de moradores e usuários para pessoas de classes mais abastadas (média e alta).

### **3.6 Gentrificação e Centros Urbanos**

Para Bourdieu (2013; 2007), o contexto social é um contexto de luta e de disputa de criação de representação social e da construção de valores; incluso na construção de valores vive um choque cultural e esse choque cultura perpassa pelo econômico. O contexto social como um campo de disputa, tem o processo de gentrificação como uma de suas categorias,, tanto na disputa econômica quanto na disputa cultural e de valores culturais. Para Bourdieu (2003; 2007), toda a ideia concreta nasce primeiro no discurso, no imaginário. O conceito de campo permite compreender o “[...] jogo de linguagem que nele se joga, das coisas materiais e simbólicas em jogo que nele se geram” (BOURDIEU, 2010, p. 69).

Nesse sentido, a luta presente no campo não é para destruir o campo, antes diz respeito às “coisas materiais e simbólicas” que são produzidas. Dessa forma, a luta se constitui como domínio sobre a produção do e no campo. Assim, todo campo se define a partir das tensões e dos conflitos, das regras criadas e transformadas através de uma rede de relações e oposições, onde se “[...] luta pela conservação ou pela transformação do mundo social” (BOURDIEU, 1998, p. 174).

Qualquer que seja o campo, este é sempre um objeto de luta, seja na representação, ou, na realidade. Os centros urbanos, tombados ou não, podem ser notados com uma perspectiva de um campo de disputa (BOURDIEU, 2010) por apropriação entre diferentes grupos sociais, incluindo as classes mais abastadas. Assim sendo, a gentrificação, também pode ser analisada

como a categoria campo de Bourdieu (2003; 2007), ela é um campo de disputa social, econômica e cultural. A gentrificação “cria” uma cidade dentro da própria cidade. E essa criação não é de desenhar uma nova arquitetura, mas sim, gravar um uma tipologia de cidade em uma gleba da cidade. E essa criação implica uma série de fatores, para que se possa criar uma outra subjetividade no lugar, assim a gentrificação pode ser vista como um campo de disputa. E ela pode se relacionar com outra categoria de Bourdieu que se chama *produção da crença*, na qual o autor trabalha com moda, contudo relata o que é belo e o que não é belo, assim, pode-se analogicamente descrever o que é a gentrificação e o que não é gentrificação.

O modo como a gentrificação é entendida no ambiente acadêmico se transformou desde os apontamentos de Glass (em um momento em que a cidade colhia os avanços da revolução industrial e prosseguia em uma atmosfera desenvolvimentista) até a cidade contemporânea. Isso se deve, em grande parte, às mudanças ocorridas na própria dinâmica da cidade como artefato socialmente construído. Tais concepções, ainda que distintas, são complementares. Hammet (2003) reúne as considerações de Ley e Butler em sua reflexão. O primeiro sustenta que o cerne de gentrificação encontra-se na estrutura industrial, quando ocorre uma mudança simultânea na estrutura da classe trabalhadora a qual é substituída por uma gama de profissionais de “colarinho branco”, que tem nas grandes cidades a base de suas finanças, de sua cultura e de seu trabalho. O segundo, Butler, acredita que, devido às mudanças na composição da classe trabalhadora, a “orientação” cultural também se transformaria, resultando em novas preferências e padrões de trabalho de um segmento dessa nova classe média que se predispõe a viver no centro da cidade. Ambos pontuam que a aquisição de terrenos no centro da cidade se aproximava mais de uma característica particular de procura, diferentemente da teoria de Smith, na qual a gentrificação aconteceria em escala maior de relações.

Smith (2002), em uma leitura claramente marxista (MENDES, 2010), sustenta a gentrificação como um movimento de capitais e não de pessoas, argumentando que a força motriz do fenômeno foi a crescente diferença entre o valor potencial dos imóveis urbanos e seus valores subjacentes à terra. Ele resgata as reflexões de Ruth Glass sobre a formulação de gentrificação como processo, no final dos anos 1970, quando a autora cita a invasão de bairros operários londrinos pelas classes média e alta, e a mudança substancial na paisagem urbana desses bairros gerada pelo novo status estabelecido (SMITH, 2006).

Ruth Glass insere a compreensão sobre *gentry* urbana, ou seja, sobre famílias de classe média que transformaram os bairros operários em 1964. Esse conceito logo evoluiria como

paradigma tanto na literatura urbana como fenômeno percebido na cidade em âmbito global (SMITH, 2006). Ainda neste momento histórico, a periferia das cidades começa a receber a burguesia que troca o centro na busca de outra qualidade ambiental, com habitações mais amplas, diferentes das existentes na região central.

No centro das cidades, inicia-se a degradação física por falta de investimentos, na medida em que estes estão voltados às franjas urbanas para receber a classe burguesa. Em um contexto norte-americano, Smith (2006) conclui sobre como esse processo alterou a relevância dos centros urbanos na relação entre mercado privado e Estado.

Vargas e Castilho (2006), com enfoque específico nos centros urbanos, refletem sobre como, historicamente, essas localidades se tornam potenciais veículos de projetos de recuperação e do fenômeno de gentrificação, hoje não apenas como consequência histórica “inesperada”, mas também como estratégia de políticas urbanas. As autoras argumentam que o centro das cidades é o local mais dinâmico da vida urbana e que o seu significado foi diluído historicamente pela expansão urbana e constituição de subcentros, um processo que é discutido na Europa e América desde 1950 e, no Brasil, apenas a partir de 1980. O centro não tem essa definição apenas por sua região geográfica na cidade, mas também por reunir uma grande diversidade de funções congregadas ao significado que lhe é próprio por conta da história da cidade a ele atrelada.

Nesse sentido, a intervenção nos centros urbanos não altera somente o substrato físico, mas também a herança histórica e patrimonial. Vargas e Castilho (2006) realizam uma analogia às razões dos projetos de “intervenção”, relacionando-os com o campo das ciências biológicas: intervenções para recuperação ou manutenção (da vida); intervenções para a reparação de danos causados por acidentes; e intervenções para atender a exigências e/ou padrões estéticos. De fato, se observados os projetos de intervenção urbana, essas três categorias poderiam sintetizar suas intenções. Mas afinal, qual a importância da recuperação de centros históricos?

Grande parte das descrições dos projetos encontra-se relacionada à “valorização” do patrimônio histórico. Contudo, como Smith (2006), Vargas e Castilho (2006) e Mendes (2010) concluem, esses processos claramente se preocupam, muito antes da valorização do patrimônio, com a reutilização dos edifícios na tentativa de dinamizar o comércio, gerar novos empregos e otimizar o uso da infraestrutura para alavancar a microeconomia. Logicamente essas questões importam e são positivas em termos de gestão urbana para a manutenção da cidade, mostrando o aspecto ambivalente de gentrificação (ATKINSON; BRIDGE, 2005). O

questionado pelos autores é que a história, o valor simbólico, a população moradora dessas centralidades, quando não contemplados como os demais fatores citados, resulta na gentrificação como prática negativa nesses espaços.

Como reforçado por Mendes (2010, p. 23), a gentrificação é, por definição, um processo de “filtragem social” da cidade. Desencadeia um processo de recomposição social importante em bairros antigos das cidades, indicando um processo que opera no mercado de habitação, de forma mais vincada e concreta, nas habitações em estado de degradação dos bairros tradicionalmente populares.

### **3.7 Olhares para Possíveis Tipos de Gentrificação: caráter múltiplo e diversidade da gentrificação**

Smith (2015, p. 78 [1979]) relatava que as causas do processo de gentrificação se dividiam em duas categorias: cultural e econômica.

Sobre a categoria cultural, Smith (2015, p. 79 [1979]) relata ainda que “[...] entre los teórico de la revitalización es común la creencia de que gente joven de clase media, normalmente profesionales, há cambiado su estilo de vida”. Conforme alega Lipton, citado por Smith (2015, p. 79 [1979]), “[...] estos cambion han sido lo suficientemente significativos como para ‘disminuir el atractivo relativo de las viviendas unifamiliares suburbanas’” .

Para Smith (2015 [1979]), a tendência desses jovens da classe média de terem uma quantidade menor de filhos ou a opção de não terem filhos, um casamento mais tardio e uma crescente taxa de divórcio, compradores e inquilinos mais jovens estão mudando o sonho de seus pais por um novo sonho definido mais em termos urbanos do que suburbanos, ou seja morar mais próximo ao centro. Outros pesquisadores “[...] hacen hincapié en la búsqueda de comunidades socialmente distintas, que ofrezan entornos favorables para la autoexpresión individual enfatizam a busca por comunidades socialmente distintas que ofereçam ambientes favoráveis à auto-expressão individual” (WINTER, 1978 *apud* SMITH 2015, p. 79 [1979]) enquanto outros até o colocam dentro de uma explicação mais geral. Segundo David Ley (1981) nas “cidades pós-industriais” contemporâneas, os empregos associados aos serviços (colarinhos branco – *white collar*) substituíram os trabalhos manuais no setor produtivo (colarinho azul – *blue collar*), o que levou a uma maior ênfase no consumo e no bem-estar, em cima do trabalho.

Os padrões de consumo chegaram a condicionar as diretrizes de produção “[...] son los valores de consumo en lugar de los de la producción, los que guían las decisiones sobre los

usos del suelo en el centro de la ciudad” (LEY, 1978, p. 11 *apud* SMITH, 2015, p. 79 [1979]).

O ressurgimento e/ou requalificação e/ou restauração das áreas urbanas centrais é um exemplo dessa nova ênfase no consumo.

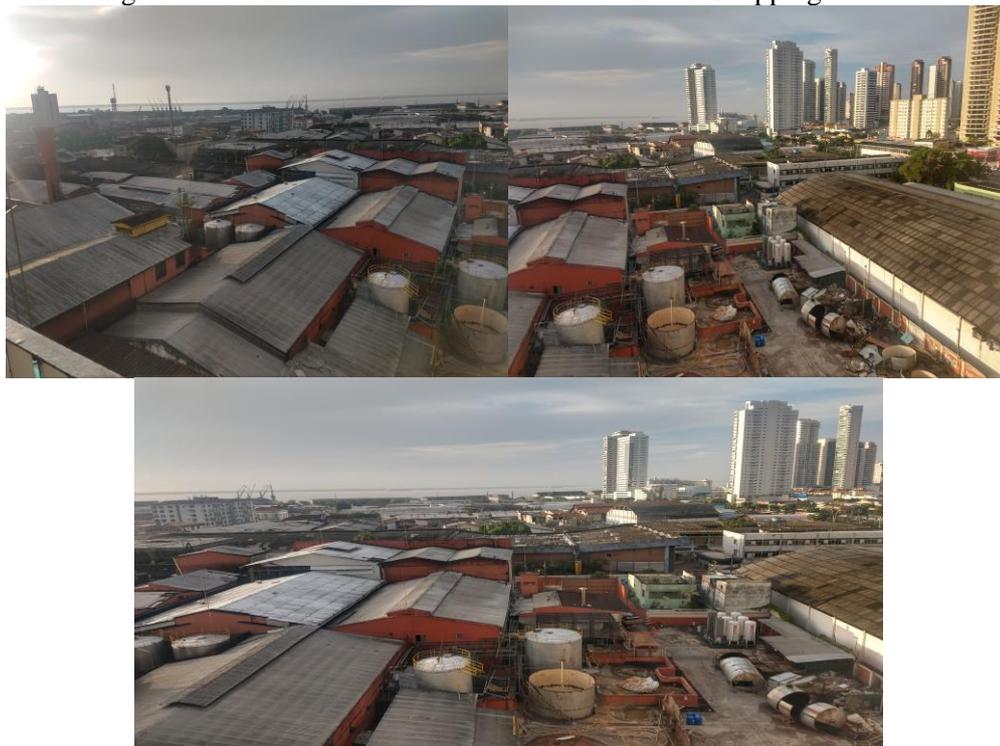
Para a categoria econômica, Smith (2015, p. 80 [1979]) relata que

A medida que el coste de construcción de las nuevas viviendas continúa creciendo y su distancia respecto al centro de la ciudad aumenta, la rehabilitación de edificios em el centro de la ciudad y em barrios periféricos deprimidos comienza a ser vista como económicamente viable. Las propiedades antiguas pero com estructuras sólidas pueden ser compradas y rehabilitadas por un coste menor al de la construcción de una casa similar nueva. Además, muchos investigadores subrayan el elevado coste de los desplazamientos- el mayor coste de gasolina para los coches privados y el encarecimiento de las tarifas del transporte públicos – así como los beneficios económicos de la cercanía al trabajo.

Em Belém, o centro ainda possui muitas edificações em bom estado de conservação que podem passar por reabilitações ou *retrofits*. Ainda há no bairro do Reduto áreas grandes como das antigas fábricas ou galpões que podem passar algum tipo de intervenção para abrigar habitações ou centros de comércio, serviços ou lazer. Contudo, não há o interesse do mercado, nesse momento, em transformar essa área em moradia, seja ela para qual classe social for.

A Figura 24 mostra uma montagem de três fotos, tiradas no dia 18 de janeiro de 2020 com ponto no estacionamento G4 do Shopping Boulevard Belém. Pode-se ter a vista superior da área não verticalizada (baixo Reduto), os edifícios em andares que aparecem são do bairro do Umarizal.

Figura 24 – Montagem de fotos do baixo Reduto – local Piso G4 do Shopping Boulevard



Fonte: Imagens da autora desta tese – data 18 de janeiro de 2020

Para Smith (2015 [1979]), as hipóteses convencionais não são de modo algum mutuamente exclusivas. São frequentemente invocadas juntas e compartilham, em um aspecto fundamental, uma perspectiva comum: enfatizam a preferência do consumidor e as limitações nas quais ele faz sua escolha. Esse “[...] aspecto es compartilhado em el campo más general de la teoría neoclásica sobre el uso del suelo residencial” (ALONSO, 1964; MUTH 1969; MILLS, 1972 *apud* SMITH, 2015 [1979], p. 80). Segundo a teoria neoclássica, a suburbanização é um reflexo de uma preferência pelo espaço e de uma crescente capacidade de pagar por isso, devido à redução das limitações de transporte e outras restrições.

Conforme afirma Smith (2015 [1979]), da mesma forma, a gentrificação é explicada como resultado de uma alteração nas preferências ou uma modificação nas restrições que determinam como essas preferências podem ou podem ser feitas. Portanto, a partir dos meios de comunicação e do campo de pesquisa, o processo é entendido como um “[...] movimento de retorno a la ciudad” (SMITH, 2015 [1979], p. 80).

Smith (2015 [1979]) relata que esse conceito se aplica tanto aos primeiros projetos de gentrificação, como

[...] el de Society Hill en Filadelfia (llevado a cabo com una importante ayuda estatal de acuerdo com una legislación de renovación urbana), como a proyectos posteriores, como el Federal Hill de Baltimore o el Capitol Hill de

Washington (fenómenos principalmente del mercado privado em los años 1970).

Todos eles se tornaram símbolos de uma suposta peregrinação dos subúrbios da classe média e alta<sup>58</sup>.

No entanto, a hipótese generalizada de que os gentrificadores são suburbanos desiludidos permanece não comprovada. Herbert Gans (1968, p. 287) citado por Smith (2015 [1979], p. 81) afirma, já em 1966: “No he visto ningún estudio del número de suburbanitas que han regresado realmente gracias a los proyectos de renovación urbana”. Embora essa declaração tenha sido feita diretamente diante do “Ribicoff Committee on the Crisis of the Cities, el llamamiento de gans pareció caer em oído sordos” (SMITH, 2015 [1979], p. 81). Apenas no findar da década de 1970 começaram estudos desse tipo.

Para Bataller (2012), cabe destacar que, durante a década de 1990, foram iniciadas novas linhas de averiguação que colocam novas variáveis às já mencionadas. “Fundamentalmente, elas consistem em analisar a possível influência do gênero e do ciclo de vida no processo da gentrificação, relacionando-os à classe social.” (BATALLER, 2012, p. 28). A autora afirma que, quanto ao ciclo de vida, leva-se em conta as faixas de idade e as atividades desenvolvidas em cada uma delas: os adultos em idade ativa seriam os protagonistas fundamentais da gentrificação.

Bataller (2012, p. 28) estuda principalmente,

[...] a incorporação da mulher ao mundo do trabalho, ocupando postos para os quais se requer uma formação específica e que são melhor remunerados: as mulheres que se dedicam aos seus lares além da dedicação à profissão preferem viver perto de seus locais de trabalho (que costumam estar nos centros urbanos) para evitar os deslocamentos.

Alguns autores se interessam especialmente pelo tema estudado por Bataller (2012), a saber: Bondi (1991; 1992; 1999); Butler, Hamnett (1994) e Lyons (1996).

O livro de coletâneas de trabalhos organizado por Bidou-Zachariassen (2006), em diálogo com as hipóteses de Neil Smith, verificou uma série de processos em curso em cidades do mundo, assinalando na maioria das vezes um forte papel exercido pelo Estado e a realização de tipos de gentrificação não propriamente residencial, mais demonstrando o consumo e o frequência das classes médias ou altas.

---

<sup>58</sup> O fato de os primeiros projetos precisarem de uma iniciativa importante e de financiamento estatal não impede que eles possam ser explicados em termos de preferência do consumidor.

Conforme dizem Frúgoli e Sklair (2009, p. 121) na coletânea de Bidou-Zachariasen (2006),

[...] tais processos também estariam se reproduzindo, com certas especificidades, em cidades latino-americanas, embora tal afirmação exija mediações, dado que tais cidades remetem a realidades socioculturais distintas do contexto europeu, e são bastante diversificadas entre si. Fixando-nos apenas no contexto urbano brasileiro, tais questões trazem novos desafios. Os trabalhos mais conhecidos que dialogam com o tema da gentrificação no Brasil têm focado intervenções havidas em áreas centrais de cidades nordestinas, como Salvador ou Recife, marcadas por patrimônios históricos revalorizados, através de intervenções coordenadas pelo Estado, voltadas sobretudo ao incremento do lazer, consumo e turismo, envolvendo certo grau de parcerias com agentes privados, e acarretando formas de apropriação social posteriores que indicam certamente novos usos mais elitizados de frequência e consumo, mas que se entrelaçam com distintas ocupações dos espaços públicos por parte das classes populares, várias delas recriadas a partir de tais intervenções (Arantes, 2000; Pinho, 2000; Leite, 2002).

Smith (2006, p. 74), chama a atenção para o fato de

[...] que seria um erro considerar o ‘modelo nova-iorquino’ como uma espécie de paradigma [...] Por ser uma expressão de relações sociais, econômicas e políticas mais amplas, a gentrificação em uma cidade específica irá exprimir as particularidades da constituição de seu espaço urbano.

Acredita-se que a realidade local cidadina se diferencia a partir do capital cultural dos seus usuários, sendo assim, buscar o mesmo processo urbano, com uma realidade urbana distinta seria um erro, de tal modo, o processo de gentrificação precisa ser analisado localmente a partir de analogias, devido possuir feições do processo mais global.

Furtado (2014) cita que não há um padrão único para esclarecer o processo de gentrificação e que o cenário ressaltado nas cidades americanas e europeias não se apõe a outras experiências estudadas, inclusive aos casos brasileiros. Grande parte dos trabalhos busca comprovar, tanto do ponto de vista dos estudos empíricos quanto dos debates teóricos, que há um entendimento generalizado do processo de gentrificação como uma forma de revitalização ou renascimento urbano. Essa perspectiva implica aceitar um certo tipo de decadência secular anterior e, agora, uma reversão dos caminhos até então estabelecidos nas cidades (FURTADO, 2014, p. 343).

O período que Smith (2006) chama de “gentrificação generalizada”, iniciado em 1994, difere dos antecedentes porque mais do que edificações reabilitadas, a gentrificação incidiu também em novas áreas de comércio no centro da cidade com restaurantes, cinemas, torres de escritórios de grandes empresas, museus de grandes fundações e complexos culturais. Assim,

todo um conjunto de amplas alterações no cenário do centro. Bidou-Zachariassen (2006) chamou esse tipo de revitalização de “gentrificação de consumo e convívio”. A gentrificação na última década do século XX não esteve dissociada da transformação da paisagem do emprego, do lazer e do consumo. Nesse sentido, para Smith (2006), o componente residencial não estava mais isolado.

O processo de gentrificação já passou por alguns tipos de adjetivações, um deles é a gentrificação cultural. Vaz e Jacques (2003, p. 133) asseguram que as políticas culturais em colaboração com as políticas urbanas provocam um processo de “gentrificação cultural”, que as autoras definem como

[...] um enobrecimento, ou emburguesamento das atividades culturais urbanas através da criação de equipamentos mediáticos porém elitistas [...] e continuam dizendo que a gentrificação cultural “serve como âncora para o processo de gentrificação urbana.

Para Vaz e Jacques (2003), apesar da padronização das fórmulas de sucesso para as cidades, a cultura é o aspecto da realidade que admite, efetivamente, que possam surgir as diferenças entre o local e o global, e, desse modo, reproduz a identidade local. Assim, Vaz e Jacques (2003, p. 133) dizem que:

A globalização atual de mercados culturais não quer dizer necessariamente uma globalização da cultura, no sentido nobre e completo do termo. Felizmente a humanidade continua sendo uma máquina de produzir diferenças e, se por um lado, a globalização uniformiza os mercados culturais, por outro, ela causa a exclusão de uma grande parte da população mundial desses mercados e, assim, acaba indiretamente fomentando diferenças culturais e identidades próprias localizadas.

Para Trindade Júnior (2018), o modelo desigual de política urbana dá sentido ao que Vaz e Jacques (2006 *apud* TRINDADE JÚNIOR, 2018, p. 74) identificam como “gentrificação cultural”, que,

[...] no caso de Belém, por se fazer presente em espaços pontuais, em vez de tornar mais coeso o velho centro, culmina por fragmentá-lo ainda mais, dada a presença de espaços sofisticados culturalmente visitados e aqueles em que a cultura popular e espontânea passa a ser vista como marginal e indesejável.

Trindade Júnior (2018) concorda com Vaz e Jacques (2006 *apud* TRINDADE JÚNIOR, 2018, p. 74), ao falar de uma “culturalização da cidade”, que

[...] promove espaços desiguais em seu interior. Associada à espetacularização e ao incremento turístico, a funcionalização cultural que preenche espaços requalificados atende notadamente a objetivos econômicos e divide a cidade em “zonas culturais” – requalificadas com equipamentos culturais – e “zonas não culturais” – onde aqueles mesmos equipamentos se fazem ausentes.

Certamente, a gentrificação cultural ajudará a entender o processo que Belém pode estar passando, contudo, o foco desta tese é o estudo da gentrificação voltada não para uma gentrificação residencial, mas sim para uma “gentrificação do consumo” (comercial, turística, de lazer) (VAN CRIEKINGEN, 2006; TRINDADE JÚNIOR, 2018) e “gentrificação de frequência” (MELÉ, 2006; HIERNAUX-NICOLAS, 2006; FRUGÓLI JR. 2006; FRÚGOLI JR.; SKLAIR, 2009; TRINDADE JÚNIOR, 2018), alguns autores chamam de “gentrificação do convívio” (BIDOU-ZACHARIANSEN, 2006; CLAVER, 2006). Aqui será usado o termo *gentrificação de frequência*, contudo, o termo convívio somente será usado para aqueles autores que assim o nomeiam. Lendo alguns trabalhos em inglês e vendo a citação traduzida para português, percebe-se que algumas traduções usam esses dois termos para o mesmo conceito, assim, pode ser que apareçam os dois termos apenas por “erro” de tradução.

A gentrificação de consumo (comercial, turística, de lazer) é entendida a partir de Van Criekingen (2006), quando ele publica o seu trabalho sobre Bruxelas na coletânea de Bidou-Zachariasen (2006). Van Criekingen (2006) tenta esclarecer as diferentes abordagens do processo, qualificou o conceito em dois tipos distintos: gentrificação residencial, que consiste predominantemente na substituição de moradias de baixa renda pela classe média alta impulsionada pelo mercado imobiliário residencial; e a gentrificação do consumo, que é a ocupação dos prédios vazios ou substituição do uso para atividades de lazer, complexos culturais e demais instalações voltadas ao turismo e ao comércio.

Figura 25 – Modelo conceitual de Van Criekingen (2006) com terminologias e teorias



Fonte: Adaptada de Van Criekingen (2006, p. 114)

Bidou-Zachariassen (2006, p. 36) relata na introdução do livro sobre o trabalho de Van Criekingen (2006) que, paralelamente à gentrificação residencial (que ele qualifica de marginal e que ainda está incipiente), se encontra uma gentrificação de consumo e convívio,

[...] por meio da multiplicação de butique, restaurantes, cafés “da moda”, espaços frequentados tanto pelos residentes como pela população de outros bairro e turistas, mas pertencentes às mesmas classe sociais, isto é , às classes médias altas.

Van Criekingen (2006) sugere que o uso do termo gentrificação seja proposto a processos de produção de um espaço abastado e homogêneo a partir de um espaço previamente degradado, habitado ou não. A hipótese do autor apresentada para o caso de Bruxelas é a da gentrificação marginal que caminha em direção a uma gentrificação global. O autor examinou o aumento da segregação espacial da população. Bairros como Saint Gilles, entre o centro degradado e os belos bairros burgueses do sudeste, começaram a ser redescobertos por casais abastados. Os bairros do centro sofreram processos de autorreabilitação e melhoramento realizados pelos próprios habitantes, mas que não alteram as características sociais do bairro.

Van Criekingen (2006) observa a necessidade de se pensar a revitalização dos bairros centrais de uma cidade regional europeia, canadense ou latino-americana, segundo dois níveis de observação: a manifestação das transformações sociais globais na escala local e as características socioespaciais sobre as quais aquelas se desenvolvem. Van Criekingen (2006) aponta que em Bruxelas a gentrificação residencial não envolve os bairros antigos mais degradados e empobrecidos, e a gentrificação propriamente dita se revela muito limitada, reduzida a porções do tecido urbano antigo mais central. Para o autor, diferentemente da concepção de Smith, a demanda por espaços urbanos revitalizados em Bruxelas provém de grupos econômicos e demográficos diversificados, ainda que seus impactos sobre as populações mais pobres seja evidentemente negativos.

Conforme menciona Bidou-Zachariassen (2006, p. 24), os “novos polos de crescimento”, entendidos como áreas passíveis de desenvolver o processo de gentrificação, correspondem, frequentemente, a espaços urbanizados suscetíveis de atrair – em razão da oferta de equipamentos culturais, lazer, consumo e concentração de oportunidades de emprego que eles representam – camadas altamente qualificadas, muito solicitadas por essas novas formas de desenvolvimento nos países primeiramente industrializados, mas também nos países emergentes.

Para Bidou-Zachariassen (2006, p. 24-25)

As grandes aglomerações, ou redes de cidades, são capazes de produzir sobre seu território novas sinergias de desenvolvimento a partir de setores como os serviços (de todo o tipo: bancos, seguros, turismo, etc.), novas tecnologias e produção de bens correspondentes a nichos bem precisos (lazer, cultura, luxo, etc.).

Bidou-Zachariassen (2006, p. 25) alega que vários bairros podem ter passado ou estar passando por esse novo processo de crescimento, a autora relata que essa é a hipótese de vários autores, como Harvey (1991), Lash e Urry (1987), Butler (1979) e Scott e Storper (1989).

De fato, como é explicitado por Swyngedouw e Kesteloot (1989), citado por Bidou-Zachariassen (2006, p. 25), estima-se que

[...] esta reorganização socioeconômica da sociedade em função de um novo regime de acumulação provoca a emergência de um novo modo de vida urbano e novos tipos de consumo. Esta nova ideologia se exprime na individualização da vida social e cultural, mas também na reestruturação do quadro construído. Grosso modo, ela valoriza o patrimônio histórico representado nas edificações dos centros urbanos, mas este é adaptado para ser ocupado por uma nova classe média de residentes.

Sobre a gentrificação de frequência, será apresentado o estudo de Claver (2006), no qual ele pesquisa Barcelona, a cidade que virou referência para o planejamento estratégico. A história da urbanização da cidade conta que, a partir de meados do século XIX, a burguesia de Barcelona preferiu trocar a cidade antiga pelos bairros mais arejados da periferia, assim começou a surgir mobilidade das pessoas saindo desse bairro e indo para bairros ou municípios mais periféricos.

Nos anos de 1950/1960 começou a ocorrer uma ocupação do bairro da Ciutat Vella por imigrantes de regiões mais pobres. Essa atração estava relacionada ao desenvolvimento econômico. Porém, com o passar dos anos, essa área da cidade começou a ser esvaziada. As famílias em ascensão mudaram-se para a periferia. Esse centro antigo conservou “[...] um formigamento de atividades artesanais e comerciais” (BIDOU-ZACHARIANSEN, 2006, p. 40). Se as edificações nesse bairro antigo estavam mal conservadas, o bairro possuía rugosidades de um “[...] forte valor simbólico devido à sua história e seu patrimônio arquitetônico.” (BIDOU-ZACHARIANSEN, 2006, p. 40).

Claver (2006) assegura que o que ocorreu no bairro Ciutat Vella foi um processo de gentrificação, entretanto, diferente dos processos anglo-saxões. A renovação urbana se inicia a partir de uma “regeração” das *inner-cities* pelo poder público local nos anos de 1980. Contudo, o debate sobre a necessidade de intervenção no centro se inicia da pressão dos

movimentos sociais urbanos, que evocavam o ensejo da proximidade dos jogos olímpicos de 1992, com o intuito de trazer investimento econômico para o bairro. Dessa forma, com uma pareceria público/privada, deveria se realojar a população na mesma área, com a perspectiva de manter famílias jovens e atrair a classe média para o local.

Dez anos depois, o bairro mudou completamente, o preço do metro quadrado teve um aumento crescente, o que comprova a mudança da imagem que ocorreu, ainda que não se possa falar em uma gentrificação nos moldes de Ruth Glass, pois houve sim um processo de gentrificação, já que ocorreu a partir do voluntarismo das políticas e não pelas práticas “espontâneas” de famílias de “pioneiros” e, principalmente, porque as famílias de classe média que habitavam o bairro ainda eram poucas (BIDOU-ZACHARIANSEN, 2006).

Claver (2006) relata que, nos anos 1980, o bairro Ciutat Vella foi dividido em três zonas, a primeira zona de comércio moderno e de atividades de serviço financeiro e profissional, uma segunda zona voltada mais para o serviço hoteleiro e uma terceira zona que está pouca ativa em relação ao setor econômico, salvo por algumas atividade artesanais.

Para Claver (2006), o bairro de La Ribera é a área que pode ter traços característicos da gentrificação. “Os moradores se opuseram aos projetos de urbanismo oficial e propuseram formulas alternativas que privilegiaram a qualidade de vida do bairro” (CLAVER, 2006, p. 158). A “regeneração” se apoiou na “especialização econômica”, o que mudou o bairro, o transformou em o bairro da moda em relação ao lazer noturno. Pela manhã, o bairro é conhecido pelos seus “[...] cafés, bares, comércio de artesanatos e escritório de designers”. (CLAVER, 2006, p. 159). Para a autora, não é um comércio de massa, mas sim uma “[...] oferta que combina o consumo de lazer e cultura com um público jovem da classe média.” (CLAVER, 2006, p. 159).

Claver (2006) apresenta a realidade de Casc Antic, um bairro no coração da Ciutat Vella. Um bairro que apresenta duas zonas contíguas com características totalmente diferentes. De um lado, uma área degradada, onde há várias edificações abandonadas, acredita-se que seja devido ao atraso da reabilitação, e, do outro, uma área renovada, com uma boa qualidade de vida.

Nessa área que passou por renovação pode-se ver uma

[...] gentrificação de convívio, no sentido de que a classe média frequenta o bairro renovado para consumir que butiques, cafés, restaurantes galerias, assim como numerosos turistas (pertencentes a classe média). (BIDOU-ZACHARIANSEN, 2006, p. 41)

Assim, Claver (2006) aponta apenas um bairro, chamado La Ribera, que foi gentrificado. Artistas e estudantes haviam investido no lugar tornando-o um bairro da moda, com isso, a autora constata uma gentrificação de frequência, porque as classes médias frequentam o bairro, assim como os turistas. Todavia, o prognóstico é de que, em longo prazo, o valor da terra irá aumentar demasiadamente de modo que para as camadas populares será impossível viver lá.

Apesar de sua ampla transformação, o bairro antigo não sofreu uma gentrificação na acepção de Ruth Glass, visto que as classes médias são pouco numerosas e, segundo Claver (2016), não houve um movimento espontâneo de retorno ao bairro. A regeneração foi conduzida pelo poder local em uma parceria com o setor privado.

As grandes e médias cidades mexicanas são o objeto de análise de Patrice Melé (2006), essas cidades vêm passando há cerca de 20 anos por profundas transformações. Melé (2006) realizou uma pesquisa sobre a ação pública no centro das cidades mexicanas (Puebla, Cidade do México, Guadalajara e Monterrey). Em linhas gerais, essas cidades estavam inscritas em políticas de *revalorização do patrimônio histórico*, mas sofrendo também uma desvalorização física e predial do centro.

As classes abastadas, segundo Melé (2006), haviam se deslocado para os subúrbios inspiradas pelo modelo americano. Com a saída do centro, houve certo declínio social da área e sua degradação. As famílias pobres foram morar em *vecindad*<sup>59</sup> para ocupar os antigos casarões abandonados.

As ruas acolhem o e abrigam um comércio popular com ambulantes e muitas outras atividades. Em uma tentativa de interromper o processo de degradação de uma área que reunia um importante patrimônio arquitetônico, o poder público interveio, delimitou “perímetros de patrimônio cultural”<sup>60</sup> (MELÉ, 2006).

As intervenções públicas ocorreram de formas diferentes, de acordo com Melé (2006, p. 44), mas com as mesmas intenções: “[...] diversificar as atividades do centro, atrair investidores privados, promotores imobiliários, comerciantes ou moradores”. Com essa

---

<sup>59</sup> Imóveis (mansões) antigos, abandonados, entre a metade do século XIX e nos anos de 1940, por famílias abastadas; essas edificações eram subdivididas para que várias famílias mais pobres pudessem habitá-las, em alguns casos, cada casa abrigava uma família. O mesmo termo era usado para aluguéis construídos essencialmente antes dos anos de 1940 (MELÉ, 2006). Seriam edificações nos moldes dos cortiços brasileiros (BIDOU-ZACHARIANSEN, 2006).

<sup>60</sup> O texto não relata, contudo, há fortes indícios, lendo o texto, de que esses perímetros de “patrimônio cultural” são do tipo do tombamento no Brasil.

requalificação, buscava-se impulsionar o retorno dos atores privados ao centro, reciclando-o e mudando a sua imagem.

Não obstante, a “esperada reconquista” (MELE, 2006, p. 45) do centro por investidores imobiliários e comerciais, da mesma forma que por residentes classe média, não se concretizou, segundo o autor, exceto em Puebla. Houve algum investimento de famílias de classe média em edifícios reabilitados no centro, mas não houve um interesse dessas família em mudar para o centro, o interesse era apenas no investimento.

Melé (2006, p. 45) diz que os apartamentos foram “[...] alugados para estudantes e jovens casais atraídos pela nova imagem do centro”. A classe média, no entanto, frequentava o centro, suas novas lojas, restaurantes, museus, etc., mas voltavam para suas casas nas área periféricas da cidade. De acordo com Melé (2006), a noção de gentrificação aplicada às cidades mexicanas permite analisar as relações entre as estratégias residenciais e os processos de valorização e de desvalorização dos centros urbanos.

Por sua vez, Daniel Hiernaux-Nicolas (2006) diz ser possível afirmar que a Cidade do México integra a nova economia mundial devido à expansão do setor de serviços especializados conectados à economia global. A Cidade do México abriga sedes de empresas multinacionais e tem visto crescer o número de profissionais especializados. Esse crescimento significa o emergir de uma classe média do tipo “moderna” composta de profissionais e executivos; esses no sentido anglo-saxônico, cujo o sistema de práticas e valores são aproximados aos seus homólogos dos países com os Produto Interno Bruto (PIB) mais alto.

Conforme afirma Hiernaux-Nicolas (2006), no século XIX, a classe dominante morava em mansões em torno da praça central, com o passar do tempo, esses moradores mudaram para a periferia, para bairros tipo americanos. Para o autor, o centro histórico é povoado pela classe popular formada principalmente por imigrantes. Esse centro recebeu “[...] uma grande quantidade de comércio popular e vendedores ambulantes.” (HIERNAUX-NICOLAS, 2006, p. 46).

A população mais abastada precisa ir cada vez mais longe do antigo centro para conseguir a tranquilidade de uma bairro residencial ou ir para condomínios fechados.

Hiernaux-Nicolas (2006, p. 47) notou que existe uma “[...] procura de novos espaços residenciais em bairro que correspondem aos antigos vilarejos da periferia engolidos pela urbanização como: Coyocan, San Angel e agora Tlalpan, mais ao sul”. Nesses bairros, Hiernaux-Nicolas (2006) analisa uma evolução contemporânea que pode ter uma matriz da

gentrificação. Os artistas e intelectuais já estavam fixando suas moradias nesses bairros nos anos de 1930, dando uma imagem particular.

Para Hiernaux-Nicolas (2006), o reconhecimento da Cidade do México como Patrimônio da Humanidade pela UNESCO, em 1984, foi um grande estímulo para a continuidade da recuperação do centro.

Hiernaux-Nicolas (2006, p. 249) fala do trabalho de Michael Porter (1995), ele se “[...] insurge contra as estratégias tradicionais para o centro histórico, baseadas na ‘assistência social’ e prega um novo modelo de desenvolvimento com base em atividades lucrativas”. Ele relata claramente os centros históricos demonstrando que estes são muito expressivos como espaço competitivos, ele relata, ainda, que são certas as análises de Bourdieu sobre serem vistos “[...] traços nas concepções a competitividades: na falta de capital financeiro, o capital simbólico pode representar um papel importante” (HIERNAUX-NICOLAS, 2006, p. 249). Para Hiernaux-Nicolas (2006, p. 47),

[...] as classes médias com capital cultural apreciam o charme desses antigos vilarejos onde casas tradicionais e pequenos condomínios se misturam harmoniosamente, suas praças “coloniais” e seus novos cafês, restaurantes, galerias e livrarias.

Acredita-se, assim, que a classe média se conscientiza

[...] de que os centros históricos fazem parte desse capital cultural coletivo do qual eles podem se prevalecter na sua luta de posição econômica que é própria do sistema altamente competitivo que o liberalismo impõe em países como o México. (HIERNAUX-NICOLAS, 2006, p. 250)

Nos anos de 1998, conforme diz Hiernaux-Nicolas (2006), promotores privados se lançam na construção de apartamentos de nível médio, contudo, a classe média aproveita para investir, devido ao atrativo do preço, e compra para especular ou alugar, mas não se muda para lá. Isso pode ser visto também no comércio, o autor relata que comerciantes tradicionais buscam se recolocar pensando em melhorar seu *status* e suas condições de vida. Tudo ainda era embrionário, de acordo com Hiernaux-Nicolas (2006, p. 253), “[...] seria muito prematura emitir julgamentos definitivos sobre o sucesso ou fracasso”.

Para Melé (2006, p. 254), o que parece um “sucesso” mais evidente

[...] é a retomada do centro pelas atividades comerciais de serviço e de lazer, entre outras, mas principalmente as culturais, pelo setor privado, pelas universidades e pelo governo da cidade. Os fatos evidenciam casas noturnas para população jovem de renda média-alta foram abertas, mas sua vida muitas vezes é efêmera. Os restaurantes de luxo atraem também uma clientela da classe média, mas eles precisam concorrer com os que se localizam nos centros comerciais ou nos bairros que começam a se especializar nesse ramo, como o bairro Condesa.

Hiernaux-Nicolas (2006) informa que o projeto de revitalização continua e não está distante da gentrificação preconizada pelos atores das políticas públicas urbanas. A gentrificação não é uma guerrinha entre marginais e promotores, mas uma luta por um espaço estratégico reivindicado por numerosos grupos sociais, inclusive os mais ricos.

Intervenções pontuais, financiadas em especial pelo Estado, por meio da promoção de distritos culturais e instalações turísticas, têm promovido uma gentrificação do consumo (FRÚGOLI JR.; SKLAIR, 2009) que é limitada a espaços e períodos específicos, sem transformar drasticamente a paisagem socioeconômica dessas áreas. Frúgoli Jr. (2005, p. 3) usa o termo “gentrificação de frequência e de consumo” .

No que se refere ao Brasil, como Frúgoli Jr. e Sklair (2009, p. 121) sintetizam ao fazerem referência aos estudos de Arantes (2000), Pinho (2000) e Leite (2002):

[...] os trabalhos mais conhecidos que dialogam com o tema da gentrification [...] têm focado intervenções havidas em áreas centrais de cidades nordestinas, como Salvador ou Recife, marcadas por patrimônios históricos revalorizados, através de intervenções coordenadas pelo Estado, voltadas sobretudo ao incremento do lazer, consumo e turismo, envolvendo certo grau de parcerias com agentes privados, e acarretando formas de apropriação social posteriores que indicam certamente novos usos mais elitizados de frequência e consumo, mas que se entrelaçam com distintas ocupações dos espaços públicos por parte das classes populares, várias delas recriadas a partir de tais intervenções.

Leite (2004, p. 20) estuda as alterações na área central de Recife, ele mostra que a questão da gentrificação toca diretamente na “[...] transformação dos significados de uma localidade histórica em um segmento do mercado, considerando a apropriação cultural do espaço a partir do fluxo de capitais”.

Trindade Júnior (2018, p. 72) acredita que isso parece bem com o que vem acontecendo “embrionariamente na realidade belenense”.

Trindade Júnior (2018, p. 72) relata que, em Belém,

[...] além dos turistas, que fazem dos espaços requalificados verdadeiras referências de conhecimento a respeito da cidade, algumas práticas rotineiras protagonizadas por classes médias e abastadas, por meio de seus hábitos e valores de *consumo* e pela proximidade e facilidade de acesso, definem a *frequência*, de forma mais seletiva, dos “espaços públicos” requalificados.

### 3.8 Autores que Estudaram o Processo de Gentrificação na Cidade de Belém

Os cinco autores apresentados a seguir realizaram suas investigações assumindo, como objeto empírico de suas pesquisas, Belém. Por isso, considera-se que seus estudos podem contribuir para a presente pesquisa.

O trabalho de Trindade Júnior (1997) trata da publicação da sua pesquisa de dissertação de mestrado, a qual discute a diversidade do uso do solo mediante o processo de produção do espaço de uma área de baixada na área urbana do município de Belém. O objetivo é a compreensão dos processos de mudanças e de permanência no uso do solo a partir da formação socioeconômica dentro do contexto intraurbano. Embora o autor não desenvolva o conceito de gentrificação, seu trabalho é de grande valia para se compreender os processos urbanos sofridos pela área. Ele analisa os processos de permanência e de mudança do uso do solo na cidade capitalista e utiliza, como base de estudo, o trabalho de Santos (1985).

Quanto aos processos de mudança, Santos (1985 *apud* TRINDADE JÚNIOR, 1997) aborda a mutação ocorrida com base em dois fatores: (1) a necessidade do acúmulo do capital; e (2) a necessidade da reprodução ampliada das classes sociais. Quanto ao processo de permanência, Santos (1985 *apud* TRINDADE JÚNIOR 1997, p. 17) expõe:

A força de permanência do uso do solo na cidade capitalista decorre da existência de uma capital fixo no espaço. As necessidades do acúmulo do capital e de reprodução simples e ampliada das classes sociais materializam, no território, formas espaciais de natureza econômica, jurídico-política e ideológica.

Trindade Júnior (1997) cita também o trabalho de Corrêa R (1989; 1995), que trabalha com a inércia caracterizada como um processo de permanência de certos usos do solo na cidade capitalista. O processo de permanência não consiste exclusivamente na “[...] preservação e manutenção da forma como também de seu conteúdo social, mesmo depois de cessadas as causas que, no passado, justificaram a existência deles” (TRINDADE JÚNIOR, 1997, p. 18).

Nas considerações finais da sua publicação, o autor subdivide sua área de estudo, em sobreposição de tempo e de padrões de organização espacial, em três setores distintos. Corresponde ao primeiro setor, conhecido como “baixo Reduto”, a parte da gleba do objeto empírico que se pretende pesquisar. O objeto corresponde à área mais próxima da baía do Guajará, onde se encontra o porto e a orla contígua a este, bem como área do entorno do Canal do Reduto.

Esse setor destaca-se pela imobilidade geral frente aos demais setores predominando usos que resistem, de certa maneira à assimilação de funções e atividades modernas. [...] Aparecem também atividades do baixo terciário irregularmente distribuídas pelas ruas e formas residenciais deterioradas, onde habita uma população de baixo poder aquisitivo. A parte desse setor situada no bairro do Reduto diferentemente da parte situada no bairro do Umarizal, guarda, de certa maneira, o antigo traçado das ruas. Pelas características de sua paisagem, é tida como um setor decadente e deteriorado, não obstante a importância das rugosidades que revelam uma acumulação de tempos marcados por processos diversos vivenciados pelos dois bairros. (TRINDADE JÚNIOR, 1997, p. 171)

Trindade Júnior (1997) descreve, na perspectiva da lógica apresentada em seu trabalho, a sua visão do que poderia vir a acontecer nesse local após a inauguração dos projetos que já se encontravam em estudo e em iminente início de obra, principalmente o projeto de intervenção de revitalização portuária: “[...] apresenta uma valorização do espaço em potencial, principalmente se forem realizadas as obras de renovação urbana que lhes são previstas” (TRINDADE JÚNIOR, 1997, p. 171).

Não se pode deixar de assinalar que o trabalho desse autor foi publicado há 20 anos e que o local, atualmente, não se apresenta tão distinto do que ele descreve. Ressalta-se que, na época de sua pesquisa, a área não possuía a chancela de entorno de bem tombado.

A dissertação de Amaral (2005) debate as concepções e as práticas de planejamento e da gestão urbana na orla fluvial de Belém. Seu objeto empírico de análise são as intervenções realizadas nessa área pelo Governo do Estado do Pará (Complexo Estação das Docas e Núcleo Histórico Feliz Lusitânia) e pela Prefeitura Municipal de Belém (Complexo Ver-o-Peso e Projeto Ver-o-Rio).

Amaral (2005) explica como a gestão e o planejamento urbano se apresentam historicamente em Belém. Para tanto, faz uso das contribuições de Villaça (2002), autor que produziu uma periodização para o planejamento urbano no Brasil; e de Corrêa A. (1989), que buscou fazer o mesmo que Villaça, porém aplicado a Belém.

1º antecedentes do planejamento ou intervenções urbanas difusas, que se referiu àquelas intervenções esparsas realizadas sem um planejamento e que buscava solucionar problemas de caráter imediatistas; 2º melhoramentos e embelezamentos urbanos elitistas, que corresponde em grande medida ao período em que Antônio Lemos esteve no poder e ao aparecimento do planejamento urbano da cidade, que teve muita influência na produção do espaço na orla, basta citar a construção do porto da cidade, do necrotério, do boulevard da República, entre tantas outras obras desse período; 3º planejamento compreensivo e funcionalidade urbana, refere-se ao momento em que entra em cena os grandes planos funcionalistas para a cidade, são planos diretores construídos por alguns técnicos/especialistas que, muitas vezes não tem nenhuma relação com o cotidiano da cidade, e que elaboram um discurso ideológico para cidade que são engavetados. Na orla de Belém

esses planos se manifestaram através da intensificação de sua privatização e pelas obras de saneamento que permitiram a ocupação da área, por exemplo, o dique da Estrada Nova; 4º planejamento e políticas urbanas emergentes, refere-se ao atual contexto em que a gestão é desafiada a enfrentar os problemas e desafios oriundos do processo de globalização através da competitividade por investimentos e demandas solventes. Na orla de Belém, este período é representado pelas intervenções urbanas voltadas para o lazer e o turismo, a exemplo da Estação das Docas, do Ver-o-Rio, do Feliz Lusitânia, entre tantas outras. (AMARAL, 2005, p. 219-220)

Segundo Amaral (2005), o governo do Estado do Pará adota o modelo de gestão urbana subjacente à proposta de intervenção da Estação das Docas. Segue uma “[...] orientação precisamente afinada com a gestão estratégica de cidades, posto que a maioria dos elementos desse modelo de gestão se mostram presentes nos dos projetos de intervenção urbana analisados” (AMARAL, 2005, p. 220).

De outro ponto de vista, pode-se

[...] observar que alguns elementos caracterizadores – ausência de interdisciplinaridade, presença de um modelo apriorístico, acentuado grau de pseudoparticipação etc. – do modelo tecnocrático de gestão continuam a existir de forma residual. (AMARAL, 2005, p. 220)

Relativamente ao Complexo do Ver-o-Peso, a Prefeitura de Belém segue o modelo de planejamento e gestão participativo, com uma

[...] tendência à perspectiva autonomista, pois apresenta uma grande abertura para com a participação popular e procura não legitimar a sociedade capitalista, buscando mecanismos para a sua transformação, a exemplo do Congresso da Cidade. (AMARAL, 2005, p. 221)

No que concerne ao “[...] grau de interdisciplinaridade, acaba, de forma muito residual, guardando um elemento da tendência tecnocrática, a presença de poucos profissionais que não sejam da área técnica da arquitetura e do urbanismo.” (AMARAL, 2005, p. 222).

Em conclusão, o autor expõe:

Apesar de marcada por uma forte tendência maniqueísta, a leitura de Santos (2002) permite que se verifique de maneira clara a diferença que existe entre as duas formas de gestão e planejamento urbanos, estratégico e participativo, ainda que não consiga mostrar que entre elas também existem algumas semelhanças, principalmente, quando se analisa sua visão sobre a face ribeirinha da cidade, que acaba sendo fortemente marcada por uma visão de que esses espaços deixaram de existir e que precisam ser resgatados por uma concepção muito mais de contemplação e de marketing urbano, do que efetivamente de uso. (AMARAL, 2005, p. 224)

Lima (2011), em sua dissertação de mestrado, analisa as mudanças sociais e espaciais ocorridas em Belém em decorrência do uso dos bondes, no período de 1869 a 1947. É importante salientar que o autor analisa o processo em um período da história (1869 a 1947)

em que o termo gentrificação ainda não existia. Sua análise incide sobre a dinâmica de produção do espaço de Belém à época dos bondes. Ele afirma que, de caráter autoritário e excludente, o processo de urbanificação<sup>61</sup> de Belém foi seguido de um processo de gentrificação que compeliu para os subúrbios os grupos sociais que tradicionalmente ocupavam as áreas centrais da cidade.

Nesse contexto, sobrevivem as estratégias de dominação dos grupos hegemônicos, que se estabelecem nas áreas centrais, e as estratégias e resistência da população pobre que, por meio de suas práticas cotidianas, subvertem o padrão de ordem e de “moralidade” instituídas. Assim, Belém surge, na aurora do século XX, como uma cidade territorializada, na qual o bonde apresenta-se como conector desses territórios.

Lima (2011, p. 224) explica que o processo ocorrido define-se “[...] como uma anomalia local do mercado imobiliário de uma determinada cidade para se desenvolver como um componente residencial específico de um quadro de reformulação econômica, social e política deste espaço urbano”.

Em sua abordagem acerca do processo de gentrificação, Lima (2011) trabalha com os seguintes autores: Bidou-Zachariasen (2006), Leite (2004), Smith (1996) e Sarges (2002). Ele afirma que, em Belém, o fenômeno de gentrificação foi fortemente influenciado pela prática de políticas públicas de caráter notadamente elitista, preconceituoso e fortemente excludente, intensificadas durante a administração de Lemos na Intendência Municipal – 1897 a 1911 (LIMA, 2011).

Sarges (2002, p. 97) comenta que “[...] o aburguesamento da cidade transformou os bairros centrais, como Campina, Nazaré, Umarizal e Batista Campos, em espaços urbanizados suscetíveis de atrair estratos sociais de maior poder aquisitivo, em razão direta de sua oferta de serviços urbanos” – água, luz e transporte, equipamentos culturais, de consumo, lazer e oportunidades de emprego que eles representavam.

Em seu texto, Lima (2011) não trata diretamente da mudança de habitações, mas relata que, no final de século XIX, houve mudança no *status* da população central.

As práticas e costumes da “parcela simples da população” diversas vezes foram alvo de preocupação do Intendente Antônio Lemos. Em relatório

---

<sup>61</sup> “[...] a concretização das medidas apontadas pelo planejamento (urbanismo), ou seja, dotar áreas da cidade de rede de abastecimento de água, esgoto, eletrificação, pavimentação, transporte urbano, assim como zonestar a cidade segundo usos específicos do solo, limitar o adensamento populacional ou direcioná-lo para determinadas regiões na cidade, dão origem ao fenômeno denominado ‘urbanificação’” (LIMA, 2011, p. 40)

apresentado aos “vogais da comuna”, relativo aos primeiros anos de sua administração – 1897 a 1902 – o Intendente refere-se a esta população “pobre” e “pouco ilustrada”, que além de poluir visualmente a cidade com suas barracas, também causavam incômodo às elites com sua rotina diária de trabalho: eram as vendedoras e vendilhões com seus tabuleiros de madeira na cabeça, os garapeiros, os moleques de recado de pé no chão, os gazeteiros. (LIMA, 2011, p. 232)

Os “[...] contrastes socioespaciais entre os territórios de uma Belém gentrificada tornam-se mais evidente através de outra narrativa coletada [...]” por Rodrigues (2010, p. 74 *apud* LIMA, 2011, p. 261), por meio da qual a Sra. Terezinha de Jesus Monfredo Silva, moradora do Umarizal, descreve o aspecto das ruas e de algumas casas do bairro.

Contíguo ao bairro de Nazaré e ao Reduto, o Umarizal inicialmente era

[...] o típico aglomerado humano, popular e proletário de antigamente, onde os indivíduos negros e forros habitavam mais ou menos segregados. Tal era a abundância de negros ou seus descendentes mestiços naquela zona de Belém, que se prolongava até o Bairro de São João do Bruno e se canalizava, além, pela estrada da Pedreira acima. À medida que o bairro se urbanizou e aburguesou, a população negra foi sendo expelida dali e se adensando na Pedreira. (SILVA, 2005, *apud* LIMA, 2011, p. 225)

Em conclusão, Lima (2011) ressalta que os bondes alteraram as percepções do binômio espaço-tempo de seus usuários, reproduziram as diferenças existentes entre os grupos sociais, proporcionaram novas formas de sociabilidade, fomentaram o crescimento da cidade e promoveram a conexão entre os territórios de uma Belém gentrificada.

O autor não analisa o processo de gentrificação. Ele parte do pressuposto de que Belém gentrificou e concentra seu recorte apenas na mudança do *status*, analisando as mudanças urbanas. E, como já visto, esse processo situa-se muito além dessa mudança.

Em sua dissertação de mestrado, Silva (2014) realiza uma pesquisa acerca de um projeto de intervenção urbana na parte sul da orla fluvial de Belém, projeto administrado pela Prefeitura Municipal de Belém (PMB) e denominado Portal da Amazônia. A abordagem considera a resistência popular dos atingidos pelo projeto, os quais reivindicam a permanência de seus espaços e modos de vida. É, portanto, uma abordagem sobre uma situação de conflito urbano, causada pela intenção de enobrecer ou “gentrificar” um espaço urbano de uso popular, que implica a remoção dos moradores da Estrada Nova (atual Bernardo Sayão) e usuários do Porto da Palha e do Porto do Açáí.

O autor estuda a resistência popular nas feiras e portos públicos da Estrada Nova, atual Avenida Bernardo Sayão. Para ele, o Portal da Amazônia é desenvolvido como um componente de um projeto maior, de saneamento urbano, denominado Programa de Recuperação Urbana e Ambiental da Bacia Hidrográfica da Estrada Nova de Belém

(PROMABEN), interpretado como um processo de valorização do espaço urbano da orla, semelhante a muitos outros ocorridos em várias cidades do mundo, enquadrados no conceito de gentrificação.

Em seu percurso investigativo e com o objetivo de abordar a gentrificação, Silva (2014) trabalha com os seguintes autores: Glass (1964), Smith (2007), Leite (2002) e Arantes (2000). E, a fim de especificar o caso de Belém na realidade mundial do planejamento urbano, ele analisa antropologicamente outros estudos de caso com base em uma abordagem comparativa, lançando mão, para isso, de Londres (GLASS, 1964), Nova York (SMITH, 2006) e Paris (LEITE, 2002). Ele afirma que

[...] efetivamente, em Belém o verdadeiro sentido de gentrificação/enobrecimento é construir as condições necessárias para permitir o avanço do mercado imobiliário e turístico sobre áreas de intensos usos populares, situadas às margens do rio Guamá. (SILVA, 2014, p. 158)

Silva (2014) parte do pressuposto de que sua área de estudo já se encontrava gentrificada no momento de sua pesquisa. Faz-se, aqui, algumas observações: a área passou por mudanças físicas a partir da intervenção urbana; tornou-se ponto turístico e de lazer para a população e visitantes, porém não se percebe mudança de tipologia construtiva, nem mudança socioeconômica dos moradores. O autor relata, acerca de projetos para prédio de médio e de alto padrão, não haver, até o momento, nenhuma obra iniciada com essas características. Deixa-se, então, sublinhado que o intuito do autor não era estudar a gentrificação, mas sim a resistência popular.

Lima (2015), em sua dissertação de mestrado, investiga como os diferentes agentes que atuam no mercado imobiliário na cidade de Belém percebem e avaliam a importância da preservação do Centro Histórico Tombado de Belém (CHTB) e da legislação urbanística a ela relacionada, procurando identificar de que maneira essa legislação interfere em suas ações no centro; ela aborda a percepção dos agentes do mercado imobiliário no CHTB sobre a degradação, a necessidade de preservação e a legislação urbanística existente para esse fim.

A autora utilizou os dados da pesquisa “Funcionamento do Mercado Imobiliário em Centros Históricos de Cidades Brasileiras (MICH)”, além de outras fontes em documentos oficiais e entrevistas semiestruturadas com os agentes que atuam, direta e indiretamente, no mercado imobiliário em Belém – proprietário imobiliário, incorporador, construtor, corretor, financiador, usuário (morador), associações protetoras do patrimônio e o Estado. Sua pesquisa demonstra que todos os agentes consideram importantes a preservação do CHTB e a existência de legislação para tal, embora haja divergências em relação à condução da questão

da preservação pelo Poder Público e à eficácia dos instrumentos legais aplicados. Ela recomenda o estabelecimento de um pacto pela preservação, firmado entre o Poder Público, os agentes que atuam no mercado imobiliário e os demais agentes sociais para que, com base nesse pacto, se proceda a adequações e regulamentações na legislação.

Em suas considerações finais, Lima (2015) relata que a legislação urbanística aplicada no CHTB, em um primeiro momento, favoreceu a verticalização, pois era vista como um progresso para a época. E que, em um momento seguinte, propiciou a preservação patrimonial com o tombamento do local e a regulamentação específica da lei, que restringiu o processo de demolição de imóveis de significativo valor histórico e disciplinou a construção, o uso e a ocupação do solo nesse espaço. Ressalta-se, no entanto, que a legislação, até o presente, mostra-se insuficiente para fazer frente à degradação, conforme apontaram os agentes do mercado imobiliário e os dados oriundos do levantamento da Pesquisa MICH, haja vista o grande número de imóveis vazios e em precário estado de conservação. Ela ressalta que,

De um modo geral, os agentes que atuam diretamente no mercado imobiliário, externaram descontentamento com o estado de conservação do local, considerando-o ruim, responsabilizando, principalmente, o Poder Público, pela pouca atuação na gestão e manutenção dos espaços públicos. Contudo, para o proprietário, a moradora e a corretora, o estado de conservação dos imóveis pouco interfere nas transações e nos preços praticados no mercado imobiliário; para eles, a localização conta mais nas transações imobiliárias, sobretudo para os que procuram imóveis para o uso comercial. Entretanto, quanto ao uso residencial, o estado de conservação é importante, justamente pelo fato de se buscar o valor de uso desses imóveis pelos moradores. (LIMA, 2015, p. 158)

A autora não trabalha com o termo gentrificação, porém seu trabalho é de fundamental importância, uma vez que traz dados sobre a atuação dos agentes do mercado imobiliário no CHTB, além de um arcabouço das legislações, principalmente as patrimoniais, vigentes no local. A autora estuda o CHTB e não a sua área de entorno, que é o objeto empírico deste trabalho.

Mais recentemente, Trindade Júnior (2018) publicou um estudo sobre o bairro do Umarizal. Nesse trabalho, Trindade Júnior (2018) relata que em Belém não ocorre a gentrificação descrita por Smith (2006) para as cidades dos países centrais

[...] em que as áreas renovadas pressupõem, além da restauração de antigas estruturas, a saída de classes de inferior status social e que tendem a ser substituídas por estratos sociais de mais alto poder aquisitivo. Isso não significa dizer, todavia, que o caráter classista do processo referenciado por aquele autor não se faça presente no caso belenense. (TRINDADE JÚNIOR, 2018, p. 72)

Para Trindade Júnior (2018, p. 72)

Há um novo significado atribuído aos lugares requalificados que nega a presença de seus antigos frequentadores ou daqueles que circulam em seu entorno. Em contraponto, abrem-se nesses espaços possibilidades de apropriação cultural ou voltada ao lazer em forma de consumo induzidos a partir de interesses diretamente ligados, não apenas, mas principalmente, a comportamentos e valores de uma classe média local e aos turistas que visitam e frequentam, com certa regularidade, esses lugares.

O autor fala sobre consumir e frequentar os espaços requalificados em Belém: São José Liberto<sup>62</sup>, Feliz Luziânia<sup>63</sup>, em especial a igreja de Santo Alexandre<sup>64</sup>, Parque Naturalístico Mangal das Garças<sup>65</sup> e Estação das Docas<sup>66</sup>. Esses espaços passaram por requalificação, restauração, revitalização, renovação, reabilitação<sup>67</sup>, ou seja, por algum tipo de intervenção urbana e/ou arquitetônica com investimento público e, alguns casos, público e privado.

Conforme alega Trindade Júnior (2018, p. 72), nos casos mencionados,

[...] as transformações que causaram pontualmente a determinadas frações do CHB e o sentido de enclave que possuem nos espaços onde se localizam, muitas vezes desarticulados e sem grandes interações com o entorno imediato, reafirmam a ideia de seletividade cultural mencionada. Trata-se de espaços que definiram novos fluxos pontuais para o núcleo central da cidade, dada a regularidade de frequência por parte de um público – turistas ou moradores locais –, que a eles se dirigem, mas que, de fato, não interagem com o centro histórico na sua totalidade.

---

<sup>62</sup> “Edificação que já fora convento, olaria, hospital e, por último, cadeia pública, hoje desativada e transformada em polo joalheiro e em centro turístico e cultural”. (TRINDADE JÚNIOR, 2018, p. 61)

<sup>63</sup> “Acervo formado pelo Forte do Castelo (símbolo da fundação da cidade) e por um conjunto arquitetônico adjacente, que foram requalificados e refuncionalizados para fins turísticos e culturais”. (TRINDADE JÚNIOR, 2018, p. 61)

<sup>64</sup> “[...] integrante do ‘Feliz Lusitânia’, onde são também realizados, com certa regularidade, casamentos da elite belenense ou de sua classe média, que podem pagar caro para a realização de eventos dessa natureza”. (TRINDADE JÚNIOR, 2018, p. 73)

<sup>65</sup> “Grande vazio urbano na área central transformado em parque à beira-rio com elementos da flora e da fauna amazônica combinados com outros que remetem ao patrimônio arquitetônico e cultural da cidade.” (TRINDADE JÚNIOR, 2018, p. 61). “No Parque Naturalístico “Mangal das Garças”, por seu turno, a frequência dessas mesmas classes acontece para usufruir do restaurante de alta qualidade que ali foi instalado e para reafirmar uma outra função que, cada vez mais, faz-se presente no interior desse espaço público. Trata-se da presença de famílias, casais, turmas de formaturas, aniversariantes e modelos que escolhem aquele espaço para servir de cenários para fotografias que irão compor books profissionais ou de datas e eventos importantes e/ou comemorativos”. (TRINDADE JÚNIOR, 2018, p. 73)

<sup>66</sup> “Antigos galpões da área portuária, frutos da época áurea da borracha, transformados em um espaço *waterfront*, voltado para o turismo e o lazer.” (TRINDADE JÚNIOR, 2018, p. 61). “Situação semelhante se constata em relação à “Estação das Docas”, que apesar de possuir espaços culturais que servem de atrativos para esses mesmos estratos sociais, tem seu dinamismo atribuído especialmente pela frequência a bares e restaurantes de médio e alto padrão nela instalados, servindo também de espaço de contemplação e de uso cenográfico.” (TRINDADE JÚNIOR, 2018, p. 73).

<sup>67</sup> Requalificação, restauração, revitalização, renovação, reabilitação, cada termo é diferente conceitualmente em relação à gleba urbana ou arquitetônica, contudo chamamos todos de intervenções quando acontecem na cidade.

### 3.9 O Adjetivar Conceitualmente

Um dos objetivos deste trabalho é adjetivar a gentrificação dentro da vivência brasileira com foco na realidade de Belém, dentro do bairro do Reduto. **Adjetivar** é tomar posse de um substantivo e dar a ele qualidades que possam ser classificadas. Adjetivar algo é atribuir qualidade em função de outro conceito da mesma categoria. Não é algo ilusório, mas sim de abancar parâmetros que qualifiquem esse processo e que não foram utilizados para o reconhecimento dele anteriormente, contudo há a oportunidade de serem reconhecidos como desta categoria dentro do contexto que se encontram. Para adjetivar há necessidade de se pegar um ponto de referência e, neste trabalho, será o conceito do processo de gentrificação dentro dos pensamento de Smith (2006).

O escritor pode apelar ao adjetivo para qualificar a realidade que descreve. Os adjetivos qualificativos expressam qualidades e trazem um valor significativo para o texto.

Lencioni (2008, p. 110) relata que “Todo conceito serve para se compreender a essência dos objetos, dos fenômenos, das leis e, nesse sentido, se constitui num instrumento de conhecimento e pesquisa”.

A autora não trabalha com o conceito de gentrificação, contudo nos alerta trazendo sete observações sobre o pensamento de conceito. Ela ressalta que o conceito não é algo engessado que, após sua postulação, não possa ter mudanças, antagonicamente, o conceito está sempre em movimento e é uma forma de reflexo dos objetos, quer dizer, não há uma identidade entre o conceito e o real, pois nenhum conceito é capaz de conter em si toda a riqueza do real.

Lencioni (2008, p. 111-112) trabalha com o pensamento de que:

O conceito se modifica, se altera se renova. Para indicar que o conceito tem movimento e evolui, alguns autores usam mais o termo ‘noção’ do que o próprio termo ‘conceito’, a indicar sua fluidez. O conceito tem movimento e por isso, um conceito construído numa determinada época pode se alterar. Na medida em que o conceito é um reflexo do real e esse real está em permanente mudança, é lógico que ele também se modifique.

Alguns conceitos podem, inclusive, derivar de outros conceitos. Esse é o caso do conceito atual de metrópole, que tem relação com o conceito de metrópole da antiguidade clássica, mas que é diferente desse. Qualquer conceito tem, portanto, sua história. Conceitos novos são também formulados. Um exemplo é o conceito de informática. Esse conceito está vinculado ao ramo do conhecimento dedicado ao tratamento da informação mediante o uso de computadores e demais dispositivos de processamento de dados e teve sua origem nos anos 60 do século XX, quando se iniciou o desenvolvimento de computadores. Os conceitos são, por tanto, concebidos e renovados.

Não se tem como finalidade reconceituar o processo de gentrificação, contudo percebe-se a necessidade de adjetivá-lo para que se possa bispar as características peculiares das formas como esse processo aparece nas diferentes realidades globais para o local. O próprio autor com o qual se trabalha chama a atenção para essa realidade:

[...] seria um erro considerar o “modelo nova-iorquino” como uma espécie de paradigma, e medir o progresso da gentrificação em outras cidades pelos estágios que foram lá identificados. Não é isso o que estou sugerindo. **Por ser uma expressão de relações sociais, econômicas e políticas mais amplas, a gentrificação em uma cidade específica irá exprimir as particularidades da constituição de seu espaço urbano.** (SMITH, 2006, p. 74, grifos nossos)

Smith (2006) apresenta várias distinções do processo, que advém com distintas feições<sup>68</sup>, o processo ocorre diferentemente de Nova Iorque em outras cidades, como Cidade do México, Seul, São Paulo etc. Há necessidade sim de estudar o processo à luz da realidade Nova-iorquina, contudo não se pode buscar essa realidade pura em outras localidades, Smith (2006, p. 74) relata que: “[...] em diferentes graus e por volta dos anos noventa, a gentrificação evolui em muitos casos no sentido de uma estratégia urbana crucial para as municipalidades, em comum acordo com o setor privado”.

---

<sup>68</sup> O autor não usa esse termo, porém é um termo utilizado neste trabalho.

#### 4 O REDUTO DE BELÉM DO PARÁ: DO NASCIMENTO AO FABRIL

Para avaliar o processo de gentrificação no bairro do Reduto, em Belém do Pará, é importante entender os processos e as formas urbanas que o bairro passou, para isso, será apresentado o histórico do bairro, desde antes do seu surgimento (nascimento da cidade de uma forma menos densa), do surgimento fabril e de sua verticalização, quando se tornou entorno de centro histórico tombado de Belém, até o ano de 2019.

A forma de uma cidade é feita a partir de permanências e/ou rupturas, conforme afirma Oliveira (2010, p. 36), “O espaço é a realização da História, sendo a um só tempo, passado, presente e futuro”.

Assim, de acordo com Kern (1998), nos espaços com modificações que interferem em sua forma e função e até em seu real significado para a sociedade nos dias atuais, aconteceram eventos e processos históricos.

A “[...] análise de qualquer cidade revela-se como centro de memória e resultado da produção material, social, econômica, política e cultural de um povo” (MOURÃO, 1987, p. 15). Para Mourão (1987, p. 15), “[...] a cidade surge e se desenvolve como um ‘teatrum’ de uma dada sociedade”. Para a autora, a cidade é uma unidade em tensões e em permanência de processo que, “[...] como unidade, constitui-se de relações sociais de produção do velho e do novo, do tradicional e do moderno de permanência e de transformações, de legal e de legítimo” (MOURÃO, 1987, p. 15). Para Vogel e Mello (1984, p. 46), tudo se “[...] processa por meio de um conjunto de práticas sócio-econômico-político-histórica”.

As cidades são verdadeiros sistemas de memória. Enquanto tais os centros urbanos – sistema construído e relações que o animam - constituem uma unidade em tensão e em processo. Ao mesmo tempo, apresentam-se como uma espécie de arquivo de modo de viver que os concebeu e como agência produtora de novos modos de vida. Arquivo em permanente processo de atualização, portanto. Nele, os princípios, as idéias e as relações característica de uma determinada sociedade, além de se inscreverem materialmente, podem ser apreendidos de forma sintética. (VOGEL; MELLO, 1984, p. 46)

É importante ressaltar que não são apenas os comportamentos, as maneiras de pensar e de sentir,

[...] compõem a unidade complexa, de uma dada sociedade ou fazem parte dos costumes e da história, mas também a materialização das coisas representa uma de suas dimensões importantes. A cidade, ou de outro modo, o seu processo construtivo, representa aspecto desta materialidade. (MOURÃO, 1987, p. 15)

Para Mourão (1987), o estudo histórico das transformações ocorridas na cidade de Belém desde sua fundação pode ajudar a compreender a materialização das ações das diferentes classes sociais que a produziram, pois a apreensão como cidade não se limita na percepção apenas como um cenário das coisas e eventos que nela se processaram, mas “[...] implica em entender que esses eventos, na verdade, é que dão lugar tanto ao desempenho das rotinas cidadinas” (MOURÃO, 1987, p. 15). Assim, encaixa-se o que vem ocorrendo no bairro do Reduto, todas as transformações e, talvez, permanências encontradas nessa gleba urbana.

Assim sendo, a história da cidade de Belém indica as origens e as fases distintas de seu crescimento, desenvolvimento e transformações, bem como as formas pelas quais sua população utilizou seu solo e o ocupou.

A trajetória de Belém, de 1616 a 2019, é representada por uma conformação espacial com ambientes da paisagem urbana do presente que estão em contínua rivalidade por espaço com os elementos da paisagem do passado. De um lado estão, por exemplo, o Porto Fluvial de Belém, o Complexo Feliz Luzitânia e o Complexo do Ver-o-Peso com um desenho do espaço público, as edificações históricas com alguns dos elementos da paisagem característicos dos períodos colonial, pombalino e da borracha. Do outro lado, elementos de uma história mais recente, os edifícios com mais de quatro pavimentos, os veículos automotores, o comércio informal, os estacionamentos privados, os *shoppings centers*, disputando espaço, principalmente na área mais antiga da cidade, isto é, no Centro Histórico Tombado de Belém (CHTB) formado pelos bairros da Campina e parte da Cidade Velha e seu entorno – a outra parte da Cidade Velha, parte da Batista Campo, parte de Nazaré e o Reduto.

A finalidade é pesquisar o bairro do Reduto, que compõe o entorno do CHTB, como objeto empírico para averiguar de que forma o processo de gentrificação se apresenta na realidade de Belém, mesmo que seja necessário adjetivá-lo ao final. Para isso, serão apresentadas as mudanças socioespaciais e de paisagem que o bairro do Reduto passou, para que, assim, seja possível a compreensão dos usos e ocupações que a área teve, desde sua colonização pelos portugueses até o ano de 2019, com o início das obras (março de 2018) do projeto Belém Porto Futuro e a sua entrega em janeiro de 2020.

#### **4.1 Configuração Espacial de Belém: do Mairi até 1750**

Teixeira Júnior (2016) relata que estudos arqueológicos revelaram que a Amazônia possui uma rica história pré-colonial e que os povos nativos deixaram vestígios de suas

culturas de períodos bem anteriores à chegada dos conquistadores europeus. Ele acredita que muitas cidades da região estão localizadas sobre importantes sítios arqueológicos (TEIXEIRA JÚNIOR, 2016).

No território em que foi fundada a atual cidade de Belém, antes do “descobrimento” pelos portugueses, o local não era inóspito, haviam aldeias indígenas, conforme alega Costa (2014), residiam no local os índios Tupinambás<sup>69</sup> e a terra era conhecida como Mairi<sup>70</sup>.

#### 4.1.1 Espacialização da Cidade do Mairi: uma breve introdução

Segundo diz Simonian (2010), é possível encontrar referências fragmentadas sobre os Tupinambás que viviam em Belém no período pré-colonial. Os primeiros residentes dessa área se organizavam em

[...] aldeias pequenas, de menos de dez malocas, mas interligadas por uma ampla rede de contato pacífico. Homens cuidavam da limpeza do terreno e preparo do plantio, mulheres realizavam a sementeira, a colheita e o preparo dos alimentos ancestrais desta terra. (KATO, 2018, p. 1)

Os portugueses foram recebidos na aldeia Mairi, conforme aponta Hurley (1940 *apud* SIMONIAN, 2010), existiam outras duas aldeias nas proximidades – a Parauassu e a Capim<sup>71</sup>. A Figura 26 demarca a localização aproximada das três aldeias, conforme pode-se ver na imagem de Simonian (2010).

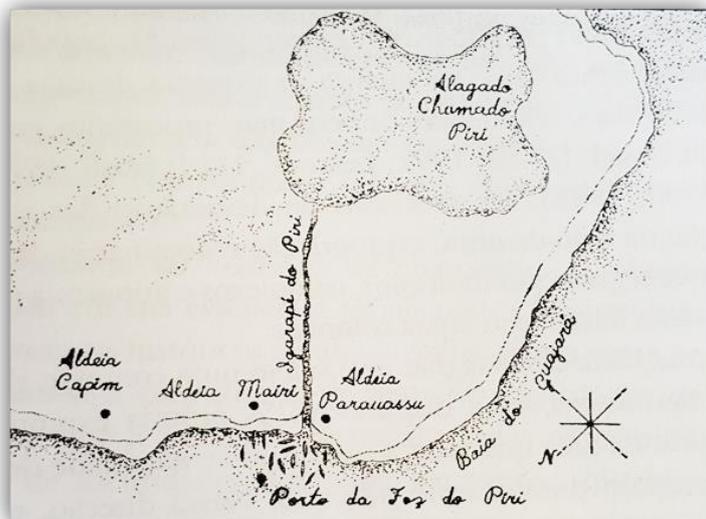
---

<sup>69</sup> Em Forte (*apud* SIMONIAN, 2010), tem-se que os Tupinambás ajudaram na construção de Belém. Eles seriam provenientes da Costa do Sudeste e teriam fugido depois da derrota na guerra dos portugueses com os Tamoio, mas o texto não indica a fonte de tal informação.

<sup>70</sup> Segundo Maranhão (2000, p. 41), “Mairi é o nome que os indígenas do Rio Negro, principalmente, davam a Belém durante o regime colonial, o que é confirmado por Stradelli no seu *Vocabulário*. Mairi, em nheengatu, segundo esse autor, quer dizer cidade. Alfredo da Mata acredita que Mairi quer dizer velha”. Simonian (2010) relata que ela se localizava entre a área do atual Ver-o-Peso e a igreja das Mercês.

<sup>71</sup> A primeira encontrava-se na baía de Guajará e a outra está localizada na área que veio a se tornar a área da Campina (HURLEY, 2010 *apud* SIMONIAN, 2010).

Figura 26 – Mapa de localização das aldeias Mairi, Parauassu e Capim



Fonte: Simonian (2010)<sup>72</sup>; Desenho: Ilia de A. M. de Brito (2009)

Segundo afirma D’Abbeville (2008), antes da expedição portuguesa que fundou Belém, o local já era visitado por missionários e navegadores que deixaram ricas narrativas sobre esse pedaço do Brasil e o povo que ali morava. De acordo com D’Abbeville (2008), um missionário francês foi enviado em 1612 para catequizar os indígenas tupinambás das terras setentrionais do Brasil, e, ao chegar à Ilha do Maranhão e às terras vizinhas, ele fez a seguinte observação: “Se a bondade de um país corresponde à sua temperatura, posso garantir que, sendo o Brasil um dos mais temperados do mundo, é também dos melhores e mais férteis que se possam encontrar sob os céus” (D’ABBEVILLE, 2008, p. 30).

Conforme apresentado em FAPESPA (2016), na época da conquista do Pará, Espanha e Portugal, desde 1494, formavam a União Ibérica. Para o Brasil, naquela fase de expansão territorial, a união peninsular foi benéfica, pois veio tornar sem efeito o Tratado de Tordesilhas<sup>73</sup>, facilitando, desse modo, a penetração interiorana (FAPESPA, 2016).

A conquista do Norte foi determinada pelo rei da Espanha e Portugal, D. Manuel. Ele pretendia, inicialmente, desalojar do Maranhão os franceses que ali haviam criado a França Equinocial. E, em 1614, Jerônimo de Albuquerque seguiu à frente da tropa para cumprir aquela missão. A vitória definitiva sobre os franceses deu-se em 2 de dezembro de 1615, já

<sup>72</sup> Carta não datada em Hurley (1940), Valente citado na obra *Tudo*, n.d. Projeto: L. Simonia (2010); Desenho: Ilia de A. M. de Brito (2009 *apud* SIMONIAN, 2010).

<sup>73</sup> O Tratado de Tordesilhas foi um acordo firmado em 4 de junho de 1494 entre Portugal e Espanha. O acordo tinha como objetivo resolver os conflitos territoriais relacionados às terras descobertas no final do século XV.

com Alexandre Moura liderando as forças lusas desde outubro. Após essa vitória, Moura nomeou Jerônimo de Albuquerque governador do Maranhão e encarregou Francisco Caldeira Castelo Branco de conquistar o Pará (FAPESPA, 2016).

Conforme diz Meira Filho (1976), no dia 25 de dezembro de 1615, a expedição comandada por Francisco Caldeira Castelo Branco saiu do Maranhão. De acordo com Barata (1973), Francisco saiu do Maranhão já com a incumbência de atracar em terras do Pará, pois já naquele tempo não se confundia o rio Pará com o Amazonas. O Pará era conhecido por seu próprio nome e Francisco Caldeira, ao sair do Maranhão, não tinha dúvida que aproava em rumo direto ao rio Pará, cuja margem deveria fundar a sede da nova capitania. Barata (1973) ainda relata que Francisco Caldeira trazia o capitão Frances Charles Des-Vaux, que já conhecia o Pará por ter vindo antes com La Ravardère e, por isso, não podia confundir esse rio com o Amazonas.

Meira Filho (1976) relata que Francisco Caldeira saiu do Forte de São Luiz (Maranhão) com 200 homens e três embarcações, patacho Santa Maria da Candelária, caravela Santa Maria das Graças e lancha Assunção. No dia 12 de janeiro de 1616, após transpor a barra do Separará, os portugueses aportaram na Baía de Guajará, chamada pelos nativos de Paraná-Guaçu (MEIRA FILHO, 1976).

Assim conta Penteado (1968, p. 95):

O fundador de Belém partira do Maranhão, com uma frota composta por três embarcações tripuladas por 150 homens; acompanhando a recortada costa do Pará, adentrou a baía do Marajó e passando pelo grupo de ilhas que dão origem a estreita baía do Guajará, junto a barra do rio Guamá, encontrou um local excelente para a edificação de um forte pois, agradou-se Castelo Branco de uma ponta de terra, inacessível pela parte do mar e defendida pela parte da terra por extenso igarapé que nascendo no alagadiço do Piri ia desembocar onde hoje é a doca do Ver-o-Peso. Nesse ponto construiu um forte de madeira coberto de palha material usado pelos franceses no Forte de São Luís do Maranhão, a que denominou Presépio, não só porque aquela ponta alta dava aquela aparência a quem viesse da Baía do Guajará, como porque partira no dia de Natal, do Maranhão.

#### 4.1.2 Belém, no Início de Tudo: os primeiros anos de formação socioespacial – Período Colonial (1616-1750)

Conforme menciona Belém (1975, p. 1), a cidade de “Belém se localiza às margens de um braço secundário da foz do Amazonas, na chamada Baía do Guajará, onde vai ter o rio Pará, a 120 km de distância do oceano”. Belém (1975) aponta que Belém foi fundada na fase mais aguda do expansionismo luso, teve o sentido estratégico de assegurar a ocupação e a

defesa da entrada do Amazonas e o propósito geopolítico de servir de base às operações de penetração e ocupação do território. Todavia, a ocupação da região não se deu, obviamente, apenas pelo desejo de conquista territorial, mas também e, talvez, principalmente pelos possíveis resultados econômicos decorrentes dela.

Para vários autores, como Barata (1973), Penteado (1968; 1973), Cruz (1973), Meira Filho (1976), Mourão (1987), Trindade Júnior (1997), Rodrigues (1998) e Costa e Sudério (2009), Belém nasceu junto com a construção de uma edificação, o forte.

Cruz (1973, p. 39) diz que:

O Forte do Presépio foi o ponto de partida para o nascimento e desenvolvimento do núcleo urbano. Do interior dessa modesta praça d'armas, construída de madeira, com os defeitos e as impropriedades dos primeiros dias, saíram os desbravados do povoado. Densa mataria cansava os colonos, no seu constante trabalho de penetração para o interior do povoado.

Em 12 de janeiro de 1616, Francisco Caldeira Castelo Branco, português, edificou, em uma missão colonizadora, um pequeno forte, quadrilátero e feito de paliçada e taipa, às margens do rio Pará (ou Paranassú, para os Tupinambás que ali já viviam), e lhe deu o nome de Forte do Presépio<sup>74</sup>, afinal, havia sido atraído até aquelas paragens pelo forte brilho da estrela de Belém (COSTA; SUDÉRIO, 2009). Teve em um promontório localizado no vértice da baía do Guajará e do rio Guamá no século XVII seu ponto irradiador da vida urbana, o qual teve em alguns “empecilhos naturais” (cursos d’água e áreas de várzea e igapós) impedimentos breves para se desenvolver como cidade. Suplantados os obstáculos, a cidade de Belém expandiu-se tendo em sua área central expressões de mudanças e permanências. Ressalta-se que se tornou importante identificar e analisar as alterações histórico-espaciais na área central de Belém para entender o processo de mudanças e de permanências que ocorreu nessa área e suas novas funcionalidades refletidas no espaço urbano (ARAÚJO JÚNIOR; AZEVEDO, 2012).

Segundo aponta Tupiassu (1978, p. 10), o sítio urbano de Belém “[...] convive e se ergue sobre fontes hídricas orientadas, à ocidental, pelas Baias de Guajará e de Santo Antônio, e, à meridional pelo Rio Guamá, contendo mais de 30 igarapés [...]”, áreas de Igapó e de várzea, nas quais a ocupação do solo urbano nem sempre se faz mediante drenagem ou terraplanagem apropriada. Para Rodrigues (1998), a topografia e os corpos hídricos nunca de apresentaram como impedimento para a “[...] expansão urbana da cidade, eles foram vencidos

---

<sup>74</sup> Hoje, o Forte é chamado de Forte do Castelo.

paulatinamente pela iniciativa das camadas populares [...]” e sempre pelo capital, mas recentemente, “[...] o capital imobiliário, estimulado pelo poder público através de renovações urbanas” (RODRIGUES, 1998, p. 101).

Vianna (1900 *apud* PENTEADO, 1973, p. 47) relata sobre o sítio do forte a ser erguido “[...] uma ponta de terra inacessível pela parte no mar (*sic*) e defendida pela parte da terra por extenso igarapé, que, nascendo no alagadiço do Piri, ia desembocar onde hoje é a Doca do Ver-o-Peso”.

Pode-se dizer, a princípio, que a cidade nasce da necessidade de se organizar um dado espaço no sentido de integrá-lo e de aumentar sua independência com intuito de determinado fim, isto é, a sobrevivência do grupo no lugar e o rompimento do isolamento das áreas agora sob sua influência (CARLOS, 1992).

A ocupação da área no entorno da baía de Guajará pelos portugueses e as construções que se fizeram necessárias – residências, fortificações, edificações religiosas – envolveram os indígenas que foram explorados a partir da sua mão de obra.

No encontro da Baía do Guajará com a embocadura do Igarapé do Piry, nasceu a Feliz Lusitânia, posteriormente, Belém. Uma história fortemente marcada pela frequência de culturas e por mudanças e permanências do uso e da ocupação do solo. O uso e a ocupação da cidade de Belém pelos portugueses no início do século XVII obedecem a essa lógica, pois o centro irradiador de sua expansão partiu do hoje conhecido Forte do Presépio localizado no Complexo Feliz Lusitânia, delineando as direções para onde a cidade distinguiria o lineamento de suas primeiras ruas.

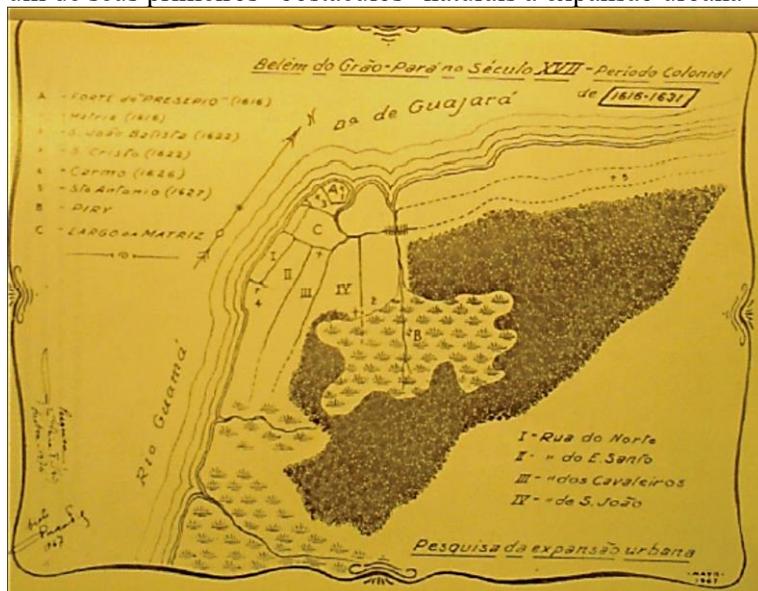
A cidade expandiu-se, então, a partir do Forte, ponto de onde irradiaram as primeiras ruas, paralelas e transversais ao rio, e iniciou-se o desenvolvimento do povoado (PENTEADO, 1968; BRAGA, 1998). Para Duarte (1997, p. 9),

[...] ao ultrapassar suas fronteiras iniciais, a cidade terá no Forte o ponto focal da ordenação geométrica do seu traçado e, na vizinhança imediata, a proteção e segurança necessárias à conformação de seu primeiro núcleo urbano. Esse núcleo, correspondendo ao que hoje chamamos Cidade Velha, tinha seus limites definidos geograficamente pelo rio, pelo pântano e finalmente por um igarapé que ligava o pântano ao rio.

Meira Filho (1976) apresenta em formato de mapas a expansão que Belém teve em seus 45 primeiros anos. A Figura 27 de Meira Filho (1976) é o desenho da formação urbana de Belém no período de 1616 a 1631, tendo como referências elementos históricos relativos à vida das povoações nesses primeiros 15 anos. A área tinha dois conventos (Carmo e Santo

Antônio), duas capelas (Matriz e São João), ao centro o Piry, esse desenho foi imaginado por Augusto Meira Filho a partir dos relatos que ele ouviu.

Figura 27 – Croqui do início do processo de ocupação da cidade de Belém (1616-1631), com espacialização das primeiras edificações civis e edificações religiosas, tendo o alagado do Piry como um de seus primeiros “obstáculos” naturais à expansão urbana



Fonte: Meira Filho (1976)

Meira Filho (1976) relata que o povoado se circunscruvia a essas poucas ruas e travessas, aos Conventos e às Capelas das ordens religiosas, a ermida de Nossa Senhora da Graça (atual Igreja da Sé, que continua com a mesma padroeira) e a capelinha de São João. Ainda tinham os novos caminhos que ultrapassavam as baixadas do Piry e iam em direção às terras planas, amplas e frescas da Campina.

O alagadiço do Piry, segundo Meira Filho (1976), naquele período já era um problema. Os colonizadores supunham por muito tempo que a cidade tinha sido fundada em uma ilha. Com as obras que se realizaram posteriormente, essa perspectiva foi modificada.

Meira filho (1976, p. 246 e 247) alega que:

Durante muitos anos o pântano do Piry foi motivo das mais seria preocupações da administração na época colonial. Mas pelo vulto da obra de engenharia sanitária que ali deveria ser efetuada, para o seu ensecamento a drenagem completa, o velho e tradicional mangue venceria, ainda, muito mais de um século, até desaparecer da cidade. Substituído, posteriormente, por logradouros magníficos, até aos nossos dias ainda representa um dos grandes serviços urbanos [...]

A “pioneira ocupação da área além-Piry”, como alega Soares (2009, p. 21), foi feita pelos frades da Ordem de Santo Antonio da Província de Lisboa que ensejou ao governo,

além da ligação fluvial para o convento desde o centro da colônia, a construção de uma pequena ponte sobre o pântano e um caminho à margem do rio.

O desenvolvimento de Belém vinha aumentando lentamente, o modesto traçado, com a “[...] abertura crescente de novas ruas e travessas em torno da clareira da matriz e as moradias se sucediam igualmente, no correr dessas arteriais que se distanciavam cada vez mais do núcleo da colônia” (MEIRA FILHO, 1976, p. 247).

Esses novos caminhos que surgiam dentro da mata e a necessidade de transpor o Piry deram origem às futuras terras do bairro da Campina.

Essa conquista espontânea e inteligente do colono e a influência das instalações religiosas dispersas do núcleo de sua formação dariam à Belém o verdadeiro sentido urbanístico de sua evolução" naqueles primeiros anos de sua existência. (MEIRA FILHO, 1976, p. 247)

O Forte do Presépio foi o início para a formação da cidade de Belém que junto com a praça de armas e o casario construído perto do forte (casa das onze janelas) estabeleciam a colônia chamada Feliz Lusitânia; posteriormente, esse núcleo urbano foi se desenvolvendo com a abertura das primeiras ruas como a Rua do Norte (atual Rua Siqueira Mendes que foi a primeira rua da cidade) e a Rua do Espírito Santo (atual Rua Dr. Assis), dando origem ao primeiro bairro chamado Cidade (atualmente Cidade Velha).

Além do Forte, destaca-se a edificação da Catedral Metropolitana de Belém (Catedral da Sé) no período de formação do bairro da Cidade Velha, a presença do Forte do Presépio e da Catedral representava a estratégia de ocupação do território amazônico, adotada pelos portugueses, que se deu por meio da construção de fortes e igrejas às margens dos rios.

As primeiras ruas foram abertas paralelas ao rio fazendo com que o desenvolvimento urbano estivesse concentrado no bairro Cidade, naquele momento existia um obstáculo ao avanço da colônia, o igarapé do Piry, e é assim que relata Meira Filho (1976, p. 153):

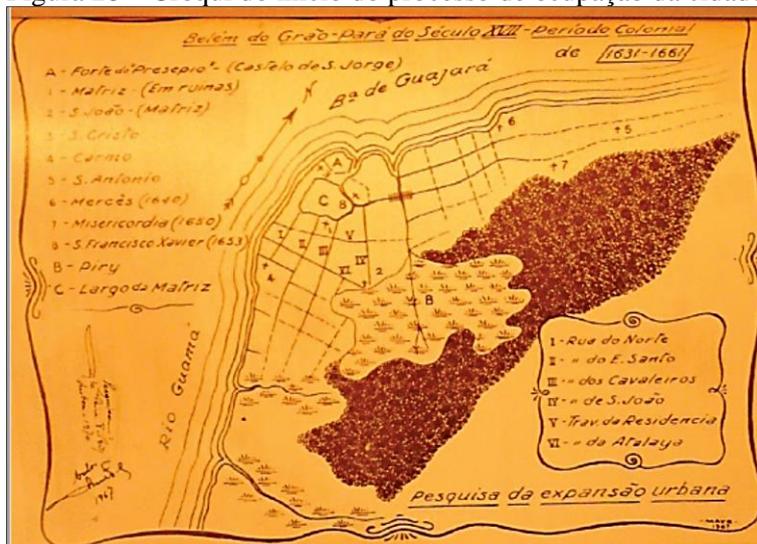
Ao lado do Forte, então reconstruído em proporções maiores, descia a ladeira aberta em direção do mangue; largo, argiloso, marginava a fortificação e, em seu aspecto alagado, parecia envolver toda área da cidade edificada a partir do presépio. Primitivamente, os moradores julgavam que a Colônia se assentava em uma ilha, tal era a gravidade dessas baixadas pantanosas que emolduravam a sede da Capitania. Águas paradas, aves multicores, ambiente tranquilo e soberbo de verdejantes mururés, compunham o Piry que os nativos denominavam baixios de Juçara, para caracterizar o igapó que originava a formação do lago, criando uma enorme bacia alagada no interior da urbe. Daí a impressão de ilhota atribuída, em nossos primeiros tempos, aos fundamentos de Belém.

O alagado do Piry de Jussara foi um desses obstáculos, uma vez que impedia a integração física entre os bairros da Cidade e o da Campina, bem como sua expansão no

sentido nordeste, leste e sudeste, além de impedir o aumento da independência do lugar neste espaço recém-ocupado (ARAÚJO JÚNIOR; AZEVEDO, 2012).

A Figura 28 é a representação imaginária, feita pelo autor, da formação urbana de Belém no período de 1631 a 1661. Nessa imagem é retratada aproximadamente a expansão de Belém nos seus primeiros 45 anos. Nesse período surgiram ruas estreitas e sinuosas em terra cascalhuda que dia a dia se distanciavam do centro da povoação. Várias ruas foram abertas a partir do forte e da Ermida que se transformou em largo da matriz, de onde saíam as primeiras ruas arteriais que ajudaram a penetração dos colonos no território. Muitas ruas foram abertas paralelas ao rio respeitando a topografia das encostas e outras ruas foram abertas no sentido transversal, cortando as ruas primitivas, formando, assim, as primeiras quadras com arruamentos e as suas edificações de madeiras ou taipas de pilão, modestas residências cobertas por palha, que abrigaram por longo tempo os colonizadores do Grão-Pará. Assim, pode-se afirmar que as primeiras edificações tinham uma tipologia construtiva dentro dos moldes da arquitetura vernacular<sup>75</sup>.

Figura 28 – Croqui do início do processo de ocupação da cidade de Belém (1631-1661)



Fonte: Meira Filho (1976)

Analisando a Figura 27 e a Figura 28 fica notória a expansão urbana de Belém entre seus 15 anos e 45 anos a partir de sua fundação em 1616, assim como se pode compreender a forma que a área foi ocupada e os usos que elas tiveram.

<sup>75</sup> Arquitetura Vernacular é uma forma de construção que usa materiais locais, algumas técnicas tradicionais, tipologias regionais e adequadas ao ambiente.

Por volta da segunda metade do século XVII, o núcleo da Campina passava a constituir o principal vetor de expansão da cidade de Belém, processo consolidado com a instalação da Santa Casa de Misericórdia na área, em 1650, e com o desembarque, em 1676, de colonos açorianos vindos para residir e trabalhar na colônia, fato que demandou a abertura de novas ruas no núcleo (PENTEADO, 1968; DUARTE C., 1997).

As missões religiosas tiveram importante papel no processo de ocupação, não somente no sentido físico-territorial, pois a catequização permitiu a “domesticação” da população nativa e a posterior irradiação dos costumes ocidentais (europeus) (ARAÚJO JÚNIOR; AZEVEDO, 2012).

Os limites da expansão urbana pela beira do rio seriam definidos pelas ordens religiosas. Para Araújo Júnior e Azevedo (2012), todo o conjunto arquitetônico de Igrejas obedece a um traçado bastante peculiar, partindo das imediações do Forte do Castelo com a Igreja da Sé, seguindo a direção sul pela Rua Siqueira Mendes (antiga Rua do Norte) com a Igreja de Nossa Senhora do Carmo da Ordem dos Carmelitas; no sentido nordeste e leste tem-se um conjunto formado pelas igrejas de Nossa Senhora das Mercês, Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, Igreja de Sant’ana, entre outras, o que mostra a espacialização das forças eclesiásticas retratando muito bem o período da “cruz e da espada”, lembrando que, segundo Gonçalves (2005), a ocupação da Amazônia nasceu sob o signo da disputa territorial de uma geopolítica de caráter colonial, tendo-a como uma reserva, mas seria preciso antes afirmar sua soberania.

Cruz (1973, p. 40 e 41) relata que “Belém tinha de sofrer, no seu progresso, na sua evolução, no seu nascimento, podemos assim dizer, as consequências do espírito ambicioso, que caracterizou os seus primeiros povoados”. Seu crescimento até 1650 foi lento, pois segundo Cruz (1973, p. 41), havia sido “[...] desfeito em parte o sonho das minas fabulosas e dos tesouros fantásticos, o cultivo da terra passou a interessar os imigrantes portugueses”<sup>76</sup>.

Com a visão de explorar a terra para a agricultura, chegaram em 1676, na colônia, 50 famílias dos Ações, uma população de “234 pessoas de ambos os sexos” (BARATA, 1973) para trabalhar na agricultura. Com o aumento populacional houve a necessidade de abrir

---

<sup>76</sup> Citação feita do livro de Cruz (1973, p. 41), no qual o autor expõe que a ideia foi retirada do livro de Ladislau Monteito Baena, *Compêdio das Eras*, p. 259. Não é indicada a data, mas em pesquisa descobriu-se que se trata do livro *Compêdio das Eras da província do Pará*, que teve sua primeira publicação em 1883. Há no *site* da Livro aberto da UFPA uma versão de 1969. Essa informação pode ser consultada em: <http://livroaberto.ufpa.br/jspui/handle/prefix/98>.

novas ruas. Penteado (1968, p. 107) diz que em 22 de janeiro a Rua São Vicente foi aberta, para assentar as 50 famílias recém-chegadas. Essa rua posteriormente foi chamada de Paes de Carvalho, hoje é a atual Manuel Barata (PENTEADO, 1968; BAENA, 1969; BARATA, 1973, CRUZ, 1973; MEIRA FILHO, 1976).

Esse fato demonstra que já haviam muitos habitantes em Belém e que não existiam moradas disponíveis, ratificando a necessidade de se abrir várias ruas e travessas.

Nessa época, Belém possuía muitas edificações com usos diversos, além dos prédios citados, havia, conforme aponta Penteado (1968), a Alfândega, a Fortaleza de Nossa Senhora das Mercês da Barra, o Forte de São Pedro Nolasco e a Igreja de Santo Alexandre. “O comércio tomava incremento para o que já existia: o Posto Fiscal chamado Ver-o-Peso, que arrecadava rendas para o Senado da Câmara” (PENTEADO, 1968, p. 107).

De acordo com Penteado (1968, p. 107), no final do “[...] século XVII, já era possível reconhecer o embrião dos dois núcleos, separados pelo Piri, e que constituíam o que chamava ‘Cidade’, junto ao Forte do Presépio e ‘Campina’, em torno da Rua dos Mercadores”. Meira Filho (1976) apresenta um terceiro desenho imaginado por ele na expansão de Belém, entre 1661 e 1700.

Figura 29 – Croqui do início do processo de ocupação da cidade de Belém, com espacialização das primeiras ruas (números romanos) e igrejas (números arábicos), tendo o alagado do Piry como um de seus primeiros “obstáculos” naturais à expansão urbana



Fonte: Meira Filho (1976)

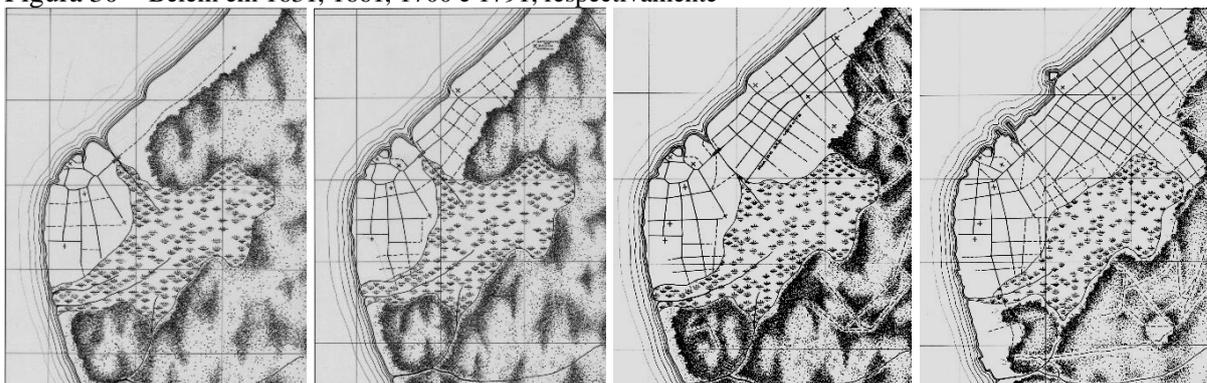
Segundo Penteado (1968, p. 107), em ambos os núcleos, Cidade e Campina, a paisagem urbana pouco diferia:

[...] ruas estreitas e tortuosas, especialmente as travessas, ainda com poucas edificações, mas com algumas importantes igrejas e conventos, que se

sobressaíam do conjunto arquitetônico, predominantemente constituído de casas de um só pavimento, de taipa ou barrote revestidas de tijuco, denunciando a espontaneidade do desenvolvimento urbano.

A Figura 30 mostra a evolução da área urbana da cidade de Belém entre a sua fundação e o final do século XVIII, evidenciando o crescimento da cidade em direção ao núcleo da Campina.

Figura 30 – Belém em 1631, 1661, 1700 e 1791, respectivamente



Fonte: Corrêa, A. (1989)

A população vivia de forma simples, como dizia Penteado (1968, p. 107 e 108):

Compõe-se a cidade de Belém de quinhentos moradores, gente luzida e varia nobreza, em que também não falta pobreza, uma Matriz, uma Misericórdia, quatro conventos, Colégio, Santo Antonio, Mercês, Carmo e uma igreja de Nossa Senhora do Rosário, uma igreja de São João e uma linda e guarnecida ermida de exaltação da Cruz, por elevação de Santo Cristo.

Para Araújo Júnior e Azevedo (2012), a colonização portuguesa vinculou a Igreja à sua política de domínio territorial, tendo sobremaneira as fortificações como as primeiras marcas da civilização ocidental na Amazônia.

Os núcleos religiosos que se fixaram no correr dos anos, Carmelitas, Mercedários, Jesuítas, Capuchos de Santo Antônio, influíram decisivamente no agrupamento da gente e na irradiação urbana, funcionando tais núcleos como centros gravitacionais da futura malha urbana da cidade, obedecida a sua natural formação do primitivo bairro (Cidade Velha) e no segundo (Campina), conforme Belém se expande do rio para o sertão (CHAVES; COELHO; SILVEIRA NETO, 1975, p. 115).

O baiano Alexandre Rodrigues Ferreira<sup>77</sup> (*apud* CRUZ, 1973, p. 42 e 43) escreveu sobre o final do século XVII e até sobre a segunda metade do século XVIII, que o núcleo colonial de Belém se desenvolvia:

A Cidade se divide em dois bairros, o da Cidade, e o da Campina. A cidade em si é plana, as ruas mais estreitas do que largas, pela maior parte irregulares TODAS POR CALÇAR, e como o seu fundo de tijuco, com as águas do inverno fica todo um pantanal. A rua mais larga, á a da CADEIA<sup>78</sup> no bairro da Campina, mas essa mesma não é tirada à cordão desde o largo do Palácio, até o das MERCÊS. Predomina neste bairro a areia, por isso não é tão pantanosa como o da Cidade; alguns declives tem, porém pouco sensíveis; só a rua que chama da PAIXÃO<sup>79</sup> é calçada de modo que *antes o não fôra*, pela mortificação que sentem nos pés os que a passeiam. PEDRA não HÁ no centro da cidade, para se calçarem as ruas, e levantarem-se os edifícios; *mas há perto dela uma pedreira areienta mineralizada de ferro*, que transportam nas canôas para as obras de casas que fazem. O comum da casas em e outro bairro<sup>80</sup>, é serem térreas, porque suposto se levantam algum pouco do nível da terra; poucas são *assoalhadas*, e muito poucas se guarnecem de paredes de pedra e cal.

A maior parte das paredes, é frontal, e o método de as levantar consiste em levantarem esteios, que de ordinário são de *uacapú* ou de *sepipira*, cujas extremidades fincam na terra com a cautela somente de as não aguçarem; em vez de pregarem os caibros que atravessam para fazerem o engradamento, atam-nos com o *timbó-titica*, e sem adubarem o tijuco, nem (mais) vezes fazerem uso da colher, e trô-lhe, mesmo à mão vão embuçando o frontal. Caia-se depois, ou com cal, a que reduzem as conchas que chamam *sirnambís*, de que há minas dilatadas entre Vila Viçosa [...] Para resguardarem das chuvas o lugar imediato aos alicerces, que não tem, guarnecem-no de uma sapata de pedra e cal de uma revestida de tijolo. (FERREIRA *apud* CRUZ, 1973, p. 42 e 43)

É importante ressaltar o papel das construções religiosas para o desenvolvimento de Belém, Cruz (1973, p. 152) relata que “[...] onde se erguia uma casa religiosa, aumentava o povoado. Os moradores procuravam a vizinhança das igrejas. Os vigários atraíam as famílias para perto. E assim crescia Belém”.

---

<sup>77</sup> Citação feita do livro de Cruz (1973, p. 42), no qual o autor cita as palavras retirada do Manuscrito chamado *Miscelânea histórica para servir de explicação ao prospecto da cidade do Pará*. Não é indicada a data, mas em pesquisa descobriu-se que o manuscrito data de 1784. Há no *site* da Biblioteca Nacional Luso-Brasileira, disponível em: [http://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/123456789/273620?locale-attribute=pt\\_BR](http://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/123456789/273620?locale-attribute=pt_BR), acessado em julho de 2018.

<sup>78</sup> "Agora chamada Conselheiro João Alfredo" (CRUZ, 1973, p. 42).

<sup>79</sup> "Passou depois à denominação de Rua Formosa, e em seguida Rua Treze de Maio" (CRUZ, 1973, p. 42).

<sup>80</sup> "Da cidade e da campina. Servia de divisa para os dois, a Travessa de São Mateus, depois chamada de Travessa Padre Eutiquio" (CRUZ, 1973, p. 43).

Alexandre Rodrigues Ferreira<sup>81</sup> (*apud* CRUZ, 1973, p. 43 e 44) descreve as casas dos moradores mais abastados de Belém:

Há contudo bastantes moradores de casa levantadas, umas com ombreiras e mais ornatos nas portas e janelas feitas de madeira pintada, e outras de tijolos de areia e cal, que finge pedra. O Palácio é grande e forte, e bem repartido; das *casas modernas* são as melhores [...]

Soares (2009) aponta que no primeiro quarto do século XVIII, o arruamento guardou praticamente a mesma configuração, mas algumas novas ruas se prolongaram para o interior. A cidade começou a crescer cada vez para dentro do continente, se afastando do litoral, expandindo a malha urbana sem intervenções que viessem a suprir a concepção inicial do hoje chamado Centro Histórico. Houve um essa expansão urbana devido a necessidade habitacional das famílias que chegavam em Belém.

Cruz (1973, p. 44) relata que “[...] não eram encontrados na cidade tintureiros, funileiros, relojoeiros, escultores, latroeiro, etc.”. O mesmo autor traz que não havia um lugar para a venda de hortifrutis, nem ribeira de peixes, nem farinha, nem a carne bovina, no bairro da Campina, os moradores pediam “[...] a venda de gêneros em determinado lugar e por determinado preço.” (CRUZ, 1973, p. 44).

Cruz (1973, p. 46) descreve que a vida social era uma “imitação da corte”, porém com “menos luxo e mais extravagância”. Belém tinha 10.620 habitantes e 1.083 fogos<sup>82</sup>. O bairro da Campina estava em franca expansão na primeira metade do século XVIII, em um procedimento cauteloso, com a abertura de novas e curtas ruas (SOARES, 2009).

## 4.2 Configuração Espacial no Período Pombalino (1750-1777)

Para governar o Estado do Grão-Pará e Maranhão, agora com a sede em Belém, foi nomeado Francisco Xavier de Mendonça Furtado (1751-1758). Foi o “[...] início de uma época de expressivo desenvolvimento, conhecido como o período pombalino, numa alusão histórica ao Marques de Pombal” (SOUSA, 2009, p. 33). Segundo Gonçalves (2005), a partir

---

<sup>81</sup> Citação feita do livro de Cruz (1973, p. 42), no qual o autor cita as palavras retirada do Manuscrito chamado *Miscelânea histórica para servir de explicação ao prospecto da cidade do Pará*. Não é exposto a data, Em pesquisa descobriu-se que manuscrito data de 1784. Há no site da Biblioteca Nacional Luso-Brasileira, Disponível em [http://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/123456789/273620?locale-attribute=pt\\_BR](http://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/123456789/273620?locale-attribute=pt_BR). Acesso: 2 jul. de 2018.

<sup>82</sup> Como Cruz (1973) classifica as casa para uso residencial.

de 1750, no governo do primeiro-ministro Marquês de Pombal, teve início uma nova fase na adequação da Amazônia ao domínio colonial português. Dessa vez, o caráter mercantil se torna mais evidente com a criação da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão.

A partir da segunda metade do século XVIII, a cidade começou a crescer, edificações foram levantadas no bairro da Campina. Cruz (1973) relata que os moradores adquiriam grandes áreas dentro da léngua patrimonial, onde construíram as Rocinhas<sup>83</sup>.

É importante ressaltar que, em 1751, a sede da Província do Grão-Pará e Maranhão foi transferida para Belém, então, essa cidade se tornou “[...] o principal centro político-administrativo da região, além de concentra também as principais atividades econômicas” (MOURÃO, 1987, p. 19). Sem dúvida, essa mudança trouxe para Belém mais famílias e serviços vinculados ou não à administração, mudando, assim, as feições<sup>84</sup> da cidade de Belém. Até então, segundo Mourão (1987), era inexistente os sistemas de água, esgoto, pavimentação, iluminação pública, entre outros.

Em 1753, fazendo parte do projeto reformista idealizado por Pombal, chegou a Belém um grupo de profissionais composto de capitães engenheiros, naturalistas, geógrafos, astrônomos, artistas, funcionários da Coroa Portuguesa, integrantes das Comissões Demarcadoras de Limites que tinham como função definir os limites territoriais lusos e espanhóis. Entretanto, além dos trabalhos demarcatórios desenvolvidos por esses profissionais, estava também o de representar o território por meio de mapas para que a Coroa Portuguesa possuísse uma melhor definição do território ocupado.

A Figura 31 mostra a planta de Belém, na qual é possível visualizar os dois bairros da cidade, sendo à direita o mais antigo, chamado como “Cidade”. A conhecida freguesia da Sé com início em 1616, com área inundável ao fundo e a vala de drenagem do alagado do Piri, na faixa ao seu lado. À esquerda, percebe-se o bairro da “Campina” estabelecido em 1727.

No mapa de autoria de João André Schwebel<sup>85</sup>, observa-se que a cidade estava voltada para o rio e para a baía, estendendo-se desde o Convento de São Boaventura, do lado do Guamá (lado direito do mapa), até o Convento de Santo Antônio, pelo lado do Guajará<sup>86</sup>

---

<sup>83</sup> Rocinhas eram vivendas rurais que tinham hortas e pomares, também eram pequenas chácaras que serviam como residência de férias. Com o crescimento da cidade, acabaram sendo incorporadas ao cenário urbano.

<sup>84</sup> Entende-se por feições a fisionomia, o aspecto que caracteriza, a aparência, o formato, a configuração que a cidade passou a ter.

<sup>85</sup> Engenheiro alemão membro do primeiro grupo de demarcação.

<sup>86</sup> O Convento de São Boaventura localizava-se a norte do Forte do Presépio, na área de origem do igarapé do Piry, onde depois foi erguido o Arsenal de Marinha. O Convento de Santo Antonio ficava para a parte sul, onde

(extremo do lado esquerdo do mapa). É esse mapa, possivelmente o primeiro em que a cidade é apresentada na sua forma integral, pois nele se visualiza claramente as duas primeiras áreas que formavam a cidade até então, Cidade e Campina, nesta última, porém não figura ainda o igarapé que ficou conhecido tempos depois como igarapé da Fábrica, sobre o qual será tratado mais adiante (SOUSA, 2009).

Figura 31 – Plantas geométricas da cidade de Belém do Gram Pará – Ano 1753



Fonte: Original manuscrito da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro. Coleção – Imagens Período Colonial – Pará<sup>87</sup>

No começo da década de 1760, teve início a construção do palácio do Governador Provincial (MOURÃO, 1987). O arquiteto italiano José Antônio Landi<sup>88</sup>, foi responsável pela construção do palácio, assim como por várias outras edificações importantes. O início da construção do palácio marcou uma nova época para Belém, pois deu início à construção de várias edificações públicas e religiosas. Landi tem um papel importante na reforma arquitetônica em Belém. Sua obra foi sobre modo notável. Ele projetou várias edificações e ajudou a concluir outras.

---

os capuchos da Província de Santo Antonio, primeiros religiosos a desembarcarem em Belém (1617) fundaram no lugar onde existia a aldeia dos índios Una, o Hospício do Una, primeira casa religiosa do Pará. O Convento de Santo Antonio também chamado de Convento dos Capuchos, foi construído em 1622. Em 1736 foi construída a Igreja de Santo Antonio, até hoje mantida, junto ao Colégio do mesmo nome.(SOUSA, 2009)

<sup>87</sup> Mapa encontrada na busca pela internet. Acesso em: 16 de julho de 2018. Disponível em: <http://www.sudoestesp.com.br/file/colecao-imagens-periodo-colonial-para/679/>.

<sup>88</sup> “Nascido em Bolonha, na Itália no ano 1708, era professor do Instituto de Ciência, na sua terra Natal, quando foi contratado pelo soberano português para exercer a sua profissão em Lisboa. Da Capital do Reino foi enviado a Belém. [...] Essa Comissão composta de engenheiros, geógrafos e desenhistas de nacionalidade portuguesa, alemã e italiana veio à Amazônia representando Portugal para encontrar-se com a Comissão da Espanha e traçar, conjuntamente, os limites das duas nações, através da linha que se estendia do Madeira ao Javari.” (CRUZ, 1973, p. 294)

O trabalho que passou a ser desenvolvido pelos engenheiros militares das referidas Comissões estava associado ao projeto pombalino de implementação do urbanismo da cidade na segunda metade do século XVIII, visando, sobretudo, expressar o poder do Estado monárquico.

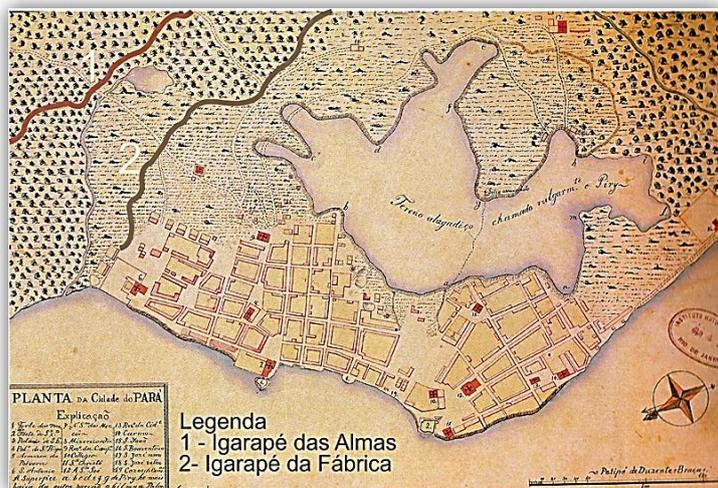
Com a perspectiva de desenvolver Belém para transformá-la na Capital da Amazônia. O novo governador, Fernando da Costa Athaíde Teive (1663-1771), com o apoio da Coroa construiu novos edifícios, embelezou as edificações prontas e melhorou as vias urbanas. As edificações públicas e privadas ganharam maior vulto. O Governador, para avaliar a segurança da sede da colônia, sentiu a necessidade de reforçar a defesa do território e, no ano de 1751, determinou a construção de um Reduto. Segundo Sousa (2009), seria uma construção pequena levantada “no flanco do Convento dos Capuchos de Santo Antonio”, sobre a praia, para “completar a resistência do forte de São Pedro Nolasco, ampliando também a trecho do littoral fortificado” (MOREIRA, 1966, p. 293). Esse Reduto, portanto, surgiria com três funções bem definidas: militar, proteção e expansão da cidade e recebeu o nome de São José.

Esse Reduto foi erguido a partir de 1771, segundo Souza (2009), por determinação do Governador e Capitão-general do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Fernão da Costa de Ataíde Teive Sousa Coutinho (GARRIDO, 1940, p. 32-33). Era circundado por uma paliçada de madeira e estava artilhado com quatro peças (BARRETTO, 1958, p. 59).

Em 1807, o governador José Narciso de Magalhães de Meneses determinou unir o Reduto à Bateria de Santo Antônio, que ficava entre o Reduto e o Forte de São Pedro Nolasco, o que foi feito “[...] levantando-se um sei-baluarte e uma muralha em ângulo reentrante.” (OLIVEIRA, 1968, p. 747).

Garrido (1940) informa que esse Reduto encontrava-se em ruínas em 1832, sendo posteriormente demolido. Oliveira (1968) esclarece que, naquele ano, estando em ruínas tanto o Reduto quanto a Bateria, a Câmara Municipal de Belém solicitou ao então Presidente da Província, José Joaquim Machado de Oliveira, permissão para desmanchar aquelas obras e assim permitir o prolongamento das Travessas da Estrela e da Piedade até ao rio com a construção de uma praça para facilitar os desembarques. Os trabalhos de demolição, entretanto, só se efetuaram alguns anos mais tarde.

Figura 32 – Mapa de Belém, de 1773



Fonte: Acervo da Biblioteca Domingos Soares Ferreira Penna (MPEG) citado pelo Acervo Olímpia Reis Resques<sup>89</sup>

A Figura 32 é o Mapa da Cidade de Gaspar João Geraldo de Gronsfeld, em 1773, membro da Comissão, pode-se ver os cinco fortes instalados no Guajará, assim também como se pode observar que o engenheiro quis deixar transparecer que a área seguida ao Reduto de São José, futuro bairro do Reduto, era também uma área alagadiça. Sousa (2009) relata que a área inicialmente não despertava o interesse do poder público por ser de solo pouco adequado para a ocupação humana. Somente após o estudo da topografia de Belém realizado por Gronsfeld que se identificou o local como canal natural de escoamento das águas vindas das terras altas e propôs em 1777 um plano urbanístico, considerado para época no mínimo ousado. Segundo Baena (1839), o engenheiro alemão queria aproveitar as formas naturais do sítio urbano em vez de realizar trabalhos de ensecamento dos cursos naturais. Ele pretendia aproveitar a hidrografia local e propôs um plano de integração dos cursos dos igarapés que corriam para o Rio Guamá e para a Baía do Guajará por meio de um sistema de canais.

Segundo Soares (2009, p. 34), por volta de 1761, sob

[...] entusiasmos do poder eclesiástico e dos habitantes de maior poder aquisitivo, começa a ser construída uma nova Campina, no caminho entre o Convento Santo Antônio e a Igreja de Nossa senhora do Rosário dos Homens Pretos, a Igreja de Sant'Ana.

<sup>89</sup> Busca feita via internet. RESQUES, O. R. **O Piri**. 2016. Disponível em: <http://olimpiareisresque.blogspot.com/2016/01/o-piri.html?sref=pi>. Acesso em: 2 jul. 2018.

Penteado (1973) relata que surgiu um extraordinário plano de aproveitar as condições do sítio urbano de Belém. Cruz (1973) aponta que o plano de realmente transformar Belém tem como seu mais importante feito a proposta apresentada pelo major engenheiro Gaspar João Gonçalves Gronfelts, quando ele propôs ao governo transformar Belém em uma Veneza, aproveitando o igarapé do Piry para abrir canais em torno da cidade por onde deslizariam as gôndolas, ou seja, ir ao encontro “[...] da natureza e aperfeiçoar sua beira, fazendo um lagamar as águas da inundação do rio e as ascendentes no fluxo do mar naturalmente ocupassem.” (LA CONDAMINE<sup>90</sup> *apud* PENTEADO, 1973, p. 51).

O governo pombalino, avaliando que a proposta demandaria muito capital e no momento o interesse de Portugal estava voltado para a produção extrativista das drogas do sertão, resolveu não considerar a proposta e, desse modo, o projeto de Gronsfeld de transformar Belém em uma Veneza tropical foi parar nos arquivos do governo. Porém, como destacou Sousa (2009), o projeto foi importante porque demonstrou que a cidade estava assentada em um grande espaço infiltrado por canais e o quanto a cidade corria riscos, o que não tardou a se tornar uma das grandes preocupações das autoridades no primeiro decênio do século XIX.

Contudo, Cruz (1973, p. 292) relata que “[...] o Conde dos Arcos preferiu ensecar o imenso valado, fazendo surgir dali três estradas longas e largas, onde foram plantados taperebazeiros, laranjeiras e mongubeiras”. Conforme os trabalhos de engenharia prosseguiram, as extensas valas do igarapé eram transformadas em áreas sólidas e, com isso, ficava propício o melhoramento urbano, conseqüentemente, as “ruas” eram ocupadas por vários usos, aparecendo, assim, novas construções.

Para Penteado (1968), o aterramento do Piry gerou a integração da Cidade e da Campina, com o ensecamento da área surgiram a Estrada das Mongubeiras (Tamandaré), Estrada de São Mateus (Padre Eutíquio) e Estrada de São José (16 de novembro). Surgiram também as Praças do Relógio, Dom Pedro II e Felipe Patroni<sup>91</sup>.

---

<sup>90</sup> LA CONDAMINE, Charles Marie de. **Viagem da América Meridional, descendo o rio Amazonas**, (N.D) p. 127. Não é exposta a data de publicação. Em busca, descobriu-se que o livro foi editado e republicado em 2000, La Condamine viveu de 1701-1771. Disponível em: [http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select\\_action=&co\\_obra=19329](http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=19329). Acesso em: 2 jul. 2018.

<sup>91</sup> No final do século XVII, foi feita aquisição das áreas do Piry próxima ao palácio governamental, onde foram feitos trabalhos de ensecamento e de terraplenagem, trabalho que, segundo Cruz (1973), durou mais de um século.

Sousa (2009, p. 28) alega que

Em virtude dos problemas dos alagados na região vizinha ao local onde foi iniciada a cidade que era imprópria às construções, a expansão urbana tornou-se na segunda metade do XVIII uma preocupação constante das autoridades políticas, daí se entende que a expansão para a Campina tinha em vista o aproveitamento dos terrenos altos.

Assim, Cruz (1973, p. 246) relata que “[...] antes de findar o século XVIII, Belém contava com 10.620 habitantes que ocupavam 1.083 casas [...]” distribuídas nos dois bairros principais da Capital: Cidade e Campina.

O bairro do Reduto nasce a partir da necessidade da expansão de Belém no século XVIII.

#### 4.2.1 Origem e Ocupação do Reduto (1750-1890)

No início, os principais agentes produtores do espaço urbano, segundo Rodrigues (1998), eram a burocracia, os comerciantes, as ordens religiosas e a camada pobre da população. A fisionomia da cidade, conforme aponta Trindade Júnior (1997, p. 32), manifestava-se “[...] a partir das bases econômicas (comércio, agricultura de subsistência e extrativismo)”. Concomitantemente, havia a presença das ordens religiosas em igrejas e conventos como exemplo, e a cidade era construída como um espaço de defesa a partir de fortes, baterias e Redutos (TRINDADE JÚNIOR, 1997).

Em meados do século XVIII, Belém passou a ser objeto de disputas entre as forças que atuavam na Colônia. Esse fato motivou a investida da Coroa Portuguesa, que, com vistas a reforçar seu poder na região, expeliu as ordens religiosas da cidade e criou a Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, resultado da transferência, para Belém, da capital do Estado do Pará e Maranhão. Essa deliberação permitiu que Belém fosse alvo de importantes mudanças arquitetônicas e urbanas, as quais chegariam a mudar a feição da cidade, imprimindo a marca do poder do Estado na região. Sobre esse momento, Penteado (1968, p. 11) relata que:

A cidade cresceu [...] em decorrência das funções econômicas e político-administrativas que passou a exercer, mas ganhou sobretudo, maior densidade populacional com a ocupação das transversais da Campina. Grandes partes das ruas foram calçadas em grês ferruginoso

Sobre o mesmo momento, Corrêa A. (1989, p. 91) comenta que:

Com o enriquecimento de fazendeiros, comerciantes, funcionários etc., beneficiados tanto pela doação dos bens expropriados das ordens religiosas,

quanto pelo incremento econômico decorrente da ação da Companhia Geral, surgiram casas assobradadas, algumas com porte de verdadeiras mansões, palácios, edifícios públicos como a Casa de Câmara e Cadeia, cujas dimensões a tornaram a edificação destacada na Rua dos Mercadores (atual Conselheiro João Alfredo). O arquiteto bolonhês Antônio José Landi, que veio para a Amazônia como elemento integrante da Comissão Demarcadora de Limites, exerceu papel relevante neste processo de redefinição da fisionomia urbana belenense, ao projetar inúmeros prédios, tais como: residências, palácios, igrejas, etc.[...]

Trindade Júnior (1997) expõe que, no final do século XVIII, a área mais baixa do bairro do Reduto começou a ser inserida à vida da cidade. Essa ideia é reforçada pelo autor ao citar Meira Filho (1976):

Caminhando para as últimas décadas do século XVIII, a sede da Capitania do Grão-Pará parecia, observada do rio, um povoado plantado às margens do Guajará, alegre, progressivo, estimulado pela verdejante floresta que a moldurava de um extremo ao outro, ou seja, do Convento de São Boaventura no ocidente ao igarapé da Fábrica, no oriente-norte, marginando as instalações dos Capuchos de Santo Antônio. (MEIRA FILHO, 1976, p. 683 *apud* TRINDADE JÚNIOR, 1997, p. 37)

Trindade Júnior (1997) informa ainda que, aos poucos, obras de terraplanagem e urbanização foram sendo realizadas nessa área, tendo em vista a ligação dos núcleos urbanos mais antigos, para o período, com os núcleos das áreas mais distantes, impulsionando, assim, a expansão da cidade para a nova área.

A ocupação no bairro do Reduto se deu a partir da consolidação do núcleo histórico ao final da época pombalina, em um sítio marcado por duas bacias hidrográficas: a do Igarapé da Fábrica e a do Igarapé das Almas. As referidas bacias localizavam-se em paralelo, a nordeste da área, onde se localiza o atual Bairro da Campina (RODRIGUES; CARDOSO, 1990).

Conforme afirmam Rodrigues e Cardoso (1990, p. 28), o Reduto no início, caracterizou-se como uma área periférica em relação aos bairros vizinhos consolidados, despertando o interesse do poder público e foi

[...] somente após a chegada da Comissão Demarcadora de Limites, quando Gronsfeld em 1771 identificou o local como canal natural de esgotamento das terras altas, ocasião em que propuseram o aproveitamento da hidrografia local, com a criação de um sistema de canais a partir da união dos cursos dos igarapés que corriam para o Rio Guamá e para a Baía do Guajará. Sugestão que não foi aceita face as despesas e a falta de interesse do governo pombalino pelo o assunto, o qual volta vá-se complementemente para as drogas do sertão.

Nessa época, o Igarapé do Reduto era denominado como o Igarapé da Fábrica, em

[...] função da instalação de uma fábrica de solas na sua margem esquerda próxima à sua desembocadura, enquanto o interior Ocupado por rocinhas e

áreas institucionais, onde em 1793, funcionava um campo de exercício militar. (RODRIGUES; CARDOSO 1990, p. 28)

A Figura 33 é o mapa da cidade de Belém no final do século XVIII, ampliado pelo aumento de sua atividade comercial. O desenho define uma nova área de ocupação, com a drenagem do alagado do Piry. O plano foi elaborado por Theodosio Constantino de Chermont, filho de João Alexandre de Chermont, também engenheiro militar português. Constantino foi nomeado capitão na guarnição de Belém em 1760, onde deveria permanecer por seis anos, mas esteve presente pelo menos até os anos 1790 (COLEÇÃO, 2018). O desenho indica o modo pelo qual se previa a urbanização da área do Piry, em continuidade ao arruamento já existente, com ruas retas, mas sem a forma de tabuleiro de xadrez.

Figura 33 – Plantas geométricas da cidade de Belém do Grão-Pará – Ano 1791



Fonte: Original manuscrito da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro. Coleção – Imagens Período Colonial – Pará

No mapa de 1791 (Figura 33) de Theodosio Constantino Chermont<sup>92</sup> preparado 40 anos depois da construção do Reduto de São José, pode-se visualizar todas as fortificações existentes na baía do Guajará e, pela primeira vez, aparece o Igarapé do Reduto em toda a sua extensão, desde a nascente até a desembocadura no Guajará. Meira Filho (1976, p. 724)

<sup>92</sup> Engenheiro militar, membro da segunda Comissão Demarcadora, produziu trabalhos importantes sobre a cidade de Belém, sendo este de 1791, o mais precioso levantamento da cidade efetuado no século XVIII (MEIRA FILHO, 1976).

referindo-se a este mapa comenta sobre a origem do Igarapé do Reduto “[...]cujas águas vinham de Nazareth, próximo ao cemitério Velho e desciam pelo Paul d’Água (Piedade) cortava o baixio do Reduto e lançava suas correntes na baía de Guajará”. Trindade Júnior (1997, p. 36) relata que nesta planta " se percebe um notável crescimento urbano em relação às plantas mais antigas (*apresentadas acima, observação nossa* ), a cidade se estendia das proximidades do arsenal de Marinha ao Reduto de São José.

É de suma importância a visualização da grande área de ocupação alcançada com o ensecamento e a urbanização do Piry, onde se percebe a dimensão da expansão dos limites urbanos para o interior da cidade, redefinindo novas áreas de ocupação da cidade. Meira Filho (1976, p. 754), ressaltou que “[...] o mapa nos mostra Belém avançando para a Campina e partindo para novas zonas urbanas”. Percebe-se, então, com esse mapa, que já, desde a metade do século XVIII, Belém conheceu um crescimento urbano significativo.

Sousa (2009, p. 28) relata que aparecem erros na execução desse mapa:

Aparecem ainda vários outros lugares existentes na cidade no período, porém, percebe-se um erro, alguns lugares não estão devidamente identificados de acordo com a legenda, como é o caso da Fábrica de Sola e do Igarapé da Fábrica. O próprio Reduto de São José só se consegue identificá-lo devido a forma que está representado ser semelhante a que aparece no mapa de Gronsfeld de 1773.

Chama atenção ainda no mapa o fato de ser mostrado o traçado das quadras identificando as áreas ocupadas e também as que ainda não haviam sido ocupadas como era o caso da região do Piry. No comentário de Reis Filho (1999 *apud* SOUSA, 2009, p. 28) sobre esse mapa, ele menciona que esse seria “[...] o modo pelo qual se previa a urbanização da área do Piry, em continuidade ao arruamento já existente”.

Trindade Júnior (1997) relata que o processo de ocupação se iniciou na época pombalina, com a expansão do bairro da Campina. O marco dessa ocupação foi a construção de um Reduto<sup>93</sup> próximo ao antigo convento de Santo Antônio. Baena (1839) retrata o Reduto como “Obra simples”, cuja construção foi descrita por Viana (1905, p. 293) da seguinte forma:

Fez-se um reducto de fachina à borda d’água, com a barma circuitada de palissada, e montaram-se ahi quatro canhões de grosso calibre. O terreno foi previamente estaqueado e tudo executado com as exigências das construcções militares da época.

---

<sup>93</sup> Reduto, segundo Trindade Júnior (1997, p. 36), é uma pequena praça de guerra.

Para Meira Filho (1976, p. 724), a edificação desse Reduto seria “[...] para garantir a segurança da sede da colônia e a conselho e experiência dos locais estratégicos do litoral à entrada da cidade”. Assim, o Reduto de São José passou a compor um conjunto de fortalezas para militares existentes ali ao lado da Baía do Guajará, região que precisava ser reforçada devido à facilidade de acesso à cidade pelo litoral<sup>94</sup>.

Araújo (1992) pesquisou a ação urbanística da política pombalina na Amazônia na segunda metade do século XVIII e expos que ela se firmou na criação de uma linha de defesa por meio das fortificações e na ocupação da terra pela fundação de povoações. Desse modo, “[...] assegurava-se o controle dos limites exteriores do território e ao mesmo tempo, investia-se na ocupação efetiva do domínio colonial” (SOUSA, 2009, p. 29). Como dito anteriormente, a construção do Reduto pretendia, além de ter a função militar e de proteção à cidade, representar mais um passo em direção à expansão da cidade para o Norte, à margem do Guajará (CRUZ, 1973; MEIRA FILHO, 1976). Essa expansão empreendida em Belém nos meados do século XVIII definiu a configuração do espaço urbano que a cidade assumiu até o início do XIX (SOUSA, 2009).

Segundo alega Sousa (2009, p. 29), no começo do século XIX, entre 1806 e 1810, foram erguidos um “[...] semibaluarte e uma muralha unindo a fortificação de Santo Antonio com a de São José”. A mesma autora relata que, em 1832, essa muralha foi derrubada para ser erigida no lugar uma praça e para abertura de novas ruas. Seria o início da ocupação da parte mais ao sul da cidade; o investimento se mostrou o oposto do que era previsto no projeto de expansão da cidade. A região era marcada pela existência de duas bacias: a do

[...] Igarapé da Fábrica e a do Igarapé das Almas cujas baixadas dificultaram inicialmente a sua ocupação, o terreno do Reduto de São José era alagadiço e cheio de irregularidades sendo então, utilizado como campo para instruções militares. (SOUSA, 2009, p. 30)

Assim, foram feitas obras de terraplenagem e de urbanização naquela área alagadiça, visto que as autoridades reconheciam a importância dessa área na ligação com o núcleo urbano já existente (Cidade e Campina) e das áreas mais distantes, favorecendo, assim, a expansão da cidade (SOUSA, 2009, p. 30). Desse modo, ruas e caminhos foram surgindo e

---

<sup>94</sup> Os fortes existentes no litoral guajarino eram o do Castelo (antigo Presépio), o da Barra e o de São Pedro de Nolasco, O Forte de Santo Antonio, segundo Vianna (1905, p. 291), construído pelo Governador Francisco de Sousa Coutinho “mais de vinte anos depois” do Reduto de São José era “uma sólida bateria, sobre a praia” construída em alvenaria de pedra e cal, com muros largos e planta no formato retangular (VIANNA, 1905, p. 291).

ligando o núcleo da cidade às áreas circunvizinhas e, dessa forma, ocupando toda aquela área que passava a ser inserida ao espaço urbano belenense. O processo de inserção daquela área foi feito lentamente. Iniciando-se paralelo ao processo de expansão para a Campina, na segunda metade do XVIII, a área do Reduto de São José só foi efetivamente ocupada e inserida à vida da cidade no final do século.

Segundo Trindade Júnior (1997, p. 36), o Reduto “[...] fora erguido no governo de Atháides Teive, em 1751, no local onde se encontra o Quartel da Polícia Militar do Estado, na junção da Rua Gaspar Viana com a Avenida Assis de Vasconcelos”.

O antigo quartel está abandonado há anos. No *O Liberal*, de maio de 2015, informa-se: “Pelos portões é possível notar o abandono: escombros resultantes do efeito do vento, que já destelhou e derrubou o teto, além de limo, mato, água parada e alguns resíduos jogados para dentro”. Parte do imóvel foi usado para sediar a primeira edição da Casa Cor Pará, em 2011.

Na mesma nota jornalística, relata-se que :

Em nota, a Polícia Militar informou que “o imóvel sediava o 2º Batalhão da Polícia Militar. O local irá passar por reforma especializada e já tem aprovado o projeto de restauro, reforma e adaptação, inclusive com autorização para o início das obras. O lançamento do edital para as empresas que desejam participar do processo licitatório está previsto para até o final deste semestre. Pelo projeto, no local será sediado o Comando de Policiamento da Capital, o 2º Batalhão PM, o Museu da PMPA e a Companhia Independente de Policiamento Turístico”. (O LIBERAL, 2015)

A ocupação no bairro do Reduto começou por meio de dois núcleos iniciais: o convento dos Capuchos de Santo Antônio e o Paul D'água, na nascente do Igarapé do Reduto. Sua bacia era demarcada por dois córregos: a do Igarapé da Fábrica (Canal General Magalhães) e a do Igarapé das Almas (Avenida Visconde de Souza Franco) . Os referidos igarapés localizavam-se em paralelo, a nordeste da área, onde se localiza o atual Bairro da Campina.

Meira Filho (1976, p. 804) aponta que:

[...] fixa com clareza o Igarapé da Fábrica [...] Logo depois tomaria o nome de Igarapé do Reduto, em face da construção do Reduto de São José, próximo ao convento de Santo Antonio, a fim de ajudar a proteção militar da cidade [...] A bacia do rio das Almas é que daria o nome de igarapé das Almas [...].Baena fala claramente nos dois igarapés: Reduto e Almas, quando assinala a construção das três Travessas Princesa (Benjamim

Constant), da Glória (Rui Barbosa) e do Príncipe (Quintino Bocaiuva) [...] A designação de Igarapé das Almas [...].

O Reduto conforme alega Trindade Júnior (1997), auxiliava na proteção da cidade, posto que sua localização era estratégica, junto à baía, na entrada da cidade, servindo de ponto de defesa, assim como o Forte do Castelo, o Forte da Barra e do Forte de São Pedro Nolasco. Foi desse marco de defesa que nasceu o nome do bairro do Reduto e do Igarapé, antes chamado de Igarapé da Fábrica, assim nomeado devido à existência de uma fábrica de sola, na sua foz, na Baía do Guajará (MEIRA FILHO, 1976).

A partir da iconografia que retrata Belém, levantada por Mello Jr. (1970), é possível analisar a expansão da cidade de Belém desde sua fundação com a construção do atual Forte do Castelo.

Segundo Trindade Júnior (1997), em 1784, foi construído um obelisco, conhecido como marco da memória, na Estrada de Nazaré, e, a partir dessa obra, as áreas altas ao leste da freguesia do Reducto (Alto Reduto) começaram a ser ocupadas. O terreno próximo ao Reduto de São José era alagadiço e irregular, sendo, então, utilizado como campo para instruções militares. Já no início do século XIX ocorreu a abertura das ruas da Princesa, da Glória e do Príncipe (Atuais ruas Benjamim Constant, Rui Barbosa e Quintino Bocaiúva, respectivamente), tais vias favoreceram a ocupação das áreas de baixada do Reduto.

Gradativamente, o bairro ganhava novos moradores e, conseqüentemente, mais infraestrutura, pois as autoridades municipais já reconheciam a importância da freguesia como área de ligação com o núcleo urbano, trazendo para a localidade obras de terraplenagem e urbanização para incentivar a expansão da cidade. O processo de inserção daquela área foi feito paulatinamente, contíguo à consolidação da Freguesia da Campina na segunda metade do século XVIII; a área do Reduto de São José foi efetivamente ocupada e inserida à vida da cidade na primeira metade do século XIX. No começo da evolução do bairro, a maioria de seus moradores era composta de pessoas pobres, entretanto, a proximidade com a Baía de Guajará favoreceu o desenvolvimento comercial no bairro, consolidado na segunda metade do século XIX.

Segundo Sousa (2009), a primeira área a ser ocupada no Reduto foi a que atualmente corresponde à Rua 28 de setembro e que foi descrito por Baena (1969) como um “[...]”

terrapleno que começa do fim da Rua dos Mártires<sup>95</sup> na vizinhança do Reducto de São José e atravessa todo o espaço de vasa atoladiça”. Esse terrapleno era atravessado pelo igarapé do Reduto, onde, em meados dos XIX, foi construída uma doca chamada Doca do Reduto, que, devido sua aprazível localização e seu dinamismo comercial, se tornou literalmente um dos “cartões-postais” da cidade de Belém no século XIX (Figura 34).

Em 1833, Belém possuía 13.247 habitantes e 1.935 casas, das quais 699 localizavam-se na então freguesia da Sé (hoje, Cidade Velha), cujo início da ocupação se deu com a fundação da cidade, em 1616; e 1.236 ficavam na freguesia de Nossa Senhora de Santana da Campina, cuja ocupação consolidou-se somente no século XVIII, o que reforça o desenvolvimento da cidade na direção da segunda nucleação. Alguns anos depois, em 1839, a cidade já possuía 35 ruas, 31 travessas e 12 largos (CRUZ, 1963).

Figura 34 – Doca do Reduto vista da baía de Guajará e tendo ao fundo a Rua 28 de Setembro



Fonte: Álbum do Pará em 1899, Acervo da Biblioteca Pública Arthur Vianna citado pelo acervo Olímpia Reis Resques<sup>96</sup>

Conforme apontam Rodrigues e Cardoso (1990, p. 27), as travessas foram abertas em 1827 em direção à Baía, na ocasião em que a

[...] cidade deixara de adotar o traçado em forma de leque condicionado pelo obstáculo do Piri, depois do seu aterro adotou-se a implantação dos traçados reticulares sobre o mesmo e na configuração dos bairros em formação.

<sup>95</sup> Segundo Cruz (1992, p. 50), Rua dos Mártires era o nome inicial da Rua 28 de Setembro, que, em 1871, passou assim a se chamar em homenagem ao dia em que foi assinada a Lei do Ventre Livre.

<sup>96</sup> Busca feita via internet. RESQUES, O. R. **A formação de Belém**. 2016. Disponível em: <http://olimpiareisresque.blogspot.com/2016/01/>. Acesso em: 2 jul. 2018.

Já na segunda metade do século XIX (Figura 35), tiveram início as maiores transformações urbanas da cidade, proporcionadas pela crescente prosperidade econômica gerada pelas exportações da borracha e pelo estreitamento das relações de Belém com a Europa e os Estados Unidos. De acordo com Corrêa A. (1989), nesse período, foram realizados muitos melhoramentos urbanos em Belém, dos quais grande parte tinha um caráter sofisticado e utilizava materiais importados da Europa.

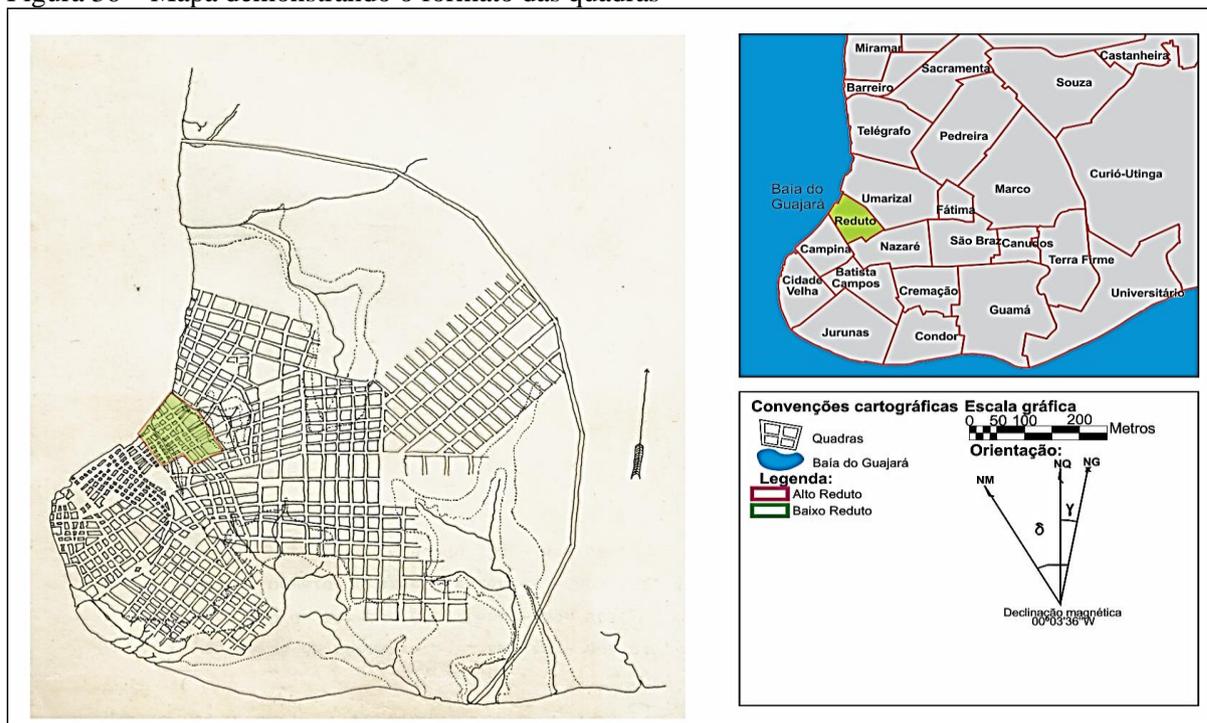
Figura 35 – Belém por volta de 1860



Fonte: Meira Filho (19?? *apud* CORRÊA A. *et al.*, 2005)

Rodrigues e Cardoso (1990) relatam ainda que, como resultado do cruzamento dessas travessas com os novos prolongamentos de ruas, surgiu um tecido urbano formado por ruas retas e paralelas, interceptando-se em ângulos retos, com quarteirões regulares e tamanho aproximado (Figura 36 – Mapa).

Figura 36 – Mapa demonstrando o formato das quadras



Fonte: Rodrigues e Cardoso (1990, marcação nossa)

A conversão de igarapé do Reduto se iniciou em 1851, mas somente atingiu uma forma mais regular em 1859, quando passou a ser chamada de Doca do Imperador e, posteriormente, Doca do Reduto. Vicente Chermont no prefácio do *Álbum Belém da Saudade* (SECULP/PA, 1998) informa que essa doca foi construída pelo major Antonio José de Miranda para a municipalidade com o aval de seu pai Vicente Galego. Segundo Cruz (1967), essa doca tinha uma dimensão de 10 braças de largura e 120 de extensão, contadas a partir da Estrada da Olaria (atual Avenida da Municipalidade) na direção do mar e uma profundidade de 12 palmos do nível do aterro. O aterro e a construção dessa doca favoreceram a ocupação da área do Reduto.

As docas assumiram uma importância vital para as atividades econômicas na época, como se pode perceber no próprio relato do intendente municipal Antônio Lemos (1904, p. 182-183) no Relatório Municipal:

Têm n'esta capital, a designação de docas as aberturas quadrilongas no litoral, por onde penetram as águas fluviais durante as cheias da maré, offerecendo assim vasto espaço e seguro abrigo a barcos e canoas. As principais docas são as do Ver-o- Peso e Reducto e por ellas têm fácil acesso aos mercados os múltiplos productos da lavoira e outras industrias do interior [...] Ellas prestam consideraveis serviços ao commercio, às industrias e até a navegação.

Segundo Trindade Júnior (1997), as obras de construção da Doca do Reduto ocorreram em duas fases que versaram em um primeiro momento no estaqueamento de madeira e, posteriormente, em 1854, quando foi feito o calçamento da estrada do Paul d'Água, atual Avenida Governador José Malcher; além disso, em um segundo momento, foi realizada a abertura do sistema de esgoto que servia de passagem das águas pluviais que vinham do antigo Largo da Pólvora, atual Praça da República, por meio de encanamento que terminava no Igarapé do Reduto. A desapropriação da área do Paul d'Água foi feita em 1860, assim como a de outras áreas importantes para o abastecimento de água potável para a cidade. Em 1870, os poços existentes passaram por melhoramentos, tendo em vista a eficiência para o abastecimento da cidade.

Trindade Júnior (1997) relata que em 1898 iniciaram o calçamento e a construção de vários passeios públicos, como as atuais: Gaspar Viana, Rui Barbosa, Quintino Bocaiúva, Generalíssimo Deodoro e Gov. José Malcher. Foi feita a iluminação de outros logradouros públicos como: Domingos Marreiros e a Doca de Souza Franco.

#### 4.2.2 O Ciclo Econômico da Borracha e a Reestruturação Urbana do Bairro do Reduto (1890-1920)

Sousa (2009) relata que, desde sua origem, o Reduto desempenhou uma importante função comercial na cidade, vários estabelecimentos comerciais ali eram favorecidos pela chegada de mercadorias vindas de cidades do interior que eram descarregadas no Igarapé da Indústria. Na época, estabeleceram-se ali muitos comerciantes, sobretudo de origem estrangeira. O comércio existente no Reduto era diversificado e bem abastecido. Em 1851, com o crescimento comercial e a necessidade de melhorar a área portuária da cidade, foi inaugurada a Doca do Imperador, construída em um simples estaqueamento de madeira que, posteriormente, em 1859, foi construído de forma mais regular e duradoura, passando a se chamar Doca do Reduto. O movimento comercial que se desenvolveu naquele bairro fez com que ele se tornasse um importante ponto de abastecimento para os seus moradores e para outros bairros vizinhos.

Para Sousa (2009), nessa área, além de pequenos comerciantes, havia alfaiates, ferreiros, carpinteiros, operários de fábricas próximas entre outros trabalhadores que, ao longo do desenvolvimento dessa atividade, foram instalando-se nas cercanias, sobretudo na Rua dos Mártires (atual Rua 28 de Setembro).

O ano de 1890 foi considerado o início de um novo momento econômico para a cidade de Belém do Pará, devido ao *boom* da borracha na Amazônia. Esse desenvolvimento econômico traduziu-se na reestruturação do espaço urbano de Belém inspirado nas políticas urbanísticas de Paris na França, período conhecido como a *Belle-Époque*.

A partir de 1850, a cidade de Belém entrou numa nova fase de desenvolvimento econômico: o ciclo da borracha. Essa foi uma era, se assim pode se dizer, do luxo e da modernização, em que a cidade tornou-se mundialmente conhecida por seu produto notável, a borracha. Mas, se essa foi uma era de riquezas, seja de natureza econômica, patrimonial ou urbana, essas riquezas não foram comuns à sua população como um todo. Contudo, pode-se perceber que essa foi uma era de notável transformação urbana da capital do Pará, marcada na fisionomia da cidade, e que ainda hoje guarda em muitas de suas casas o testemunho desse ciclo.

Com isso, pode-se perceber que o crescimento urbano de Belém, impulsionado pela riqueza da borracha, criou uma nova fisionomia não somente para a cidade, mas uma nova fisionomia para cada classe social, revelada pelas formas de morar encontradas nos bairros da cidade. A dissertação de Soares (2009) estudou as diversas formas de morar no período da *Belle-Époque* (1870-1910), o trabalho estuda a cidade de Belém da época, não somente o bairro do Reduto.

Rodrigues e Cardoso (1990), Trindade Júnior (1997) e Lima (2015) pontuam que, a partir de meados do século XIX até início do século XX, Belém ascendeu ao mais profícuo período econômico da Amazônia, representado pelo Ciclo da Borracha, passando a ser o principal porto de escoamento desse produto, assim como principal entreposto de importação e de exportação; com isso, Belém passou por uma mudança do seu espaço urbano. Ocorreu um crescimento populacional considerável e também uma série de medidas urbanas que culmina com uma reestruturação do espaço urbano, “[...] dadas as dimensões e a relevância que este passa a ter, enquanto *locus* de acumulação e sustentação da riqueza pela produção gomífera (TRINDADE JÚNIOR, 1997, p. 39).

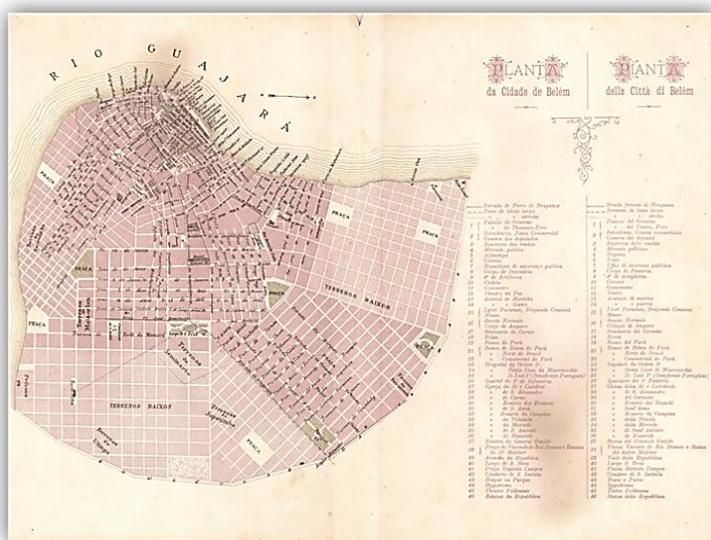
Ao longo desse período, não se pode deixar de destacar a administração do Intendente Antônio Lemos (1897-1905), pois ele teve um papel muito importante na reestruturação do espaço urbano de Belém, conseqüentemente do bairro do Reduto.

É interessante observar que, no final do século XIX, conforme aponta Duarte (1997), o Plano Urbanístico para a Primeira Léngua Patrimonial da cidade de Belém, do engenheiro da Câmara Manoel Nina Ribeiro, propiciou não apenas a expansão territorial da cidade de

Belém, mas também a estabilização de áreas internas ao núcleo, conforme critérios compositivos nele contidos. O Plano ficou “engavetado” até 1897 quando, sob a administração de Lemos, teve início a sua implantação, com a filosofia de

[...] intervenções urbanas por acréscimos, nunca por supressão, o que permitiu a conservação da memória do seu traçado até os dias de hoje. O regular traçado do centro histórico permitiu sua incorporação ao discurso de modernização da cidade. Ressalta-se o pioneirismo no Brasil. (DUARTE, 1997, p. 63)

Figura 37 – Mapa de Belém de 1899



Fonte: Caccavoni (1898, p. 134 e 135)

Trindade Júnior (1997, p. 40) relata o intento de modernização que ganha importância na administração de Lemos, quando ele induz à

[...] elitização do espaço urbano, através da alocação de recursos em áreas privilegiadas e da erradicação dos setores populares para áreas mais distantes do centro, tal o direcionamento dado ao urbanismo, através das intervenções diretas e das normas impostas.

O processo de modernização de Belém inclui melhorias no saneamento e uma modificação na paisagem urbana, a partir da renovação da estética da cidade por meio das mudanças do aspecto dos logradouros urbanos, abertura de novas vias, pavimentação de ruas, construção de prédios com fachadas Art Nouveau. Em sintonia com o *boom* do Ciclo da Borracha, Belém incorporou à sua arquitetura vários elementos Art Nouveau. Bassalo (2008, p. 83) aponta que

Na arquitetura do início do século XX, em Belém, destacam-se as suntuosas edificações públicas e particulares da época de Antônio Lemos. A tipologia das edificações desse período, tanto em Belém quanto em Manaus, é

neoclássica e/ou eclética. Tal preferência das elites locais confirma um tipo de comportamento social que, sob certos aspectos, pode ser identificado com o da nobreza do café em São Paulo. Nas edificações da *belle époque* tropical observa-se com frequência a ornamentação no estilo *art nouveau*. Muitas dessas construções têm a fachada no alinhamento frontal do terreno, com a entrada lateral, na qual normalmente há uma sacada com gradis de ferro e janelas *art nouveau*. Exibem a platibanda com elementos vazados, a maioria geométricos, dispensando o uso clássico da tradicional platibanda com balaústres.

Para Trindade Júnior (1997), a dinâmica do urbanismo tinha o intuito de tornar Belém uma cidade compatível com o papel que ela vinha desempenhando com a comercialização da borracha. Assim, Rodrigues (1998, p. 192) ressalva que, por ter áreas pantanosas e inundáveis, o planejamento urbanísticos abarcava

[...] obras de embelezamento, de saneamento, de infra-estrutura portuária e outras obras públicas como: a iluminação a base de lâmpões, o abastecimento d'água, os trens urbanos, iluminação á gás e elétrica.

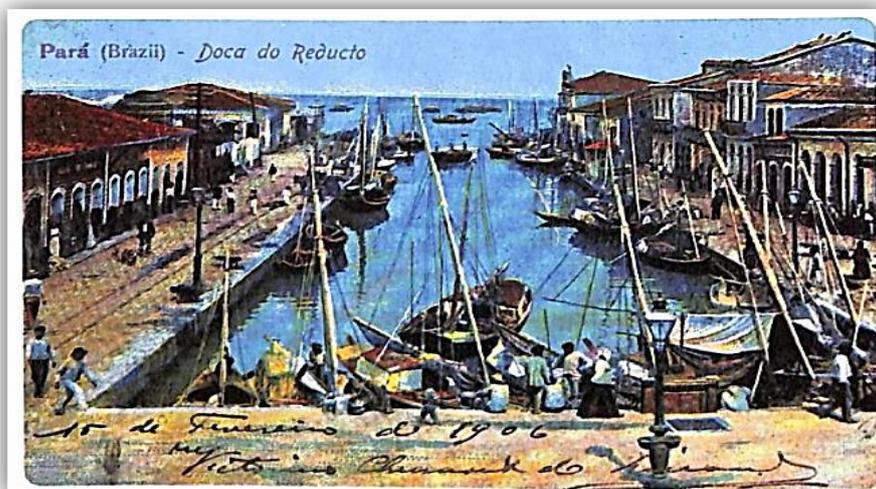
Para Trindade Júnior (1997, p. 40):

De fato, a reestruturação da cidade e a consolidação de uma nova estética consistia na construção de redes de esgotos, de água, coleta de lixo e ainda a drenagem de áreas pantanosas. No tocante, ao último aspecto, verifica-se no período em questão o aterramento de vários trechos de áreas baixas da cidade.

Foi desenvolvido no bairro do Reduto uma intensa atividade comercial centralizada na atual Rua 28 de Setembro e na Doca do Reduto (Doca do Imperador) construída no século XIX no Igarapé do Reduto (Igarapé da Fábrica), confirmando a importância que essas docas tinham para o contexto econômico da cidade de Belém. Com o comércio e serviços, o bairro do Reduto tornou-se um espaço de grande circulação de pessoas. Segundo Sousa (2009), pelas fotografias da época, é possível observar que, apesar dos elementos naturais, o bairro não era um espaço de lazer, na verdade, se configurava como espaço de trabalho, algo compatível com o movimento urbano de modernização da cidade.

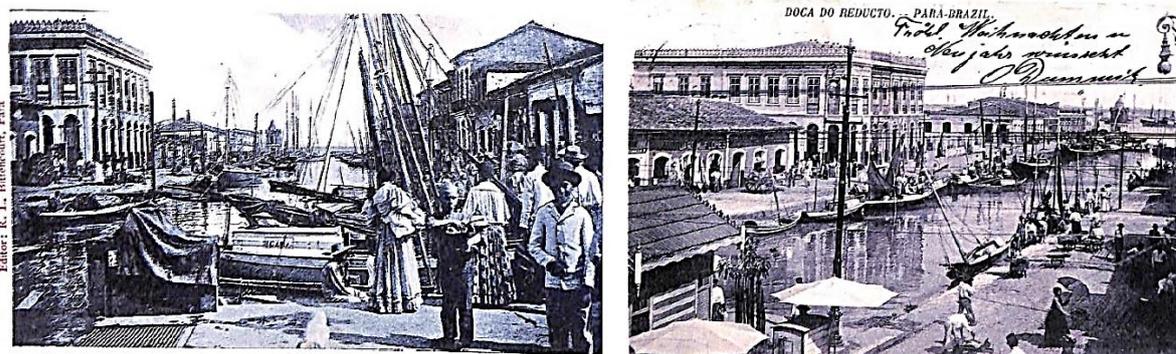
No final do século XIX, o bairro do Reduto tinha uma característica comercial, devido à influência exercida pela Doca do Reduto, onde havia um intenso fluxo de embarcações que chegavam de diversas regiões para ali negociarem seus produtos (Figura 38).

Figura 38 – Doca do Reduto, em primeiro plano a Baía que chegava à face da Rua 28 de Setembro. 15 de fevereiro de 1906



Fonte: SECULT/PA (1998)

Figura 39 – Imagens da Doca do Reduto, vistas tomadas da Rua 28 de setembro em direção à Baía do Guajará. Em períodos distintos, porém aparece uma edificação de dois andares inalterada nas duas imagens



Fonte: SECULT/PA (1998, p. 42)

Nas imagens anteriores (Figura 39), é possível perceber o cotidiano da época, nota-se a movimentação na Doca do Reduto, quando se observa a presença de embarcações que traziam produtos de outras regiões para serem comercializados em Belém. Segundo Sousa (2009, p. 35)

[...] vindas de ilhas próximas ou distantes, aquelas canoas chegavam abarrotadas de produtos a serem possuídos por mulheres simples, homens do povo e até crianças que circulavam pelos arredores da doca, acompanhando adultos ou cumprindo a tarefa doméstica de levar para casa as compras do dia, ou exercendo a função de pequenos vendedores.

Pode se ver as pessoas circulando e comprando produtos dessas embarcações, todavia, a dinâmica econômica que a Amazônia experimentava em fins do século XIX teve uma

significativa influência sobre a estrutura urbana da cidade, modificando acentuadamente a área portuária de Belém.

Penteado (1973, p. 61) afirma que final do século XIX,

[...] o governo federal resolveu enfrentar o problema: a borracha, que já trouxera ouros benefícios para a Amazônia, como a extinta Estrada de ferro Bragança e a imigração e colonização Bragantina iria dar a Belém um porto, como sua importância econômica requeria.

A construção desse novo Porto tende a mudar a configuração urbana e social do bairro do Reduto.

Segundo Penteado (1973), os primeiros estudos de benfeitorias das instalações portuárias de Belém datam de 1897, de autoria do engenheiro Domingos de Sérgio Sabóia e Silva, e previam a regularização do litoral da cidade junto à baía, assim como a eliminação por meio do aterramento das docas do Reduto, de Ver-o-Peso e de Souza Franco, já que as julgava prejudiciais à saúde pública. O projeto previa a construção de molhes, armazéns e a dragagem do canal de acesso ao porto, de modo a facilitar a acostagem dos navios de maior calado. O projeto e os custos das obras foram amplamente discutidos, contudo o empreendimento fracassou apesar do movimento do porto aumentar – Belém já se encontrava no período áureo da borracha (PENTEADO, 1973).

Teixeira (2005) relata que no início do século XX, baseado nos estudos do engenheiro Sabóia e Silva, o Governo Federal colocou em concorrência pública a execução das obras do porto de Belém, já que a não construção desse porto cada vez mais implicava o surgimento de novos trapiches ao longo da orla. A primeira concorrência foi vencida, segundo Penteado (1973), em 15 de novembro de 1902, por João Augusto Cavallero e Frederico Bender. Contudo, a concessão foi anulada, já que os vencedores da licitação não assinaram o contrato dentro do prazo.

Para Rodrigues e Cardoso (1990, p. 31), a posição de Belém nessa ocasião era a de centro do mercado, que progredia em função do comércio com o exterior, “[...] trocando toda sorte dos produtos da terra, especialmente a borracha, por produtos estrangeiros manufaturados”. Para as autoras, o capital concentrou-se nas mãos de poucos, favorecendo o surgimento de padrões culturais importados, que se

[...] refletiram na cidade através da modificação de sua configuração urbana, com a aberturas de ruas, largas avenidas e boulevards; com a criação de jardins públicos e adoção de uma arquitetura comprometida com os padrões estéticos europeus da época. (RODRIGUES; CARDOSO, 1990, p. 31)

Conforme afirmam Rodrigues e Cardoso (1990, p. 31), enquanto

[...] o restante da cidade era embelezada, a área do antigo Reduto sofria uma ocupação característica de bairro industrial, onde as fábricas puderam ocupar o espaço mais conveniente para o seu funcionamento, no caso, a margem imediata da baía.

As autoras relatam que a densidade demográfica aumentava em função das pequenas dimensões dos terrenos, com “[...] habitações que prescindiam de pátios ou espaços verdes, de praças ou qualquer espécie de centro cívico. Havia muito pouco ornamento e nenhuma vegetação, a caracterizava-se com área proletária da cidade.” (RODRIGUES; CARDOSO, 1990, p. 31).

Esse processo era, todavia, visto com naturalidade na época, tanto que o Intendente Antônio Lemos, em seu relatório de 1902, teceu os seguintes comentários:

[...] avenida de grande futuro é a da Municipalidade, próxima ao litoral, entre o Reduto e os terrenos afetos ao atual matadouro, em linha paralela à Av. São João com o comprimento de 1.752m e 22,0m de largura. Está para a comodidade das classes industriais e operários o que a Independência está para o recreio e salubridade das classes chamadas liberais... "e acrescenta"... dá uma desafogo as expansões da nossa vida social, obedece a outra a um espírito de previdência em favor dos interesses mercantis e industriais da praça. Ambas úteis, necessárias ambas. (BELÉM, 1902, p. 66)

Apenas em 18 de abril de 1906 foi que o engenheiro americano Percival Farquhar ganhou, para si ou para a companhia que organizasse, a concessão para a execução do porto de Belém, fundando a companhia *Port of Pará Co.* no mesmo ano. Contudo, segundo documentos pessoais do engenheiro (GAULD, 1964), suspeita-se que na verdade essa concessão tenha sido comprada. O decreto-lei referente à concessão estabelecia a construção e a organização do porto desde a foz do rio Guamá até a ponta da atual ilha de Mosqueiro, dividida em duas seções. A concessão para a exploração do primeiro trecho, que deveria estar construído até 1913, seria até 1973 e, para os demais, até 1996, quando todas as obras passariam para a União (PENTEADO, 1973).

O projeto da organização portuário de Belém foi elaborado pela então famosa firma S. Pearson & Sons, que havia construído os portos de Liverpool e Londres. O grande interesse na Europa ocasionou a concorrência de capital estrangeiro no projeto, que se deu também devido à excelente cotação da borracha brasileira. As ações da empresa foram vendidas nas bolsas da França, Bélgica, Canadá e Estados Unidos (PENTEADO, 1973).

Penteado (1973) afirma que em 16 de novembro de 1907 teve início a dragagem do ancoradouro. Houve o aterramento de toda a orla da baía de Guajará. Percival Farquhar retirou todos os trapiches existentes em frente à cidade e no mesmo local construiu o Porto de Belém, inaugurando em 2 de outubro de 1909, 120 metros de cais e o primeiro armazém de 20

m por 100 m. Desse modo, em 1910, a doca do Reduto foi aterrada e, nas lembranças do filho do ferreiro do Reduto, ficou somente a triste lembrança de que “[...] um dia, os ingleses da *Port of Pará* encheram aquilo de terra e taparam a passagem das canoas, dos mastros e dos remos, para colocar barracões de zinco em toda a extensão do cais.” (ORICO, 1956, p. 110).

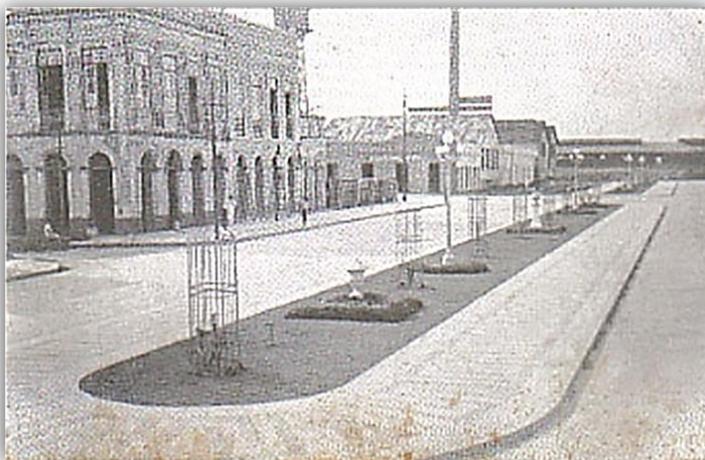
Em 7 de setembro de 1908, foi colocado o primeiro bloco do novo cais. Esse evento foi marcado por uma grande solenidade em Val-de-Cães, onde seriam fabricados os blocos de concreto para o cais do novo porto, vastamente noticiado pelos jornais locais também contou com a presença de Augusto Montenegro, governador do Estado, de Antônio Lemos, do intendente municipal e dos ministros da Indústria e da Fazenda (LEMOS, 1909).

Sem dúvida, a natureza foi a que primeiro sentiu o impacto dessas transformações, porém, o desgaste social sofrido por aquelas pessoas que fizeram daquele lugar seu espaço de vivência e de sobrevivência foi extremamente danoso, como será visto mais adiante. Com o desaparecimento dos trapiches, das serrarias, das indústrias e das companhias de navegação, houve uma modificação da paisagem da orla. Foram eliminadas as irregularidades do litoral junto à Baía de Guajará com o aterramento e recuperação da área baixa.

As obras de aterramento do cais e da Doca do Reduto foram concluídas ainda no início da primeira década do século XX, quando os ingleses aterraram para a construção do Porto de Belém. Conforme diz Trindade Júnior (1997), nesse processo, foi decidido, por volta de 1910, também, o aterramento das docas existentes, dessa forma, isso formou uma barreira contra as águas da Baía, cessando não só as Docas do Reduto, como também desviando a foz do Igarapé das Almas.

Conforme alega Cruz (1973), em setembro de 1912, o Conselho Municipal aprovou a Resolução n. 282, denominando a antiga doca do Reduto de Praça General Ilha Moreira, posteriormente chamada de General Magalhães. Apesar de trazer grandes benfeitorias para o comércio da borracha, a edificação do porto também trouxe grandes impactos comerciais e urbanos. A paisagem da área é mudada, assim como a sua relação com a cidade de Belém. O porto alcançou, com o ciclo gomífero, seu momento maior, tornando-se o “coração” econômico da cidade. As transformações na área do antigo igarapé não resolveram os problemas de drenagem e de alagamento, sendo necessária, mais tarde, na década de 1970, a sua reabertura pelo canal aberto, tendo como consequência a demolição da praça General Magalhães.

Figura 40 – Cartão postal monumento praça General Magalhães



Fonte: Rio Postal (2007)<sup>97</sup>

A sua área de entorno sofreu modificações; o bairro do Reduto teve sua antiga Doca aterrada e a atividade comercial cedeu lugar à atividade industrial. O Reduto transformou-se em polo industrial urbano. A orla recortada e pontuada por diversos trapiches passou a ser uniforme, o que mais tarde contribuiu para o assoreamento do canal de acesso ao porto (RODRIGUES; CARDOSO, 1990).

#### 4.2.3 Reduto: de bairro operário a bairro fabril (1920-1950)

Observar a história urbana do bairro do Reduto é atentar para a importante participação que ele teve na mudança do modelo econômico da cidade de Belém, consequentemente nas mudanças do cenário das áreas públicas. Sabe-se que houve excepcional crescimento da economia local devido à extração do látex e à exportação dele, contudo, a prosperidade capital advinda do comércio da borracha durou aproximadamente apenas até a década de 1920. O capital comercial foi a base da instalação das fábricas no Pará até o início do século XX, porém, após esse período, o capital bancário foi o principal responsável pela origem de quase toda a indústria paraense (MOURÃO, 1989).

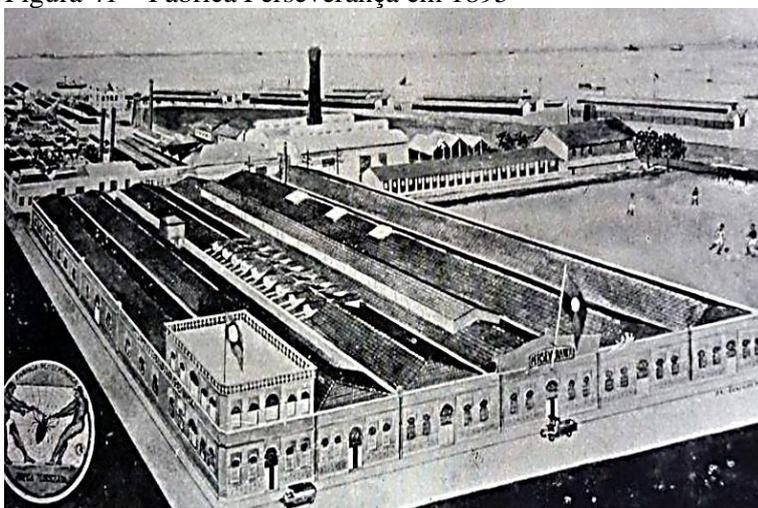
---

<sup>97</sup> Em busca por imagens da praça, deparou-se com um *site* Rio Postal que vende postais antigos, confirmou-se que essas imagens são realmente da praça General Magalhães, pois imagens semelhantes podem ser vistas no trabalho de Trindade Júnior (1997, p. 44) e de Sousa (2009, p. 42), a veracidade também pode ser confirmada pela presença do prédio de dois andares que aparece em várias imagens anteriores do canal. Essas informações podem ser conferidas em: [http://www.riopostal.com/detalhes\\_produto.asp?id=8536](http://www.riopostal.com/detalhes_produto.asp?id=8536). Acesso jul. 2018.

As mudanças pelas quais passou o bairro do Reduto, a partir de ações da intendência municipal durante o século XIX, o transformaram em uma das principais áreas financeiras e em um núcleo industrial de Belém. Nos relatórios da intendência do Pará no século XIX, é possível encontrar informações sobre o estado da indústria paraense da época. No final do século XIX, a Fábrica Perseverança (Figura 41), fundada em 1895, foi considerada uma das maiores e mais importantes delas, ocupando um quarteirão do bairro (MOURÃO, 1989).

A fábrica hoje abriga a Faculdade Escola Superior da Amazônia (ESAMAZ) (Fotografia 1).

Figura 41 – Fábrica Perseverança em 1895



Fonte: Pará (1939)

Fotografia 1 – Imagens da edificação na atualidade com o nome de Faculdade ESAMAZ



Fonte: Fotos de Marcos André, roteiro Geo-Turístico – UFPA, Roteiro “Pelo bairro do Reduto” em 2017

A edificação que abrigou a Fábrica Perseverança apresenta-se, hoje, como uma das construções fabris mais antigas do bairro do Reduto. De propriedade da Companhia Martins, Jorge & Cia, a fábrica, instalada na Travessa Quintino Bocaiuva, n. 4 e n. 8, era uma das

maiores fábricas do norte do Brasil (O ESTADO DO PARÁ, 1917 *apud* VIDAL; OLIVEIRA, 2018).

Conforme apontam Rodrigues e Cardoso (1990) e Sousa (2008), a imagem da primeira indústria da cidade aparece no Álbum do Pará Comercial de 1900, uma serraria denominada “Officinas de M. Caniceiro da Costa”, instalada na antiga Rua da Indústria, onde, anteriormente, no ano de 1847, havia funcionado uma fábrica de sapatos e botas de borracha chamada Ramminger Co. A Rua da Indústria, hoje Rua Gaspar Viana, tornou-se o corredor industrial de Belém.

O aterramento da Doca do Reduto não provocou apenas transformações no espaço físico, os moradores do bairro do Reduto tiveram que se adaptar com as consequências advindas da construção do porto. Segundo alega Sousa (2009, p. 38):

Os ingleses quando projetaram a construção do Porto de Belém e decidiram eliminar as docas não se preocuparam com as consequências sócio-ambientais geradas por aquele empreendimento. E essas consequências foram graves. Desde a segunda década do século XX, os moradores do Reduto passaram a conviver com o problema das enchentes no bairro principalmente nas adjacências da Rua 28 de Setembro o que gerava constantes reclamações à Intendência.

A Cia. *Port of Pará* gastou 1.269.473 metros cúbicos de areia para aterrar a área do cais primitivo da cidade e construir a Avenida Marechal Hermes (Figura 42) que contornava o porto e que foi inaugurada em 13 de maio de 1912.

Figura 42 – Drenagem da bacia do Reduto, vista da Rua 28 de Setembro



Fonte: Relatório Municipal de Belém (1930)

Fotografia 2 – Mosaico de fotos da vista atual do canal do Reduto



Fonte: As três imagens superiores são de Valéria Picanço, as duas imagens inferiores são de Marcos André. Todas são do roteiro Geo-Turístico – UFPA, Roteiro Geo-Turístico – UFPA, roteiro “Pelo bairro do Reduto”, em 1º de dezembro de 2019

Para Rodrigues e Cardoso (1990), desde sua origem, o Reduto desempenhou uma importante função comercial na cidade. A localização da área “à beira do rio” favoreceu a instalação de vários estabelecimentos comerciais que se favoreciam pela chegada de mercadorias vindas de cidades do interior e que eram descarregadas na doca do Reduto. Muitos comerciantes se estabeleceram ali, dando origem a um comércio diversificado (lojas de tecidos, ferragens, gêneros alimentícios, sapatos e outras) e bem abastecido. Como já referido, o intenso movimento das embarcações que aportavam na doca do Reduto e adjacências deu ao Reduto um dinamismo comercial que chegava a rivalizar com o comércio da área central da cidade, o do Ver-o-Peso e suas adjacências.

Sousa (2009) relata que, entre os anos 1920 e 1950, o bairro do Reduto cumpriu uma importante função comercial na cidade. A instalação de vários estabelecimentos comerciais, sobretudo na Rua 28 de setembro, onde as lojas se instalavam no térreo e as residências nos altos das edificações, dava ao bairro um movimento mercantil que só era superado pelo da famosa Rua João Alfredo, na área comercial do centro da cidade. A autora ressalta a dinâmica comercial desse bairro, que foi

[...] o primeiro a surgir após a consolidação do comércio na área central de Belém, surgiu a partir do intenso movimento das embarcações que aportavam na doca do Reduto e nas suas adjacências. Segundo o Relatório de Lemos (1904, p. 182-3) a Doca do Reduto tinha um movimento comercial tão intenso que chegava a rivalizar com o Ver-o-Peso. (SOUSA, 2009, p. 6)

Sobre o comércio existente no Reduto, entre os anos 1920 e 1950, a autora explica que

[...] era diversificado e bem abastecido. Lojas de tecidos, ferragens, gêneros alimentícios, sapatos e outras. Muitas delas tornaram-se referências na cidade como a firma “Ferreira Gomes & Cia” que atuava em vários ramos do comércio e com diversas lojas espalhadas na área do Reduto como a de Madeiras, na Rua 28 de setembro; a de Ferro e Metais, na Tv. Benjamin Constant; a de louças, na Tv. Piedade, 1 a 7, a de auto-peças chamada “A Motorista” que ficava também na Rua 28 de setembro, e um Salão de exposições chamado “A Sportiva” localizada na Tv. Rui Barbosa. (SOUSA, 2009, p. 6)

As primeiras atividades desenvolvidas no local conferiram-lhe, desde o princípio, feições de bairro dinâmico, atraindo inúmeras pessoas que ali acorriam para realizar compras ou vendas. Havia as que vendiam e ali moravam; e as que, depois de este bairro se caracterizar como bairro operário, passaram a trabalhar e a residir ali. Em sua origem, o bairro do Reduto foi destinado ao comércio local, à feira, às pequenas usinas e às residências do povo pobre do centro da cidade (SOUSA, 2009).

Devido a essa proximidade com o porto e à presença de Doca que servia de entreposto para embarque e desembarque de cargas, a área do Reduto foi naturalmente eleita para ser o nicho do desenvolvimento industrial de Belém (SOUSA, 2009).

Para Rodrigues e Cardoso (1990), o bairro, próximo ao porto de Belém, tornou-se também atrativo para as indústrias ali se instalarem, pois era caracterizado como um bairro periférico e com grandes extensões de áreas desocupadas, já que, por um longo período, o bairro sofreu alagamentos devido às chuvas e à sua proximidade com o Igarapé das Almas.

A disponibilidade de grandes extensões de terra e a localização próxima ao porto, em especial pela ligação com este pelo antigo Igarapé das Almas, que servia de entreposto para embarque e desembarque de cargas, também foram as razões que motivaram a ocupação do bairro pelo setor fabril e industrial (SOUSA, 2009).

Segundo Rodrigues e Cardoso (1990), a expansão das fábricas deu-se também ao longo da Municipalidade, no bairro do Umarizal, vizinho ao Reduto. Foram ali instaladas diversas indústrias e fábricas de variados segmentos, como: beneficiamento de borracha, de calçados, pneus, latas, cigarros, refrigerantes, etc. As indústrias implantadas no Reduto geralmente ocupavam a quadra inteira, com seus galpões e artefatos industriais.



de periferia, a região manteve essa característica até metade do século XX, quando ainda existia um parque industrial que respondia à demanda local e regional (SOUSA, 2009).

Para Vidal e Oliveira (2018), fábricas, como a Grande Fábrica de Cigarros Rosa Cruz, que atuava na Rua Paes de Carvalho, a Fábrica Perseverança, situada na Travessa Rui Barbosa, a Fábrica de Sabão Amazônia, localizada na Rua Municipal e Avenida São João, e a antiga Fábrica Palmeira, com endereço na Rua Paes de Carvalho, formavam a característica fabril do bairro do Reduto nas primeiras décadas do século XX. As fábricas presentes no bairro, ainda que em número pequeno, contrastavam com as 2.161 pequenas oficinas de artes e ofício que existiam em Belém no ano de 1882, final do século XIX (CORDEIRO, 1920).

Segundo Vidal e Oliveira (2018, p. 336), a cultura de certos produtos ganhou destaque na exportação paraense, “[...] impulsionando algumas fábricas existentes como a de alimentos, calçados, fumo, sabão, velas, perfumaria, artefato de borracha, aniagem, entre outros”. Conforme aponta Chiacchio (2010), na década de 1930, foi inaugurada a Fábrica Phebo, constituindo-se uma das principais fábricas do século XX e que foi vendida para a empresa Granado, contudo, antes de ser incorporada ao Grupo Granado, a Perfumaria Phebo fez parte das multinacionais Proctor & Gamble e Sara Lee<sup>98</sup>.

Figura 44 – Fachada da Fábrica Phebo na Quintino Bocaiuva, em 1950



Fonte: Arquivos de Sonia Santiago (*apud* CHIACCHIO, 2010)

<sup>98</sup> Atualmente, a Perfumaria Phebo acompanha a expansão internacional da Granado Farmácias e seus produtos são vendidos na loja da Granado em Paris, França. Em abril de 2019, na cidade de Belém do Pará, a empresa encerrou as suas atividades alegando que seria por questões de logística e demanda de licenciamento, uma vez que a área da fábrica ficava no centro da cidade (CHIACCHIO, 2010).

Fotografia 3 – Fachada da Fábrica Phebo na Quintino Bocaiuva, em 2019



Fonte: Fotografia de Valéria Picanço no dia do roteiro Geo-Turístico – UFPA, Roteiro “Pelo bairro do Reduto”, em 1º de dezembro de 2019

Outras fábricas se instalaram no bairro do Reduto, como a Fábrica Amazônia-Sabão (Soares & Carvalho), as Oficinas de Carpintaria e Serraria a Vapor (Manoel Caniceiro da Costa) (Figura 45), a Fábrica a Vapor Fulgêncio Santos & Cia União, a Fábrica de Mosaico Paraense, a Fábrica de artefato de cimento Pinheiro Filho (Figura 46), entre outras.

Figura 45 – Oficinas de Carpintaria e Serraria a Vapor – Manoel Caniceiro da Costa



Fonte: Pará (1910)

Figura 46 – Fábrica de artefato de cimento Pinheiro Filho



Fonte: Pará (1910)

Segundo Vidal e Oliveira (2018, p. 337), outro importante agente para a instalação e para o desenvolvimento da produção fabril em Belém, no bairro do Reduto, foi a companhia Pará Electric, que permitiu a instalação de equipamentos modernos que atendessem às necessidades da produção industrial.

Em 1934 pode ser vista da esquina Municipalidade/Rui Barbosa parte da chaminé da usina de eletricidade da Parah Electric Railways and Lighting Company Ltd., existe no local hoje uma escola de inglês, anteriormente era a academia de ginástica Companhia Atlética.

Penteado (1968, p. 292 ) relata que:

Ainda se encontram na Av. da Municipalidade as velhas instalações da companhia de luz que, no período da borracha, fornecia iluminação para a cidade de Belém, época na qual o Reduto teve seu apogeu, pois, graças às suas indústrias, eram muitos os operários que lá residiam: por outro lado, não encontramos mais aquela concentração de comerciantes sírios, que dominavam o comércio da Rua 28 de Setembro, na década de 1910.

Figura 47 – Usina de eletricidade da Parah Electric Railways and Lighting Company Ltd.



Fonte: UFPA (2014) – Acervo de 1934

Fotografia 4 – A edificação da usina de eletricidade da Parah Electric Railways and Lighting Company Ltd. em 2012 e 2019



Fonte: Companhia Atlética imagem do Google Maps e Escola de Inglês fotografia de Valéria Picanço no dia do roteiro Geo-Turístico – UFPA, Roteiro “Pelo bairro do Reduto”, em 1º de dezembro de 2019

Além da atividade comercial, o bairro do Reduto concentrava as instalações industriais, pois as modernizações advindas com a economia da borracha criaram condições para que as novas fábricas fossem instaladas, com isso, o bairro tornou-se um verdadeiro parque industrial com a presença de várias fábricas localizadas principalmente na Rua da Indústria (atual Rua Gaspar Viana) e Rua da Municipalidade. (RODRIGUES; CARDOSO, 1990).

Com o surgimento das fábricas de variados tipos de produção, nasceram também as vilas operárias, determinando a feição fabril do bairro. Para Rodrigues e Cardoso (1990), o surgimento das fábricas trouxe para o bairro um grande contingente de operários que lá buscavam instalar suas moradias e também procuravam lazer e um local onde pudessem fazer suas compras, dando ao bairro vida e movimento, observa-se que, com o

[...] comércio concentrado ao longo da Avenida 28 de setembro, os bondes Malagandã, os ônibus Zepelim, com Cinema Iris e mais tarde com a Praça Magalhães construída no último mandato de Magalhães Barata, ocupando a área aterrada do antigo Igarapé do Reduto, onde existia apenas uma rua larga, com uma vala ao meio, formada por três quadras plantadas com tamarineiros, onde havia banco de mármore, vasos e animais de louças complementadas por uma quarta quadra onde encontra-se até hoje um coreto. (RODRIGUES; CARDOSO 1990, p. 37)

Esse coreto que fica na praça Magalhaes<sup>99</sup>, citado pela autoras, ainda existe no bairro, se encontra no início da Avenida General Magalhaes, na praça que ainda se chama praça Magalhães.

Figura 48 – Praça General Magalhães com o coreto



Fonte: UFPA (2014)

---

<sup>99</sup> No livro do Ernesto Cruz (1992), essa praça é citada por duas vezes: A doca do Reduto foi aterrada e transformada numa bonita praça, que recebeu o nome de General Ilha Moreira, depois mudado para General Magalhães (CRUZ, 1992, P.20).

A 6 de setembro de 1912, o Conselho Municipal aprovou a Resolução nº 282, mandando denominar a Praça General Ilha Moreira a área onde esteve, tempos antes, a doca do Reduto. É a atual Praça General Magalhães (CRUZ, 1992, p. 138).

Fotografia 5 – Praça General Magalhaes atualidade



Fonte: Valéria Picanço, data: 3 de março de 2020

A praça citada pelas autoras (Figura 42) era o lugar em que as pessoas iam passear aos domingos, ali ocorriam festas de batalhas de carnaval, a praça ficava “[...] próximo às melhores sorveterias, ao posto de gasolina e ao coração do bairro que era a Avenida 28 de Setembro, onde os comércios ficavam no térreo e as residências nos altos das edificações” (RODRIGUES; CARDOSO, 1990, p. 38). Era o local social, onde as pessoas frequentavam à “[...] noite para conversar e tomar café, despreocupadas e alegres, formando uma vizinhança típica das cidades pequenas.” (RODRIGUES; CARDOSO, 1990, p. 38).

Com base em Rodrigues e Cardoso (1990), ressalta-se que, no bairro, existia o lugar das fábricas e das serrarias e do comércio; o restante era ocupado só por residências, onde se encontravam algumas tipologias, destaca-se as

[...] vilas de casas geminadas, em estilo eclético popular e colonial reformado, localizadas nas travessas até a Av. 28 de Setembro, e desta avenida em diante restavam as "barraquinhas por causa do alagado", segundo o Sr. Rubilar, antigo morador do bairro. (RODRIGUES; CARDOSO, 1990, p. 38)

As autoras relatam que nos anos de 1940, com a implantação de um cinturão de áreas institucionais pertencentes às Forças Armadas, UFPA, CNPq, EMBRAPA, etc., a partir da primeira légua patrimonial, aconteceu um impedimento com relação à expansão da cidade, assim, ocorreu o adensamento populacional dentro da área definida por esses limites, de várias formas, inclusive com a ocupação de áreas de cotas inferiores a 4,0 m (RODRIGUES; CARDOSO, 1990).

As autoras ressaltam ainda que esse fato ajudou a modificar a área adjacente ao Igarapé das Almas, onde rapidamente foi ocupada, transformando-se na “Bacia”, que era o local em que

[...] moravam muitos dos estivadores que trabalhavam no desembarque das embarcações que atracavam na foz do Igarapé das Almas, onde desenvolvia-se a indústria mais rentosa da cidade, o contrabando. (RODRIGUES; CARDOSO, 1990, p. 38)

Explica-se que, com a criação do cinturão institucional, houve o incentivo à consolidação dos bairros da zona sul de Belém: Jurunas, Cremação, Condor, etc., o que “[...] provocou o surgimento da Avenida Bernardo Sayão, para onde as indústrias madeireiras transferiram-se pela possibilidade de novamente possuírem seus trapiches e portos particulares.” (RODRIGUES; CARDOSO, 1990, p. 38).

Na década de 1940 criou-se um novo eixo de expansão para a Rodovia Artur Bernardes, que recebeu, mais tarde, parte das indústrias que funcionavam no Reduto (RODRIGUES; CARDOSO, 1990, p. 38).

## **5 OS SIGNIFICADOS LOCAIS DO PROCESSO DE GENTRIFICAÇÃO PARA O BAIRRO DO REDUTO**

Neste capítulo serão apresentados os dados coletados e algumas análises desses dados. Como definido anteriormente, esta tese segue os princípios metodológicos da pesquisa interdisciplinar, pesquisou-se uma gama de autores para apresentar estes capítulos teóricos que são pesquisadores de áreas distintas, como da geografia, da economia, da arquitetura e do planejamento urbano. O intuito é trazer um olhar interdisciplinar para a pesquisa. As teses desses estudiosos darão suporte para a análise do objeto empírico aqui apresentado.

Destaca-se que os principais alicerces teóricos se desdobram em estratégias metodológicas e em técnicas de investigação, contexto no qual se realiza a identificação, em termos agregados, do processo urbano que o bairro vem passando.

Uma vez apresentadas as teorias e os teóricos que alicerçam esta pesquisa, a etapa seguinte estará dirigida para a interpretação do processo urbano no Reduto. Para isso, será realizada a apresentação do bairro do Reduto desde o seu declínio em 1950 até o período recente, trazendo para a discussão, também, a preservação patrimonial, quando será analisada a fala dos entrevistados e o resultado do questionário.

### **5.1 Localização e Demarcações do bairro do Reduto**

Será apresentada a localização do bairro, assim como sua poligonal limítrofe, como, também a nossa definição de alto e baixo Reduto.

#### **5.1.1 Localização**

De acordo com a Lei n. 7.806, de 30 de julho de 1996<sup>100</sup>, conhecida como a lei dos bairros de Belém, o bairro do Reduto passou a ter a seguinte delimitação:

---

<sup>100</sup> A Lei dos Bairros, Lei n. 7.806, de 30 de julho de 1996, que revogou a Lei n. 7.245, de 24 de janeiro de 1984, teve como objetivo dar um olhar mais cuidadoso à área de expansão da cidade, situada além da Primeira Léguas Patrimonial, integrando-a ao espaço formal da cidade, sob a forma de novos bairros, uma vez que, apesar de encontrar-se totalmente ocupada por segmentos de população de baixa renda (caracterizados pelas ocupações espontâneas), por concentrações de alta renda, representadas por condomínios fechados, ou ainda por instituições públicas e grandes empresas, não era considerada nas ações de gestão pública.



Tabela 10 – População em Belém e no bairro do Reduto de 1950 até 2013

População (Hab.)	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010	2013
Belém	254.949	402.170	642.514	949.545	1.244.688	1.279.861	1.393.399	1.425.922
Reduto	9.211	7.073	5.332	6.332	7.041	6.998	6.373	7.218

Fonte: Penteado (1968); IBGE (2000); IBGE (2010) IBGE (2013)

O Reduto possui uma área de 76,1 hectares contando com uma população de 7.218 habitantes segundo dados do IBGE (2013). Mas há como levantamento que o bairro já teve na década 1950 uma população de 9.211 habitantes, já que na década de 1960 teve um decréscimo para 7.073 habitantes (PENTEADO, 1968). Segundo dados do IBGE (2000), em 2000, o bairro tinha 6.998 habitantes e, conforme apontam os dados do IBGE (2010), em 2010, havia 6.373 habitantes. Em 2013, a população começou a aumentar e passou a ter 7.218 habitantes. A população de Belém foi tendo um crescimento contínuo não havendo decréscimos, contudo, o bairro do Reduto de 1950 até 1970 houve um decréscimo, após 1970 até 2013 houveram oscilações,

O bairro possui 45 quarteirões constituídos de três avenidas, sete ruas, quatro travessas e algumas vilas e pequenas alamedas. Seu relevo é bastante irregular, dividindo, assim, o bairro em duas porções. A porção leste é a parte mais elevada do bairro, sendo conhecida como Alto Reduto. A parte oeste, próxima à Baía do Guajará é mais baixa (anteriormente era uma região alagadiça), conhecida como Baixo Reduto, que abriga a maior parte da estrutura do Porto de Belém. O bairro está integrado ao Distrito Administrativo do Centro, localizado na Zona Centro-Sul da cidade.

### 5.1.2 Demarcação do Alto e do Baixo Reduto

Para um melhor entendimento dessa divisão em alto e baixo Reduto, relata-se, a seguir, como se entende essa divisão. Foram usados dois critérios para fazer a demarcação, a topografia e a verticalização do bairro.

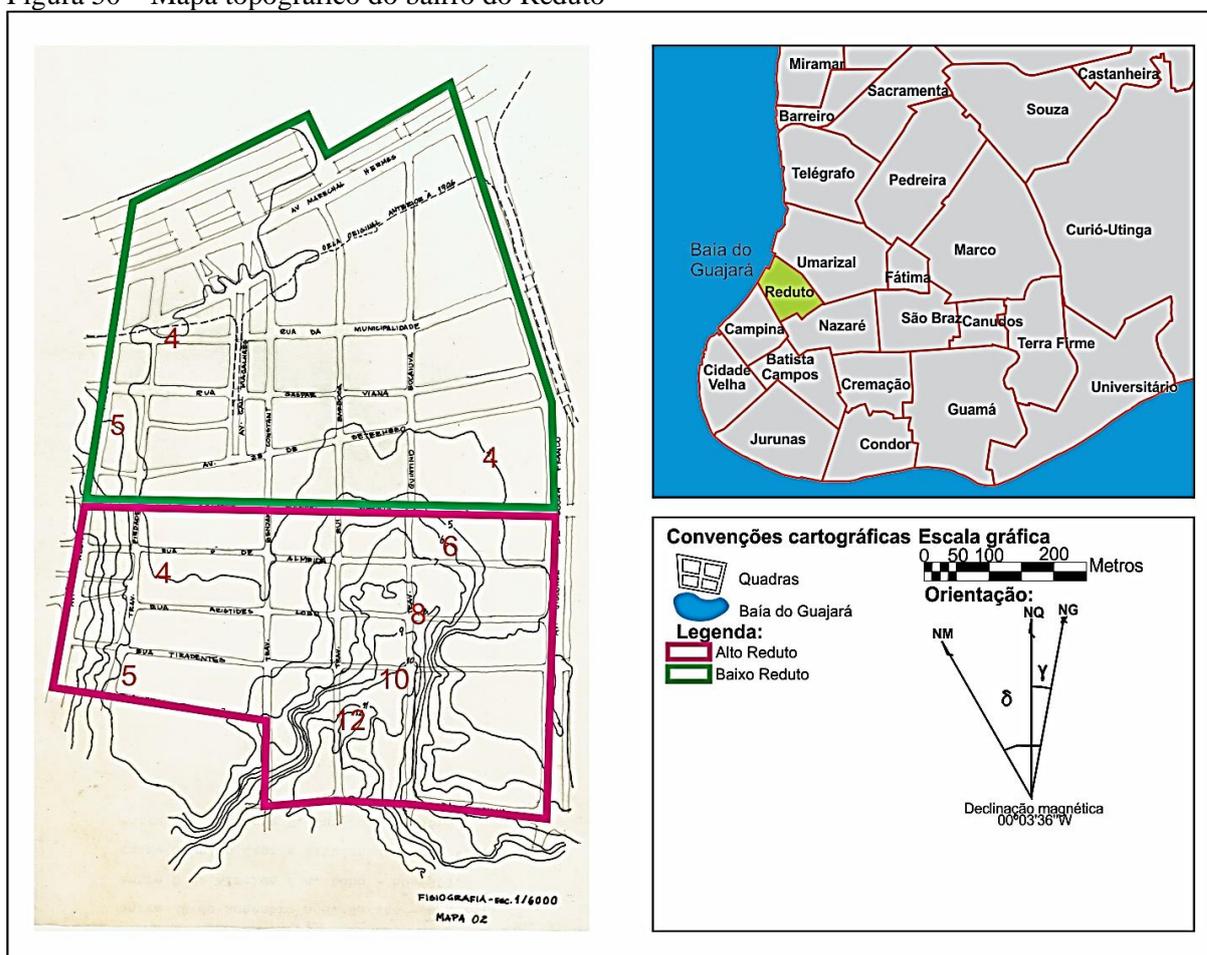
Rodrigues e Cardoso (1990, p. 12) relatam que a Região Metropolitana de Belém (RMB) “[...] ocupa a região morfológica dos baixos platôs Amazônicos e das planícies litorâneas”.

Na topografia, utilizou-se como base o trabalho de Júnior *et al.* (2016), os autores analisam que o:

[...] sítio urbano dos bairros da Campina, Reduto e Umarizal, em Belém, sob a perspectiva da geomorfologia urbana, a fim de representar e identificar, morfométrica e morfograficamente, as formas de relevo existentes nos bairros e suas relações com a estrutura urbana e impactos ambientais presentes nestes três bairros centrais do município de Belém. (JÚNIOR *et al.*, 2016, p. 20)

Conforme apontam Júnior *et al.* (2016), aproximadamente 80% do Reduto apresenta cota topográfica abaixo de 4 metros. O trabalho de Rodrigues e Cardoso (1990) apresenta a topografia do bairro do Reduto.

Figura 50 – Mapa topográfico do bairro do Reduto



Fonte: Rodrigues e Cardoso (1990), marcação nossa, com base na lei de delimitação dos bairros de Belém, Lei n. 7.603, 13 de janeiro de 1993

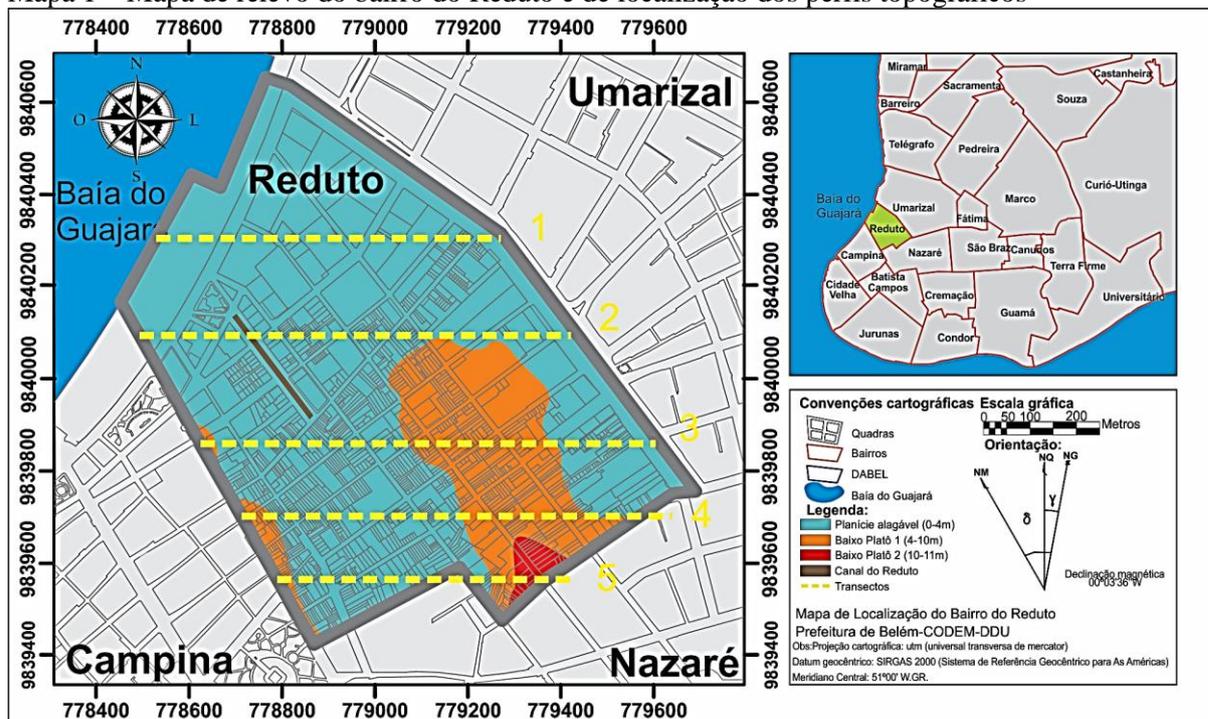
Rodrigues e Cardoso (1990) relatam que as cotas no Reduto variam de 4 a 12 metros, sendo em sua grande maioria a cota de 4 metros, e essa menor cota representava a área inundável do bairro, constituída por duas bacias que

[...] hoje correspondem aos quarteirões situados entre a Travessa da Piedade e a Travessa Benjamin Constant e entre a Avenida Visconde de Souza Franco e Travessa Quintino Bocaiúva, descendo a partir da Rua 6 de

Almeida, bem como a toda área do bairro situada entre a Avenida 28 de Setembro e a orla da Baía do Guajará. Tendo sido, esta área, curiosamente a primeira a ser ocupada, particularmente aquela a mais próxima do Igarapé da Fábrica (atual Av. Gal Magalhães), o qual foi dos primeiros a serem saneados na cidade, por ser então, um obstáculo à urbanização que se dava segundo o vetor de crescimento surgido com a transposição do Piri, e por ser este o canal natural de escoamento das águas das áreas altas que margeavam a Baía do Guajará, e das águas do Largo da Pólvora (Praça da República), local próximo a sua nascente. (RODRIGUES; CARDOSO, 1990, p. 14)

A maior parte do bairro do Reduto (0,658 km<sup>2</sup>), que representa aproximadamente 80% de sua área total, apresenta cotas topográficas abaixo dos 4 metros. Para Júnior *et al.* (2016, p. 28-29), “[...] esta faixa hipsométrica define os limites das planícies alagáveis ou várzeas de Belém que, ao longo do processo de ocupação, sofreram aterramento para a implantação da infraestrutura urbana”. Veja-se o Mapa 1.

Mapa 1 – Mapa de relevo do bairro do Reduto e de localização dos perfis topográficos



Fonte: Baseado em Júnior *et al.* (2016). Levantamento Aerofotogramétrico da Região Metropolitana de Belém – RMB (1977/78 e 1979), acervo da CODEM/DDU/PMB. Com base na lei de delimitação dos bairros de Belém, Lei n. 7.603, 13 de janeiro de 1993

Os autores realizaram cinco transectos topográficos no bairro do Reduto, em sentido oeste para leste, para demonstrar a distribuição das formas de relevo e dos dados morfométricos.

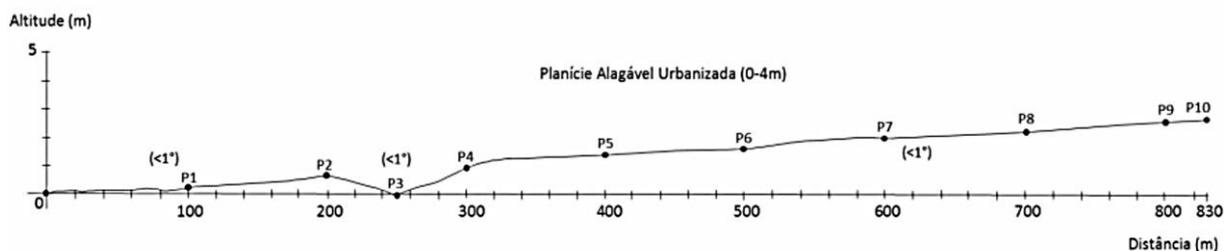
Conforme apontam Júnior *et al.* (2016), os perfis 1 e 2, representativos da parte norte do bairro, apresentam o predomínio das planícies alagáveis urbanizadas, cujas cotas chegam

até 3 metros. Os autores relatam que o gradiente topográfico é inferior à primeira, recomendando que

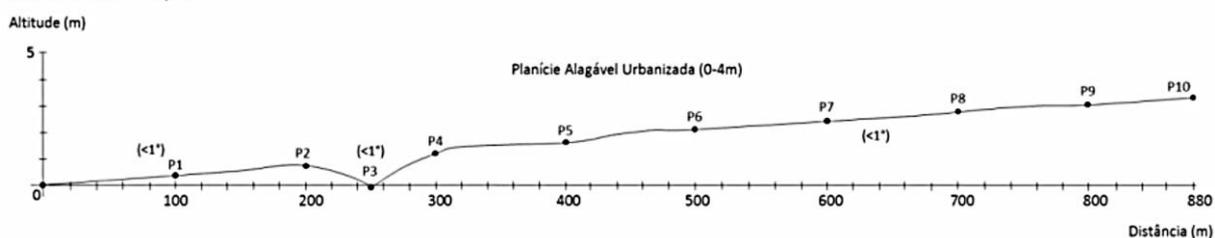
[...] superfícies planas, de inclinação muito suave, interrompidas apenas pelo canal do Reduto. Essas áreas, outrora inseridas na dinâmica de “inundação promovida pelas marés da baía de Guajará, hoje, constituem superfícies aterradas, revestidas e impermeabilizadas”. Os processos morfodinâmicos ligados à sedimentação flúvio-marinha foram extintos ou substituídos. (JÚNIOR *et al.*, 2016, p. 29)

Figura 51 – Perfis 1 e 2 topográficos do bairro do Reduto e compartimentação do relevo

Bairro do Reduto – Perfil 1



Bairro do Reduto – Perfil 2

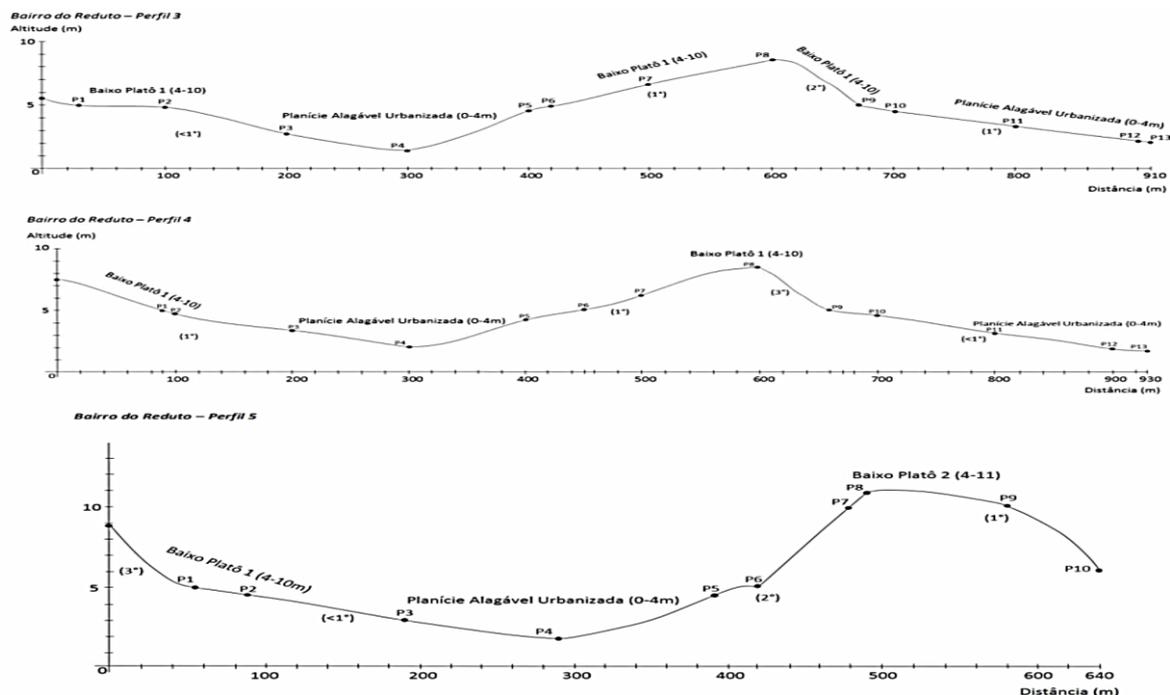


Fonte: Levantamento de Júnior *et al.* (2016)

Os perfis 3, 4 e 5 abrangem a parte centro-meridional do bairro do Reduto e mostram as maiores variações topográficas. Para Júnior *et al.* (2016), a

[...] compartimentação do relevo indica a presença de baixos platôs em dois níveis escalonados (de 5 a 6 metros e de 8 a 11 metros). Os gradientes mudam para  $1^\circ$ ,  $2^\circ$  e  $3^\circ$ , sugerindo que, nesse setor do bairro, predomina o escoamento superficial das águas (declive com infiltração) e pontos de distribuição ou divisores. Em geral, as cotas topográficas, no bairro do Reduto, aumentam para sudeste, em direção aos limites com o bairro de Nazaré. (JÚNIOR *et al.*, 2016, p. 29)

Figura 52 – Perfis 3, 4 e 5 topográficos do bairro do Reduto e compartimentação do relevo

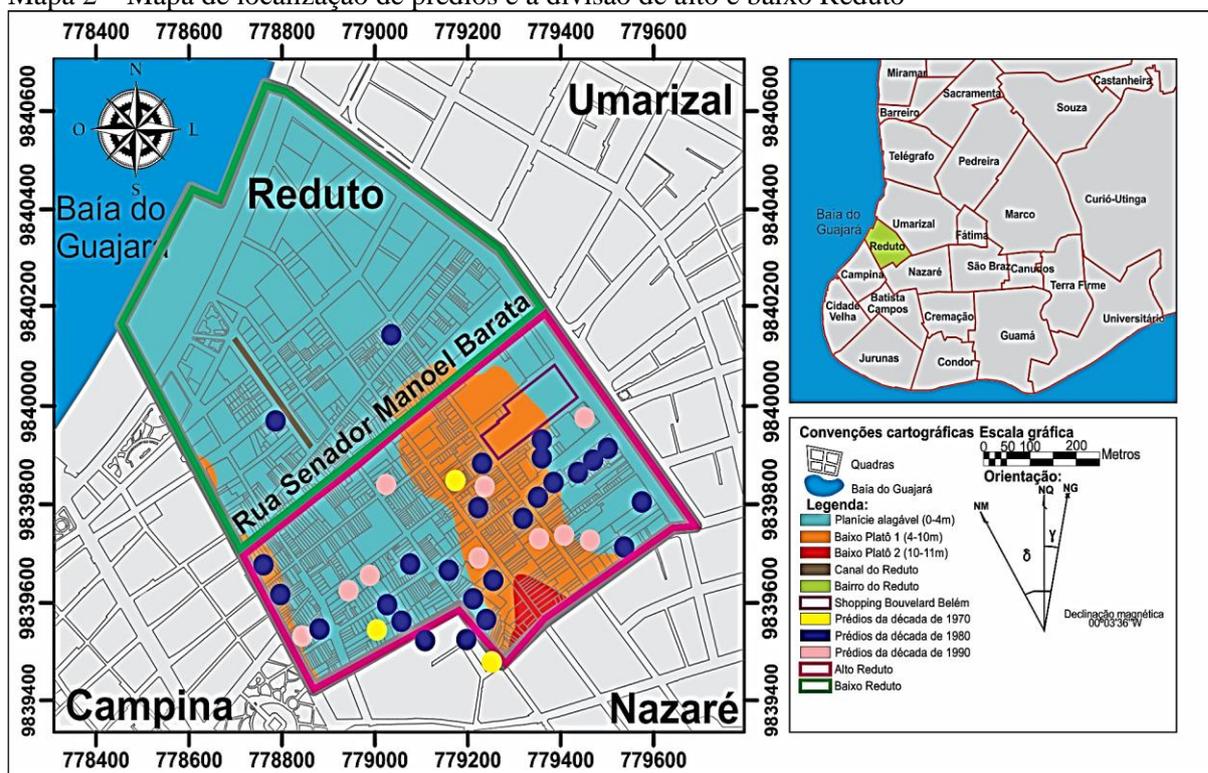


Fonte: Levantamento Júnior *et al.* (2016)

A topografia seria um elemento único que explicaria a divisão do bairro em alto e baixo, contudo, percebe-se que, durante as entrevistas, algumas pessoas entendiam essa divisão a partir da verticalização, pois elas chamam de alto Reduto a área mais verticalizada e de baixo a área menos verticalizada. Analisando a Figura 52, é possível perceber que essa observação é confirmada. A demarcação em círculos é uma das edificações de gabarito alto, os chamados prédios, que foram demarcados a partir da data da sua construção, já que grande parte das edificações, as construídas até 1992, foram datadas com base no trabalho de Trindade Júnior (1997, p. 143), e o restante em levantamento de campo. Os nomes dos prédios foram obtidos em uma visita no Sindicato dos Condomínios do Pará (SINDCON-Pará), quando se entrou em contato com os síndicos e obteve-se a data de entrega das edificações.

A Rua senador Manoel Barata ficou como o marco divisor do alto e baixo Reduto para este trabalho.

Mapa 2 – Mapa de localização de prédios e a divisão de alto e baixo Reduto



Fonte: Mapa feito pela autora a partir Levantamento Aerofotogramétrico da Região Metropolitana de Belém – RMB (1977/78 e 1979), acervo da CODEM/DDU/PMB. Com base na lei de delimitação dos bairros de Belém, Lei n. 7.603, 13 de janeiro de 1993

Rodrigues e Cardoso (1990, p. 52) subdividiram o bairro para a sua análise também em duas áreas. As autoras mostram que:

Hoje, é possível identificar no Reduto duas áreas distintas, sendo a Avenida 28 de setembro a fronteira entre as mesmas. Na área mais alta, há uma ocupação densa com inúmeras vilas ocupando o miolo das quadras, onde são mais fortes as tendências a verticalização e a mudança de uso. Era uma área residencial, onde hoje prolifera o uso de comércio e serviço, muitas vezes composto com o residencial anterior onde as áreas livres restringem-se a terrenos baldios com fins claros de especulação.

A outra parte é mais antiga, com densidade baixíssimas devido as grandes extensões de depósitos e áreas institucionais. Não sofreu grandes modificações, mais apresenta fortes aspectos de abandono. Desenvolveu-se em função do forte movimento comercial do bairro nas décadas 40/50, hoje substituído pelo comércio que desce do centro comercial da cidade, e por um comércio que se espalha homogeneamente por toda a extensão do mesmo.

O Município de Belém foi dividido em distritos administrativos e a lei que dispõe sobre eles é a Lei n. 7.682, de 5 de janeiro de 1994. Segundo o artigo 2º da lei, “[...] o Distrito Administrativo é um elemento unitário do Sistema Municipal de Planejamento e Gestão Urbana”. Já o artigo 3º prevê que

[...] os Distritos Administrativos são definidos conforme as áreas que os compõem e apresentam as seguintes características: I – relações de integração funcional de natureza econômico-social; e II – urbanização contínua entre bairros e/ou áreas limítrofes ou que manifestem tendências nesse sentido. (BELÉM, 1994b)

Utilizando-se da divisão de Belém em Distritos Administrativos, o artigo 6º estabelece que:

Conforme estabelece o artigo 312 da Lei Municipal n. 7.603, de 13 de janeiro de 1993, os Distritos Administrativos ficam assim denominados:

I – 1º Distrito Administrativo – Mosqueiro – DAMOS; II – 2º Distrito Administrativo – Outeiro – DAOUT; III – 3º Distrito Administrativo – Icoaraci – DAICO; IV – 4º Distrito Administrativo – Bengui – DABEN; V – 5º Distrito Administrativo – Entroncamento – DAENT; VI – 6º Distrito Administrativo – Sacramenta – DASAC; VII – 7º Distrito Administrativo – Belém – DABEL; e VIII – 8º Distrito Administrativo – Guamá – DAGUA. (BELÉM, 1994)

O bairro do Reduto, está organizado conforme prevê o artigo 6º, alínea “[...] VII – 7º Distrito Administrativo – Belém – DABEL”.

## **5.2 Os Agentes Produtores do Bairro do Reduto**

De acordo com a metodologia apresentada, foram escolhidos agentes produtores do espaço urbano do Reduto para serem ouvidos por meio de entrevistas semiestruturadas presenciais aplicadas a todos os agentes. Para tanto, utilizou-se a técnica de realizar um “[...] encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de um determinado assunto.” (MARCONI; LAKATOS, 1999, p. 94).

Também foi utilizada uma entrevista estruturada para moradores e não moradores do bairro do Reduto, para tanto, aplicou-se um questionário a partir de um formulário fechado utilizando a plataforma Google Forms e aplicativo WhatsApp. Esse questionário foi um “[...] instrumento de coleta de dados constituído por uma série de perguntas que devem ser respondidas por escrito.” (MARCONI; LAKATOS, 1999, p. 100).

### **5.2.1 Classificação dos Agentes Entrevistados**

Os agentes entrevistados foram apresentados na metodologia deste trabalho e também há um quadro-síntese dos entrevistados no Apêndice J.

## 5.2.2 Perfil dos respondentes dos questionários via plataforma Google Forms

Na sequência, será apresentado o perfil dos respondentes dos questionários via plataforma Google Forms, que são moradores do bairro do Reduto.

### 5.2.2.1 Respondentes: moradores do bairro do Reduto

Os respondentes do questionário via plataforma digital (QPD) tinham de 25 a 69 anos, o que nos leva a crer que todos têm idade para compreender os questionamentos e respondê-los com veracidade.

Gráfico 1 – Idade dos respondentes – QPD

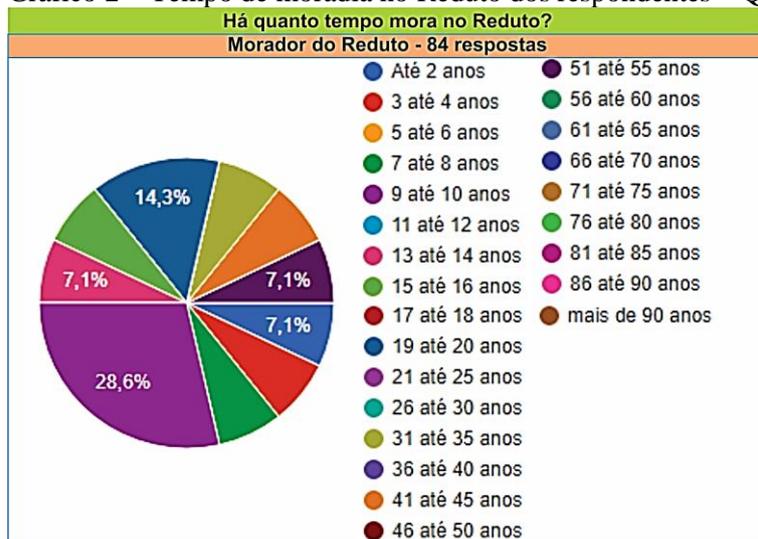


Fonte: Dados da Pesquisa virtual, plataforma Google Forms e WhatsApp

Dos respondentes, 78,6% são naturais de Belém; 7,1% são Paraenses; e 14,3% nasceram fora do Pará. Em relação ao tempo em que residiam em Belém, percebe-se que 50% residem desde que nasceram; 14,3% moram de 35 a 39 anos; 7,1% habitam de 5 a 9 anos; 7,1% convivem de 20 a 24 anos; 7,1% residem de 30 a 34 anos; 7,1% moram de 41 a 45 anos; e 7,1% habitam de 51 a 55 anos.

Em relação ao tempo de moradia no bairro do Reduto, pode-se observar que 7,1% residem a menos de 2 anos; 7,1% de 3 a 4 anos; 7,1% de 3 a 4 anos; 7,1% de 7 a 8 anos; 28,6% residem de 9 a 10 anos; 7,1% de 13 a 14 anos; 7,1% de 15 a 16 anos; 7,1% de 19 a 20 anos; 7,1% de 31 a 35 anos; 7,1% residem de 41 a 45 anos; e 7,1% de 51 a 55 anos. Os respondentes em sua maioria (51%) residem há mais de 10 anos no bairro, portanto, acredita-se que eles possuem um bom conhecimento sobre a região (Gráfico 2).

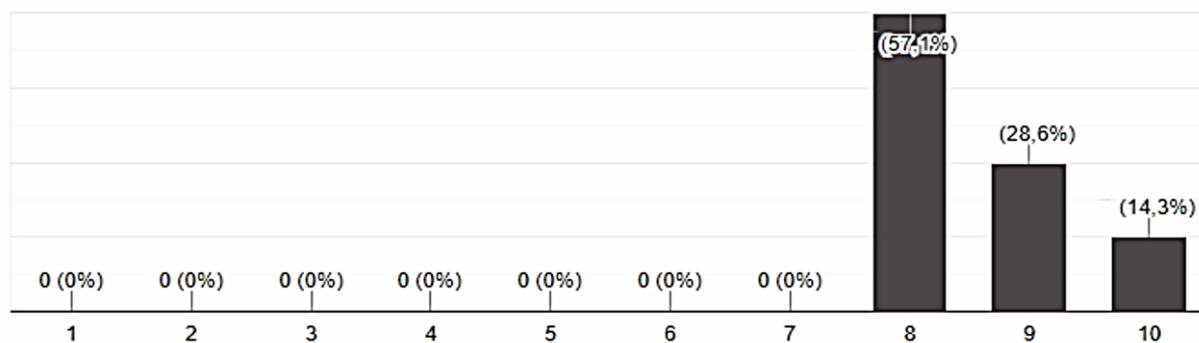
Gráfico 2 – Tempo de moradia no Reduto dos respondentes – QPD



Fonte: Dados da Pesquisa plataforma Google Forms e WhatsApp

Quando questionados se gostam de residir no Reduto, obteve-se de resposta que 57,1% estão no grau 8 de satisfação; 28,6% no grau 9; e 14,3% estão 100% satisfeitos em morar no bairro.

Gráfico 3 – Grau de Satisfação em residir no Reduto – QPD



Fonte: Dados da Pesquisa plataforma Google Forms e WhatsApp

### 5.2.2.2 Respondentes: Moradores de Belém, exceto do bairro do Reduto

Os respondentes do QPD têm de 30 a 69 anos, pode-se ver, então, que eles têm idade para compreender os questionamentos e respondê-los com veracidade.

Gráfico 4 – Idade dos respondentes – QPD



Fonte: Dados da Pesquisa plataforma Google Forms e WhatsApp

Dos respondentes, 61,3% são naturais de Belém; 22,6% são paraenses; e 16,1% nasceram fora do Pará. Em relação aos bairros que residem, surgiram 14 bairros, sendo que 25,8% são do Umarizal; 16,1% do Pedreira; 16,1% de Batista Campos; 6,5% de Nazaré; 6,5% de Guamá; e 28,8% de outros bairros. Quando questionados sobre o tempo que moram em Belém, todos relataram morar há mais de 10 anos, sendo que 60% moram há mais de 40 anos em Belém. Acredita-se que esses entrevistados conheçam o bairro do Reduto pelo menos como área de passagem.

Em relação ao tempo de moradia no bairro que residem, houve uma variação enorme, mas a maioria reside há mais de 15 anos (56%), chegando a viver há 50 anos (6,5%) no mesmo bairro.

Dos respondentes, 90,3% nunca moraram no Reduto, ficando com 8,7% de ex-moradores.

Gráfico 5 – Quantidade de ex-moradores – QPD

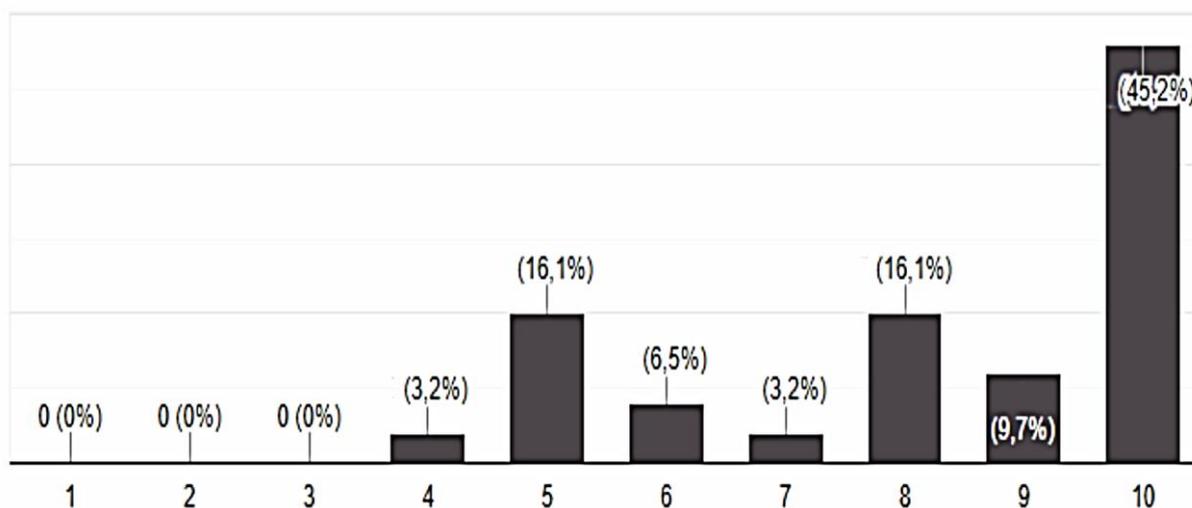


Fonte: Dados do questionário Google Forms

Desses ex-moradores, identificou-se que 80% não têm vontade de voltar a morar no Reduto.

Houve uma variação grande na satisfação em morar no bairro que residem, 45,2% estão completamente satisfeitos, contudo, há uma parcela (satisfação grau de 4 e 5) que não gosta de residir onde vive hoje, mas observa-se que a maioria está satisfeita onde reside.

Gráfico 6 – Satisfação em morar no bairro que residem – QPD



Fonte: Dados da Pesquisa virtual, plataforma Google Forms e WhatsApp

### 5.3 Reduto de um Bairro Periférico para um Bairro Central (1950-1990)

Segundo Silva (2014b), é perceptível que existe uma dinâmica viva nas áreas que circundam os portos do Brasil. A área demarcada para o presente estudo encontra-se no entorno do Porto Fluvial de Belém (PFB), o qual, segundo Lima (2015, p. 17), “chegou a ser um dos mais movimentados” do Brasil. Dessa forma, parte da história e das mudanças físicas e sociais dos bairros da área estudada se confunde com a história e a dinâmica desse porto. No período áurio do bairro do Reduto o comércio era bem vivo, Lima (2015, p.17) descreve que

Em consequência do comércio efervescente na cidade, os espaços urbanos e as edificações foram igualmente beneficiados, refletindo a riqueza econômica da época. O legado urbanístico, paisagístico e arquitetônico de diversos períodos históricos se faz presente no CHB, sendo representado, tanto por largos, palácios e monumentos, quanto por edificações suntuosas ou singelas de “estilo” lusitano, que imprimiram ao centro da cidade ares de sofisticação e beleza arquitetônica, quanto por prédios verticais de influência modernista que se distribuem ao longo de algumas de suas vias. (LIMA, 2015, p. 17)

Foi esse período de apogeu que criou algumas das rugosidades (SANTOS, 1986) encontradas hoje nessa área. Das intervenções pelas quais Belém passou durante todo esse período, deve-se atentar para as que foram executadas no bairro do Reduto.

A partir da década de 1950, quando Belém iniciou uma nova fase de crescimento populacional, ocorreu uma significativa ocupação dos bairros mais afastados do centro – Marco, Pedreira e Telégrafo – processo que se intensificou ainda mais devido ao “cinturão institucional”, que limitava o espraiamento da área urbana para além das rugosidades instaladas na periferia da cidade (CORRÊA A., 1989).

Rodrigues e Cardoso (1990, p. 38) afirmam que em “[...] meados dos anos 1950, [gerou-se] emprego para mais de 3.000 operários com razoável rentabilidade econômica e que invariavelmente [eles] faziam compras no bairro, especialmente na Avenida 28 de setembro”. Pode-se dizer que, naquela época, o Reduto era uma unidade urbana, que, além de desempenhar seu papel no contexto da cidade, atendia, satisfatoriamente a seus habitantes.

De acordo com Rodrigues e Cardoso (1990) e Souza (2009), pode-se destacar como marco do início da decadência do bairro do Reduto a abertura da Rodovia Bernardo Sayão, atual Belém-Brasília-BR-010, pois, esse fato alterou consideravelmente a situação regional. Rodrigues e Cardoso (1990, p. 39) somam a esse fato a

[...] quebra do isolacionismo da Região Norte, provocando o confronto de preços e produtos vindo do Centro-Sul. Isto aconteceu pouco após a abertura do comércio brasileiro para o capital estrangeiro quando as multinacionais chegavam operando com economia de escala, ansiosos pela conquista de novos mercados consumidores.

Muitas fábricas fecharam as suas portas após a abertura da Rodovia Belém-Brasília, pois, com a abertura da rodovia, vários produtos do sudeste brasileiro entraram na cidade, criando uma competição entre os produtos locais e os produtos do sudeste, entretanto, as fábricas do Reduto não resistiram à competição e encerraram suas atividades, assim, somente algumas fábricas continuaram por algum tempo abertas devido à ajuda do governo estadual (RODRIGUES; CARDOSO, 1990).

Na década de 1960, a inauguração da Rodovia Belém-Brasília (1960) e a criação do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU), do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) e do Banco Nacional de Habitação (BNH) – todos em 1964 – influenciaram a organização espacial da RMB, com transformações que impactaram sua estrutura espacial intraurbana até hoje (PARÁ, 2006).

Para as autoras, enquanto o processo de interiorização prosseguia, com a abertura de novas estradas, os fluxos comerciais de Belém se comprimiam “[...] em benefício dos contatos

diretos das cidades amazônidas com o Centro-Sul, ocasião que Belém foi assediada pelo fantasma do esvaziamento”. (RODRIGUES; CARDOSO, 1990, 39).

Os produtos produzidos no Reduto não eram competitivos, quando comparados com os que vinham da região Sudeste, pois as fábricas do Reduto ainda usavam processos manuais de Produção, devido à escassez de energia, não dispendo de maquinário moderno, nem de ajuda administrativa ou financeira para a devida modernização (RODRIGUES; CARDOSO, 1990).

Com isso, houve o fechamento de várias fábricas, alguns lotes mudaram seu uso para habitacional, pois foram construídas novas vilas, “[...] não mais operárias, mas com intuito especulativo, face ao déficit habitacional para a população de baixa renda, como a construída no lugar da Tabacaria A Nacional.” (RODRIGUES; CARDOSO, 1990, p. 39).

Nesse período, a administração era de Nélio Lobato, conforme apontam Rodrigues e Cardoso (1990), o bairro padecia de nova transformação, por meio de obras que procuravam a solução dos problemas de drenagem da época. Foi executada a abertura do canal do Reduto, que trouxe uma “[...] destruição parcial da única praça que havia no bairro e do aterro do Igarapé das Almas, transformado em avenida, que rapidamente seria abandonada por suas palafitas e ocupada por prédios residenciais.” (RODRIGUES; CARDOSO, 1990, p. 39).

Araújo Júnior e Azevedo (2012, p. 161) relatam que o bairro do “[...] Reduto vai perdendo sua função industrial e os prédios são refuncionalizados, culminando num processo de substituição dos conteúdos, mas não necessariamente das formas”.

A industrialização do bairro impulsionou o surgimento de vilas operárias, caracterizando-se como um tipo de segregação espacial, em que a presença do setor comercial, industrial e o de serviços atrai o uso habitacional, pois o trabalhador, sempre que tem condições, busca residir próximo ao seu local de trabalho (RODRIGUES; CARDOSO, 1990).

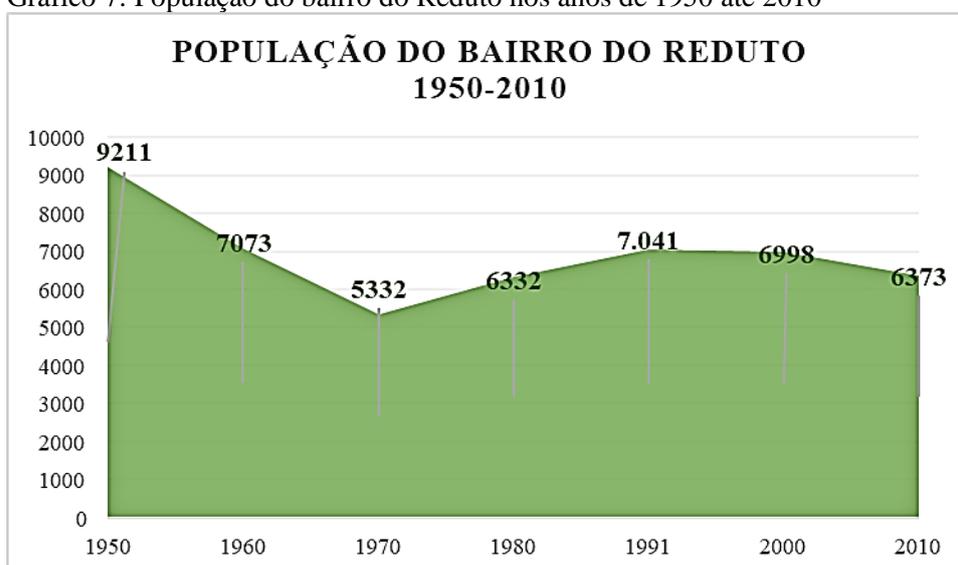
Sobre as áreas residenciais, é possível identificar a distribuição da população de acordo com os estratos de renda por meio da caracterização dos principais bairros da cidade de Belém feita por Penteado (1968):

- a) As áreas residências de renda alta se distribuíam, principalmente, nos bairros de Nazaré, Batista Campos, Umarizal, São Brás e Marco.
- b) As áreas residenciais de renda média se distribuíam, principalmente, nos bairros da Cidade Velha, Reduto, Batista Campos, Canudos, Umarizal e Marco

- c) As áreas residenciais de renda baixa se distribuíam nos bairros da Cremação, Jurunas, Condor, Guamá, Terra Firme, Matinha, Pedreira, Sacramento, Telégrafo e Marambaia.

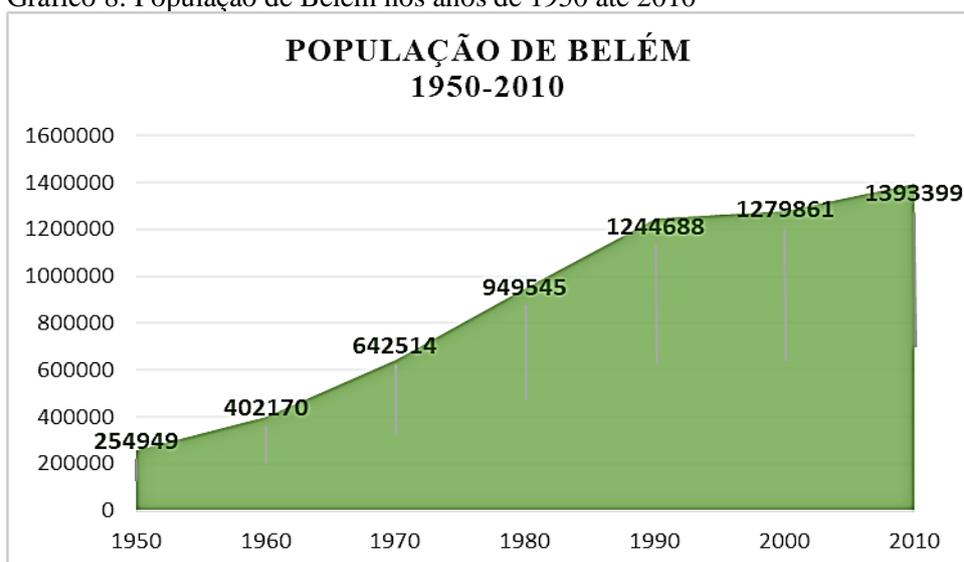
Para iniciar a análise, é necessário entender o histórico da população do bairro do Reduto. Com os dados coletados de várias fontes, foram montados o Gráfico 7, que retrata o bairro do Reduto; o Gráfico 8, que traz os dados de Belém; e a Tabela 11, que apresenta a população de Belém e do bairro do Reduto desde 1950 até 2010.

Gráfico 7: População do bairro do Reduto nos anos de 1950 até 2010



Fonte: Penteadó (1968), Souza (2009) e IBGE (1872; 2010a)

Gráfico 8: População de Belém nos anos de 1950 até 2010



Fonte: Penteadó (1968), Souza (2009) e IBGE (1872; 2010)

Tabela 11 – População em Belém e no bairro do Reduto de 1950 até 2010

População (Hab.)	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010
Belém	254.949	402.170	642.514	949.545	1.244.688	1.279.861	1.393.399
Reduto	9.211	7.073	5.332	6.332	7.041	6.998	6.373

Fonte: IBGE (2018)

A população de Belém teve um aumento gradativo ano a ano, em contrapartida, a população do Reduto teve uma grande queda entre os anos de 1950 e 1970. O Reduto apresentou uma queda de 48% da população, chegando a ter, durante o período apresentado, 1950-2010, em termos quantitativo, o menor número de habitantes no ano de 1970. Enquanto Belém, no mesmo período (1950 e 1970), aumentou sua população em 252%. Nos anos seguintes, a população de Belém continuou a aumentar, enquanto a do Reduto passou por oscilação, teve um aumento de 1970 a 1990, após começou a ter uma ligeira queda da população.

Acredita-se que, com o “nascimento” do bairro, houve uma grande mobilidade das pessoas para o bairro do Reduto. Posteriormente, indivíduos que trabalhavam nas fábricas e no comércio, também migram para o bairro, para ficarem mais perto do seu trabalho. Analisando os dados apresentados, percebe-se que a cidade de Belém está em pleno crescimento, enquanto o bairro do Reduto tem um declínio após 1950.

Souza (2009) relata que, a partir dos anos de 1950, há um decréscimo populacional significativo no bairro do Reduto resultante da saída de muitos moradores ligados à atividade industrial e comercial para outros bairros, ou até para fora da cidade, como aconteceu com alguns imigrantes cujos estabelecimentos eram, ao mesmo tempo, residência e local de trabalho.

A entrevista realizada com a pesquisadora 3 mostra que, por um tempo, foi proibido ter habitação e comércio na mesma edificação:

[...] O nosso Plano Diretor, ele é que vai estudar os usos, a parte de comércio, pra tu teres uma ideia, antigamente o nosso Plano Diretor antes desse de 2008, não permitia que no Centro Histórico tivéssemos, por exemplo, habitação em comércio. E hoje em dia pra gente viabilizar isso [...] Não dava pra você pegar uma casa montar um comércio e morar em cima. Antigamente tinha um problema sério de legislação nosso que era o seguinte, por exemplo, transformar uma casa que era só comércio e jogar nessa casa, que era só comércio, uma habitação em cima e comércio em baixo. Então mudanças de uso, essa mudança de uso não era permitida. Em 2008 foi. Aí [em] 2008 que foi permitido. (PESQUISADORA 3, 2020)

Penteadó (1968, p. 277) descreve o bairro do Reduto entre os anos de 1950 e 1960.

Do outro lado do bairro do Comércio, inteiramente afastado da Cidade Velha, localiza-se o Bairro do Reduto, que, ao contrário do anteriormente estudado, tem por sítio a baixa encosta do terraço do nível 5m e antiga várzea, por onde se escoava a drenagem do igarapé das Armas. Em acentuada decadência demográfica, perdeu mais de 2000 habitantes entre 1950 e 1960: sua densidade de população baixou de 121.0 para 92.9 habs. por hectare, de acordo com os censos do I.B.G.E.; é provável que tenha perdido número mais expressivo de seu contingente humano, pois êsses cálculos foram baseados na área da circunscrição censitária, que é muito maior do que se acham localizadas entre a Av. da Municipalidade e a Rua 28 de Setembro: do ponto de vista estrutural, o Reduto pode ser considerado um bairro de desenvolvimento espontâneo: daí o serem seus quarteirões irregulares, suas ruas estreitas e sem arborização, ocupando o espaço situado entre a antiga doca do Imperador e o convento de Santo Antônio. Hoje, com o desaparecimento da doca, o Reduto perdeu sua condição de bairro-mercado e sua tão conhecida feira desapareceu.

Souza (2009, p. 79) relata que:

Segundo dados do IBGE a população residente no Reduto em 1950 era de 9.211, baixando para 7.073 em 1960 e para 6.332 em 1980. O bairro sofreu um descenso apresentando uma variação negativa de 23,3 % o que demarca claramente o período de declínio das atividades industrial e comercial naquela área da cidade.

Penteado (1968, p. 277) relata as funções que diferenciavam o bairro do Reduto comparado a outros bairros de Belém, entre os anos 1950 e 1960.

Nêle restam ainda algumas funções que o individualizam: comercialmente, as ruas Gaspar Viana e 28 de Setembro abrigam um pequeno comércio caracterizado por alguns estabelecimentos varejistas que lidam com gêneros alimentícios, modestas lojas de confecções para senhoras, alguns depósitos de firmas estabelecidas no Comércio, farmácias, etc.; mas é a sua função industrial que mais o personaliza, pois que, o que até há bem pouco tempo existia nesse setor, em Belém, se achava no Reduto: hoje, lá estão fábricas de pregos, de artefatos de fibra vegetal (a famosa "Perseverança"), de sabão e óleos vegetais, etc., algumas das quais ocupam quase todo um quarteirão. Ao lado dessas indústrias, que poderemos considerar como "grandes", o pequeno artesanato ainda permanece vivo, como o fabricante de cadeiras de vime, os que preparam o açaí para vendê-lo, os ourives, os sapateiros, etc.; muitas vezes, esses trabalhadores residem nos fundos dos prédios em que têm suas lojas. Permanecem, como que perdidos entre as citadas indústrias e oficinas mecânicas, comerciantes de couros, de castanhas, etc.

Penteado (1968, p. 292) ainda relata que:

Embora contíguo ao bairro do Comércio e muito próximo do centro da cidade, o Reduto propriamente dito, encontra-se em plena decadência: suas ruas são acanhadas e as habitações ocupam toda a área edificável. Não há espaço, no sentido horizontal, para ampliar sua área industrial; decaem as condições de vida urbana, ainda mais agravadas com o desaparecimento da sua doca e de seu mercado, que era, até certo ponto, rival do Ver-o-Peso.

É interessante que Penteado (1968) analisa a decadência do bairro também a partir do número de telefone por habitante. Na época, só possuía “número de telefone” quem tinha posses ou comércio. Penteado (1968, p. 292) apresenta o seguinte sobre isso:

Assim sendo, lançamos mãos também do número de telefones. que, para todo bairro, é de 369, o que significa haver 52,1 aparelhos por 1 000 habitantes (quatro vezes menos do que no "bairro do Comércio): dêses telefones, 55% se encontram nas poucas ruas do verdadeiro Reduto, ou seja, ao longo do eixo delineado pelas ruas 28 de Setembro e Av. da Municipalidade.

Como o bairro do Reduto nasceu um bairro comercial e virou industrial posteriormente. O autor relata que somente a Rua 28 de Setembro e a Avenida da Municipalidade continuavam com um comércio bom.

O autor aponta que o restante do bairro possuía o uso residencial:

[...] as Travessas Quintino Bocaiúva, Benjamin Constant, Rui Barbosa, Piedade e Visc. de Souza Franco, que se dirigem da Av. Marechal Hermes junto à extremidade norte da zona portuária para os terraços mais altos, onde se situa parte da Av. Nazaré, são ocupadas por residências modestas, de porta e janela, no alinhamento da rua, nas suas porções iniciais; mas, à medida que se afastam do litoral e penetram nos níveis terraceados mais elevados, melhora o padrão da urbanização (graças ao aparecimento da arborização e a um sensível alargamento das ruas) e das edificações, (sobrados com jardins laterais ou frontais, e, até mesmo, alguns excelentes palacetes). Tal se explica, pela diferença dos preços dos terrenos e das condições sociais de seus habitantes, ligadas a circunstâncias históricas (origens e etapas da ocupação deste bairro) e geográficas (condições morfológicas do sítio do bairro). Como se vê, muito embora esteja colocado junto ao bairro do Comércio, o Reduto guarda características próprias, que o tornam um dos mais bem individualizados bairros de Belém. (PENTEADO, 1968, p. 292)

Fica claro o declínio das atividades industriais e comerciais do bairro, o bairro oferecia uma grande quantidade de emprego, atendendo à demanda de seus moradores e da população das áreas de entorno, mas, com o fechamento de várias fábricas, o bairro passou por um período de decadência, já que sua população migrou ou foi realocada em outras áreas.

Rodrigues e Cardoso (1990) relatam o caso da fábrica perseverança que tinha 800 funcionários com os melhores salários do ramo na região. Havia também, segundo as autoras, a Firma Ferreira Gomes que possuía duas lojas, dois depósitos e duas estâncias dentro do Reduto (RODRIGUES; CARDOSO, 1990).

Conforme diz Souza (2019), a firma Ferreira Gomes construiu, na década de 1930, uma vila próxima ao prédio da loja para os seus funcionários, chamada de Vila Rafael Ferreira Gomes, que mantém até hoje o nome e as características da maioria das casas construídas na época de 1980. Entretanto, a autora relata que percebeu “[...] que essas casas

eram destinadas a operários especializados ou gerentes que ocupavam cargos de maior importância.” (SOUZA, 2019, p. 162).

Atualmente, a vila se chama passagem Rafael Ferreira Gomes e tem formato de L, com uma saída para a Travessa Rui Barbosa e a outra para a Rua Municipalidade.

Fotografia 6 – Natiga vila operária Villa Raphael Ferreira Gomes atual passagem Rafael Ferreira Gomes, vista da Travessa Rui Barbosa



Fonte: Marcos André (2017) e de Valéria Picanço retratadas no roteiro Geo-Turístico – UFPA, Roteiro “Pelo bairro do Reduto”, em 1º de dezembro de 2019

Surgiu a oportunidade de entrevistar a professora Auriléa, que é bisneta de um dos sócios fundadores, então, na entrevista, perguntou-se a ela sobre o nome da Vila, ela não soube responder se foi em homenagem ao seu avó ou a seu bisavô, ainda brincou “se descobrir me avisa” (PESQUISADORA 1, 2019).

A professora é Belenense, foi residir no Reduto no ano de 1969, dez meses após se casar com o Sr. Antônio Jorge Abelém, em 1968, que já era morador do mesmo bairro, onde também nasceu e se criou. A professora residiu por 41 anos, constituiu sua família e só se mudou por ter ficado viúva e com receio de morar só em um casa. Ela se mudou para um apartamento no Umarizal e disse: “[...] só fiz atravessar a Doca, parece que eu estou lá ainda. É a mesma área mais ou menos [...]” (PESQUISADORA 1, 2019).

Sua ligação com o Reduto é anterior à sua mudança, seu bisavô, Raphael Fernandes Gomes, foi um dos sócios fundadores da Ferreira Gomes & Cia., que sucedeu a firma Centro Comercial Redutoense, uma das grandes expressões do comércio do bairro no passado.

A empresa possui vários imóveis no bairro, além da matriz na Rua 28 de Setembro (Fotografia 7). A pesquisadora 1 relatou que a família possuía várias lojas de comércio, que tinham uma fábrica de pregos e outras lojas do mesmo ramo, sob a denominação de União Fabril Comercial, e se localizava na Travessa Piedade, n. de 1 a 9, e indústrias de madeiras e outras, como a Serraria Benfica, situada na estrada de Ferro Bragança, ramal de Benfica.

Lembro-me de uma filial na João Alfredo, entre Padre Eutíquio e Campos Sales, o nome era RIOMAR, onde meu pai, Pedro José de Mendonça Gomes, era o gerente, eu era criança, mas lembro do local, leia o meu blog *Memória a Belém*, haverá muitas informações que vão te ajudar na sua pesquisa. (PESQUISADORA 1, 2019)

Fotografia 7 – Matriz da Firma Ferreira Gomes no Reduto



Fonte: Acervo da professora Auriléa Abelém

A sua relação com o Reduto vai além da casa que ela morava na Rua 28 de Setembro, onde estavam localizados os três estabelecimentos que marcaram a sua vida e que se misturam com a história do Reduto: a Ferreira Gomes Ferragista S.A., que era do seu avô paterno; o Frigorífico Paraense, a FRIGOPAR, de seu pai, e as Lojas Jorbem, que se chamava Bazar São João, antes, quando era do seu esposo.

A minha relação com o Reduto é anterior à minha moradia, eu nasci e morei antes do Reduto na Governador José Malcher, no bairro de Nazaré, mas a minha família tinha negócios no Reduto. Eu já nasci com o meu avô tendo a Ferreira Gomes Ferragens S.A, que era uma grande empresa, eles eram considerados até os donos do bairro. Eram portugueses e eles tinham vários sócios, eu conto um pouco dessa história no blog. Eu falo do meu avô e também quando eu falo do bairro, então eu sobre um cruzamento de ruas ali no Reduto que tem tudo a ver com a história da minha vida, que é a Benjamin com a 28. Então ali, quem desce pela Benjamin, do lado esquerdo era um frigobar, Frigorífico Paraense, que era um frigorífico do meu pai, eram sócios meu pai e meu tio, que traziam carne charqueada de Goiás pra vender em Belém. Do outro lado, do lado direito, tinha a Jorbem, onde o Abel trabalhava. E na frente, onde hoje é um quarteirão inteiro, um posto de gasolina, era a firma do meu avô com os sócios que era uma grande loja de ferragens; eles tinham, se você for pesquisar, até indústria, alguma coisa de prego ou qualquer coisa assim, e tinham os navios que vinham para o porto, com acesso mais livre, vinham navios trazendo coisas, inclusive da Inglaterra, lustres, louças de qualidade. Então eles vendiam desde um prego até esses lustres bonitos da época e tal. Então eu frequentava o Reduto nessa época em que a Praça Magalhães, o que hoje eles chamam de Praça do Reduto, mas a praça é lá na ponta né, onde a rua termina, o canal do Reduto era fechado. Tem fotos, tu vais encontrar no blog, ainda com os paralelepípedos e no meio os canteiros com... esqueci o nome da planta. E eu tenho uma foto do caminhão da Ferreira Gomes lá parado né, e também tem, tá no meu blog, mas eu tirei da internet, Viva Belém ou memórias de Belém,

qualquer coisa assim, uma foto cheia de plantas no meio, onde hoje é água, ficava tudo bonitinho, como se fosse um boulevard, essas árvores, como é a Barão que tem aquele canteiro no meio, tudo era assim. E melhor por causa da enchente, eles fecharam, depois abriram de novo pra fazer esse canal fedorento que tá lá. Então, eu ainda vivi essa época em que a gente saía a pé pra levar as crianças, meus filhos, pra passear na Praça Magalhães, e o meu marido me trazia algumas memórias anteriores também. Ali tinha uma área de zona que a rapaziada ia, naquela época os namoros não eram tão livres depois foram se tornando, e a rapaziada, às vezes, ia buscar nos bordéis lá. E era por ali, ele contava que tinha vila, que eram casas de prostituição. (PESQUISADORA 1, 2019)

Questionou-se a professora sobre como era o seu olhar em relação ao morar no Reduto, sua resposta foi:

Final da década de 1960, a gente pode considerar até a década de 1970 pra cá, eu trabalhava fora, eu trabalhava no IDESP e depois eu fui ser professora na universidade. Então eu parava pouco em casa, eu vivia pouco o bairro porque saía pra trabalhar, voltava à noite. Mas vivia fim de semana, nós conhecíamos o pessoal do quarteirão, ali daquela quadra da 28. É muito interessante pra mim, quando fala no Reduto, pra mim se reduz a 28 de setembro. O que não é verdade né? Então, o morar lá era tranquilo, tanto era tranquilo que eu ainda peguei um tempo em que as pessoas moravam nos altos e havia a loja embaixo, a casa de comércio né? Muitos eram assim, a do meu marido não. Uma bem na esquina, tem a Casa Amin que eles moram até hoje lá em cima, embora embaixo já tenha outra utilidade na esquina da Rui Barbosa. Então era um morar tranquilo, a vizinhança mais próxima se conhecia e não havia tantos problemas que mais tarde vão aparecer. Ele começa a decair pela história dele exatamente nessa época, início de 1970 começa a decadência do bairro. Exatamente no final da década de 1960, mas eu morei muito tempo lá e era tranquilo. Criei meus filhos lá, pra mim não tinha problema e foi se tornando um problema depois. Então morar no Reduto foi tranquilo, mas já nos últimos anos não era. Era inseguro, as moradias foram se tornando mais raras para as pessoas habitarem, eram mais casas de comércio, de serviços. E você não tinha mais aquele fim de semana, era perigoso, as ruas eram desertas, então isso impulsionou a mudança. (PESQUISADORA 1, 2019)

Rodrigues e Cardoso (1990, p. 62) relatam que o bairro era muito frequentado, pois havia bares e sorveterias, que faziam sorvetes com manteiga real, os melhores da cidade:

Casa damas, A feiticeira, Café Az de Paus, Café do Povo, Café Estrela, Café O Pombo, Botequim União, Botequim Aristocrata e Botequim Triunpho, todos anunciados no Album do Pará de 1939, responsáveis juntamente com o cinema Iris e a Praça Gal. Magalhaes pelo lazer no bairro do Reduto.

O Sr. Cícero Alves da Silva nos relatou que o “Reduto era o local mais badalado da cidade, tinham os melhores sorvetes e cafés, [disse] que as pessoas saíam da Cidade Velha só para frequentar os estabelecimentos chiques de Belém.” (SR. CÍCERO ALVES DA SILVA, 2019).

O Dr. Jamil (2019) também relatou que o bairro tinha muita vida, muitos estabelecimentos comerciais para atender a sua população e aos bairros vizinhos. Quando criança, o Dr. Jamil (2019) brincou muito na praça Magalhães, ele relatou que havia muitas pessoas nas ruas, era um bairro muito bem frequentado. As pessoas sentavam à porta para conversar com os vizinhos enquanto as crianças brincavam.

Rodrigues e Cardoso (1990) relatam que na esquina da Rua Gaspar Viana com a Avenida Visconde de Souza Franco existia um mercado, parecido com o mercado do Ver-o-Peso, que tinha a função de abastecer a população do bairro e que servia também de ponto de encontro para os que faziam suas refeições na “rua”. Os barcos chegavam em frente ao mercado do Reduto, trazendo a produção das comunidades ribeirinhas.

Fotografia 8 – Mercado Municipal do Reduto em 1935, Rua Gaspar Viana com Avenida Visconde de Souza Franco e a mesma área com imagens recentes



Fonte: Imagens superiores Robert S. Platt<sup>101</sup> (1935); as imagens inferiores são da autora feitas em janeiro de 2020

Conforme pode-se ver no Laboratório Virtual (2014), as duas primeiras fotografias, foram feitas pelo geógrafo estadunidense Robert S. Platt, mostrando a Doca de Souza Franco

<sup>101</sup> Site do FAU – Laboratório Virtual – ITEC/UFPA, Doca de Souza Franco e Mercado Municipal do Reduto (1935); por Robert Swanton Platt. Disponível em: <https://fauufpa.org/2014/04/14/doca-de-souza-franco-e-mercado-municipal-do-reduto-1935-por-robert-swanton-platt/>.

ainda com a comunicação do Igarapé das Almas para a Baía do Guajará livre para a navegação de canoas.

Nas imagens mais recentes, as inferiores, pode-se ver que no local do mercado hoje está o Ginásio Altino Pimenta. A edificação na outra esquina provavelmente era uma fábrica, embora, analisando as fotos, percebe-se que parte do prédio se perdeu, contudo, ainda há componentes de sua fachada e do seu formato, além da cobertura completa “original” desta parte.

Fotografia 9 – Prédio na Rua Gaspar Viana com Avenida Visconde de Souza Franco e a mesma área com imagens recentes



Fonte: A primeira imagem de Robert S. Platt (1935); a segunda imagem é do Google maps- Street View datada de julho de 2017 pelo programa; a última imagem é do Google maps – Street View datada de dezembro de 2018 pelo programa

Como pode ser visto no Laboratório Virtual (2014), o Mercado Municipal do Reduto, tendo sua construção aprovada pela Lei n. 173, de 30 de dezembro de 1897, contudo, em 21 de julho de 1907, ocorreu um incêndio em seu edifício de ferro na madrugada – ver parte do Relatório de 1909

O intendente de Belém, Antônio José de Lemos, no tópico Terrenos de Marinha (1909), relata conhecer o problema de higiene que o prédio tinha e solicita a mudança do mercado para um terreno próximo. No mesmo relatório, Lemos demonstra sua intenção na construção de um novo Mercado Municipal do Reduto, mas esbarra na aquisição de “um bom terreno.” (LEMOS, 1909, p. 153).

Em uma das entrevistas apresentadas no trabalho de Rodrigues e Cardoso (1990) com a Sra. Deolinda, uma antiga moradora, relata-se que o prédio do Mercado do Reduto “[...] foi demolido recentemente, sem maiores informações, coisa de políticos [...]” (RODRIGUES; CARDOSO, 1990, p. 63).

No relatório em que Lemos fala sobre o Mercado, relata-se, também, sobre a população do bairro, ele diz: “Eu, porém, pela minha parte, não estou satisfeito com esta Succursal e cada vez que a visito, mais me convenço da sua insuficiência para servir bem quanto seria para desejar um bairro populoso como o Reducto.” (LEMOS, 1909, p. 153).

Lemos (1909), no seu documento de 1908, diz que o Reduto era sim um bairro populoso nessa época.

Com o fechamento da maioria das fábricas, houve, também, um declínio populacional, visto que os moradores residentes no bairro, que tinham ligações com as fábricas ou com o comércio, optaram por sair do bairro. Hoje, as ruas do bairro não têm mais o mesmo movimento, um fluxo grande de pessoas que circulavam no período áureo das indústrias. As edificações que abrigavam antigas fábricas desempenham outras funções como a de depósito, instituições públicas, escolas, universidade, casas de eventos, estacionamento de carros, entre outros usos, ou estão abandonadas. Em parte das vilas que eram residências de funcionários das fábricas vive hoje outros moradores e algumas vilas foram abandonadas ou extintas e outras exercem funções de comércio, bares e restaurantes. Várias edificações infelizmente desapareceram, como é o caso do Mercado do Reduto, e hoje só podem ser visualizadas por antigas fotografias.

Segundo Rodrigues e Cardoso (1990), havia no bairro uma indústria paralela a do contrabando, que era o sustento da comunidade da “Bacia” localizada à margem direita do Igarapé das Almas (acredita-se que é o mesmo local onde hoje está o bairro do Umarizal). As autoras relatam que “[...] com grande contingente populacional, que por causa das obras do fechamento do Igarapé, foi remanejado pela COHAB para o conjunto Nova Marambaia, marcando o início das remoções em Belém.” (RODRIGUES; CARDOSO, 1990, p. 62).

Conforme afirma Costa (2011), a favelização nessa área iniciou-se a partir da década de 1940, e um dos fatores que propiciou a ocupação foi a proximidade do centro e da área portuária, uma vez que muitos dos moradores tinham sua ocupação laboral nesse tipo de atividade, facilitando, dessa forma, o acesso ao trabalho e dispensando despesas com transporte e habitação formal. “[...] alertar o senhor prefeito para o aleijão que está se criando na Souza Franco [...] É uma favela em crescimento, um crescimento desordenado e feio, que se não corrigir hoje, estará dando trabalho amanhã.” (PARÁ, 1970, p. 40, *apud* COSTA, 2011, p. 83).

Para Araújo Júnior e Azevedo (2012), o saneamento vagaroso das áreas de baixada iniciado na década de 1960 abarcou a Avenida Tamandaré, a Avenida Doca de Souza Franco.

Para esses autores, no bairro do Reduto, havia ocupações de baixo padrão econômico, acredita-se que eram os operários pelo fato de a residência de muito operários ser mais conhecida como a Vila Sarara.

Sobre a substituição dos moradores, seu poder aquisitivo e o tipo de emprego, Rodrigues e Cardoso (1990) relatam que moravam no bairro os operários e os industriais. Souza (2009) relata que o bairro possuía vilas para a moradia dos industriais e outras áreas para os operários, que essas duas classes sociais não habitavam juntas em uma mesma área.

Na entrevista com a pesquisadora 4, uma das autoras das citações de Rodrigues e Cardoso (1990), percebeu-se que as vilas que se encontram ainda hoje no Reduto eram para habitação dos funcionários dos cargos mais altos, já que os operários habitavam mais a parte periférica do bairro.

Araújo Júnior e Azevedo (2012) relatam o acontecimento de um processo urbano que segue os moldes do que, segundo Corrêa R. (1989), seria um processo de substituição invasão-sucessão.

O saneamento vagaroso das áreas de baixada iniciado na década de 1960 que abarcou a Av. Tamandaré, a Av. Doca de Souza Franco e o bairro de mesmo nome, deu início a um processo de substituição invasão-sucessão, que segundo Corrêa (1997), acontece em função da substituição de agentes, sujeitos sociais, dentro do espaço da cidade, principalmente levando em conta o aspecto do uso residencial, no qual um espaço se valoriza através da modernização (infraestrutura), fazendo com que a população residente (de classe baixa) vá para outros espaços, havendo a substituição do uso residencial, agora com estabelecimento de uma classe alta. (ARAÚJO JÚNIOR; AZEVEDO, 2012, p. 161)

Para Araújo Júnior e Azevedo (2012), no contexto da década de 1960, esse processo acontece devido à remoção da população de classe baixa que habitava esse local. As ocupações de baixo padrão econômico deixam de existir, em grande parte no Reduto, a partir de uma política do Banco Nacional de Habitação (BNH), o qual remove essa população para o primeiro conjunto habitacional da COHAB de Belém, o conjunto Gleba I, localizado no início da Avenida Augusto Montenegro.

Araújo Júnior e Azevedo (2012) apontam que esses sujeitos removidos passaram pelo processo de segregação imposta, promovendo um processo de aceleração, via COHAB, de periferização na Região Metropolitana de Belém, em que a população removida começou a formar a área de expansão.

Na década de 1960, a população começou a ocupar as áreas mais extremas da cidade, dando origem a novos bairros. Moreira (1989, p. 52, grifos nossos) divide o crescimento da cidade até a década de 1960 em três fases:

Em princípio, a cidade se expandiu acompanhando a orla fluvial, para, em seguida, se interiorizar e se continentalizar, definindo as três primeiras fases de seu crescimento: **a ribeirinha** (da fundação da cidade em 1616 até meados do século XVIII); a de **interiorização** (de meados do século XVIII a meados do século XIX); e a de **continentalização** (de meados do século XIX em diante).

O crescimento físico da cidade está diretamente ligado ao crescimento de sua população, em uma análise mais simples; o crescimento, em linhas gerais, vai acontecendo a partir da multiplicação de sua população, esse fato pode ocorrer espontaneamente a partir do nascimento e do casamento de pessoas, que ocorrem de uma forma muito lenta, ou com a chegada de várias famílias de imigrantes de regiões próximas, ou até mesmo de países distantes, que acabam impulsionando mais rapidamente as mudanças urbanas e sociais. Com esse fato acontecendo, essas pessoas precisam ter seu local de morada e, com isso, vão em busca de área para edificar sua residência, normalmente as pessoas de poder aquisitivo mais baixo são levadas a morar nas áreas mais extremas e insalubres. Esse fato tem uma mudança quando a população de alto poder aquisitivo busca fugir das aglomerações urbanas e procura morar nas áreas mais periféricas. Com o receio de “co-habitar” com a população mais pobre e por segurança, “nascem” os condomínios fechados nessas áreas mais distantes do centro.

É então que Belém, na década de 1960, transpassa o “cinturão institucional”. A periferação que se manifesta, a partir da década de 1980 em Belém, é uma das principais expressões espaciais da dispersão do espaço urbano. Esse processo de reestruturação está vinculado à dinâmica verificada no espaço regional, mas tem definições no âmbito local, a partir da correlação de forças que se coloca entre os agentes produtores do espaço urbano (TRINDADE JÚNIOR, 1998, p. 91).

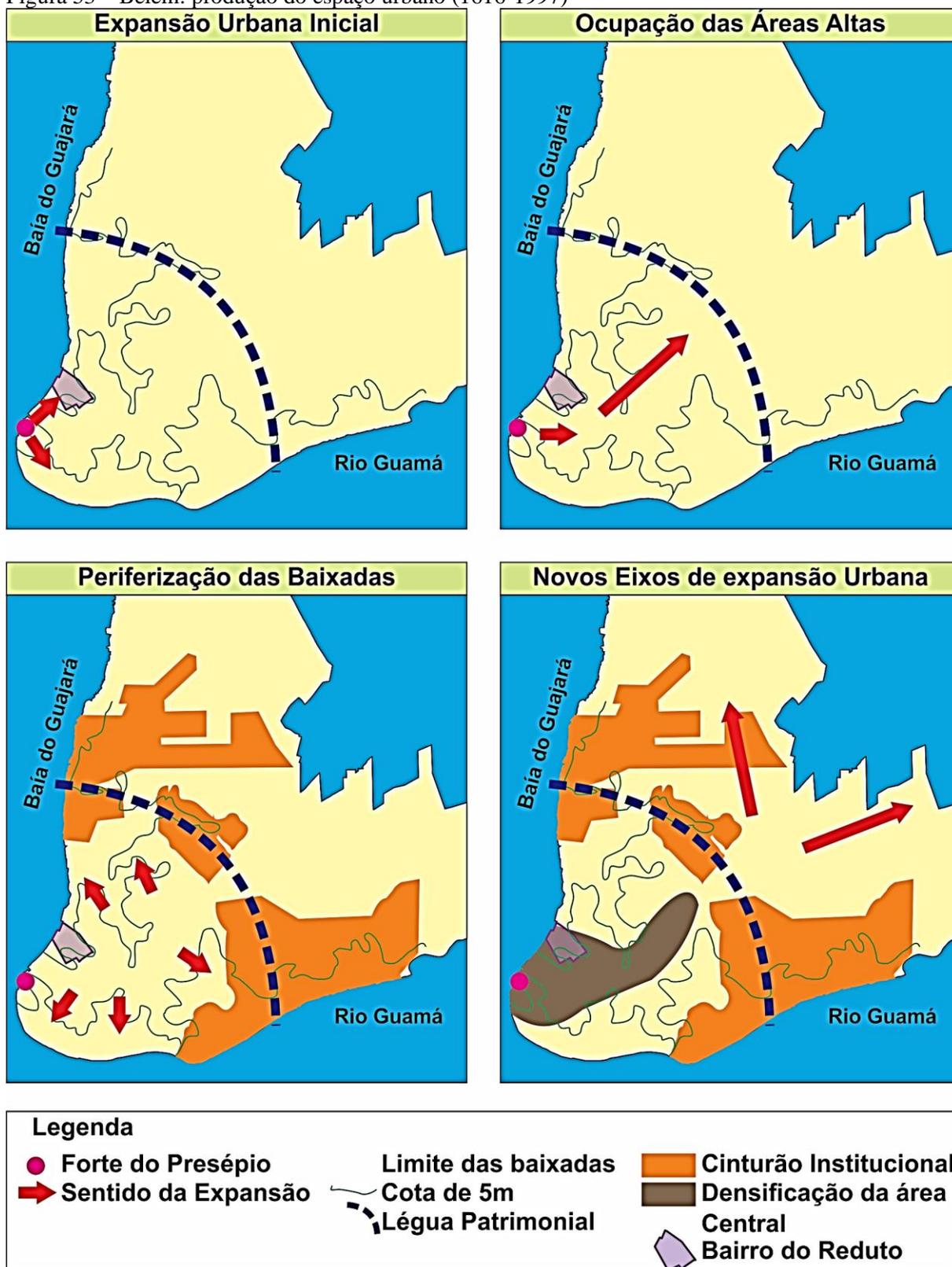
Trindade Júnior (2016, p. 99) relata que:

[...] a malha urbana se expandiu para localidades até então consideradas distantes, notadamente para a Rodovia Augusto Montenegro (eixo Belém-Icoaraci) e para BR-316 e estrada do Coqueiro (eixo Belém-Ananindeua), ou seja, para além dos bairros integrantes da Primeira Léguas ou daqueles adjacentes a esta.

Esses vetores de expansão, conforme afirma Trindade Júnior (2016), foram estimulados a partir da localização de novos empreendimentos industriais, tendo em vista a política dos incentivos fiscais do governo federal e, principalmente, dos primeiros conjuntos habitacionais, cuja ideologia da casa própria dos governos militares foi responsável por atrair um significativo número de pessoas para essas áreas, alcançando definitivamente a chamada Segunda Léguas patrimonial

Assim sendo, somente em período mais recente, segundo Trindade Júnior (1998), é possível afirmar a configuração de uma quarta fase de expansão urbana belenense, agora marcada pela dinâmica da metropolização, que pressupõe o avanço da malha urbana em relação às fases anteriores: acrescenta-se a essa periodização de Moreira (1989) uma outra fase, a de metropolização, que se inicia na década de 1960 e se consolida nas décadas seguintes e que pressupõe a incorporação de cidades e vilas próximas a Belém, definindo uma malha urbana única, ainda que fragmentada (TRINDADE JÚNIOR, 1998, p. 3).

Figura 53 – Belém: produção do espaço urbano (1616-1997)



Fonte: Adaptada de Trindade Júnior (1998, p. 106)

Percebeu-se que, de 1950 a 1970, Belém teve um crescimento populacional de 252% e o bairro do Reduto teve um decréscimo de 48%. Esse crescimento populacional explica a

expansão urbana de Belém para além do “cinturão institucional”. Essa expansão urbana de Belém pode ser explicada tendo como um dos fatos o aumento populacional.

Fotografia 10 – Parte da área do Reduto em 1970 e em 2018



Fonte: Foto de autor desconhecido, *Site* de Haroldo Baleixe<sup>102</sup>, data da foto 1970. Foto de Igor Mota/Amazônia Hoje, publicado no G1 PA – Belém. Data da publicação 2018

Ao lado esquerdo da Avenida Doca de Souza Franco está o bairro do Reduto, em 1970, não havia verticalização nessa área, mas, em 2018, é possível encontrar a verticalização consolidada.

O Termo de Referência para o plano metropolitano de desenvolvimento integrado de 1971-TR-PMDI/1971<sup>103</sup> apresenta várias hipóteses de desenvolvimento (HD) nos âmbitos: físico-territorial, econômicas, sociais e institucionais. O termo apresenta inúmeras hipóteses para a Área Metropolitana de Belém (AMBEL), porém todas foram testadas, suas afirmações ou negações são apresentadas no Plano de Desenvolvimento da Grande Belém (PDGB) apresentado em 1975 (BELÉM, 1971), que pode-se chamar de primeiro Plano Diretor Urbanístico para Belém (PDUB).

Nota-se que havia uma preocupação com algum processo a acontecer, conforme pode ser verificado pelo exposto no TR-PMDI/1971 (BELÉM, 1971, p. 34)

<sup>102</sup> Ver *site* de Haroldo Baleixe, disponível em: [http://haroldobaleixe.blogspot.com/2009/04/belem-do-para-doca-de-souza-franco\\_03.html](http://haroldobaleixe.blogspot.com/2009/04/belem-do-para-doca-de-souza-franco_03.html). Acesso em: 5 fev. 2020.

<sup>103</sup> O Termo de Referência para o plano metropolitano de desenvolvimento integrado (TR-PMDI) de 1971, é o “[...] resultado do convênio CODEM/IDESP (Companhia de Administração e Desenvolvimento da Área Metropolitana de Belém / Instituto do Desenvolvimento Econômico-Social do Pará) acordado em janeiro/71” (BELÉM, 1971, p. 1). O IDESP assumiu a conclusão do TR-PMDI sob o custeio da CODEM. O Termo de Referência é um documento que antecede o Plano Diretor Urbano (PDU) com o objetivo de nortear técnica e metodologicamente a execução do PDU.

[...] sabe-se que as chamadas inversões especulativas no mercado imobiliário tendem a produzir, a médio e longo prazo, rendimentos adicionais expressivos para os proprietários de imóveis que as fazem. Hoje se sabe, também, que êsse tipo de inversão pode ser fortemente nocivo para o planejamento físico-territorial - e para outras atividades governamentais.

Com relação à ocupação do solo, a área central de Belém sofreu um processo de renovação quanto ao uso:

Predominante comercial no miolo central [...] ainda hoje mantém as mesmas características da ocupação inicial de uso residencial, embora se tenha intensificado essa ocupação devido não só à função que hoje exerce como também ao valor do solo nesta área. (BELÉM, 1975, p. 122)

O primeiro PDUB-1975 (BELÉM, 1975) se refere à existência, na área central, de uma elevada taxa de utilização e ocupação total do lote. A densidade bruta da área (94 hab./ha) comparada à densidade líquida (245 hab./ha) resulta na baixa em virtude não só do pouco número de edificações de uso misto, como também do baixo percentual restante para uso residencial (47,2%), face à predominância de usos destinados ao comércio e serviço e ao grande número de edifícios institucionais (16,6%).

O mesmo documento expõe que a área pericentral possuía predominância residencial e mantém as características quanto à ocupação do lote: “Quanto a ocupação do lote [...] até em construção com mais de cinco pavimentos são mantidas as mesmas taxa de ocupação. notando-se a ausência de recuos laterais ou frontais e permanecendo ainda as testadas reduzidas.” (BELÉM, 1975, p. 122).

Sobre o uso do solo, o PDUB-1975 divide a cidade em zonas. A zona 4 contém a área do bairro do Reduto. A referida zona apresenta uma forte concentração de indústria, de comércio e de serviço, encontrando-se deteriorada.

De maneira geral o aspecto da zona é de deterioração dada a velhice e mau estado de conservação das edificações. Os prédios industriais são em sua maioria muito antigos e os comerciais ocupam edificações também bastantes velhas, construídas originalmente para fins residenciais, ocupados sem reformas ou melhoramentos. (BELÉM, 1975, p. 130)

O documento ressalta, ainda, que

A proximidade da Cia. das Docas do Pará das indústrias dos armazéns e do tipo de comércio, pobre e não especializado, leva a supor que essa concentração comercial tenha surgido da demanda criada pelos outros usos citados. Esta área coloca-se como ponto de encontro da população operária e dos estivadores que trabalham nas redondezas. (BELÉM, 1975, p. 130)

A oferta de novos imóveis no centro de Belém foi decaindo, pois o local estava praticamente todo edificado e as áreas de interesse do mercado imobiliário estavam esgotadas. Somando-se a isso, houve a intensificação da expansão para outras áreas da cidade como

diretriz da política urbana municipal de descentralização e o acréscimo da oferta de imóveis para camadas de maior renda em bairros fora do centro (LIMA, 2015).

O Reduto é um bairro central e histórico e se constituiu, no passado, como uma área importante para a economia belenense. Integrante do entorno do Centro Histórico de Belém divide-se, atualmente, entre a modernidade e a manutenção de seus traços históricos.

A exemplo de seu vizinho, o bairro do Umarizal que sofreu e ainda sofre verticalização, o bairro do Reduto que também sofreu, em parte de sua área, um processo de verticalização, o que hoje, contudo, não mais aí se observa. Gradativamente, vem se remodelando, porém ainda se percebem as feições do urbano antigo, principalmente no traçado de suas ruas estreitas e na feição de sua arquitetura histórica, observadas, em fábricas, galpões e vilas operárias, heranças de seu passado fabril.

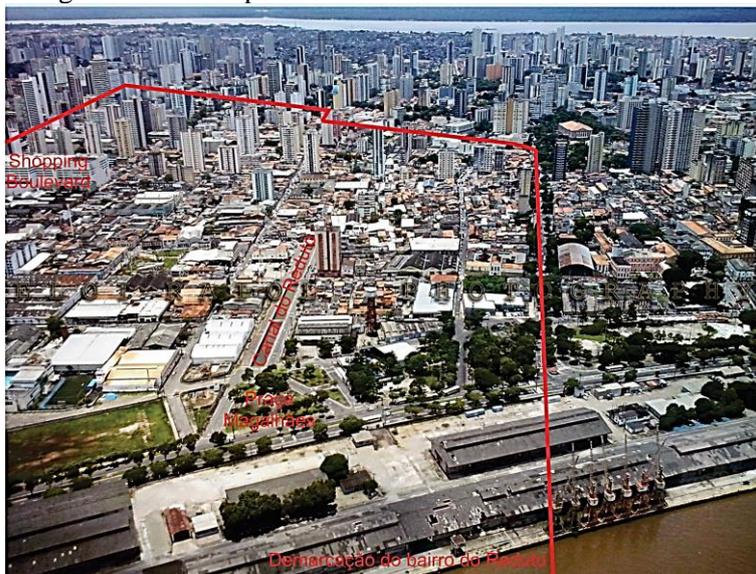
Analisando o Gráfico 7 e o Gráfico 8 e a Tabela 11, entre os anos de 1950 até 1990, Belém teve um grande crescimento de 488,21% em sua população. O Reduto teve um decréscimo até 1970, após esse período sua população aumentou, no ano de 1980, para 6.332 habitantes, um aumento de 18,75% e continuou a aumentar até 1991, onde chegou a ter 7.041 moradores conforme está no IBGE (1991).

Esse aumento se deve à construção de vários “arranha-céus”. A partir de 1980 começaram a ser construídos os primeiros prédios altos residenciais. Trindade Júnior (1997) apresenta, a partir do ano do “Habite-se”<sup>104</sup>, as edificações residenciais no Reduto, a saber: três prédios na década de 1970, 24 edifícios na década de 1980 e quatro imóveis na década de 1990. O autor ainda menciona os três prédios que ainda estavam em construção; em pesquisa de campo ainda há a entrega de mais três edificações.

---

<sup>104</sup> Esse documento é o auto de conclusão de obra. Documento concedido pela prefeitura da cidade onde o empreendimento imobiliário se encontra localizado, após a sua conclusão e posterior fiscalização pelos órgãos municipais competentes, ou seja, é uma certidão expedida pela Prefeitura atestando que o imóvel está pronto para ser habitado.

Fotografia 11 – Perspectiva do bairro do Reduto mostrando a sua verticalização



Fonte: Eloí Raíol 3D<sup>105</sup> (Eloiraiolfotografando.blogspot.com) (2016) – Demarcação da autora

Oliveira *et al.* (2005) relatam que, na década de 1970, o processo de verticalização, que já havia se instalado nos bairros de Nazaré e Batista Campos, se direcionou para outros bairros centrais, como Reduto e Umarizal. Foi nessa fase que a “[...] engenharia local superou as dificuldades técnicas de construir prédios em terrenos inconsolidados de baixas cotas altimétricas.” (OLIVEIRA *et al.*, 2005, p. 10.610) . Nela destacou-se, ainda, a atuação do extinto Banco Nacional da Habitação (BNH), como agente financiador de edifícios, por meio do Sistema Financeiro de Habitação (SFH). As economias, local e regional, foram, então, estimuladas pelos incentivos fiscais liberados pela também extinta Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) (OLIVEIRA *et al.*, 2005).

Para Oliveira (2007), entre a década de 1980 e de 1990, os terrenos centrais tiveram seus preços inflacionados, pois, suas ofertas atingiram níveis de saturação, acentuando-se a especulação imobiliária. Agravando essa tendência, houve também nesse período acentuado crescimento populacional de Belém; de 1980 para 1990, a população de Belém cresceu mais de 31% e, no Reduto, houve um aumento de 11,20%. Esse aumento se deu devido ao “boom” da verticalização no bairro, é o período de maior população do bairro entre os anos de 1950 a 2010. Acredita-se que esse aumento tenha ocorrido pelo desejo de a população voltar a residir próximo ao centro, a verticalização ajudou nessa atração, pois, com a expansão da área

<sup>105</sup> Ver *site* do AngeloGoes.blog o processo de Verticalização de Belém. 2016. Disponível em: <http://angelogoes.blogspot.com/2016/11/o-processo-de-verticalizacao-de-belem.html>, acessado em: 5 fev. 2020.

urbana de Belém, o bairro periférico se torna central, não por sua localização física, mas sim a partir da análise do histórico da evolução urbana de Belém.

O trabalho de Rodrigues e Cardoso (1990) retrata como o bairro se encontrava no final da década de 1980 e início da década de 1990.

As autoras relatam que a “[...] ocupação da área é densa com muitas conexões onde todas as ruas conduzem ao interior do bairro, mais onde é visível a ausência de hierarquia” (RODRIGUES; CARDOSO, 1990, p. 40).

As autoras descrevem a silhueta do bairro, ou seja o seu *Skyline*<sup>106</sup>, e expõem que “[...] não é possível apreender a silhueta do bairro de fora de seus limites [...]” (RODRIGUES; CARDOSO, 1990, p. 40), elas relatam que isso acontece devido à área ser circundada por espaços amplos, possuir vias com um movimento intenso e pela massa compacta das edificações. O *skyline*, a identidade urbana, principalmente do Alto Reduto, se confunde com as linhas do horizonte dos outros bairros, como Umarizal e Nazaré.

Atualmente, essa “fusão visual” ainda está mais intensa, pois a partir de 1990 houve um “boom” na verticalização e isso mudou o *Skyline* do bairro fazendo com que ele se “fundisse” mais ainda ao bairro do Umarizal e Reduto (Fotografia 11).

Contudo, dentro do bairro, a silhueta dele é bem distinta se comparada aos outros bairros, há um contraste de inflexão, o que facilita a leitura no interior dos espaços urbanos do bairro. Rodrigues e Cardoso (1990) falam que o *Skyline* interno do bairro é muito rico nesse aspecto, pois há uma leitura particular em sua silhueta, pois existem prédios altos em uma parte da rua e em outra a existência de prédios “singulares como o da fábrica Perseverança, o da Imprensa Universitária, o depósito da Cerpa, as ruínas da Chaminé da antiga Para-Eletric, o reservatório Paes de Carvalhos, as Vilas, etc.” (RODRIGUES; CARDOSO, 1990, p. 42).

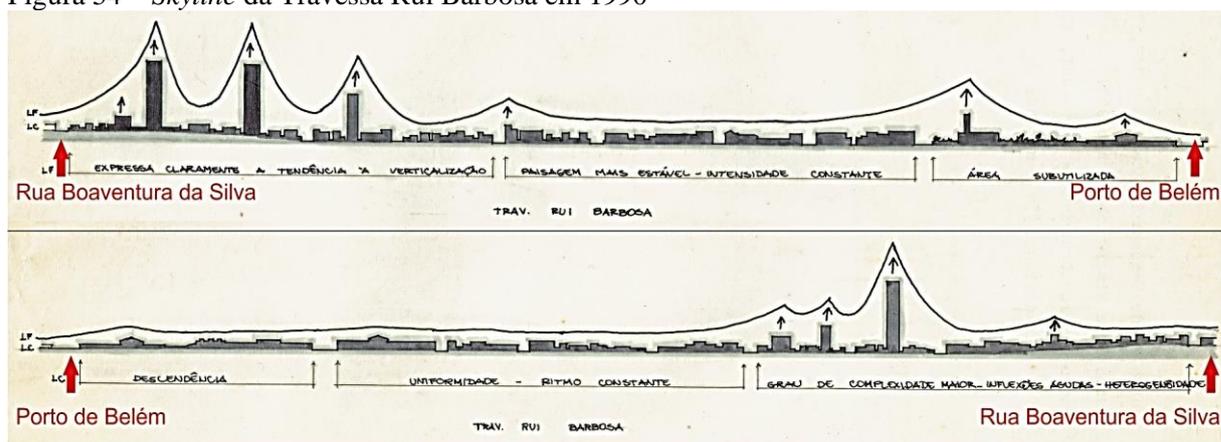
Por meio de suas linhas de força<sup>107</sup>, é “[...] possível perceber a estrutura de sua ocupação global, que mostra onde há tendência para as transformações sócio-espaciais, como a verticalização e a invasão.” (RODRIGUES; CARDOSO, 1990, p. 42).

---

<sup>106</sup> O termo em inglês *skyline* é compreendido com a linha em que a terra e o céu se encontram, dentro dos estudos urbanos se refere às edificações na linha do horizonte das cidades. Os *skylines* ou as linhas do horizonte são como assinaturas urbanas; são a abreviatura da identidade de cada localidade e a possibilidade para o crescimento urbano (KOSTOF, 1991). Os edifícios altos estão entre os elementos construídos mais visíveis no *skyline* das cidades contemporâneas e, logo, possuem um significativo papel na alteração e na definição da forma e da paisagem urbana (GONÇALVES, 2010).

<sup>107</sup> Para Kohlsdorf (2005), linha de força é uma linha imaginária construída a partir do sistema de pontuações, com base na intensidade dos vetores e nas distâncias entre eles. Incide na topocepção o tipo de composição dos picos e vales da silhueta.

Figura 54 – Skyline da Travessa Rui Barbosa em 1990



Fonte: Rodrigues e Cardoso (1990)

As linhas de maior força, na década de 1990, ainda são as mesmas de hoje, por isso, é possível encontrar as maiores modificações socioespaciais, como a verticalização e a invasão da classe média no bairro do Reduto voltada para o Alto Reduto, ou seja, mas próximo à Rua Boaventura da Silva.

Analisando o parcelamento do solo em lotes, Rodrigues e Cardoso (1990) relatam que os quarteirões são irregulares ligados diretamente à malha viária, tendo lotes também irregulares e ligados à mesma malha viária. Há uma variedade de tamanhos de lotes, que vai de lotes bem pequenos, como as residências de vilas, a lotes enormes, como os das antigas fábricas.

As autoras relatam que as quadras não tiveram nenhuma mudança, contudo houve a aglutinação de alguns lotes para a edificação, principalmente de prédios residenciais.

O uso do solo na época do estudo de Rodrigues e Cardoso (1990) se apresentava da seguinte forma:

[...] o uso do solo das quadras está diretamente relacionado ao seu parcelamento, o que provoca zoneamento do bairro, com algumas quadras de uso exclusivamente comercial, e outras com diversidades de uso, devido a dinâmica dos processos sociais. (RODRIGUES; CARDOSO, 1990, p. 45)

As autoras relatam que estavam vendo a introdução à verticalização em busca de um melhor aproveitamento do lote, isso como consequência das pressões fundiárias devido à localização do bairro da área central de Belém.

Analisando o Mapa 2, fica claro que existem duas edificações altas no Baixo Reduto, o Edifício Abílio Velho de 1980, com seis andares mais o térreo, todos os sete andares com apartamentos e o Edifício Stella de 1982 com 12 andares mais um andar de pátio e *hall* de

entrada, mais um andar de estacionamento com duas salas alugadas para consultórios médicos.

Nesse momento ainda, o Centro Histórico de Belém não tinha sido tombado. Assim como se verá a seguir, não havia limitações legais para gabarito que impedisse a construção de prédios. Pergunta-se aos entrevistados sobre o porquê da não edificação de prédios de uso residencial ou comercial na área do baixo Reduto.

A pesquisadora 1 levantou a hipótese de espólio familiar,

[...] Como eu te disse acho que tem muita briga de herança, que preservou principalmente onde eram as fábricas que ainda estão ali. Não sei se era a intenção, mas na época acho que não. Hoje pode se pensar isso [...]. (PESQUISADORA 1, 2019)

A pesquisadora 2 chamou a atenção sobre o não interesse que poderia ser pela falta de tecnologia,

[...] Mas tem uma outra hipótese que é a questão técnica, técnica porque ali na parte de baixo é lama. Hoje que você já tem avanços, faz coisa na lama, do outro lado tem o metro quadrado mais caro de Belém (Umarizal) porque tem que ir lá no inferno né, é só lama ali embaixo. A área mais valorizada hoje é ali aquela parte que é tudo lama. Então a partir da Manoel Barata é quando começa a subir, é quando começa a aparecer os prédios. [...] Então hoje a gente tem um conhecimento técnico pra se fazer prédio lá na lama. A gente já tem essa tecnologia. Então ali, por exemplo, seria uma área interessante porque tem a vista da baía. Passou a ser valorizada nos empreendimentos imobiliários nos últimos vinte anos. Primeiro circuito de verticalização foi ao longo das praças. Praça da República, Praça Batista Campos, Praça Brasil. E nos últimos quinze anos, qual a direção da verticalização? Doca, Municipalidade e Pedro Álvares Cabral, por quê? Vista para a baía [...] Hoje não se verticaliza por causa da legislação que proíbe se não já estava mais verticalizado o bairro. (PESQUISADORA 2, 2019)

As construtoras entrevistadas tiveram seu discurso convergente para opiniões parecidas. Em relação à tecnologia, realmente, no período do *boom* da verticalização, a tecnologia não era evoluída como hoje, embora já houvesse técnicas que pudessem edificar em áreas alagadas, contudo, o custo não compensava,

[...] tinha-se muita área para edificar em andares por que as construtoras iriam investir muito alto em uma área alagadiça que pudesse dar um prejuízo com algum acidente? Não iam fazer isso, gastar muito mais tendo um risco maior de prejuízo. (CONSTRUTORA 1, 2019)

O Reduto era um canteiro de obras, igual ao Umarizal a alguns pouquíssimos anos atrás, tinham lotes grandes com um preço bom em área segura e alta dos alagamentos, porque as construtoras iriam construir em uma área cheia de lama e com perigo para a construtora? E morre funcionário em obra? Deus nos livre disso! Já tinha-se tecnologia boa para construir em terreno alagado, não como hoje, mas já tinha, contudo não era viável

economicamente fazer isso, iria-se gastar quase 40% a mais. Construtora dá lucro e não prejuízo (risos). (CONSTRUTORA 2, 2019)

No bairro hoje não se torna interessante o investimento imobiliário devido à legislação patrimonial que

[...] amarra as construtoras em índices que não compensam, hoje não temos interesse em construir habitações, pois as pessoas só iriam investir algo habitacional no Reduto se pudessem ver a Baía, os olhos para a Baía são o *marketing*, ninguém tem interesse em morar em casas, mesmo que condomínio fechado, pois a insegurança em Belém é muito grande, ladrão entra onde ele quer, e aquela área é estigmatizada como área insegura, de roubo e venda de drogas[...] Vejo a área no Reduto hoje sendo mais procurada por empresas do que por moradia, abriu uma escola nova, tem universidade e o hospital [...] as pessoas preferem morar no Umarizal que é elegante do que no Reduto, é isso que eu vejo [...]. (CONSTRUTORA 1, 2019)

[...] nós já fomos em órgãos públicos de patrimônio para ver a possibilidade de construir um empreendimento, mas não para moradia, aí sim compensa investir, aquela área é pensada hoje como uma área de investimento de comércio, restaurante, lojas para uma classe que paga bem [...] as pessoas não querem morar lá, pois o gabarito é baixo e ninguém olha para o rio, o rio, naquela área, é o que vende nossos imóveis, condomínio fechado ou lofts poderia a te ter procura, mas não compensa o investimento no lote, são caros, e na tecnologia da construção, nunca fiz sondagem no Reduto, mas ouvi falar que com 1 metro já tem água. Eu mesmo não moraria lá. Você sabia que tem muitas drogas e travestis lá, é perigoso, condomínio fechado ou *loft* teria que ser para um público muito específico e para nós isso não daria lucro, não agora. Ouvi falar que vão mudar o gabarito, aí não sei se investiríamos, teria que ser feito um estudo de mercado, moradia hoje digo que não, não no Reduto, pulo a Doca e vamos para o Umarizal [...]. (CONSTRUTORA 2, 2019)

Fica claro que as construtoras, ainda hoje, têm receio do solo do Reduto para edificar prédios em andares e que não há interesse de moradia na tipologia de casa para aquela área. Contudo, ambas as construtoras mostram interesse na área para empreendimentos voltados para o comércio, serviço e lazer.

A Arquiteta 2 da COHAB relatou que provavelmente começou a verticalização do Alto Reduto com a confluência do bairro de Nazaré “[...] ali por estar numa confluência entre o Nazaré, que vem descendo a José Malcher e, ao mesmo tempo, a Doca, foi a área que o capital imobiliário foi se expandindo [...]” (ARQUITETA 2 DA COHAB). A mesma entrevistada relatou sobre a tecnologia

[...] o baixo Reduto era uma área que alagava muito, caiu um prédio no Umarizal (ano de 1987, o Raimundo Farias) que deve ter deixado os construtores com medo de construir, mas se pensarmos bem a gente tem ali na Doca, no Canal da Doca, o Umarizal se verticalizando mesmo pesado, né. Então na época que caiu aquele prédio, acho que de lá pra cá a tecnologia já evoluiu muito. E também, quando tá valorizado e quando vale a pena o

retorno, as construtoras dão um jeito. Então eu acho que não é tecnológico, eu acho que a questão do espólio pode atrapalhar um pouco, mas sinceramente, se tiver valendo a pena isso se supera. O Alto Reduto na época das construções era a borda de Nazaré, aí valia a pena construir, não iam investir em área não valorizada, o Baixo Reduto era área perto do Porto, não era chique[...]. (ARQUITETA 2 DA COHAB)

A Sra. Maria do Carmo Haick (2020) é proprietária de uma grande empresa que já está há mais de 47 anos no mercado: O Imperador das Máquinas, então, ela relatou o seguinte:

[...] eu vi cada prédio que está aqui crescer, né. Construíram só esses dois prédios aqui, o povo tinha medo por que aqui antes era tudo alagado. Também tinha o problema dos inventários, os velhos morriam deixavam para os filhos sempre tem um filho que não quer vender, aí já viu, dava aquela dor de cabeça mesmo, olha só, a casa da tua sogra mesmo me deu dor de cabeça para eu comprar, a casa estava no nome do pai dela, tinha um sobrinho que não tinha direito, mas não assinava, aí eu contratei um advogado para resolver e demorou um bom tempo para resolver, então quando se quer dá um jeito, eu dei, as construtoras teriam dando um jeito, também. Não tinha o interesse aqui para baixo[...] Eu mesma já comprei várias casas e vou comprar mais, essa área vai valorizar, tenho fé, estão vindo comércios chiques para cá, escolas, universidades. Hoje, com todas essas faculdades aqui, eu acho bom, porque movimenta o bairro. Todo tempo tem gente pra lá, gente pra cá. Movimenta muito o bairro. [...]. Eu, por exemplo, tô fazendo uma obra de doze kit-nets aqui. Então isso aí já é pra eu alugar, tem muito estudante aqui. Eu já tenho seis kitnets na vila, então acho que vai melhorando as coisas. [...] Eu tenho uma na Nossa Senhora de Fátima, eu tenho uma casa lá, e aqui na Santa Inês, tenho seis kit-nets lá. Já abriu um aqui colégio, aí era a CODIPA antigamente, era do Seu Roberto, vendia muita peça de carro lá, também fechou [...] (SRA. MARIA DO CARMO HAICK, 2020)

Com base nas entrevistas, há duas grandes suposições para a não verticalização do baixo Reduto no período que precede a legislação patrimonial, o problema de conhecimento tecnológico para se construir nas áreas alagadiças e o espólio familiar.

Rodrigues e Cardoso (1990, p. 48) expõem que, no bairro, havia

[...] uma grande incidência de habitações unifamiliares remanescente do século passado (XVIII) e do início deste século (XIX), em estilo colonial e eclético, as quais vindo sofrendo reformas em vários níveis [...]; adaptação dos porões para funcionamento de comércio e garagens[...]. Igualmente importante são os edifícios industriais, que depois da decadência desta atividade, vêm sofrendo adaptações para serem usados como depósitos, ou transformaram-se em ruínas.

Rodrigues e Cardoso (1990, p. 48) expõem que a lei que regulava o uso do solo mapeou o Reduto como uma zona de área mista, então, poderia ter todos os usos, exceto de comércio atacadista e depósito, pois essas atividades estavam saturadas no bairro.

Rodrigues e Cardoso (1990, p. 48) mencionam que o poder público tentou conter a verticalização com a legislação,

[...] o Reduto motivou a proposta de um artigo que foi aprovado, n. 49 na lei em vigor, que estabelece o índice máximo de aproveitamento igual a 1 para os terrenos localizados em ruas com faixas de domínio (área da via compreendida entre testadas de lotes opostos) igual ou inferior a 9,00m, aplicável a maioria das vias do Reduto. Esta medida pretendia evitar a verticalização naquelas áreas, mas criou-se na Secretaria Municipal de Obras, um mecanismo para contornar este “entrave”, através do estabelecimento de recuos mínimos que possibilitam a verticalização, visando ao alargamento futuro das vias. Só que estes planos de alinhamento são usados desde 1945 e nunca permitiram o alargamento de nenhuma via da cidade, Mostrando que podem aparecer e desaparecer conforme a conveniência e vontade dos usuários, que esquecem que o crescimento da cidade deve ser conduzido em benefício de toda a sociedade, e não em função de interesses particulares.

Baseada em Rodrigues e Cardoso (1990, p. 69-70), tem-se que, dos modelos aplicáveis à Zona de Uso Misto (ZUM-1), apreende-se que alguns são

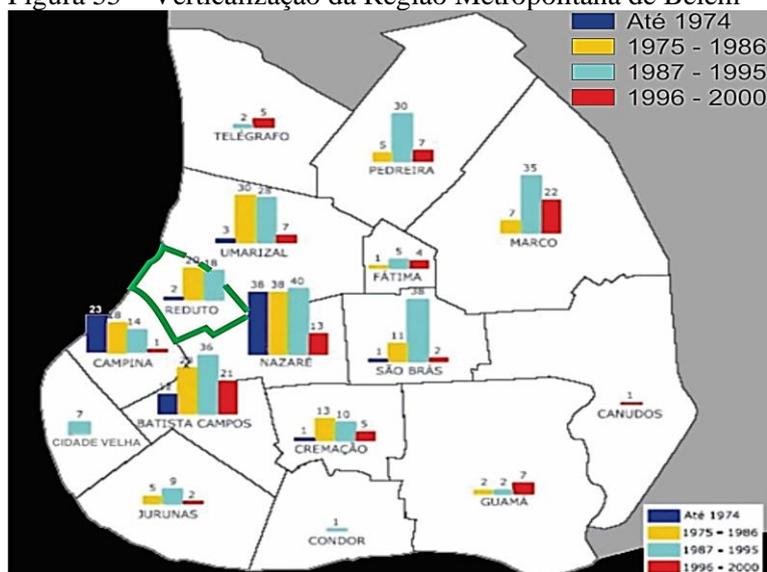
[...] economicamente mais viáveis que outros, precisando de lotes com tamanhos compatíveis com os existentes sem precisarem de remembramento, como é o caso do uso habitacional de média densidade e do comércio de serviço de pequeno porte; ou possibilitando melhores condições de aproveitamento (com índices de aproveitamento de até 3 vezes a área do terreno), caso do uso habitacional de alta densidade, do comércio e serviço de grande porte e serviços comunitários sócio-culturais. Sendo que para todos os modelos, o gabarito é livre, por não ser considerado elemento de densidade ( função dos índices)

Com a legislação nesses moldes, foi possível estimular a verticalização, Rodrigues e Cardoso (1990, p. 51) relatam que

[...] mais recentemente são os edifícios para habitação coletiva, sem pilotis e com volumetria simples, [...]. Seguido pelos edifícios sobre pilotis, com pavimento térreo privatizado [...] como moradia para uma classe mais favorecida.

A Figura 55 demonstra a evolução da verticalização na Região Metropolitana de Belém (RMB), o “boom” da verticalização no bairro do Reduto acontece entre os anos de 1975 até 1995. Será visto, a seguir, que, em 1994, foi promulgada a Lei do Centro Histórico, a Lei n. 7.709/94, de 18 de maio de 1994, na qual se determina gabarito máximo para as novas construções.

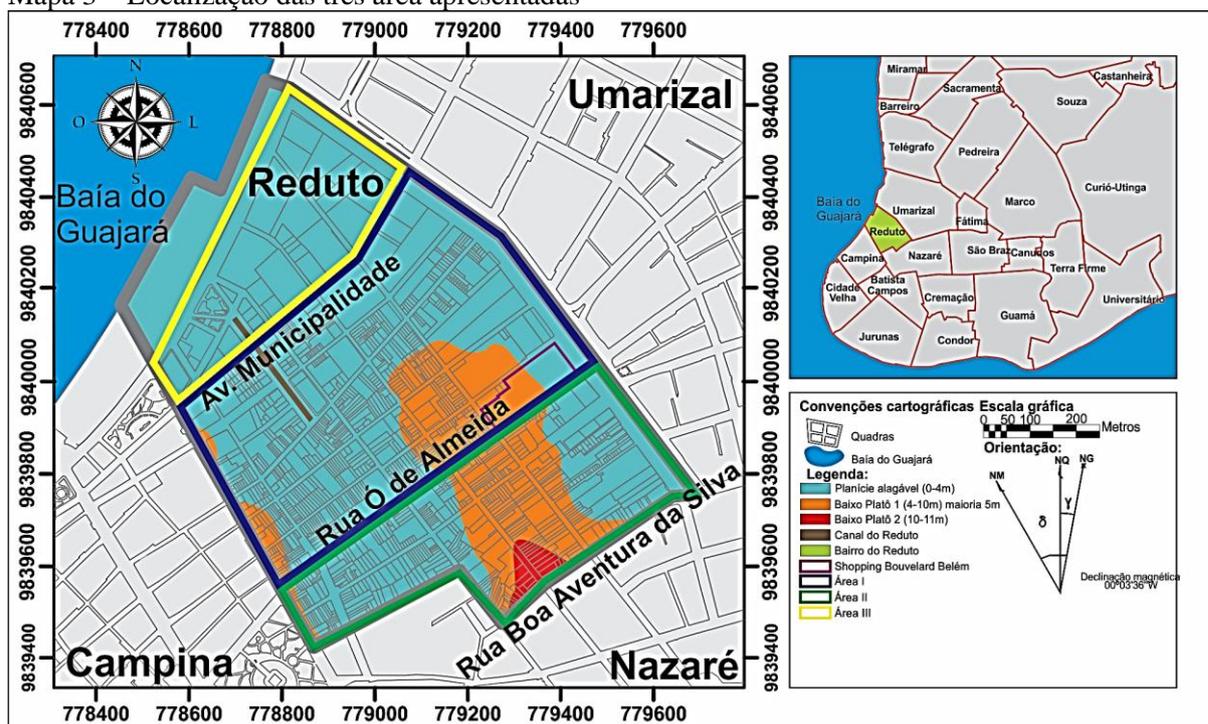
Figura 55 – Verticalização da Região Metropolitana de Belém



Fonte: COHAB (2009)

Com base em todas as modificações que o bairro passou, Rodrigues e Cardoso (1990, p. 51) dividem a área em três setores: (I) Parte antiga entre a Rua Ó de Almeida e Avenida Municipalidade, que se apresentava decadente com um potencial para uma revitalização, pois era um “lugar” em que a história justificava a manutenção de sua memória expressa por sua arquitetura que corre risco de desaparecer devido ao interesse ao local. (II) A parte com as cotas topográficas mais altas entre a Rua Boaventura da Silva e a Rua Ó de Almeida, área considerada nobre e onde as pessoas têm orgulho de morar. A memória era ameaçada pela verticalização, pois havia a melhor qualidade de solo para edificar e uma ineficiência na legislação vigente no período. Área predominantemente habitacional, consequentemente com uma melhor qualidade de vida. (III) Parte entre a Avenida Municipalidade e o Porto, área que foi aterrada, era mal aproveitada, nesse período, era ocupada por repartições públicas e comércio e indústrias, área pública ocupada ilegalmente e ruínas. Era a área responsável pela insegurança da vizinhança por ser soturna e alojar uma população que se faveliza nas calçadas. Área, segundo as autoras, “[...] com um maior potencial para intervenções pela disponibilidade de áreas institucionais nela existentes.” (RODRIGUES; CARDOSO, 1990, p. 75).

Mapa 3 – Localização das três áreas apresentadas



Fonte: Mapa feito pela autora a partir dos dados de Rodrigues e Cardoso (1990). Levantamento Aerofotogramétrico da Região Metropolitana de Belém – RMB (1977/78 e 1979), acervo da CODEM/DDU/PMB. Com base na lei de delimitação dos bairros de Belém, Lei n. 7.603, 13 de janeiro de 1993

Com essas modificações no seu sítio físico, o Reduto perdeu o caráter de área de periferia e teve seus terrenos valorizados, fazendo com que os filhos de seus moradores o abandonassem, em busca de solos mais baratos, da mesma forma que a decadência econômica e a localização privilegiada propiciaram; a instalação de depósitos (devido à proximidade do bairro do Comércio); substituição das habitações por escritórios e lojas, com a sua inserção no centro comercial da cidade; e o aparecimento de edifícios de luxo.

Rodrigues e Cardoso (1990, p. 75) apresentavam o *status* do bairro no período do seu estudo, “Hoje percebemos que apesar do status do bairro ter mudado no contexto social da cidade, tornando-se um bom lugar para a alta classe média morar, o modo de vida anterior, estabelecido pela baixa classe média que sempre ocupou, permanece”.

Entre os anos de 1990 e 2000, a população de Belém teve um crescimento pequeno, o menor desde 1950, crescendo somente 2,82%. Contrariamente, o bairro do Reduto teve um pequeno decréscimo de 0,61%. Assim, a verticalização deixou de se concentrar nos bairros centrais e passou a se dirigir para os bairros do Marco e da Pedreira, fora das áreas mais centrais, que, no entanto, apresentavam cotas de nível médio, largas avenidas, alguns

equipamentos urbanos e fácil acesso ao centro. Ainda há nesse período o reconhecimento do bairro como patrimônio histórico e cultural de Belém.

#### **5.4 O Bairro do Reduto como um Patrimônio Histórico e Cultural de Belém do Pará (1990-2000)**

O bairro passou por várias fases desde seu nascimento, nasceu como uma área periférica, teve seu tempo áureo das vilas operária e industrial, sua decadência e ocupação das áreas de baixadas, segregação de sua população, obras de drenagem e saneamento das baixadas, parte verticalizou e hoje faz parte da área central de Belém. Sempre se ouviu que o bairro sofria inércia (CORRÊA R., 1989), por causa do tombamento e que tem um potencial para a “gentrificar”, contudo o processo não acontece nos moldes de Smith (2006), e a “culpa” é da proteção pelo tombamento. Eu sendo arquiteta e urbanista com 18 anos de experiência na área da preservação do patrimônio histórico edificado e urbano não tenho essa visão de estagnação do bairro, por esse motivo resolvi escutar os agentes produtores do espaço públicos que cuidam dos patrimônios históricos em suas três esferas de atuação em Belém e também os moradores, ex-moradores, empresários e a população de Belém que não reside no Reduto, como eles vêem o tombamento do Reduto. Também foi entrevistado o agente do mercado imobiliário para entender se há ou não busca de edificações à moradia, ou comércio e serviço.

O tombamento de uma edificação, raramente, é total, ou seja, não sendo permitida qualquer alteração no bem. Existem dentro das legislações níveis de preservação e proteção do bem. Na maioria dos casos, quando é tombada em formato de gleba ou conjunto, o que se pretende salvaguardar é a paisagem urbana, dependendo do caso, o interior pode sofrer alterações, com a permissão do órgão responsável. A saber, na lei na esfera municipal, tem-se:

Todo bem tombado a nível municipal será classificado em cinco categorias denominadas em: Preservação Arquitetônica Integral, Preservação Arquitetônica Parcial, Imóveis de Reconstituição Arquitetônica, de Acompanhamento e de Renovação. (BELÉM, 1994a, art. 19)

Assim sendo, acreditava-se que a inércia do bairro não deva estar ligada somente à não verticalização, pois existem lotes grandes que poderiam receber o uso de habitação em tipologia horizontal, casas, dentro dos moldes de condomínio fechado. Contudo, não se encontra nenhum modelo dessa tipologia dentro do Reduto. O que se vê acontecer é que essas áreas grandes estão recebendo outros usos, como academia de ginástica, escolas, universidades, casa de festa, etc.

A força de inércia das formas espaciais (CORRÊA R., 1989), muitas vezes pelo valor simbólico, *habitus* (BOURDIEU, 2001) a elas atribuído, pode oferecer às cidades antigas um ambiente diferenciador em relação àquelas que surgiram em um passado. A questão que se coloca é se o tombamento, efetivamente, interfere na cristalização de áreas criadas no passado. Corrêa (2016) relata que em um país como o Brasil é possível se pensar no papel da permanência de formas espaciais herdadas do passado, que desempenham um papel significativo na configuração espacial de suas cidades.

A força de inércia leva à cristalização das formas deterioradas e ao baixo *status* social de seus habitantes. A política de revitalização é um esforço para romper com essa situação, enquanto a gentrificação introduz novos processos e novas formas (CORRÊA, 2009, p. 13).

Analisando seu bairro vizinho, o Umarizal, encontra-se na sua área de baixada grandes prédios edificadas, vários bem próximos à Baía do Guajará, percebe-se que, certamente, se não houvesse a preocupação de salvaguardar a história do núcleo central de Belém, provavelmente, o Reduto também teria muitos prédios edificadas, alterando a sua paisagem histórica.

A primeira imagem da Fotografia 12 mostra a diferença da verticalização entre os bairro do Reduto e de Umarizal na área mais próxima à margem da Baía do Guajará. A segunda exhibe um prédio edificado bem na Orla da Baía com um *Pier* privativo.

Fotografia 12 – Fotos da área do Reduto e Umarizal, demonstrando a verticalização próxima à Baía do Guajará



Fonte: Site Ambientes Brasil<sup>108</sup> e Roma News (2018)<sup>109</sup>

<sup>108</sup> Pode ser consultado em:

[https://ambientes.ambientebrasil.com.br/agua/hidrovias\\_e\\_portos\\_da\\_amazonia\\_legal/porto\\_de\\_belem.html](https://ambientes.ambientebrasil.com.br/agua/hidrovias_e_portos_da_amazonia_legal/porto_de_belem.html).

<sup>109</sup> Pode ser consultado em: <https://www.romanews.com.br/cidade/orla-de-belem-pode-sumir-com-os-grandes-predios/1666/>.

Certamente, essa ocupação não aconteceu com o bairro do Reduto devido à legitimação do bairro como entorno de bem tombado, nesse caso, entorno do Centro Histórico de Belém (CHB), contudo, poderia ter atraído outras tipologias construtivas que preservassem o bem histórico e oferecessem ao mercado imobiliário moradias mais modernas ou empresas de vários ramos.

#### 5.4.1 As Práticas Preservacionistas na Esfera Municipal: o bairro do Reduto como entorno de bem tombado

É importante ressaltar que o bairro do Reduto é contemplado como entorno do CHB na esfera municipal, essa proteção legal ajudou a salvaguardar as edificações, seu traçado urbano e, conseqüentemente, suas feições que o diferenciam de outros bairros de Belém.

A preocupação com o entorno sempre existiu dentro da linha patrimonial de bens protegidos pelo tombamento. Em linhas gerais, o entorno é uma área chancelada por instrumentos legais, que visam à proteção da vizinhança dos bens tombados, a fim de impedir, inicialmente, construções que comprometessem a visibilidade desses bens (MOTTA; THOMPSON, 2010).

Fonseca (2005, p. 199) relata que, no Brasil, a delimitação da área do entorno é definida “[...] caso a caso, ao contrário da França, onde o perímetro é fixado por lei em 500 metros”. Ainda relativamente ao Brasil, Motta e Thompson (2010, p. 70) explicam que, “[...] normalmente, as áreas de entorno são delimitadas por poligonais, que utilizam ruas, incluindo os lotes que para elas se abrem ou as cotas da topografia”. Igualmente, podem ser usadas linhas imaginárias que se conectam por meio de pontos geográficos de referência.

No Brasil não existe uma lei própria para área de entorno, sendo assim, a mesma lei que legisla o bem tombado também ordena a área do entorno.

A Arquiteta 2 da FUMBEL diz que:

[...] é um bairro que passou pelo período posterior à borracha que foi justamente das fábricas, eram as indústrias. Tanto que a gente ainda percebe na composição arquitetônica existente, remanescente desse período, as vilas operárias também. Então ele é de grande importância, a preservação dele não apenas a questão arquitetônica, mas urbanística também. A gente vê a malha que segue nela também e muitas pessoas consideram área de entorno como se fosse uma área de transição, eu não vejo como uma área de transição justamente pela importância que o Reduto, que faz parte desse entorno, representa pra história da nossa cidade [...]. (ARQUITETA 2 DA FUMBEL)

Foi questionado sobre o porquê do não tombamento do Reduto, a mesma arquiteta relatou que entendia que ele era “tombado” também, pois a legislação é a mesma para o bem e seu entorno.

[...] Mas ele já tá “tombado”. Ele é entorno, mas por ser entorno a análise é a mesma. Não tem diferença. O decreto 25, é arcaico né então acaba atrasando muito as outras esferas. Mas é a mesma, o que eu senti falta na normativa que é uma das discussões que a gente teve durante as discussões, mas eu estou falando da minha visão municipal da coisa porque cada esfera tem o seu olhar ao patrimônio. Mas eu senti falta de ter entrado na normativa o Reduto pela importância que ele tem pra nossa história [...]. (ARQUITETA 2 DA FUMBEL)

Na esfera Municipal, no Plano Diretor Grande Belém de 1975 (BELÉM, 1975), encontra-se a preocupação em proteger as áreas com marcas históricas que compunham a identidade local, nesses plano estão os bairros Cidade Velha e Campina.

O que se conhece hoje como Centro Histórico de Belém só veio a ser instituído, de fato, em 18 de maio de 1994, a partir da Lei n. 7.709, chamada de Lei do Patrimônio. É a lei específica que preserva e protege o patrimônio histórico, artístico, ambiental e cultural do Município de Belém, aplicada pela Fundação Cultural do Município de Belém (FUMBEL), por intermédio de seu Departamento de Patrimônio Histórico (DEPH). A FUMBEL é responsável pelo fomento e disseminação da arte, da cultura, do esporte e do patrimônio histórico dentro da capital paraense.

Apesar da designação de zonas, que constituem o Centro Histórico, assim como medidas referentes a estas já terem sido institucionalizadas pela lei de 1988.

A Lei de Desenvolvimento Urbano de 1988 continha um apontamento não tão específico em afinidade ao Centro Histórico, propriamente dito, a natureza arquitetônica era o que estava em voga nos processos de tombamento. Todavia, essa lei é importante por ser o primeiro marco legal de reconhecimento formal na proteção urbanística e cultural de edificações, no que constituía uma área morfologicamente preservada em Belém. Assim, tem-se que é apenas a partir da Lei do Patrimônio – Lei n. 7.709, de 18 de maio de 1994, que passa a ser oficializada a delimitação urbana que constitui a poligonal do CHB e Entorno:

O Centro Histórico de Belém, tombado pela Lei Orgânica, compreende, conforme a Lei de Desenvolvimento Urbano (7.401, de 29 de janeiro de 1988), área envolvida pela poligonal que tem início na interseção da Avenida Marechal Hermes com a Avenida Assis de Vasconcelos; segue por esta até sua interseção com a Rua Gama Abreu; segue por esta até sua interseção com a Avenida Almirante Tamandaré; [...], nas margens da Baía do Guajará; dobra à direita e segue, continuando às margens da Baía do Guajará até o ponto de coordenadas 778. 940mE e 9.841mN, localizados na foz de um igarapé sem denominação; sobe por este até sua interseção com o

prolongamento da Avenida Marechal Hermes; dobra à direita e segue por esta até o início da poligonal. (BELÉM, 1994a)

Então, a partir da efetivação da Lei n. 7.709, de 18 de maio de 1994, o bairro do Reduto passou a ter uma legislação patrimonial vigente que, para muitos entrevistados, foi ruim, pois eles acreditam que engessou, contudo, dentro de uma visão técnica, era necessário para salvaguardar a memória urbanística e arquitetônica de Belém.

Na entrevista, a professora Ana Claudia relata que

O Reduto, eu penso que o fato de em 1994 ter sido aprovada a legislação do entorno do Centro Histórico, meio que segurou um pouco os processos de substituição que estava acontecendo. Porque se tu observar, na 28 tu tens aquele predinho de 8 andares, tu vias que da General Gurjão até, nem me lembro agora se é Aristides Lobo, mas tem processo de verticalização. Então aquilo ali se não tivesse acontecido nenhuma proteção, teria sido varrido completamente [...] (PROFESSORA ANA CLAUDIA, 2020)

O Arquiteto 1 da FUMBEL, que também é ex-morador, disse ter bastante conhecimento sobre o Reduto: “Conheço muito, eu nasci e me criei ali. Minha vida toda foi lá no bairro do Reduto”. Ao ser questionado se o tombamento afetava o cotidiano do bairro, a resposta dele foi:

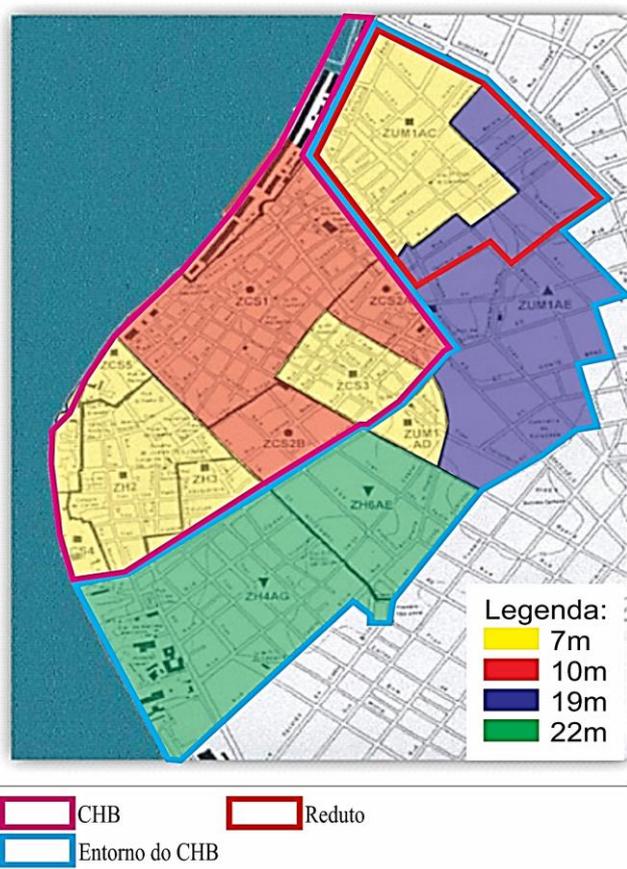
Afeta, não. Eu acredito que essa lei tá mais pra dar uma proteção, porque o bairro do Reduto, é dividido. A Doca de Souza Franco divide o bairro do Umarizal e Reduto, aquela especulação imobiliária crescente do bairro do Umarizal tenta avançar pro Reduto. Só que a limitação, por exemplo, a maior parte das quadras do bairro quando a legislação foi criada teve a ideia de preservar uma certa predominância da horizontalidade. Então muitas das construtoras tentam, de alguma forma, alterar essa lei, criticam a própria lei existente pra liberar o gabarito. A Câmara Municipal chegou a tentar, mas tem sempre um grupo que se manifesta e... pra construção do shopping, eles conseguiram, mudou a legislação somente pra aquela quadra, isso foi por volta de 2005/2006, por aí. Só que como o Plano Diretor Urbano de 2008, que fez a revisão dessa lei, ele voltou atrás e manteve o gabarito lá hoje de 19 metros. É mais ou menos dividido, uma parte 19 metros, a maior parte somente 7 metros. A parte do Baixo Reduto, né. Exatamente. Aqui tem um predomínio mais residencial até. (ARQUITETO 1 DA FUMBEL, 2019)

O gabarito baixo de 7 e 19 metros, conforme a Figura 56 demonstra, foi um grande empecilho para o processo de reinvestimento no bairro, assim, houve a instalação, mesmo que parcial, de um processo de inércia, principalmente no Baixo Reduto. Foi questionado ao Arquiteto 1 da FUMBEL sobre a ocupação do Baixo Reduto; na área mais Baixa do Reduto, tem lotes muito grande, antigas indústrias, nesse local poderiam ser construídos condomínios

fechados de casas ou *lofts*<sup>110</sup>, obedecendo o gabarito de 7 metros, contudo, isso não aconteceu? Por quê?

Verdade, isso não impede. Mas, não aconteceu nada ali. É verdade, não aconteceu. Talvez seja a luta dessas grandes construtoras de verticalizar em termos de lucros pra eles é o que satisfaz o mercado hoje. Talvez eles pensem assim, não é interessante condomínios horizontais que a venda seria menor do que a verticalização. Mas eles continuam tentando, vira e mexe eles estão buscando apoio de vereadores pra tentar mais uma vez mexer nessa legislação. Vem aí uma nova revisão do Plano Diretor Urbano, já prevista pro próximo ano, 2020. Então vai ter esse confronto fatalmente.(ARQUITETO 1 DA FUMBEL)

Figura 56 – Poligonal da área do Centro Histórico e Entorno na esfera municipal – Anexo IV da Lei do Patrimônio – Lei n. 7.709



Fonte: Belém (1994) – Mapa-base é do Anexo IV da Lei do Patrimônio – Lei n. 7.709 com demarcação da autora

<sup>110</sup> *Lofts* são considerados apartamentos com os ambientes todos integrados; que surgiram da reciclagem de galpões industriais, transformando-se em unidade residenciais, esse é o conceito trazido e defendido por arquitetos. Esse tipo de moradia teve início no final da década de 1960, início da década de 1970, tendo como ponto de partida os bairros Soho e Tribeca, situados em áreas industriais na parte mais antiga da ilha de Manhattan, já que, devido à quebra da bolsa de valores, muitas fábricas foram fechadas e suas construções à venda por preços bastante convidativos. Esses edifícios apresentavam pé-direito (distância entre o piso e o teto) muito alto, a partir de 4 m de altura (PORTES; MARTINS, 2003, p.141).

Foi questionado: o senhor acha que vão tentar voltar a verticalizar o Reduto? Há alguma mobilização?

Eu acho que sim, nós temos um grupo muito atento quanto a isso pra tentar manter esse predomínio. Aí vai descaracterizar tudo. Descaracteriza, não tenho a menor dúvida. **A busca da visão pro rio, acaba deixando pra segundo plano a parte patrimonial.** Com certeza, ali foi a primeira zona industrial da cidade. Ainda tem os galpões preservados, como a antiga fábrica Perseverança, que hoje tem uma faculdade no local mas manteve a volumetria preservada. (ARQUITETO 1 DA FUMBEL, 2019)

Vocês recebem demanda de análise de projeto para o Reduto?

É. Às vezes, eu na FUMBEL recebo gente interessada pra efeito de consulta, esses grandes galpões que eles querem tentar um projeto mais audacioso pra lá, mas sempre esbarra nessa questão do gabarito, principalmente. E às vezes querem mudar prédio, o que a gente faz é orientar e explicar o que pode e o que não pode. É que a volumetria, a própria lei é clara quanto a isso, a volumetria que envolve fachada e cobertura devem ser preservadas. A gente vê às vezes aquelas antigas indústrias, ainda do tempo da origem da construção, tesouras de madeira ainda tão lá intactas. Eles querem alterar, querem mudar a telha, telha mais leve de alumínio ou fibrocimento. Mas a gente tem essa defesa da lei, que ela exige. Graças a Deus, sem deixar descaracterizar de fato o bem existente. (ARQUITETO 1 DA FUMBEL, 2019)

Há denúncias de obras novas ou reformas no Reduto?

Tem, sempre tem. Não falta, a gente tá sempre de olho [...] não faz muito tempo começaram a construir uma casa pelos fundos, mas logo se percebeu que ela estava sendo levantada bem acima do gabarito. Imediatamente chegou a denúncia, nós já notificamos e a obra foi embargada. A FUMBEL não tem poder de embargo, a gente faz via SEURB, manda o ofício pra SEURB, a SEURB vai lá e providencia o embargo. **Então a população tem esse olhar mais técnico.** Tem, tem muita gente com sensibilidade, principalmente na questão da preservação. Quanto a isso a gente tem uma certa tranquilidade, isso aí não escapa, qualquer obra irregular a gente é comunicado. Lembro que no Forte do Castelo tem uma história assim, teve uma chuva e as paredes caíram, a gente sabe que muitas vezes não é por aí. (ARQUITETO 1 DA FUMBEL, 2019)

O Arquiteto 1 da FUMBEL explanou que houve a mudança de gabarito em uma quadra para atender ao mercado imobiliário de Belém, então, essa quadra seria a que está o Boulevard Shopping Belém, segundo o entrevistado.

O poder público teve ações pontuais tanto no Reduto, como poderia ser no Umarizal, Nazaré, dessa forma. Pra surgir o shopping foi uma trabalhadeira sem fim que eles tiveram que apela pra Câmara Municipal, senão não iria sair nunca ali. A legislação não permitia. E antes do shopping chegar, foi até um projeto do Aurélio Meira, não lembro como era o nome. (ARQUITETO 1 DA FUMBEL, 2019)

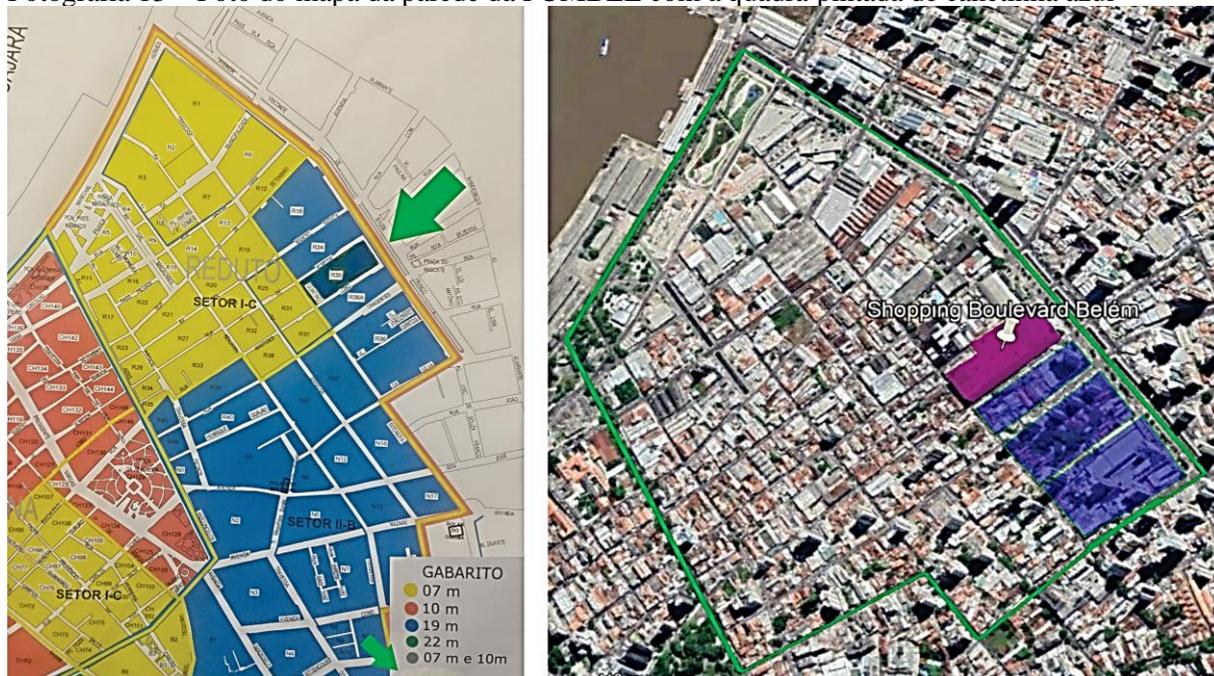
Antes do Boulevard Shopping Belém, o local abrigou o Doca Boulevard, que era um shopping com poucas lojas, que abrigava uma praça de alimentação e cinema, possuía um grande estacionamento. Ele foi inaugurado no final da década de 1990, em 2007, foi demolido para a construção do Boulevard Shopping Belém, que foi inaugurado em 2012.

Analisando a Figura 56, percebe-se que a área onde está o shopping possuía um gabarito máximo de 19 m. Houve uma mobilização do mercado junto com o poder público para alterar o gabarito para 40 m, mas foi conseguida temporariamente a mudança de gabarito somente para uma quadra e, com isso, foi possível edificar o prédio do Boulevard Shopping Belém.

A Arquiteta 2 da FUMBEL relatou essa mudança de gabarito só de uma quadra do Reduto:

Teve um período que mudaram uma quadra pra inserção do shopping, né. [...], era a única marcada como 40 metros, só que isso foi alterado posterior. [...] a alteração foi de 2005, pra inserção do shopping e de 2008, com o Novo Plano Diretor cancelou essa lei. E voltou para os 19 metros. Tá até aqui, a gente já tinha o mapa, a gente até pintou. (ARQUITETA 2 DA FUMBEL, 2019)

Fotografia 13 – Foto do mapa da parede da FUMBEL com a quadra pintada de canetinha azul



Fonte: Elaborada pela autora com demarcação da própria – Mapa que estava colado na parede da FUMBEL e Google Earth Pro

Na foto, é possível ver a quadra mais escura pintada de canetinha e na legenda (fizemos uma montagem para inserir a foto da legenda que foi tirada do mesmo mapa) uma

mancha do corretivo apagando a legenda de gabarito 40 m. As setas verdes foram inserções nossa para chamar atenção. Ao lado está uma imagem de satélite retirada do programa Google Earth Pro, com marcações da autora.

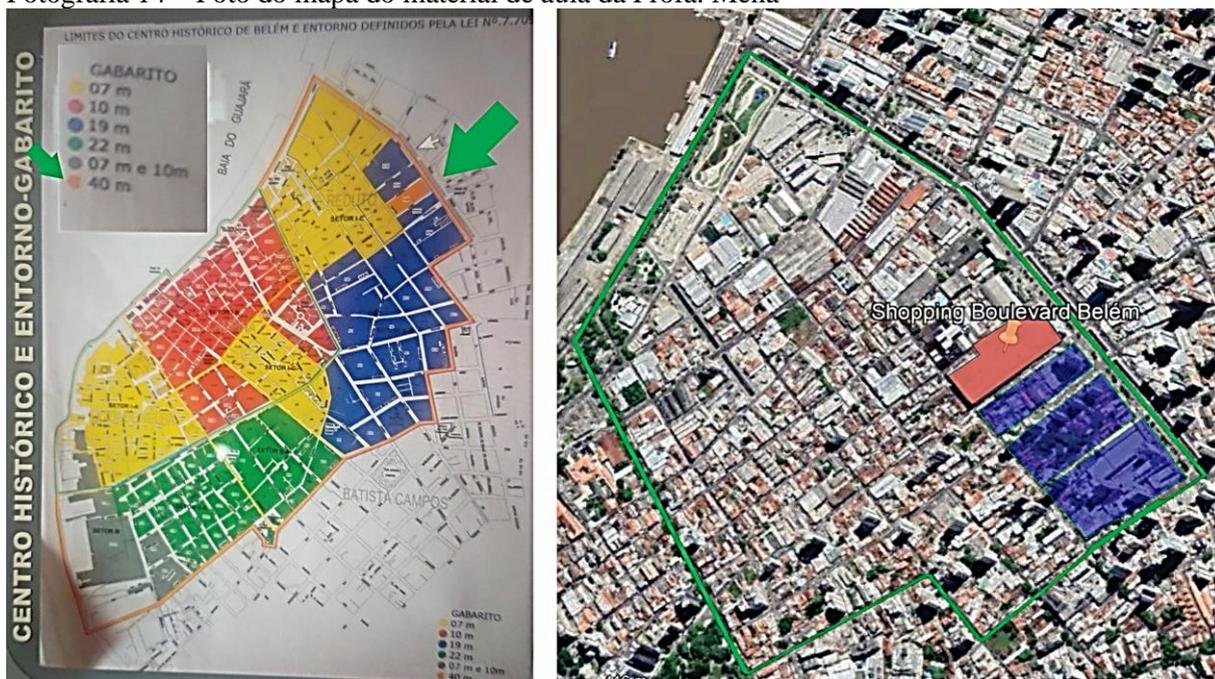
Foi-se em busca dessa norma que alterou o gabarito somente para a quadra que está hoje o Boulevard Shopping Belém, três residências e um prédio de três andares mais pilotis, o Ed. Dom Carlos. Em nossa pesquisa não foi encontrado o documento que altera esse gabarito, contudo, o Arquiteto 1 da FUMBEL, a Arquiteta 2 da FUMBEL e a pesquisadora 3 relataram essa mudança de gabarito para atender ao mercado imobiliário.

A Pesquisadora 3 também relatou esse acontecido de mudança de gabarito, contudo, el falou que não era a área do Boulevard Shopping Belém

Na realidade não foi o shopping. Foi um terreno que existe hoje, acho que tá desocupado, daquele cara que é dono de castanha, de fazenda, Mutran. Então ele, na realidade, tinha esse terreno lá e queria vender, o terreno estava lá. Então houve uma movimentação dentro da Câmara Municipal, para os vereadores aprovarem essa legislação com apenas, passando inclusive agora, pra 40-50 metros. A gente fez um movimento, na época, pra que isso não acontecesse, a gente conseguiu breca na Câmara. **O que aconteceu?** [...] Agora tá assim, mas antes não era assim. Tinha só um quarteirão quer era...19 metros e era 48. Aí o Iphan entrou pedindo pra que isso voltasse, chegaram num acordo lá de 19m. **Por quê? Essa é a parte alta?.** O Alto Reduto. Não é só o Alto Reduto. [...]. Deixa eu ver onde tá o shopping, [...] porque o shopping já tá no Baixo Reduto, há uma área de 19m no Alto e uma pequena área no Baixo. Então tem uma área, tanto que na época [...]. Eu tinha conversado com os vereadores da gente fazer justamente um estudo de percepção, que seria um estudo, porque assim, mesmo uma topografia faz isso. Então aqui já é o rio, se aqui tu tens, vamos supor 19 metros, por que aqui nessa área do Baixo Reduto tu não pode ser mais alto? Pra poder seguir o... Se a gente pudesse ter um skyline ficaria mais fácil. Só que pra eu fazer isso, essa é a minha cabeça, eu não posso fazer isso assim, nem que eu tenha que fazer isso talvez escalonado, até chegar num nível que a gente quer, mais baixo por causa do rio. Mas isso aqui precisa ser feito o trabalho mais urbanístico, uma visão geral da área pra que a gente pudesse, com segurança, fazer uma legislação nesse sentido e não apenas nivelar tudo. Sem considerar a topografia. A topografia da área. Infelizmente a gente não conseguiu fazer isso, foi uma frustração, nessa época eu era diretora de patrimônio histórico do município, a gente não conseguiu breca. O outro mapa desse, mostra justamente essa área já... [...] Era mais por interesse, não me lembro na época, eu acho que o shopping pagou ortoga onerosa que era um andar só que ele iria pagar a ortoga onerosa, outro instrumento. Eles passaram o gabarito e pagaram a ortoga onerosa. [...] O shopping foi aprovado fora do gabarito em somente um andar e eles pagaram ortoga onerosa. Aí depois teve um movimento dos vereadores e em função desse terreno do Mutran, que eles subiram, tanto que era um quarteirão, eu tenho as minhas aulas de preservação só a área. Ele fala sobre essa questão da preservação [...]. Isso é uma coisa complicada nesse sentido, a legislação tem tudo a ver, nós temos o Plano Diretor, tem os instrumentos do plano, depois a outorga deixou de ser utilizada. [...]. Esse aqui, ali no Reduto, esse atual 19 era 40 metros, é onde esta esse terreno que eu estou te falando e o resto já era 19.

Agora não, voltou a ser 19m. Foi em 2005 que alterou os anexos da lei. Então em 2005, passa o máximo das edificações pra 50 metros na Rua Boaventura, na Rua Boaventura da Silva, Travessa Benjamin Constant, Visconde de Souza Franco, dentro da zona de uso misto (ZUM1AE) que na época era assim, onde hoje é ZAU7. Então nessa época, hoje já não é mais assim, já mudou isso aí, já passou a ser tudo 19 metros naquela área. Isso porque 2005, é uma coisa lenta né. Houve todo esse processo pra voltar a ser 19 metros. (PESQUISADORA 3, 2020)

Fotografia 14 – Foto do mapa do material de aula da Profa. Mena



Fonte: Material de aula da professora Mena, demarcação de setas verdes da autora e Google Earth Pro com marcação da autora

A Pesquisadora 3 nos mostrou seu material de aula, conforme aparece em sua fala. Foi em busca desse material em que a Lei n. 8.448, de 6 de setembro de 2005, altera os anexos III e IV B, da Lei n. 7.709, de 18 de maio de 1994, que “[...] dispõe sobre a preservação e proteção do patrimônio histórico, artístico, ambiental e cultural do município de Belém [...]”, e dá outras providências (BELÉM, 2005a). O anexo III e o anexo IV apresentam os Modelos Urbanísticos do Centro Histórico de Belém e de sua área de entorno.

No Diário Oficial do Município de Belém, de segunda-feira, dia 12 de setembro de 2005, Belém Pará, Ano XLVII n. 10.500, o prefeito Duciomar enviou à Câmara Municipal de Belém, aceitando parcialmente o pedido. O prefeito, então, sancionou o artigo 2º

A Alteração ordenada no art. 2º do PL nº 071, de 18 de agosto de 2005, refere-se aos Anexos III e IV B Modelos Urbanísticos do Centro Histórico de Belém, e a única mudança que decorre dessa alteração é a inclusão do Modelo M27B na Zona de Uso Misto ZUM1AE, no Uso Comércio e Serviço A de Grande Porte, exigindo para tal uso 10.000 m<sup>2</sup> de área mínima do lote

e 60 m de testada mínima do lote. Resolvi, então, sancionar o art. 2º do PL n.º 071/2005, sancionando, em consequência, os artigos 3º e 4º do aludido Projeto de Lei. (BELÉM, 2015a, p. 2)

O prefeito veta o pedido no artigo 1º

Quanto ao art. 1º, entretanto, usando da faculdade que me confere o art. 78, § 1º, da Lei Orgânica do Município, resolvi vetá-lo porque, ao meu ver, e data venia, mostra-se contrário ao Interesse Público, uma vez que altera o gabarito máximo admitido de 19m para 50m na Zona ZUMIAE, localizada no Entorno do Centro Histórico de Belém, em 3 (três) quarteirões da Rua Boaventura da Silva, sem especificar o Projeto, o que seria absolutamente essencial, que categoria de uso seria utilizada, uma vez que essa Zona tem características de Uso Misto, e seria preciso saber que tipo de uso estaria sendo previsto para a mudança de gabarito máximo pretendida. Assim, veto parcialmente o PL n.º 071, de 18 de agosto de 2005 (uma vez que o art. 1º do mesmo foi vetado) e sanciono e promulgo as demais partes do aludido Projeto de Lei, e mandarei publicar a Lei em que o mesmo se transformou, que entrará em vigor (ressalvando o art. 1º, vetado) na data da sua publicação. Sem mais para o momento, estando plenamente convencido quanto à aposição do veto parcial e certo de haver cumprido com o meu dever, aproveito para renovar a Vv. Exas. protestos de elevada estima e distinguindo apreço. PALÁCIO ANTÔNIO LEMOS, em 6 de setembro de 2005. DUCIOMAR GOMES DA COSTA Prefeito Municipal de Belém. (BELÉM, 2015a, p. 2)

No mês seguinte, a Lei n. 8.453, de 3 de outubro de 2005, que adita o artigo 50A e altera os anexos III e IV B da Lei n. 7.709, de 18 de maio de 1994, que “[...] dispõe sobre a preservação e proteção do patrimônio artístico, ambiental e cultural do município de Belém [...]” (BELÉM, 2005b), e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Adita-se Art. 50 A e altera os anexos III e IV B, da Lei n. 7.709, de 18 de maio de 1994, que Dispõe sobre a Preservação e Proteção do Patrimônio Artístico, Ambiental e Cultural do Município de Belém.

Art. 50 – A. Altera-se gabarito máximo de altura das edificações para 50 metros na Rua Boaventura da Silva, no trecho entre as Travessas Benjamin Constant e Visconde de Souza Franco, dentro da Zona de uso misto ZUMIAE. (AC)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.  
CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM, 03 DE OUTUBRO DE 2005.  
(BELÉM, 2005b, art. 1º-50, grifos nossos)

Sobre essas mudanças que criaram a Lei n. 8.448, de 6 de setembro de 2005, e a Lei n. 8.453, de 3 de outubro de 2005, o Arquiteto 1 da FUMBEL relatou que foi outro caso e não o do Boulevard Shopping Belém. Trata-se de um terreno que fica na Avenida Boaventura da Silva com a Rua Benjamin Constant,

Sobre a Boaventura, foi outra tentativa da Câmara Municipal de alterar o gabarito da Boaventura que vai da Doca até a Benjamin, tudo em função de um terreno que fica nessa esquina da Boaventura com a Benjamin, isso

também não passou [...] chegaram a ter essa lei, mas... essa lei entrou, mas foi parar na justiça e ainda está em Sub judice e não está sendo considerado o gabarito proposto por essa lei, permanece aquele estabelecido pela Lei N° 7.709, tá certo, aconteceu também na Braz de Aguiar para liberar a construção daquele Hotel Radisson, na época, isso também foi derrubado com o Plano Urbano de Diretor de 2008. Na verdade toda a área do Reduto, hoje, segue as normas urbanísticas da Lei N° 7.709 que é a lei que o Plano Diretor de 2008 usou para legislar as área históricas tombadas e seu entorno e ela que está sendo respeitada. (ARQUITETO 1 DA FUMBEL, 2019)

Fotografia 15 – Terreno na esquina da Avenida Boaventura da Silva esquina com a Trav. Benjamin Constant.



Fonte: Google Street (2017)

Nas falas fica claro o quanto o mercado é modelador da área urbana, pois quando ele precisa, quase sempre, consegue as alterações do marco legal, mesmo que temporário, para que assim possa atender às suas demandas. Mesmo em uma área de preservação, chancelada como entorno de bem tombado, rege uma Lei Municipal de 1994, que não pode ir contra uma lei arcaica federal que é o Decreto n. 25, de 30 de novembro de 1937. Há necessidade urgente da revisão da lei federal para que se possa ter um marco legal efetivo para a realidade do século XIX. Esse assunto foi discutido várias vezes com representantes do IPHAN do Tocantins e com a presidência do IPHAN em Brasília, existe uma proposta de lei, contudo, ainda não houve a aprovação na Câmara.

#### 5.4.2 As Práticas Preservacionistas na Esfera Estadual: A SECULT-DPHAC no Reduto

A Secretaria Executiva de Estado de Cultura (SECULT) foi criada pela Lei n. 4.589, de 18 de novembro de 1975, como órgão da administração direta do Estado do Pará, modificada pela Lei n. 6.574, de 19 de agosto de 2003, vinculada à Secretaria Especial de Estado de Promoção Social, tem como missão institucional coordenar, promover, incentivar, difundir e executar ações ligadas à cultura em geral, incluindo teatros, patrimônio histórico e

artístico, bem como gerenciar os Sistemas de Museus, Teatros e Arquivo Público do Estado do Pará. O Departamento de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural (DPHAC) é o departamento dentro da SECULT que é responsável pela preservação do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Estado do Pará.

A entrevista no DPHAC foi feita com a arquiteta diretora do DPHAC e com um técnico historiador. Em relação à esfera Estadual, não há tombamento que contemple o bairro do Reduto como um todo, há somente algumas áreas que possuem a chancela em nível Estadual, pelo fato de serem entorno de bens tombados em nível estadual (Figura 57).

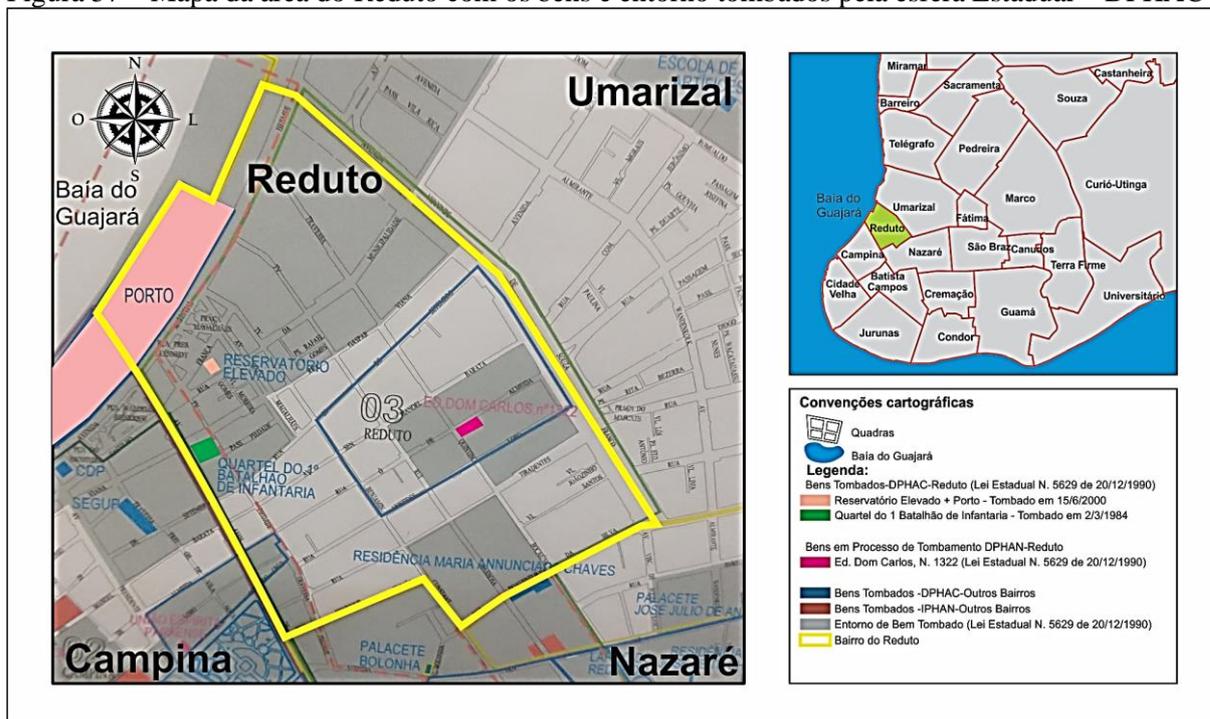
Esses bens e seus entornos, submetidos a quaisquer intervenções, precisam ter seus projetos analisados pelo referido órgão. A Lei n. 5.629, de 20 de dezembro de 1990, que é a lei estadual, dispõe sobre a Preservação e Proteção do Patrimônio Histórico, Artístico, Natural e Cultural do Estado do Pará.

A análise de projetos é realizada pelo DPHAC, com base na Lei n. 5.629, de 20 de dezembro de 1990, que emite parecer favorável ou não para a sua execução. Somente de posse desse documento é que o usuário pode requerer na Secretária de Urbanismo do Estado do Pará (SEURB) a aprovação do projeto e a emissão do respectivo alvará de obra.

Quanto ao procedimento de análise dos projetos no DPHAC, a Lei não apresenta índices urbanísticos e gabaritos a serem considerados, há um pouco mais de flexibilidade na análise, que conta obrigatoriamente com a visita ao local e a observância das diretrizes restaurativas, de espacialidade e de ambiência.

Por não ter uma normativa que apresenta esses índices urbanísticos, acaba ficando na subjetividade a análise dos projetos.

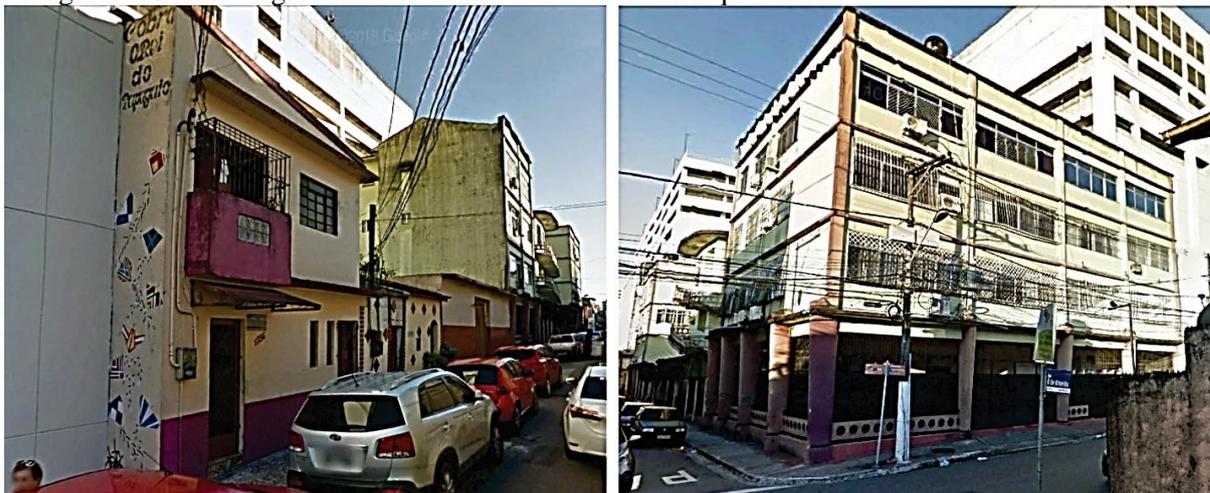
Figura 57 – Mapa da área do Reduto com os bens e entorno tombados pela esfera Estadual – DPHAC



Fonte: Mapa-base é uma foto de uma mapa colocado na parede do DPHAC

Analisando a Figura 57, percebe-se que boa parte da área do bairro do Reduto é contemplada como entorno de bem tombado (manchas cinza-escuras); tem dois tombamentos estaduais: o Quartel do 1º Batalhão de Infantaria tombado em 2 de março de 1984; e o Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do Porto de Belém – Área Portuária, Edifício-Sede da Companhia Docas do Pará (CDP), Reservatório Elevado em Estrutura Metálica e Monumento a Pedro Teixeira tombado em 15 de junho de 2020 (SECULT, 2015). Está em processo de tombamento o Ed. Dom Carlos, esse prédio fica na mesma quadra do Boulevard Shopping Belém, ao lado do prédio resistiram três casas (Fotografia 16).

Fotografia 16 – Montagem de fotos mostrando as três casas que resistiram e o Ed. Dom Carlos



Fonte: Elaborada pela autora em 2018

Na entrevista, a Arquiteta e o historiador do DPHAC relataram que

[...] Arquiteta: Podemos conversar olhando aqui no mapa. Ela tá demarcada nessa parte em amarela. O Reduto não tem entorno, mas se tu fores ver os que estão tombados nessa área aqui, o reservatório logo pra cima da Companhia das Docas. Essa área aqui da Companhia das Docas. Uma residência só que aí ela já tá no limite, já tá no Nazaré. E o Palacete Bolonha. O rosa é em processo de tombamento. Ah, tem um prédio e casas. **Vilas operárias?** [...] Não! Historiador: Esse aqui é do Camilo Porto. É bem na esquina. Karina: tem o shopping bem aqui e ele tá atrás. Mas o que tá em processo de tombamento é o prédio. O que tem isolado como você falou são esses três pontos aqui, que é a área do porto, da caixa d'água e o Batalhão. Historiador: De azul já tá tombado. Arquiteta: a gente tá olhando os bens que são tombado na área do Reduto. Historiador: Reduto só tem o Batalhão, o quartel da infantaria e só. Arquiteta: e a caixa d'água? Historiador: é porque a caixa d'água, o Porto, a praça Pedro Teixeira e a CDP são um tombamento só, aí estão em dois bairros: Campinha e Reduto. [...] Arquiteta, dá para perceber que as área de entorno se fundiram, por isso no Reduto temos uma área de influência também, não só na Campina e na Cidade Velha como Centro Histórico. (ARQUITETA; HISTORIADOR, 2019)

Entre os anos de 1982 a 2010, houve tombamento e registro de aproximadamente 45 bens, na esfera estadual. Percebe-se que o DPHAC tem tombado mais conjuntos arquitetônicos e paisagísticos ou imóveis isolados do que glebas urbanas. Por que o governo do Estado não teve interesse, até o momento, pelo tombamento de fato de uma gleba urbana na área central de Belém? A arquiteta do DPHAC responde:

[...] O historiador pode até me corrigir se eu estiver errada, mas pelo o que eu já estudei a gente tem uma certa hierarquização, digamos assim, o IPHAN vai resolve tombar. O Iphan ele já atuou então, de repente, o estado não precisa fazer essa ação porque ele já tem essa proteção em âmbito federal. Por exemplo o caso do município de Belém, tem bens que são de interesse do município, pra Belém mas não para o Estado como um todo. [...] Mas assim, por exemplo, o tombamento do centro histórico, por que o estado não

tombou o centro histórico? Porque já é tombado pelo município, não tem essa necessidade pra gente ter essa ação. De repente ter uma noção de um imóvel que tinha aqui dentro que a gente note que seja interesse a preservação do estado. (ARQUITETA DO DPHAC, 2019)

O Historiador do DPHAC completa:

[...] tem um outro aspecto que se soma e completa o que a Karina tá falando. Olhando assim a gente tá percebendo a questão, por exemplo, de poderes públicos observando uma área da cidade dando ênfase às suas áreas de atuação e como elas se constroem. Agora tem um outro aspecto que é assim, histórico mesmo, como é que isso se constituiu? Então, por exemplo, quando você olha a ação do Iphan você busca na Política Nacional de Constituição de Patrimônio, esses tombamentos eles começam em 1939, 1940, 1946. E aí o que eles vão pegar? Exatamente a área onde a gente está. A partir daí a gente vai tendo uma irradiação. As políticas de patrimônio e cultura do estado, só começa nos anos 1980. Então, quer dizer, na verdade vem todo aquele *Know how* todo e concepções de patrimônio que vem desde os anos 1960, 70, 80, até que 90 você tem outra mudança, tem muita questão de turismo muito forte. Você tem no ano 2000 uma outra mudança nacional de foco de patrimônio que incide sobre os patrimônios culturais. Então é aí que você tem essas diversificações, então teria que historicizar um pouco não só os patrimônios, mas assim, esses desenhos eles também têm muito a ver com a história do quê que os órgãos de proteção do patrimônio também estão colocando, porque aí você começa compreender um pouco melhor as escolhas e as diferenças. E aí vem os arranjos administrativos, uma área que o IPHAN é muito forte, o Estado em geral vai pra outro tipo de área pensando um pouco na identidade e no que tá sendo critério de época[...] (HISTORIADOR DO DPHAC, 2019)

Cada esfera de preservação trabalha separadamente em suas áreas de atuação, para isso, é necessário ter uma legislação específica. O Estado do Pará, segundo o Historiador do DPHAC (2019), tem

[...] sim, Lei n. 5.629, de 20/12/1990, e o Decreto n. 1.852, de 25 de agosto de 2009, [por isso] a gente pode ceder inclusive, que é sobre patrimônio imaterial. Foi em agosto depois tem a regulamentação dele em novembro. Legislação tem bastante [...].

O Decreto n. 1.852, de 25 de agosto de 2009, “Institui o registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem patrimônio cultural paraense, cria o Programa Estadual do Patrimônio Imaterial e dá outras providências”.

Foi questionado se o DPHAC tem algum trabalho de tombamento voltado para o Reduto atualmente, a Arquiteta respondeu o seguinte:

[...] que eu lembre agora somente o Ed. Atrás do Shopping, Ed. Dom Carlos. O Reduto ele está sendo reconhecido agora né, tanto é que eu estava vindo pra cá e eu vi uma entrevista da professora Maria Goretti, que ela tá fazendo um trabalho de geo-turismo e vai ter um roteiro lá. A cidade em si ela tá começando a ver os valores fora do centro histórico, até então a gente tinha só aquela questão, “ah, só o que é bem cultural tá no centro histórico” e não, a gente já viu que a Batista Campo faz parte disso, que o Reduto faz parte e

tem outros bairros que também tem. Não é tão grande quanto o centro histórico, mas que tem os seus bens culturais que precisam ser valorizados. [...] É, eu acho que ali... de repente a gente ainda não deu o reconhecimento devido ao Reduto. A gente tem que ver primeiro porque a quantidade de edificações que são tombadas, são poucas. Tem o prédio que está em processo de tombamento, então a gente precisa dar esse valor, ter essa questão do reconhecimento do valor pra então apresentar propostas de projetos diferentes das edificações que a gente já tem no centro histórico, até mesmo de comércio. São edificações que a gente vê que já são reconhecidas, precisam ter um uso então os projetos acabam sendo voltados pra essas edificações históricas. (ARQUITETA DO DPHAC, 2019)

Foi questionado sobre o gabarito de 7 m e 19 m, a resposta foi a de que

[...] depois da Legislação não teve como construir nada no Reduto de gabarito alto, teve o Shopping mas aí foi uma longa história que eu nem sei direito como conseguiram, mas conseguiram está lá construído e legitimado. (ARQUITETA DO DPHAC, 2019)

O Estado tem legislação específica, contudo, possui pouca atuação no bairro por existirem poucos monumentos tombados, e, hoje, tem um bem em processo de tombamento.

#### 5.4.3 As Práticas Preservacionistas na Esfera Federal: O IPHAN no Reduto

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) é uma autarquia federal vinculada ao Ministério do Turismo que responde pela preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro. Cabe ao IPHAN proteger e promover os bens culturais do País, assegurando sua permanência e usufruto para as gerações presentes e futuras.

O Centro histórico de Belém foi tombado em um processo que durou quase 20 anos, e foi finalizada a instrução de tombamento de parte dos bairros Campina e Cidade Velha pelo Parecer Técnico n. 11/2010, de 20 de outubro de 2010. O tombamento foi inscrito no Livro de Tombo Histórico e no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, mediante as seguintes valorações: valores históricos, valores arquitetônicos e valores urbanísticos e paisagísticos. Dessa forma, conclui-se que:

A cidade de Belém expressa a fase da conquista portuguesa no norte do país, apoiada numa política de implantação de núcleos urbanos, em conformidade com as recomendações dos tratados da época; a área formada pelos bairros da Cidade Velha e Campina constitui o núcleo de origem da cidade, podendo este ser identificado, imediata e exemplarmente, no tecido urbano atual; o conjunto urbanístico pode ser considerado como um dos maiores e relativamente íntegros no país; aliam-se à relevância urbanística, a qualidade

arquitetônica do conjunto, com grande concentração de exemplares significativos de arquitetura azulejar, bem como os aspectos paisagísticos, representados pelas praças, largos, mercados e feiras (IPHAN, 2010)<sup>111</sup>

As informações acerca da atuação do IPHAN no Reduto foram prestadas pelo Arquiteto do IPHAN, que solicitou que a entrevista não fosse gravada, pois gostaria de responder ao roteiro de entrevista por *e-mail*, digitando suas respostas, no entanto, houve uma conversa mais informal sobre o tema.

O IPHAN não tem uma legislação específica para Belém, “Seguimos a legislação federal (Decreto Lei n. 25/1937) que versa sobre a preservação de bens tombados. O Reduto está sob proteção de legislação municipal.” (ARQUITETO DO IPHAN, 2019).

Conforme aponta Lima (2015), o IPHAN, em Belém, utiliza as legislações municipais, além do Decreto-lei Federal n. 25/1937. O órgão não tem uma lei específica para Belém. Lima (2015, p. 145) conta que “[...] a Superintendente do órgão afirmou que já estão sendo desenvolvidos estudos para tal regulamentação, e, que será discutida com os órgãos municipal e estadual de patrimônio.”

Lima (2015) entrevistou a Superintendente na época de sua pesquisa e ela falou sobre o CHB em relação à preservação dos imóveis e à valorização imobiliária:

[...] é o que a gente fala para as pessoas: - Mas, gente, não é só a área histórica que tem índices, toda a cidade tem índices, cada um com suas características e suas limitações. Agora assim, o que as pessoas falam...primeiro, é muito aquele discurso de que está tudo se acabando, porque a gente não libera [o gabarito] pelo o patrimônio não deixar, ou aquele discurso, que meio que já caiu em desuso, que a gente já começou a desmistificar, isso de você deixar aquele restinho de casa lá na frente e liberar pra trás, como se fosse uma boa solução, que isso já está mais que evidente que não é uma boa solução, uma solução que se adotou durante um tempo e que caiu em desuso né? Porque você mata o espírito da edificação, a coisa toda perde o sentido e, às vezes, as empresas fazem isso por obrigação, aqui mesmo você tem algumas situações que fica aquele negócio [o prédio histórico] vazio, fechado, que não tem nem outra função né? O propósito do edifício não acha uso para aquilo. E, esse discurso que a preservação na verdade sempre atrapalha, você diz assim: - Você vai pra Europa, as áreas mais valorizadas são essas, e elas têm tudo controlado, até mais do que nós, há investimentos ali, as pessoas ganham dinheiro com aquilo. Enfim, então a gente tem que achar um caminho para as pessoas se convencerem em ganhar dinheiro, vão ganhar menos, mas podem ganhar dinheiro com essas áreas, porque quando eu falo menos, é você pensar em verticalização, mas são

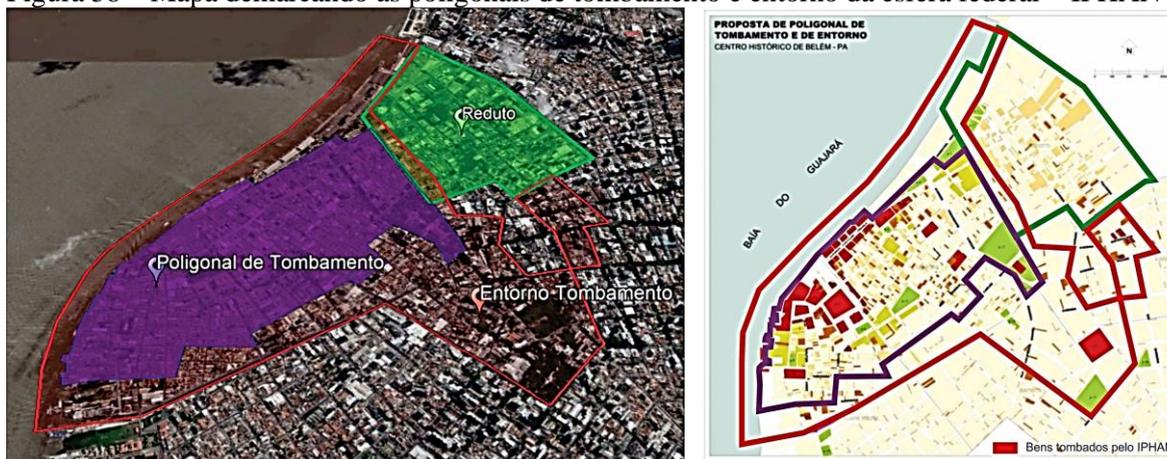
---

<sup>111</sup> IPHAN – Parecer n. 11/2010 – DEPAM-IPHAN. Processo de Tombamento n. 1.071-T-82: Conjunto Arquitetônico da Cidade Velha e Campina (ou Comércio), no Município de Belém, PA, em 2010.

áreas comerciais né? [...] (informação verbal). (SUPERINTENDENTE DO IPHAN *apud* LIMA, 2015, p. 146-147)

O Reduto não tem nenhuma edificação tombada de forma isolada e nem em conjunto dentro do Reduto, contudo, uma pequena parte do bairro faz parte do entorno de bem tombado, conforme pode ser visto na Figura 58.

Figura 58 – Mapa demarcando as poligonais de tombamento e entorno da esfera federal – IPHAN



Fonte: Google Earth com demarcação nossa e mapa do acervo do Iphan com demarcação nossa

O Arquiteto tinha conhecimento de um trabalho feito pelo IPHAN sobre as vilas operárias do Reduto, contudo, não se teve acesso a ele, pois o IPHAN mudou a sua sede e o material da biblioteca ainda não tinha sido organizado. “Foi realizado, provavelmente entre as décadas de 1980 e 1990, inventário de vilas residenciais no bairro.” (ARQUITETO DO IPHAN, 2019).

O arquiteto falou que o “[...] bairro tem vocação industrial cujo acervo é merecedor de inventário com o propósito de registro, mas não necessariamente tombamento irrestrito e geral” (ARQUITETO DO IPHAN, 2019). O arquiteto relata sobre o tombamento pelo IPHAN.

Em relação ao tombamento pela esfera municipal, o arquiteto disse que certamente o tombamento influencia no cotidiano do bairro, não atraindo moradia, mas provavelmente influenciando no comércio e serviço do Reduto.

Em relação à influência dos grandes projetos (Complexo Estação das Docas, o Projeto Ver-o-rio e o Belém Futuro), na dinâmica do bairro, o Arquiteto do IPHAN (2019) acha que nenhum desses projetos influencia no Reduto, pois todos eles “ignoram o miolo do bairro e a doca do Reduto”.

O Arquiteto crê que esteja acontecendo sim um processo de gentrificação no Reduto, ele acredita “[...] que a legislação de uso e ocupação do solo poderia sinalizar com instrumentos de regulamentação específica para esse bairro” (ARQUITETO DO IPHAN, 2019).

Na conversa, o Arquiteto relatou que uma das maiores demanda para atrair a moradia em Belém é a garagem, no Reduto, devido à tipologia construtiva e às dimensões das ruas, há dificuldade para ser construído uma garagem particular, assim como estacionar o carro na rua, pois, como dito por ele, o Reduto, como vários outros bairros de Belém, são lugares com uma grande insegurança. O Belenense tem muito apego ao automóvel e não ter um local para estacionamento acaba afastando a moradia, uma das nossas maiores denúncias é sobre aberturas para garagens em residências no Reduto. O Arquiteto disse que há um estudo para aproveitamento do miolo de algumas quadras para estacionamento, contudo nada avançou concretamente.

Ele considera que a vocação industrial que o bairro tem pode ajudar sim que ocorra a gentrificação de frequência, “[...] pois é isso que podemos ver lá, cada vez mais estão aparecendo comércio e serviços no Reduto e no meu ponto de vista para uma determinada classe, a classe média” (ARQUITETO DO IPHAN, 2019). Não que outra classe não possa utilizar, mas, contudo, o foco seria atingir essa classe social.

### **5.5 Reduto em Período Recente (2000-2020): produção do espaço urbano**

O Reduto recente será apresentado a partir das falas dos entrevistados e do resultado do QPD. Após o período de consagração do bairro do Reduto como um bem a ser preservado a partir da sua história e da sua cultura para Belém, com vistas de alguns bens arquitetônicos e urbanos (isolados ou em conjunto) nas esferas: municipal, estadual e federal, surge um (re)olhar para o bairro, a cidade passa, então, a (re)procurar o bairro e isso acontece principalmente após a edificação do Boulevard Shopping Belém. A área passou a ser mais valorizada devido à busca por moradias e, principalmente, para o uso de comércio, serviço e lazer para atender à população, não somente do Reduto, mas a população da cidade de Belém que passa a frequentar mais esse bairro.

### 5.5.1 Perfil Social e Econômico da População do Reduto: população, capital econômico e cultural

Analisando o Gráfico 7 e o Gráfico 8, é possível perceber que a população de Belém, de 1990 para 2000, cresceu 2,83%, enquanto o Reduto cresceu em 24,27%. Entre 2000 e 2010, Belém cresceu 8,87%, enquanto o Reduto decresceu em 8,93%. Se analisar o crescimento de 1990 a 2010, o Reduto, mesmo com o decréscimo, teve um crescimento populacional, em percentual, maior que Belém.

Entre os anos de 2000 e 2010, a população de Belém teve um crescimento de 8,87%. Contrariamente, o bairro do Reduto teve um decréscimo de 8,30%. A expansão de Belém e o custo para se morar no centro acabaram levando as pessoas a se mudar de bairro, somando-se a isso, ouviu-se em quase todas as entrevistas, principalmente de ex-moradores, que o Reduto se tornou um bairro perigoso, com muita prostituição e drogas. Professor Aurélio Picanço relatou:

[...] eu e meu irmão resolvemos tirar a nossa mãe da 28 de Setembro, em 2010, também, devido a segurança, residiam somente duas senhoras e o meu sobrinho, ficou perigoso de mais, meu sobrinho foi assaltado 3 vezes na 28 de setembro [...] na esquina à noite há um número grande de travestis, fala-se que alguns revendem drogas, perto de lá há uma cracolândia, mais perto do canal do Reduto e do Porto [...] Belém está inseguro, mas residir em casa no centro é muito perigoso, há muitos pedintes, sempre batiam na casa da minha mãe para pedir e se algum dia entrassem lá? [...]

Relato da Sra. Samia dos Santos Alves (2020) em relação à segurança

Eu me casei e me mudei daqui do Reduto, mas ia mudar de qualquer jeito, é muito perigoso aqui. Eu resolvi mudar de bairro pelo perigo mesmo. Foi uma opção, mas tem isso que eu achava realmente muito perigoso. [...] Quando eu chegava em casa, fazia faculdade, terminei há pouco tempo, já deixava meu sapato dentro do carro, estacionava e saía correndo [risos]. [...] Pra empresa não vejo nenhuma dificuldade em relação ao bairro ser perigoso, nunca fomos assaltados. É mais mesmo pra questão da residência que é perigoso, porque a empresa fecha 18h, quando fica à noite aparecem vários travestis e escutam que alguns deles vendem drogas. [...]

A Pesquisadora 1 relatou que

[...] Então morar no Reduto foi tranquilo, mas já nos últimos anos não era. Era inseguro, as moradias foram se tornando mais raras para as pessoas habitarem, eram mais casa de comércio, serviços. E você não tinha mais aquele fim de semana, era perigoso, as ruas eram desertas então isso impulsionou a minha mudança. [...]

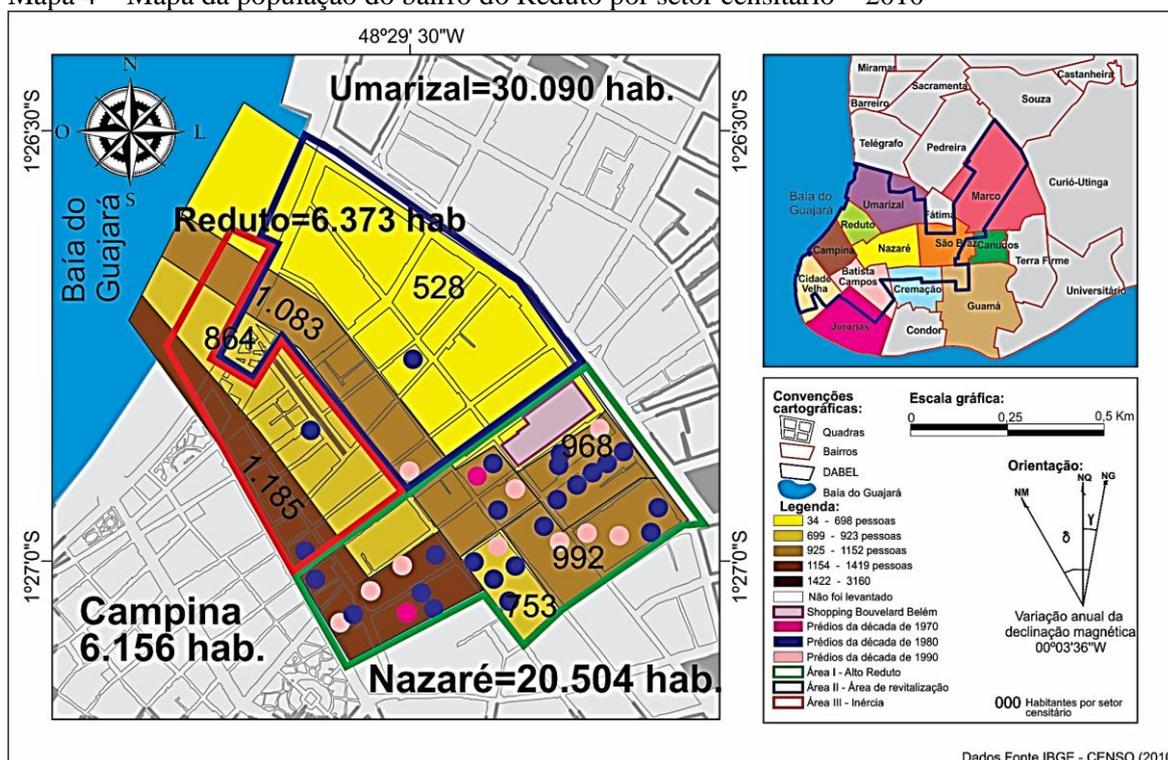
Na entrevista com a Sra. Luciana Vilão (2020) e com a Sra. Carmelina Dellavalle (2020), elas concordam que

O Shopping trouxe mais comércio e mais vida para o bairro, mas com o bônus vem o ônus, trouxe muita prostituição e, também, a mamãe disse que não acha perigoso, mas eu que venho aqui na casa dela, eu acho. [...] Eu moro no Nazaré. Mas eu que venho à noite aqui, fico com medo sim. Ela disse “não, não acho perigoso”. Eu acho [risos]. É muito deserto final de semana como tem muito comércio, pois tem pouca residência. Durante a semana e de dia tem muito movimento [...] É, e final de semana é muito deserto. Eu às vezes evito de vir aqui porque eu fico com medo, tu desce do carro, tu tá na... descoberta. **Carmelina:** ela foi assaltada uma ocasião. **Luciana:** eu já fui pega de refém aqui na porta, às 19h durante a semana. [...] Então, assim, tem o risco sim. [...] Quando eu era menor, a gente não tinha esse perigo. Entrava e saía, bem mais tranquilo. Se bem que a cidade inteira ficou perigosa, não é exclusividade daqui do nosso bairro. [...]

O Reduto apresenta duas ilhas socioeconômicas no bairro, o Alto e o Baixo Reduto, o Baixo foi subdividido em mais duas áreas por entender que passam por processos distintos. Contudo, algumas categorias de análise precisaram ser feitas de forma distinta dessa demarcação, pois os setores censitários e os dados do IBGE não estão separados da mesma forma.

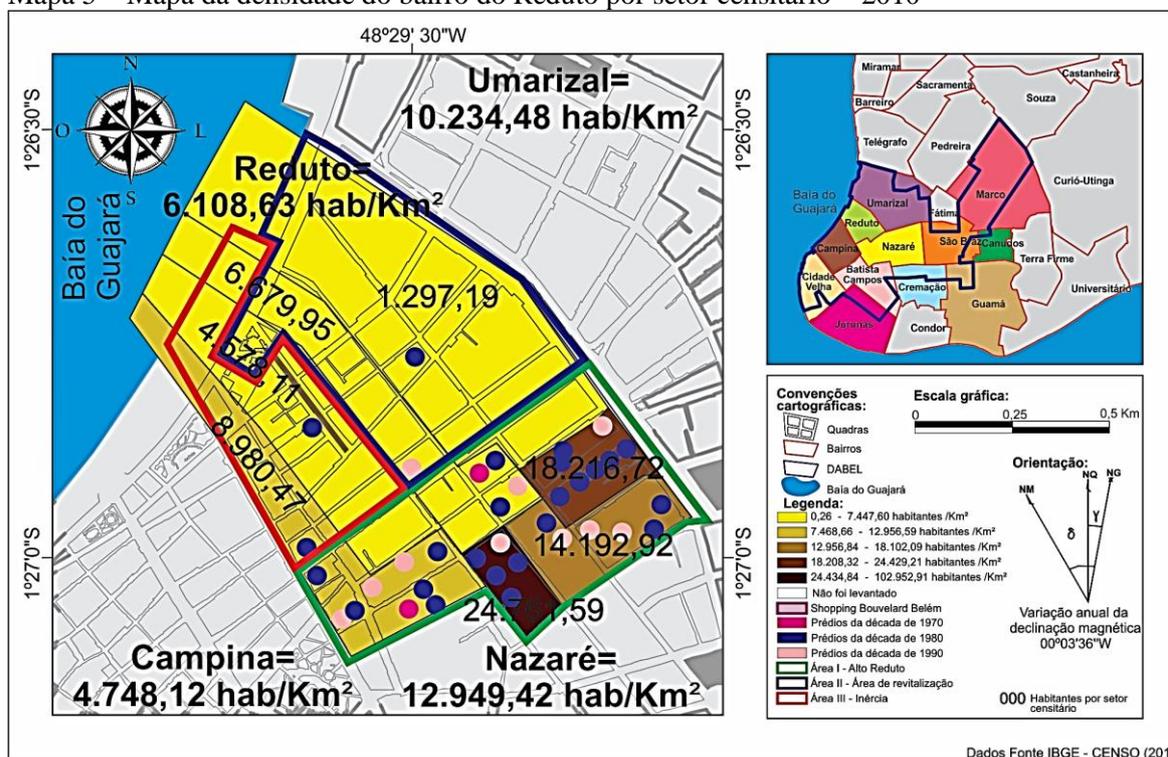
O Bairro possui uma área total de 81,65 ha, com todas as vias asfaltadas. A população, conforme mostra o Censo Demográfico do IBGE (2010), era de 6.373 habitantes, assim sendo, a densidade do bairro é de 7.755,87 hab./km<sup>2</sup>.

Mapa 4 – Mapa da população do bairro do Reduto por setor censitário – 2010



Fonte: Adaptado de Júnior *et al.* (2016) – Levantamento Aerofotogramétrico da Região Metropolitana de Belém (RMB) (1977/78 e 1979), acervo da CODEM/DDU/PMB – com base na lei de delimitação dos bairros de Belém, Lei n. 7.603, 13 de janeiro de 1993; Dados IBGE (2010c)

Mapa 5 – Mapa da densidade do bairro do Reduto por setor censitário – 2010

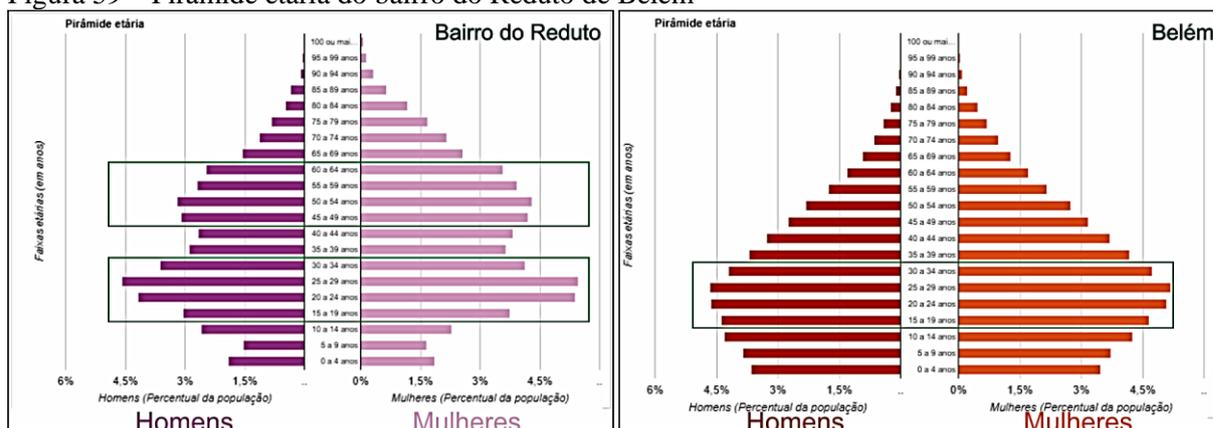


Fonte: Adaptado de Júnior *et al.* (2016) – Levantamento Aerofotogramétrico da Região Metropolitana de Belém (RMB) (1977/78 e 1979), acervo da CODEM/DDU/PMB – com base na lei de delimitação dos bairros de Belém, Lei n. 7.603, 13 de janeiro de 1993; Dados IBGE (2010c)

O setor censitário com a maior área é o que possui a menor quantidade de habitantes (528 hab.) e, conseqüentemente, a menor densidade (1.297,19 hab./Km<sup>2</sup>). E o setor que possui a menor área é o que possui a maior densidade (24.761,59 hab./Km<sup>2</sup>). Analisando os dois mapas anteriores, percebe-se que as área com a maior quantidade de habitantes e as mais densas ficam na área do Alto Reduto, na área verticalizada.

Em relação à faixa etária dos moradores de Reduto, ela será comparada a de Belém. As duas pirâmides se apresentam bem distintas, na de Belém há um crescimento de 0 a 29 anos, depois começa a surgir um decréscimo populacional por faixa etária, tendo seu pico populacional variando de 15 a 34 anos. A população de Belém é formada por mais mulheres do que homens. A população do Reduto, como a de Belém, também é formada por mais mulheres (56,97%) do que homens (43,03). Contudo, apresenta-se com uma oscilação, tendo dois picos: um dentro da faixa de 15 a 34 anos, igual a de Belém, e o outro de 45 a 64 anos.

Figura 59 – Pirâmide etária do bairro do Reduto de Belém



Fonte: IBGE (2010b)

Na renda da população do Reduto por domicílio<sup>112</sup>, comparando os anos de 2000 e 2010, não se percebe uma diferença grande que possa afirmar que houve uma mudança de classe social da população do bairro. No ano de 2000, havia 1.863 domicílios ocupados no

<sup>112</sup> Local estruturalmente separado e independente que se destina a servir de habitação a uma ou mais pessoas ou que esteja sendo utilizado como tal. Os critérios essenciais dessa definição são os de separação e independência. Entende-se por separação o local de habitação limitado por paredes, muros ou cercas, coberto por um teto, permitindo a uma ou mais pessoas que nele habitam isolar-se das demais, com a finalidade de dormir, preparar e/ou consumir seus alimentos e proteger-se do meio ambiente, arcando, total ou parcialmente, com suas despesas de alimentação ou moradia. Por independência, se entende quando o local de habitação tem acesso direto, permitindo a seus moradores entrar e sair sem necessidade de passar por locais de moradia de outras pessoas. Só caracteriza-se corretamente domicílio quando forem atendidos simultaneamente os critérios de separação e independência (GLOSSÁRIO IBGE, 2010).

bairro, destes, 46 não possuíam renda mensal, assim o Reduto tinha 1.817 edificações com rendimento mensal. No ano de 2010, aumentou o número de domicílios ocupados para 1.937, contudo, 70 deles não possuíam renda mensal, assim, 1.867 domicílios possuíam renda no Reduto em 2010.

Gráfico 9 – Gráfico da renda familiar mensal por domicílio do bairro do Reduto em 2000 e 2010.



Fonte: IBGE (2000; 2010b)

Tendo como referência a Tabela 1 apresentada no Capítulo 3, tópico Classe Média e o Gráfico 9, montou-se a Tabela 12.

Tabela 12 – Classe social por renda do Reduto por domicílios

Classe Social	2000 (SM = R\$ 151,00)	2010 (SM = R\$ 510,00)
<b>Classe A</b> acima de 20 SM	556 domicílios (29,85%)	509 domicílios (26,28%)
<b>Classe B</b> de 10 a 20 SM	516 domicílios (27,70%)	532 domicílios (27,46%)
<b>Classe C</b> de 4 a 10 SM	397 domicílios (21,30%)	459 domicílios (23,90%)
<b>Classe D</b> de 2 a 4 SM	229 domicílios (12,30%)	258 domicílios (13,31%)
<b>Classe E</b> até 2 SM	119 domicílios (6,39%)	109 domicílios (5,62%)
<b>Sem rendimento</b>	46 domicílios (2,46%)	70 domicílios (3,50%)

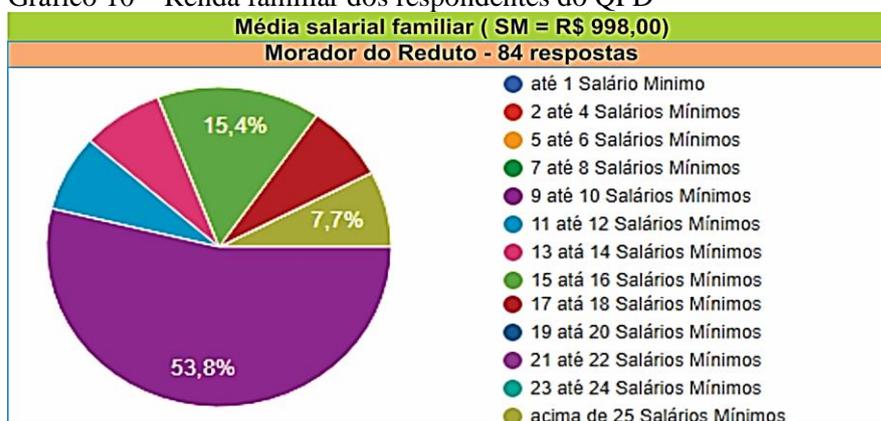
Fonte: IBGE (2000; 2010a)

Comparando e analisando os dados do IBGE (2000; 2010a), pode-se assegurar que não houve um aumento considerável dos valores de rendimentos mensais dos moradores do Reduto por domicílio para afirmar uma mudança da classe social no bairro do Reduto.

A partir dos dados dos questionários com a plataforma virtual, tem-se que 100% responderam que recebem mais de nove salários mínimos (SM) como renda bruta mensal

familiar, sendo que 53,8% dos respondentes possuem um salário bruto familiar de nove a 10 SM e 7,7% relatam ter uma renda familiar bruta acima de 25 SM.

Gráfico 10 – Renda familiar dos respondentes do QPD



Fonte: Dados da Pesquisa virtual, plataforma Google Forms e WhatsApp

Fazendo uma relação da divisão por classes sociais apresentadas (da Classe A à E), pelo capitalismo, tem-se que os respondentes estão entre as classes A (7,7%), B (38,4) e C (53,9%).

Tabela 13 – Classe social do Reduto por respondentes do QPD

Classe Social	2019 (SM = R\$ 998,00 <sup>113</sup> )
<b>Classe A</b> - acima de 20 SM	17 pessoas (7,7%)
<b>Classe B</b> - de 10 a 20 SM	83 pessoas (38,4%)
<b>Classe C</b> - de 4 a 10 SM	117 pessoas(53,9%)
<b>Classe D</b> - de 2 a 4 SM	Nenhuma pessoa (0%)
<b>Classe E</b> - até 2 SM	Nenhuma pessoa (0%)

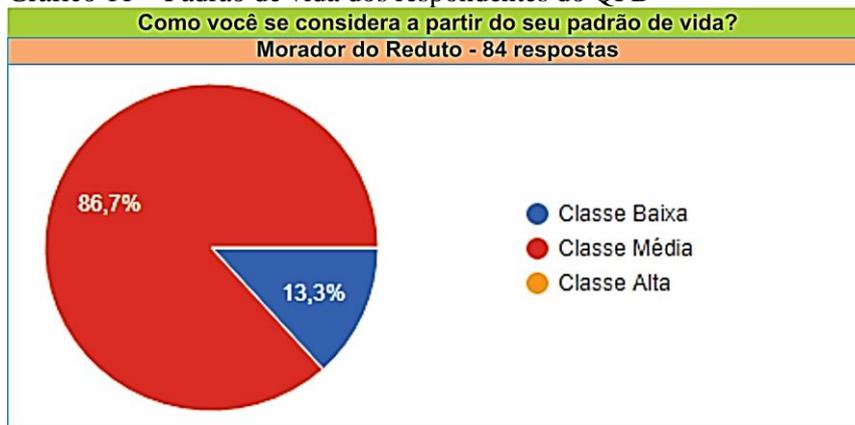
Fonte: Dados da Pesquisa virtual, plataforma Google Forms e WhatsApp

Analisando, então, que a classe alta seria a classe A, a classe média equivalente às classes B, C e D e a classe baixa significaria a classe E, tem-se que, como resultado dos QPDs, a população do Reduto, em sua maioria, compõe a classe média (92,3%), o que vai de acordo com os dados levantados pelo IBGE (2000; 2010a).

Ao perguntar no QPD como o entrevistado se considerava em relação ao seu padrão de vida, foram obtidos esses dados:

<sup>113</sup> A pesquisa foi realizada no período de 20 de dezembro de 2019 a 20 de janeiro de 2020. No ano de 2019, o salário mínimo era de R\$ 998,00, conforme o Decreto n. 9.661, de 1º de janeiro de 2019.

Gráfico 11 – Padrão de vida dos respondentes do QPD



Fonte: Dados da Pesquisa virtual, plataforma Google Forms e WhatsApp

A maioria (86,7%) dos respondentes do QPD se considera do grupo da classe média e 13,3% se avaliam na classe baixa.

Conforme mostram as entrevistas em relação às classes sociais do Reduto, a ex-moradora Sra. Simone Abrahão (2020) relatou o seguinte:

[...] Então eu acho assim, que pra primeira avenida, a Marechal Hermes, hoje se você passar lá é a mesma coisa, não teve progresso ali, parou no tempo. Já a Doca não, porque teve essa divisão Umarizal-Reduto, já elitizou mais. [...] Então na minha concepção, o Reduto ele ainda é um bairro classe média. Então o bairro na época era muito efervescente, na época da indústria você tinha o comércio também ativado e não só o comércio para classes mais altas, mas também comércio popular que era para servir a classe mais baixa. Você tinha uma mistura de classes sociais, eram ilhas sociais, vamos falar assim. Eu sei porque a loja do meu marido era mais pra vender pros empegados das fábricas, mas os grandes industriais compravam também, lá. Hoje o bairro é para a classe média, não tenho dúvida. Tem uma área mais para sem progresso, indo para mais perto da Estação da Docas que seria para uma classe média baixa, mas a maioria é classe média, média, e na parte mais alta você tem algumas poucas áreas para uma classe média alta, mas o bairro é classe média. [...]

A Pesquisadora 1 relata que

[...] Para falar de classe hoje precisamos fazer um retorno na história. [...] Há um estudo que a autora mostra a diferença de classes. Ela vai mostrar que as vilas são criadas para o trabalhador das fábricas, ele se torna um bairro operário que era pro operário ficar perto pra trabalhar na fábrica. Mas na verdade isso não acontece, vão os técnicos morar nessas vilas. É muito interessante o trabalho dessa moça, é classe média, média, não é classe operária. É pouco da classe operária que vai morar ali, tem pessoas que trabalham na fábrica mas que são às vezes até diretores da fábrica, das lojas, porque não é só fábrica. [...] Você vê, por exemplo, o Ferreira Gomes que era uma grande loja de comércio, mas tem as lojas menores. [...] Era um negócio bem efervescente em que que a classe média e média alta trabalhava lá. Mas tinha, por exemplo, a famosa Síria, que eram migrantes que moravam aqui, a maioria, no meu ver né, principalmente famílias árabes e famílias portuguesas. Mas muitas famílias árabes, [...] existia uma área para classe

média pobre e outra para classe média média e outra para classe média alta e para os muito ricos, esses faziam compra na Europa e traziam para o Reduto para vender [...] Hoje no Reduto você não encontra pobres mas também não encontra ricos, é [...] é classe média [...].

A fala da Pesquisadora 2 (2019) segue a mesma linha das anteriores

Eu acho que ele é o que é Belém, ele é uma mistura de classes conforme a localização. Então ali naquela parte mais alta, prédios pra classe média alta como também tem um shopping de mais alto padrão. E a parte mais baixa é pra uma classe mais baixa, uma classe baixa-média. Mas você vê casas assim bem simples nessas vilas, por exemplo. [...] Não, pobreza não. Mas tem morador de rua, tem crack, entendeu? Mas em geral o maior é uma mistura entre as classe médias [...]

A fala da Pesquisadora 3 (2020) segue os mesmos pensamentos “Eu acho que hoje em dia, no Baixo Reduto seria C. É, não seria nem A, nem a B porque é classe média alta, alta não é. C acho que já entraria. No Alto Reduto já seria uma classe B”.

Assim, conclui-se que, em relação à renda, na população do Reduto, com base nos dados IBGE (2000; 2010a), nas entrevistas e nos QPD, não houve mudança de classe social em período recente, pois a população que se encontra no bairro, em sua maioria, é da classe média.

A Pesquisadora 4 (2020) relata que se fizermos um recorte temporal, o bairro mudou sim de classe social, não recentemente, mas em um recorte mais antigo, o bairro nasceu como uma área periférica, onde residiam pessoas de uma classe baixa

[...] Se a gente for considerar os relatórios, as mensagens que o Antônio Lemos mandava pra Câmara do início do século XX, aquela região era uma periferia da cidade. Então era assim um espaço rotulado. Eu me lembro bem de uma passagem que ele diz que lá na Avenida Nazaré tinha que ter o tamanho x, arborização e no Reduto não precisava, porque era um espaço [...]. Pois é, ele como um todo é subdivisível em pelo menos três partes, isso eu já fiz na minha dissertação de mestrado, que eu também estou atrás, não tenho cópia<sup>114</sup>[...] No TCC fomos estudar, pois não tinham estudos para aquela área. O fato de ser uma área operária, a gente ia, andava por ali e via que tinha uma tipologia muito típica e que aquilo não tinha nenhum estudo, realmente eu penso que tenha sido o primeiro estudo. [...] Em relação as classes o Reduto é uma mistura, como várias outras área da cidade, predominância? Eu gosto de dividir em três. Predominância, classe média, hoje, mas se pegar a época de instalação do bairro era classe baixa, nesse

---

<sup>114</sup> Não foi encontrado o trabalho de dissertação da professora Ana Cláudia anterior à entrevista, na pesquisa das teses, descobriu-se o trabalho no repositório da UNB, contudo, não há nenhuma cópia na biblioteca da Universidade e nem na Biblioteca da FAU-UNB. Assim como seu TCC, não há mais cópias na UFPA, uma aluna sua estava digitalizando o TCC, o qual a professora, muito gentilmente, pediu agilidade para poder me enviá-lo.

recorte mais longo, há sim uma mudança de classe, mas se pegarmos um recorte mais curto de uns 30 anos, não vemos essa mudança [...].

Com base nos dados coletados, em relação à renda, a classe social que o Reduto possui de uma forma geral é a classe média.

Contudo, a nossa análise para a classe social não cessa na área econômica, sendo levado em consideração, principalmente, o capital cultural. Conforme aponta Bourdieu (1979), que trata sobre o Capital Cultural, o resultado concentra-se no *habitus* e indica que o capital cultural pode ser encontrado em três formas diferentes, que, nosso caso, será analisado a partir do grau de escolaridade; pois entende-se que a educação escolar é uma das formas do capital cultural e é um recurso tão útil quanto o capital econômico na determinação e na reprodução das posições sociais. Sabe-se que o capital econômico é a fonte de todas as outras formas de capital, por isso, Bourdieu (1979) deixa claro que o capital social tende a ser transformado em capital econômico ou em capital cultural.

O capital cultural é como um estado nascido, com base em disposições duradouras da mente e do corpo. Mas isso está intimamente ligado ao *habitus* como um conjunto de gostos e de competências de julgamento. A forma de acúmulo de capital cultural é, em grande parte, herdada ou, mais precisamente, adquirida por meio da educação refinada em uma casa a partir da cultura, principalmente a dos pais, depois a educação formal adquirida na escola e, posteriormente, a cultura ocupacional adquirida pela ocupação (BOURDIEU, 2011a; HOLT, 1998; SILVA, 2008). O *habitus* é, portanto, a forma incorporada da condição de classe e dos condicionamentos que ela impõe.

Assim, as escolas são as instituições mediadoras do processo de transmissão cultural. Nesse caso, a instituição se forma a partir das crenças e dos valores do grupo, que acaba gerando o “[...] poder de instituir, poder de fazer ver e de fazer crer, ou, numa só palavra, de fazer reconhecer [...]” (BOURDIEU, 1999, p. 78), reconhecendo-se que o indivíduo passa a integrar uma rede de valores determinada pelo valor que seu certificado carrega, como justifica Bourdieu:

É preciso não esquecer, todavia, que ele só existe e subsiste como capital ativo e atuante, de forma material e simbólica, na condição de ser apropriado pelos agentes e utilizado como arma e objeto das lutas que se travam nos campos da produção cultural (campo artístico, científico, etc.). (BOURDIEU, 1999, p. 77)

Pelo fato de que os benefícios materiais e simbólicos que o certificado escolar garante, dependem também de sua raridade, [...] sejam menos rentáveis do que se previa no momento em que eles foram realizados [...] entre os fatores conjunturais da explosão escolar e da inflação de diplomas, são comandadas pelas transformações da estrutura das oportunidades de

lucro asseguradas pelas diferentes espécies de capital. (BOURDIEU, 1999, p. 78-79).

Com relação ao grau de alfabetização da população do Reduto, com base no Censo do IBGE (2000), tem-se que, em média, mais de 98% da população é alfabetizada; e, a partir do censo do IBGE (2010a), tem-se que em média 95% é alfabetizada.

Tabela 14 – Tabela da população alfabetizada no bairro do Reduto

Anos de 2000							
Idade-Anos	5-19	20-34	35-49	50-64	65-79	80-99	+100anos
<b>População</b>	1.756	1.666	1.601	949	537	156	1
<b>Alfabetizados</b>	1.677 (95,5%)	1.653 (99,2%)	1.598 (99,8%)	938 (98,8%)	526 (97,9%)	151 (96,8%)	1 (100%)
<b>Não alfabetizados</b>	79 (0,5%)	13 (0,8%)	3 (0,2%)	11 (1,2%)	11 (2,1%)	5 (3,2%)	-
Anos de 2010							
Idade-Anos	5-19	20-34	35-49	50-64	65-79	80-99	+100anos
<b>População</b>	949	1.746	1.298	1.289	635	211	4
<b>Alfabetizados</b>	918 (96,7%)	1.740 (99,6%)	1.290 (99,38%)	1.284 (99,61%)	631 (99,37%)	205 (97,15%)	3 (75%)
<b>Não alfabetizados</b>	31 (3,3%)	6 (0,4%)	8 (0,62%)	5 (0,39%)	4 (0,63%)	6 (2,85%)	1 (25%)

Fonte: IBGE (2000; 2010a)

Para o Glossário do IBGE (2010, p. 212), pessoa alfabetizada é a “[...] pessoa de 5 anos ou mais de idade capaz de ler e escrever um bilhete simples no idioma que conhece”. Já pessoa analfabeta, para a mesma fonte, é a “[...] pessoa de 5 anos ou mais de idade que aprendeu a ler e escrever, mas que esqueceu devido a ter passado por um processo de alfabetização que não se consolidou, e a que apenas assina o próprio nome.” (IBGE, 2010, p. 212).

Assim, a quantidade de pessoas alfabetizadas não é capaz de medir o capital cultural, contudo, ele é sim um dos indicativos. Os dados foram levantados a partir de Belém, pois não foi encontrada fonte alguma que tenha o levantamento educacional do bairro do Reduto. Será usada a conclusão de nível superior e de pós-graduações para medir o capital cultural da população, pois, acredita-se que, com a conclusão de cada um dos níveis de ensino, é possível somar-se ao capital cultural adquirido em sua casa, assim também é importante demonstrar o nível escolar do responsável pela família.

No Brasil, a educação superior exhibe diferenças em relação à educação básica (infantil, fundamental e médio) no que diz respeito à rede de atendimento. Enquanto quase 85% das matrículas do Ensino Fundamental ao Ensino Médio correspondem à rede pública de ensino, na educação superior, esse percentual é menor que 27%, conforme aponta a Education at a

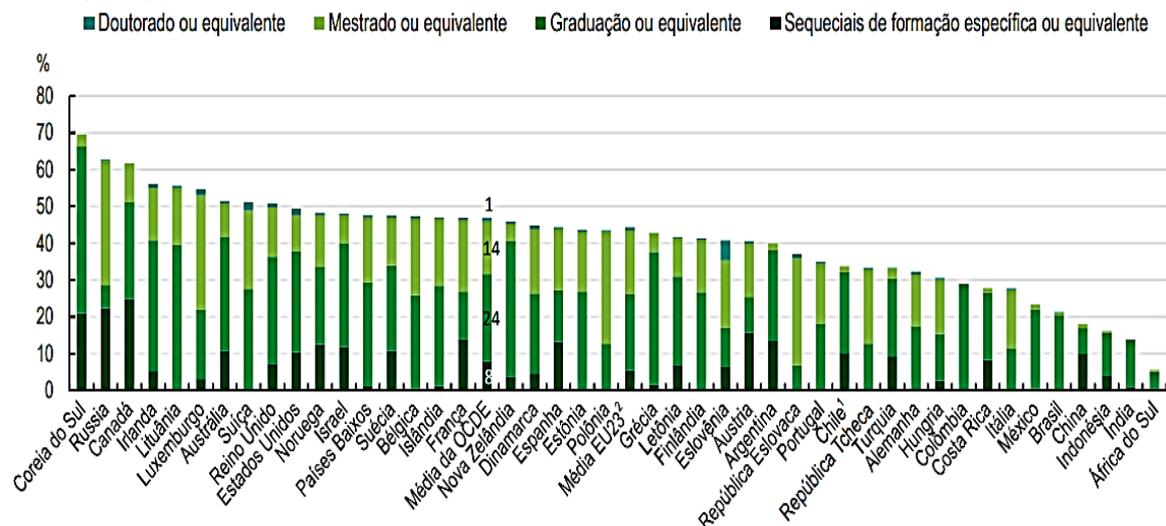
Glance (EAG) da Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD, 2019). A oferta de cursos no ensino superior no Brasil está concentrada na graduação (Isced 6)<sup>115</sup>. Conforme mostra a OECD (2019), no ano de 2017, os cursos de graduação captavam 96,7% das matrículas de nível superior. Destes, 68,8% são acadêmicos (Área Básica de Ingresso (ABI) e bacharelado) e 31,2% são vocacionais (licenciatura e tecnológico). Dados de 2018 revelam que 17% da população brasileira de 25 a 64 anos de idade concluiu um curso de ensino superior no nível de graduação, mas apenas 0,8% concluiu um curso de mestrado e 0,2% concluiu um curso de doutorado. Isso permite uma comparação entre os países da proporção da população de 25 a 34 anos com educação superior (OECD, 2019).

De acordo com a OECD (2019), o Brasil, em relação à diplomação, possui grande concentração no nível superior em cursos de graduação. A mesma fonte aponta que, dos 21% da população entre 25 a 34 anos que possui educação superior, 95% têm a graduação como o maior nível de escolaridade e somente 5% na pós-graduação (mestrado ou doutorado). Em contrapartida, os diplomas de mestrado apresentam importante participação na educação superior nos países da OCDE, já que 30% da população com nível superior possui diploma de mestrado. Isso pode ser visto analisando o Gráfico 12.

---

<sup>115</sup> As referidas etapas correspondem aos níveis 1 a 3 de acordo com a Classificação Internacional Normalizada da Educação (em inglês International Standard Classification of Education – Isced). Nesse mesmo sentido, a educação superior no Brasil é composta de cursos: (a) sequenciais de formação específica – Isced 5; (b) graduação – Isced 6; (c) mestrado – Isced 7; e (d) doutorado – Isced 8, de acordo com essa mesma classificação (OECD, 2019).

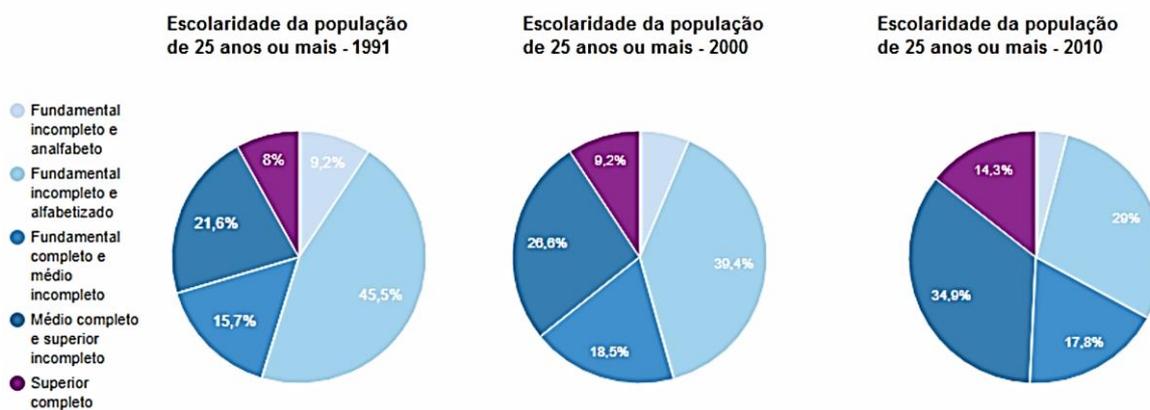
Gráfico 12 – Distribuição da população de 25 a 34 anos de idade com educação superior, por nível do curso (2018)



Fonte: OECD (2019) – banco de dados da publicação Education at a Glance (2019)

Com base no Atlas Brasil (2020), tem-se que o nível de escolaridade de Belém é o seguinte:

Figura 60 – Imagem dos gráficos da escolaridade da população de Belém



Fonte: PNUD, Ipea, FJP, Atlas Brasil (2020)

Com base na Figura 60, foi montada a tabela para apresentar a porcentagem da população com o nível completo de estudo.

Tabela 15 – Nível de escolaridade de Belém da população com 25 anos ou mais

Nível de escolaridade	1991	2000	2010
Analfabetos e Ensino Fundamental incompleto	9,2%	6,3%	3,9%
Ensino fundamental incompleto e alfabetizado	45,5%	39,5%	29%
Ensino fundamental completo e Ensino Médio incompleto	15,7%	18,5%	17,8%
Ensino médio completo e ensino superior incompleto	21,6%	26,6%	34,9%
Ensino superior completo	8%	9,2%	14,3%

Fonte: PNUD, Ipea, FJP, Atlas Brasil (2020)

Em 1991, considerando a escolaridade da população belenense de 25 anos ou mais de idade, 9,2% são analfabetos ou têm Ensino Fundamental incompleto, 45,5% são alfabetizados ou possuem Ensino Fundamental incompleto, no total da população, 45,3% possuem o Ensino Fundamental completo, 29,6% têm o Ensino Médio completo e somente 8% concluíram o ensino superior.

Em 2000, considerando a população de Belém de 25 anos ou mais de idade, 6,3% são analfabetos ou têm Ensino Fundamental incompleto, 54,3% têm o Ensino Fundamental completo, 35,8% possuem o Ensino Médio completo e 9,3%, possuem o superior completo.

Em 2010, considerando a população municipal de 25 anos ou mais de idade, 3,99% são analfabetos ou têm Ensino Fundamental incompleto, 67,00% têm o Ensino Fundamental completo, 49,25% possuem o Ensino Médio completo e 14,33% possuem o superior completo. No Brasil, com o recorte de 25 anos ou mais de idade, esses percentuais são, respectivamente, 11,82%, 50,75%, 35,83% e 11,27% (ATLAS BRASIL, 2020).

Houve uma diminuição dos analfabetos nesse período de 20 anos e um aumento da população por nível de escolaridade.

Em Belém, conforme aponta o IBGE (2000) havia 58.282 pessoas com nível superior completo, sendo 55.005 pessoas com graduação e 3.277 pessoas com pós-graduação (mestrado ou doutorado). No Censo do IBGE (2010), havia 123.915 pessoas com nível superior completo: 115.702 pessoas com graduação, 5.874 pessoas com mestrado e 2.339 pessoas com doutorado, totalizando 8.213 pessoas com pós-graduação *stricto sensu*. Em 10 anos, houve um aumento de mais de 100% em todos os níveis do ensino superior em Belém.

Levando em conta a população de Belém, segundo o IBGE (2000), a população de Belém era de 1.279.861 habitantes, assim tem-se que os 58.282 com nível superior completo equivalem a 4,55% da população total de Belém. Conforme mostra o IBGE (2010), a população belenense era de 1.393.399 habitantes, destes 123.915 possuíam nível superior completo que equivalem a 9,68% da população total de Belém. A população de Belém vem buscando sempre que possível entrar em uma instituição de ensino superior para fazer uma graduação.

A Tabela 16, a partir dos dados da pesquisa nacional por amostragem contínua por trimestre (IBGE), apresenta os dados da população de Belém em relação ao seu nível de instrução, exibindo dados de 2012 e 2019. Analisando o ensino superior completo, percebe-se que no ano de 2019 mais do que dobrou, comparado ao ano de 2012, a quantidade de pessoas que tinha o ensino superior completo em Belém.

Tabela 16 – Tabela da População de Belém por seu nível de instrução

Tabela 5919 - População, por níveis de instrução ( IBGE)								
Variável - População								
Município - Belém (PA)								
Nível de instrução	Trimestre (2012)				Trimestre (2019)			
	1º	2º	3º	4º	1º	2º	3º	4º
Total	1.439.000	1.441.000	1.443.000	1.445.000	1.490.000	1.492.000	1.494.000	1.495.000
Sem instrução e menos de 1 ano de estudo	71.000	71.000	76.000	72.000	70.000	67.000	72.000	70.000
Ensino fundamental incompleto ou equivalente	519.000	512.000	503.000	498.000	428.000	416.000	397.000	391.000
Ensino fundamental completo ou equivalente	118.000	121.000	116.000	113.000	101.000	108.000	96.000	103.000
Ensino médio incompleto ou equivalente	129.000	117.000	122.000	110.000	120.000	110.000	119.000	106.000
Ensino médio completo ou equivalente	351.000	379.000	373.000	385.000	389.000	404.000	401.000	418.000
Ensino superior incompleto ou equivalente	50.000	46.000	44.000	48.000	70.000	73.000	76.000	78.000
Ensino superior completo ou equivalente	104.000	100.000	103.000	101.000	230.000	224.000	248.000	248.000
Não determinado	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral

Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostragem Contínua trimestral

O Gráfico 13 mostra, por faixa etária, o quantitativo, com base no IBGE (2010), de pessoas que concluíram e que não concluíram a graduação no ensino superior por tipo de instituição (pública ou privada), é notório que os concluintes são em menor quantidade do que os que não concluíram.

Gráfico 13 – Conclusão de graduação por grupo de idade



Fonte: IBGE (2010)

Como alega Bourdieu (1979), o capital cultural trazido de casa está intimamente ligado ao grau de instrução dos responsáveis pela família a partir do seu nível de educação, que, normalmente, são os pais. Então, saber o grau de instrução dos responsáveis pela família é de grande valia.

Gráfico 14 – Nível de instrução do responsável pela família

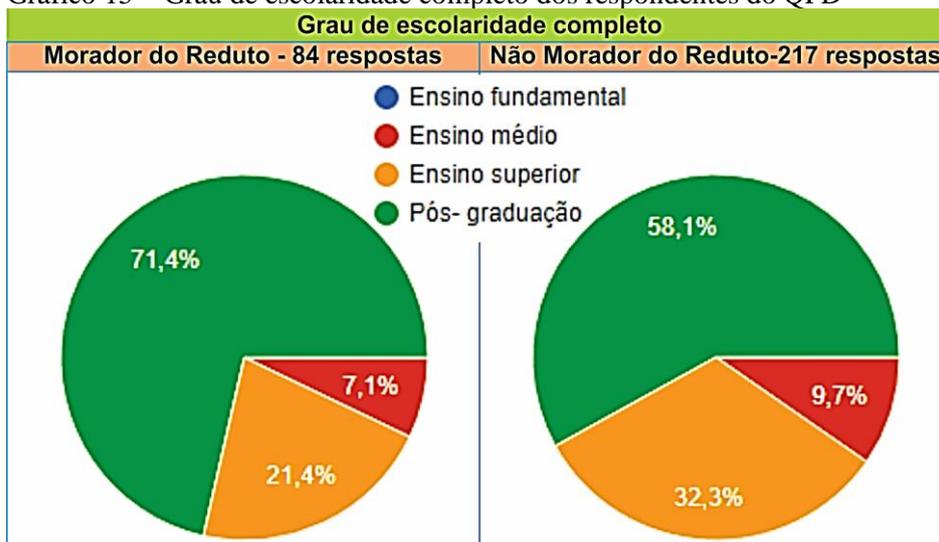


Fonte: IBGE (2010)

O IBGE não tem dados sobre a população em relação aos bairros para o grau de instrução dos chefes de família. Por isso, utilizou-se os dados de Belém. Apenas 29,3% dos responsáveis familiares possuem nível superior completo.

Em relação aos QPDs, o grau de escolaridade dos entrevistados é de 71,4% com algum tipo de pós-graduação (*lato sensu* ou *stricto sensu*); 21,4% dos respondentes têm graduação; e somente 7,1% têm o Ensino Médio. Lembrando que nenhum dos respondentes tem menos de 25 anos. Assim, conclui-se que 92,8% possuem nível superior.

Gráfico 15 – Grau de escolaridade completo dos respondentes do QPD



Fonte: Pesquisa virtual, plataforma Google Forms e WhatsApp

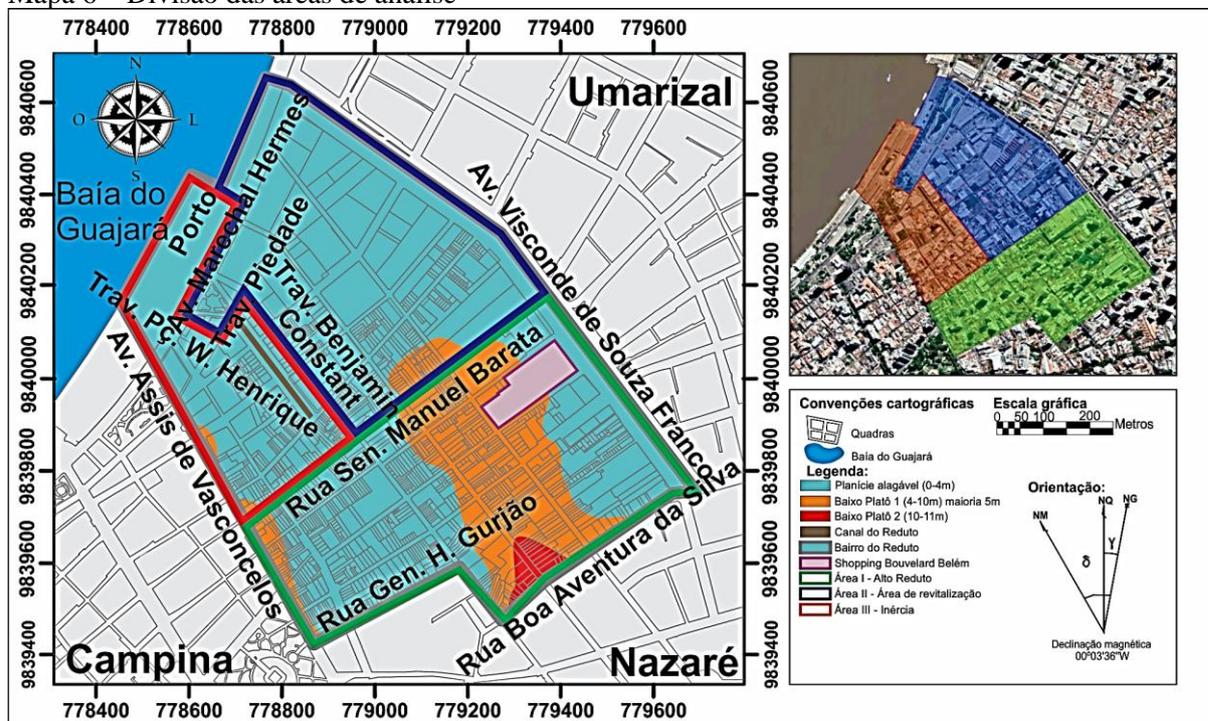
O resultado obtido com QPD não exprime a realidade de Belém, contudo foi esse o resultado obtido.

### 5.5.2 Perfil Social e Econômico da População do Reduto: forma, uso e ocupação

O uso e a ocupação do solo urbano representam a materialização das relações socioeconômicas existentes nas cidades, em função de condicionantes ambientais, legais e de características de infraestrutura instalada. Dessa forma, políticas urbanas de mobilidade, transporte urbano e sistema viário, saneamento básico, aproveitamento dos recursos hídricos, preservação ambiental, habitação, rede de saúde, segurança, desenvolvimento socioeconômico, entre outras, geram repercussões diretas no território.

Após todas as fases que o bairro passou, percebe-se que as rugosidades deixadas são diferentes para algumas áreas do bairro. A partir disso, há a necessidade de dividi-lo, em alguns casos dá análise, para que possamos ponderar. A nossa proposta de divisão esta apresentada no Mapa 6. Contudo em algumas categorias será usado o bairro a partir da divisão do IBGE nos setores censitários. Segue a divisão de Alto e Baixo Reduto, sendo que o Baixo Reduto também foi subdividido devido a processos urbanos distintos que estão acontecendo.

Mapa 6 – Divisão das áreas de análise

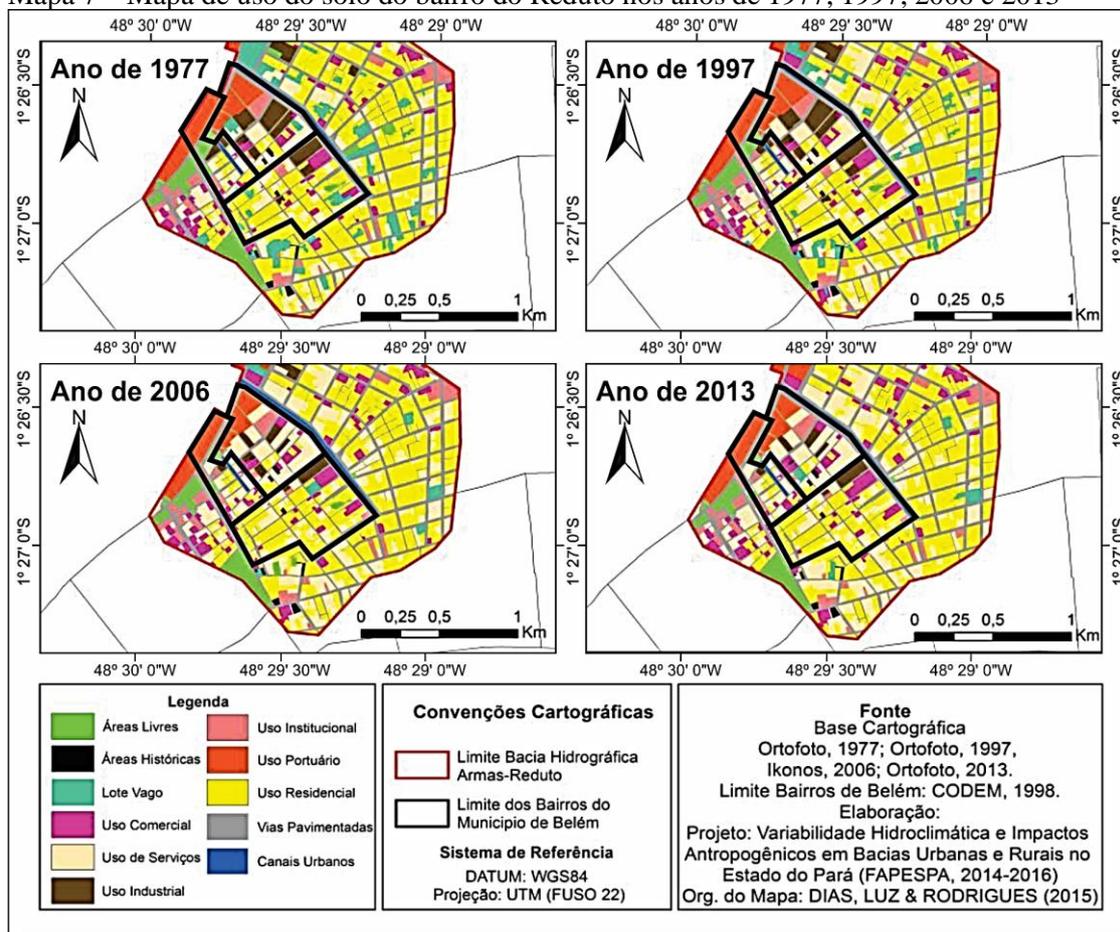


Fonte: Mapa feito pela autora a partir dos dados de Rodrigues e Cardoso (1990). Levantamento Aerofotogramétrico da Região Metropolitana de Belém – RMB (1977, 1978 e 1979), acervo da CODEM/DDU/PMB – Com base na lei de delimitação dos bairros de Belém, Lei n. 7.603, 13 de janeiro de 1993

A forma do bairro desde 2000 até hoje, início de 2020, pouco se alterou, até mesmo por ser entorno de bem tombado e incidir a mesma lei de tombado as mudanças do desenho urbano não acontecem de forma espontâneas. A maior mudança urbana foi feita por agentes públicos na construção do parque urbano Belém Porto Futuro, que falaremos mais adiante. Contudo, pesquisando sobre as plantas de uso do solo, foi possível encontrar o trabalho de Dias e Luz (2017) que analisa multitemporalmente - 1977, 1997, 2006 e 2013 - o uso e a ocupação do solo da bacia hidrográfica urbana de Armas-Reduto, Belém-PA, onde o recorte é maior do que o bairro do Reduto. Baseado nesse trabalho, montou-se o Mapa 7 que apresenta as mudanças de uso do solo nesse período estudado pelo autores.

Em relação à habitação da área do Baixo Reduto, percebe-se uma troca do uso habitacional para o uso comercial ou de serviço. O que chama a atenção é que o uso que era industrial passa a ser um uso diferente, principalmente de serviço. A área do Alto Reduto, durante esse período, pouco se alterou, a principal mudança é a ocupação dos poucos terrenos vagos que existiam na área.

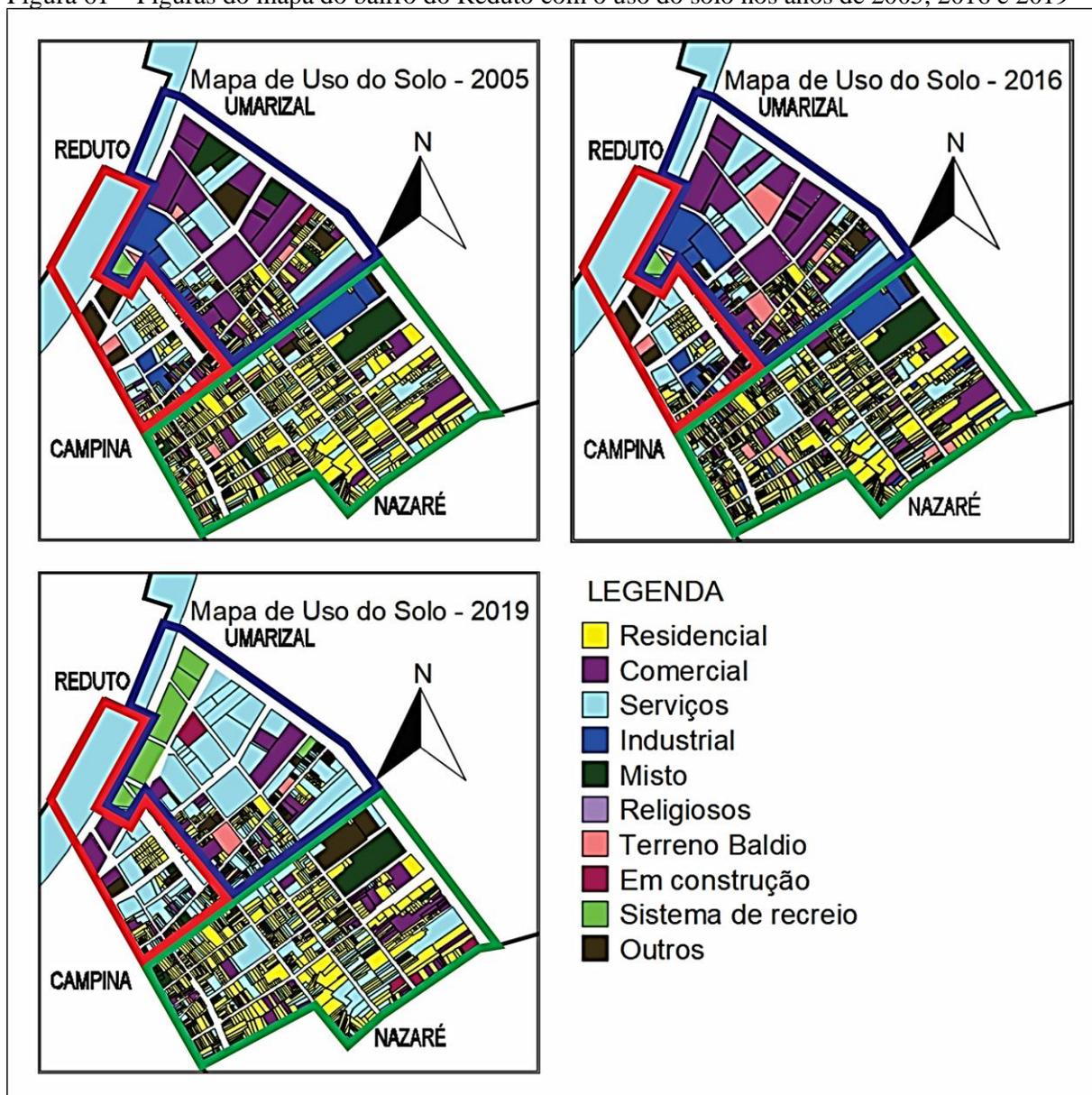
Mapa 7 – Mapa de uso do solo do bairro do Reduto nos anos de 1977, 1997, 2006 e 2013



Fonte: Dias e Luz (2017) – Recortes dos mapas e demarcação nossa área de estudo

A Figura 61 demonstra o mapa de usos do solo nos anos de 2005, 2016 e 2019, nesse caso, ficam mais claras ainda as diferenças de uso nas três áreas marcadas para a análise.

Figura 61 – Figuras do mapa do bairro do Reduto com o uso do solo nos anos de 2005, 2016 e 2019



Fonte: 2005 e 2016 dados da CODEN (2019) – Pesquisa de Campo: julho de 2019. Mapa Base da CODEN em DWG (AutoCad)

A Área I – Alto Reduto, poligonal verde, foi demarcada com base na área de cotas altas com muita verticalização, pois a tipologia arquitetônica e urbanística se apresenta de forma mais distinta em relação às duas outras áreas de análise (Baixo Reduto). As décadas de 1980 e de 1990 marcaram essa área com grandes transformações, tanto da forma quanto do conteúdo (CORRÊA R., 1989). A forma das habitações mudaram de casas para tipologia apartamento, mudando, assim, o *skyline* dessa área do bairro; a população também apresentou

mudanças, em vista da segurança, a população de uma classe mais abastada procurou os apartamentos para morar, e essa população ainda permanece no local, mas é perceptível que a população possui um poder aquisitivo maior com um capital cultural também mais elevado.

Entre os anos de 2000 e 2020, o uso residencial continua ser uma constante nessa área. Analisando a Figura 61, pode-se perceber uma mudança de uso de algumas moradias, aparecem lotes que eram residenciais com o uso de comércio e serviço, principalmente na Travessa Rui Barbosa e na Travessa Quintino Bocáiuva. O que chama a atenção é que várias edificações habitacionais passam a ter o uso misto, principalmente habitação e comércio ou habitação e serviço, e também é grande a quantidade de edificações abandonadas<sup>116</sup> nessa área. O morador antigo 1 (2019) relatou que

Essa casa aqui na quadra de cima, casa linda, grande mas largada [...] os pais morreram, nenhum filho quer morar aqui, uns moram no Umarizal e outros aqui no Reduto, mas em apartamentos, está aí, abandonada, os filhos já tentaram vender, mas uma casa antiga dessa custa caro, a manutenção é cara e precisa fazer uma boa reforma, o lote aqui a cada dia custa mais caro, o Shopping valorizou essa área, área tombada, como você falou, deve ter valorizado mais ainda. Vão esperar cair para pode construir uma loja de luxo ou um restaurante caro que nós não podemos pagar [...]

Foram vários relatos que seguem esse pensamento que as “[...] casas com a ‘arquitetura antiga’ vão se acabar, pois os donos deixam cair para vender o lote para a construção de uma ‘arquitetura moderna’” (MORADOR NOVO 1, 2019). Conjunto de casas semelhantes, na Travessa Rui Barbosa com a Rua 28 de Setembro quase todas abandonadas, apenas a última casa está com uso de serviço, um escritório de arquitetura.

---

<sup>116</sup> As casas abandonadas são entendidas como casas deterioradas e sem uso, tratadas aqui como outros.

Fotografia 17 – Conjunto de casas semelhantes na Travessa Rui Barbosa



Fonte: Fotografia de Valéria Picanço no dia do roteiro Geo-Turístico – UFPA – Roteiro “Pelo bairro do Reduto”, em 1º de dezembro de 2019

No Reduto ainda é possível encontrar alguns exemplos dessas mudanças de estilo de arquitetura dentro da área destinada à preservação, a Fotografia 18, Rua Aristides Lobo esquina com a Travessa Benjamin Constant, demonstra o exemplo de dois estilos bem distintos de arquiteturas dividindo o mesmo campo urbano.

Fotografia 18 – Casas semelhantes “convivendo” com uma arquitetura contemporânea



Fonte: Fotografia de Valéria Picanço no dia do roteiro Geo-Turístico – UFPA – Roteiro “Pelo bairro do Reduto”, em 1º de dezembro de 2019

Há também exemplos de um entendimento errôneo na questão da preservação, pois há a criação de uma paisagem fictícia urbana preservada, na qual se preserva somente a fachada e se despreza a parte interna do bem, como exemplo, tem-se essa edificação na Rua Manoel Barata, na qual a fachada está em partes preservada, mas precisou ser mutilada para atender como estacionamento.

Fotografia 19 – Edificação com somente a fachada “preservada”



Fonte: Foto1 – Valéria Picanço no dia do roteiro Geo-Turístico – UFPA – Roteiro “Pelo bairro do Reduto”, em 1º de dezembro de 2019. Foto 2 – Valéria Picanço levantamento de campo em julho de 2019. Foto 3 – Marcos André, roteiro Geo-Turístico – UFPA – Roteiro “Pelo bairro do Reduto”, 2016

Esse pensamento de mudanças de estilos na arquitetura é muito comum em áreas com interesse na preservação, já que se sabe que a população não passa por uma educação patrimonial, então, junto com a legislação preservacionista, deveria vir a obrigatoriedade da educação patrimonial, pois enquanto existir uma população com o capital cultural baixo nessa área de preservação de bens, pouco poderá ser feito para a melhoria dos bens históricos e culturais urbanos e arquitetônicos.

Na fala de todos os entrevistados, fica claro que, sempre que se fala no Reduto, o que vem ao imaginário é o Baixo Reduto, foi muito repetida a fala que o Alto Reduto não tem feições do bairro do Reduto, que essa área do bairro parece com o Umarizal e Nazaré, que é difícil visualmente separar essa área do Reduto com os dois outros bairros.

O professor Aurélio Picanço relatou o seguinte:

[...] quando se fala no Reduto, vem a ideia de bairro industrial com casas antigas, ruas finas, sem arborização devido as calçadas muito pequenas, me vem um sentimento de insegurança, travestis e drogas. Morei muitos anos na 28 de Setembro, de frente para o imperador das máquinas. É isso que penso de primeira, aí paro penso e vejo que não é só isso, começo a ver a parte com prédios, o canal do Reduto e o canal da Doca, tudo muito diferente. aí lembro do Hospital da Unimed, da Universidade, tudo diferente de quando morei lá. Temos muitos Redutos dentro de um mesmo bairro, olha que é um bairro pequeno [...]

A arquiteta da COHAB 1 (2019) destacou que

[...] a minha percepção do Reduto realmente é do Baixo Reduto, quando já começa aí um pouco, já começa a melhorar as casas, os meus filhos estudaram muito tempo no Peteleco, que é Reduto. Pois é, então tinha um certo cuidado mas era uma área já ok, porque aí tu estava na confluência com o bairro de Nazaré ali. Já é um perfil mais parecido com o Umarizal né. É. Já me falaram muito assim, o Alto Reduto, Umarizal e Nazaré, ali já é como se fosse uma coisa só, agora o Baixo Reduto acaba sendo algo muito diferente das outras realidades. [...]

Como dito pela Pesquisadora 1 “[...] só fiz atravessar a Doca, parece que eu estou lá ainda. É a mesma área mais ou menos [...]”.

A Sra. Ondina Picanço, também disse isto:

[...] meus filhos me tiraram da minha casa do Reduto por causa da insegurança do bairro, mudei para Batista Campos, Reduto lá no Alto e São Braz aí me trouxeram para o Umarizal, no início não gostei queria a minha casa de volta, mas hoje vejo que foi melhor, é mais seguro, que bom, aqui me sinto segura e é como se eu estivesse no meu Reduto, pois olho na minha janela vejo a minha antiga casa, que foi do meu pai, a casa dos meus amigos, na verdade Reduto e Umarizal para mim deveria ser um bairro só [...].

A Arquiteta 2 da COHAB relata que

[...] a parte mais alta do Reduto, lá no final da Doca, perto do Supermercado Líder, você tem a junção de 3 bairros (Reduto, Nazaré e Umarizal), onde na verdade você não vê diferença, somente o mapa para demarcar, pois tudo está igual urbanisticamente falando [...].

A área II e a área III (Baixo Reduto) se apresentavam de uma forma urbana muito parecida, não houve grandes mudanças nas feições urbanísticas (ruas, calçadas, áreas verdes, etc.) e nem na população que ali morava, até um momento próximo, essas áreas poderiam ser analisadas da mesma forma. Analisando o Mapa 7 e a Figura 61, percebe-se que no Baixo Reduto, no período de 1977 e 1997, pouco se alteraram os usos. A partir dos mapas de 2005 e de 2006, pode-se perceber as mudanças nas áreas de indústrias, já que elas passaram a ter um novo uso, comércio e serviço, contudo continuam no setor de vendas e não aparecem usos habitacionais, as moradias continuam sem alterações em relação ao seu uso. No mapa de 2016, comparado com os de 2013, 2005 e 2006, não foram encontradas tantas mudanças de usos que possam dar uma diferença no cotidiano do bairro, mesmo com a edificação do Shopping Boulevard Belém, embora tenha aumentado o fluxo de pessoas no Bairro, contudo, somente como passagem, não tendo uma alteração significativa nos usos.

A Área III – Área de Inércia, poligonal vermelha, foi delimitada com base no processo de inércia percebida nessa área, pois não foram vistas mudanças de formas e nem de conteúdo (CORRÊA R., 1989). Analisando os mapas desde 1977 até 2019 e pelo levantamento de campo, não foram percebidas mudanças que possam realmente ter alterado essa área em relação aos processos urbanos, não houve mudanças nas área de habitação, pois elas permanecem quase que inalteradas em relação ao seu uso e às características arquitetônicas. Na pesquisa de campo, não foram encontradas habitações com uma arquitetura em estilo diferente da época de sua consolidação como um bairro e nem mudanças de fachadas que possam alterar a paisagem urbana. Ruas, calçadas e vilas permanecem inalteradas. Os usos nos lotes de comércio e serviços migram entre si, contudo não se transformam em habitação.

Em relação às vilas habitacionais internas à quadra, todas as que foram encontradas no bairro do Reduto passaram a ter grades em suas entradas com o intuito de ter o controle de entrada de pessoas em prol da segurança.

Fotografia 20 – Mosaico de fotos das Vilas que privatizaram o espaço público



Fonte: Fotografia de Valéria Picanço no dia do roteiro Geo-Turístico – UFPA – Roteiro “Pelo bairro do Reduto”, em 1º de dezembro de 2019

Recentemente vem surgindo transformações no Baixo Reduto, mas principalmente na Área II – Área de revitalização, poligonal azul, na qual foi percebida a maior parte das transformações que essa área vem passando nos últimos anos.

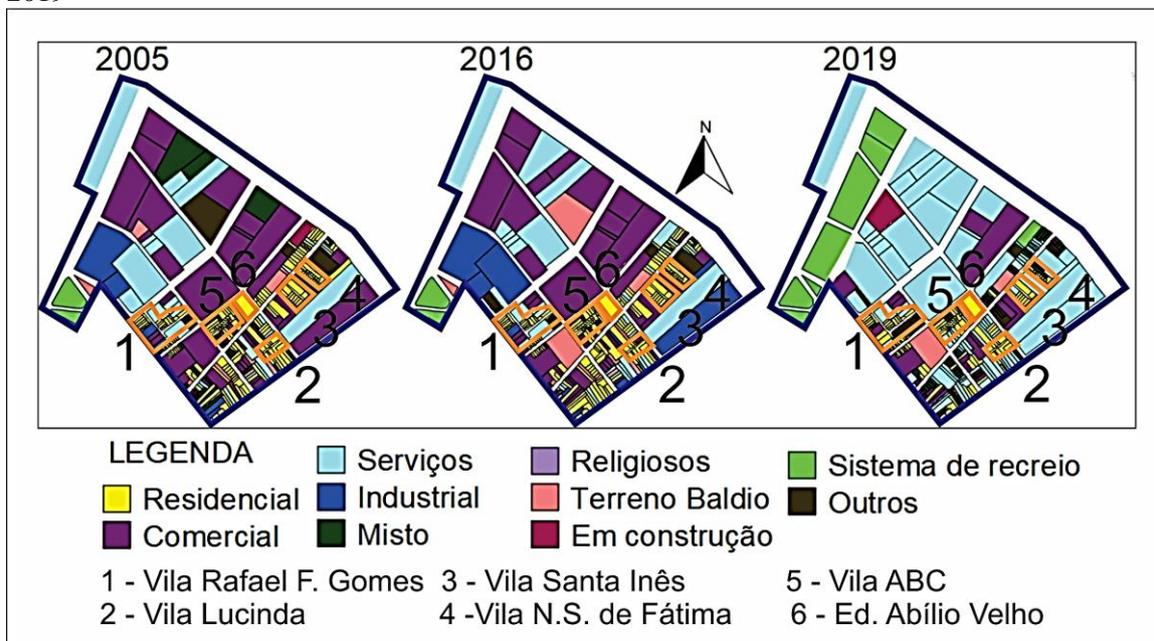
Percebe-se que nessa área está surgindo um polo de comércio, serviço e lazer, para atender à demanda da classe média que vem se instalando no centro de Belém, principalmente no Umarizal, Nazaré e no Alto Reduto (Área I). A população possui um poder aquisitivo dentro do que se pode classificar de classe média.

Analisando a Figura 62, é notório perceber as mudanças de uso dessa área, o uso habitacional sai para dar entrada a um comércio e serviço. A Sra. Maria do Carmo Haick (2020) relatou

[...] meu comércio é antigo aqui, vejo que essa área do Reduto está mudando, sempre vendi para todas as classes sociais, mas minha clientela

hoje são pessoas de uma classe média, as pessoas que circulam no mercado daqui hoje mudou, estão surgindo comércios para atender a classe média.

Figura 62 – Figuras do mapa da Área II do baixo Reduto com o uso do solo nos anos de 2005, 2016 e 2019



Fonte: 2005 e 2016 dados da CODEN (2019) – Pesquisa de Campo: julho de 2019 – Mapa-base da CODEN em DWG (AutoCad)

O Baixo Reduto sempre foi uma área mais industrial do que habitacional, suas antigas vilas dos funcionários das indústrias resistiram ao tempo, junto com o prédio do Ed. Abílio Velho – habite-se ano de 1980 – Trindade Júnior (1997) – e são elas que demarcam as principais áreas habitacionais sem mudança do uso habitacional para o comércio e serviço. Várias vilas de casas semelhantes mudaram seu uso, um exemplo é a que fica na Rua 28 de Setembro em frente à Vila Santa Inês.

Fotografia 21 – Fotos da vila de casas semelhantes com mudança de uso



Fonte: Fotografia de Valéria Picanço no dia do roteiro Geo-Turístico – UFPA – Roteiro “Pelo bairro do Reduto”, em 1º de dezembro de 2019

As casas se encontram descaracterizadas e quase todas pertencem a uma mesma proprietária. Todas esses imóveis eram residenciais, hoje na esquina, há um restaurante, a edificação que fica ao lado desta casa da esquina pela Avenida Quintino Bocaiuva era a residência da Sra. Simone Abrahão (que foi entrevistada) e hoje está alugada para servir à cozinha do restaurante da Esquina. Pela Rua 28, a casa ao lado possui uso misto (residencial e serviço), subseqüentemente uma que pertence à Sra. Maria do Carmo Haick que foi toda reformada. Sra. Maria do Carmo Haick relatou o seguinte:

Olha, eu tenho uma casa aqui que só tu vendo, eu fiz um patrimônio histórico, eu podia ter feito ela derrubado lá dentro mesmo, mas eu quis fazer como ela era. Até o meu genro que ficava aí, tá desalugada, até aluguei, que ele sempre faz bazar aí pra igreja [...] Aí essa aqui, quando eu comprei a primeira casa aqui, da Dona Ondina (vindo pela Rua 28 de Setembro é a primeira casa da vila) aí já tá descartada, não é mais patrimônio histórico, esta outra também que eu quero comprar mas são 8 herdeiros (a casa verde) [...] Quando eu comprei essa aqui, essa outra (casa bege com o vidro preto), ela não era mais patrimônio histórico, estava toda derrubada. Quando eu comprei a outra, ainda era patrimônio histórico, [...]. E a outra também já não era patrimônio histórico, alugada pra essa outra moça (casa de uso misto). A esquina (restaurante) já é patrimônio histórico, eu nem quis comprar a da esquina.

Quase todas as casas servem de depósito para o comércio da Sra. Maria do Carmo Haick (2020), que disse isto:

[...] eu acho que aqui não vai ter mais moradia assim não, ali tem a Benjamin, ainda tem gente que mora lá na Benjamin, tem umas casas antigas [...] mas aqui nesse pedaço eu acho que não, só mesmo nessas vilas, a Santa Inês e a N. S. de Fátima, o restante será comércio e serviço.

Na fala de todos os entrevistados é relatado que essa área do Reduto com o passar do tempo não terá mais habitação, talvez ficando somente as vilas com ruas internas às quadras e o prédio com remanescente do uso habitacional nessa área.

A Secretaria de habitação do município de Belém (SEHAB) tem como principais funções, a elaboração e a implantação dos projetos de obras físicas, como a construção de moradias. O Engenheiro da SEHAB (2019) destaca que:

Nós só temos aqui alguns projetos de urbanização com intervenção habitacional, a gente só entra quando tem habitação [...] o mais perto do Reduto que temos é a Vila da Barca no Telégrafo[...] Olha, nós já participamos de reuniões com a Fumbel, que a Fumbel fez até uns projetos de reocupação, nem tanto do Reduto, mas principalmente de desenvolver um projeto de reocupação em áreas no comércio, naquela 15 de novembro, na Leão. [...] Só que eles encontraram muita dificuldade porque são projetos de intervenção em casas antigas, eles se tornam muito caros e também de manutenção elevada, custo elevado de manutenção. Então a intenção era

ocupar ali com o pessoal que trabalha no comércio que moraria à noite, à noite ali é morto. Então o comércio funciona de manhã, de dia com a movimentação e à noite não tem ninguém. Chegaram a fazer, inclusive, um único prédio no comércio que era o prédio que estava na Justo Chermont... a gente até entrou no final, mas na verdade não foi nem a gente que fez, foi a própria Caixa Econômica [...]. Na época eles estavam com dificuldades de concluir esse projeto, a prefeitura entrou, se eu não me engano, fez lá uma intervenção, tava faltando no elevador se eu não me engano, e aí ficou como responsável pra encaminhar, selecionar as pessoas, que foi aquele prédio na Campos Salles. [...]

Os projetos da SEHAB, conforme diz o engenheiro, não ficam no centro de Belém,

Porque é muito caro. O lote, o terreno, são caros. Eu acho que ali seriam várias coisas juntas. Primeiro, custo do terreno altíssimo, que torna inviável. Segundo, eu acho que a maioria daqueles prédios são tombados pelo patrimônio histórico. Terceiro, uma lei que foi na época do prefeito Edmilson, que é o entorno do centro histórico, ele limita o gabarito. 7 metros. Isso, torna-se inviável. Uma das coisas que viabilizou foi a permissão de construir térreo habitável, mais três pavimentos sem elevador. Térreo mais três. Tanto que os nossos prédios, do Minha Casa, Minha Vida, todos foram térreo mais três. [...] a prefeitura, ela tem só o foco da habitação de interesse social, a faixa 2 e 3 são de mercado. O mercado fica livre, a prefeitura não entra. [...] acabou que se torna inviável. Na verdade, se você fizer como empresário, até como morador na ponta do lápis, a conta não fecha, a conta fica aberta pra quem vai morar. Na prática ele vai sentindo que não tem condições e vai embora. Tem que se chegar num ponto de tornar viável, ainda tá longe disso. E agora sem dinheiro mais difícil ainda.

Quando questionado se o centro de Belém não seria um local bom para ter habitações de interesse social, o engenheiro da SEHAB (2020) diz que

Seria, o ideal, na minha visão, não é segregar, muita gente diz assim “não, aquela área ali”, por exemplo, tem gente que tem a visão de que aquela área lá da estrada nova que foi aberta, é só pra habitação de interesse social e eu acho que não. Tem que misturar, tem que ser com interesse social, classe média, classe mais baixa. Por quê? A convivência natural vai surgir ali e de repente aquelas pessoas que tem o poder aquisitivo maior, vão dar mais emprego para as pessoas de lá mesmo, entendeu? Nem que seja emprego de empregada doméstica, lavadora de roupa e tal e tal, mas eles acabam dando emprego. Eles acabam se integrando, o que é normal em qualquer cidade. A partir do momento que você segrega, você acaba transformando ali como se fosse uns guetos, né. E que as pessoas ali só têm pobre ou então transforma ali numa espécie de condomínio fechado, acho que nem um outro, o certo é a mescla.

A Arquiteta 1 da COHAB destaca que

Hoje, o trabalho da COHAB em relação à habitação tá muito voltado aos projetos do PAC, que foi iniciado lá em 2007, 2008 e é uma realidade que não é só do estado, é uma realidade do Brasil inteiro com esses projetos que ainda não finalizaram.

Arquiteta 1 da COHAB acredita ser viável a mescla social, contudo, ela pensa ser necessário levar em consideração outros itens: segundo ela, aquela área do Reduto deve ser ocupada por todas as classes, contudo, o que se vê é a ocupação da classe média no bairro.

Eu não vejo nessa questão social, eu particularmente acho que ia ser benéfico, eu não vejo muitos problemas. A questão é que, quando a gente vai pra vida prática a gente vê algumas mudanças. Por exemplo, quando você vai numa padaria de periferia comprar um pão é um preço, você vai numa panificadora no Umarizal comprar pão, já é um preço diferente. Então eu acho que o custo de vida pra eles acabaria sendo um pouco mais elevado, e aí entra uma grande discussão, talvez eles não conseguissem se manter. Outra questão é que eu não sei no teu estudo o que tu tá trabalhando como baixa renda, porque pela legislação, a baixa renda tem que ser definida pelo município e aqui em Belém a gente não tem um decreto que diga o que é ser baixa renda, se são dois salários, se são cinco. Então a gente vê políticas públicas pra cinco salários, outras políticas pra três salários. Então isso é um pouco conflitante porque quando a gente vê família com um salário, é um pouco diferente de uma família com cinco salários. Então tem todas essas questões envolvidas, mas eu acho que essa mescla é importante pro desenvolvimento da cidade.

Para a Arquiteta 2 da COHAB (2020)

A COHAB é o órgão executor da política habitacional do governo do estado. A política habitacional, hoje em dia, ela tem um desenho que estabelece bem quais são as atribuições do governo federal, que é a instância que define, coordena a política habitacional. E estabelece bem quais são as atribuições do município, que é o principal executor da política habitacional. E deixa pros governos estaduais uma coisa um pouco aberta, então não é bem definido. Mas no estado do Pará, pelo fato de que a maioria dos nossos municípios tem pouca capacidade administrativa de atuação, acaba que no Pará a COHAB é o principal órgão, é o órgão importante da política habitacional. Então nos últimos anos não tivemos políticas específicas relacionada à habitação no centro. Nos últimos anos, o principal programa habitacional que tem se desenvolvido no Brasil é o Minha Casa, Minha Vida. E o Minha Casa, Minha Vida tem o desenho de produzir novas habitações. Por conta disso, principalmente por causa dos custos, o Minha Casa, Minha Vida acaba acontecendo em áreas mais distantes do centro por causa dos custos dos terrenos. Então eu acredito que muito por conta disso o centro de Belém, onde os terrenos são, geralmente, muito valorizados, o custo é maior, isso é uma coisa que dificulta a atuação nessa área mais central, inclusive o Reduto.

Sobre a existência de projetos de habitação para o Reduto, a Arquiteta 2 da COHAB (2020) disse que

[...] não exatamente para o Reduto, mas há alguns anos atrás, início da década de 2000, final da década de 1990, a COHAB chegou a fazer vários estudos para habitação na área central. Nessa época tinha o movimento do próprio governo do estado e da prefeitura de valorização daquela área central ali, não sei se você lembra, teve isso lá. Década de 1990 a gente teve aquele projeto Feliz Lusitânia, a gente teve a Estação das Docas, a gente tinha uma série de projetos em andamento pelo governo do estado e pela prefeitura de

Belém de valorização daquele centro. Por conta disso, a COHAB tinha estudos no sentido de tentar viabilizar habitação no centro histórico. Inclusive por vários anos essa era uma ação que constava no plano plurianual do governo (PPAs) do estado na área de habitação, vários anos. Alguns PPAs atrás essa era uma ação que constava, habitação no Centro Histórico de Belém. [...] Depois de 2003, já com a instituição do Ministério das Cidades, a política se voltou mais pra área de assentamentos precários e depois Minha Casa[...] É um bairro muito central. A gente... A COHAB, vou te falar como quem trabalha há 14 anos com política habitacional, sempre vou ter um viés nesse sentido. É um bairro muito central. Hoje um dos principais problemas que se discute na política habitacional é o quanto tem sido pesado mesmo pra população morar distante, porque as pessoas precisam estar enfrentando o fluxo de ir pro trabalho e voltar pra casa, uma hora, uma hora e meia, duas horas. Então morar no centro é uma bandeira, um desejo, uma política habitacional, nesse sentido, o Reduto é muito central, tem infraestrutura, é perto dos serviços. Ele seria interessante. O quê que acontece nas políticas habitacionais? Sempre são os recursos, então pra um projeto habitacional no centro, ainda mais em uma área em que ainda tem muitas edificações históricas e que, provavelmente, se a gente fosse como órgão público tá atuando, não podia deixar esse lado. Acontece que o valor é muito maior porque além de tá tendo que entrar com recurso pra habitação, você vai ter que, provavelmente... Das duas uma, se não for uma edificação histórica, é um terreno valorizado, então sempre vai ter um custo a mais de produzir habitação no centro do que produzir fora do centro. Então eu acho que ele tem vocação, agora ele tem desafios porque é uma área central, que fica valorizada. Por outro lado, é uma área que dependendo das ruas, à noite fica muito soturno, tem histórico de violência. Aí falando como cidadã, meu pai mora lá perto e ele costuma caminhar por ali, ele gosta muito de caminhar assim vai lá pro centro e, por inúmeras vezes, ele relata de tá passando por ali pelo Reduto e ter pessoas em situação delicada, consumindo droga. Então tem uma situação de que a gente precisa escolher bem, a gente fala do Reduto, fala de um bairro né, mas algumas áreas a gente teria que ter cuidado, também desse ponto de vista de não colocar habitação num lugar que fique ruim pra quem vá. É um contexto, acho que ele tem vocação pra essas coisas todas, pra habitação, pro comércio tudo. Agora pro comércio tem a questão também do estacionamento, tem outras questões. As ruas são estreitas.

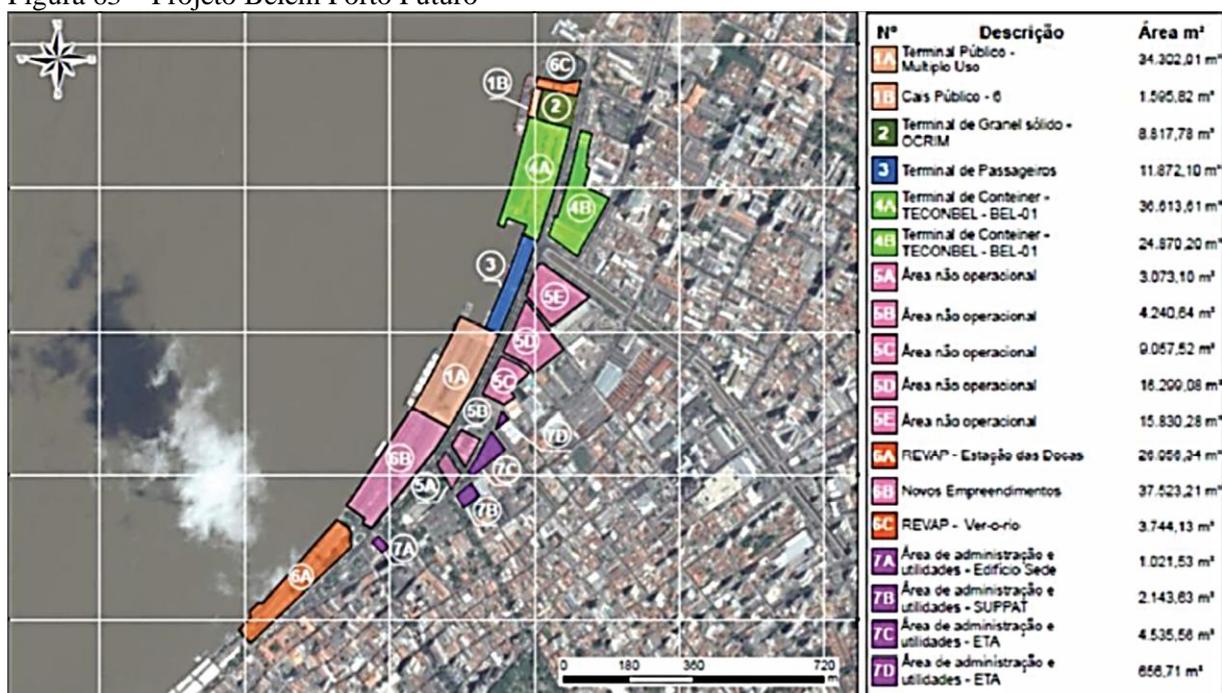
A Arquiteta 2 da COHAB tinha os avós que moravam lá, ela relatou que lembrava que ali era uma área bem residencial, depois a tipologia das edificações mudou

lembro da construção de vários prédios, hoje você vê as habitações nesses prédios, as casa quase todas estão se transformando em comércio. Eu acho que nesse miolo que a gente tá falando, perto da casa do vovô (, que tá muito. Indo pra baixo, eu tenho a impressão que agora que tá chegando lá universidades, grandes academias. Mas por um bom tempo aquela área lá mais pro Baixo, ficou muito abandonada por muito tempo. [...] Meus avós deixaram de morar lá no início da década 2000, de lá pra cá eu acho que deu uma turbinada nessa mudança. Eu acho que foi por aí mais ou menos, por ter vindo o shopping e tal [...]. Então daí em diante, acho que deu um salto ali de ter ficado [...]. Das moradias, era muitas moradias de famílias que já moravam lá há anos, décadas, como a família do meu você. [...]. Mas hoje é proibido verticalizar, lá são 7 metros. Mas o que vai acontecer, outro tipo de gentrificação que é universidades, grandes serviços como aquela academia

de alta classe que tem lá. Então tipo, outras formas de gentrificação vão chegar, talvez não pela moradia verticalizada. Recentemente, essa semana foi inaugurado um empreendimento do governo do estado. [...].

Uma área do Baixo Reduto está passando por uma revitalização urbana para receber o parque urbano do Belém Porto Futuro, um empreendimento do governo do Estado do Pará. O projeto Belém Porto Futuro pretende revitalizar a área portuária do centro de Belém, o que acontece hoje no Reduto é a execução da primeira fase.

Figura 63 – Projeto Belém Porto Futuro



Fonte: Site do Ministério da Infraestrutura, disponível em: <https://infraestrutura.gov.br/estudos-e-pesquisas/90-portos-p%C3%A1gina-inicial/5495-projeto-de-revitaliza%C3%A7%C3%A3o-bel%C3%A9m-porto-futuro.html>

Para a execução da primeira fase do Projeto houvesse a necessidade da área passar por mudanças urbanísticas, entre algumas mudanças tem-se a abertura da Rua Belém.

Figura 64 – A área do Reduto que está passando por intervenções



Fonte: Elaborada pela autora com auxílio do Google Earth

Figura 65 – Imagem do Belém Porto Futuro em janeiro de 2020



Fonte: Foto de Kleberson Santos/Ag. Pará

Foi questionado, por meio do QPD, se o Belém Porto Futuro mudaria a dinâmica do bairro, como resposta se obteve que os moradores (64,4%) e os ex-moradores (69,2%) acreditam que terá uma mudança sim no bairro do Reduto. Quando questionado se o Parque urbano irá incentivar a moradia, os moradores (71,4%) e os ex-moradores (76,9%) relatam que não. Caso o Projeto Belém Porto Futuro incentive moradias, para qual classe social você acha que o mercado imobiliário vai priorizar? E qual classe social você gostaria que o mercado imobiliário priorizasse?

Tabela 17 – Classe social que o mercado imobiliário deveria priorizar

Morador		Ex-morador	
Vai priorizar	Gostaria que priorizasse	Vai priorizar	Gostaria que priorizasse

<b>Classe alta</b>	11,5%	-	21,4%	7,1%
<b>Classe média</b>	61,5%	80,8%	78,6%	85,7%
<b>Classe baixa</b>	26,9%	19,2%	-	7,1%

Fonte: Dados da Pesquisa virtual, plataforma Google Forms e WhatsApp

Para os respondentes, a classe média seria a classe social priorizada para residir próximo ao parque urbano. Os corretores imobiliários concordam com esse pensamento. O Corretor de imóvel 1 (2019) aponta que

[...] a área que está envolta do projeto deveria ser para um classe média a alta devido à localização na beira da Bahia e do lado do Umarizal, mas aquela área não receberá mais habitação, as moradias ficaram longe desse área.

O Corretor de imóvel 2 (2019) diz então que

[...] o baixo Reduto está deixando de ser uma área de residências, a busca maior seria para imóveis para atender um comércio ou serviço, mas se fosse ter habitação, como você chama, seria para uma classe média para alta, pessoas da classe baixa não conseguiriam morar lá.

O Corretor de imóvel 3 (2020), alega o seguinte:

[...] meus clientes tem buscado o Reduto para a moradia, mas não na área próxima do Porto, mas sim nos prédios, não vislumbro habitação naquela área do Projeto do Porto, mas caso tivesse, como pura suposição seria para o mesmo padrão que tem no Umarizal, classe média para alta.

A Pesquisadora 2 (2019), em relação ao Belém Porto Futuro, afirma:

[...] Pois é, a ideia do Porto Futuro, por exemplo, já abriu aquela rua, abriu aquela praça mas ninguém frequenta ali. Então ali é uma incógnita, porque você não tem essa prática cultural de usar esses espaços. Então realmente o Porto Futuro é uma incógnita, o quê que ela vai transformar realmente pro bairro. [...] É, se vai transformar. [...]

A Sra. Simone Abrahão (2020) aponta que “[...] o Belém Porto Futuro não vai mexer na habitação, se algo acontecer, será para comércio, serviço, restaurantes, barraquinhas de comida, mas não habitação”.

Já a Arquiteta 2 da COHAB (2020)

[...] É, por ter aberto aquela rua. Eu acho que aquela região do Baixo Reduto, o final ali, vai sentir uma modificação. Talvez não residencial, talvez de serviços, pelo fato de que aquele final da Doca já tá tendo aquela característica ali. Acabou de surgir, tem um grande prédio que é alguma coisa hospitalar ali no canto, aí no meio tem um grande prédio de escritórios. Com a abertura daquilo ali, eu acho que ele tá sofrendo, ele tá justamente vivendo essa transformação. E eu acho que o que vinha acontecendo só de cima, da direção Nazaré ali, vai começar a vir dali agora, mas com outra característica. De serviços. Faculdades, academia, restaurante, nesse outro sentido. [...]

Construtora 1 (2019) ressalta que “[...] aquele projeto foi imposto pelo governo, não sei se a população vai usar, não foi perguntado se queria aquele projeto, foram lá e colocaram, não há uma identidade desse uso, para essa área, não sei se vai vingar”

A Pesquisadora 1 (2019) destaca que

[...] Agora tem essa mexida mais recente do projeto do Porto Futuro que pode ser uma esperança e pode ser uma ameaça, é uma coisa que vai pôr o bairro do Reduto no olho do furacão, porque com certeza é uma área central pra valorização imobiliária e a tendência é querer levantar prédio aqui. Mudar eu não sei, mas que vai ameaçar. [...] Eu vejo como um ponto de interrogação, de uma coisa que pode ser boa ou não, quer dizer, pode ser boa, depende do olhar. Pode ser boa pra dar utilidade, mas podia ter tantas formas de utilidade. Eles estão num espaço enorme de paisagem [...] porque valoriza ao mesmo tempo que expõe, oferece ao mercado as áreas. [...]

Foi questionado também qual dos grandes projetos executados pelo Governo influenciam na dinâmica do bairro do Reduto. O Reduto fica a uma distância próxima de dois grandes projetos executados no início do século XIX, a Estação das Docas e o Ver-o-Rio e Estação das Docas, que são projetos *waterfront*. Pois são projetos públicos pontuais em áreas distintas do centro de Belém que buscam a visão para a Bahia do Guajará com o propósito de gerar valorização patrimonial, utilizando a paisagem como um apelo dentro da lógica do consumo de lugar e de lugar de consumo.

Figura 66 – Localização do Reduto em relação à Estação das Docas e o Ver-o-Rio



Fonte: Elaborado pela autora com auxílio do Google Earth

Os moradores do Reduto, 92,9%, acreditam que é a Estação das Docas influencia na dinâmica do bairro e 7,1% acham que é o Ver-o-Rio; dos entrevistados não moradores, 60,9% acham que é a Estação das Docas e 39,1% acreditam ser o Ver-o-Rio.

A Pesquisadora 2 (2019) acredita que os dois projetos não influenciam no Reduto, pois estão em bairros distintos e suas funções não afetam o bairro. A Pesquisadora 1 (2019) disse o seguinte sobre o assunto: “[...] os dois não são mais Reduto, então não têm influência no bairro”. A Pesquisadora 3 (2020) tem esta opinião: “[...] não sei se influencia entre os dois a estação, mas, se for, é uma influência muito pequena”. O professor Aurélio Picanço (2019) diz isto: “[...] lembro quando começaram as obras da estação das Docas, ouvia-se falar do progresso e dos benefícios que trariam para a região, mudou pouco aquela área e nada em relação ao Reduto. O Ver-o-Rio não influencia em nada, é muito diferente do Reduto”.

Em relação à moradia do bairro do Reduto como um todo, conforme aponta o Censo Demográfico do IBGE (2000), o Reduto possuía 1.863 domicílios particulares permanentes<sup>117</sup>; com uma população de 6.998 pessoas. De acordo com o Censo Demográfico do IBGE (2010), o Reduto contava com 1.937 domicílios particulares permanentes; em relação aos moradores nesses domicílios, há um quantitativo de 6.336 moradores (IBGE, 2010). Em 10 anos, o número de domicílios aumentou, em contrapartida, o número de habitantes diminuiu. Leva-se em consideração que esses dados são dos censos de 2000 e 2010 e que, após esse período, o bairro passou por várias mudanças de uso e ocupação do solo, diminuindo o número de habitações, conforme foi visto nos mapas apresentados. Contudo, é interesse apresentar esses dados, pois acredita-se que a maioria da população do Alto Reduto e do Baixo Reduto (Área III) não sofreu tantas mudanças.

A Tabela 18 demonstra os tipos de moradias (casa, apartamento etc.) por valor de rendimento nominal mensal familiar.

Tabela 18 – Tipo de moradia por renda no Reduto

Classe Social	Ano	Total de domicílio	Casa Casa de Vila	Apartamento	Cômodo ou cortiços
<b>Classe A</b> acima de 20 SM	2000	556	99	457	
	2010	509	67	442	
<b>Classe B</b>	2000	516	149	367	

<sup>117</sup> Domicílio particular permanente – É o domicílio construído para servir exclusivamente à habitação e que, na data de referência, tinha a finalidade de servir de moradia a uma ou mais pessoas (GLOSSÁRIO IBGE, 2010).

de 10 a 20 SM	2010	532	127	404	1
<b>Classe C</b> de 5 a 10 SM	2000	397	194	201	2
	2010	459	172	287	
<b>Classe D</b> de 2 a 5 SM	2000	229	142	78	9
	2010	258	139	118	1
<b>Classe E</b> até 2 SM	2000	119	93	24	2
	2010	109	68	40	1
<b>Sem rendimento</b>	2000	46	25	21	
	2010	70	37	33	

Fonte: Dados do IBGE (2000; 2010)

A grande parcela da população residente no Reduto possui moradia própria, 1.286 domicílios (66%); 86 domicílios (5%) estão em processo de aquisição permanente. O Gráfico 16 demonstra a condição de ocupação domiciliar no Reduto e o Gráfico 17 mostra a tipologia de moradia dos habitantes do Reduto.

Gráfico 16 – Domicílios particulares permanentes por condição de ocupação do domicílio



Fonte: Dados do IBGE (2010)

Gráfico 17 – Domicílios particulares permanentes por tipo



Fonte: Dados do IBGE (2010)

Conforme mostra o Censo do IBGE (2010), o número de imóveis do tipo apartamento é de 68,50%; o de casas é de 30,30%; o de Vilas é de 1,20%. É interessante analisar que essas vilas, quase todas, estão na Área III.

Com os dados QPD, percebe-se que, entre os respondentes, 64,3% residem em apartamentos e 35,7% moram em casas. E em relação à condição de ocupação, 78,6% residem em imóveis próprios e 21,4% vivem em imóveis alugados.

A população do Reduto, em sua maioria, possui residência própria na tipologia apartamento, ou seja, maior parcela das habitações, e, como demonstrado nos mapas realmente, eles estão no Alto Reduto.

## 5.6 O Entendimento da População Sobre o Morar no Entorno de um Bem Tombado

Apresentou-se o discurso emitido pelos órgãos, em suas três esferas, de proteção. Os órgãos patrimoniais em suas três esferas concordam que o tombamento do CHB era necessário para proteger a paisagem de Belém de outra hora, salvaguardar a memória urbana da criação e da expansão da cidade e que o Reduto fazer parte desse entorno é fundamental para a proteção da história do bairro que está ligada à história da expansão de Belém.

Aqui serão apresentadas as falas dos outros agentes entrevistados para que fiquem claros os diferentes entendimentos acerca da preservação patrimonial no Reduto. Posteriormente, serão destacados o entendimento e o interesse no morar no bairro do Reduto. Esse tópico ajudará a entender se a questão patrimonial pode ser uma das causas dos

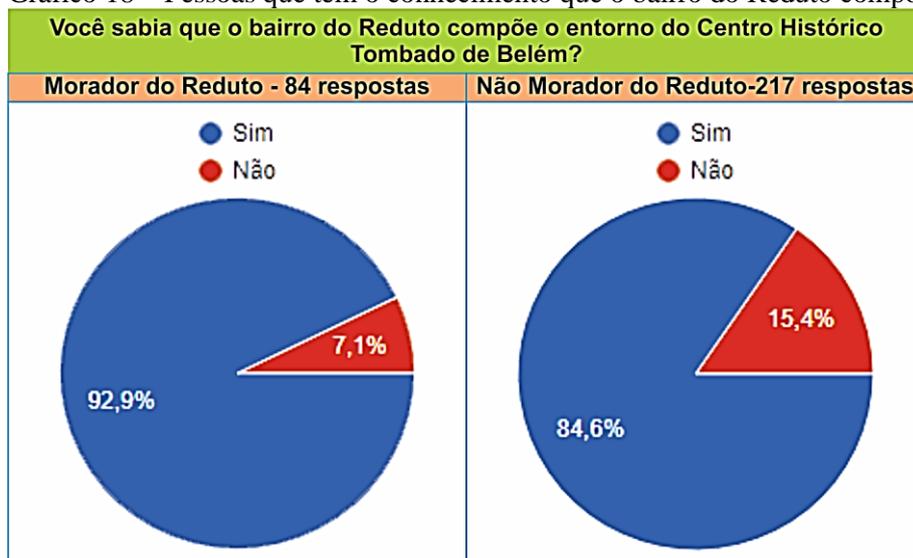
processos urbanos encontrados no Reduto, além disso servirá para compreender a relação dos moradores, dos ex-moradores e da população de Belém no morar no Reduto.

É importante apresentar os relatos dos agentes que também são responsáveis por preservar, divulgar e fiscalizar. Na hipótese de que a classe média não tem interesse em morar no Reduto, mas sim de frequentá-lo perpassa pelo capital cultural do belenense em não querer morar em centros históricos, pois não é considerado chique, contudo, para mostrar ares mais cultos, eles gostam de frequentar esses lugares culturais.

Foi feita uma pesquisa com questionário via plataforma digital (QPD) para saber o conhecimento da população residente e não residente no Reduto sobre o tombamento conforme descrito na metodologia. Responderam à pesquisa 84 moradores do Reduto e 217 não moradores do Reduto.

Perguntou-se: Você sabia que o bairro do Reduto compõe o entorno do Centro Histórico Tombado de Belém?

Gráfico 18 – Pessoas que têm o conhecimento que o bairro do Reduto compõe o CHB



Fonte: Dados da Pesquisa virtual, plataforma Google Forms e WhatsApp

A população de residentes e de não residentes tem conhecimento de que o bairro do Reduto compõe o entorno do Centro Histórico tombado de Belém. Contudo, nas entrevistas<sup>118</sup>, ficou claro que a população sabe do tombamento, mas imagina que a parte do

<sup>118</sup> Trataremos como entrevistados as pessoas com quem fizemos as entrevistas feitas pessoalmente e como respondentes as pessoas que responderam ao questionário via plataforma digital (QPD)

Baixo Reduto recebe proteção. Os respondentes acreditam que a área do Alto Reduto, por ser verticalizada, não é contemplada com a chancela da preservação. Foi comum durante as entrevistas os moradores falarem da área tombada como se sua moradia não fizesse parte dessa poligonal de proteção.

Também foi perguntado se a legislação específica de proteção do patrimônio histórico interfere na dinâmica do bairro em relação à moradia.

Gráfico 19 – Interferência da proteção legal na dinâmica do morar no bairro do Reduto



Fonte: Dados da Pesquisa virtual, plataforma Google Forms e WhatsApp

De acordo com os respondentes, a maioria dos não moradores acredita que a proteção legal do tombamento interfere na dinâmica do bairro (61,5%). Dos moradores, somente 42,9% acreditam que o tombamento interfere. Nas entrevistas (moradores e não moradores), foi relatado que o tombamento interfere sim na dinâmica, para eles, o tombamento colaborou para a estagnação da paisagem urbana devido ao “engessamento” do gabarito.

O Morador Antigo 1 relatou que:

[...] esse tombamento não deixou construir mais prédios bonitos, eu achei que fosse vender a minha casa para construir um prédio e me darem apartamentos para eu morar e alugar, aqui é caro a terra vale muito, a minha casa no mercado é cara, por ser grande. Não sei se foi o tombamento mais minha casa vale muito dinheiro, não por ela que esta velha mas a terra dela eu sei que vale. Se eu morasse em um prédio alto eu ia ver a água do rio toda hora. Esse negócio de tombamento proibiu a construção de prédios tem agora altura para construir assim né, nenhuma construtora quer construir aqui, a altura é baixa é menor que a minha casa. Fico triste esse tombamento vai matar o nosso bairro, por isso que as pessoas estão saindo indo morar no Umarizal e Nazaré, quem pode vai mesmo, aí vende ou aluga sua casa para

um comércio ou escritório chique, não pense que as pessoas querem morar aqui, não querem mesmo é muito perigoso. Eu não posso ir embora a casa é minha não pago aluguel, minha renda não paga o comércio que está entrando aqui, você viu entrou um restaurante chique ali para baixo, só para carrão na porta, até os travestis saíram daquela esquina e foram para outras. Eu não vou embora daqui porque não posso, mas aqui ficou perigoso e caro para viver. Aqui só mora nós da antiga que vive aqui a mais de 50 anos, o povo novo quer morar ali, oh, nos prédios chiques (aponta para o Umarizal) e não nas casas tombadas antigas e velhas. Eles estão certo eu iria também se pudesse.

O Morador Antigo 2 disse que não sabia da chancela como entorno de bem tombado, segue sua fala:

[...] aqui no bairro tem algumas casas que são patrimônio, esse tombamento é no Comércio e a Cidade Velha, o Ver-o-Peso também é, isso eu sei, lá tem patrimônio, aqui no Reduto só as antigas industrias, lá para baixo, a minha casa não é, tanto que posso fazer o que eu quiser, pinto, mudei o piso e ninguém falou nada. Não vou destruir porque a minha família tem uma história aqui, meu pai tinha um mercadinho no Mercado do Reduto, esse também seria patrimônio, mas pegou fogo e foi destruído. A minha casa não é patrimônio, mas se fosse eu ia gostar, por que ouvi falar que sendo patrimônio eu tenho vantagens, não pago luz, IPTU e ainda teriam que reformar a minha casa. Olha só que bom.! Pensando assim, acho que vou pedir para ela ser patrimônio (risos).

Os três moradores novos residem em prédios no Alto Reduto. Eles relataram que sabiam que havia uma proteção patrimonial, mas acharam que era somente na parte mais Baixa e antiga do Reduto.

[...] Comprei meu apartamento tem 2 anos, na época me informaram que o tombamento era do shopping para baixo, que aqui não era tombado. Eu acreditei, pois nunca vi, nem recebi nada, que me atrapalhasse. [...]Se realmente for entorno de bem tombado, para mim nunca me atrapalhou [...] (MORADOR NOVO 1, 2019)

[...] Quando eu comprei meu apartamento me foi informado que aqui não era área de patrimônio, que o tombamento é da Manoel Barata até o Porto, por causa das fábricas que eram ali, tanto que o Shopping foi construído, sei que esse shopping tem por volta de 7 anos, moro aqui a 5 e quando cheguei tinha pouco tempo de sua inauguração, pelo menos me falara isso, tanto que aqui tem esse apartamento de 1 por andar, ele foi entregue em 1998, eu vi na documentação [...] se aqui fosse patrimônio eu não teria comprado, pois sou de Salvador (BA) sei a dor de cabeça que é morar em área tombada. [...] Escolhi morar aqui para cima no Reduto por, não ser patrimônio, ser mais barato que o Umarizal, eu trabalho bem ali naquele prédio, queria morar perto do trabalho, aqui tenho supermercado, shopping, escola das crianças tudo do lado. (MORADOR NOVO 2, 2019)

[...] Olha, estou aqui a 4 anos, nunca ouvi e nem ouvi nada sobre essa área ser entorno de bem tombado, para mim não faz diferença, pois esse prédio é mais novo, da década de 1990, do que aqueles casarões lá para baixo, ali sim é tombado, isso eu já ouvi, mas esse prédio? Não deve, ou melhor né, não deveria ser. O Umarizal é entorno de patrimônio, também? Pois lá tem prédios dessa época [...] (MORADOR NOVO 3, 2019)

A Sra Luciana Vilão, ex-moradora e proprietária da Marelli materiais elétricos, filha dos fundadores da empresa, residiu no Reduto até se casar. A Sra. Carmelina Dellavalle mora no Reduto há mais de 50 anos, e sua loja também tem mais de 50 anos e foi fundada por ela e pelo esposo.

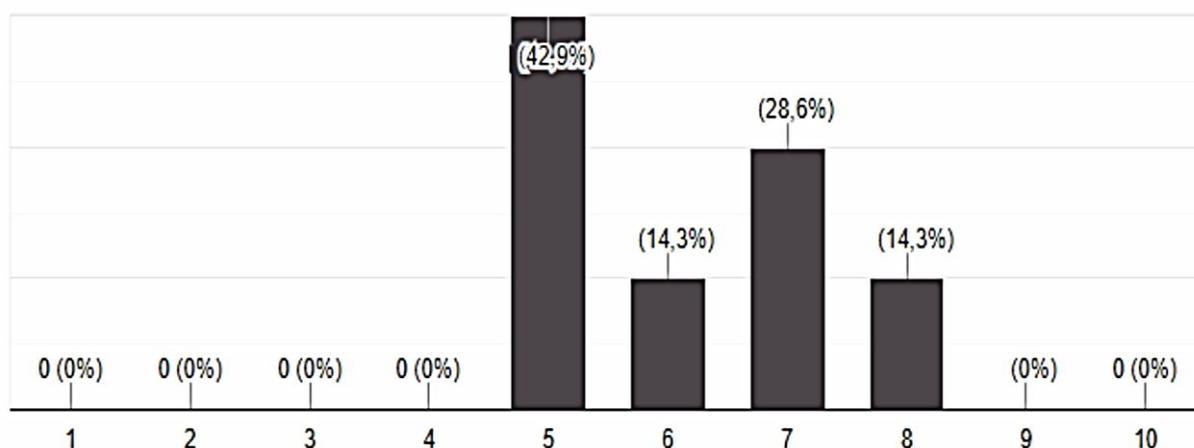
[...] Olha, tem algumas casas que são, mas a minha não é e nem a minha firma. [...] Moro aí em frente [...] aqui defronte. Eu vim, morei na casa do lado, passei uns anos lá, aí meu marido comprou esse terreno. Comprou o terreno e fomos construindo... Estou aqui na 28 desde 1975. Eu casei, morei 4 anos na casa da minha mãe, depois me mudei pra 16 de novembro, passei um ano e meio e vim embora pra cá, pois o Seu Abel, vocês se lembram do Seu Abel? Que era dali da Perseverança. Ele morava aí e era da Perseverança. Aí ele dizia “sua casa tá lhe esperando”, nós estávamos com um ano e meio. O Marcelo, meu esposo, ele tem 87 anos [...] resolveu vir pra cá, e comprou a casa do seu Abel. Aí do lado nós compramos nosso terreno e fomos construindo. Mas nós dois na antiguidade [...]. (SRA. CARMELINA DELLAVALLE, 2020)

[...] Nunca pensamos em vender nossa loja e nem nossos imóveis, amamos essa área do Reduto (Rua 28 de Setembro), nossa loja é aqui e esse prédio do lado é nosso, a minha mãe e meu pai moram aí [...] Nossos imóveis não são tombados [...] Nossa! Eu não sabia que aqui era entorno de bem tombado, há vantagens? Pois sei que tombamento é só desvantagem [...] Não, até porque os nossos imóveis não são antigos. Eu acho que eles devem ser tombados, por exemplo, essa casa aqui ao lado, ela manteve a estrutura da casa porque ela é tombada. **Sua mãe D. Carmelina fala:** Ela é tombada também? A nossa casa? Sei que a da Auriléa e do Antônio é tombada, mas aqui não é. **A Luciana fala:** Por exemplo, essa casa aqui ao lado, eles fizeram lava-jato, mas a frente eles tiveram que manter, e isso por causa do tombamento? Da Unimed aqui atrás também, que eles fizeram estacionamento, aí mantiveram a fachada. Tem que manter a história, né? Mas não pode atrapalhar a nossa vida [...]. (LUCIANA VILÃO, 2020)

Em relação aos moradores e aos ex-moradores gostarem de morar no bairro do Reduto, obteve-se o seguinte: com base nas entrevistas, nenhum dos ex-moradores tem interesse em voltar a morar no Reduto. Sempre que é questionado o motivo de sua mudança, eles apontam a segurança como um dos principais fatores, depois a prostituição e as drogas, como já foi relatado; expõem também que se voltassem a morar no Reduto iriam obrigatoriamente para um apartamento e não para uma casa. As pessoas se mudam para prédios, no mesmo bairro ou em bairros vizinhos, e, com isso acabam alugando ou vendendo seu imóvel, então, o novo uso acaba sendo para a área de comércio e serviço, devido às pessoas não quererem morar em casas na área, porém, querem instalar comércio e serviço.

Nos questionários via plataforma digital (QPD) aplicados aos moradores do Reduto, foi perguntando em forma de escala o quanto o bairro é perigoso para morar.

Gráfico 20 – Nível de segurança do Reduto



Fonte: Dados da Pesquisa virtual, plataforma Google Forms e WhatsApp

Os moradores do Reduto demonstraram que têm medo de morar no Reduto, pois 42,9% consideram o bairro meio perigoso, contudo, 57,1% consideram o bairro mais perigoso do que seguro para residir.

Nos QPDs para os moradores do Reduto, foi indagado se eles teriam interesse em mudar do bairro do Reduto, a resposta foi que 78% não têm interesse em mudar e 21,4%, às vezes, pensam em mudar, porém, não houve resposta positiva para se mudar do bairro. Na entrevista com a Sra. Carmelina Dellavalle, quando foi perguntado se ela queria mudar, ouviu-se o não mais sonoro e a resposta mais incisiva de toda a entrevista: “Não! Daqui eu só saio no meu caixão, minha filha já quis que eu saísse e eu disse que não saio daqui mesmo, só saio daqui para ir para a minha morada eterna.” (SRA. CARMELINA DELLAVALLE 2020).

Quando questionou-se aos moradores pelo QPD se, hipoteticamente, eles tivessem a oportunidade de ter uma moradia igual a sua em outro bairro de Belém, eles se mudariam, a resposta foi que 64,3% não mudariam, 35,7% talvez mudassem e nenhuma resposta para o sinal positivo da mudança. O Morador Antigo 2 (2019) disse “[...] eu gosto é do bairro, aqui faço várias coisas a pé, posso ir ao mercado, comprar pão ali na Bijú, até ir para o Shopping, se eu preciso ir para mais longe uso o “Uber”, rápido chego em qualquer lugar, mesmo com o trânsito louco de Belém”. O Morador Novo 3 (2019) disse: “[...] eu escolhi o bairro pela sua localização, não somente pelo apartamento, há vários apartamentos iguais ao meu ou até melhores em outro lugar de Belém, mas eu queria era morar aqui no Reduto em um apartamento e não em uma casa”.

Foi perguntando, posteriormente, se, hipoteticamente, eles tivessem a oportunidade de ter uma moradia melhor que sua em outro bairro de Belém, eles se mudariam, a resposta foi

que 64,3% não mudariam; 14,3% talvez mudassem e 21,4% assinalaram que mudariam, caso a moradia fosse melhor. Notou-se que 64,3% têm o Reduto como o seu lar, as pessoas têm uma identidade ligada ao bairro e não somente a sua morada, não apenas por causa da parte física da edificação, mas sim pelo acesso do bairro a outras áreas da cidade e por tudo que o bairro pode oferecer. O Morador Antigo 1 (2019) apontou que:

[...] se a casa fosse melhor que a minha eu venderia sim, pois casa aqui no Reduto é muito perigoso, mas se eu vendesse a minha casa como eu falei e comprasse um apartamento, eu não saia daqui mesmo, gosto do bairro, tenho as minhas comadres aqui, já conheço tudo o que tem por aqui.

A Sra. Carmelina Dellavalle (2020) disse que: “[...] não saio daqui nem para ir para um palácio, gosto da minha casa e do bairro, aqui criei a minha vida com o meu esposo e minha família, moro do lado do meu trabalho, daqui só saio para o Recanto da Saudade”. O Morador Novo 3 (2019) alegou que: “[...] eu não compraria um apartamento fora dessa área, eu gosto daqui, mas, se eu ganhasse, eu aceitaria e alugaria”.

Depois questionou-se em relação a morar em uma edificação histórica com uma chancela de tombamento, se eles teriam interesse em morar em um casa que fosse igual a sua internamente, 57,1% não têm interesse em morar em casas históricas, 28,6% deles talvez morassem e 14,3% morariam sim em uma residência tombada.

Quando questionados se essa casa tombada fosse internamente melhor que a sua, obteve-se como resposta que 64,3% não morariam, 14,3% morariam e 21,4% sim teriam interesse em morar. A população do Reduto não tem interesse em residir em casas com interesse à preservação e chanceladas em Belém. Nas entrevistas com os moradores, as respostas seguiram a mesma linha: a de que eles não queriam morar em casa com tombamento, pois é muito complicado e caro, “[...] as casa antigas tombadas têm uma manutenção alta, para gastar muito vou para um apartamento confortável nessa área mesmo” (MORADOR ANTIGO 1, 2019). O interessante é que todos os moradores entrevistados moram em um bairro histórico que é entorno de bem tombado, contudo, as falas sempre demonstram que, quando relatam sobre o habitar em um bem com tombamento, eles não têm interesse no morar, continuamente relatam que a área tombada no Reduto é outra que não inclui a sua residência.

Foi interrogado pelo QPD se eles teriam interesse em morar em habitações históricas em Belém, no Brasil, exceto Belém e na Europa, as resposta obtidas foram estas apresentadas a seguir.

Tabela 19 – Interesse em morar em uma edificação histórica em Belém, Brasil ou Europa dos moradores do reduto

	<b>Sim, tenho interesse em morar em um bem tombado</b>	<b>Não tenho interesse em morar em um bem tombado</b>
<b>Belém</b>	14,3%	85,7%
<b>Brasil</b>	7,1%	92,9%
<b>Europa</b>	71,4%	28,6%

Fonte: Dados da Pesquisa virtual, plataforma Google Forms e WhatsApp

Os respondentes demonstraram que não têm interesse em morar em bens tombados no Brasil, contudo, se fosse na Europa, eles teriam interesse de morar em bens preservados por legislação específica. Os entrevistados seguem na mesma linha de pensamento do Morador Antigo 1 (2019) que disse o seguinte:

[...] aqui em Belém e acho que no Brasil os bem tombados não são cuidados, são caros de moras, não ganhamos nenhum benefício, acabei de saber que minha casa faz parte de área tombada, mas nunca vieram me falar que eu posso pedir desconto no IPTU, [...] já fui na Europa, fiquei em uma casa perto dessa igreja que pegou fogo em Paris a amiga da minha filha mora em um apartamento chique, se tivesse uma casa daquele jeito aqui em Belém ou no Brasil todos iam querer morar, a casa foi toda reformada por dentro [...] patrimônio lá é cuidado aqui é abandonado.

O Morador Novo 2 (2019) disse:

[...] sou de Salvador, sei a importância dos nossos bens históricos, mas não tenho interesse algum em morar em bem tombado em Belém e nem no Brasil. Europa acaba sendo quase que uma obrigação o morar em bem histórico, tombado ou não, pois lá respeitam os prédios e incentivam a moradia, até por que nos centros só tem quase prédio antigo para morar, mas é muito diferente da nossa realidade, morei 2 meses no bairro da La Barceloneta, o bairro gótico, a realidade é totalmente diferente [...].

O Morador Novo 3 (2019) apontou que “[...] na Europa, o antigo e o novo andam sempre juntos, aqui no Brasil parece que uma coisa precisa anular a outra, mas por escolha não moraria nem em outro planeta em uma casa histórica, gosto de tudo moderno”.

Foi feita à população de Belém e aos ex-moradores entrevistados a mesma pergunta anterior: se eles teriam interesse em morar em habitações históricas em Belém, Brasil, exceto Belém e na Europa, foram obtidas as seguintes respostas.

Tabela 20 – Interesse em morar em uma edificação histórica em Belém, Brasil ou Europa da população de Belém e ex-moradores

	<b>Sim, tenho interesse em morar em um bem tombado</b>	<b>Não tenho interesse em morar em um bem tombado</b>
<b>Belém</b>	11,5%	88,4%
<b>Brasil</b>	15,4%	84,6%
<b>Europa</b>	30,8%	69,2%

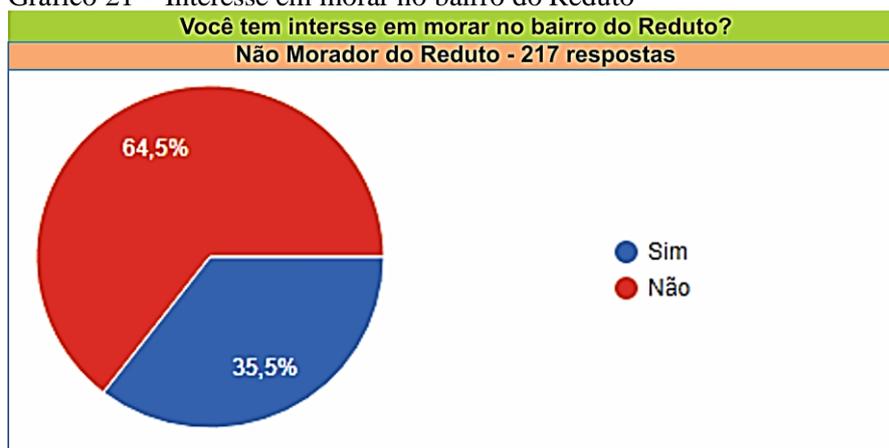
Fonte: Dados da Pesquisa virtual, plataforma Google Forms e WhatsApp

Os respondentes deixaram claro que não têm interesse em morar em bens históricos, independentemente da localização. Nas entrevistas, ouviu-se respostas que seguem as mesmas linhas desse pensamento. A Sra. Simone Abrahão, em relação a morar no Reduto e em um bem histórico, disse isto:

[...] sou uma pessoa que me adapto a tudo, se um dia eu tiver que morar no Reduto, seria em último caso, eu vou morar, mas por livre e espontânea vontade, Não! [...] Eu não gosto, eu gosto de progresso, não de coisas antigas. A partir do momento quando você tem um poder aquisitivo um pouquinho melhor, você começa a experimentar outros horizontes, você viaja, você vai na Europa, você vai nos Estados Unidos. [...] Aí você depara naquilo e diz “Meu Deus, como eu moro num país de terceiro mundo”, onde a gente tá muito aquém de tudo. Então já que eu moro num país de terceiro mundo, deixa eu pensar mais alto. A minha vontade não era nem morar em Belém, eu gosto de Fortaleza. [...] O europeu não tem a alegria que o brasileiro tem, é um povo conservador. Eu, sou uma pessoa extrovertida, gosto de progresso, de alegria. [...] Agora, se tivesse que escolher um local no exterior para morar, nem Portugal, nada, eu queria morar em Orlando. [...] minha irmã, mora próximo ao Colégio Dom Bosco. Prédio, já antigo, [...] À noite você escuta tiro e ali já movimentou mais porque tem a faculdade, que é o Colégio Dom Bosco, já gera mais um movimento, mas é muito perigoso [...].

Foi questionado aos não moradores do Reduto se eles teriam o interesse em morar no Reduto.

Gráfico 21 – Interesse em morar no bairro do Reduto

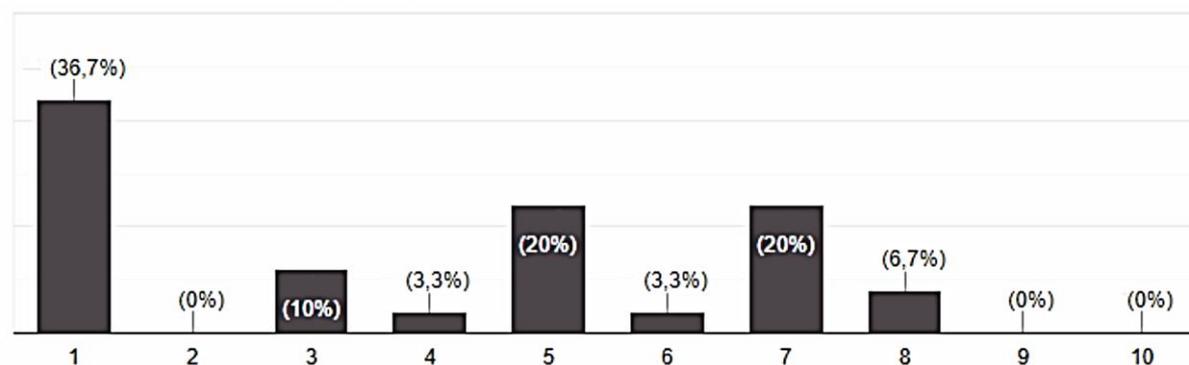


Fonte: Dados da Pesquisa virtual, plataforma Google Forms e WhatsApp

Dos respondentes, 64,5% não têm interesse em morar no Reduto e 35,5% gostariam sim de morar no bairro.

Para uma melhor compreensão desta resposta, foi arguido qual seria, dentro de uma escala, o grau de interesse em morar no Reduto.

Gráfico 22 – Interesse em morar no bairro do Reduto



Fonte: Dados da Pesquisa virtual, plataforma Google Forms e WhatsApp

Dos respondentes, 50% não teriam interesse em morar no Reduto (grau 1 a 4), 20% (grau 5) poderiam pensar na possibilidade e 26,7% teriam interesse (grau 6 e 7).

Foi perguntando caso o respondente ganhasse na “mega sena” qual seria a opção de bairro de sua moradia em Belém. Foram fornecidos como opção todos os bairros de Belém na lista. Foram quatro bairros os mais selecionados, por ordem alfabética: Batista Campos, Marco, Nazaré e Umarizal.

Tabela 21 – Bairro de opção de moradia frente a todos os bairros de Belém

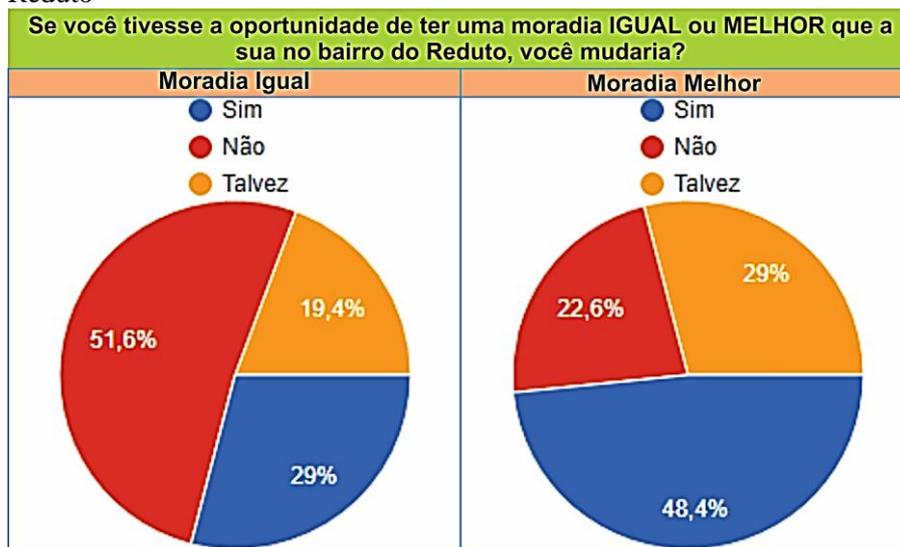
	Opção 1	Opção 2	Opção 3
<b>Batista Campos</b>	25,8% - 1°	16,1% - 2°	19,4% - 2°
<b>Marco</b>	9,7% - 3°	9,7% - 3°	12,9% - 3°
<b>Nazaré</b>	9,7% - 3°	29% - 1°	22,6% - 1°
<b>Umarizal</b>	19,4% - 2°	16,1% - 2°	9,7% - 4°
<b>Outros</b>	35,4%	29,1%	35,4%

Fonte: Dados da Pesquisa virtual, plataforma Google Forms e WhatsApp

O bairro do Reduto também foi colocado como opção de resposta, mas como 1° opção ele não apareceu em nenhuma resposta, já como 2° opção surgiu com 2,1%, enquanto como 3° opção apareceu com 4,2%.

Foi perguntando se o respondente tivesse a oportunidade de ter uma moradia igual ou melhor que a sua no bairro do Reduto.

Gráfico 23 – Interesse em morar em uma edificação igual ou melhor que a sua atual no bairro do Reduto



Fonte: Dados da Pesquisa virtual, plataforma Google Forms e WhatsApp

Quando questionados se a casa fosse igual, 51,6% não mostraram interesse em morar no Reduto, 19,4% talvez mudassem e 29% mudariam. Entende-se que esses 29% mudariam devido à qualidade do bairro e não estariam preocupados com a qualidade da morada. E quando questionados se a casa fosse melhor, as respostas foram de 48,8%, mesmo sendo ainda menos da metade, eles mostraram interesse em morar no Reduto. A população não se interessa em morar no bairro do Reduto, apenas escolhem o bairro com foco na qualidade da residência.

Quando questionados se fosse no bairro do Reduto, uma casa antiga “reformada” igual ou melhor à sua atual se teriam interesse no morar.

Gráfico 24 – Interesse em morar em uma edificação histórica “reformada” igual ou melhor que a sua atual no bairro do Reduto



Fonte: Dados da Pesquisa virtual, plataforma Google Forms e WhatsApp

A população de Belém, em relação aos respondentes, não tem interesse em morar em casas históricas (84,6%), mesmo que a parte interna seja igual à sua atual, apenas 15,4% residiriam em uma casa histórica no Reduto. Se a edificação histórica fosse melhor, a maior parcela continuaria não querendo residir em casas históricas, contudo, 19,4% levariam em consideração a casa ser melhor que a sua atual. Porém, 29% se mudariam, há necessidade de ponderar que 15,4% já se mudariam se ela fosse igual, então 13,6% estariam levando em consideração a melhoria física e não realmente a vontade de residir no bairro do Reduto.

Quando se fala no Reduto, vem no imaginário rapidamente a parte do Baixo Reduto das antigas indústrias, mas, quando se fala em morar, pode-se pensar na parte da verticalização dos arranha-céus do Alto Reduto. As pessoas não têm interesse em morar em casas antigas tombadas devido à segurança e ao custo, mas, elas gostariam de morar se for nos apartamentos de médio para alto padrão.

### **5.7 O Entendimento da População Sobre Frequentar o Bairro do Reduto**

O Reduto vem se tornando um bairro atrativo para montar um negócio, os empreendedores estão relembrando do bairro e estão à procura de um ponto para investir com um pensando mercadológico. Como a hipótese deste trabalho é a de que a população de Belém não tem interesse em morar no bairro do Reduto, mas gosta de usufruir dele, é de grande importância ouvir as pessoas para saber se elas usam o bairro e com qual frequência, além disso, pretende-se saber se o bairro do Reduto, por ser entorno de bem tombado, torna-se atrativo ou acaba repelindo o uso de comércio e de serviços.

O bairro nasceu como um viés de bairro de mercado, depois virou uma área industrial, atraiu pessoas para residir mais perto do seu trabalho pela necessidade de se criar um comércio para esses moradores, e esse comércio depois passou a atender, também, à cidade toda. Posteriormente, com a decadência do bairro, o comércio passou a ser mais voltado para atender à população que morava na área. Até pouco tempo, o comércio e o serviço ainda tinham esse viés mais local. Sra. Maria do Carmo Haick (2020) menciona o seguinte:

[...] tenho minha empresa há 47 anos, aqui há 28 anos tinha muita gente morando, mas tinha também um comércio aqui mesmo, não precisava sair daqui para comprar nada, bem ali tinha uma loja de aviamento, padaria, ferragem, quitanda, mercado tudo tinha aqui.

Sra. Carmelina Dellavalle (2020) diz que:

[...] eu tenho mais de 50 anos a nossa loja, o comércio daqui era muito quente, tinha de tudo, depois muita coisa foi fechando com a saída das indústrias, também alguns comércios os donos morreram, outros fecharam mesmo, alguns mudaram daqui.

Nas entrevistas, as proprietárias de comércios antigos afirmam que sempre venderam bem e que tinham receio da chegada do Shopping, mas esse empreendimento não afetou suas vendas, pois

[...] o shopping era uma interrogação, mas hoje ele está aí há mais de 10 anos, eu acho, e só fez melhorar minhas vendas, pois as pessoas de Belém lembraram daqui e começaram a investir, isso não foi logo depois do shopping, acho que esperaram ver se realmente ia dar certo para investir de uns 5 anos pra cá o comércio daqui tem mudado muito. (SRA. MARIA DO CARMO HAICK, 2020)

O Sr. Giovanni Mulatinho é funcionário de uma empresa de revenda de carros seminovos, a empresa está há um ano no Reduto e foi relatado que a empresa existe há 15 anos e que era no bairro do Marco, onde o espaço foi ficando pequeno e precisou mudar e o proprietário queria mudar para o centro de Belém. Quando questionado por que o bairro do Reduto, a resposta do Sr. Giovanni Mulatinho (2020) foi

[...] O Reduto se tornou um bairro bom para o comércio, as lojas aqui são para uma classe que pode pagar [...] eu consigo entender da seguinte forma, as pessoas estão tendendo a ir mais pra apartamento do que pra casa. O fato dessas casas aqui serem muito grandes, com quintalão, casas mais antigas que nem essas daí da frente, vai tendenciando mais pra que a pessoa alugue e venda pro comércio do que pra própria residência, própria moradia, acaba tendo atrativo pro comércio, empresa em si, não só comércio, mas indústria, tudo. [...] Não pensamos em sair daqui tão cedo, aqui o comércio está quente [...] O bairro vem passando por grandes mudança, as habitações virando comércio, acho que o Shopping pode ter ajudado nessa mudança daqui do bairro[...]

[...] A legislação do patrimônio atrapalha sim para moradia eu acho que expulsa um pouquinho, porque acaba ficando muito engessado, você quer fazer uma reforma na sua casa, essas casas são assim. Quer fazer uma reforma não pode, é toda uma burocracia, quer mudar a fachada não pode. Uma das casas aqui da frente é de uma arquiteta, ela conseguiu modernizar um pouquinho e manter os padrões, agora o resto não. O comércio não se faz muitas reformar, é bom ter um comércio em casas históricas, deixa um ar mais chique, as pessoas gostam. O escritório de arquitetura daqui da frente é chique, essas quatro casas aí tem uma que mora gente, [...] e as outras duas estão fechadas, a outra é esse escritório de arquitetura. Uma das que estão abandonadas quase certeza que é briga de filha. O outro é o velho caso do morador que já morreu e os filhos [...] Tem um filho que vem de vez em quando aí, de quinze em quinze dias ele vem olhar a casa.

A Sra. Samia dos Santos Alves (2020) é funcionária de uma empresa que está há mais de 10 anos no mercado e sempre foi no Reduto

Eu acho aqui um bairro muito perigoso. Na verdade, estão chegando muitas empresas, que já existiam [...], muitas empresas [...] que estão aqui, a maioria já é antiga e há realmente pouca residência em decorrência disso. Em relação a essa quantidade de residência ser bem pouca, de noite é muito soturno, porque não tem aquela movimentação, nada disso que as empresas deixam, então as poucas residências que há, todo mundo fica dentro da sua casa, trancado. Então não tem movimentação na rua, inclusive a gente aqui quando eu residi aqui e ele também, ele é meu tio, a gente paga segurança particular pra ficar aí, porque sem segurança é um caos. Aqui tinha uma Boate, mas eles mudaram, entregaram a conta esse mês. Só funcionava dia de sábado. E agora que eles saíram piorou, porque no sábado era o único dia que a gente dispensava o segurança justamente pelo movimento da boate. Era muito movimentado quando estava funcionando a boate no sábado. Então ficava bem tranquilo em relação a assalto, essas coisas devido à movimentação. Mas esse mês como eles saíram, eles entregaram a documentação, acho que semana retrasada, aí a gente vai ver o segurança pra voltar a ronda no sábado também. [...] A nossa empresa não presta serviço pra residência, a gente presta pra condomínio. Então esse ponto foi estratégico, pois dos bairros centrais com muitos condomínios o Reduto era o mais barato, mas hoje isso mudou, aqui o lote está valendo muito. Se for falar na parte do bairro inteiro, sim. Tá vindo bastante comércio, eu vejo restaurantes novos, tem academias novas que não tinham. Se for falar na questão do bairro inteiro, sim. Só de universidades são 3 ou 4. [...] Montam o comércio aqui, mas querem morar do outro lado da Doca, estranho isso [...]

A Sra. Maria do Carmo Haick (2020) disse o seguinte:

[...] eu acho que houveram tanta mudança, porque saíram mais o pessoal que era residências e hoje virou mais comércio, como nós aqui do Imperador das Máquinas, ali tem um monte de restaurantes, né, esse daqui da esquina é maravilhoso é chique, caro, mais gostoso, o comércio daqui está virando isso, um comércio chique, só a classe média pra cima que pode pagar. [...] Eu acho, porque aqui já é só faculdade aqui ao nosso redor, hoje é só faculdade. Tem a Esamaz, tem a Famaz, tem a Estácio. Tem três faculdades só aqui no Reduto. Tudo particular. Hoje os comércios estão querendo vir para cá, eu já estou aqui tem mais de 47 anos, atendo todo o público de mecânico ao governo do Estado. Eu a senhora da Marelli estamos aqui a muito tempo nosso foco e qualquer cliente, mas esse comércio que está vindo para cá, não é assim é para atender uma classe social media para alta. Esse restaurante é caro, as universidades privadas, uma academia cara, tem uma escola de inglês cara, tem uma boutique ali que boa parte da população não pode pagar o que ela cobra por uma blusa, lindas, mais caras. [...]

A Luciana Vilão (2020), filha da Sr. Carmelina Dellavalle, falou que

Não é um bairro muito movimentado à noite, as casas são mais antigas, acaba que o pessoal reforma e faz comércio, bares, restaurantes. Querendo ou não, a Doca virou um point da cidade, tem de tudo. Então, acho que é por isso, mas residência mesmo não tem muito aqui. [...] as pessoas estão vendendo as suas casas e o que tá vindo pra cá é comércio, serviços seja a parte de saúde, seja a parte de direitos, o que for. As pessoas estão começando a ter essa mudança. [...] porque são casas antigas, tem gente que não tem nem posse pra reformar. Mas eu acho que é por conta de como a Doca virou um centro de negócios por causa do shopping, eu acho que a

redondeza também, a tendência é essa. E aqui por ser um bairro mais antigo, talvez as pessoas prefiram usar pra comércio e os bairros que têm prédios novos, aqui não é um bairro que tem muitos prédios né? Então os bairros mais nobres são aqueles que têm mais prédios, as pessoas tendem a mudar pra apartamento. Pegam suas casas daqui e vendem ou alugam para algo do comércio [...].

Foi falado em todas as entrevistas que as pessoas frequentam o bairro do Reduto, principalmente, por ele ter um Shopping, em todas as entrevistas foi relatado que todos usam o Shopping. O shopping é um empreendimento que atrai muitas pessoas, é um espaço privado com feições de espaço público, todos podem entrar ali, contudo, há um “muro” simbólico nesse lugar, principalmente nesse Shopping que é visto com um shopping da elite de Belém. Alguns dos entrevistados frequentam o Shopping quase que diariamente e outros muito esporadicamente. Analisando os mapas de uso e a ocupação do solo, percebe-se que em quase todo o bairro houve um aumento de comércio e serviço, mas, esse uso foi considerável nos últimos anos; com base nos mapas de 2016 a 2019, houve uma inserção do uso de comércio e serviço, principalmente de serviço na Área III de análise. A área do Baixo Reduto está passando por algum tipo de processo e entende-se que possa ser um processo com feições de gentrificação de consumo e de frequência.

Foi perguntado nas entrevistas e no QPD aos moradores e aos não moradores se as pessoas usam o comércio e o serviço do bairro do Reduto a resposta foi que entre os moradores, 100% deles usam o bairro e dos não moradores, 95,76% usam o bairro do Reduto. Também foi questionado com que frequência o fazem para vários tipos de usos. As respostas estão na tabela a seguir.

Tabela 22 – Moradores do Reduto que frequentam o bairro

	Diariamente	6 x sem.	5 x sem.	4 x sem.	3 x sem.	2 x sem.	Sab. e Dom.	Nunca usa
<b>Trabalho</b>	12			4		4		64
<b>Lazer</b>	2	4		1	16	1	56	4
<b>Comércio</b>	5	5	3	6	34	15	16	
<b>Serviço</b>	7	4	7	8	15	27	16	
<b>Restaurantes Bares</b>	9		8		14	13	40	
<b>Shopping</b>					9	20	48	7
<b>Caminhadas</b>					31	21		32

Fonte: Dados da Pesquisa virtual, plataforma Google Forms e WhatsApp

Os não moradores do bairro responderam o seguinte.

Tabela 23 – Não moradores do Reduto que frequentam o bairro

	Diariamente	6 x sem.	5 x sem.	4 x sem.	3 x sem.	2 x sem.	Sab. e Dom.	Nunca usa
<b>Trabalho</b>	28		15	5	11	21		137

<b>Lazer</b>	21		35	21	18		81	41
<b>Comércio</b>	35	9	21	11	44	37	56	4
<b>Serviço</b>	4	11	14	35	61	44	38	10
<b>Restaurantes Bares</b>	7	7	14	21		46	105	17
<b>Shopping</b>	2			14	32	32	121	16
<b>Caminhada</b>	18	3	5	2	28	25	5	131

Fonte: Dados da Pesquisa virtual, plataforma Google Forms e WhatsApp

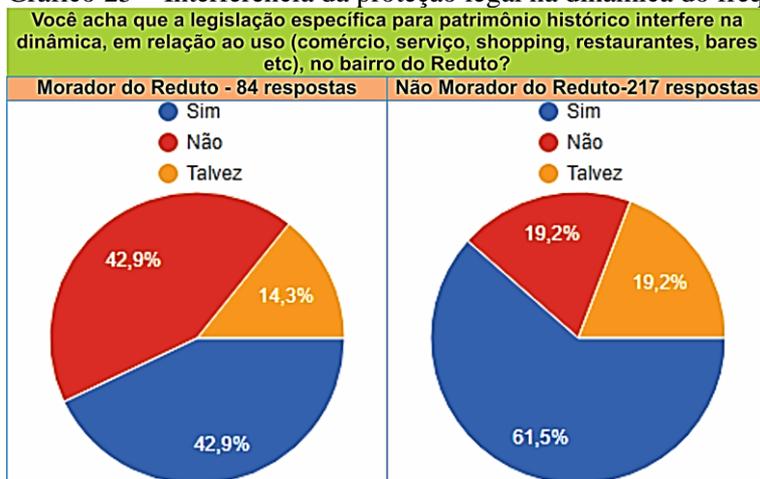
A frequência no bairro é muito grande, a maior frequência dos moradores e dos não moradores é na área de lazer, restaurantes, bares e shopping. Contudo, em quase todas as áreas, foi possível perceber que assinalaram mais do que a opção “nunca uso”, já que essa aparece como maioria somente no item caminhada e muito provavelmente deva ser na Avenida Visconde de Souza Franco, que é divisa com o bairro do Umarizal.

Também foi perguntado se a legislação específica de proteção do patrimônio histórico interfere na dinâmica em relação à moradia.

Quando questionado se teriam interesse em usar uma edificação histórica para comércio, serviço e lazer, obteve-se 100% dos moradores que sim usariam e dos respondentes não moradores 92,3% usariam e 7,7% não frequentariam os bens tombados para esses usos.

Quando questionados se a legislação do tombamento influenciaria na dinâmica do bairro, foram obtidas as seguintes respostas.

Gráfico 25 – Interferência da proteção legal na dinâmica do frequentar o bairro do Reduto



Fonte: Dados Pesquisa virtual, plataforma Google Forms e WhatsApp

Dos moradores, 42,9% acham que a legislação específica altera a dinâmica do bairro, 42,9% acreditam que não influencia e 14,3% acham que talvez ela possa influenciar na dinâmica. Dos não moradores, a resposta foi bem diferente, 19,2% acham que não influencia,

19,2% acreditam que ela pode influenciar e 61,5% consideram que ela sim influencia na dinâmica do bairro.

Até pouco tempo, o comércio e o serviço que havia no bairro era para atender à população residente, mas isso está mudando, as pessoas passaram a se locomover para o bairro para usufruir do comércio e serviços oferecidos.

## 6 REFLEXÕES FINAIS: HÁ O PROCESSO DE GENTRIFICAÇÃO NO REDUTO?

É inegável que o bairro do Reduto vem passando por um processo urbano, não está mais dentro de um processo de inércia. Nos últimos cinco anos, esse bairro passa por um processo de transformação, no qual, se acredita ainda, estar em uma fase inicial. Será que é possível chamar esse processo que o Reduto vem passando de gentrificação?

O foco deste trabalho foi um estudo para compreender se esse processo acontece em Belém em período recente. O objeto empírico foi o bairro do Reduto, que compõe o entorno do centro histórico tombado de Belém. O Reduto é um bairro secular que já passou por vários processos urbanos.

Apesar disso, há mais ou menos uns cinco anos, o bairro vem sendo procurado para a instalação de comércio e serviço e percebeu-se que esses estabelecimentos mercadológicos buscam atender à classe média que reside no bairro e nos bairros centrais. O propósito é entender esse processo quem está acontecendo no bairro do Reduto, pois acredita-se que possa ser um processo com feições da gentrificação.

As abordagens sobre os processos de urbanização foram importantes, pois serviram de parâmetros no entendimento dos processos encontrados no estudo empírico sobre o bairro do Reduto a partir das informações levantadas em material bibliográfico e nas entrevistas.

Foi realizado um estudo desde a análise do urbano na Escola de Chicago, suas heranças teórico-metodológicas da sociologia urbana até os processos urbanos da contemporaneidade, perpassando pela produção e pela reestruturação do espaço urbano, os agentes produtores do espaço urbano e os processos e as formas urbanas.

Os processos não tratam apenas das estruturas formais do espaço urbano, não é apenas mudança de paisagem, vai além dos materiais, das estéticas, das tecnologias, tudo precisa ser integrado ao contexto político, econômico e cultural do período. É fato que a composição se inspira em ideologias e que a construção depende das relações sociais existentes. A forma urbana, “que figura entre as grandes formas” (LEFEBVRE, 2000 [1974], p. 175), na interpretação da produção social do espaço, só pode ser compreendida em seu movimento de forma-conteúdo, ou seja o espaço urbano e a sua população. Assim, ao pensarmos sobre as tendências do urbanismo, fala-se, ao mesmo tempo, de técnicas, de economia, de cultura, de ideologias, enfim, de escolhas socioespaciais que a sociedade apresenta.

Muito embora os autores aqui apresentados não façam referência direta a Belém, exceto Tourinho (2011), seus apontamentos mostram diretrizes para o entendimento dos

processos urbanos encontrados em nosso objeto empírico. Com o trabalho desses autores, pode-se compreender a forma que alguns processos urbanos se apresentaram e é possível verificar se eles aconteceram ou estão acontecendo no bairro do Reduto. Dos processos apresentados, percebe-se que o bairro já passou por centralização, segregação, decadência, inércia, etc.

Discutiu-se sobre o suporte teórico para a caracterização e a singularização do processo de gentrificação desde sua criação até as suas tipificações atuais. Sobre o emprego do termo gentrificação, Bidou-Zachariassen (2006) assegura que alguns pesquisadores o empregam para descrever um fenômeno limitado a um determinado período e lugar, com a aplicação de poucas variáveis de análise. Outros autores, como Smith (2006), ponderam a gentrificação como um processo mais abrangente, interligado com processos mais amplos, aludindo em mudanças físicas, econômicas, sociais e culturais.

Utilizou-se a visão de vários autores de distintas áreas de pesquisa, no entanto, o nosso marco teórico principal foi do Neil Smith (2006). Assim, tem-se como marco a existência do processo de gentrificação no Brasil, porém, seguindo não para uma linha habitacional, como o conceito clássico apresentado, mas sim para uma vertente cultural, de consumo e de frequência.

Para Smith (2006), o processo de gentrificação é um termo novo que evolui rapidamente em importância e em diversidade, a ponto de fazer parecerem exóticos os bucólicos projetos de reabilitação residencial, verdadeiros paradigmas do processo ocorrido nos anos de 1970, não somente na paisagem urbana, como na literatura sobre teoria urbana. Para Trindade Júnior (2018), a gentrificação pressupõe ações do mercado e do Estado no espaço acompanhadas de discursos de “reabilitação” ou de “regeneração” urbana. Associadas a uma geografia econômica em plena mudança, tais ações implicam o deslocamento dos moradores das classes populares das áreas centrais para outros espaços das cidades, em razão das alterações que aquelas áreas passam a vivenciar em sua paisagem cultural e em seu conteúdo social.

A classe média é foco do processo de gentrificação, pois ela é vista como um dos agentes gentrificadores. A classificação de classe média vai além da questão econômica. Quando se fala em classe média, o subconsciente foca imediatamente somente nas questões monetárias, como a média salarial ou a média de rendimentos mensais, o que é chamado por Pierre Bourdieu (2012) de capital econômico. De um todo não está errado, mas, aqui, pretende-se dar ênfase não somente à questão monetária, mas principalmente aos costumes,

culturas e cotidiano, ou seja ao modo de vida, que seria a mistura do capital social e do capital cultural, segundo Bourdieu (1983). Isso porque se acredita que esse capital dará um espectro da realidade brasileira para a compreensão dos gostos da classe média. Com base, na cultura, no cotidiano, nos modos de vida, na economia, nos costumes etc., pode-se afirmar que essa classe média brasileira se apresenta distinta das várias realidades das classes médias de outros países do mundo. O capital cultural da população em que nosso caso foi desenhado, a partir do capital escolar, se apresenta aquém de vários países. Então, a classe média brasileira é representada por pessoas que têm um ganho mensal de 2 a 20 salários mínimos – classe B, C e D (IBGE, 2010; FGV SOCIAL, 2018), e que possui pelo menos o nível superior completo, pois confia-se que com mais anos de estudos venha junto o conhecimento, a maturidade, os melhores salários, as oportunidades, as possibilidades e uma capacitação para entrar no mercado de trabalho em melhores empregos, dessa forma, a pessoa poderá ter um capital cultural mais refinado para ter um senso crítico maduro e não aceitar somente o senso comum.

O Reduto se apresenta como um campo social, ou seja, um espaço determinado pelas pessoas que pertencem a ele e que possuem características e concordâncias às regras determinantes que regem esse meio. E, nesse campo, há regras e condicionantes que regem esse espaço que é o *habitus*. Um cidadão que não tem as características ou não consegue se adaptar ao *habitus* para o convívio em grupo será excluído do campo por não possuir pertencimento a ele. Assim, tem-se que a cultura trata-se dos valores e das definições que orientam e dão identidade a um grupo social. O capital cultural é uma metáfora criada por Bourdieu para explicar como a cultura, em uma sociedade dividida em classes, se transforma em uma espécie de moeda que as classes dominantes utilizam para acentuar as diferenças. O capital cultural se transforma em um instrumento de dominação.

“Às diferentes posições no espaço social correspondem estilos de vida, sistemas de desvios diferenciais que são a retradução simbólica de diferenças objetivamente inscritas nas condições de existência.” (BOURDIEU, 1983, p. 1). Assim sendo, as condições de existência, como a posição dentro da estrutura econômica (operário, funcionário de colarinho branco, capitalista), e os grupos com os quais o sujeito se relaciona são como modelos que, de certa forma, deliberam os estilos de vida (ou seja, as práticas e as propriedades) de uma dada posição social que é ocupada por um dado agente social. Bourdieu (1983) não trata de sujeitos, mas de agentes sociais, ou seja, de um agente que transforma o mundo cotidianamente pela prática.

Entretanto, essa prática não é livre, autodeterminante, ela é mediada pelo *habitus*, que é um sistema de disposições orientadas e incorporadas socialmente, que é entendido como um sistema de disposições, portanto, que projeta práticas, mas, como já foi dito, essas práticas são orientadas e incorporadas, ou seja, elas não são criações individuais, mas construções sociais. O *habitus* é, então, a estrutura social que, ao ser interiorizada pelo indivíduo, se transforma em estrutura mental. O *habitus* é aquilo que foi estruturado pela realidade exterior e que estrutura as práticas “interiormente”.

Se é assim, então o *habitus* é aquilo que gera o gosto de classe. É um princípio unificador e gerador de todas as práticas. Isso significa, mais ou menos, que, apesar de a consciência – se é que se pode utilizar essa palavra – ser algo individual (porque precisa do cérebro), ela não é livre de qualquer estruturação. Não somos, nesse ponto de vista, nem totalmente livres, mas não somos, também, marionetes do espaço.

Assim, a partir da cultura do morar em áreas históricas, os europeus estão anos luz à frente dos brasileiros, pois lá existem edificações de qualidade que passaram por *retrofits* e há vontade do povo em morar nessas áreas centrais e históricas preservadas, pois o cidadão aprende a respeitar a sua história, já que o seu capital cultural está muito mais elevado do que o do Brasil; as crianças desde pequenas têm uma educação patrimonial e, com isso, ela veem uma edificação histórica com olhos distintos aos dos brasileiros. Acredita-se que a falta de cultura, ou de estímulo a essa cultura, do morar em edificações históricas acaba não influenciando no preservar, no conservar e também no melhorar as habitações históricas para esse uso residencial. No Brasil, as edificações históricas não passam por *retrofits*, reformas, restaurações, etc. devido ao custo e isso está ligado a não ter o interesse de comprar ou alugar para moradia essas edificações, pois o mercado tem como propósito o lucro e, se não há pessoas com interesse para essa compra, o mercado imobiliário não investe.

A argumentação básica desta pesquisa segue o pensamento de Smith (1996), para ele, o conceito de gentrificação possui um coeficiente de poder explicativo mais extenso do que o de reabilitação residencial, comumente utilizado. O autor acredita que é possível estender sua abrangência de modo que possa ser utilizada em outras formações sociais, que não as dos países centrais, para explicar fenômenos urbanos da classe baixa no Brasil, por exemplo. Para esse uso, no entanto, o significado do conceito deve ser ampliado de maneira que gentrificação seja definida não apenas como um processo de substituição de habitação de baixo custo por habitação de classe média e alta nas áreas centrais das cidades, mas como um processo de segregação social mais amplo.

Smith (2002) e Mendes (2011), em uma leitura claramente marxista, sustentam a gentrificação como um movimento do capital e não somente de pessoas. O autor argumenta que a força motriz do fenômeno foi a crescente diferença entre o valor potencial dos imóveis urbanos e seus valores subjacentes à terra.

Para o processo acontecer, há necessidade de possuir algumas características que foram apresentadas nos capítulos teóricos deste trabalho, e que foram analisados dentro do resultado do trabalho de pesquisa a partir das entrevistas e do QPD.

Primeiramente ser um espaço construído que integre uma área central ou pericentral ou com centralidade: o bairro do Reduto nasce como um bairro periférico, contudo com a expansão de Belém, a partir do seu valor histórico tornasse uma área central de Belém.

Ser uma área que passou por deterioração ou com desinvestimento: O bairro nasceu periférico com um viés de bairro de mercado, virou uma área industrial forte para a região, atraiu pessoas para residir mais perto do seu trabalho, nasceram as vilas operárias e industriais, com essa população, houve necessidade de se criar um comércio para os moradores, e esse comércio depois passou a atender, também, a cidade toda. Com a abertura da Rodovia conhecida como Belém-Brasília começou a entrar em um período de decadência. O comércio passou a ser, então, mais voltado para atender à população que morava na área, o bairro era mais habitacional. Venho a expansão de Belém, com isso, o bairro periférico se tornou central.

Final do século XX, ocorreu um “boom” da verticalização, mudando o perfil das habitações de parte do bairro, junto com isso, surgiu o interesse da população da classe média em morar no bairro, mas a população já residente no bairro não era de uma classe baixa; no Reduto, a sua população já era da classe média. Posteriormente, para tentar conter esse processo de verticalização e as mudanças da leitura urbanística e arquitetônica, se transformou o entorno de bem tombado, com isso, veio uma legislação específica que freou as transformações que vinham acontecendo, o bairro, então, passou por um novo período sabático de inércia.

O processo de inércia é definido por Corrêa R. (1989, p. 76) como “[...] processo que atua na organização espacial intra-urbana através da permanência de certos usos em certos locais, apesar de terem cessado as causas que no passado justificaram a localização deles”. Expressa-se na “[...] preservação simultânea da forma e do conteúdo, e não apenas da forma com mudança do conteúdo, pois isto seria, na realidade, o processo de substituição ou invasão-sucessão.” (CORRÊA R., 1989, p. 76).

Burlando a legislação de gabarito, consegue-se por meio legal, a construção de um Shopping Center de alto padrão, onde se imaginava que imediatamente haveria uma mudança no bairro. Essa mudança estava acontecendo de forma muito lenta. Até pouco tempo, o comércio e o serviço ainda tinham esse viés mais local, para atender à população do bairro, mas, hoje, percebe-se ser um processo distinto, em que o uso residencial está sendo substituído por outros usos, principalmente dos comércios e dos serviços, que já não são apenas para atender à demanda do bairro, mas sim a da cidade inteira. Então, o Reduto passou sim por um período de decadência e de desinvestimento.

O terceiro item seria o das intervenções pontuais realizadas de forma espontâneas ou pelo mercado ou pelo Estado, sob um discurso de *marketing* urbano, e o quarto item seria o das intervenções ou construções de grandes projetos que tomariam visibilidade na participação do capital internacional: o mercado tentou investir na verticalização, e conseguiu por alguns anos, porém, com a chancela patrimonial de entorno de bem tombado e com as restrições urbanísticas, o interesse no bairro pelo mercado imobiliário cessou.

Eu sendo da área patrimonial não tinha essa visão, pois, dentro da legislação vigente, era possível edificar outras tipologias arquitetônicas que não fossem as do tipo edifícios de apartamentos, até mesmo porque são poucas as edificações que têm interesse na preservação total, pois, na grande maioria, a preservação está ligada à fachada e ao coroamento, ou seja, está relacionada à leitura da paisagem urbana da cidade. No entendimento desta pesquisadora, poderiam ter sido construídos condomínios fechados horizontais, no entanto, o mercado e as respostas nas entrevistas e nos questionários deixaram claro que o interesse da população de Belém em morar naquela área vislumbra a vista paisagística da Bahia do Guajará e não está ligada somente a querer morar no centro de Belém. É possível confirmar que o mercado seria muito pequeno para as habitações com o gabarito até 7 metros ou 19 metros. Portanto, minha suposição de que poderia ter ocorrido mudanças a partir do mercado imobiliário privado para habitações não se confirma.

O governo revitalizou algumas áreas próximas ao Reduto, Estação das Docas e o Ver-o-Rio, mas não provocou influência direta no cotidiano e nem nos usos e ocupações do Reduto. Hoje, está sendo construído o parque urbano Belém Porto Futuro e, pelas respostas que os questionários apresentaram, a população acredita que isso vai influenciar mais o uso de comércio e serviço do que as moradias para uma classe média no bairro. Nas entrevistas, a população moradora, os ex-moradores, os empresários, os corretores e os construtores concordam com esse resultado obtido, no entanto, os pesquisadores ponderaram que, no

período das obras da Estação das Docas, acreditava-se que esse projeto iria mudar o seu entorno, e isso não aconteceu, então, as falas foram mais cautelosas em relação às mudanças que podem vir a acontecer. No meu ponto de vista, o projeto tem algumas boas intenções, poderá trazer uma opção de lazer, acredita-se que o projeto foi inserido de uma forma abrupta, sem questionar se a população o queria nos moldes que está sendo construído. O que se tem hoje é um parque urbano fechado com grades, e isso inibe o seu uso, imagina-se que vá se tornar uma área sem vitalidade, mas somente o tempo poderá afirmar o que vai acontecer, ficando, portanto, esses tópicos para trabalhos futuros.

Assim, o Reduto passou por um reinvestimento na época da verticalização que foi barrado pela legislação, está próximo de duas áreas que passaram por intervenções de revitalização pontuais, mas que não influenciam no bairro, e, hoje, está recebendo a construção de um parque urbano dentro do Reduto, contudo, ainda não se pode falar sobre a influência do *marketing* urbano para o bairro.

O próximo item é a produção de uma nova imagem para a cidade a partir da valorização e da mudança do uso do solo urbano, com geração de melhoramento das habitações já existentes no local para agradar uma classe média: em relação a esse tópico, houve sim a mudança do uso do solo, analisando o mapa de uso do solo dos anos de 2016 e 2019, porém não para as residências, mas sim para os outros usos, principalmente o de comércio e de serviço. O bairro está sendo reconhecido por essa mudança, todos os agentes entrevistados relataram sobre essa alteração de uso no bairro, mencionaram que está ocorrendo uma nova imagem para o bairro, não sendo essa imagem física, mas mudanças na arquitetura ou na tipologia construtiva, pois há sim essa mudança no uso e na ocupação do solo.

Em relação ao item política de retorno ao centro, se analisarmos a questão das habitações, ela não será confirmada, pois o uso habitacional está diminuindo. Como o bairro já foi um bairro comercial, um bairro mercado em Belém, pode-se afirmar que esse uso está retornando para o bairro, assim como a população está voltando a frequentar e a consumir o bairro a partir desses novos usos,; então, esse frequentar o bairro recomeça com a inauguração do Boulevard Shopping Belém no Alto Reduto e no Baixo Reduto com os novos usos das antigas áreas de indústria, que recebem academias, universidades, casas de festas, boates e hospitais, entre outros usos para atender a uma demanda da classe média.

Em relação ao último item, as mudanças socioeconômicas das edificações, principalmente das habitações, com mudança do perfil de moradores e usuários para pessoas

de classes mais abastadas (média e alta), percebe-se que está sim acontecendo mudanças socioeconômicas no bairro. Foram analisados três períodos do bairro nos quais podem ter acontecido processos com feições para a gentrificação. Na entrevista com a Pesquisadora 4 (2020), quando relatei que minha hipótese não era de uma gentrificação nos moldes habitacionais, ela me questionou que isso dependeria da extensão temporal e do recorte da área do bairro, porque que houve um período em que a população foi remanejada para o fechamento do Igarapé. Rodrigues e Cardoso (1990, p. 62) relatam que “[...] com grande contingente populacional, que por causa das obras do fechamento do Igarapé, foi remanejado pela COHAB para o conjunto Nova Marambaia, marcando o início das remoções em Belém”. Esse remanejamento foi questionado as entrevistadas da COHAB, mas nenhuma delas soube dar informações sobre esse fato e também não foi encontrado nenhum outro documento que o relate, mas foi mencionaram que isso é um grande problema dos órgãos públicos, o de não possuir uma área de pesquisa de documentos antigos, ou até mesmo uma área para guardar esses documentos. Assim sendo, não foi possível analisar se houve mudança socioeconômica da população que possa confirmar a gentrificação nesse período.

Se pegarmos o recorte temporal desde 1980 a 2000 do Alto Reduto, percebe-se que houve com a verticalização a vinda de muitas pessoas de classe média para a alta morar no bairro. Assim como teve a mudança física das moradias de casas para apartamentos, porém a população que residia no Reduto não foi remanejada e não se pode avaliar que foram expulsas por não conseguirem viver no mesmo padrão social, o que foi descoberto é que os donos dos lotes, a maioria das vezes, vendiam o seu terreno e compravam um apartamento no bairro, nos bairros vizinhos ou na área de expansão de Belém ou, ainda, recebiam alguns apartamentos como pagamento pelo lote. Nesse período, houve um grande aumento da população, conforme pode ser visto no Gráfico 7, no entanto, não houve a expulsão da população residente no local.

Tomando como análise um recorte mais recente de 2000 a 2020, percebe-se que o bairro passou por um período de inércia devido à chancela de entorno de bem tombado. O mercado imobiliário e os empreendedores fazem uma movimentação e conseguem vencer as barreiras da legislação vigente naquele momento em que foi edificado o Boulevard Shopping Belém, fora dos padrões urbanísticos permitido por lei e a construção atual do parque urbano Belém Porto Futuro, que está alterando fisicamente o bairro e dando um uso para uma área que até então estava sem uso específico. Essas são as principais mudanças do bairro em sua paisagem urbana.

Os usos das edificações começam a ser alterados com o discurso da insegurança do bairro, a prostituição, principalmente de travestis, e a formação de uma “cracolândia” provocam uma saída considerável do uso residencial, dando espaço para o uso de comércio e serviço que está se instalando fortemente no Reduto. No Baixo Reduto, praticamente, só é encontrado o uso residencial nas antigas vilas operárias ou industriais internas à quadra ou nos prédios habitacionais. No Alto Reduto, algumas travessas (Travessa Rui Barbosa e Travessa Quintino Bocaiúvas) apresentam uma alteração considerável de uso, mas, no Alto, o uso residencial ainda é predominante até mesmo pelo fato de que há muitos prédios residenciais na área.

Conforme apontam os dados do IBGE (2000; 2010a), a população que reside no Reduto não passou por uma troca de *status* social, mudança de classes, contudo houve uma troca da população que frequenta e usa o bairro, que antes era usado mais pela população residente do Reduto e hoje o bairro passou a ser usado por toda a população de Belém

Desse modo, chega-se à conclusão de que o bairro do Reduto não passa por um gentrificação habitacional, a chamada gentrificação clássica, contudo, ele está passando por um processo urbano com feições dos moldes da gentrificação de consumo, de convívio e cultural.

## REFERÊNCIAS

- ALBO, G. **A velha e a nova economia do capitalismo**. [S.l.]: Socialist Register, 2004. p. 127-158.
- ALONSO, W. **Location and land use**. Cambridge: Harvard University Press. 1964
- ALVES, H. V. S. **Urbanização contemporânea: uma contribuição para os estudos das cidades**. [S.l.]: Universidade federal de Uberlândia, 2013.
- ALVES, L. A.; RIBEIRO FILHO, V. **A área central de Uberlândia-MG frente ao paradigma das cidades saudáveis**. Observatório Geográfico de América Latina, 2011. Disponível em:  
<http://www.observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal13/Geografiasocioeconomica/Geografiaurbana/051.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2020.
- AMARAL, M. D. B. **A Guerra das Águas: concepções e práticas de planejamento e gestão urbana na orla fluvial de Belém (PA) – Belém: UFPA/NAEA, 2005. 229 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, 2005.**
- AMATO, P. W. Papel de la elite y patrones de asentamiento en la ciudad latinoamericana. **Revista de la Sociedad Interamericana de Planificación**, [S.l.], v. IV, n. 13-14, p. 22-34, mar.-jun., 1970.
- ANDRADE, L. T. **A Belo-Horizonte dos Modernistas: representações ambivalentes da cidade moderna**. Belo Horizonte: Puc Minas; C/ Arte, 2004.
- ANDRADE, R. M. F. **Rodrigo e o IPHAN: Coletânea de Textos sobre o Patrimônio Cultural**. Rio de Janeiro: MINC – Fundação Pró-Memória, 1987.
- ARANTES, Antonio A. **Paisagens paulistanas**. Campinas: Ed. Unicamp, 2000.
- ARANTES, O.; MARICATO, E.; VAINER, C. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis, Vozes, 2000.
- ARAÚJO JÚNIOR, A. C. R.; AZEVEDO, A. K. A. de. Formação da Cidade de Belém (PA): área central e seu papel histórico e geográfico. **Espaço Aberto**, PPGG, UFRJ, v. 2, n. 2, p. 151-168, 2012.
- ARAÚJO, R. M. de. **As cidades da Amazônia no século XVIII: Belém, Macapá e Mazagão. 1992. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1992. v. I, II e III.**
- ARRUDA, E. S. **Porto de Belém do Pará: origens, concessão e contemporaneidade. 2003. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: pegar endereço. Acesso em: 5 jun. 2018.**
- ASCHER, F. Metropolização e transformação dos centros das cidades. *In: ASSOCIAÇÃO VIVA O CENTRO. Os Centros das metrópoles: reflexões e propostas para a cidade democrática do século XXI*. São Paulo: Editora Terceiro Nome; Viva o Centro; Imprensa Oficial do Estado, 2001.
- ATKINSON, R.; BRIDGE, G. **Gentrification in a global context: the new urban colonialism**. Routledge: New York, 2005.

ATLAS BRASIL. **Atlas do Desenvolvimento humano do Brasil**: Belém – PA. 2020. Disponível em: [http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil\\_m/belem\\_pa](http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/belem_pa). Acesso em: 2 nov. 2019.

AUTHIER, J-Y. A gentrificação do bairro Saint-Georges, em Lyon: a convivência de mobilidade diferenciadas. *In*: BIDOUC-ZACHARIASEN, C.; HIERNAUX-NICOLAS, D.; RIVIÈRE D'ARC, H. (coord.). **De volta à cidade**: dos processos de gentrificação às políticas de "revitalização" dos centros urbanos. São Paulo: Annablume, 2006. p. 121-143.

BAENA, A. L. M. **Compendio das Eras da Província do Pará**. Belém: UFPA, 1969.

BAENA, A. L. M. **Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará**. Belém: Typ. de Santos & Menor, 1839.

BANDEIRA, G.. **Canal Sociologia com a Gabi**. Vídeo Karl Marx: O que é Materialismo Histórico e Dialético? Youtube, 17 abr. 2019. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=G1kj\\_9m4IjQ](https://www.youtube.com/watch?v=G1kj_9m4IjQ). Acesso em: 6 jan. 2020.

BARATA, M. As primeiras ruas de Belém. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará**, Rio de Janeiro, v. 6, 1931.

BARATA, M. **Formação histórica do Pará, obras reunidas**. Belém: UFPA, 1973. (Coleção Amazônica série José Veríssimo).

BARRA, A. S. B. Marxismo e a Produção do Conhecimento Científico. **Revista Urutágua**, Maringá, PR, v. 11, p. 15-30, 2006.

BARRETO, A. **Fortificações no Brasil (Resumo Histórico)**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1958. 368p.

BARRIENTOS, M. I. G. G. **Retrofit de Edificações**: estudo de reabilitação e adaptação das edificações antigas às necessidades atuais. 2004. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

BASSALO, C. C. **Art Nouveau em Belém**. Brasília, DF: Iphan/Programa Monumenta, 2008.

BATALLER, M. A. S. O Estudo da Gentrificação. **Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales**, Universidad de Barcelona, n. 228, 3 de mayo de 2000. Disponível em: <http://www.tiagomarinero.com/continentes/index.php/continentes/article/view/5/>. Acesso em: 5 jan. 2015.

BATALLER, M. A. S. O estudo da Gentrificação. **Revista Continentes**, [S.l.], n. 1, p. 9-35, 2012.

BDTD. **Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações**. 2017. Disponível em: <http://bdtd.ibict.br/vufind/>. Acesso em: 15 set. 2017.

BTD. **Banco de Teses do Domínio Público**. 2017. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/PesquisaPeriodicoForm.jsp>. Acesso em 15 set. 2017.

BECKER, H. Conferência: a Escola de Chicago. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 177-188, 1996.

BELÉM (Município). **Anuário Estatístico do Município de Belém**. Belém: Secretaria Municipal de Coordenação Geral do Planejamento e Gestão, 2012. v. 16, 2011.

BELÉM. (Município). Lei n. 8.655, de 30 de julho de 2008. Dispõe sobre o Plano Diretor do Município de Belém e dá outras providências. **Diário Oficial do Município de Belém**, Belém, PA, n. 11.214, 5 set. 2008. Disponível em: [http://www.belem.pa.gov.br/planodiretor/Plano\\_diretor\\_atual/Lei\\_N8655-08\\_plano\\_diretor.pdf](http://www.belem.pa.gov.br/planodiretor/Plano_diretor_atual/Lei_N8655-08_plano_diretor.pdf). Acesso em: 10 set. 2013.

BELÉM. (Município). Lei n. 8.448, de 6 de setembro de 2005. Altera os anexos III e IV B, da Lei n. 7.709, de 18 de maio de 1994, que dispõe sobre a preservação e proteção do patrimônio histórico, artístico, ambiental e cultural do município de Belém, e dá outras providências. **Diário Oficial do Município de Belém**, Belém, PA, n. 10.500, 12 set. 2005a. Disponível em: <http://www.cinbesa.com.br/diario/arquivos/12092005.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2015.

BELÉM. (Município). Lei n. 8.453, de 3 de outubro de 2005. Adita Art. 50 A e altera os Anexos III E IV B, da Lei n. 7.709, de 18 de maio de 1994, que dispõe sobre a preservação e proteção do patrimônio artístico, ambiental e cultural do município de Belém, e dá outras providências. **Diário Oficial do Município de Belém**, Belém, PA, n. 10.527, 21 out. 2005. p. 2. 2005b. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pa/b/belem/lei-ordinaria/2005/845/8453/lei-ordinaria-n-8453-2005-adita-art-50-a-e-altera-os-anexos-iii-e-iv-b-da-lei-n-7709-de-18-de-maio-de-1994-que-dispoe-sobre-a-preservacao-e-protecao-do-patrimonio-artistico-ambiental-e-cultural-do-municipio-de-belem-e-da-outras-providencias.html>. Acesso em: 10 set. 2013.

BELÉM. (Município). Lei n. 10.241, de 17 de março de 1999. Dispõe sobre os direitos dos usuários dos serviços e das ações de saúde no Estado e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, Seção 1:1, 18 de março de 1999.

BELÉM. (Município). **Lei n. 7.806, de 30 de julho de 1996**. Delimita as áreas que compõem os bairros de Belém e dá outras providências. Belém, PA. [1996]. Disponível em: [http://www.belem.pa.gov.br/segep/download/leis/lei\\_bairros.pdf](http://www.belem.pa.gov.br/segep/download/leis/lei_bairros.pdf). Acesso em: 10 out. 2017.

BELÉM. (Município). **Lei do Patrimônio Histórico n. 7.709**, de 18 de maio de 1994a.

BELÉM. (Município). **Lei Regionalização Administrativa do Município de Belém**. Lei n. 7.682, de 5 de janeiro de 1994b.

BELÉM. (Município). **Plano de Desenvolvimento da Grande Belém**. Belém: CODEM/DS, 1975. v. I, Tomo 1.

BELÉM. (Município). **Termo de Referência para o Plano Metropolitano de Desenvolvimento Integrado**. Consultoria SERFHAU. Convênio CODEM-IDESP, Volume I – Hipóteses de Desenvolvimento e Programa de Trabalho. Belém, PA, 1971.

BELÉM. (Município). **Relatório Municipal de Belém**. 1930. Disponível em: [http://177.74.60.161/acervodigital\\_obrasraras/relatorio/file/faciola1930/faciola1930/assets/basic-html/page-4.html](http://177.74.60.161/acervodigital_obrasraras/relatorio/file/faciola1930/faciola1930/assets/basic-html/page-4.html). Acesso em: 2 jul. 2018.

BELÉM. (Município). **Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém na Sessão de 15.11.1903 pelo Intendente Senador Antonio José de Lemos**. Belém: Intendência Municipal, 1904.

BELÉM. (Município). **Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém na sessão de 15 de novembro de 1902, referente aos anos de 1897-1902, pelo Intendente Municipal Senador Antonio José de Lemos**. Belém: Typographia de Alfredo Augusto Silva, 1902. Disponível em: <https://fauufpa.org/2013/11/18/os-relatorios-de-antonio-lemos/>. Acesso em: 5 jul. 2018.

- BETONI, C. Classes Sociais. **InfoEscola**, 2016. Disponível em: <http://www.infoescola.com/sociologia/classes-sociais/>. Acesso em: 6 nov. 2019.
- BICUDO, M. A. V. A pesquisa interdisciplinar: uma possibilidade de construção do trabalho científico/acadêmico. **Educ. Mat. Pesqui.** São Paulo, v. 10, n. 1, p. 137-150, 2008. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/emp/article/view/1647/1064>. Acesso em: 30 nov. 2019.
- BIDOU-ZACHARIASEN, C. (org.). **De volta à cidade**: dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos. São Paulo: Annablume, 2006.
- BONDI, L. Gender, class and gentrification. Enriching the debate. **Environment & Planning D: Society and Space**, [S.l.], v. 17, n. 3, p. 261-282, 1999.
- BONDI, L. Gender symbols and urban landscapes. **Progress in Urban Geography**, [S.l.], v. 16, n. 2, p. 157-170, 1992.
- BONDI, L. Women, gender relations and the inner city. *In*: KEITH, M.; ROGERS, A. (ed.). **Hollow promises?** Rhetoric and reality in the inner city. Mansell, Cassell, 1991, p. 110-126.
- BORJA, J. Grandes projetos metropolitanos. *In*: ASSOCIAÇÃO VIVA O CENTRO. **Os centros das metrópoles**: reflexões e propostas para a cidade democrática do século XXI. São Paulo: Editora Terceiro Nome; Viva o Centro; Imprensa Oficial do Estado, 2001a.
- BORJA, J. Urbanização e centralidade. *In*: ASSOCIAÇÃO VIVA O CENTRO. **Os centros das metrópoles**: reflexões e propostas para a cidade democrática do século XXI. São Paulo: Editora Terceiro Nome; Viva o Centro; Imprensa Oficial do Estado, 2001b.
- BORTOLO, C. A. A produção de um espaço público e os agentes produtores da cidade: o caso do lago igapó em Londrina-PR. **Geo UERJ**, [S.l.], Ano 12, n. 21, v. 2, 2º sem. 2010.
- BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- BOURDIEU, P. **Sobre o Estado**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- BOURDIEU, P. **A distinção**. Porto Alegre: Ed. Zouk, 2011a.
- BOURDIEU, P. **O senso prático**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011c.
- BOURDIEU, P. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. 11. ed. Campinas, SP: Papirus, 2011d.
- BOURDIEU, P. **A distinção**: uma crítica social da faculdade de juízo. Lisboa: Edições 70, 2010.
- BOURDIEU, P. **O Senso Prático**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.
- BOURDIEU, P. **1930-2002 – A Distinção**: crítica social do julgamento. Tradução Daniela Kern, Guilherme F. Teixeira. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007a. 560p.
- BOURDIEU, P. **A distinção**: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007b.
- BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007c.
- BOURDIEU, P. **A miséria do mundo**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2003. 747p.

- BOURDIEU, P. **A Produção da Crença**. Porto Alegre: Zouk, 2001.
- BOURDIEU, P. **Os usos sociais da Ciência**. São Paulo: ENESP, 1997.
- BOURASSA, S. C. The rent gap debunked. **Urban Studies**, [S.l.], v. 30, n. 10, p. 1.731-1.744, 1993.
- BOURDIEU, P. **Os usos sociais da Ciência**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- BOURDIEU, P. **Gostos de classe e estilos de vida**. São Paulo: Ártica, 1983. p. 1-41.
- BOURDIEU, P. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. p. 89-94.
- BOURDIEU, P. **Sociologia**. (organizado por Renato Ortiz). São Paulo: Ática 1983.
- BOURDIEU, P. Algumas propriedades dos campos. *In*: BOURDIEU, P. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. p. 89-94.
- BOURDIEU, P. **The Logic of Practice**. Cambridge: Polity Press, 1980.
- BOURDIEU, P. Les trois états du capital culturel, publicado originalmente In **Actes de la recherche en sciences sociales**, Paris, n. 30, novembro de 1979.
- BOURDIEU, P. Os três estados do capital cultural. *In*: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (org.). **Escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 1979. p. 73-79.
- BOURDIEU, P.; PASSERON, J.C. **Escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- BOURDIEU, P.; PASSERON, J.C. **La distinction: critique social du jugement**. Paris: Minuit, 1979.
- BOURDIEU, P.; PETERS, G. Habitus, reflexividade e neo-objetivismo na teoria da prática. **Rev. bras. Ci. Soc.**, [S.l.], v. 28, n. 83, p. 47-71, outubro, 2013.
- BOURDIEU, P.; SAINT-MARTIN, M. Goftts de classe et styles de vie. (Excerto do artigo "Anatomie du goftt"). **Actes de Ia Recherche en Sciences Sociales**, n. 5, out. p. 18-43, 1976. (Traduzido por Paula Montero)
- BRAGA, A. C. L. **Arquitetura em Belém no século XVIII**: as obras de Antônio Landi. 1998. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 1998.
- BRAGA, E. O. Gentrificação. *In*: GRIECO, B.; TEIXEIRA, L.; THOMPSON, A. (org.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro; Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016. (verbeta).
- BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. **Portaria n. 420**, de 22 de dezembro de 2010. Brasília, DF 2010. Legislação Federal. Disponível em [http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria\\_n\\_420\\_de\\_22\\_de\\_dezembro\\_de\\_2010.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria_n_420_de_22_de_dezembro_de_2010.pdf). Acesso em: 3 fev. 2018.
- BRASIL. Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia. **Decisão Normativa n. 83**, de 26 de setembro de 2008. Dispõe sobre procedimentos para a fiscalização do exercício e das atividades profissionais referentes a monumentos, sítios de valor cultural e seu entorno ou ambiência. Disponível em: <http://normativos.confed.org.br/downloads/0083-08.pdf>. Acesso em: 2 jan. 2016.
- BRASIL. **Lei n. 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: Senado Federal, 1996.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 3 fev. 2018.

BRASIL. Decreto n. 25, de 30 de novembro de 1937. Regula prescrição quinquenal. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 1937.

BURGEILE, O.; BUENO, J. L. P.; PACÍFICO, J. M. (org.). **Olhares da mídia na Amazônia: movimentos e manifestações**. Porto Velho: RO, Editora EDUFRO, 2016. 123p. Disponível em: [http://www.edufro.unir.br/uploads/08899242/ebooks/2619\\_livro\\_e\\_book\\_prof\\_a\\_odete\\_diagramacao.pdf](http://www.edufro.unir.br/uploads/08899242/ebooks/2619_livro_e_book_prof_a_odete_diagramacao.pdf). Acesso em: 3 dez. 2019

BURGESS, E. W. O crescimento da cidade: introdução a um projeto de pesquisa, 1925. *In*: PIERSON, D. (org.). **Estudos de Ecologia Humana**. São Paulo: Martins, 1948. Tomo I. p. 353-368.

BURGESS, E. W. The growth of the city: an introduction to a research project. *In*: FYFE, N. R. *et al.* **The city: suggestions for the investigation of human behavior in the urban environment**. Chicago: The University of Chicago Press, 1925. p 47-62. Disponível em: [http://shora.tabriz.ir/Uploads/83/cms/user/File/657/E\\_Book/Urban%20Studies/park%20burgess%20the%20city.pdf](http://shora.tabriz.ir/Uploads/83/cms/user/File/657/E_Book/Urban%20Studies/park%20burgess%20the%20city.pdf). Acesso em: 25 maio 2018.

BUTLER, T. Gentrification and the urban middle classes. *In*: BUTLER, T.; SAVAGE, M. **Social change and the middle classes**. London: University College London Press, 1979.

BUTLER, T.; HAMNETT, C. Gentrification, class and gender: some comments on Ward's "gentrification as consumption". **Environment & Planning D: Society and Space**, [S.l.], v. 12, n. 4, p. 477-493, 1994.

BYRNE, D.; OLSEN, W.; DUGGAN, S. Causality and interpretation on qualitative policy-related research. *In*: BYRNE, D. **The SAGE Handbook of Case: Based Methods**. [S.l.: s.n.], 2013. p. 1-561.

CACCAVONI, A. **Álbum MDCCCXCIX Amazonia**. 1898. Disponível em: [https://pt.scribd.com/document/251535577/MDCCCXCIX-AMAZONIA-Arthur-Caccavoni#fullscreen&from\\_embed](https://pt.scribd.com/document/251535577/MDCCCXCIX-AMAZONIA-Arthur-Caccavoni#fullscreen&from_embed). Acesso em: 23 jul. 2018

CALÇADE, P.; MENEZES, L. F. Quanto custa um aluno no Brasil? **Nova Escola**, 2018. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/11890/quanto-custa-um-aluno-no-brasil>. Acesso em: 12 jan. 2020.

CAMPOS, H. A.; SILVEIRA, R. L. L. da; CRUZ, P. F. de S. **Reflexões acerca dos conceitos e referenciais teóricos sobre reestruturação urbana e os novos produtos imobiliários**. *In*: CAMPOS, H. A.; SILVEIRA, R. L. L. da. (org.). Valorização do solo e reestruturação urbana: os novos produtos imobiliários na Região dos Vales – RS [recurso eletrônico]. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2014. Dados eletrônicos Texto eletrônico Modo de acesso: World Wide Web: ISBN: 978-85-7578-397-9. Disponível em: [http://unisc.br/editora/e\\_book\\_valorizacao\\_do\\_solo.pdf](http://unisc.br/editora/e_book_valorizacao_do_solo.pdf). Acesso em: 2 jun. 2018.

CAMPOS, M. M. (org.). **Consulta sobre a qualidade da educação na escola. Relatório técnico final**. São Paulo: Campanha Nacional pelo Direito à Educação/Fundação Carlos Chagas, 2000.

- CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Banco de Teses e dissertações da Capes**. 2017. Disponível em: <http://bancodeteses.capes.gov.br/bancoteses/#/>. Acesso em: 15 set. 2017.
- CARDOSO, A. C. D. *et al.* A estrutura socioespacial da região metropolitana de Belém: de 1990 a 2000. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 10, n. 1, p. 143-183, dez. 2006. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/76/148>. Acesso em: 4 jul. 2018.
- CARDOSO, A. C. D.; RODRÍGUES, A. **Uma janela para o Reduto**: estudo de renovação urbana. 1990. 122f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Curso de Arquitetura e Urbanismo, Centro Tecnológico, Universidade Federal do Pará, Belém, 1990.
- CARLOS, A. F. A. *et al.* **A produção do espaço urbano**: agentes e processos, escalas e desafios, São Paulo: Contexto, 2011.
- CARLOS, A. F. A. **O espaço urbano**: novos escritos sobre a cidade. São Paulo: Labur Edições, 2007.
- CARLOS, A. F. A. **Cidade**. São Paulo: Contexto, 1992. (Coleção Repensando a Geografia)
- CARPENTER, J.; LEES, L. Gentrification in New York, London and Paris: an international comparison. **International Journal of Urban & Regional Research**, [S.l.], v. 19, n. 2, p. 286-303, 1995.
- CASTELLS, M. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- CASTELLS, M. Planificación urbana y movimientos sociales: el caso de la renovación urbana en París. *In*: BERINGUIER, C.; CASTELLS, M. *et al.* **Urbanismo y práctica política**. Barcelona: Los libros de la frontera, 1974. p. 125-160.
- CHAVES, M. A. R.; COELHO, I. M.; SILVEIRA NETO, J. R. Baixadas de Belém, Problema secular: aspectos históricos e sociais – a Engenharia Sanitária a serviço da comunidade. **Revista de Cultura do Pará**, Belém: Conselho Estadual de Cultura, Ano 5, n. 20 e 21, jul.-dez. 1975.
- CHIACCHIO, M. A. **Indústria e desenvolvimento regional**: a trajetória da perfumaria Phebo em Belém. 2010. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Universidade Federal do Pará, Belém, PA, 2010.
- CHOAY, F. **A Alegoria do Patrimônio**. São Paulo: UNESP, 2001.
- CLARK, E. The rent gap and urban change: case studies in Malmö 1860–1985. **Geografiska Annaler (B)**, [S.l.], v. 70, p. 241-254, 1988.
- CLAVER, N. A ciutat vella de Barcelona: renovação ou gentrificação? *In*: BIDOU-ZACHARIASEN, C. (coord.). **De volta à cidade**: dos processos de gentrificação às políticas de revitalização dos centros urbanos. São Paulo: Annablume, 2006. p. 145-165.
- CODATO, A.; LEITE, F. B. Classe social. *In*: BUARQUE DE ALMEIDA, H.; SZWAKO, J. (org.) Diferenças, igualdade. São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2009. p. 7-29.
- COHAB – COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ. **Oferta e demanda habitacional no Centro Histórico de Belém**. Belém, 2009.
- COLBY, C. C. Centrifugal and Centripetal Forces in Urban Geography. *In*: KOHN, C. M. R. (ed.). **Readings in Urban Geography**. Chicago: The Chicag ed., 1933. p. 287-298.

- COLEÇÃO – **Imagens Período Colonial – Pará**, 2018. Disponível em: <http://www.sudoestsp.com.br/file/colecao-imagens-periodo-colonial-para/679/>. Acesso em: 2 jul. 2018.
- CORDEIRO, L. **O Estado do Pará: Seu Comércio e Indústrias de 1719 a 1920**. Belém: Tavares Cardoso & Cia. 1920.
- CORRÊA, A. J. L. **O espaço das ilusões: planos compreensivos e planejamento urbano na região metropolitana de Belém**. 1989. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano) – NAEA, Universidade Federal do Pará, Belém, 1989.
- CORRÊA, R. L. **Caminhos paralelos e entrecruzados**. São Paulo: Editora Unesp, 2018. (E-book). Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=wJSNDwAAQBAJ&pg=PT16&dq=A+pol%C3%ADtica+de+revitaliza%C3%A7%C3%A3o+%C3%A9+um+esfor%C3%A7o+para+romper+com+esta+situa%C3%A7%C3%A3o,+enquanto+a+gentrifica%C3%A7%C3%A3o+introduz+novo+s+processos+e+novas+formas&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwiQ37Kc8sbnAhXTD7kGHSEiDe8Q6AEIKTAA#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 10 jan. 2020.
- CORRÊA, R. L. Áreas sociais: uma avaliação e perspectivas. **Geosp – Espaço e Tempo**, (*on-line*), v. 20, n. 1, p. 10-33, maio, 2016. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/111752>. Acesso em: 13 dez. 2019.
- CORRÊA, R. L. **Processo, forma e significado: uma breve consideração**. Porto Alegre: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 2009. Disponível em: <https://www.ihgrgs.org.br/artigos/contibuicoes/Roberto%20Lobato%20Corr%C3%AAa%20-%20Processo,%20Forma%20e%20Significado.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2019.
- CORRÊA, R. L. **O Espaço Urbano**. 4. ed. São Paulo: Ática, 1989.
- CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo: [s.n.], 1983.
- COSTA MOREIRA, C. **A cidade contemporânea entre a tabula rasa e a preservação: cenários para o porto do Rio de Janeiro**. São Paulo: Edunesp, 2005.
- COSTA, G. G. da. As cidades amazônicas na América portuguesa. **Revista Eletrônica Examãpaku**, [S.l.], v. 7, n. 2, 2014.
- COSTA, G. G. da; SUDÉRIO, M. de O. Redes de cidades amazônicas: Belém, Santarém, Manaus e Rio Branco. In: III SIMPÓSIO LUSO-BRASILEIRO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA. 3, 2009, Ouro Preto. **Anais [...]**, Ouro Preto: UFMG, 2009.
- COSTA, M. C. L. da. **Impactos no entorno de polos geradores de tráfego: estudo de caso em Belém-PA**. 2011. Dissertação (Mestrado) – Universidade da Amazônia, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente Urbano, 2011.
- COULON, A. **A Escola de Chicago**. Campinas, SP: Papius, 1995.
- CRESWELL, J. W. **Advances in mixed methods research**. Paper presented at the 18th CAQD conference, Berlin, Germany, March, 2016. Disponível em: <https://www.johnwcreswell.com/books>. Acesso em: 3 nov. 2019.
- CRESWELL, J. W. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3. ed. Tradução Magda Lopes. Porto Alegre: ARTMED, 2010. 296p.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Tradução Luciana de Oliveira da Rocha. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4573912/mod\\_resource/content/1/Creswell.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4573912/mod_resource/content/1/Creswell.pdf). Acesso em: 2 dez. 2015.

CRIEKINGEN, M. V. A cidade renasce! Formas, políticas e impactos da revitalização residencial em Bruxelas. *In*: BIDOUC-ZACHARIASEN, C. (org.). **De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos**. São Paulo: Annablume, 2006. p. 89-120.

CRUZ, E. **História de Belém**. Belém: UFPA, 1973a. 1 v. (Coleção Amazônica. Série José Veríssimo). Disponível em: <http://livroaberto.ufpa.br/jspui/handle/prefix/89>. Acesso em: 2 set. 2017.

CRUZ, E. **História de Belém**. Belém: UFPA, 1973b. 2 v. (Coleção Amazônica. Série José Veríssimo). Disponível em: <https://ufpadoisponzero.wordpress.com/2014/01/20/historia-do-para-volume-i-ii/>. Acesso em: 2 set. 2017.

CRUZ, E. **Ruas de Belém: significado histórico de suas denominações**. 2. ed. Belém: CEJUP, 1992. Disponível em: <https://fauufpa.org/2014/04/06/ruas-de-belem-significado-historico-de-suas-denominacoes-por-ernesto-cruz/>. Acesso em: 12 dez. 2019.

CRUZ, P. F. de S. **Reestruturação urbana em Petrolina – PE: um olhar a partir da implantação dos novos produtos imobiliários**. 2013. Dissertação (Mestrado) – Universidade federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Arquitetura, Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional, Porto Alegre, RS, 2013.

CRUZ, P.; MONTEIRO, L. (org.). **Anuário brasileiro da educação básica**. São Paulo: Todos Pela Educação; Moderna, 2018.

CUIN, C.; GRESLE, F. História da sociologia. **Cadernos Ensaio Pequeno Formato**, São Paulo, v. 10, 1994.

CURY, I. (org.). **Cartas Patrimoniais**. 3. ed. rev. aum. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.

D'ABBEVILLE, C. **História da missão dos padres Capuchinhos na ilha do Maranhão e terras circunvizinhas**. Brasília: Senado Federal; Conselho Editorial, 2008.

DE PAULA, A. S. do N *et al.* Universidade e Sociedade. **#62ANDES-SN**, junho de 2018. Disponível em: <http://portal.andes.org.br/imprensa/publicacoes/imp-pub-979565262.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2020.

DEÁK, C. Rent theory and the price of urban land/ Spatial organization in a capitalist economy PhD Thesis, Cambridge. 1985

DEMO, P. **Metodologia científica em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1995.

DIAS, A. F.; AFONSO, S. O uso como mecanismo de proteção do patrimônio edificado: um estudo de caso da área central de Florianópolis. *In*: IX ENCAC 2007, Ouro Preto, agosto, 2007. **Anais [...]**, Ouro Preto, 2007.

DIAS, R. P.; LUZ, L. M. da. Análise multitemporal do uso e ocupação do solo da bacia hidrográfica urbana de Armas-Reduto, Belém, PA. *In*: XVIII SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO (SBSR), de 28 a 31 de maio de 2017. **Anais [...]**, INPE, Santos, SP, 2017. Disponível em: <https://proceedings.science/sbsr/papers/analise->

multitemporal-do-uso-e-ocupacao-do-solo-da-bacia-hidrografica-urbana-de-armas-Reduto--belem-pa?lang=pt-br Capturado 5-2-2020. Acesso em: 2 jan. 2018.

DICIONÁRIO AULETE DIGITAL. **Significado de Gentrificação**. 2019a. Disponível em: <http://www.aulete.com.br/gentrifica%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 23 jul. 2019.

DUARTE, C. F. **Belém do Pará na virada do século**: modernidade no plano urbanístico de expansão da cidade. 1997. 84p. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) – PROURB – FAU/UFRJ, Rio de Janeiro, 1997.

DUARTE, R. G. O processo de reabilitação e renovação urbana na cidade do Rio de Janeiro e suas perspectivas. **Scripta Nova Revista electrónica de geografía y ciencias sociales**, 2005.

ESTANQUE, E. **A classe média**: ascensão e declínio. Lisboa, Portugal: FFMS, 2012.

EUROSTAT. **Education and training statistics at regional level**. 2019. Disponível em: [https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php?title=Education\\_and\\_training\\_statistics\\_at\\_regional\\_level](https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php?title=Education_and_training_statistics_at_regional_level). Acesso. 11 jan. 2020.

FAPESPA – Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas. **Estatísticas Municipais Paraenses**, Belém, Diretoria de Estatística e de Tecnologia e Gestão da Informação, Belém, semestral, n. 1, jan.- jun., 2016.

FEATHERSTONE, M. **Cultura de consumo e pós-modernismo**. São Paulo: Studio Nobel, 1995.

FERNANDES, A. C. Da reestruturação corporativa à competição entre cidades: lições urbanas sobre os ajustes de interesses globais e locais no capitalismo contemporâneo. **Espaço & Debates**, [S.l.], 41, p. 26-45, 2001.

FERREIRA, A. B. H. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FERREIRA, C. F. **Produção do espaço urbano e degradação ambiental**: um estudo sobre a várzea do Igarapé Tucunduba, Belém-PA. São Paulo, 1995. Dissertação (Mestrado em Geografia Física) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/ Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

FERREIRA, R. S. da C. **Para além das formas e das funções**: preservação e gestão da paisagem do Centro Histórico de Belém (CHB) na perspectiva do espaço como instância e produção social. 2014. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2014.

FGV SOCIAL. **Desenvolvimento humano e bem-estar**. 2018. Disponível em: <https://cps.fgv.br/temas/14%2B15%2B16>. Acesso em: 12 jan. 2020.

FLORIDA, R. **A ascensão da classe criativa**. Porto Alegre, RS: L&PM, 2011.

FONSECA, M. C. L. **O patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Minc-Iphan, 2005.

FORSTER, D. **Nunca é tarde para obter um diploma**. Quase um terço dos universitários matriculados no Brasil tem idade acima de 30 anos. Cursos a distância e tecnólogos atraem alunos mais velhos. Entrevistadora Adriana Czelusniak. *Gazeta do Povo*. 2013. Disponível

em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/nunca-e-tarde-para-obter-um-diploma-331qofnj02pdqwx0p0iqvotou/> Acesso em 17 de jan. de 2020

FRIEDBERGER, M. Rural gentrification and livestock raising: Texas as a test case, 1940-1995. **Rural History: Economy, Society, Culture**, [S.l.], v. 7, n. 1, p. 53-68, 1996.

FRÚGOLI JR., H. **Sobre o alcance do conceito de gentrification para pensar sobre intervenções urbanísticas em áreas centrais de cidades brasileiras**: o caso de São Paulo. Texto apresentado no “Primer Congreso Latinoamericano de Antropología”, no Simpósio “Ciudad y ciudades” (coordenado por Mónica Lacarrieu e por Heitor Frúgoli Jr.), em Rosario, 11 a 15 de julho de 2005.

FRÚGOLI JR., H.; SKLAIR, J. O bairro da Luz em São Paulo: questões antropológicas sobre o fenômeno da gentrification. **Cuadernos de Antropología Social**, [S.l.], n. 30, p. 119-136, 2009. Disponível em:

[https://www.researchgate.net/profile/Jessica\\_Sklair/publication/262588943\\_O\\_bairro\\_da\\_Luz\\_em\\_Sao\\_Paulo\\_questoes\\_antropologicas\\_sobre\\_o\\_fenomeno\\_da\\_gentrification/links/58bffc1a6fdcca74cfeebf0/O-bairro-da-Luz-em-Sao-Paulo-questoes-antropologicas-sobre-o-fenomeno-da-gentrification.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Jessica_Sklair/publication/262588943_O_bairro_da_Luz_em_Sao_Paulo_questoes_antropologicas_sobre_o_fenomeno_da_gentrification/links/58bffc1a6fdcca74cfeebf0/O-bairro-da-Luz-em-Sao-Paulo-questoes-antropologicas-sobre-o-fenomeno-da-gentrification.pdf). Acesso em: 3 dez. 2019.

FURTADO, C. R. Intervenção do Estado e (re)estruturação urbana: um estudo sobre gentrificação. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, v.16, n. 32, p. 341-363, 2014.

FURTADO, C. R. **Gentrificação e (re)organização urbana no Brasil**: o caso de Porto Alegre (1965-1995). 2003. 255f. Tese (Doutorado em Filosofia e Ciências Humanas) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2003.

FYFE, N. R.; KENNY, J. Introduction; Foundations: introduction to part one. *In*: FYFE, N. R.; KENNY, J. (org.). **Urban geography reader**. London; New York: Routledge, 2005a. p. 1-18.

GADENS, L. T. **O processo de degradação física das áreas centrais e sua relação com dinâmica urbana: estudo de caso em Curitiba, Paraná**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana, Pontifícia Universidade Católica de Paraná, Curitiba, 2010.

GALIZA, H. R. S. **Reabilitação de áreas centrais sem gentrificação**. 2015. 191f. Tese (Doutorado em Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Urbanismo. UFRJ/PROURB. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2015.

GANS, H. **People and plns**. New York: Basic Books. 1968

GARRIDO, C. M. **Fortificações do Brasil**: separata do volume III dos Subsídios para a História Marítima do Brasil. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1940.

GASPAR, S. dos S. Gentrification: processo global, especificidades locais? **Ponto Urbe**, [online], v. 6, 2010 Disponível em: <http://journals.openedition.org/pontourbe/1575>. Acesso em: 3 jan. 2020.

GAULD, C. A. **The last titan**: Percival Farquhar, American Entrepreneur in Latin America. Foreword by Ronald Hilton. Stanford University, 1964.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. (org.). **Métodos de pesquisa**. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica –

Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2016.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. Disponível em: [https://professores.faccat.br/moodle/pluginfile.php/13410/mod\\_resource/content/1/como\\_elaborar\\_projeto\\_de\\_pesquisa\\_-\\_antonio\\_carlos\\_gil.pdf](https://professores.faccat.br/moodle/pluginfile.php/13410/mod_resource/content/1/como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf). Acesso em: 20 out. 2016.

GISBORNE, T. **An Enquiry Into the Duties of Men in the Higher and Middle Classes of Society in Great Britain**. [S.l.: s.n.], 1794.

GLASS, R. **Clichés of urban doom**. Cambridge, Mass and Oxford, UK: Blackwell, 1989. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/030913259001400421>. Acesso em: 7 jan. 2017.

GLASS, R. London: Aspects of Change. *In*: LEE, L.; SLATER, T.; WYLY, E. **The Gentrification Reader**. New York: Routledge, (2010 [1964]). p. 7-8. Disponível em: <https://www.worldcat.org/title/london-aspects-of-change/oclc/1618199>. Acesso em: 5 jan. 2016.

GLOSSÁRIO IBGE. **Censo**. 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/materiais/guia-do-censo/glossario.html>. Acesso em: 2 jul. 2019.

GOMES, R. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. *In*: DESLANDES, S. F. *et al.* (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 26. ed. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 79-108.

GONÇALVES, C. V. P. **Amazônia, Amazônias**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2005.

GONÇALVES, J. C. S. **The environmental performance of tall buildings**. London: Earthscan, 2010.

GOOGLE. **Clear Google Drive space & increase storage**. 2017. Disponível em: [https://one.google.com/about?gclid=Cj0KCQiA4sJyBRC5ARIsAEHsELE8bXfhGDVSNHfsJmUIDKmZaXQNp0gr8yskBO6KM-kF7sByZGP3HsaAh0MEALw\\_wcB#upgrade](https://one.google.com/about?gclid=Cj0KCQiA4sJyBRC5ARIsAEHsELE8bXfhGDVSNHfsJmUIDKmZaXQNp0gr8yskBO6KM-kF7sByZGP3HsaAh0MEALw_wcB#upgrade). Acesso em: 18 jun. 2019.

GOTTDIENER, M. **A produção social do espaço urbano**. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 1997.

GOTTDIENER, M. **A produção social do espaço urbano**. Tradução: Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1993.

GOULART, R. processo de reabilitação e renovação urbana na cidade do Rio de Janeiro e suas perspectivas. **Scripta Nova Revista electrónica de geografía y ciencias sociales**, Barcelona: Universidad de Barcelona, v. IX, n. 194, p. 44, 1º de agosto de 2005. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-194-44.htm>. Acesso em: 18 jun. 2018.

GROULX, L. H. Contribuição da pesquisa qualitativa à pesquisa social. *In*: POUPART, J. *et al.* (org.). **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 95-124.

- GÜNTHER, H. Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é a questão? **Psicologia: teoria e pesquisa**, Universidade de Brasília, Brasília, DF, v. 22, n. 2, p. 201-210, maio/ago. 2006.
- GURAN, M. **Linguagem fotográfica e informação**. 2. ed. Rio de Janeiro: Gama Filho, 1999.
- GUTTERRES, A. S. **A resiliência enquanto experiência de dignidade**: antropologia das práticas políticas em um cotidiano de lutas e contestações junto a moradoras ameaçadas de remoção nas cidades sede da Copa do Mundo 2014 (Porto Alegre, RS e Rio de Janeiro, RJ). 2016. 439f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Porto Alegre, 2016.
- HACKWORTH, J. Postrecession gentrification in New York City. **Urban Affairs Review July**, [S.l.], v. 37, n. 6, p. 815-843, 2002. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/107874037006003>. Acesso em: 5 jan. 2006.
- HACKWORTH, J. **The neoliberal city**: governance, ideology, and development in American urbanism. Ithaca: Cornell University Press, 2007. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/10.7591/j.ctt7z5hr>. Acesso em: 5 jan. 2016.
- HACKWORTH, J.; SMITH, N. The changing state of gentrification. **Tijdschrift voor Economische en Sociale Geografie**, [S.l.], v. 22, n. 2, p. 464-477, 2001. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/1467-9663.00172>. Acesso em: 1º jan. 2016.
- HAMMEL, D. J. Re-establishing the rent-gap: an alternative view of capitalised land rent. **Urban Studies**, [S.l.], v. 36, n. 8, p. 1.283-1.293, 1999.
- HAMNETT, C. Gentrification and the Middle-Class Remaking of Inner London: 1961-2001. **Urban Studies**, [S.l.], v. 40, n. 12, p. 2.401-2.426, 2003. Disponível em: <http://usj.sagepub.com/content/40/12/2401.full.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2016.
- HAMNETT, C. Gentrification, Postindustrialism, and Industrial and Occupational Restructuring in Global Cities. *In*: BRIDGE, G.; WATSON, S. (ed.). **A Companion to the City**. Oxford: Blackwell, 2000.
- HAMNETT, C. The relationship between residential migration and housing tenure in London, 1971-1981: a longitudinal analysis. **Environment and Planning A**, [S.l.], v. 23, n. 8, p. 1.147-1.162. 1991. Disponível em: <http://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1068/a231147>. Acesso em: 20 out. 2016.
- HARDOY, J. E.; GUTMAN, M. Impacto de la urbanización en los centros históricos de Iberoamérica. **Tendencias y Perspectivas**, Madrid: MAPFRE, 1992.
- HARVEY, D. **Os limites do capital**. Tradução Magda Lopes. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.
- HARVEY, D. The right to the city. **New Left Review**, [S.l.], n. 53, 2008. Disponível em: <https://newleftreview.org/issues/ii53/articles/david-harvey-the-right-to-the-city>. Acesso em: 10 jun. 2019.
- HARVEY, D. **Spaces of global capitalism**: towards a theory of uneven geographical development. London; New York: Verso, 2006.
- HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. Tradução Carlos Szlak. Coordenação. Antônio Carlos Robert Moraes. São Paulo: Annablume, 2005.

- HARVEY, D. The new imperialism: accumulation by dispossession. **Socialist Register**, [S.l.], v. 40, The New Imperial Challenge, 2004a. p. 63-87.
- HARVEY, D. **Espaços de esperança**. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. Loyola: São Paulo, 2004b.
- HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: edições Loyola, 1996.
- HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.
- HARVEY, D. **The Urban Experience**. Oxford: Basil Blackwell. 1991.
- HARVEY, D. From managerialism to entrepreneurialism: the transformation in urban governance in late capitalism. **Geografiska Annaler (B)**, [S.l.], v. 71, n. 1, p. 3-17, 1989.
- HARVEY, D. **Consciousness and the urban experience**. Oxford: Basil Blackwell, 1985a.
- HARVEY, D. **The urbanization of capital**. Oxford: Basil Blackwell, 1985b.
- HARVEY, D. O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas. Tradução Flávio Villaça. **Espaço & Debates**, São Paulo, ano II, n. 7, p. 6-35, set. 1982. Disponível em: <https://antropologiadeoutraforma.files.wordpress.com/2014/03/david-harvey-o-trabalho-ocapital-e-harvey-david-o-conflito-de-classes-em-torno-do-ambiente-construc3addo-nassociedades-capitalistas-avanc3a7adas.pdf>. Acesso em: 20 out. 2018.
- HARVEY, D. **The urban process under capitalism**: a framework for analysis. Oxford : Blackwell, 1978
- HERRERA, L. M. G.; BEL, F. S. (ed.). **Neil Smith**: gentrificación urbana y desarrollo Desigual. Barcelona: Icaria, Colección Espacios Críticos, 2015. p. 148-190. (ISBN 978-84-9888-670-2)
- HIERNAUX-NICOLAS, D. A reapropriação de bairros da Cidade do México pelas classes médias: em direção a uma gentrificação?. In: BIDOZ-ZACHARIASEN, C. (org.). **De volta à cidade**: dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos. São Paulo: Annablume, 2006. p. 229-264.
- HOLT, D. B. Does Cultural Capital Structure American Consumption. **Journal of Consumer Research**, [S.l.], v. 37, June, 1998.
- HOYT, H. The pattern of movement of residential rental neighborhoods. In: FYFE, N. R.; KENNY, J. (org.). **Urban geography reader**. London; New York: Routledge, 2005 [1939]. p. 28-36.
- HOYT, H. The Pattern of Movement of Residential Rental Neighborhood. In: MAYER, H. M.; KOHN, C. F. **Readings in Urban Geography**. Chicago: The University of Chicago Press, 1958.
- HURLEY, J. **Belém do Pará sob o domínio Português; 1616-1823**. Belém: L.Classica, 1940. 261 p. II.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Aspectos dos cuidados das crianças de menos de 4 anos de idade**: 2015/IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv100137.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2020.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. 2013. Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/projecao\\_da\\_populacao/2013/default.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/projecao_da_populacao/2013/default.shtm). Acesso em: 3 nov. 2016.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico. 2000**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/pt/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=783>. Acesso em: 3 nov. 2016

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2010**: resultados do universo – base de informações por setores censitários, PA. Rio de Janeiro: En línea, 2010a. Disponível em: [ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo\\_Demografico\\_2010/Resultados\\_do\\_Universo/Agregados\\_por\\_Setores\\_Censitarios/PA\\_20171016.zip](ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Resultados_do_Universo/Agregados_por_Setores_Censitarios/PA_20171016.zip). Acesso em: 10 nov. 2019.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2010**: resultados do universo. Rio de Janeiro: En línea, 2010b. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/painel/?nivel=st>. Acesso em: 10 nov. 2019.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2010**: resultados do universo – malha de setores censitários, PA. Rio de Janeiro: En línea, 2010c. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopseporsetores/?nivel=st/>. Acesso em: 10 nov. 2019.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico, 1872**. Recenseamento do Brazil em 1872. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=225477&view=detalhes>. Acesso em: 3 nov. 2016.

INSTITUTO MERCADO POPULAR.ORG. **Mais gastos não implicam maior qualidade na educação**. 2017. Disponível em: <https://mercadopopular.org/politicas-publicas/mais-gastos-nao-implicam-maior-qualidade-na-educacao/>. Acesso em: 4 ago. 2019.

IPHAN – INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Bens Tombados**. 2019. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/126>.. Acesso em: 5 jul. 2019.

IPHAN – INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Tombamento**. [2019]. <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Tombamento2.pdf>. Acesso em: 2 jun. 2019.

IPHAN – INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **O Iphan**. [2018]. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/872>. Acesso em: 2 jun. 2018.

IPHAN – INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Parecer n. 011/2010-DEPAM-IPHAN**. Processo de Tombamento n. 1.071-T-82: Conjunto Arquitetônico da Cidade Velha e Campina (ou Comércio), no Município de Belém-PA, 2010.

IPHAN – INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Coletânea de leis sobre preservação do patrimônio. Rio de Janeiro: IPHAN, 2006.

IPHAN – INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Cartas Patrimoniais**. 3. ed. Revista e Aumentada. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.

JACOBS, J. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Wmf Martins Fontes, 2014

JAMESON, F. **Pós-Modernismo**: a lógica cultural do capitalismo tardio. São Paulo: Ática, 1997.

JANOWSKI, D. A. A teoria de Pierre Bourdieu: Habitus, campo social e capital cultural. *In*: VIII JORNADAS DE SOCIOLOGÍA DE LA UNLP, 3 al 5 de diciembre de 2014, Ensenada, Argentina. **Actas** [...], La Plata: UNLP. FAHCE. Departamento de Sociología. En Memoria Académica, 2014. Disponible en: [http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/trab\\_eventos/ev.4639/ev.4639.pdf](http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/trab_eventos/ev.4639/ev.4639.pdf). Acesso em: 25 maio 2018.

JAUHIAINEN, J. Urban regeneration from global to local culture (trad.). **Terra**, [S.l.], v. 104, n. 2, p. 70-81, 1992.

JOAS, H. Interacionalismo simbólico. *In*: GIDDENS, A.; TURNER, J. (org.). **Teoria Social Hoje**. São Paulo: Editora UNESP, 1999. p. 127-174. Disponível em: <https://felipemaiasilva.files.wordpress.com/2017/08/giddens-turner-orgs-teoria-social-hoje.pdf>. Acesso em: 25 maio 2018.

JÚNIOR, C. J. G. da G. *et al.* Morfometria e morfografia dos bairros da Campina, Reduto e Umarizal, Belém, PA. **Boletim Amazônico de Geografia**, Belém, v. 3, n. 6, p. 20-43. jul.-dez. 2016. Disponível em: <https://docplayer.com.br/50931837-Morfometria-e-morfografia-dos-bairros-da-campina-Reduto-e-umarizal-belem-pa.html>. Acesso em: 10 dez. 2019.

KATO, H. C. de A. **Aldeia dos tupinambás, Santa Maria do Grão Pará, Belém**: 400 anos de saberes e sabores. Site do Instituto Paulo Martins, seu uso por terceiros está condicionado às leis nacionais de direitos autorais. 2018. Disponível em: <http://www.institutopaulomartins.org.br/arquivos/concurso400anos2Lugar.pdf>. Acesso em: 6 jul. 2018.

KERN, A. **A arqueologia história missioneira**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

KILIAN, T. Public and Private, Power and Space. *In*: ANDREW, L.; SMITH, J. M. (org.). **The Production of Public Space**. New York: Rowman & Littlefield Publishers, 1998.

KOHL, J. G. **Die deutsch-russischen Osteseeprovinzen, oder Natur-und Volkerleben in Kur-, Liv- und Esthland**. Desden & Leipzig: Arnoldische Buchhandlung, 1941. v. 2.

KOHLSDORF, M. E.; KOHLSDORF, G. **Dimensões morfológicas dos lugares**: dimensão topceptiva. Brasília, DF, março de 2005.

KOSTOF, S. **The city shaped**: urban patterns and meanings through history. London: Thames and Hudson, 1991.

LABORATÓRIO VIRTUAL. FAU – Laboratório Virtual – ITEC/UFPA. **Usina da Pará Electric (1911 e 1934)**. [2014]. Disponível em: <https://fauufpa.org/2014/05/16/usina-da-para-eletric-1911-e-1934/>. Acesso em: 16 maio 2014.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LAMBERT, C.; BODDY, M. Transforming the city: post-recession gentrification and reurbanisation. **Paper from the Upward Neighbourhood Trajectories Conference**, University of Glasgow, 2002. Disponível em: <http://www.bris.ac.uk/sps/cnrpaperspdf/cnr6pap.pdf>. Acesso em: 6 jan. 2017.

LASH, S.; URRY, J. **The Endo for Organised Capitalism**. Wisconsin: The University of Wisconsin Press, 1987.

LEES, L.; LEY, D.. Introduction to special issue on gentrification and public policy. **Urban Studies**, [S.l.], v. 45, n. 12, p. 2.379-2.384, 2008. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0042098008097098?journalCode=usja>. Acesso em: 5 jan. 2016.

LEES, L.; SLATER, T.; WYLY, E. **Gentrification**. Londres, Routledge, 2008

LEFEBVRE, H. **Espaço e Política**. Tradução: Margarida Maria de Andrade e Sérgio Martins Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. 190 p .

LEFEBVRE, H. **La production de l'espace**. 4. ed. Paris: Ed. Anthropos, 2000 [1974].

LEFEBVRE, H. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev.2006. Disponível em: [https://gpect.files.wordpress.com/2014/06/henri\\_lefebvre-a-produc3a7c3a3o-do-espac3a7o.pdf](https://gpect.files.wordpress.com/2014/06/henri_lefebvre-a-produc3a7c3a3o-do-espac3a7o.pdf). Acesso em: 10 jan. 2017.

LEFEBVRE, H. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 1999 [1970].

LEFEBVRE, H. **Une pensée devenue monde**. Faut-il abandoner Marx? Paris: Fayard, 1980. Disponível em: <https://www.fayard.fr/sciences-humaines/une-pensee-devenue-monde-9782213008561>. Acesso em: 10 jan. 2017.

LEFEBVRE, H. **The survival of capitalismo**: reproduction of the relations of productio. London: Allison & Busby. 1978 [1972].

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. Tradução: Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Documentos, 1969 [1968]. Disponível em: [https://monoskop.org/images/f/fc/Lefebvre\\_Henri\\_O\\_direito\\_a\\_cidade.pdf](https://monoskop.org/images/f/fc/Lefebvre_Henri_O_direito_a_cidade.pdf). Acesso em: 10 dez. 2018.

LEITE, R. P. **Contra-usos da cidade**: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea. Campinas, SP: Unicamp, 2004.

LEITE, R. P. Contra-usos e espaço público: notas sobre a construção social dos lugares na Manguetown. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [S.l.], v. 49, p. 115-134, 2002.

LEITE, R. P. S. **Espaço público e política dos lugares**. Usos do patrimônio cultural na reinvenção contemporânea do Recife Antigo. 2001. 399f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Departamento de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2001.

LEMOS, A. D. Reinvestimento: para que serve? **Empreender Dinheiro**. [2019]. Disponível em: <https://newleftreview.org/issues/ii53/articles/david-harvey-the-right-to-the-city>. Acesso em: 10 nov. 2019.

LEMOS, A. J. L. **O Município de Belém (1908)**: Relatório apresentado ao conselho municipal de Belém pelo Intendente Senador Antônio José de Lemos. 7º volume. Publicado em 1909. Disponível em: <file:///C:/Users/Val%C3%A9ria/Downloads/O%20munic%C3%ADpio%20de%20Bel%C3%A9m.%20Relat%C3%B3rio%20de%20Ant%C3%B4nio%20Jos%C3%A9%20Lemos.%201908.pdf>. Acesso em: 4 fev. 2020.

- LEMOS, A. J. **O município de Belém (1908)**: Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém Capital do Estado do Pará. Belém: Arquivo da Intendência Municipal, 1908. v. 7. Disponível em: <http://www.fcp.pa.gov.br/2016-12-19-15-31-01/o-municipio-de-belem-relatorio-apresentado-ao-conselho-municipal-de-belem-em-1909-pelo-intendente-municipal-senador-antonio-jose-de-lemos-referente-ao-ano-de-1908>. Acesso em: 4 fev. 2020.
- LEMOS, A. J. **O município de Belém (1904)**: Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém Capital do Estado do Pará. Belém: Arquivo da Intendência Municipal, 1904. v. 7. Disponível em: <http://www.fcp.pa.gov.br/2016-12-19-15-31-01/o-municipio-de-belem-relatorio-apresentado-ao-conselho-municipal-de-belem-em-sessao-solene-de-15-de-novembro-de-1905-pelo-intendente-municipal-senador-antonio-jose-de-lemos>. Acesso em: 4 fev. 2020.
- LENCIONI, S. Observações sobre o conceito de cidade e urbano. **GEOUSP-Espaço e Tempo**, [S.l.], n. 24, p. 109-123, 2008.
- LEY, D. Inner city revitalization in Canada: a Vancouver case study. **Canadian Geography**, Vancouver, n. 25, 1981.
- LEY, D.; DOBSON, C. Are there limits to gentrification? The contexts of impeded gentrification in vancouver. **Urban Studies**, [S.l.], n. 45, 2008. Disponível em: <http://usj.sagepub.com/content/45/12/2471>. Acesso em: 14 dez. 2015.
- LIMA, A. M. **Pelos trilhos dos bondes**: cidade, modernidade e tensões sociais em Belém de 1869 a 1947. 2011. 425f. Tese (Doutorado Desenvolvimento Socioambiental) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido da Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (PPGDSTU-UFPA-NAEA). Belém, 2011.
- LIMA, D. B. O. **A percepção dos agentes do mercado imobiliário sobre a preservação e a legislação do centro histórico de Belém**. Dissertação (Mestrado) – Universidade da Amazônia, Programa de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente Urbano, 2015.
- LOJKINE, J. **O Estado Capitalista e a Questão Urbana**. São Paulo: Martins Fo ed., 1997.
- LYONS, M. Employment, feminisation, and gentrification in London, 1981-93. **Environment & Planning A**, [S.l.], v. 28, n. 2, p. 341-356, 1996.
- MALOA, J. M. **A urbanização moçambicana**: uma proposta de interpretação. 2016. 373f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.
- MARANHÃO, H. **Pará, Capital**: Belém – memória & pessoas & coisas & loisas da cidade. Belém: Supercores, 2000.
- MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia Científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.
- MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- MARQUES, A. P. S. **Actores, estratégias e desenvolvimento local**: conflitos e consensos no município de Palmela no limiar do século XXI. 2006. 744f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Departamento de Sociologia da Universidade Évora. Évora, Portugal, 2006. Disponível em: <http://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/1954/1/Tese%20Completa.pdf>. Acesso em: 5 jun. 2018.

- MARQUES, A. P. S. Contribuições da Sociologia para a Análise sobre o Espaço. **Desenvolvimento e Sociedade**, [S.l.], n. 1, novembro, 2016. Disponível em: [http://www.revistas.uevora.pt/index.php/desenvolvimento\\_sociedade/article/view/165/207](http://www.revistas.uevora.pt/index.php/desenvolvimento_sociedade/article/view/165/207). Acesso em: 5 jun. 2018.
- MARX, K. O 18 brumário. *In*: MARX, K. **A revolução antes da revolução**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. v. II. p. 200. (Coleção Assim lutam os povos)
- MARX, K. **O 18 brumário de Luiz Bonaparte**. São Paulo: Centauro, 2003. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1852/brumario/cap01.htm>. Acesso em: 15 dez. 2016.
- MARX, K. Einleitung [zu den “Grundrissen der Kritik der politischen Ökonomie”]. **Ökonomische Manuskripte 1857/1858 (= MEW, Band 42)**, Berlin: Dietz Verlag, p. 430-431, 1983.
- MARX, K. **Capital**. Nova York: International Publishers. 1967.
- MARX, K. **Dezoito Brumário de Louis Bonaparte**. 1852. Disponível em <https://neppec.fe.ufg.br/up/4/o/brumario.pdf>. Acesso em: 6 jan. 2020.
- MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. Introdução de Jacob Gorender. Tradução de Luís Cláudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- MARX, K.; FRIEDRICH, E. **A Ideologia alemã**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 39-41.
- MASSEY, D. A global sense of place. **Marxism Today**, [S.l.], p. 24-29, junho de 1991.
- MEC/INEP. **Censo Escolar da Educação Básica 2015: Notas Estatísticas**. 2015. Disponível em: <https://matheussolucoes.com/panorama-da-educacao-basica-no-brasil/>. Acesso em; 10 nov. 2019.
- MEC/SEF – Ministério da Educação Secretaria de Educação Fundamental. **Políticas de melhoria da qualidade da educação: um balanço institucional**. 2002. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4568.pdf>. Acesso em; 12 jan. 2020.
- MEDEIROS, A. E. A. **Materialidade e Imaterialidade Criadoras: o Global, o Nacional e o Local na Construção do Patrimônio Cultural – o Bairro do Recife como Caso**. 2002. Tese (Programa de Pós-Graduação em Sociologia) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2002.
- MEDEIROS, S. R. F. Q. **Produção do Espaço Residencial em Natal: renda, segregação e gentrificação nos conjuntos habitacionais**. 2015. 277f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGAU/UFRN), Centro de Tecnologia. Departamento de Arquitetura. Natal, 2015.
- MEIRA FILHO, A. **Evolução Histórica de Belém do Grão-Pará**. 1. ed. Belém: Grafisa, 1976. v. I e II.
- MELA, A. **A Sociologia das Cidades**. Lisboa: Editorial Estampa, 1999.
- MELÉ, P. (Re)investir nos espaços centrais das cidades mexicanas. *In*: BIDOU-ZACHARIASEN, C. *et al.* **De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de revitalização dos centros urbanos**. São Paulo, Annablume, 2006.

MELLO JR. D. **Iconografia de Belém do Grão-Pará**. Belém: Sociedade dos Amigos de Belém, 1970.

MELO, C. M. S. Novos conceitos, velhas práticas na proteção de áreas de entorno de bens tombados federais. *In: IV ENANPARQ, ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO*. Porto Alegre, 2016. **Anais [...]**, Porto Alegre, 2016. Disponível em: <http://www.anparq.org.br/dvd-enanparq-4/SESSAO%2024/S24-04-MELO,%20C.pdf>. Acesso em: 2 jun. 2017.

MENDES, L. Cidade pós-moderna, gentrificação e a produção social do espaço fragmentado. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, v. 13, n. 26, p. 473-495, 2011.

MENDES, L. O Contributo de Neil Smith. **E-Metropolis Revista eletrônica de estudos urbanos e regionais**, [S.l.], v. 1, n. 1, p. 21-33, 2010.

MENDOZA, E. S. G. Donald Pierson and the Sociological School of Chicago in Brazil: urban studies in the city of São Paulo (1935-1950). **Sociologias**, Porto Alegre, n. 14, 2005. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-45222005000200015&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222005000200015&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 15 ago. 2006.

MERTINS, G.; BARH, J. Un modelo de la diferenciación socio-espacial de las metropolis de América Latina. **Revista Geográfica**, [S.l.], v. 98, 1983.

MILLS, E. S. **Studies in the structure of the urban economy**. Baltimore: Johns Hopkins University Press. 1972

MONTEIRO, L. M.; RODRIGUES, D. F.; MARQUES, V. T. **Experiências de pesquisa interdisciplinar: caminhos e alternativas para fenômenos complexos**. 1. ed. Rio de Janeiro: Bonecker Editora, 2016. v. 230. 130p.

MOREIRA, C. da C. **A cidade contemporânea entre a tábula rasa e a preservação: cenários para o porto do Rio de Janeiro**. São Paulo: UNESP ed., 1989.

MOREIRA, C. da C. **A cidade contemporânea entre a tábula rasa e a preservação: cenários para o porto do Rio de Janeiro**. São Paulo: Fundação Editora Unesp, 2005.

MOREIRA, E. **Belém e sua expressão geográfica**. Belém: Imprensa Universitária, 1966.

MOSCIARO, M. R. **Um estudo sobre a área central do Rio de Janeiro**. 2012. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Urbanismo da UFRJ, Rio de Janeiro, RJ, 2012. Disponível em: [https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/37959096/Dissertacao\\_-\\_MAYRA\\_RIBEIRO\\_MOSCIARO\\_2.pdf?response-content-disposition=inline%3B%20filename%3Ddissertacao\\_Gentrificacao\\_na\\_Lapa\\_Um\\_es.pdf&X-Amz-Algorithm=AWS4-HMAC-SHA256&X-Amz-Credential=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A%2F20200226%2Fus-east-1%2Fs3%2Faws4\\_request&X-Amz-Date=20200226T115558Z&X-Amz-Expires=3600&X-Amz-SignedHeaders=host&X-Amz-Signature=352cbd07f0f42d01e79a0a80eca1db3a4fe9489be80218eda4bbe390f892ab2](https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/37959096/Dissertacao_-_MAYRA_RIBEIRO_MOSCIARO_2.pdf?response-content-disposition=inline%3B%20filename%3Ddissertacao_Gentrificacao_na_Lapa_Um_es.pdf&X-Amz-Algorithm=AWS4-HMAC-SHA256&X-Amz-Credential=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A%2F20200226%2Fus-east-1%2Fs3%2Faws4_request&X-Amz-Date=20200226T115558Z&X-Amz-Expires=3600&X-Amz-SignedHeaders=host&X-Amz-Signature=352cbd07f0f42d01e79a0a80eca1db3a4fe9489be80218eda4bbe390f892ab2). Acesso em: 16 jun. 2018.

MOTTA, L.; THOMPSON, A. **Entorno de bens tombados: Série Pesquisa e Documentação do IPHAN**. 4. Rio de Janeiro: IPHAN/DAF/COPEDOC, 2010.

MOURAD, L. N. **O processo de gentrificação do centro antigo de Salvador 2000 a 2010**. 2011. 228f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em

Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Arquitetura, Salvador, 2011.

MOURÃO, L. **Memória da Indústria Paraense**. Belém: FIEPA, 1989.

MOURÃO, L. O conflito fundiário urbano em Belém (1960-1980): a luta pela terra de morar ou de especular. 1987. 576f. Dissertação (Mestrado) – Curso Internacional de mestrado e de planejamento, Universidade Federal do Pará (NAEA, PLADES, UFPA), Belém, 1987.

MUTH, R. **Cities and housing**. Chicago: University of Chicago Press. 1969.

NAJAR, A. L.; MARQUES, E. C. A sociologia urbana, os modelos de análise da metrópole e a saúde coletiva: uma contribuição para o caso brasileiro. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S.l.], v. 8, n. 3, p. 703-712, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/%0D/csc/v8n3/17451.pdf>. Acesso em: 25 maio 2018.

NOBRE, E. C. A. Intervenções urbanas em Salvador: turismo e gentrificação no processo de renovação urbana do Pelourinho. *In: X ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR. CIDADE, PLANEJAMENTO E GESTÃO URBANA: HISTÓRIA DAS IDEIAS, DAS PRÁTICAS E DAS REPRESENTAÇÕES*. Belo Horizonte, 2003. **Anais [...]**, Belo Horizonte, 2003. Disponível em: [http://labhab.fau.usp.br/biblioteca/textos/nobre\\_intervencoes\\_urbanas\\_salvador.pdf](http://labhab.fau.usp.br/biblioteca/textos/nobre_intervencoes_urbanas_salvador.pdf). Acesso em: 15 jun. 2017.

NOGUEIRA, P. **Escola de Chicago**: a importância da Escola de Chicago para os Estudos em Ciências Humanas e Sociais. Santo André, 2014. Disponível em: [https://www.academia.edu/9104592/A\\_Escola\\_de\\_Chicago](https://www.academia.edu/9104592/A_Escola_de_Chicago). Acesso em: 25 maio 2018.

O LIBERAL. **Prédios abandonados enfeiam a cidade NEGLIGÊNCIA**: Muitos deles são focos de pragas urbanas e motivo de transtornos à vizinhança e à cidade. maio de 2015.

OECD. **Education at a Glance 2019**: OECD Indicators, OECD Publishing, Paris. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/f8d7880d-en>. ISBN 978-92-64-80398-5 (print) ISBN 978-92-64-88811-1 (pdf) Education at a Glance ISSN 1563-051X (print) ISSN 1999-1487 (online) Panorama da Educação: destaques do Education at a Glance 2019 [recurso eletrônico].

OLIVEIRA, G. W. de B.; PENTEADO, A. de L. **Análise social dos alunos da UTFPR Câmpus Ponta Grossa**: sua proveniência geográfica e integração à comunidade acadêmica. Ponta Grossa: UTFPR, 2016.

OLIVEIRA, J. A. de. A margem e o Centro na Produção do Urbano na Amazônia. *In: SIMONIAN, L. T. L. Belém do Pará: História, Cultura e Sociedade*. Belém: Editora Naea, 2010. p. 33-46.

OLIVEIRA, J. L. de. Fortificações da Amazônia. *In: ROCQUE, C. (org.). Grande Enciclopédia da Amazônia*. Belém do Pará: Amazônia Editora Ltda., 1968. (6 v.)

OLIVEIRA, J. M. G. C. de. A verticalização nos limites da produção do espaço: parâmetros comparativos entre Barcelona e Belém. *In: IX COLOQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA LOS PROBLEMAS DEL MUNDO ACTUAL. SOLUCIONES Y ALTERNATIVAS DESDE LA GEOGRAFÍA Y LAS CIENCIAS SOCIALES*. Porto Alegre, 28 de mayo, 1º de junio de 2007, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. **Anais [...]**, Rio Grande do Sul, 2007.

OLIVEIRA, J. M. G. C. de; FRANÇA, C. F. de; BORDALO, C. A. L. A Verticalização em Belém nos últimos trinta anos: A Produção de Espaços Segregados e as Transformações Sócio-Ambientais. *In: X ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA – 20 a 26 de março de 2005*, Universidade de São Paulo. **Anais [...]**, São Paulo, 2005.

OLIVEIRA, L. C. S. **De repente, tudo mudou de lugar**: refletindo sobre metamorfose urbana e gentrificação em Mossoró, RN. 2011. 192f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGAU/UFRN), Centro de Tecnologia. Departamento de Arquitetura, Natal, 2011.

OLIVEIRA, R. C. de. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever **Revista de Antropologia**, São Paulo, USP, v. 39, n. 11, 1996.

OLIVEN, R. G. **A antropologia de grupos urbanos**. Petrópolis: Vozes, 1985.

ORICO, O. **Da forja à Academia**: Memórias de um filho de ferreiro. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1956.

ORTIZ, R. (org.). Bourdieu: Sociologia. São Paulo: Ática. **Coleção Grandes Cientistas Sociais**, [S.l.], v. 39, p. 82-121, 1983.

PACIONE, M. **Urban problems**: An Applied Urban Analysis. London: Routledge, 1990.

PARÁ. (Estado). Secretaria de Cultura. **Belém da Saudade**: a memória da Belém do início do século em cartões postais. Belém: Secult, 1996.

PARÁ. (Estado). **Álbum do Estado do Pará**. Belém: Tipografia Novidade, 1939.

PARÁ. (Estado). **Indicador Ilustrado do Pará (Parte II)**. Rio de Janeiro: Courrier & Billiter Editores, 1910.

PARK, R. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. *In: VELHO, O. G. (org.). O fenômeno urbano*. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987. p. 26-67.

PARK, R. E. The city: suggestions for the investigation of human behavior in the urban environment. *In: PARK, R. E.; BURGUESS, E. W. The city*: suggestions for the investigation of human behavior in the urban environment. The University of Chicago Press, Chicago. 1925. Disponível em: [http://shora.tabriz.ir/Uploads/83/cms/user/File/657/E\\_Book/Urban%20Studies/park%20burgess%20the%20city.pdf](http://shora.tabriz.ir/Uploads/83/cms/user/File/657/E_Book/Urban%20Studies/park%20burgess%20the%20city.pdf). Acesso em: 25 maio 2018.

PASSOS, C. C. M. **A transdisciplinaridade no ensino básico e o ensino da matemática neste contexto**: uma inovação metodológica. 2013. 271f. Tese (Doutorado na Área de concentração: Formação do Professor que Ensina Matemática) – Coordenadoria de Pós-Graduação, Universidade Bandeirante de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <https://repositorio.pgsskroton.com/bitstream/123456789/3474/1/CLAUDIO%20CESAR%20MANSO%20PASSOS.pdf>. Acesso em: 3 dez. 2019

PENTEADO, A. R. **Estudo de Geografia Urbana**. Belém: UFPA, 1968. (Col. Amazônia, Série José Veríssimo)

PENTEADO, A. R. **O Sistema portuário de Belém**: Edição comemorativa do sesquicentenário da Adesão do Pará à Independência do Brasil. Belém: UFPA, 1973. 260p.

(Coleção Amazônica. Série José Veríssimo). Disponível em:

<http://livroaberto.ufpa.br/jspui/handle/prefix/199>. Acesso em: 2 jun. 2017.

PEREIRA, A. L. S. **Intervenções em centros urbanos e conflitos distributivos**: modelos regulatórios, circuitos de valorização e estratégias discursivas. 2015. 308f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

PEREIRA, A. L. S. A gentrificação e a hipótese do diferencial de renda: limites explicativos e diálogos possíveis. **Revista Cadernos Metrôpole**, [S.l.], v. 16, n. 32, p. 307-328, nov. 2014.

PEREIRA, P. C. X. Reestruturação Imobiliária em São Paulo: especificidades e tendências. *In*: X ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA – 20 a 26 de março de 2005, Universidade de São Paulo. **Anais** [...], Universidade de São Paulo. Disponível em: <http://www.observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/Geografiasocioeconomica/Geografiadelapoblacion/47.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2019.

PHILIPS, M. Rural gentrification and the processes of class colonisation. **Journal of Rural Studies**, [S.l.], v. 9, n. 2, p. 123-140, 1993.

PICANÇO, V. M. P. A. **Preservação Patrimonial x Qualidade de Vida**: avaliação Pós-Ocupação no Programa Monumenta. Centro Histórico de Natividade – Tocantins. 2009. 171p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília dentro do Mestrado Interinstitucional UnB/UFT, na área de concentração Teoria, História e Crítica da Arquitetura, Palmas-Tocantins: UnB, Brasília, 2009.

PINHO, O. A. A agency afro-baiana e a intervenção no Pelourinho. **Paper para o V Congresso Internacional da Brazilian Studies Association**, Recife, 2000.

PONTE, J. P. X. **A orla de Belém: intervenções e apropriação**. 2004. 212f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGPUR/UFRJ). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

PORTER, M. The Competitive Advantage of Inner Cities. **Harvard Business Review**, Boston: Harvard University, p. 55-71, mai-jun, 1995.

PORTES, G. F.; MARTINS, E. M. F. Proposta em adaptar moradias tipo “Loft” para a cidade de Cascavel. **KRÓPOLIS – Revista de Ciências Humanas da UNIPAR**, Umuarama, v. 11, n. 3, jul.-set., 2003. Disponível em: <https://revistas.unipar.br/index.php/akropolis/article/viewFile/346/313>. Acesso em: 8 fev. 2020.

REDE CASAS DO PATRIMÔNIO – PARÁ. **Roteiro Geo-turístico em Icoaraci**. 2019a. Disponível em: <https://casadopatrimoniopa.wordpress.com/2019/04/18/roteiro-geo-turistico-em-icoaraci-2/>. Acesso em: 7 jan. 2020.

REDE NACIONAL DE CIÊNCIA PARA EDUCAÇÃO. **Investimentos na pré-escola: uma questão de qualidade**. Em 18 de outubro de 2019b. Disponível em: <http://cienciaparaeducacao.org/blog/2019/10/18/preescola-qualidade/>. Acesso em: 10 fev. 2020.

REDFERN, P. A. A new look at gentrification: 1. Gentrification and domestic technologies. **Environment & Planning A**, [S.l.], v. 29, n. 7, p. 1.275-1.296, 1997a.

REDFERN, P. A. A new look at gentrification: 2. A model of gentrification. **Environment & Planning A**, [S.l.], v. 29, n. 8, p. 1.335-1.354, 1997b.

REDFIELD, R. **Tepoztlán: a mexican village – A study of folk life**. Chicago; London: The University of Chicago Press, 1974

REIS FILHO, N. G. **Imagens das vilas e cidades no Brasil colonial**. 1999. (CD-ROM),

REIS, N. G. Sobre a dispersão em São Paulo. *In*: REIS, N. G.; PORTAS, N.; TANAKA, M. S. (ed.). **Dispersão Urbana: diálogos sobre pesquisas no Brasil – Europa**. São Paulo: FAUUSP ed. 2007. p. 49-58.

REIS, N. G. **Notas sobre Urbanização Dispersa e Novas Formas de Tecido Urbano**. São Paulo: Via das Artes, 2006

REIS, N. G.; BENTES, J. C. da G. Urbanização dispersa e novas formas de tecido urbano: estudos, diálogos e desafios. *In*: IV ENANPARQ – ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO, jul. 2016. **Anais [...]**, julho de 2016.

RELATÓRIO MUNICIPAL DE BELÉM. 1930. Disponível em: [http://177.74.60.161/acervodigital\\_obrasraras/relatorio/file/faciola1930/faciola1930/assets/basic-html/page-4.html](http://177.74.60.161/acervodigital_obrasraras/relatorio/file/faciola1930/faciola1930/assets/basic-html/page-4.html). Acesso em: 2 jul. 2018.

RIBEIRO JUNIOR, E. C. **A preservação do patrimônio cultural e suas particularidades**. Rio Grande: Âmbito Jurídico.com.br, 2018. Disponível em: [http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=6918](http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=6918). Acesso em: 2 jan. 2018.

RIBEIRO JUNIOR, J. A. dos S. Neil Smith e o desenvolvimento desigual do capitalismo. **Revista Percursos – NEMO**, Maringá, v. 6, n. 1, p. 35- 62, 2014. Disponível em: <file:///C:/Users/Val%C3%A9ria/Downloads/49587-Texto%20do%20artigo-751375172627-1-10-20140625.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2019.

RIBEIRO, D. A. **Gentrification no Parque Histórico do Pelourinho**. 2011. 244f. Dissertação (Mestrado de Geografia,) Universidade Federal da Bahia, Instituto de Geociências. Salvador, BA, 2011.

RIBEIRO, L. C. **Dos cortiços aos condomínios fechados: as formas de produção da moradia na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

RIBEIRO, P. J. M. Êxodo urbano, gentrificação rural e o futuro da paisagem. 2013. 130f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura Paisagista) – Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Agronomia, Lisboa: ISA, 2013.

RIEGE, A. Validity and reliability tests in case study research: a literature review with “hands-on” applications for each research phase. **Qualitative Market Research**, [S.l.], n. 2, p. 75-86, 2003.

RIO POSTAL. **Cartões Postais de monumentos de Belém do Pará**. 2007. Disponível em: [http://www.riopostal.com/detalhes\\_produto.asp?id=8536](http://www.riopostal.com/detalhes_produto.asp?id=8536). Acesso em: 20 fev. 2020.

ROCHA, M. H.; QUALHARINI, E. L. Modelagem gerencial de sistemas de manutenção predial em edificações históricas. **Construção**, Lisboa, p.137-144, dezembro de 2001.

- RODRIGUES, A. da S.; CARDOSO, A. C. **Uma Janela para o Reduto: Estudo de Renovação Urbana**. 1990. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal do Pará, Belém, 1990.
- RODRIGUES, E. J. **Banidos da Cidade Unidos na Condição: Cidade Nova – Espelho da Segregação Social em Belém**. Belém: UFPA/NAEA, 1998. 271p.
- RODRIGUES, H. **Álbum do Pará 1939**. Belém: [s.n.], 1939. Disponível em: <http://www.fcp.pa.gov.br/2016-12-16-20-17-48/album-do-para-1939>. Acesso em: 15 nov. 2019.
- RODRIGUES, V. N. R. Cidade Narrada: Memórias, Histórias e Representações. *In*: FARES, Josebel Akel. (org). **Memórias de Belém de Antigamente**. Belém, EDUEPA, 2010.
- RUDDIN, L. P. You Can Generalize Stupid! Social Scientists, Bent Flyvbjerg, and Case Study Methodology. **Qualitative Inquiry**, [S.l.], v. 12, p. 797-812, 2006.
- SÁNCHEZ, F. **A reinvenção das cidades para um mercado mundial**. Chapecó: Argos, 2003.
- SANDERS, W. L.; RIVERS, J. C. **Cumulative and residual effects of teachers on future student academic achievement**. Knoxville: University of Tennessee Value-Added Research and Assessment Center, 1996.
- SANFELICI, D. de M. Valorização imobiliária e reestruturação socioespacial: apontamentos teóricos a partir de um estudo sobre Porto Alegre. **GEOUSP: Espaço e Tempo**, São Paulo, v. 14, n. 1, 2010.
- SANTOS, J. Reestrutura Urbana x Reestruturação da Cidade: o caso de Salvador. *In*: X COLOQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA. **Diez Años de Cambios en el Mundo, en la Geografía y en las Ciencias Sociales**, 1999-2008. Barcelona. Universidad de Barcelona, 2008.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SANTOS, M. **Por Uma Geografia Nova**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1986. 236p.
- SANTOS, M. **Espaço e método**. São Paulo: Hucitec, 1985.
- SANTOS, M. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método *In*: SANTOS, M. **Espaço e sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1982.
- SANTOS, M. **Espaço e Sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1979.
- SANTOS, T. D. L. B. A abordagem do fenômeno urbano na Escola de Chicago. **EFDeportes.com, Revista Digital**, Buenos Aires, Ano 18, n. 185, outubro de 2013. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd185/fenomeno-urbano-na-escola-de-chicago.htm>. Acesso em: 25 maio 2018.
- SARGES, M. de N. **Belém: Riquezas produzindo a belle-époque (1870-1912)**. 2. ed. Belém: Paka-Tatu, 2002. v. 1. 212p .
- SAVAGE, M.; WARDE, A. **Urban sociology, capitalism and modernity**. Londres: Macmillan, 1993.
- SCOTT, A. J. **The urban land nexus and the state**. Londres: Pion, 1980.

SCOTT, A.; STORPER, M. (ed). The geographical foundations and social regulation of flexible production complexes. *In*: WOCH, J.; DEAR, M. (ed.). **The Power of Geography: How Territory Shapes Social Life**. Boston: Inwin Hyman, 1989. p. 21-40.

SECULP/PA. **Belém da Saudade**. 1998.

SECULT. **Patrimônio Cultural Tombado – Belém**. 2015. Disponível em: [http://www.aedmoodle.ufpa.br/pluginfile.php?file=/175047/mod\\_page/content/12/Listagem%20bens%20Tombados%20Capital%20-%202012.pdf](http://www.aedmoodle.ufpa.br/pluginfile.php?file=/175047/mod_page/content/12/Listagem%20bens%20Tombados%20Capital%20-%202012.pdf). Acesso em: 10 jan. 2020.

SETTON, M. da G. J. B. Uma introdução a Pierre Bourdieu. **Revista Cult**, [S.l.], publicado em agosto de 2008.

SETTON, M. da G. J. A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 20, p. 60-70, maio-jun.-jul.-ago. 2002.

SIGNIFICADO DE GENTRIFICAÇÃO. **Dicio**: Dicionário on line de português. 2019. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/gentrificacao/>. Acesso em: 23 jul. 2019.

SIGNIFICADO DE TÁBULA RASA. **Aulete Digital**. 2019. Disponível em: <http://www.aulete.com.br/tábula>. Acesso em: 2 jan. 2020.

SILVA, A. **Consumo de produtos culturais em São Paulo**: uma análise dos fatores antecedente e proposta de modelo. São Paulo: USP, 2008. 210p. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SILVA, H. M. B. Apresentação. *In*: BIDOU-ZACHARIASEN, C. (ed.). **De volta à cidade**: dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos. [S.l.]: Annablume ed. 2006. p. 7-19.

SILVA, J. N. da. **Reflexão e prática política em Karl Marx**: sobre a emancipação do proletariado. 2011. 165f. Dissertação (Mestrado) – Universidade São Judas Tadeu, São Paulo, 2011.

SILVA, J. S. **Gentrificação e resistência popular na Estrada Nova de Belém**: um espaço urbano em disputa. 2014. 169f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2014.

SILVA, L. C. **Sistema educacional brasileiro**: a cultura de um fracasso coletivo. Jacobina, BA: [s.n.], 2017. 156p.

SILVA, M. V. M. da. **A dinâmica excludente do sistema elétrico paraense**. 2005. Tese (Doutorado em Engenharia) – Programa Interunidades de Pós Graduação em Energia, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2005.

SILVEIRA, R. L. L. da. **Cidade, corporação e periferia urbana**: acumulação de capital e segregação espacial na (re)produção do espaço urbano. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

SIMMEL, G. As metrópoles e a Vida Mental. *In*: SIMMEL, G. **Fidelidade e Gratidão e Outros Textos**. Lisboa: Relógio D’Água, 2004. p. 75-94.

SIMONIAN, L. T. L. Indígenas de e em Belém: história, cultura e condições atuais. *In*: SIMONIAN, L. T. L. **Belém do Pará**: história, cultura e sociedade. Belém: Editora Naea, 2010. p. 59-119.

SINGER, P. I. **Economia política da urbanização**: ensaios. São Paulo: Brasiliense, 1973.

- SINGER, P. O Uso do Solo Urbano na Economia Capitalista. *In*: MARICATO, E (org). **A Produção Capitalista da Casa (e da Cidade) no Brasil Industrial**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979. p. 21 -71.
- SIQUEIRA, M. T. Between the fundamental and the contingent: dimensions of contemporary gentrification in urban operations in São Paulo. **Cad. Metrop.** [on-line]. [S.l.], v. 32, n. 16, p. 391-416, 2014a. Disponível em: ISSN 2236-9996. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2236-9996.2014-3205>. Acesso em: 20 fev. 2020.
- SIQUEIRA, M. T. **In Search of Gentrification: the Local Meanings of Urban Upward Redevelopment in São Paulo, Brazil**. 2014b.
- SJOBORG, G. Cidades em desenvolvimento e cidades das sociedades industriais: análise pluricultural. *In*: HOURSE, P.; SCHNORE, L. **Estudos de Urbanização**. Tradução de Eunice R. Ribeiro Costa. São Paulo: Livraria Pioneira Editora. 1975.
- SLATER, T. Gentrification of the city. *In*: BRIDGE, G.; WATSON, S. (ed.). **The new companion to the city**. Oxford: Blackwell, 2011.
- SMITH, N. **Hacia una teoria del desarrollo desigual II: La escala espacial y el vaivén del capita**. Tradução Núria Benach do original *Toward a Theory of Uneven Development, Nature, Capital and the Production of Space*. Oxford: Basil Blackwell, 1984. p. 131-154.
- SMITH, N. *Toward a Theory of Gentrification: A Back to the City Movement by Capital, not People*. **Journal of the American Planning Association**, [S.l.], v. 45, n. 4, p. 538-48, 1979.
- SMITH, N. A short history of gentrification. *In*: BROWN-SARACINO, J. (org.). **The gentrification debates: a reader**. Nova York: Routledge, 2010a. (Trabalho original publicado em 1982)
- SMITH, N. *Towards a theory of gentrification: a back to the city movement by capital, not people*. *In*: LEES, L. *et al.* (org.). **The gentrification reader**. Nova York: Routledge, 2010b.
- SMITH, N. **Uneven development: nature, capital and the production of space**. Athens: University of Georgia Press, 2008.
- SMITH, N. A gentrificação generalizada. *In*: BIDOU-ZACHARIASEN, C. **De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos**. São Paulo: Annablume, 2006. p. 59-87.
- SMITH, N. New globalism, new urbanism: gentrification as global urban strategy. **Antipode**, Hoboken, v. 34, n. 3, p. 429-450, 2002.
- SMITH, N. Contornos de uma política espacializada: veículos dos semteto e produção de escala geográfica. *In*: ARANTES, Antonio A. P. (org.). **O espaço da diferença**. Campinas: Papirus, p. 132-159, 2000.
- SMITH, N. A propos de yuppies et de logements, la gentrification, la restructuration sociale et le rêve urbain. **Géographie, Economie et Société**, [S.l.], n. 1, 1999.
- SMITH, N. **The new urban frontier: gentrification and the revanchist city**. Nova York: Routledge, 1996.
- SMITH, N. Mapping the gentrification frontier. *In*: KEITH, M.; ROGERS, A. (ed.). **Hollow promises? Rhetoric and reality in the inner city**. Mansell: Cassell, 1991. p. 84-109.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual**: natureza, capital e a produção de espaço, Trad. Eduardo de Almeida Navarro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SMITH, N. Gentrification and the uneven development. **Econ. Geography**, [S.l.], v. 58, p. 138-155, 1982.

SOARES, E. N. **Largos, coretos e praças de Belém-PA**. Brasília, DF: IPHAN/Programa Monumenta, 2009.

SOARES, K. G. **As formas de morar na Belém da Belle-époque (1870-1910)**. 2008. 247f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2008.

SOJA, E. W. **Geografias pós-modernas**: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1993. 223p.

SONIA, por. Retrofit: o que significa e qual sua importância. **CASA3.COM.BR**, 10 de novembro de 2015. Disponível em: <http://casatres.arq.br/retrofit-o-que-significa-e-qual-sua-importancia/>. Acesso em: 10 jun. 2019.

SOUSA, R. de F. P. de. **Reduto de São José**: história e memória de um bairro operário (1920- 1940). 2009. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2009.

SOUZA, J. **Existe uma ralé global de desclassificados sociais?** Para uma teoria crítica da modernização. ANPOCS. [2020]. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/papers-33-encontro/gt-28/gt15-24/1928-jessesouza>. Acesso 15 jan. 2020.

SOUZA, J. Brasil precisa democratizar o capital cultural. Entrevistador Paulo Henrique Amorim. **Conversa Afiada**. Publicado 18/02/2016 09h48. Disponível em: <https://www.conversaafiada.com.br/tv-afiada/jesse-souza-brasil-precisa-democratizar-o-capital-cultural>. Acesso em: 13 jan. 2020.

SOUZA, J. A invisibilidade da luta de classes ou a cegueira do economicismo. *In*: BARTELT, D. (org.). **A “nova classe média” no Brasil como Conceito e Projeto Político**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll, 2013.

SOUZA, J. **Os batalhadores brasileiros**: nova classe média ou nova classe trabalhadora? Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

SOUZA, M. M. S. **Qualidade na educação infantil**: olhar da criança sobre a pré-escola. 2006. 113p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Núcleo de Desenvolvimento, linguagem e educação da criança, Núcleo de Desenvolvimento, linguagem e educação da criança, 2006. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/7264/1/2006-DIS-MMSSOUZA.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2020.

SPAIN, D. Been heres versus come-heres: negotiating conflicting community identities. **Journal of the American Planning Association**, [S.l.], v. 59, n. 2, p. 156-171, 1993.

SPOSITO, E. S. A propósito dos paradigmas de orientações teórico-metodológicas na Geografia contemporânea. **Terra Livre**, São Paulo, n. 16, p. 99-112, 2001.

- SPOSITO, M. E. B. **O chão em pedaços: urbanização, economia e cidades no Estado de São Paulo**. 2004. Tese (livre Docência) – Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2004.
- SPOSITO, M. E. B. O centro e as formas de expressão da centralidade urbana. **Revista de Geografia**, São Paulo: UNESP, v. 10, p. 1-18, 1991.
- STAKE, R. **Multiple case analysis**. New York: [s.n.], 2005.
- SWYNGEDOUW, E, **The Socio-spatial Implications of Innovations in Industrial Organisation**. Working paper n. 20. Lille, France: Johns Hopkins University European Center for Regional Planning and Research . 1986
- SWYNGEDOUW, N.; KESTELOOT, C. Le passage socio-spatial du fordisme à la flexibilité: une interprétation des aspects spatiaux de la crise et de son issue. **Espaces et Sociétés**, [S.l.], n. 54-55, p. 241-163 .1989
- TEIXEIRA JÚNIOR, T. R.. **A pecuarização e o sentido prático dos agricultores familiares na Amazônia: o caso da região de Marabá (PA)**. 2019. 143f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.
- TEIXEIRA JÚNIOR, T. R. **Estudos Amazônicos Ensino Médio**. Curitiba: Prismas, 2016.
- TEIXEIRA, E. B. A Análise de Dados na Pesquisa Científica: importância e desafios em estudos organizacionais. **Desenvolvimento em Questão**, Editora Unijuí, Ano 1, n. 2, p. 177-201, jul.-dez. 2003.
- TEIXEIRA, L. G. The Port of Pará: o porto da história Amazônica. *In: XI ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL ANPUR*. Salvador, BA, maio de 2005. **Anais [...]**, Salvador, 2005.
- THEIS, I. M.; BUTZKE, L. O desenvolvimento geográfico desigual de uma perspectiva latino-americana. *In: IV SIMPÓSIO LUTAS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA*. Imperialismo, nacionalismo e militarismo no Século XXI. De 14 a 17 de setembro de 2010, Londrina, UEL. GT 8. Marx e marxismos latino-americanos, 2010. **Anais [...]**, Londrina, 2010.
- TOCANTIS, L. **Santa Maria de Belém do Grão-Pará**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.
- TOURINHO, H. L. Z. **Estrutura urbana de cidades médias amazônicas: análise considerando a articulação das escalas interurbana e intraurbana**. 2011. 576 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.
- TRINDADE JÚNIOR, S-C. C. da. Um “skyline” em mutação: o velho centro e as transformações urbanas em Belém. **Novos Cadernos NAEA**, [S.l.], v. 21, n. 1, p. 57-78, 2018.
- TRINDADE JÚNIOR, S-C. C. da. **Formação metropolitana de Belém (1960-1997)**. 1. ed. Belém, PA: Paka-Tatu, 2016.

TRINDADE JÚNIOR, S-C. C. da. Sujeitos políticos e territorialidades urbanas. *In*: DAMIANI, A. *et al.* (org.). **O espaço no fim de século: a nova raridade**. São Paulo: Contexto, 2001.

TRINDADE JÚNIOR, S-C. C. **A cidade dispersa: os novos espaços de assentamentos em Belém e a reestruturação metropolitana**. 2018. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

TRINDADE JÚNIOR, S-C. C. da. **Produção do espaço e uso do solo urbano em Belém**. Belém: Ed. UFPA/NAEA/PLADES, 1997.

TRINDADE JÚNIOR, S-C. C. da; AMARAL, M. D. B. Reabilitação Urbana na Área Central de Belém-Pará: concepções e tendências de políticas urbanas emergentes. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 111, p. 73-103, jul.-dez. 2006.

TRIVIÑOS, A. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 2008.

TUPIASSU, A. A. **Área Metropolitana de Belém**. Rio de Janeiro: Ministério do Interior, Serviço Federal de Habitação e Urbanismo; Zahah, 1978.

UCHÔA, F. R. Espaços e Imagens da Gentrificação no Centro de São Paulo. **Novos Olhares: Revista de Estudos Sobre Práticas de Recepção a Produtos Midiáticos**. Publicação semestral *on-line* do Programa de Pós-Graduação em Meios e Processos Audiovisuais (PPGMPA) da ECA/USP, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 47-48, 2014. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/novosolhares/article/view/90202>. Acesso em: 10 mar. 2017.

UFPA. **Usina da Pará Electric (1911 e 1934)**. 2014

UNITED STATES OF AMERICA. **Congress**. Small Business Liability Relief and Brownfields Revitalization Act – H.R.2869 – Comprehensive Environmental Response, Compensation, and Liability Act of 1980. Washington, jan. 2001.

VAINER, C. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. *In*: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. (org.). **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 74-104.

VAN CRIEKINGEN, M. A cidade revive! Formas, políticas e impactos da revitalização residencial em Bruxelas. *In*: BIDOU-ZACHARIASEN, C; HIERNAUX-NICOLAS, D.; RIVIÈRE D'ARC, H. (coord.). **De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de "revitalização" dos centros urbanos**. São Paulo: Annablume, 2006. p. 89-120.

VAN WEESEP, J. Gentrification as a research frontier. **Progress in Human Geography**, [S.l.], v. 18, n. 1, p. 74-83, 1994.

VARGAS, H. C.; CASTILHO, A. L. H. **Intervenções em centros urbanos: objetivos, estratégias e resultados**. Barueri: Manole. 2006.

VASCONCELOS, P. de A. A cidade Alta de Salvador: de cidade colonial a “centro histórico pós-moderno”. *In*: FANI, A.; ALESSANDRI, C.; LEMOS, A. I. G. (org.). **Dilemas urbanos: novas abordagens sobre a cidade**. São Paulo: Contexto, 2003.

- VASQUES, A. R.; MENDES, A. A. Refuncionalização de Brownfields. *In: GERARD, L. H. de O.; CARVALHO, P. F. de (ed.). Geografia: ações e reflexões.* Rio Claro: UNESP/IGCE; AGETEO, 2006. p. 247-265.
- VAZ, L. F.; JACQUES, P. B. A Cultura na Revitalização Urbana: Espetáculo ou participação? **Espaço e Debates**, São Paulo, v. 23, 2003.
- VELHO, O. G. Introdução. *In: VELHO, O. G. (org.). O fenômeno urbano.* Zahar Editora, Rio de Janeiro, 1967.
- VIANA, A. **Anais da Biblioteca do Arquivo Público do Pará.** Tomo Quarto. Typographia do Instituto Lauro Sodré, 1905.
- VIDAL, C. C. de S. P.; OLIVEIRA, D. N. L. de. Patrimônio Fabril e História Urbana no bairro do Reduto em Belém [PA]. **Labor & Engenho**, Campinas, SP, v. 12, n. 3, p. 331-340, jul.-set. 2018. Disponível em: [file:///C:/Users/Val%C3%A9ria/Downloads/Patrimonio\\_fabril\\_e\\_historia\\_urbana\\_no\\_bairro\\_do\\_R.pdf](file:///C:/Users/Val%C3%A9ria/Downloads/Patrimonio_fabril_e_historia_urbana_no_bairro_do_R.pdf). Acesso em: 17 jul. 2019.
- VILLAÇA, F. A habitação e a cidade. *In: VILLAÇA, F. O que todo cidadão precisa saber sobre habitação.* São Paulo: Global ed. 1986. p. 83-120.
- VILLAÇA, F. Uma Contribuição para a História do Planejamento Urbano no Brasil. *In: DÊAK, C. E.; SCHIFFER, S. R. (ed.). O Processo de Urbanização no Brasil.* São Paulo: FUPAM/EDUSP ed., 1999. p. 172-243.
- VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil.** São Paulo: Studio Nobel/FAPESP/Lincoln Institute, 2001.
- VILLAS BÔAS, B. Classes A e B voltam a crescer e atingem 14,4% da população. Já a fatia das classes D e E ficou estável, mostra FGV Social. **Valor Econômico**, [S.l.], 2019. Disponível em; <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2019/10/29/classes-a-e-b-voltam-a-crescer-e-atingem-144-da-populacao.ghml>. Acesso em: 10 jan. 2020.
- VIVEIROS DE CASTRO, E. O conceito de sociedade em antropologia. *In: VIVEIROS DE CASTRO, E. A inconstância da alma selvagem.* São Paulo: Cosac & Naify, 2002. p. 295-316.
- VOGEL, A.; MELLO, M. A. da S. Sistemas Construídos e Memória Social: uma Arqueologia Urbana? **Revista de Arqueologia Cnpq Museu Goeldi**, Belém, PA, v. 2, n. 2, p. 46-50, 1984.
- WACQUANT, L. J. D. **Urban outcasts: a comparative sociology of advanced marginality.** Cambridge: Polity Press, 2008. Disponível em: [https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=APjN-RQuW-sC&oi=fnd&pg=PR7&ots=xDL4bR6mlw&sig=xm6xL5LZkAXstIP30izAPdq9JI&redir\\_esc=y#v=onepage&q&f=false](https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=APjN-RQuW-sC&oi=fnd&pg=PR7&ots=xDL4bR6mlw&sig=xm6xL5LZkAXstIP30izAPdq9JI&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false). Acesso em: 2 jan. 2020.
- WACQUANT, L. J. D. O legado sociológico de Pierre Bourdieu: duas dimensões e uma nota pessoal. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 19, p. 99-110, nov. 2002.
- WIRTH, L. O urbanismo como modo de vida. *In: VELHO, O. G. (org.). 4. ed. O fenômeno urbano.* Rio de Janeiro: Guanabara, 1987. p. 90-113.
- YIN, R. K. **How to know whether and when to use the case study as a reserach method.** Case Study Research: Design and Methods, 2014.

YIN, R. K **Qualitative Research from Start to Finish**. New York: Guilford Press, 2011.

YIN, R. K **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

YUJNOVSKY, O. **La estructura interna de la ciudad**. El caso latinoamericano. Ediciones ed. Buenos Aires: [s.n.], 1971.

ZUKIN, S. Paisagens urbanas pós-modernas: Mapeando cultura e poder. *In*: ARANTES, A. (org.). **O espaço da diferença**. Campinas: Papyrus, 2000.

ZUKIN, S. **The Cultures of Cities**. Cambridge: Massachussetts: Blackweell, 1995.

## APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO DA ENTREVISTA



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
NÚCLEOS DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO  
SUSTENTÁVEL DO TRÓPICO ÚMIDO



Orientadora: Profa. Dra. Simaia do Socorro Sales das Mercês

Orientanda: Profa. Msc. Valéria Maria Pereira Alves Picanço

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Concordei em participar, como voluntário (a), do estudo que tem como pesquisadora responsável a aluna de pós graduação Valéria Maria Pereira Alves Picanço, do curso em Planejamento do Desenvolvimento do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará, que pode ser contatada pelo e-mail valeria\_picanco@yahoo.com.br e pelo telefone (63) 98401-4344. Tenho ciência de que o estudo tem em vista realizar entrevistas com pessoas que possam contribuir para a sua tese de doutoramento. O trabalho tem como objetivo analisar processos urbanos, principalmente o processo de gentrificação e sua relação com os agentes sociais no bairro do Reduto em Belém-Pa. Por entender que esse estudo possui finalidade de pesquisa acadêmica, participei concedendo entrevistas que podem ser gravadas e transcritas posteriormente, no qual libero para ser divulgada seus conteúdos, usando ou não o meu nome, juntamente com o material do meu acervo pessoal e da prefeitura, desde que assegure minha privacidade e integridade moral.

( ) Aceito divulgar meu nome da seguinte forma \_\_\_\_\_

( ) Não aceito divulgar o meu nome, quero ser chamado (a) apenas de colaborador (a) ou

\_\_\_\_\_

Belém, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

Assinatura: \_\_\_\_\_

Nome por extenso: \_\_\_\_\_

## APÊNDICE B – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS – ÓRGÃOS PÚBLICOS



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
NÚCLEOS DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO  
SUSTENTÁVEL DO TRÓPICO ÚMIDO



### ROTEIRO – ORGÃO PÚBLICO

**Entrevistador: Valéria Maria Pereira Alves Picanço**

A pesquisa que estou realizando procura **compreender o processo de gentrificação no bairro do Reduto-Belém-Pará**.

Trata-se de uma pesquisa do Doutorado que está sendo desenvolvido no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará. Sabemos que o tempo das pessoas, em geral, é bastante escasso, mas contamos com a sua colaboração, pois disto depende o êxito da nossa pesquisa.

#### Termo de Compromisso

Após a apresentação do termo de compromisso e sua assinatura pelo entrevistado era apresentado o roteiro da entrevista contendo a instituição que a pesquisa está vinculada. Os objetivos da pesquisa foram transformados em perguntas com vocabulário do senso comum sobre o tema da pesquisa. As indagações foram realizadas à medida que o (a) entrevistado consentia. Será entregue a transcrição das entrevistas aos pesquisadores que tiverem interesse

#### Sigilo

Todas as informações coletadas neste questionário serão mantidas em sigilo, se assim V.Sa. achar necessário. Garantimos-lhe que você ou qualquer pessoa entrevistada não serão identificados em qualquer publicação sobre os resultados do estudo, se também assim lhe convier. É importante que você se sinta seguro e seja o mais sincero possível. Por favor, não deixe nenhuma questão sem resposta, tendo em vista que a sua resposta é insubstituível.

#### Sobre este questionário

Se tiver dúvida sobre qualquer aspecto do questionário, ou se quiser informações adicionais sobre o estudo, por favor entre em contato com a Coordenação da Pesquisa, professora Valéria Picanço, ligando para (63) 98401-4344 ou enviando um e-mail para: [valeria\\_picanco@yahoo.com.br](mailto:valeria_picanco@yahoo.com.br)

Agradeço sua colaboração, que deverá ser consentida no Termo de consentimento. Agradeço sua atenção e disponibilidade. Professora Valéria Picanço

**Orgão:** \_\_\_\_\_

**Entrevista Nº** \_\_\_\_ **Data:** \_\_\_\_\_ **Local:** \_\_\_\_\_

<b>1. Identificar o entrevistado (a).</b>
Nome ou como gostaria de ser chamado (a):
Cargo:
Quanto tempo trabalho nesse órgão público:
Trabalhou em outro órgão público:
Qual:
Natural de Belém: Sim ( ) Não ( ) Local:
Endereço de sua residência atual:
Reside em Belém a quanto tempo:
Sexo ( ) Masculino ( ) Feminino ( ) Desejo não informar
<b>2. Reduto</b>

a)	Você conhece bem o bairro do Reduto? Sim ( ) Não ( )
b)	Como é a atuação do órgão no Reduto?
c)	O seu órgão tem alguma legislação específica para a área do Reduto?
d)	O órgão tem ou já teve ou pretende ter algum trabalho voltado para moradia no Reduto?
e)	Como você ver o morar no Reduto?
f)	O seu órgão tem alguma legislação específica para a área do Reduto?
g)	O que você poderia falar sobre o histórico do bairro?

<b>3.</b>	<b>Patrimônio Cultural- Reduto</b>
a)	Você tem conhecimento que o bairro do Reduto compõem o entorno do centro histórico tombado de Belém? ( ) Sim ( ) Não.
b)	Você acha que essa legislação patrimonial de salvaguarda interfere na dinâmica do bairro, em relação à moradia, comércio, serviço, lazer, ou seja, o uso do bairro em geral? ( ) Sim ( ) Não. Por quê?
c)	Você sabe se o órgão respeita a lei federal de tombamento ou segue somente a lei Municipal de tombamento?
d)	O órgão tem alguma pesquisa ou algum trabalho sobre o Reduto?
e)	Você acha que por ser entorno de bem tombado o bairro do Reduto possui alguma especificidade que atrai pessoas para a moradia?
f)	Você acha que por ser entorno de bem tombado o bairro do Reduto possui alguma especificidade que repele pessoas para que elas não busquem a moradia no bairro?
g)	A chancela do entorno de bem tombamento atrapalha ou impulsiona a escolha do bairro como moradia?
h)	Você acha que por ser entorno de bem tombado o bairro do Reduto possui alguma especificidade que atrai pessoas para o comércio, serviço, lazer etc?
i)	Você acha que por ser tombado o bairro do Reduto possui alguma especificidade que repele pessoas para que elas não busquem comércio, serviço, lazer etc no bairro?
j)	A chancela do entorno de bem tombamento atrapalha ou impulsiona a escolha do bairro como um bairro de consumo, comércio, serviço, lazer etc no bairro?
k)	O tombamento influencia no cotidiano do bairro?
l)	O tombamento influência nas moradias residenciais do bairro?
m)	O tombamento influência no comércio e serviço do bairro?

<b>4.</b>	<b>Sobre o Morar e Usar o Reduto</b>
a)	Você tem ou teve estudos e/ou pesquisas sobre ou no Reduto? ( ) Sim ( ) Não. Qual era o tema?
b)	Como você vê as mudanças e/ou processos urbanos que o bairro passou ou passa?
c)	Como você analisa o bairro do Reduto hoje?
d)	Como você vê as dinâmicas diferentes entre o baixo e o alto Reduto?
e)	O Reduto é um bairro de moradia e/ou comércio e/ou serviço e/ou lazer?
f)	Você usa o Reduto para moradia?
g)	Você usa o Reduto para comércio e/ou serviço e/ou lazer?
h)	Você acha que o bairro do Reduto tem um perfil de bairro com alguns dos tipos de processo de Gentrificação?
i)	E os agentes sociais que alteram o Reduto o senhor tem algo a falar? Quais seriam esses agentes e o papel de cada um deles nas mudanças do bairro.
j)	Você acha que o Complexo Estação das Docas e/ou o Projeto Ver-o-rio, podem influenciar na dinâmica do bairro?
k)	Você acha que o Shopping Center Boulevard influenciou ou influencia na dinâmica do bairro? Ele atraiu mais comércio, serviços no seu entorno? Ele afeta na atração de moradias? Qual a sua visão em relação ao shopping na dinâmica do bairro?
l)	Você acha que o Projeto Belém Porto Futuro, pode influenciar na dinâmica do bairro em relação à moradia?

m) Você acha que o Projeto Belém Porto Futuro, pode influenciar na dinâmica do bairro em relação ao comércio, serviço, lazer etc. ?
---

<b>5. Identificar os espaços que contêm a representação simbólica para o bairro e para cidade (moradia, ruas e avenidas, igreja, segurança, insegurança, domínio de espaço, desejos, frustrações, mitos, praça, porto, o comércio do sexo, drogas, etc.).</b>
---

a) Na sua opinião existem lugares no bairro do Reduto que são simbólicos para o bairro e cidade? ( ) Moradia ( ) Igreja ( ) Segurança ( ) Insegurança ( ) Domínio de espaço, ( ) Desejos ( ) Frustrações ( ) Mitos ( ) ruas e avenidas ( ) Porto ( ) Praça ( ) Comércio do sexo ( ) Cracolândia. Quais outras?
--

a) Você gostaria de completar com alguma informação que ache pertinente, que possa colaborar com a pesquisa?
--

b) Quem você indica para que eu procure que possa ajudar na minha pesquisa:
---

***OBRIGADA POR SUA GENTILEZA E PRESTEZA!***

## APÊNDICE C – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS – PESQUISADORES



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
NÚCLEOS DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO  
SUSTENTÁVEL DO TRÓPICO ÚMIDO



### ROTEIRO – PESQUISADORES

**Entrevistador: Valéria Maria Pereira Alves Picanço**

A pesquisa que estou realizando procura **compreender o processo de gentrificação no bairro do Reduto-Belém-Pará.**

Trata-se de uma pesquisa do Doutorado que está sendo desenvolvido no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará. Sabemos que o tempo das pessoas, em geral, é bastante escasso, mas contamos com a sua colaboração, pois disto depende o êxito da nossa pesquisa.

#### Termo de Compromisso

Após a apresentação do termo de compromisso e sua assinatura pelo entrevistado era apresentado o roteiro da entrevista contendo a instituição que a pesquisa está vinculada. Os objetivos da pesquisa foram transformados em perguntas com vocabulário do senso comum sobre o tema da pesquisa. As indagações foram realizadas à medida que o (a) entrevistado consentia. Será entregue a transcrição das entrevistas aos pesquisadores que tiverem interesse

#### Sigilo

Todas as informações coletadas neste questionário serão mantidas em sigilo, se assim V.Sa. achar necessário. Garantimos-lhe que você ou qualquer pessoa entrevistada não serão identificados em qualquer publicação sobre os resultados do estudo, se também assim lhe convier. É importante que você se sinta seguro e seja o mais sincero possível. Por favor, não deixe nenhuma questão sem resposta, tendo em vista que a sua resposta é insubstituível.

#### Sobre este questionário

Se tiver dúvida sobre qualquer aspecto do questionário, ou se quiser informações adicionais sobre o estudo, por favor entre em contato com a Coordenação da Pesquisa, professora Valéria Picanço, ligando para (63) 98401-4344 ou enviando um e-mail para: [valeria\\_picanco@yahoo.com.br](mailto:valeria_picanco@yahoo.com.br)

Agradeço sua colaboração, que deverá ser consentida no Termo de consentimento. Agradeço sua atenção e disponibilidade. Professora Valéria Picanço

**Entrevista Nº** \_\_\_\_\_ **Data:** \_\_\_\_\_ **Local:** \_\_\_\_\_

<b>1. Identificar o entrevistado (a).</b>
Nome ou como gostaria de ser chamado (a):
Sua ocupação atual:
Sua ocupação anterior:
Trabalhou em algum órgão público:
Qual:
Natural de Belém: Sim ( ) Não ( ) Local:
Endereço de sua residência atual:
Reside em Belém a quanto tempo:
Sexo ( ) Masculino ( ) Feminino ( ) Desejo não informar
<b>2. Bairro do Reduto</b>
a) Você conhece bem o bairro do Reduto? Sim ( ) Não ( )
b) Você tem alguma pesquisa ou algum trabalho sobre o Reduto?
c) Do que se tratou seu trabalho ou pesquisa?

d) Você tem ou teve estudos e/ou pesquisas sobre ou no Reduto? ( ) Sim ( ) Não. Qual era o tema?
e) O que você poderia falar sobre o histórico do bairro?
f) Como você vê as mudanças e/ou processos urbanos que o bairro passou ou passa?
g) Como você analisa o bairro do Reduto hoje?
h) Como você vê as dinâmicas diferentes entre o baixo e o alto Reduto?
i) Você acha que o bairro do Reduto tem um perfil de bairro com alguns dos tipos de processo de Gentrificação?
j) E os agentes sociais que alteram o Reduto o senhor tem algo a falar? Quais seriam esses agentes e o papel de cada um deles nas mudanças do bairro.

<b>3. Entorno de bem tombado</b>
a) Você conhece bem o bairro do Reduto? Sim ( ) Não ( )
b) Você tem alguma pesquisa ou algum trabalho sobre o Reduto?
c) Você tem conhecimento que o bairro do Reduto compõem o entorno do centro histórico tombado de Belém? ( ) Sim ( ) Não.
d) Você acha que essa legislação patrimonial de salvaguarda interfere na dinâmica do bairro, em relação à moradia, comércio, serviço, lazer, ou seja, o uso do bairro em geral? ( ) Sim ( ) Não. Por quê?
e) Você acha que por ser entorno de bem tombado o bairro do Reduto possui alguma especificidade que atrai pessoas para a moradia?
f) Você acha que por ser entorno de bem tombado o bairro do Reduto possui alguma especificidade que repele pessoas para que elas não busquem a moradia no bairro?
g) A chancela do entorno de bem tombamento atrapalha ou impulsiona a escolha do bairro como moradia?
h) Você acha que por ser entorno de bem tombado o bairro do Reduto possui alguma especificidade que atrai pessoas para o comércio, serviço, lazer etc?
i) Você acha que por ser tombado o bairro do Reduto possui alguma especificidade que repele pessoas para que elas não busquem comércio, serviço, lazer etc no bairro?
j) A chancela do entorno de bem tombamento atrapalha ou impulsiona a escolha do bairro como um bairro de consumo, comércio, serviço, lazer etc no bairro?
k) O tombamento influencia no cotidiano do bairro?
l) O tombamento influência nas moradias residenciais do bairro?
m) O tombamento influência no comércio e serviço do bairro?

<b>4. Grandes projetos de revitalização</b>
a) Você acha que o Complexo Estação das Docas e/ou o Projeto Ver-o-rio, podem influenciar na dinâmica do bairro?
b) Você acha que o Shopping Center Boulevard influenciou ou influencia na dinâmica do bairro? Ele atraiu mais comércio, serviços no seu entorno? Ele afeta na atração de moradias? Qual a sua visão em relação ao shopping na dinâmica do bairro?
c) Você acha que o Projeto Belém Porto Futuro, pode influenciar na dinâmica do bairro em relação à moradia?
d) Você acha que o Projeto Belém Porto Futuro, pode influenciar na dinâmica do bairro em relação ao comércio, serviço, lazer etc. ?

<b>5. Morar no Reduto</b>
a) Você teria interesse de morar no baixo Reduto? ( ) Sim ( ) Não. Por quê?
b) Como suposição, se você ganhasse uma moradia no baixo Reduto, você mudaria para lá? ( ) Sim ( ) Não. Por quê?
c) Como suposição, se você pudesse mudar a sua uma moradia atual, igualzinha como hoje, para o baixo Reduto, você mudaria? ( ) Sim ( ) Não. Por quê?
d) Como suposição, se você pudesse mudar a sua uma moradia atual, igualzinha como hoje, para o baixo Reduto, você mudaria? ( ) Sim ( ) Não. Por quê?
e) a) Se fosse uma edificação histórica antiga que passasse por um retrofit, restauração, reforma, que fosse confortável, que lhe desse uma boa qualidade de vida, dentro de sua morada, você mudaria? ( ) Sim ( ) Não. Por quê?

f) b) Se fosse uma casa de 1 ou 2 pavimentos nova, que fosse confortável, que lhe desse uma boa qualidade de vida, dentro de sua morada, você mudaria? ( ) Sim ( ) Não. Por quê?
g) c) Se fosse um edifício de apartamentos com um arquitetura contemporânea, novo, com vista para o rio, que fosse confortável, que lhe desse uma boa qualidade de vida, dentro de sua morada, você mudaria? ( ) Sim ( ) Não. Por quê?
h) Se realmente você tivesse que mudar para o baixo Reduto, uma construtora lhe desse uma morada dos tipos que eu falei e você precisasse escolher 1 tipo, qual seria a sua escolha? ( )A ( )B ( )C ( ) não mudaria de nenhuma forma. Por quê?
i) Morar no Alto Reduto. Se fosse no alto Reduto haveria alguma diferença nas suas respostas? ( ) Sim ( ) Não. Por quê?
j) Relação hoje com o Reduto
k) Você usa o bairro no Reduto? ( ) Sim ( ) Não. Por quê?
l) Você usa o Reduto com frequência?
m) Você usa o bairro do Reduto para:
Em Geral - ( ) Diariamente ( ) Muitas vezes por semana ( ) Poucas vezes por semana ( ) Nunca usa
Trabalho ( ) Diariamente ( ) 6x por semana ( ) 5x ( ) 4x ( ) 3x ( ) 2x ( ) 1x ( ) Nunca usa
Negócios ( ) Diariamente ( ) 6x por semana ( ) 5x ( ) 4x ( ) 3x ( ) 2x ( ) 1x ( ) Nunca usa
Lazer ( ) Diariamente ( ) 6x por semana ( ) 5x ( ) 4x ( ) 3x ( ) 2x ( ) 1x ( ) Nunca usa
Comércio ( ) Diariamente ( ) 6x por semana ( ) 5x ( ) 4x ( ) 3x ( ) 2x ( ) 1x ( ) Nunca usa
Serviço ( ) Diariamente ( ) 6x por semana ( ) 5x ( ) 4x ( ) 3x ( ) 2x ( ) 1x ( ) Nunca usa
Religioso ( ) Diariamente ( ) 6x por semana ( ) 5x ( ) 4x ( ) 3x ( ) 2x ( ) 1x ( ) Nunca usa
Outros ( ) Diariamente ( ) 6x por semana ( ) 5x ( ) 4x ( ) 3x ( ) 2x ( ) 1x ( ) Nunca usa
n) Como você resumiria sua relação, hoje, com o Reduto?

<b>6. Identificar os espaços que contêm a representação simbólica para o bairro e para cidade (moradia, ruas e avenidas, igreja, segurança, insegurança, domínio de espaço, desejos, frustrações, mitos, praça, porto, o comércio do sexo, drogas, etc.).</b>
a) Na sua opinião existem lugares no bairro do Reduto que são simbólicos para o bairro e cidade? ( ) Moradia ( ) Igreja ( ) Segurança ( ) Insegurança ( ) Domínio de espaço, ( ) Desejos ( ) Frustrações ( ) Mitos ( ) ruas e avenidas ( ) Porto ( ) Praça ( ) Comércio do sexo ( ) Cracolândia. Quais outras?
b) Você gostaria de completar com alguma informação que ache pertinente, que possa colaborar com a pesquisa?
c) Quem você indica para que eu procure que possa ajudar na minha pesquisa:

***OBRIGADA POR SUA GENTILEZA E PRESTEZA!***

## APÊNDICE D – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS –EMPRESÁRIOS DO REDUTO



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
NÚCLEOS DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO  
SUSTENTÁVEL DO TRÓPICO ÚMIDO



### ROTEIRO – EMPRESÁRIOS

**Entrevistador: Valéria Maria Pereira Alves Picanço**

A pesquisa que estou realizando procura **compreender o processo de gentrificação no bairro do Reduto-Belém-Pará**.

Trata-se de uma pesquisa do Doutorado que está sendo desenvolvido no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará. Sabemos que o tempo das pessoas, em geral, é bastante escasso, mas contamos com a sua colaboração, pois disto depende o êxito da nossa pesquisa.

#### Termo de Compromisso

Após a apresentação do termo de compromisso e sua assinatura pelo entrevistado era apresentado o roteiro da entrevista contendo a instituição que a pesquisa está vinculada. Os objetivos da pesquisa foram transformados em perguntas com vocabulário do senso comum sobre o tema da pesquisa. As indagações foram realizadas à medida que o (a) entrevistado consentia. Será entregue a transcrição das entrevistas aos pesquisadores que tiverem interesse

#### Sigilo

Todas as informações coletadas neste questionário serão mantidas em sigilo, se assim V.Sa. achar necessário. Garantimos-lhe que você ou qualquer pessoa entrevistada não serão identificados em qualquer publicação sobre os resultados do estudo, se também assim lhe convier. É importante que você se sinta seguro e seja o mais sincero possível. Por favor, não deixe nenhuma questão sem resposta, tendo em vista que a sua resposta é insubstituível.

#### Sobre este questionário

Se tiver dúvida sobre qualquer aspecto do questionário, ou se quiser informações adicionais sobre o estudo, por favor entre em contato com a Coordenação da Pesquisa, professora Valéria Picanço, ligando para (63) 98401-4344 ou enviando um e-mail para: [valeria\\_picanco@yahoo.com.br](mailto:valeria_picanco@yahoo.com.br)

Agradeço sua colaboração, que deverá ser consentida no Termo de consentimento. Agradeço sua atenção e disponibilidade. Professora Valéria Picanço

**Empresa:** \_\_\_\_\_

**Entrevista Nº** \_\_\_\_\_ **Data:** \_\_\_\_\_ **Local:** \_\_\_\_\_

<b>1. Identificar o entrevistado (a).</b>
Nome ou como gostaria de ser chamado (a):
Sua ocupação atual:
Sua ocupação anterior:
Trabalhou em algum órgão público:
Qual:
Natural de Belém: Sim ( ) Não ( ) Local:
Endereço de sua residência atual:
Reside em Belém a quanto tempo:
Sexo ( ) Masculino ( ) Feminino ( ) Desejo não informar

<b>1. Empresa</b>
-------------------

a) Quanto tempo você trabalha na empresa?
b) É empresa de família?
c) A quanto tempo na família?
d) Quanto tempo a empresa está aberta? E aberta no Reduto?
e) Qual a história da empresa?
f) Quais as mudanças que a empresa já teve?
g) Já pensou em fechar a empresa?
h) Pensou em mudar do Reduto? Pensou em ir para outro bairro?
i) Para que Classe Social a sua empresa trabalha?

<b>2. Relação Empresa e bairro Reduto</b>
a) O que te motiva a ter uma empresa no Reduto? Ou o que te motivou vir para o Reduto? O que lhe prende a esse bairro
b) O que lhe atrai ou atraiu no Reduto para ter ser estabelecimento?
c) Qual a relação da sua empresa para o bairro?
d) Qual a sua relação pessoal com o bairro do Reduto?

<b>3. Bairro do Reduto</b>
a) Você conhece bem o bairro do Reduto? Sim ( ) Não ( )
b) Você morou ou mora no Reduto? Tem interesse em morar? Perguntar sobre a moradia no bairro.
c) O que você poderia falar sobre o histórico do bairro?
d) Como você vê as mudanças e/ou processos urbanos que o bairro passou ou passa?
e) Como você analisa o bairro do Reduto hoje?
f) Você acha que o bairro do Reduto tem um perfil de bairro com alguns dos tipos de processo de Gentrificação?
g) Como você vê as dinâmicas diferentes entre o baixo e o alto Reduto?
a) Você acha que o Complexo Estação das Docas e/ou o Projeto Ver-o-rio, podem influenciar na dinâmica do bairro?
b) Você acha que o Shopping Center Boulevard influenciou ou influencia na dinâmica do bairro? Ele atraiu mais comércio, serviços no seu entorno? Ele afeta na atração de moradias? Qual a sua visão em relação ao shopping na dinâmica do bairro?
c) Você acha que o Projeto Belém Porto Futuro, pode influenciar na dinâmica do bairro em relação à moradia?
d) Você acha que o Projeto Belém Porto Futuro, pode influenciar na dinâmica do bairro em relação ao comércio, serviço, lazer etc. ?

<b>4. Entorno de bem tombado</b>
a) Você tem conhecimento que o bairro do Reduto compõem o entorno do centro histórico tombado de Belém? ( ) Sim ( ) Não.
b) Você já fez alguma reforma que deu entrada em algum órgão patrimonial?
c) Já fez reforma sem dar entrada em órgão patrimonial? Por que?
d) Você acha que essa legislação patrimonial de salvaguarda interfere na dinâmica do bairro, em relação à moradia, comércio, serviço, lazer, ou seja, o uso do bairro em geral? ( ) Sim ( ) Não. Por quê?
e) A chancela do entorno de bem tombamento atrapalha ou impulsiona a escolha do bairro como moradia?
f) A chancela do entorno de bem tombamento atrapalha ou impulsiona a escolha do bairro como um bairro de consumo, comércio, serviço, lazer etc no bairro?
g) O tombamento influencia no cotidiano da sua empresa? E do Bairro?

<b>5. Identificar os espaços que contêm a representação simbólica para o bairro e para cidade (moradia, ruas e avenidas, igreja, segurança, insegurança, domínio de espaço, desejos, frustrações, mitos, praça, porto, o comércio do sexo, drogas, etc.).</b>
d) Na sua opinião existem lugares no bairro do Reduto que são simbólicos para o bairro e cidade? ( ) Moradia ( ) Igreja ( ) Segurança ( ) Insegurança ( ) Domínio de espaço, ( ) Desejos ( ) Frustrações ( ) Mitos ( ) ruas e avenidas ( ) Porto ( )Praça ( ) Comércio do sexo ( ) Cracolândia. Quais outras?
e) Você gostaria de completar com alguma informação que ache pertinente, que possa colaborar com a pesquisa?
f) Quem você indica para que eu procure que possa ajudar na minha pesquisa:

***OBRIGADA POR SUA GENTILEZA E PRESTEZA!***

## APÊNDICE E – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS – EX-MORADOR DO REDUTO



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
NÚCLEOS DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO  
SUSTENTÁVEL DO TRÓPICO ÚMIDO



### ROTEIRO – EX-MORADOR

**Entrevistador: Valéria Maria Pereira Alves Picanço**

A pesquisa que estou realizando procura **compreender o processo de gentrificação no bairro do Reduto- Belém-Pará.**

Trata-se de uma pesquisa do Doutorado que está sendo desenvolvido no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará. Sabemos que o tempo das pessoas, em geral, é bastante escasso, mas contamos com a sua colaboração, pois disto depende o êxito da nossa pesquisa.

#### Termo de Compromisso

Após a apresentação do termo de compromisso e sua assinatura pelo entrevistado era apresentado o roteiro da entrevista contendo a instituição que a pesquisa está vinculada. Os objetivos da pesquisa foram transformados em perguntas com vocabulário do senso comum sobre o tema da pesquisa. As indagações foram realizadas à medida que o (a) entrevistado consentia. Será entregue a transcrição das entrevistas aos pesquisadores que tiverem interesse

#### Sigilo

Todas as informações coletadas neste questionário serão mantidas em sigilo, se assim V.Sa. achar necessário. Garantimos-lhe que você ou qualquer pessoa entrevistada não serão identificados em qualquer publicação sobre os resultados do estudo, se também assim lhe convier. É importante que você se sinta seguro e seja o mais sincero possível. Por favor, não deixe nenhuma questão sem resposta, tendo em vista que a sua resposta é insubstituível.

#### Sobre este questionário

Se tiver dúvida sobre qualquer aspecto do questionário, ou se quiser informações adicionais sobre o estudo, por favor entre em contato com a Coordenação da Pesquisa, professora Valéria Picanço, ligando para (63) 98401-4344 ou enviando um e-mail para: [valeria\\_picanco@yahoo.com.br](mailto:valeria_picanco@yahoo.com.br)

Agradeço sua colaboração, que deverá ser consentida no Termo de consentimento. Agradeço sua atenção e disponibilidade. Professora Valéria Picanço

**Empresa:** \_\_\_\_\_

**Entrevista N°** \_\_\_\_\_ **Data:** \_\_\_\_\_ **Local:** \_\_\_\_\_

<b>1. Identificar o entrevistado (a).</b>
Nome ou como gostaria de ser chamado (a):
Sua ocupação atual:
Sua ocupação anterior:
Trabalhou em algum órgão público:
Qual:
Natural de Belém: Sim ( ) Não ( ) Local:
Endereço de sua residência atual:
Reside em Belém a quanto tempo:
Sexo ( ) Masculino ( ) Feminino ( ) Desejo não informar
<b>2. Morar no Reduto</b>

a) Quanto tempo você morou no Reduto?
b) A quanto tempo você mudou do Reduto?
c) Mudou para qual bairro?
d) Como era o morar no Reduto?
e) Por que mudou do Reduto?
f) Onde você morava no Reduto?
g) Apartamento ou casa?
h) Tem vontade de voltar a morar no Reduto?

<b>3. Bairro do Reduto</b>
a) Você conhece bem o bairro do Reduto? Sim ( ) Não ( )
b) O que você poderia falar sobre o histórico do bairro?
c) Como você vê as mudanças e/ou processos urbanos que o bairro passou ou passa?
d) Como você analisa o bairro do Reduto hoje?
e) Você acha que o bairro do Reduto tem um perfil de bairro com alguns dos tipos de processo de Gentrificação?
f) Como você vê as dinâmicas diferentes entre o baixo e o alto Reduto?
e) Você acha que o Complexo Estação das Docas e/ou o Projeto Ver-o-rio, podem influenciar na dinâmica do bairro?
f) Você acha que o Shopping Center Boulevard influenciou ou influencia na dinâmica do bairro? Ele atraiu mais comércio, serviços no seu entorno? Ele afeta na atração de moradias? Qual a sua visão em relação ao shopping na dinâmica do bairro?
g) Você acha que o Projeto Belém Porto Futuro, pode influenciar na dinâmica do bairro em relação à moradia?
h) Você acha que o Projeto Belém Porto Futuro, pode influenciar na dinâmica do bairro em relação ao comércio, serviço, lazer etc. ?

<b>4. Entorno de bem tombado</b>
a) Você tem conhecimento que o bairro do Reduto compõem o entorno do centro histórico tombado de Belém? ( ) Sim ( ) Não.
b) Você já fez alguma reforma que deu entrada em algum órgão patrimonial?
c) Você acha que essa legislação patrimonial de salvaguarda interfere na dinâmica do bairro, em relação à moradia, comércio, serviço, lazer, ou seja, o uso do bairro em geral? ( ) Sim ( ) Não. Por quê?
d) A chancela do entorno de bem tombamento atrapalha ou impulsiona a escolha do bairro como moradia?
e) A chancela do entorno de bem tombamento atrapalha ou impulsiona a escolha do bairro como um bairro de consumo, comércio, serviço, lazer etc no bairro?

<b>5. Identificar os espaços que contêm a representação simbólica para o bairro e para cidade (moradia, ruas e avenidas, igreja, segurança, insegurança, domínio de espaço, desejos, frustrações, mitos, praça, porto, o comércio do sexo, drogas, etc.).</b>
e) Na sua opinião existem lugares no bairro do Reduto que são simbólicos para o bairro e cidade? ( ) Moradia ( ) Igreja ( ) Segurança ( ) Insegurança ( ) Domínio de espaço, ( ) Desejos ( ) Frustrações ( ) Mitos ( ) ruas e avenidas ( ) Porto ( ) Praça ( ) Comércio do sexo ( ) Cracolândia. Quais outras?
g) Você gostaria de completar com alguma informação que ache pertinente, que possa colaborar com a pesquisa?
h) Quem você indica para que eu procure que possa ajudar na minha pesquisa:

***OBRIGADA POR SUA GENTILEZA E PRESTEZA!***

## APÊNDICE F – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS – MORADOR DO REDUTO



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
NÚCLEOS DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO  
SUSTENTÁVEL DO TRÓPICO ÚMIDO



### ROTEIRO – MORADOR

**Entrevistador: Valéria Maria Pereira Alves Picanço**

A pesquisa que estou realizando procura **compreender o processo de gentrificação no bairro do Reduto-Belém-Pará**.

Trata-se de uma pesquisa do Doutorado que está sendo desenvolvido no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará. Sabemos que o tempo das pessoas, em geral, é bastante escasso, mas contamos com a sua colaboração, pois disto depende o êxito da nossa pesquisa.

#### Termo de Compromisso

Após a apresentação do termo de compromisso e sua assinatura pelo entrevistado era apresentado o roteiro da entrevista contendo a instituição que a pesquisa está vinculada. Os objetivos da pesquisa foram transformados em perguntas com vocabulário do senso comum sobre o tema da pesquisa. As indagações foram realizadas à medida que o (a) entrevistado consentia. Será entregue a transcrição das entrevistas aos pesquisadores que tiverem interesse

#### Sigilo

Todas as informações coletadas neste questionário serão mantidas em sigilo, se assim V.Sa. achar necessário. Garantimos-lhe que você ou qualquer pessoa entrevistada não serão identificados em qualquer publicação sobre os resultados do estudo, se também assim lhe convier. É importante que você se sinta seguro e seja o mais sincero possível. Por favor, não deixe nenhuma questão sem resposta, tendo em vista que a sua resposta é insubstituível.

#### Sobre este questionário

Se tiver dúvida sobre qualquer aspecto do questionário, ou se quiser informações adicionais sobre o estudo, por favor entre em contato com a Coordenação da Pesquisa, professora Valéria Picanço, ligando para (63) 98401-4344 ou enviando um e-mail para: [valeria\\_picanco@yahoo.com.br](mailto:valeria_picanco@yahoo.com.br)

Agradeço sua colaboração, que deverá ser consentida no Termo de consentimento. Agradeço sua atenção e disponibilidade. Professora Valéria Picanço

**Empresa:** \_\_\_\_\_

**Entrevista N°** \_\_\_\_\_ **Data:** \_\_\_\_\_ **Local:** \_\_\_\_\_

<b>1. Identificar o entrevistado (a).</b>
Nome ou como gostaria de ser chamado (a):
Sua ocupação atual:
Sua ocupação anterior:
Trabalhou em algum órgão público:
Qual:
Natural de Belém: Sim ( ) Não ( ) Local:
Endereço de sua residência atual:
Reside em Belém a quanto tempo:
Sexo ( ) Masculino ( ) Feminino ( ) Desejo não informar
<b>2. Morar no Reduto</b>

a) Quanto tempo você mora no Reduto?
b) Você morou em qual bairro antes?
c) Como é o morar no Reduto?
d) Onde você mora no Reduto?
e) Apartamento ou casa?
f) Tem vontade de mudar do Reduto?

<b>3. Bairro do Reduto</b>
a) Você conhece bem o bairro do Reduto? Sim ( ) Não ( )
b) O que você poderia falar sobre o histórico do bairro?
c) Como você vê as mudanças e/ou processos urbanos que o bairro passou ou passa?
d) Como você analisa o bairro do Reduto hoje?
e) Você acha que o bairro do Reduto tem um perfil de bairro com alguns dos tipos de processo de Gentrificação?
f) Como você vê as dinâmicas diferentes entre o baixo e o alto Reduto?
i) Você acha que o Complexo Estação das Docas e/ou o Projeto Ver-o-rio, podem influenciar na dinâmica do bairro?
j) Você acha que o Shopping Center Boulevard influenciou ou influencia na dinâmica do bairro? Ele atraiu mais comércio, serviços no seu entorno? Ele afeta na atração de moradias? Qual a sua visão em relação ao shopping na dinâmica do bairro?
k) Você acha que o Projeto Belém Porto Futuro, pode influenciar na dinâmica do bairro em relação à moradia?
l) Você acha que o Projeto Belém Porto Futuro, pode influenciar na dinâmica do bairro em relação ao comércio, serviço, lazer etc. ?

<b>4. Entorno de bem tombado</b>
a) Você tem conhecimento que o bairro do Reduto compõem o entorno do centro histórico tombado de Belém? ( ) Sim ( ) Não.
b) Você já fez alguma reforma que deu entrada em algum órgão patrimonial?
c) Você acha que essa legislação patrimonial de salvaguarda interfere na dinâmica do bairro, em relação à moradia, comércio, serviço, lazer, ou seja, o uso do bairro em geral? ( ) Sim ( ) Não. Por quê?
d) A chancela do entorno de bem tombamento atrapalha ou impulsiona a escolha do bairro como moradia?
e) A chancela do entorno de bem tombamento atrapalha ou impulsiona a escolha do bairro como um bairro de consumo, comércio, serviço, lazer etc no bairro?

<b>5. Identificar os espaços que contêm a representação simbólica para o bairro e para cidade (moradia, ruas e avenidas, igreja, segurança, insegurança, domínio de espaço, desejos, frustrações, mitos, praça, porto, o comércio do sexo, drogas, etc.).</b>
a) Na sua opinião existem lugares no bairro do Reduto que são simbólicos para o bairro e cidade? ( ) Moradia ( ) Igreja ( ) Segurança ( ) Insegurança ( ) Domínio de espaço, ( ) Desejos ( ) Frustrações ( ) Mitos ( ) ruas e avenidas ( ) Porto ( ) Praça ( ) Comércio do sexo ( ) Cracolândia. Quais outras?
i) Você gostaria de completar com alguma informação que ache pertinente, que possa colaborar com a pesquisa?
j) Quem você indica para que eu procure que possa ajudar na minha pesquisa:

***OBRIGADA POR SUA GENTILEZA E PRESTEZA!***

## APÊNDICE G – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS – PROMOTORES IMOBILIÁRIOS



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
NÚCLEOS DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO  
SUSTENTÁVEL DO TRÓPICO ÚMIDO



### ROTEIRO – MORADOR

**Entrevistador: Valéria Maria Pereira Alves Picanço**

A pesquisa que estou realizando procura **compreender o processo de gentrificação no bairro do Reduto-Belém-Pará**.

Trata-se de uma pesquisa do Doutorado que está sendo desenvolvido no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará. Sabemos que o tempo das pessoas, em geral, é bastante escasso, mas contamos com a sua colaboração, pois disto depende o êxito da nossa pesquisa.

#### Termo de Compromisso

Após a apresentação do termo de compromisso e sua assinatura pelo entrevistado era apresentado o roteiro da entrevista contendo a instituição que a pesquisa está vinculada. Os objetivos da pesquisa foram transformados em perguntas com vocabulário do senso comum sobre o tema da pesquisa. As indagações foram realizadas à medida que o (a) entrevistado consentia. Será entregue a transcrição das entrevistas aos pesquisadores que tiverem interesse

#### Sigilo

Todas as informações coletadas neste questionário serão mantidas em sigilo, se assim V.Sa. achar necessário. Garantimos-lhe que você ou qualquer pessoa entrevistada não serão identificados em qualquer publicação sobre os resultados do estudo, se também assim lhe convier. É importante que você se sinta seguro e seja o mais sincero possível. Por favor, não deixe nenhuma questão sem resposta, tendo em vista que a sua resposta é insubstituível.

#### Sobre este questionário

Se tiver dúvida sobre qualquer aspecto do questionário, ou se quiser informações adicionais sobre o estudo, por favor entre em contato com a Coordenação da Pesquisa, professora Valéria Picanço, ligando para (63) 98401-4344 ou enviando um e-mail para: [valeria\\_picanco@yahoo.com.br](mailto:valeria_picanco@yahoo.com.br)

Agradeço sua colaboração, que deverá ser consentida no Termo de consentimento. Agradeço sua atenção e disponibilidade. Professora Valéria Picanço

**Empresa:** \_\_\_\_\_

**Entrevista Nº** \_\_\_\_\_ **Data:** \_\_\_\_\_ **Local:** \_\_\_\_\_

<b>1. Identificar o entrevistado (a).</b>
Nome ou como gostaria de ser chamado (a):
Sua ocupação atual:
Sua ocupação anterior:
Trabalhou em algum órgão público:
Qual:
Natural de Belém: Sim ( ) Não ( ) Local:
Endereço de sua residência atual:
Reside em Belém a quanto tempo:
Sexo ( ) Masculino ( ) Feminino ( ) Desejo não informar
<b>2. Procura pelo bairro do Reduto</b>

a) As pessoas estão procurando o bairro para morar?
b) A procura é compra ou aluguel?
c) Há procura para comércio e serviço?
d) Valores de compra e aluguel são diferentes para as área do bairro?
e) Procuram mais Apartamento ou casa para morar?
f) A procura está aumentando ou diminuindo para venda ou aluguel?
g) Como você avalia o mercado para o uso residencial?
h) E para comércio e serviço?

<b>3. Bairro do Reduto</b>
a) Você conhece bem o bairro do Reduto? Sim ( ) Não ( )
b) O que você poderia falar sobre o histórico do bairro?
c) Como você vê as mudanças e/ou processos urbanos que o bairro passou ou passa?
d) Como você analisa o bairro do Reduto hoje?
e) Você acha que o bairro do Reduto tem um perfil de bairro com alguns dos tipos de processo de Gentrificação?
f) Como você vê as dinâmicas diferentes entre o baixo e o alto Reduto?
m) Você acha que o Complexo Estação das Docas e/ou o Projeto Ver-o-rio, podem influenciar na dinâmica do bairro?
n) Você acha que o Shopping Center Boulevard influenciou ou influencia na dinâmica do bairro? Ele atraiu mais comércio, serviços no seu entorno? Ele afeta na atração de moradias? Qual a sua visão em relação ao shopping na dinâmica do bairro?
o) Você acha que o Projeto Belém Porto Futuro, pode influenciar na dinâmica do bairro em relação à moradia?
p) Você acha que o Projeto Belém Porto Futuro, pode influenciar na dinâmica do bairro em relação ao comércio, serviço, lazer etc. ?

<b>4. Entorno de bem tombado</b>
a) Você tem conhecimento que o bairro do Reduto compõem o entorno do centro histórico tombado de Belém? ( ) Sim ( ) Não.
b) Você já fez alguma reforma que deu entrada em algum órgão patrimonial?
c) Você acha que essa legislação patrimonial de salvaguarda interfere na dinâmica do bairro, em relação à moradia, comércio, serviço, lazer, ou seja, o uso do bairro em geral? ( ) Sim ( ) Não. Por quê?
d) A chancela do entorno de bem tombamento atrapalha ou impulsiona a escolha do bairro como moradia?
e) A chancela do entorno de bem tombamento atrapalha ou impulsiona a escolha do bairro como um bairro de consumo, comércio, serviço, lazer etc no bairro?

<b>5. Identificar os espaços que contêm a representação simbólica para o bairro e para cidade (moradia, ruas e avenidas, igreja, segurança, insegurança, domínio de espaço, desejos, frustrações, mitos, praça, porto, o comércio do sexo, drogas, etc.).</b>
a) Na sua opinião existem lugares no bairro do Reduto que são simbólicos para o bairro e cidade? ( ) Moradia ( ) Igreja ( ) Segurança ( ) Insegurança ( ) Domínio de espaço, ( ) Desejos ( ) Frustrações ( ) Mitos ( ) ruas e avenidas ( ) Porto ( ) Praça ( ) Comércio do sexo ( ) Cracolândia. Quais outras?
k) Você gostaria de completar com alguma informação que ache pertinente, que possa colaborar com a pesquisa?
l) Quem você indica para que eu procure que possa ajudar na minha pesquisa:

***OBRIGADA POR SUA GENTILEZA E PRESTEZA!***

## APÊNDICE H – QUESTIONÁRIOS DA PLATAFORMA DIGITAL GOOGLE FORMS – MORADORES DO BAIRRO DO REDUTO

Idade?

- |                      |                    |                    |                      |
|----------------------|--------------------|--------------------|----------------------|
| 1. Menor que 14 anos | 6. 35 até 39 anos  | 11. 60 até 64 anos | 16. 85 até 89 anos   |
| 2. 15 até 19 anos    | 7. 40 até 44 anos  | 12. 65 até 69 anos | 17. 90 até 94 anos   |
| 3. 20 até 24 anos    | 8. 45 até 49 anos  | 13. 70 até 74 anos | 18. 95 até 99 anos   |
| 4. 25 até 29 anos    | 9. 50 até 54 anos  | 14. 75 até 79 anos | 19. mais de 100 anos |
| 5. 30 até 34 anos    | 10. 55 até 59 anos | 15. 80 até 84 anos |                      |

Natural de Belém?

- Sim, nasci em Belém
- Não, nasci em outra cidade do Pará
- Não, nasci em outra cidade do Brasil
- Não, nasci fora do Brasil

Grau de Escolaridade - completo

- Ensino fundamental
- Ensino médio
- Ensino superior
- Pós- graduação

A quanto tempo você mora em Belém?

- |                     |                    |                    |                    |                     |
|---------------------|--------------------|--------------------|--------------------|---------------------|
| 1. Desde que nasci. | 7. 25 a 29 anos    | 13. 21 até 25 anos | 19. 51 até 55 anos | 25. 81 até 85 anos  |
| 2. 0 a 4 anos       | 8. 30 a 34 anos    | 14. 26 até 30 anos | 20. 56 até 60 anos | 26. 86 até 90 anos  |
| 3. 5 a 9 ano        | 9. 35 a 39 anos    | 15. 31 até 35 anos | 21. 61 até 65 anos | 27. mais de 90 anos |
| 4. 10 a 14 anos     | 10. 40 a 44 anos   | 16. 36 até 40 anos | 22. 66 até 70 anos |                     |
| 5. 15 a 19 anos     | 11. 17 até 18 anos | 17. 41 até 45 anos | 23. 71 até 75 anos |                     |
| 6. 20 a 24 anos     | 12. 19 até 20 anos | 18. 46 até 50 anos | 24. 76 até 80 anos |                     |

Como você se considera, em relação ao seu padrão de vida:

O padrão de vida não tem relação somente com a parte financeira, mas também com a sua cultura e com seu modo de vida.

- Classe Baixa
- Classe Média
- Classe Alta

## Média Salarial Familiar (Salário Mínimo de R\$998,00)

- |                               |                                  |
|-------------------------------|----------------------------------|
| 1. até 1 Salário Mínimo       | 8. 15 até 16 Salários Mínimos    |
| 2. 2 até 4 Salários Mínimos   | 9. 17 até 18 Salários Mínimos    |
| 3. 5 até 6 Salários Mínimos   | 10. 19 até 20 Salários Mínimos   |
| 4. 7 até 8 Salários Mínimos   | 11. 21 até 22 Salários Mínimos   |
| 5. 9 até 10 Salários Mínimos  | 12. 23 até 24 Salários Mínimos   |
| 6. 11 até 12 Salários Mínimos | 13. acima de 25 Salários Mínimos |
| 7. 13 até 14 Salários Mínimos |                                  |

## Seu tipo de moradia é:

- Apartamento
- Casa
- Outros...

## Sua Residência é:

- Própria
- Alugada
- Emprestada
- Outros...

## Se for alugada: qual o valor do aluguel?

Texto de resposta curta

.....

## Quanto tempo mora no Reduto?

- |                  |                    |                    |                    |                     |
|------------------|--------------------|--------------------|--------------------|---------------------|
| 1. Até 2 anos    | 6. 11 até 12 anos  | 11. 21 até 25 anos | 16. 46 até 50 anos | 21. 71 até 75 anos  |
| 2. 3 até 4 anos  | 7. 13 até 14 anos  | 12. 26 até 30 anos | 17. 51 até 55 anos | 22. 76 até 80 anos  |
| 3. 5 até 6 anos  | 8. 15 até 16 anos  | 13. 31 até 35 anos | 18. 56 até 60 anos | 23. 81 até 85 anos  |
| 4. 7 até 8 anos  | 9. 17 até 18 anos  | 14. 36 até 40 anos | 19. 61 até 65 anos | 24. 86 até 90 anos  |
| 5. 9 até 10 anos | 10. 19 até 20 anos | 15. 41 até 45 anos | 20. 66 até 70 anos | 25. mais de 90 anos |

Você gosta de morar no Reduto?

1    2    3    4    5    6    7    8    9    10

Insatisfeito                                            Satisfeito

Quais os elementos que você considera simbólicos para o bairro do Reduto?

Pode marcar mais de uma resposta.

- |   |   |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> Habitações multifamiliares ( Prédios)                      | <input type="checkbox"/> Ruas e avenidas que compõem o bairro |
| <input type="checkbox"/> Habitações unifamiliares (Casas)                           | <input type="checkbox"/> Shopping Bouvelard                   |
| <input type="checkbox"/> Igrejas  | <input type="checkbox"/> Restaurantes                         |
| <input type="checkbox"/> Av. Visconde de Souza Franco- Conhecida como Av. das Docas | <input type="checkbox"/> Comércio                             |
| <input type="checkbox"/> Porto de Belém   | <input type="checkbox"/> Serviços                             |
|   | <input type="checkbox"/> Comércio do sexo                     |

Em uma escala, quanto você considera o bairro do Reduto seguro para morar?

1    2    3    4    5    6    7    8    9    10

Inseguro                                            Seguro

Você tem interesse de mudar do Reduto para outro bairro de Belém?

- Sim
- Não
- As Vezes

Hipoteticamente: Se você tivesse a oportunidade de ter uma moradia IGUAL a sua em outro bairro de Belém, você mudaria?

- Sim
- Não
- Talvez
- Outros...

Hipoteticamente: Se você tivesse a oportunidade de ter uma moradia MELHOR que a sua em outro bairro de Belém, você mudaria?

- Sim
- Não
- Talvez

Hipoteticamente: Se você tivesse a oportunidade de ter uma moradia em uma edificação histórica "reformada", dentro do bairro do Reduto, que fosse internamente igual a sua residência atual, você mudaria?

- Sim
- Não
- Talvez

Hipoteticamente: Se você tivesse a oportunidade de ter uma moradia em uma edificação histórica "reformada", dentro do bairro do Reduto, que fosse melhor do que a sua, mais confortável, que lhe desse uma boa qualidade de vida, você mudaria?

- Sim
- Não
- Talvez

Você trabalha no bairro do Reduto?

- Sim
- Não

Como e qual a frequência que você usufrui do bairro do Reduto?

	Diariame...	6x/sem.	5x/sem.	4x/sem.	3x/sem.	2x/sem.	Fin. de s...	Nunca usa
Trabalho	<input type="radio"/>							
Lazer	<input type="radio"/>							
Comércio	<input type="radio"/>							
Serviço	<input type="radio"/>							
Restaura...	<input type="radio"/>							
Shop. Bo...	<input type="radio"/>							
Caminha...	<input type="radio"/>							

Você sabia que o bairro do Reduto compõe o entorno do Centro Histórico Tombado de Belém?

- Sim
- Não

Você acha que a legislação específica para proteção do patrimônio histórico interfere na dinâmica, em relação à moradia, no bairro do Reduto?

- Sim
- Não
- Talvez

Você acha que a legislação específica para patrimônio histórico interfere na dinâmica, em relação ao uso (comércio, serviço, shopping, restaurantes, bares etc), no bairro do Reduto?

- Sim
- Não
- Talvez

Você teria interesse em morar em uma edificação histórica Tombada em Belém?

- Sim
- Não
- Talvez

Você teria interesse em morar em uma edificação histórica Tombada, no Brasil, que não seja em Belém?

- Sim
- Não

Você teria interesse em morar em uma edificação histórica Tombada, na Europa?

- Sim
- Não

Se uma edificação histórica tombada fosse reformada, em Belém, para o uso de Comércio, Serviço, Lazer, Restaurante, Bar etc. você a utilizaria?

- Sim
- Não

Se uma edificação histórica tombada fosse totalmente reformada, em Belém, para o uso habitacional você teria interesse em morar?

- Sim
- Não

Quais desses grandes projetos você acha que interferem na dinâmica do bairro do Reduto?

Pode-se marcar mais de uma resposta

- Estação das Docas
- Projeto Ver-o-Rio

Você acha que o projeto Belém Porto Futuro mudará a dinâmica urbana do bairro do Reduto?

- Sim
- Não

Em uma escala, quanto você acha que o projeto Belém Porto Futuro incentivará mais moradia no Bairro do Reduto.

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
Não incentivará	<input type="radio"/>	Incentivará									

Caso o Projeto Belém Porto Futuro incentive moradias, para qual classe social você acha que o mercado imobiliário vai priorizar?

- Padrão para a Classe baixa
- Padrão para a Classe média
- Padrão para a Classe alta

Caso o Projeto Belém Porto Futuro incentive moradias, para qual classe social você gostaria que o mercado imobiliário priorizasse?

- Padrão para a Classe baixa
- Padrão para a Classe média
- Padrão para a Classe alta

Em uma escala, quanto você acha que o projeto Belém Porto Futuro incentivará mais o comércio, serviço, lazer etc. no Bairro do Reduto.

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
Não incentivará	<input type="radio"/>	Incentivará									

Caso o Projeto Belém Porto Futuro incentive mais comércio, serviço, lazer etc, para qual classe social você acha que o mercado imobiliário vai priorizar?

- Padrão para a Classe baixa
- Padrão para a Classe média
- Padrão para a Classe alta

Caso o Projeto Belém Porto Futuro incentive mais comércio, serviço, lazer etc, para qual classe social você gostaria que o mercado imobiliário priorizasse?

- Padrão para a Classe baixa
- Padrão para a Classe média
- Padrão para a Classe alta

**APÊNDICE I – QUESTIONÁRIOS DA PLATAFORMA DIGITAL GOOGLE FORMS  
– MORADORES DE BELÉM EXCETO BAIRRO DO  
REDUTO**

Idade?

1. Menor que 14 anos	6. 35 até 39 anos	11. 60 até 64 anos	16. 85 até 89 anos
2. 15 até 19 anos	7. 40 até 44 anos	12. 65 até 69 anos	17. 90 até 94 anos
3. 20 até 24 anos	8. 45 até 49 anos	13. 70 até 74 anos	18. 95 até 99 anos
4. 25 até 29 anos	9. 50 até 54 anos	14. 75 até 79 anos	19. mais de 100 anos
5. 30 até 34 anos	10. 55 até 59 anos	15. 80 até 84 anos	

Natural de Belém?

Sim, nasci em Belém

Não, nasci em outra cidade do Pará

Não, nasci em outra cidade do Brasil

Não, nasci fora do Brasil

Grau de Escolaridade - completo

Ensino fundamental

Ensino médio

Ensino superior

Pós- graduação

A quanto tempo você mora em Belém?

1. Desde que nasci.	7. 25 a 29 anos	13. 21 até 25 anos	19. 51 até 55 anos	25. 81 até 85 anos
2. 0 a 4 anos	8. 30 a 34 anos	14. 26 até 30 anos	20. 56 até 60 anos	26. 86 até 90 anos
3. 5 a 9 ano	9. 35 a 39 anos	15. 31 até 35 anos	21. 61 até 65 anos	27. mais de 90 anos
4. 10 a 14 anos	10. 40 a 44 anos	16. 36 até 40 anos	22. 66 até 70 anos	
5. 15 a 19 anos	11. 17 até 18 anos	17. 41 até 45 anos	23. 71 até 75 anos	
6. 20 a 24 anos	12. 19 até 20 anos	18. 46 até 50 anos	24. 76 até 80 anos	

**Média Salarial Familiar (Salário Mínimo de R\$998,00)**

- |                               |                                  |
|-------------------------------|----------------------------------|
| 1. até 1 Salário Mínimo       | 8. 15 até 16 Salários Mínimos    |
| 2. 2 até 4 Salários Mínimos   | 9. 17 até 18 Salários Mínimos    |
| 3. 5 até 6 Salários Mínimos   | 10. 19 até 20 Salários Mínimos   |
| 4. 7 até 8 Salários Mínimos   | 11. 21 até 22 Salários Mínimos   |
| 5. 9 até 10 Salários Mínimos  | 12. 23 até 24 Salários Mínimos   |
| 6. 11 até 12 Salários Mínimos | 13. acima de 25 Salários Mínimos |
| 7. 13 até 14 Salários Mínimos |                                  |

**Como você se considera, em relação ao seu padrão de vida:**

O padrão de vida não tem relação somente com a parte financeira, mas também com a sua cultura e com seu modo de vida.

- Classe Baixa
- Classe Média
- Classe Alta

**Seu tipo de moradia é:**

- Apartamento
- Casa
- Outros...

**Sua Residência é:**

- Própria
- Alugada
- Emprestada
- Outros...

**Se for alugada: qual o valor do aluguel?**

Texto de resposta curta

.....

Você mora em qual bairro de Belém?

- |                   |                         |                  |                    |                             |
|-------------------|-------------------------|------------------|--------------------|-----------------------------|
| 1. Água Boa       | 11. Campina de Icoaraci | 21. Fátima       | 31. Miramar        | 41. São Braz                |
| 2. Águas Lindas   | 12. Campinas            | 22. Guamá        | 32. Nazaré         | 42. São Clemente            |
| 3. Águas Negras   | 13. Canudos             | 23. Guanabara    | 33. Paracurí       | 43. São João do Outeiro     |
| 4. Agulha         | 14. Castanheira         | 24. Itaiteua     | 34. Parque Guajará | 44. Souza                   |
| 5. Aura           | 15. Cidade Velha        | 25. Jurunas      | 35. Parque Verde   | 45. Tapanã                  |
| 6. Barreiro       | 16. Condor              | 26. Mangueirão   | 36. Pedreira       | 46. Telegrafo               |
| 7. Batista Campos | 17. Coqueiro            | 27. Maracacueira | 37. Ponta Grossa   | 47. Tenoné                  |
| 8. Brasília       | 18. Cremação            | 28. Maracangalha | 38. Pratinha       | 48. Terra Firme (Montese)   |
| 9. Bengui         | 19. Cruzeiro            | 29. Marambaia    | 39. Reduto         | 49. Umarizal                |
| 10. Cabanagem     | 20. Curió-Utinga        | 30. Marco        | 40. Sacramento     | 50. Una                     |
|                   |                         |                  |                    | 51. Universitário (Montese) |
|                   |                         |                  |                    | 52. Val-de-Cães             |
|                   |                         |                  |                    | 53. Outro bairro            |

Quanto tempo mora no seu bairro atual?

- |                  |                    |                    |                    |                     |
|------------------|--------------------|--------------------|--------------------|---------------------|
| 1. Até 2 anos    | 6. 11 até 12 anos  | 11. 21 até 25 anos | 16. 46 até 50 anos | 21. 71 até 75 anos  |
| 2. 3 até 4 anos  | 7. 13 até 14 anos  | 12. 26 até 30 anos | 17. 51 até 55 anos | 22. 76 até 80 anos  |
| 3. 5 até 6 anos  | 8. 15 até 16 anos  | 13. 31 até 35 anos | 18. 56 até 60 anos | 23. 81 até 85 anos  |
| 4. 7 até 8 anos  | 9. 17 até 18 anos  | 14. 36 até 40 anos | 19. 61 até 65 anos | 24. 86 até 90 anos  |
| 5. 9 até 10 anos | 10. 19 até 20 anos | 15. 41 até 45 anos | 20. 66 até 70 anos | 25. mais de 90 anos |

Você gosta de morar no seu bairro atual?

- |              |                       |                       |                       |                       |                       |                       |                       |                       |                       |                       |            |
|--------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|------------|
|              | 1                     | 2                     | 3                     | 4                     | 5                     | 6                     | 7                     | 8                     | 9                     | 10                    |            |
| Insatisfeito | <input type="radio"/> | Satisfeito |

Você já morou no bairro do Reduto?

- |  |  |
|--|--|
| <input type="radio"/> Não                              | <input type="radio"/> Sim mudei tem entre 16 a 15 anos |
| <input type="radio"/> Sim mudei tem menos de 5 anos    | <input type="radio"/> Sim mudei tem entre 16 a 20 anos |
| <input type="radio"/> Sim mudei tem entre 5 a 10 anos  | <input type="radio"/> Sim mudei tem mais de 21 anos    |
| <input type="radio"/> Sim mudei tem entre 11 a 15 anos |  |

Se morou no bairro do Reduto, tem vontade de voltar a morar neste bairro?

- Nunca morei no Reduto
- Tenho vontade de voltar a morar no bairro Reduto
- Não tenho vontade de morar no bairro Reduto de novo.

Você teria interesse em morar no bairro do Reduto?

Sim

Não

Se você ganhasse na mega sena sozinho e tivesse que comprar uma moradia nova, qual seria sua 1 opção de bairro em Belém?

- |                   |                         |                  |                    |                           |
|-------------------|-------------------------|------------------|--------------------|---------------------------|
| 1. Água Boa       | 11. Campina de Icoaraci | 21. Fátima       | 31. Miramar        | 41. São Braz              |
| 2. Águas Lindas   | 12. Campinas            | 22. Guamá        | 32. Nazaré         | 42. São Clemente          |
| 3. Águas Negras   | 13. Canudos             | 23. Guanabara    | 33. Paracurí       | 43. São João do Outeiro   |
| 4. Agulha         | 14. Castanheira         | 24. Itaiteua     | 34. Parque Guajará | 44. Souza                 |
| 5. Aura           | 15. Cidade Velha        | 25. Jurunas      | 35. Parque Verde   | 45. Tapanã                |
| 6. Barreiro       | 16. Condor              | 26. Mangueirão   | 36. Pedreira       | 46. Telegrafo             |
| 7. Batista Campos | 17. Coqueiro            | 27. Maracacueira | 37. Ponta Grossa   | 47. Tenoné                |
| 8. Brasília       | 18. Cremação            | 28. Maracangalha | 38. Pratinha       | 48. Terra Firme (Montese) |
| 9. Bengui         | 19. Cruzeiro            | 29. Marambaia    | 39. Reduto         | 49. Umarizal              |
| 10. Cabanagem     | 20. Curió-Utinga        | 30. Marco        | 40. Sacramento     | 50. Una                   |
|                   |                         |                  |                    | 51. Universitário         |
|                   |                         |                  |                    | 52. Val-de-Cães           |
|                   |                         |                  |                    | 53. Outro bairro          |

Se você ganhasse na mega sena sozinho e tivesse que comprar uma moradia nova, qual seria sua 2 opção de bairro em Belém?

- |                   |                         |                  |                    |                           |
|-------------------|-------------------------|------------------|--------------------|---------------------------|
| 1. Água Boa       | 11. Campina de Icoaraci | 21. Fátima       | 31. Miramar        | 41. São Braz              |
| 2. Águas Lindas   | 12. Campinas            | 22. Guamá        | 32. Nazaré         | 42. São Clemente          |
| 3. Águas Negras   | 13. Canudos             | 23. Guanabara    | 33. Paracurí       | 43. São João do Outeiro   |
| 4. Agulha         | 14. Castanheira         | 24. Itaiteua     | 34. Parque Guajará | 44. Souza                 |
| 5. Aura           | 15. Cidade Velha        | 25. Jurunas      | 35. Parque Verde   | 45. Tapanã                |
| 6. Barreiro       | 16. Condor              | 26. Mangueirão   | 36. Pedreira       | 46. Telegrafo             |
| 7. Batista Campos | 17. Coqueiro            | 27. Maracacueira | 37. Ponta Grossa   | 47. Tenoné                |
| 8. Brasília       | 18. Cremação            | 28. Maracangalha | 38. Pratinha       | 48. Terra Firme (Montese) |
| 9. Bengui         | 19. Cruzeiro            | 29. Marambaia    | 39. Reduto         | 49. Umarizal              |
| 10. Cabanagem     | 20. Curió-Utinga        | 30. Marco        | 40. Sacramento     | 50. Una                   |
|                   |                         |                  |                    | 51. Universitário         |
|                   |                         |                  |                    | 52. Val-de-Cães           |
|                   |                         |                  |                    | 53. Outro bairro          |

Se você ganhasse na mega sena sozinho e tivesse que comprar uma moradia nova, qual seria sua 3 opção de bairro em Belém?

- |                   |                         |                  |                    |                             |
|-------------------|-------------------------|------------------|--------------------|-----------------------------|
| 1. Água Boa       | 11. Campina de Icoaraci | 21. Fátima       | 31. Miramar        | 41. São Braz                |
| 2. Águas Lindas   | 12. Campinas            | 22. Guamá        | 32. Nazaré         | 42. São Clemente            |
| 3. Águas Negras   | 13. Canudos             | 23. Guanabara    | 33. Paracurí       | 43. São João do Outeiro     |
| 4. Agulha         | 14. Castanheira         | 24. Itaiteua     | 34. Parque Guajará | 44. Souza                   |
| 5. Aura           | 15. Cidade Velha        | 25. Jurunas      | 35. Parque Verde   | 45. Tapanã                  |
| 6. Barreiro       | 16. Condor              | 26. Mangueirão   | 36. Pedreira       | 46. Telegrafo               |
| 7. Batista Campos | 17. Coqueiro            | 27. Maracacueira | 37. Ponta Grossa   | 47. Tenoné                  |
| 8. Brasília       | 18. Cremação            | 28. Maracangalha | 38. Pratinha       | 48. Terra Firme (Montese)   |
| 9. Bengui         | 19. Cruzeiro            | 29. Marambaia    | 39. Reduto         | 49. Umarizal                |
| 10. Cabanagem     | 20. Curió-Utinga        | 30. Marco        | 40. Sacramento     | 50. Una                     |
|                   |                         |                  |                    | 51. Universitário (Montese) |
|                   |                         |                  |                    | 52. Val-de-Cães             |
|                   |                         |                  |                    | 53. Outro bairro            |

Qual seria o seu grau de interesse em morar no bairro do Reduto?

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Não tenho interesse em morar no Reduto            Tenho interesse em morar no Reduto

Se tivesse que ir morar no bairro do Reduto você escolheria como moradia:

- Casa
- Apartamento
- Não tenho interesse algum em morar no bairro do Reduto

Hipoteticamente: Se você tivesse a oportunidade de ter uma moradia IGUAL a sua no bairro do Reduto, você mudaria?

- Sim  Talvez
- Não

Hipoteticamente: Se você tivesse a oportunidade de ter uma moradia MELHOR que a sua no bairro do Reduto, você mudaria?

- Sim  Talvez
- Não

Hipoteticamente: Se você tivesse a oportunidade de ter uma moradia em uma edificação histórica "reformada", dentro do bairro do Reduto, que fosse internamente igual a sua residência atual, você mudaria?

- Sim  Talvez
- Não

Hipoteticamente: Se você tivesse a oportunidade de ter uma moradia em uma edificação histórica "reformada", dentro do bairro do Reduto, que fosse melhor do que a sua, mais confortável, que lhe desse uma boa qualidade de vida, você mudaria?

- Sim
- Não
- Talvez

Você trabalha no bairro do Reduto?

- Sim
- Não

Como e qual a frequência que você usufrui do bairro do Reduto?

	Diariame...	6x/sem.	5x/sem.	4x/sem.	3x/sem.	2x/sem.	Fin. de s...	Nunca usa
Trabalho	<input type="radio"/>							
Lazer	<input type="radio"/>							
Comércio	<input type="radio"/>							
Serviço	<input type="radio"/>							
Restaura...	<input type="radio"/>							
Shop. Bo...	<input type="radio"/>							
Caminha...	<input type="radio"/>							

Você sabia que o bairro do Reduto compõe o entorno do Centro Histórico Tombado de Belém?

- Sim
- Não

Você acha que a legislação específica para proteção do patrimônio histórico interfere na dinâmica, em relação à moradia, no bairro do Reduto?

- Sim
- Não
- Talvez

Você acha que a legislação específica para patrimônio histórico interfere na dinâmica, em relação ao uso (comércio, serviço, shopping, restaurantes, bares etc), no bairro do Reduto?

- Sim
- Não
- Talvez

Você teria interesse em morar em uma edificação histórica Tombada em Belém?

- Sim
- Não
- Talvez

Você teria interesse em morar em uma edificação histórica Tombada, no Brasil, que não seja em Belém?

- Sim
- Não

Você teria interesse em morar em uma edificação histórica Tombada, na Europa?

- Sim
- Não

Se uma edificação histórica tombada fosse reformada, em Belém, para o uso de Comércio, Serviço, Lazer, Restaurante, Bar etc. você a utilizaria?

- Sim
- Não

Se uma edificação histórica tombada fosse totalmente reformada, em Belém, para o uso habitacional você teria interesse em morar?

- Sim
- Não

Quais desses grandes projetos você acha que interferem na dinâmica do bairro do Reduto?

Pode-se marcar mais de uma resposta

- Estação das Docas
- Projeto Ver-o-Rio

Você acha que o projeto Belém Porto Futuro mudará a dinâmica urbana do bairro do Reduto?

- Sim
- Não

Em uma escala, quanto você acha que o projeto Belém Porto Futuro incentivará mais moradia no Bairro do Reduto.

1    2    3    4    5    6    7    8    9    10

Não incentivará                                            Incentivará

Caso o Projeto Belém Porto Futuro incentive moradias, para qual classe social você acha que o mercado imobiliário vai priorizar?

- Padrão para a Classe baixa
- Padrão para a Classe média
- Padrão para a Classe alta

Caso o Projeto Belém Porto Futuro incentive moradias, para qual classe social você gostaria que o mercado imobiliário priorizasse?

- Padrão para a Classe baixa
- Padrão para a Classe média
- Padrão para a Classe alta

Em uma escala, quanto você acha que o projeto Belém Porto Futuro incentivará mais o comércio, serviço, lazer etc. no Bairro do Reduto.

1    2    3    4    5    6    7    8    9    10

Não incentivará                                            Incentivará

Caso o Projeto Belém Porto Futuro incentive mais comércio, serviço, lazer etc, para qual classe social você acha que o mercado imobiliário vai priorizar?

- Padrão para a Classe baixa
- Padrão para a Classe média
- Padrão para a Classe alta

Caso o Projeto Belém Porto Futuro incentive mais comércio, serviço, lazer etc, para qual classe social você gostaria que o mercado imobiliário priorizasse?

- Padrão para a Classe baixa
- Padrão para a Classe média
- Padrão para a Classe alta

**APÊNDICE J – QUADRO-SÍNTESE DOS ENTREVISTADOS**

<b>Nome/Tratamento</b>	<b>Atividade Desenvolvida</b>	<b>O interesse na entrevista</b>	<b>Termo de consentimento e esclarecimento Registro da entrevista</b>	<b>Local e data da coleta das informações</b>
<b>Engenheiro civil Edilson Evangelista Costa, será tratado como Engenheiro da SEBAH</b>	Diretor do Departamento de Programas e Projetos Habitacionais da Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB)	O intuito foi averiguar, em nível municipal, se houve ou há algum projeto para habitação para o bairro do Reduto e entender como o órgão vê as mudanças que o bairro passou e como ele vê o bairro na atualidade	Assinou. Gravada e transcrita	Em sua sala de trabalho na SEHAB, em novembro de 2019
<b>Arquiteta e Urbanista Thays Millena Henriques Maneschy, será tratada como Arquiteta 1 da COHAB</b>	Arquiteta da Companhia de Habitação do Estado do Pará	O foco era constatar, em nível do estado, se existiu ou existe projeto para habitação no bairro do Reduto e perceber como o órgão vê as mudanças ocorridas no bairro e como o órgão vê o bairro hoje.	Assinou Gravada e transcrita	Na sala de reunião da COHAB, novembro de 2019
<b>Arquiteta 2 da COHAB</b>	Arquiteta da Companhia de Habitação do Estado do Pará	O foco era constatar, em nível do estado, se existiu ou existe projeto para habitação no bairro do Reduto e perceber como o órgão vê as mudanças ocorridas no bairro e como o órgão vê o bairro hoje.	Preferiu não se identificar. Gravada e transcrita	Na sala de reunião da COHAB, janeiro de 2020
<b>Arquiteto e Urbanista Jorge Martins Pina:, será tratado como Arquiteto 1 da FUMBEL</b>	Arquiteto da Fundação Cultural do Município de Belém. Diretor do Departamento de Patrimônio Histórico DEPH/FUMBEL (que se encontrava licenciado)	O interesse é entender como o órgão atua no bairro para a salvaguarda desde o tombamento municipal em 1994 até hoje, assim como pesquisar a visão do órgão das mudanças e permanências no bairro.	Assinou Gravada e transcrita	Na residência do arquiteto em, novembro de 2019
<b>Arquiteta e Urbanista Tainá Chermont Arruda, será tratada como Arquiteta 2 da FUMBEL</b>	Arquiteta da Fundação Cultural do Município de Belém Diretora do Departamento de Patrimônio Histórico DEPH/FUMBEL	O interesse é entender como o órgão atua no bairro para a salvaguarda desde o tombamento municipal em 1994 até hoje, assim como pesquisar a visão do órgão das mudanças e permanências no bairro.	Assinou Gravada e transcrita	Na ante sala de sua sala na FUMBEL, novembro de 2019
<b>Arquiteta e Urbanista Karina Vidal Moriya:, será tratada como Arquiteta do DPHAC</b>	Arquiteta e Urbanista e Diretora de Patrimônio do DPHAC/SECULT	Entender como o órgão atua na proteção do bairro, mesmo não tendo uma gleba tombada na esfera estadual, no bairro há duas edificações tombadas e uma em processo de tombamento, e de compreender o espectro do órgão das mudanças e permanências no bairro	Assinou Gravada e transcrita	Na sala de trabalho da arquiteta no DPHAC, novembro de 2019

<b>Historiador Renato Aloizio de Oliveira Gimenes, será tratado como Historiador do DPHAC</b>	Historiador técnico em gestão do DPHAC/SECULT	Entender como o órgão atua na proteção do bairro, mesmo não tendo uma gleba tombada na esfera estadual, no bairro há duas edificações tombadas e uma em processo de tombamento, e de compreender o espectro do órgão das mudanças e permanências no bairro	Assinou. Gravada e transcrita	Na sala de trabalho da arquiteta no DPHAC, novembro de 2019
<b>Arquiteto e Urbanista Dr. Giovanni Blanco Sarquis, será tratado como Arquiteto do IPHAN</b>	Técnico em Arquitetura do IPHAN-PA	Entender como o órgão atua na proteção do bairro do Reduto, mesmo não tendo uma gleba tombada na esfera federal, no bairro há áreas que estão dentro da poligonal de entorno federal. Há também o interesse de averiguar o entendimento do órgão em relação às mudanças e permanências no Reduto.	Assinou Respondeu por escrito	Tivemos um conversa em sua mesa no Iphan onde pediu para responder por escrito a todas as perguntas, novembro de 2019
<b>Pesquisadora e ex-moradora professora Msc. Auriléa Gomes Abelem, será tratada como pesquisadora 1 (nota 1)</b>	Socióloga, mestre em planejamento do desenvolvimento. Professora aposentada da UFPA. Ex-moradora	Conhecer a visão da pesquisadora sobre o bairro e sua vivencia nele	Assinou Gravada e transcrita	Na sala de sua residência, em novembro de 2019
<b>Pesquisadora pesquisadora professora Dra. Maria Goretti da Costa Tavares, será tratada como pesquisadora 2 (nota 2)</b>	Geografa e bacharel em direito. Doutora em geografia. Docente da UFPA	Conhecer a visão da pesquisadora sobre o bairro e sua vivencia nele	Assinou Gravada e transcrita	Fox livraria e café, em novembro de 2019
<b>Pesquisadora professora Msc. Filomena Mata Vianna Longo, que será tratada como pesquisadora 3 (nota 3)</b>	Arquiteta e urbanista, mestre em arquitetura. Docente da UNAMA.	Conhecer a visão da pesquisadora sobre o bairro e sua vivencia nele	Assinou Gravada e transcrita	Em seu escritório, em janeiro de 2020
<b>Pesquisadora Profa. Dra. Ana Cláudia Duarte Cardoso, que será tratada como pesquisadora 4 (nota 4)</b>	Arquiteta e urbanista, doutora em arquitetura. Docente da UFPA	Conhecer a visão da pesquisadora sobre o bairro e sua vivencia nele	Assinou Gravada e transcrita	Sala 21 do PPGAU-UFPA, em janeiro de 2020
<b>Ex-morador</b>	Corretora de seguros	Conhecer sua vivência e histórias no bairro e ver a	Assinou	Em seu escritório, em

<b>Sra. Simone</b> Simone Sautta Rossy Abrahão		sua visão da quando morava e agora como ex moradora	Gravada e transcrita	janeiro de 2020
<b>Ex-morador</b> <b>Sra. Ondin</b> aPessoa <b>Picanço</b>	Aposentada	Conhecer sua vivência e histórias no bairro e ver a sua visão da quando morava e agora como ex moradora	Assinou Gravada e transcrita	Na sala de sua residência, em novembro de 2019
<b>Ex-morador</b> <b>Sr. Aurélio</b> Pessoa <b>Picanço</b>	Engenheiro Sanitarista, doutor em Hidráulica e Saneamento	Conhecer sua vivência e histórias no bairro e ver a sua visão da quando morava e agora como ex moradora	Assinou Gravada e transcrita	Na sala de sua residência, em novembro de 2019
<b>Ex-morador</b> Dr. Jamil Chaar El Husny	Agrônomo da Embrapa	Conhecer sua vivência e histórias no bairro e ver a sua visão da quando morava e agora como ex moradora	Assinou Gravada e transcrita	No roteiro Geo-Turístico em dezembro de 2019
<b>Ex-morador</b> <b>Sr. Cícero Alves da Silva</b>	Odontólogo e professor da UEPA, aposentado	Conhecer sua vivência e histórias no bairro e ver a sua visão da quando morava e agora como ex moradora	Assinou Gravada e transcrita	Na sala de sua residência, em novembro de 2019
<b>Ex-morador e empresário</b> Sra. Maria do Carmo Figueiredo Haick	Proprietária do Imperador das máquinas	Conhecer sua vivência e histórias no bairro e ver a sua visão da quando morava e agora como ex moradora	Assinou Gravada e transcrita	Em sua empresa, janeiro de 2020
<b>Ex-morador e empresário</b> <b>Sra. Luciana</b> Maria Dellavale Vilão	Proprietária da loja Marelli	Conhecer sua vivência e histórias no bairro e ver a sua visão da quando morava e agora como ex moradora	Assinou Gravada e transcrita	Em sua empresa, janeiro de 2020
<b>Empresário e moradora</b> <b>Sra. Carmelina</b> Crispino Dellavalle	Proprietária da loja Marelli	Conhecer sua vivência e histórias no bairro e ver a sua visão da quando morava e agora como ex moradora	Assinou Gravada e transcrita	Em sua empresa, janeiro de 2020
<b>Funcionário de empresa</b> Sr. Giovanni Mulatinho	Loja Central Veículos	Conhecer sua vivência e histórias no bairro e ver a sua visão da quando morava e agora como ex moradora	Assinou Gravada e transcrita	Em sua empresa, janeiro de 2020
<b>Funcionário de empresa e ex-morador</b> Sra. Samia dos Santos Alves	Advogada da Loja Merco motores e Bombas	Conhecer sua vivência e histórias no bairro e ver a sua visão da quando morava e agora como ex moradora	Assinou Gravada e transcrita	Em sua empresa, janeiro de 2020
<b>Morador 1 antigo</b>	-	Conhecer sua vivência e histórias no bairro e ver a sua visão da quando morador	Preferiu não se identificar. Gravada e transcrita	Em sua residência, dezembro de 2019
<b>Morador 2 antigo</b>	-	Conhecer sua vivência e histórias no bairro e ver a sua visão da quando morador	Preferiu não se identificar. Gravada e transcrita	Em sua residência, dezembro de 2019
<b>Morado 1 novo</b>	-	Conhecer sua vivência e histórias no bairro e ver a	Preferiu não se identificar.	Em sua residência,

		sua visão da quando morador	Gravada e transcrita	dezembro de 2019
<b>Morador 2 novo</b>	-	Conhecer sua vivência e histórias no bairro e ver a sua visão da quando morador	Preferiu não se identificar. Gravada e transcrita	Em sua residência, dezembro de 2019
<b>Morador 3 novo</b>	-	Conhecer sua vivência e histórias no bairro e ver a sua visão da quando morador	Preferiu não se identificar. Gravada e transcrita	Em sua residência, dezembro de 2019
<b>Construtora 1</b>	Engenheiro Civil	Conhecer sobre técnicas construtivas e entender a verticalização no bairro	Preferiu não se identificar. Gravada e transcrita	Em sua empresa, janeiro de 20202
<b>Construtora 2</b>	Engenheiro Civil	Conhecer sobre técnicas construtivas e entender a verticalização no bairro	Preferiu não se identificar. Gravada e transcrita	Em sua empresa, janeiro de 20202
<b>Corretor 1</b>	Corretor de imóveis	Conhecer sobre o mercado imobiliário, compra, venda, aluguel e qual é o interesse da população de Belém para os imóveis do bairro	Preferiu não se identificar. Gravada e transcrita	Em sua empresa, janeiro de 20202
<b>Corretor 2</b>	Corretor de imóveis	Conhecer sobre o mercado imobiliário, compra, venda, aluguel e qual é o interesse da população de Belém para os imóveis do bairro	Preferiu não se identificar. Gravada e transcrita	Em sua empresa, janeiro de 20202
<b>Corretor 2</b>	Corretor de imóveis	Conhecer sobre o mercado imobiliário, compra, venda, aluguel e qual é o interesse da população de Belém para os imóveis do bairro	Preferiu não se identificar. Gravada e transcrita	Em sua empresa, janeiro de 20202
<b>Questionário via plataforma digital – morador</b>	-	Averiguar o interesse das população de Belém em relação ao bairro do Reduto	Resposta via WhatsApp	De 20 de dezembro de 2019 a 20 de janeiro de 2020
<b>Questionário via plataforma digital – não morador do Reduto</b>	-	Averiguar o interesse das população de Belém em relação ao bairro do Reduto	Resposta via WhatsApp	De 20 de dezembro de 2019 a 20 de janeiro de 2020

Nota 1: Pesquisadora e ex-moradora professora Msc. Auriléa Gomes Abelem: socióloga, graduação em licenciatura em Ciências Sociais (UFPA, 1963-1966), especialização em Teoria Sociológica e Sociologia do Brasil pela UFPA (1983), especialização em Diplomado Superior En Ciencias Sociales Politicas pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO) (2002), mestrado em Planejamento do Desenvolvimento pela UFPA (1982). Professora. aposentada pela UFPA/CFCH, tendo sido professora/pesquisadora do Departamento de Metodologia e Ciências Sociais, do Departamento de Ciências Políticas, do mestrado do NAEA/PLADES e do Mestrado de Antropologia. Foi coordenadora do Mestrado do PLADES (1986-1988). Tem experiência na área de Ciência Política, com ênfase em Políticas Públicas. Atuando principalmente nos seguintes temas: planejamento, remoção, contradições urbanas.

Nota 2: Pesquisadora professora Dra. Maria Goretti da Costa Tavares: Geografa, graduação em Licenciatura Plena em Geografia (1988) e Bacharelado em Direito (1987) pela UFPA. Especialização em Instrumentação Específica à Análise Geográfica Aplicada à Amazônia (1989) pela UFPA. Mestrado (1992) e o Doutorado em Geografia (1999) pela UFRJ. Pós-doutorado na área de Geografia do Turismo no Laboratório MIT (Mobilités, Itinéraires, Tourismes) no Instituto de Geografia da Universidade de Paris 1, Panthéon-Sorbonne, Paris-França (2006-2007); e Pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em Turismo da UFPR (2017-2018). Desde o ano de 1991 é docente da UFPA, sendo atualmente Professora-Associada IV da Faculdade de Geografia e Cartografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPA, onde desenvolve atividades de ensino, pesquisa, extensão e orientação acadêmica na graduação e pós-graduação. Exerceu o cargo de Coordenadora do curso de graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará por duas gestões (1991-1993 e 2000-2002) e do Programa de Pós-Graduação em Geografia (2004-2006) da Universidade Federal do Pará. Atua na área de Geografia, com ênfase nas linhas de pesquisa: Turismo, Geografia e Patrimônio; Turismo e Produção do Espaço na Amazônia; Turismo de Base Comunitária; Políticas de Turismo na Amazônia e Redes e Organização do Território na Amazônia. Coordena o Projeto de Extensão Roteiros Geo-Turísticos, ganhador do Prêmio Rodrigo Melo Franco, IPHAN 2016, Ação de Educação Patrimonial e recebeu em abril de 2018 a Medalha de Direitos Humanos Paulo Frota, concedida às personalidades e

organizações não governamentais, sem fins lucrativos, que se destacaram por ações, condutas ou atividades de promoção ou defesa dos Direitos Humanos no Estado do Pará<sup>119</sup>.

Nota 3: Pesquisadora professora Msc Filomena Mata Vianna Longo: Arquiteta e Urbanista graduada em Arquitetura pela UFPA (1982). Especialista em Preservação e Restauração do Patrimônio Arquitetônico, pela UFPA (1996). Mestre em Arquitetura, pela UFRJ (2007), linha de pesquisa: Gestão e Restauração de Espaços Preservados. Trabalhou na prefeitura de Belém desde 1982 até 2014 onde exerceu cargos de conselheira, técnica, da administração como coordenadora e diretora de departamentos vinculados a preservação e cultura. Conselheira da Comissão Nacional de Incentivo à Cultura (CNIC), representante da área de Patrimônio Cultural, nomeada pela Ministra de Estado da Cultura, desde 2011 até dezembro de 2014; Professora Adjunto do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade da Amazônia (UNAMA). Foi Coordenadora da Unidade Executora do Programa Monumenta – Belém, vinculado ao Ministério da Cultura, Unesco e Prefeitura Municipal de Belém no período 2009 a 2012. Integrou o grupo de pesquisadores do Projeto P&D ANEEL "formulação de diretrizes para captação de energia solar fotovoltaica em grandes edificações, na Amazônia". Pesquisadora integrante do Grupo de Pesquisa CNPQ Arquitetura Sustentável e Eficiência Energética. É membro titular do Comitê de Ética em Pesquisa da UNAMA nomeada pelo Ato Especial n. 252/2016, da Vice-Reitora, no exercício da Reitoria. Atuou como membro da Comissão Especial de Políticas Urbanas e Ambiental do CAU/PA no período de 2015 a 2017. Vice-presidente da Diretoria do Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU/PA) para o período 2018 a 2020. Suas áreas de interesse são: Preservação do Patrimônio Cultural, Projeto de Restauo, Energias Renováveis aplicadas a Arquitetura, Paisagem Cultural, Tecnologia das Construções, Arquitetura Bioclimática e Sustentável<sup>120</sup>.

Nota 4: Pesquisadora Profa. Dra. Ana Cláudia Duarte Cardoso: Arquiteta e Urbanista graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Pará (1990), mestre em Planejamento Urbano pela UnB (1994) e doutora em Arquitetura pela Oxford Brookes University, UK (2002). Professora Associada IV da Universidade Federal do Pará (UFPA). Membro do corpo docente permanente do Programa de Pós-Graduação de Arquitetura e Urbanismo (PPGAU/UFPA) e do Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGE/UFPA). Consultora ad hoc do CNPq, da CAPES, da FAPESP e da FAPEMA . Seu interesse de

---

<sup>119</sup> Texto baseado do Currículo Lattes da professora. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/7796891525258446>.

<sup>120</sup> Texto baseado do Currículo Lattes da professora. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/6099696721852231>.

pesquisa atual é a convergência entre a urbanização extensiva observada na Amazônia Oriental, os arranjos espaciais dos assentamentos humanos da região e a defesa do direito à sociobiodiversidade<sup>121</sup>.

---

<sup>121</sup> Texto baseado do Currículo Lattes da professora. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/3138101153535395>.